SOB A DIREÇÃO DE
BORIS FAUSTO

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

TOMO III O BRASIL REPUBLICANO volume 9

Sociedade e instituições
(1889-1930)

A *História Geral da Civilização Brasileira* é uma coleção sem paralelo na nossa produção intelectual, abrangendo cronologicamente toda a História do Brasil, em um nível de tratamento elevado, mas não indecifrável. Constitui-se de uma coleção de 11 volumes, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (períodos colonial e monárquico) e Boris Fausto (período republicano). A obra analisa diferentes campos da formação histórica do país, desde a organização material da sociedade até as formas da cultura e do pensamento.

Os dois primeiros volumes foram dedicados à época colonial. Diferentes especialistas estudam o processo de constituição e consolidação do Brasil como colônia portuguesa, abrangendo desde os aspectos econômicos e sociopolíticos até temas como os da medicina colonial, a música barroca, as expedições científicas.

O período monárquico é tratado em cinco volumes. Abre-se com a análise das condições de emancipação do Brasil e se encerra com a crise do regime monárquico e a transição para a República, em um volume, hoje clássico, inteiramente escrito por Sérgio Buarque de Holanda.

O período republicano divide-se cronologicamente em duas épocas: uma anterior e outra posterior a 1930, ano de crise mundial e de revolução no Brasil. Nestes volumes, em número de quatro, diferentes autores analisam desde o processo de implantação da chamada República Velha até as complexas estruturas e relações sociais que caracterizam o Brasil de anos mais recentes. Ao mesmo

HISTÓRIA GERAL
DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

COLABORARAM PARA ESTE VOLUME

PAULO SÉRGIO PINHEIRO, *da Universidade Estadual de Campinas* (UNICAMP).

DUGLAS TEIXEIRA MONTEIRO, *do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

MARIA TEREZA SCHORER PETRONE, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

JOSÉ MURILO DE CARVALHO, *do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.*

HELOÍSA RODRIGUES FERNANDES, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

JORGE NAGLE, *do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, São Paulo.*

ALFREDO BOSI, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

SÉRGIO LOBO DE MOURA e JOSÉ MARIA GOUVÊA DE ALMEIDA, *da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Minas Gerais.*

BOLIVAR LAMOUNIER, *da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.*

E. BRADFORD BURNS, *do Departamento de História da Universidade da Califórnia, Los Angeles.*

BORIS FAUSTO, *do Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.*

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de *BORIS FAUSTO*, com relação ao período republicano

TOMO III

O BRASIL REPUBLICANO

Volume 9

SOCIEDADE E INSTITUIÇÕES (1889-1930)

POR

Paulo Sérgio Pinheiro, Duglas Teixeira Monteiro, Maria Tereza Schorer Petrone, José Murilo de Carvalho, Heloísa Rodrigues Fernandes, Jorge Nagle, Alfredo Bosi, Sérgio Lobo de Moura, José Maria Gouvêa de Almeida, Bolivar Lamounier, E. Bradford Burns, Boris Fausto

Introdução geral
Sérgio Buarque de Holanda

BERTRAND BRASIL

Capa: Evelyn Grumach & Ricardo Hippert

Ilustração: Cartão postal, *c.* 1929, com vista da cidade de São Paulo, tomada do Edifício Sampaio Moreira, situado à Rua Líbero Badaró. A linha do horizonte é o espigão central, onde ocorrem as cotas mais altas da cidade.

Editoração: DFL

2006
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros – RJ

B83
8ª ed.
t.3
v.9

O Brasil republicano, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930)/por Paulo Sérgio Pinheiro... [*et al.*]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
462p.: il. – (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 9)

ISBN 85-286-0509-4

1. Brasil – História – República Velha, 1889-1930. 2. Brasil – História – 1889-. I. Pinheiro, Paulo Sérgio. II. Série.

99-1784

CDD – 981.05
CDU – 981"1889/1930"

EDITORA BERTRAND BRASIL LTDA.
Rua Argentina, 171 — 1º andar — São Cristóvão
20921-380 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: (0xx21) 2585-2070 — Fax: (0xx21) 2585-2087

SUMÁRIO

LIVRO PRIMEIRO

MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE

LIVRO SEGUNDO

FORÇAS ARMADAS

MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE

LIVRO PRIMEIRO

CAPÍTULO I

CLASSES MÉDIAS URBANAS: FORMAÇÃO, NATUREZA, INTERVENÇÃO NA VIDA POLÍTICA

AS ilustrações históricas do papel das classes médias permanecerão insatisfatórias enquanto questões teóricas – como a definição do conceito, a composição e os limites dessa classe – não estiverem suficientemente controladas e não se dispuser a fazer uma penetração direta no tema histórico[1]. De nada adiantará continuar engordando de minúcias a série de eventos tradicionalmente imputados às classes médias. Entretanto, não será ainda aqui que essas questões serão resolvidas: pretendemos simplesmente privilegiar alguns aspectos relativos à *identificação* das classes médias e à *imputação* de práticas políticas concretas a essa classe, cujo exame possa talvez contribuir para que o estudo do tema venha a sair das dificuldades em que repetidamente se tem envolvido[2]. Na questão da imputação, ao ser atribuída à classe uma importância que está muito distante de seu papel no processo histórico, parece estar situada a maior parte dos equívocos relativos à avaliação da *performance* dessa classe. *A pretensão será partir do levantamento do desempenho efetivo das classes médias na Primeira República e analisar suas características, evitando-se supor o que deveriam ou teriam podido realizar.*[3]

---

[1] Ver a crítica às análises que desprezam o "empirismo" histórico formulada por Pierre Vilar, "Marxist History, a History in the Making: towards a dialogue with Althusser", p. 70, *New Left Review*, 80, julho-agosto, 1973.

[2] Essas reflexões são o resultado de diálogo com dois colegas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, que se têm dedicado a esse tema nos últimos cinco anos: André Villalobos, ao nível das categorias e da definição teórica da problemática; Décio Azevedo Marques de Saes, ao nível da análise do tema na conjuntura brasileira. Esse texto se valeu ainda das observações valiosas formuladas por Michel Debrun, num seminário sobre uma versão original na UNICAMP, e por colegas do IUPERJ, no Rio de Janeiro, por ocasião de outro seminário lá realizado. Naturalmente, o resultado é de exclusiva responsabilidade do autor.

[3] Alessandro Pizzorno, "Sobre el Método de Gramsci (de la historiografía a la ciencia política"), p. 47, *in* Alessandro Pizzorno *et alia*, *Gramsci y las Ciencias Sociales*, Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1970.

FORMAÇÃO E NATUREZA

A compreensão do papel das classes médias ao nível político obriga à localização do conceito dessa classe na teoria da estrutura de classes. Essa teoria dá melhores condições de se analisar o relacionamento das classes médias com as outras classes e, principalmente, os aspectos políticos de como essa classe passou a se definir e a existir nas articulações do poder político. A questão não passou despercebida a Décio Saes,[4] que, diante da dificuldade de conceituar as classes médias, tomou a opção prudente de se referir a "camadas médias urbanas". Parece-nos, entretanto, que esse conceito, em vez de evitar os obstáculos, multiplica-os, pois o marco da estratificação social, ao qual alguns de seus aspectos estão ligados, é incapaz de dar conta dos aspectos relacionais entre as classes sociais. É claro que a simples opção por um conceito não resolve a questão, porque as dificuldades permanecem ao nível do conceito isolado e somente poderiam ser resolvidas no campo mais amplo da teoria da estrutura de classes. Esse problema em se definir o conceito de classes médias é comum a toda tentativa de se tratar teoricamente um conceito isolado, quando esse deveria estar sendo definido no quadro de uma teoria[5].

No caso das classes médias, muita vez se teve a impressão de que a definição do conceito não precisaria estar referida a nenhuma teoria e que sua eficácia teórica seria dada pelo peso fatual da série de acontecimentos. Em outras palavras, procurou-se evitar a discussão do conceito, julgando-se que a descrição histórica do objeto das pesquisas pudesse trazer em si essa definição. Para a superação dessa tendência, as exigências colocadas pela teoria da estrutura de classes são mais capazes de contribuir para a definição do conceito – e por conseqüência de dar melhores possibilidades para o exame da questão dos limites da classe – do que os princípios da estratificação social.

Levando isso em conta, caberia lembrar que as classes dentro da estrutura de classes só podem ser definidas historicamente, enquanto pen-

[4] Décio Azevedo Marques de Saes, O *Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira*, Campinas, Tese de Mestrado, 1971, p. 38. Esse trabalho, o qual utilizamos largamente para os dados conjunturais, foi publicado em 1973 na série *Cadernos IFCH* (Universidade Estadual de Campinas).

[5] Ver a respeito J. A. Guilhon-Albuquerque, "Notes sur le Système de Sous-Développement, le Rôle de l'État et des Classes Moyennes Modernes", p. 192, *in L'Homme et la Société*, nº duplo 24-25, abril-junho, 1972, e julho-agosto-setembro, 1972.

sadas nas relações com as outras classes (relações de antagonismo e de complementaridade) e definidas segundo critérios situados em diversos níveis da estrutura social (econômico, político, ideológico).[6] É impossível concebê-las num vácuo: somente o exame das relações dessas com outras classes pode levar ao conhecimento da homogeneidade de sua orientação política e da forma de suas manifestações. As classes médias não podem ser pensadas segundo um conjunto de características elaboradas exclusivamente para uma só classe, individualizada. Se esse aspecto é essencial para o estudo de outras classes, como a burguesia e o proletariado, é condição indispensável numa análise das classes médias, verdadeiras "basculantes", para usarmos a metáfora de Poulantzas, entre aquelas duas classes.[7]

É sempre difícil precisar os limites exatos de uma classe, tendo em conta que inúmeras formas de transição atenuam as diferenças sociais na estrutura de classe.[8] Esse problema é ainda maior no que diz respeito às classes médias, porque se compõem de conjuntos que têm diversa localização ao nível econômico, o que torna mais complexa a avaliação desses limites. Esses dois conjuntos podem ser caracterizados como antigas classes médias (ou pequena burguesia) e novas classes médias (ou simplesmente classes médias). Alguns autores, como Boris Fausto.[9] ao tratarem da Primeira República, reconheceram a impossibilidade, no estado atual das pesquisas, de estabelecer diferenças entre os dois conjuntos. Seria demais pretender que as antigas e as novas classes médias nessa fase republicana tivessem efeitos político-ideológicos que pudessem ser especificados claramente, o que torna a opção de Fausto correta; mas, para tornar explícita essa diversidade (que o próprio emprego do conceito no plural quer indicar) no plano econômico, é conveniente indicar sumariamente as diferenças entre os dois conjuntos.

---

[6] Rodolfo Stavenhagen, *Les Classes Sociales dans les Sociétés Agraires*, Paris, Anthropos, 1969, especialmente o Capítulo II, "Classes Sociales et Estratification", *passim*.

[7] A propósito da necessidade de enfatizar o relacionamento entre as classes, além da origem, ver Fernando Henrique Cardoso, "As Classes Sociais na América Latina", manuscrito, 1973, p. 30, e José Nun, "A Latin-American Phenomenon: The Middle-Class Military Coup", p. 162, *in* James Petras and Maurice Zeitlin, *Latin America Reform or Revolution*, Greenwich, Fawcett, 1968, pp. 145-185. Sobre a metáfora de "basculante", ver Nicos Poulantzas, *Fascisme et Dictature*, Paris, Maspero, 1970, p. 271.

[8] Sobre a questão dos limites das novas classes médias ver Victor Fay, "Les classes moyennes salariées", p. 103, *in* Victor Fay, ed., *En partant du capital*, Paris, Anthropos, 1968.

[9] Boris Fausto, *A Revolução de 1930, Historiografia e História*, São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 54.

Durante muito tempo a dicotomia burguesia/proletariado, presente na teoria de estrutura de classes, constituiu uma objeção para a consideração das classes médias. Essa dificuldade foi em parte superada quando foi possível perceber que essa dicotomia pura só existia ao nível do modo de produção, formulado teoricamente: nas formações sociais concretas essa dicotomia não dá conta completamente da estrutura de classes, em conseqüência da coexistência numa formação de elementos de diferentes modos de produção ou de formas históricas de transição. A sobreposição de elementos de modos de produção pré-capitalistas provoca o aparecimento de classes, como as antigas classes médias, que não estão situadas integralmente ao nível de temporalidade do modo de produção capitalista. As classes médias, portanto, se situam numa oposição intermédia em relação à contradição principal capital/trabalho inerente ao modo de produção capitalista.

As antigas classes médias

As antigas classes médias compreendem a pequena produção e o pequeno comércio.[10] A pequena produção é constituída de formas de artesanato ou de pequenas empresas familiares onde o mesmo agente é proprietário e tem a posse dos meios de produção e é ainda trabalhador direto (o trabalho é geralmente fornecido pelo proprietário ou pela família, que não recebe salário), o pequeno comércio, onde o proprietário, ajudado pela família, fornece o trabalho e só excepcionalmente emprega mão-de-obra. Além desse conjunto há as novas classes médias, constituídas pelos trabalhadores assalariados ligados à esfera de circulação do capital e por aqueles que contribuem para a realização da mais-valia: empregados assalariados do comércio, dos bancos, das agências de venda, assim como os empregados de "serviços". Também é o caso dos funcionários do Estado, do aparelho do Estado (serviços públicos) e dos aparelhos ideológicos do Estado (comunicações, imprensa, educação etc.)

Esses dois conjuntos, como pode ser constatado, não têm em comum senão sua coincidência negativa de não pertencerem nem à burguesia nem ao proletariado. O reconhecimento desses conjuntos como fazendo parte da mesma classe será possível graças ao fato de terem efeitos ao nível ideológico e ao nível político, significados análogos, apesar de conteúdos específicos. Esse aspecto da presença das classes médias na estrutura de classes tornará indispensável a referência às relações ideológicas, para se

[10] As características apontadas para a distinção entre antigas e novas classes médias foram formuladas por Nicos Poulantzas, *op. cit.*, especialmente no capítulo "Préalables rélatifs à la nature de classe de la petite bourgeoisie et à l'idéologie petite bourgeoise", pp. 257-267.

construir a possibilidade de sua identificação na formação social. A não-limitação dos critérios de identificação dessa classe ao nível econômico permite dar conta de algumas práticas políticas que, de outra maneira, poderiam passar despercebidas.

As análises relativas à origem e à estrutura interna das classes médias na Primeira República têm tentado superar as dificuldades impostas pela teoria da estrutura social à pesquisa concreta, através da apresentação da composição dessa classe em cortes próprios à estratificação social. É o caso, por exemplo, de Carone,[11] que propõe três camadas de classes médias. A alta classe média seria originária das ricas classes médias agrárias que se orientara para as profissões liberais, a alta administração e composta ainda de técnicos industriais e alguns setores do médio comércio e da média indústria. A classe média "intermediária", formação mais complexa, seria composta de imigrantes, de segmentos de classes decadentes, elementos liberais e do exército, alguns deles se havendo dedicado a profissões artesanais e ao pequeno comércio. A baixa classe média, enfim, seria formada de funcionários públicos, artesãos.

A indicação dessas camadas, na realidade, apesar de significar um esforço para o conhecimento da composição das classes médias, não distingue as antigas classes médias das novas classes médias, o que não contribui para a avaliação do papel político das classes médias. Não se pretende com isso recusar a necessidade de indicar o processo de formação da estrutura interna das classes médias: talvez os cortes não devam ser realizados horizontalmente, mas em torno de processos que possam explicar a aglutinação dos diferentes conjuntos que compõem a pequena burguesia e as classes médias, como a imigração, a urbanização e a burocratização e, em menor escala, durante a Primeira República, a industrialização com seu peso de racionalidade, de técnica. O estudo desses processos, ao longo dos quais se constituíram as classes médias, deve servir para a tentativa de superar a dicotomia "pura" entre a burguesia e o proletariado, e para explicar a *performance* política daquelas na luta de classes. Cortar as categorias resultantes desses processos em camadas pode prejudicar a imputação de práticas concretas ao nível político e da especificidade diversa da formulação ideológica dos diferentes conjuntos. A descrição dos dois conjuntos das classes médias é necessária na medida em que a identificação das classes médias repousa principalmente no exame dos

[11] Edgard Carone, *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, pp. 175-177.

efeitos ideológicos e políticos. Sendo diverso o conteúdo dêsses efeitos, essa especificação pode trazer em si numerosos dados para a análise da prática política das classes médias.

Entretanto, a simples aplicação dos critérios de divisão das classes médias em dois conjuntos à estrutura de classes da sociedade brasileira na Primeira República não resolve a questão da identificação das classes médias. Em primeiro lugar, deve ser levado em conta que a pequena produção, se considerada no campo, jamais se consolidou. Quando nos referimos a antigas classes médias, estamos nos referindo especificamente a pequenas unidades urbanas de produção artesanal ou fabril e ao pequeno comércio. Em segundo lugar, pode parecer incorreto falar em novas classes médias, quando se deve levar em conta que o processo de surgimento desse segundo conjunto das classes médias se dá no bojo da dependência do complexo agrário mercantil. Assim, os processos de urbanização, e de burocratização e de industrialização (na primeira fase), ocorrem sob a dominação do complexo agrário-mercantil, o que certamente contribuirá para que esse segundo conjunto seja pouco diferenciado do primeiro, pelo menos na Primeira República.

A expansão das novas classes médias

Essa expansão das novas classes médias se dá na última etapa do desenvolvimento do capitalismo agrário – ascenso da economia cafeeira, multiplicação das atividades governamentais – que acompanha o aumento da população urbana.[12] Nessa análise é indispensável levar em conta a distinção entre o puro crescimento vegetativo do setor industrial (provocado pelas oportunidades abertas pela expansão da economia agrário-mercantil) e a industrialização enquanto processo social de transformação da sociedade capitalista agrária. Por industrialização se entenderá não só o desenvolvimento das forças produtivas e mecanização, mas a aceleração da divisão social do trabalho, dominação crescente do capital sobre o trabalho, submissão da economia agrária às necessidades industriais, imposição ao conjunto da sociedade de critérios capitalistas de "racionalidade" (rentabilidade, produtividade, expansão).[13]

A descolagem da acumulação industrial do complexo cafeeiro só ocorrerá a partir de 1929. Ao nível do bloco no poder (o conjunto das classes dominantes) também ocorrerão modificações: ao nível político

[12] Ver a esse respeito o último trabalho de Décio Saes, *Classe Moyenne et Système Politique au Brésil*, Paris, École Pratique des Hautes Études (VI^{e} Section), 1974, p. 63. Esse trabalho, que aprofunda e prolonga análises anteriores do autor, compõe tese de doutorado.

[13] Ver Décio Saes, *op. cit.*, p. 71.

ocorrerá o que se poderia igualmente chamar de descolagem entre os grupos ligados ao complexo cafeeiro e o Estado, abrindo a possibilidade para a quebra da antiga hegemonia dos grupos cafeeiros e a formulação de novas alianças de classe. Assim, o surgimento e a expansão dessas classes médias estarão ligados ao aparecimento do que chama Décio Saes de *mercado de trabalho não-manual urbano.*[14] Diferentemente dos processos de constituição das classes médias nos países centrais, esse mercado começa a ser delineado numa etapa de capitalismo agromercantil, pré-industrial. Certamente essa dependência fará com que muitas das expectativas colocadas na capacidade de manifestação autônoma das classes médias pareçam um mero decalque do desempenho de classes médias situadas em outras conjunturas históricas. O procedimento de envolver as classes médias no interior da estratificação social tem ainda o risco de levar a uma problemática de mobilidade social quando, na verdade, o problema a ser considerado é o da manifestação ao nível político dessas classes. Ilustração dessa questão é a não-distinção entre algumas frações das classes médias e do proletariado, quando os limites entre essas duas classes não são percebidos claramente.[15] O que pode provocar a ocultação da presença respectiva de cada uma dessas classes em manifestações políticas. Apesar de frações das classes médias e setores operários enfrentarem os mesmos problemas (carestia, baixos salários, más condições de habitação) "as suas diferentes situações sociais impediam que essa identidade desaguasse no estabelecimento de laços políticos e organizacionais, na medida em que davam origem e perspectivas (ou ausência delas) não coincidentes de análise das dificuldades mencionadas".[16] É o problema da oscilação basculante das classes médias, menos do que confusão dos limites de estratos; as classes médias vivem de maneira diferente a contradição entre capital e trabalho presente na formação social capitalista, participando da natureza dos dois pólos. Em alguns momentos, essa oscilação – resultado de sua situação "anfíbia" – penderá para o lado do proletariado, o que não significa que a perspectiva política das classes médias seja necessariamente a mesma do proletariado.

---

[14] Ver Décio Saes, *op. cit.*, p. 79.

[15] Cf. E. Carone, *op. cit.*, p. 176: "A baixa classe média é formada de funcionários públicos, artesãos etc. A categoria superior desta e o limite entre ela e a classe operária são de difícil distinção. Essas duas camadas praticamente se confundem mais do que se distinguem: as revoltas, as atitudes de rebeldia e a procura de novas oportunidades políticas lhes são comuns."

[16] Décio Saes, op. *cit.* (1971), p. 38.

Tenentismo e classes médias

Situações desse tipo podem ser observadas nas manifestações do tenentismo – levados em conta os problemas colocados por esses "representantes" das classes médias – e suas dificuldades de aproximação ou de articulação com o movimento operário. A atitude dos tenentes em relação às massas populares é antes de tudo apresentada como uma ação tutelar, justificada pela impotência das massas de se rebelarem eficazmente contra o poder estabelecido: só o Exército teria condições desejáveis para abater esse poder. Ao lado dessa preocupação de tutela em vista da eficácia, a ação tutelar se impõe também para prevenir as conseqüências desastrosas nas relações sociais que uma intervenção comandada pelas massas populares poderia provocar. Essa desconfiança, esse temor se ligam à atitude dos setores dissidentes das forças políticas dominantes que queriam desencadear um processo da mudança política sem que a ele as massas populares tivessem acesso. O controle das massas populares, sempre presente no discurso tenentista, pode ser aproximado sem dificuldade do temor de proletarização das classes médias.

Cabe ainda apontar o aspecto da diversidade regional que interfere na composição das classes médias, para que não se caia na generalização dos casos dominantes (mas que não podem ser estendidos a todas as unidades da Federação) do Rio de Janeiro e de São Paulo. Deixar de lado esse aspecto é reproduzir ao nível teórico a dominação das classes dominantes tradicionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, efetivamente exercida ao nível político concreto, o que reforçaria na análise a inexorabilidade dessa dominação e fecharia as possibilidades de pensar a mudança ou de conhecer o verdadeiro desempenho das classes médias. No Brasil, as classes dominantes se compunham de várias "oligarquias" regionais articuladas, de base socioeconômica distinta: no Nordeste, puramente latifundiário-patrimonialista; em São Paulo, agrário-mercantil. Esses padrões de dominação diferentes geravam situações diversas de dependência das classes médias.[17] Por isso, é necessário considerar a diferenciação existente nas características sociais ou profissionais sob as quais aparecem em cada região os componentes das classes médias, pois não se pode considerar com os mesmos padrões a formação da classe média em todo o Brasil. A diferenciação surgiu das atividades, do modo de vida, da exploração eco-

[17] Sobre a diferenciação regional das contradições ver F. H. Cardoso, "A cidade e a política", p. 47, *in* Paul I. Singer e F. H. Cardoso, *A Cidade e o Campo,* São Paulo, CEBRAP, 1972, p. 61.

nômica, rural ou urbana. A identificação das classes médias deve partir obrigatoriamente dessa diversificação.[18]

Diferenciação regional das classes médias

Nessa linha é possível, por exemplo, fazer uma diferenciação na formação da classe média no Sul e no Norte. No Sul, classes médias sem coesão, sem unidade, compostas pelos pequenos fazendeiros que abandonavam o campo, assim como colonos e seus descendentes que pretendiam subir na escala social. No Norte, as grandes famílias proprietárias decadentes forneciam contingentes de funcionários públicos, grupos profissionais, empregados de indústrias e comércio, proprietários de pequenos negócios.[19] Aprofundando essa diferenciação regional, Décio Saes, ao tratar especificamente dos grupos urbanos, tentando mostrar como ocorreu o processo em regiões diferentes, apresenta o conjunto das classes médias como composto de "grupos destituídos" e de "grupos ascendentes". Apesar de esses grupos estarem caracterizados através da estratificação social, é possível conjugá-los com a exigência de levar em conta a diferenciação regional na descrição dos diferentes processos de formação das classes médias. De qualquer modo, seria conveniente deixar claro que essa indicação da relevância da diversidade regional não pretende escamotear a questão fundamental que continua sendo a relação entre as classes médias e as classes dominantes. Justamente pelo fato de o desenvolvimento capitalista ser desigual no conjunto da formação social dependente, essa diversificação regional poderá contribuir para a melhor reconstituição dessa relação fundamental.

No final do século XIX, a crise na economia agrário-exportadora e o desenvolvimento do setor público do Estado vão favorecer a absorção na burocracia civil e na categoria militar de grupos ligados à exploração rural. O desenvolvimento urbano, que se acelera depois da guerra, provocará a expansão do pequeno comércio nos centros mais importantes do país, assim como de pequenas indústrias. Há o aumento das antigas classes médias – pequenos comerciantes, artesãos, pequenos industriais, alfaiates, carpinteiros e sapateiros – e das novas classes médias – funcionários públicos, assalariados. A urbanização ocorrerá simultaneamente com o crescimento da burocracia dos serviços públicos como resultado de um

---

[18] Cf. Manuel Diegues Júnior, *Regiões Culturais do Brasil*, Rio, 1960, cit. João Camillo de Oliveira Torres, *Estratificação Social do Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965, p. 198.

[19] Maria Isaura Pereira de Queiroz, O *mandonismo local na vida política brasileira*, São Paulo, IEB, 1969, p. 109.

processo que está caracterizado pelo alargamento da área da intervenção do Estado na economia, a extensão da área geográfica efetiva na qual a ação governamental se exercia e pela dilatação do sistema administrativo do país.[20] A categoria dos intelectuais, dos profissionais "liberais" – advogados, médicos, engenheiros, professores, jornalistas –, também se expande. Para isso muito terão contribuído a criação de novas faculdades e a expansão do ensino secundário. O Império já havia aberto essa tendência ao favorecer a fundação de escolas superiores em detrimento de uma rede de ensino primário ou da alfabetização do conjunto da população. Depois de 1910, as escolas de ensino técnico e profissional serão criadas em diversos Estados: escolas de agricultura e de veterinária, escolas de aprendizes e de artesãos, escolas de comércio. Em 1916 já havia 16 faculdades de Direito, que formavam cerca de 408 bacharéis por ano; em 1920, a primeira Universidade Brasileira se constitui na Capital Federal; em 1930, havia 350 estabelecimentos de ensino secundário e 200 de ensino superior.

Para se ter uma idéia da expansão dessas classes médias convém comparar – ainda que levadas em conta as distorções entre os vários censos – a evolução entre 1872 e 1920 do "mercado de trabalho não manual" no Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Brasil globalmente:

POPULAÇÃO ATIVA "NÃO MANUAL" COM EXCLUSÃO DE PROPRIETÁRIOS CAPITALISTAS E EMPRESÁRIOS EM 1872

Profissões	*Município neutro*	*SP*	*RS*	*Brasil*	*%*
Religiosos	264	284	139	2.698	0,36
Juízes	78	226	51	968	0,10
Advogados	242	333	36	1.674	0,17
Notários e escrivães	85	318	75	1.493	0,15
Procuradores	151	254	90	1.204	0,12
Oficiais de justiça	69	396	67	1.619	0,16
Médicos	394	325	77	1.729	0,70
Cirurgiões	44	73	2	238	0,02

[20] Ver a esse respeito nossa tese *La fin de la première republique au Brésil: crise politique et révolution*, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques (Université de Paris) (mimeografada), 1971, pp. 261-264. Uma versão em português, 1975, foi publicada pela Editora Paz e Terra, sob o título *Trabalho e Política no Brasil*.

Profissões	*Município neutro*	*SP*	*RS*	*Brasil*	*%*
Farmacêuticos	369	263	74	1.392	0,14
Parteiras	54	303	164	1.197	0,12
Professores e homens de letras	897	1.101	369	3525	0,36
Empregados públicos	2.351	1.014	123	10.710	1,08
Subtotal	4.998	4.890	1.267	28.447	
População (Total)	274.972	3.837.354	434.813	9.930.478*	

Recenseamento Geral de 1872
* Não compreendidos 181.583 habitantes, cujas profissões não constam dos quadros gerais.

No que diz respeito a 1920, a situação segundo o *Recenseamento de 1920* assim se apresentava:

POPULAÇÃO ATIVA NÃO MANUAL EM 1920

Profissões	*DF*	*SP*	*RS*	*Brasil*
Força Pública*	24.835	11.558	11.900	88.363
Administração Pública**	5.565	14.072	8.700	
Administração particular	9.792	10.154	3.191	137.879
Profissões liberais	27.219	38.229	15.227	168.111
Subtotal	67.411	74.015	41.018	394.353
Total	1.157.873	4.592.188	2.182.713	30.635.605

* Na Força Pública estão incluídos os efetivos do Exército estacionados na unidade da Federação.
** Aqui estão incluídos os funcionários federais, estaduais e municipais.

Para melhor compreensão, esses dados podem ser situados no interior do setor terciário ou serviços (comércio em geral, transporte, profissões liberais, serviços domésticos remunerados, defesa nacional, serviços religiosos e atividades sociais diversas no conjunto da população ocupada):

BRASIL
POPULAÇÃO OCUPADA (EM MILHARES)*

Setores	*1872* %	*1920* %
1 – Agricultura	3.671 = 64,1	6.377 = 69,7
2 – Indústria	282 = 4,9	1.264 = 13,8
3 – Serviços	1.773 = 31,0	1.509 = 16,5
Total	5.726 =100	9.150 = 100

Fonte: Dados básicos do IBGE, Recenseamentos Gerais.

* Dados extraídos da Tabela B.23, de Maria José Santos, "Aspectos Demográficos", Apêndice B, *in* Villela (Aníbal V.) e Suzigan (Wilson), *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira.*

É preciso levar em conta que essa diminuição do terciário é provocada pela diminuição dos empregados domésticos que, em 1873, compreendiam 59,0% da população ocupada nesse setor e, em 1920, correspondiam a 24,1%. Feitas essas deduções e cotejados os dados com o aumento do setor industrial, pode-se ter uma noção mais concreta das modificações ocorridas.

Ainda que atingindo o período posterior ao nosso estudo, a comparação entre 1920 e 1940 pode mostrar o desenvolvimento da tendência:

BRASIL
POPULAÇÃO OCUPADA EM SERVIÇOS EM 1920 e 1940, POR REGIÕES*. TOTAL = 100 (EM MILHARES DE PESSOAS)

Regiões	*1920*	%	*1940*	%
Norte	83	16,7	115	21,8
Nordeste	386	11,7	851	16,7
Leste	573	21,1	1.151	29,9
São Paulo	259	18,9	782	28,3
Sul	181	17,4	443	22,3
Centro-Oeste	27	12,1	71	16,5
Brasil	1.509	16,5	3.412	23,3

Fonte: Dados básicos do IBGE: Recenseamentos Gerais, de 1920 e 1940, Séries Nacional e Regional.

* Reprodução parcial de tabela de Maria José Santos, op. *cit*, p. 291.

Para que se possa comparar esse crescimento com a estrutura da mão-de-obra ocupada deve-se levar em conta que o setor agrícola entre os dois anos considerados passa de 69,7% a 66,4% e o setor industrial de 13,8% para 10,3%. Assim, apesar de o setor industrial ter aumentado de 20,1% a ocupação das pessoas, o aumento foi proporcionalmente menor em relação à população. É o setor terciário que vai receber esse aumento, representando 41,2%, provavelmente reflexo do crescimento urbano de 36,6% nas cidades de 20 mil habitantes e mais.[21]

Considerando a estrutura interna do setor terciário, a repartição era a seguinte:

BRASIL
POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR TERCIÁRIO - 1920-1940*
TOTAL = 100

Setor	*1920*	*1940*
Transportes	16,8	13,9
Comércio	33,0	23,5
Profissões liberais	11,1	3,5
Administração	9,1	9,1
Outras	30,0	50,0

Fonte: Dados básicos do IBGE, Recenseamentos Gerais de 1920 e 1940.

* Tabela B.26, *in* Maria José Santos, *op. cit.*, p. 292.

O Rio de Janeiro talvez tenha sido a primeira cidade a ter um extenso contingente de classes médias: reunia as características de ser o entreposto comercial mais importante do país (o que provocava, ainda que em pequena escala, o desenvolvimento de escritórios comerciais) e de núcleo do aparelho do Estado, por ser a Capital da República.[22] O censo realizado em setembro de 1906, no Distrito Federal (DF), dividia, por sua vez, a população em quatro grandes grupos de profissões: produção de matéria-prima (exploração da superfície e do interior do solo), 25.575 habitantes; transformação e emprego da matéria-prima (indústria, transporte e comércio), 201.361 habitantes; *administração pública* e *profissões liberais (força e segurança pública, funcionalismo, carreiras liberais, capitalistas)*, 44.493 *habitantes;* outras profissões (serviço doméstico, jornaleiros, trabalhadores

[21] Cf. Maria José Santos, *op. cit.*, p. 292.
[22] Cf. Décio Saes, *op. cit.*, p. 27 (1971).

braçais etc.), 540.014 habitantes. Esses dados são para uma população total de 805.335 habitantes (sendo 619.648 urbanos e 185.687 rurais).[23]

Processo simultâneo e de maior intensidade ocorrerá em São Paulo, onde o complexo cafeeiro provocou a construção de uma infra-estrutura de serviços indispensáveis ao setor exportador. Tradicionalmente se tem suposto que aqui também houve a absorção de grupos decadentes, de antigos proprietários empobrecidos e expelidos para a cidade, onde irão ocupar altos cargos no aparelho de Estado e se localizarão nas profissões liberais. Na realidade resta confirmar se era realmente considerável o número de pequenos fazendeiros que abandonavam o campo no Sul do Brasil, exceto no que diz respeito ao Vale do Paraíba no início do processo de expansão do café para São Paulo. A plantação do café transcorria em São Paulo em meio a tanta prosperidade, que os grupos empobrecidos, pequenos proprietários expulsos de suas terras, parecem ser bem raros.[24]

Estado e empreguismo

Ambos os processos se situam nas modificações que irão ocorrer no sistema político brasileiro, especialmente no que diz respeito às relações entre Estado e periferia (unidades da Federação) e ao peso específico do Estado na economia exportadora, no período conhecido como "política dos Governadores". Com essa, o Estado se tornava mais centralizado em conseqüência dos interesses fundamentais dos grupos dominantes no poder: o sistema econômico exigia nesse momento a presença do Estado em determinados setores da produção (por exemplo, a política de defesa dos preços do café posta em prática depois de 1906) ao mesmo tempo que ao nível político defendia a articulação, ainda que dentro de certos limites, da Federação. A "política dos Governadores" representou a primeira etapa da evolução do Estado para uma maior centralização: os anos 20 serão caracterizados pelo processo da superação da descentralização da organização do Estado.[25] Essa centralização provocará o "inchamento" progressivo dos aparelhos do Estado, cujos ramos irão absorver um largo setor das classes médias. Certamente será preciso no futuro se examinar na "política dos Governado-

[23] Ver *Recenseamento de 1920*, vol. I, Introdução, Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1922, p. 433.

[24] Essa precisão foi formulada por Michael Hall. Somente através de uma pesquisa mais detida se poderá verificar esse dado aceito como do senso comum na formação das classes médias. Talvez o mais correto seja limitar esse processo a grupos decadentes da aristocracia rural no processo de modificação da produção do café. Além desse processo, a economia do café contribuirá para o desenvolvimento dos setores de circulação comercial e de serviços, indispensáveis à exportação do café.

[25] Esse aspecto foi por nós mais desenvolvido anteriormente, *op. cit.*, especialmente o exame da cena política.

res" a gênese do processo que fará gerar a classe média dependente do "estado cartorial" – sistema através do qual o Estado exercia uma política de patronagem, assegurando apoio político em troca do emprego público.[26] Os ramos do aparelho do Estado passaram a fornecer uma base econômica para os grupos "destituídos". "Essa nova base econômica foi a pré-indústria do emprego público, que o novo regime fundou e que se tornou para a grande aristocracia nacional mais vantajosa e lucrativa do que a velha indústria de exploração da terra, então profundamente desorganizada."[27] Entretanto, o significado desse "inchamento" do aparelho do Estado na verdade só poderá, apesar de críticas desse teor, ser percebido quando as classes médias ligadas ao Estado passaram a desempenhar um papel decisivo na montagem das alianças populistas depois do Estado Novo.

As classes médias também serão recrutadas, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, em outros grupos sociais diversos desses "grupos destituídos". Irão ocupar funções em áreas abertas pelo desenvolvimento do aparelho de Estado e dos circuitos comercial e financeiro.[28] Além dos brasileiros originários dos estratos mais empobrecidos, os imigrantes terão aqui um peso específico.

Alguns dados podem sublinhar o peso dessa imigração estrangeira no período:

BRASIL
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA, POR REGIÕES*
TOTAL DO PAÍS = 100

Regiões	*1872*	*1900*	*1920*	*1940*
Norte	2,2	0,6	2,7	1,4
Nordeste	13,3	5,2	2,1	1,4
Leste	60,6	34,6	25,3	23,1
São Paulo	7,6	41,4	52,4	57,8
Sul	15,8	17,1	15,7	14,5
Centro-Oeste	0,5	1,1	1,8	1,8

Fonte: Dados por Estados do IBGE: *Anuários Estatísticos do Brasil* (1908-12; 1939-40; 1941-45).

* Tabela B. 9, *in* Maria José Santos, *op. cit.*, p. 264.

[26] Sobre a definição de "Estado cartorial", ver Hélio Jaguaribe, *Economic and Political Development*, Cambridge Harvard U. Press, 1968, p. 144.
[27] Oliveira Vianna, "O Idealismo da Constituição", p. 143, *in* A. Carneiro Leão *et. al.*, *À Margem da História da República*, Rio, *Anuário do Brasil*, 1924.
[28] Saez, *op. cit.*, p. 29.

Os totais percentuais retificados em relação ao Brasil corresponderiam em 1872 a 3,79%; em 1900, a 7,12%; em 1920, a 6,00%; em 1940, a 4,36%.[29]

A vinda da mão-de-obra estrangeira para as atividades urbanas pode ser verificada através do exame da estrutura de ocupação.

BRASIL
MÃO-DE-OBRA ESTRANGEIRA NO PAÍS*
TOTAL = 100

	1872	*1900*	*1920*
Total ocupado	209.455	762.669	867.067
Agricultura	55,2	43,9	44,9
Indústria	10,1	8,0	24,2
Serviços	34,7	48,1	30,9
% estrangeiros trabalhando s/total estrangeiros presentes, com 14 anos de idade e mais	53,9	59,6	54,5

Fonte: Dados originais em Recenseamento Geral do Brasil (1920). Dados de 1872 e 1900 resumidos na Introdução, pp. VIII-XIII.

* Tabela B. 26, *in* Maria José Santos, *op. cit.*, p. 272.

Em São Paulo, essas classes médias compreendiam, além dos profissionais já apontados, funcionários públicos, pequenos comerciantes, entre os quais se notavam, além de descendentes de famílias paulistas antigas que nunca haviam enriquecido ou em decadência, descendentes de imigrantes que subiam na escala social por meio das profissões liberais, ainda não bem integrados com os elementos mais antigos desses contingentes.[30] Fora dos limites da produção do café, os grupos sociais "destituídos" também foram responsáveis pela formação das classes médias: é o caso de Pernambuco, onde o processo de concentração de terras em torno da

[29] Ver Tabela B. 8, *in* Maria José Santos, *op. cit.*, p. 263.

[30] M. I. Pereira de Queiroz, *op. cit.*, p. 144.

usina em detrimento dos engenhos expulsará pequenos proprietários para a cidade, onde um incipiente setor de serviços já se desenvolvia.[31]

Urbanização e oligarquia

A urbanização não foi, entretanto, um processo mágico que transformou os que dela participaram em representantes de interesses antioligárquicos ou em elementos capazes de pôr em xeque o projeto do bloco-no-poder. A cidade se desenvolve dentro da dinâmica do sistema agrário-exportador: essa situação marcará a ambigüidade das classes médias urbanas submetidas à dupla influência dos laços de dependência com as oligarquias e à ilusória autonomia que a participação nos serviços comerciais ou na burocracia do Estado pode dar a seus membros. Esse aspecto foi colocado de maneira lapidar por Paul Singer[32] ao analisar a relação entre o grau de desenvolvimento urbano e o início do processo de industrialização na América Latina: "Como se viu, a cidade, nesta altura (1914-1930), é basicamente antiindustrial. Ela é o bastião dos interesses oligárquicos, que favorecem a integração crescente do país na divisão internacional do trabalho, como produtor especializado de produtos primários." Durante as crises internacionais, quando ocorre a escassez de alguns produtos industriais (o artesanato não tem mais condições de atender às necessidades complexas da vida urbana), que torna inevitável a substituição de importações, pelo próprio tamanho do mercado urbano, as classes médias urbanas não perderão seus preconceitos em relação à "indústria nacional". Não será essa posição um indicador do peso desse "bastião de interesses oligárquicos" na ação das classes médias na Primeira República? Uma classe média que lamenta não poder comer mais manteiga dinamarquesa ou importar tecidos do Printemps ou da Galerie Lafayette, de Paris, dificilmente teria condições de ser o agente de um processo de industrialização.[33]

A urbanização é um processo que ocorre à sombra do fortalecimento da economia agrário-exportadora, que a longo prazo conformará o Estado à sua própria imagem; portanto, a própria burocracia, o aparelho de Estado: a cidade também colabora na construção da dependência das

---

[31] Saes, *op. cit.*, p. 33.

[32] Cf. P. I. Singer, "Campo da cidade no contexto histórico latino-americano", P. I Singer e F. H. Cardoso, *op. cit.*, p. 23.

[33] Mas esse industrialismo, paradoxalmente, não era privilégio das classes médias: na imprensa operária existem inúmeros ataques aos empresários industriais que usam sua influência política para proteger as indústrias artificiais e assim aumentar o custo da vida. Há muito pouca defesa da industrialização na imprensa operária da época (devemos essa observação a Michael Hall).

classes médias ao projeto do bloco no poder sob a hegemonia das classes dominantes agrário-exportadoras. É ilusório pensar o processo de urbanização como a passarela para a possibilidade do exercício da autonomia na prática política. Entretanto, como a urbanização é um processo no interior do qual há uma lenta diferenciação social, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial, é inegável que os novos protagonistas irão engrossar as fileiras da reação antioligárquica (profissionais liberais, funcionários, empregados e inclusive operários urbanos). Mas isso acontece em conseqüência de alterações ao nível político, quando alguns grupos regionais de dominação ampliam o esquema de aliança política para se fortalecerem contra as oligarquias nacionalmente dominantes.[34] Esse argumento é que possibilitará explicar a presença de novos grupos urbanos na política, menos do que o simples processo de urbanização.

Alguns dados podem fundamentar o processo de urbanização no Brasil:

DESENVOLVIMENTO DAS PRINCIPAIS CIDADES BRASILEIRAS
(1.000)

	1900	*1910*	*1920*	*1930*
Rio de Janeiro	480	850	1.150	1.430
São Paulo	240	375	579	889
Salvador	206	242	285	335
Recife	100	193	241	390
Porto Alegre	74	115	182	256

Fonte: Recenseamentos Gerais.

A população urbana no Brasil, em cidades de mais de 50.000 habitantes, evoluirá da seguinte maneira:

[34] F. H. Cardoso e Enzo Palleto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio, Zahar, 1970, p. 65.

POPULAÇÃO URBANA NO BRASIL (1872-1920)*

Censo	*População Total*	*População Urbana (50 mil ou mais)*
1872	4.930.478	5,9
1890	14.333.915	6,8
1900	17.438.434	9,4
1920	30.635.605	10,7

* Extraído de tabela elaborada por Juarez Brandão Lopes, *Desenvolvimento e Mudança Social*, SP, Ed. Nac., 1972, p. 16. Essa tabela está citada na íntegra no texto de F. H. Cardoso, "Implantação do Sistema Oligárquico" (dos governos militares a Prudente-Campos Sales), *História Geral da Civilização Brasileira*. Brasil Republicano, t. III, vol. 8, pp. 15 e segs.

INTERVENÇÃO POLÍTICA

Levando em conta o peso das expectativas com que se consideram as classes médias na América Latina depois da Segunda Guerra Mundial, a análise historiográfica do papel das classes médias na Primeira República no Brasil corre o risco de ser influenciada pelas mesmas expectativas. Ou, em outras palavras, a prática política das classes médias corre o risco de ser lida com as imputações, que lhes foram feitas num período posterior. Duplo equívoco, se for levado em conta o idealismo no qual se situaram essas imputações que pouco tinham a ver com a *performance* efetiva dessa classe. A abordagem desenvolvida por Johnson,[35] onde é atribuído às classes médias um papel importante no afrontamento com as classes dominantes e na luta pelo desenvolvimento, é bem representativa dessa tendência. Como essa, outras análises que se situam nessa orientação são provenientes de uma mesma perspectiva na sociologia e na ciência política americanas, só podendo ser entendidas no quadro de relações de dominação e de influência entre os Estados Unidos e a América Latina. Para enfrentar uma possível radicalização das classes populares era preciso desenvolver ao nível teórico um papel a ser desempenhado por uma força social que pudesse oferecer oposição, sem no entanto deixar de incorporar algumas dessas inovações: a situação de "basculante" das classes médias

[35] Cf. John J. Johnson, *Political change in Latin America (the emergence of the middle sectors)*, Stanford, Stanford University Press, 1967, p. VII.

entre as classes dominantes e os setores dominados, certamente lhes destinava ganhar esse papel.

O papel das classes médias como fator revolucionário

Outra análise situada nessa tendência é a de Robert Alexander, que reconhece as classes médias como agentes de uma revolução que está tendo lugar na América Latina e que essa revolução efetua uma "transformação social e política".[36] É o mesmo caso de Victor Alba, que não hesita fazer declarações do tipo de "Hoje, na América Latina, os interesses das classes médias coincidem com os interesses da sociedade latino-americana como um todo (e na atual conjuntura, com aqueles da humanidade)".[37] As classes médias nos anos 50 e 60 foram consideradas como a vanguarda de uma força modernizadora e industrializante capaz de colaborar eficazmente na transformação democrática dos sistemas políticos.[38]

Entretanto, a crítica a essas falsas expectativas imputadas às classes médias não pretende negar a capacidade de manifestação (e até mesmo de organização política) das classes médias, mas a confusão desse aspecto com uma vocação democrática irresistível. Em inúmeros casos na América Latina pode ser constatada a capacidade de as classes médias influenciarem o processo político: outra coisa é supor que essa intervenção tenha tido sempre um cunho democrático.[39]

Em relação às classes médias no período compreendido entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial se desenvolveram expectativas semelhantes, quase decalcadas nesse papel que se imputou às novas classes médias naquele outro período. A primeira expectativa seria sua *vocação de oposição às classes dominantes*, que entretanto já aparecia como pouco consistente, levando-se em conta a inexistência de uma ideo-

---

[36] Cit. James Petras, "Politics and Social Structure in Latin America", Nova York, *Monthly Review Press*, 1970, p. 37.

[37] Victor Alba, "La nouvelle classe moyenne latino américaine", *in La Revue Socialiste* (133), maio 1960, p. 470, cit. Nun, *op. cit.*, p. 162; cf. Petras, *op. cit., p.* 37.

[38] Charles Wagley, *An introduction to Brazil*, Nova York, Columbia University Press, 1963, p. 126, cit. Petras, *op. cit.*, p. 41.

[39] Essa observação devemos a Michel Debrun, que lembrou por exemplo o caso do peso político das classes médias na Argentina, ilustrado pela organização do Partido Radical. Para que essa questão do peso político das classes médias e para o melhor conhecimento da especificidade do caso brasileiro, doravante é indispensável evitar uma comparação com as classes médias, por exemplo, da Argentina, Chile e Uruguai. Algumas aberturas já foram dadas nessa direção por Jorge Graciarena, O *poder e as classes sociais no desenvolvimento da América Latina*, SP, Mestre Jou, 1971, e Luís Ratinoff, "The new urban groups; the middle classes", pp. 61-93, *in* S. M. Lipset, and Aldo Solari, *Elites in Latin America*, London, Oxford University Press, 1967.

logia distinta (como no caso das classes médias na Europa ou nos Estados Unidos) e sua identificação com os valores aristocráticos da classe dominante tradicional. Em seguida viria a *abertura das classes médias para a industrialização*, apesar de a pesquisa histórica concreta já ter indicado a relutância e até mesmo a franca oposição das classes médias na Primeira República à "indústria nacional". E, como último desses três mitos construídos em torno das classes médias, o *"civilismo"*, que, menos do que uma manifestação da autonomia das classes médias, indicava uma nova configuração das forças oligárquicas. A *desmontagem dessas três expectativas-mitos*, tentando superar essa vinculação teórica que apontamos (isto é, a necessidade de construir antecedentes compatíveis para a *performance* imaginária das classes médias depois da Segunda Guerra Mundial) parece ser essencial para o conhecimento concreto – e não mais ilusório – das classes médias na Primeira República.

Poderiam ser delineados três momentos principais da presença das classes médias urbanas a partir do século XIX: na consolidação do esquema agroexportador sob as novas bases dadas pela produção do café (por exemplo, a substituição da mão-de-obra escrava), na radicalização antioligárquica do início da fase republicana (1889-1894) e no período posterior à Primeira Guerra Mundial, marcando o ascenso dos grupos urbanos. As classes médias sempre estiveram associadas às diversas alterações da aliança política dominante até a Revolução de 1930. *Essas alterações provocadas pelas dissidências antioligárquicas, implicando o aumento tendencial do peso específico dos grupos urbanos, são, a nosso ver, a longa caminhada do aprendizado do papel de mediador que as classes médias desempenharão mais tarde nos mecanismos populistas. Elas serão a ponte possível entre as classes dominantes e as classes populares excluídas – durante toda a Primeira República – de qualquer aliança política efetiva.*[40] Ao se examinar o sentido da modificação das alianças políticas dominantes na Primeira República, constata-se que essa modificação não ocorreu graças a um projeto autônomo das classes médias. Essas puderam

[40] Além das formações ocasionais de oposição constituídas durante as campanhas de sucessão presidencial no período, que sempre apelaram para as populações urbanas (e as classes médias), é preciso analisar mais detidamente algumas lideranças específicas ligadas a essas classes médias, abertas para a questão do trabalho. Referimo-nos aqui a políticos como Maurício de Lacerda e Evaristo de Morais, que diversas vezes tentaram trazer a questão operária ao debate na cena política. Ver a propósito o trabalho de James Paul, McConarty, *The defense of the working class in the Brazilian Chamber of Deputies*, 1917-1920. New Orleans, Tulane University (Dept. of History), Tese de Mestrado, 1973.

"transar" com as classes dominantes graças somente à existência de dissidências internas no bloco do poder: economia escravagista *versus* economia exportadora baseada na mão-de-obra livre (no final do Império), produtores exportadores capitalistas do Centro-Sul *versus* coronéis controlando latifúndios de baixa produtividade, alianças políticas regionais *versus* desencadeamento do processo de intervenção e de centralização do Estado. Se for levado em conta o peso relevante que assumiram os grupos "destituídos" na formação heterogênea das classes médias, como pudemos constatar ao examinarmos a estrutura interna das classes médias, ficará clara a dependência que caracterizou as manifestações políticas e a expressão ideológica dessas classes. De qualquer modo, essa insistência sobre a origem das classes médias fica descompassada com a preocupação de rever a imputação de desempenhos. Essa dependência deve ser fundamentalmente examinada através da compreensão histórica de novos papéis assumidos pelas classes médias, a partir, por exemplo, da modificação das funções do Estado.

As manifestações políticas tradicionalmente imputadas às classes médias (a rebelião contra a vacina em 1904, a campanha civilista de 1909, a luta contra a carestia, as rebeliões tenentistas nos anos 1920 e a Revolução de 1930) aparentemente podem parecer ter um caráter autônomo porque divergiam ou se opunham à configuração do poder dominante. Entretanto, o afrontamento ao nível político não é suficiente para fundamentar a existência de um antagonismo efetivo ao nível dos interesses econômicos objetivos ou do quadro ideológico das classes médias. *Essa ocultação de dependência das classes médias ao nível ideológico (e em muitos* casos, *econômico, por exemplo, pela presença dessas classes nos ramos do aparelho do* Estado) *através de uma prática política divergente – mas não antagônica – da pauta vigente do sistema político não é suficiente para afirmar a vocação inerente às classes médias para a transformação do sistema político*, o que não quer dizer que todas as manifestações que a historiografia tem tradicionalmente imputado às classes médias não tenham tido repercussões efetivas.

Para o surgimento de conseqüências será condição a contemporaneidade das manifestações das classes médias com crises no interior da dominação oligárquica tradicional. Essa é uma questão crucial, pois visa criticar justamente o fundamento da análise teórica das classes médias num segundo momento (principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, como já vimos, e nas alianças populistas que se construirão) que tentará imputar às classes médias um projeto "democrático" e erigi-las como a

classe – apoio para as transformações do poder político na América Latina. Se na etapa correspondente à Primeira República no Brasil, a grande expectativa que se coloca no desempenho das classes médias é a de uma prática política numa perspectiva antioligárquica e antiindustrializante, depois da Segunda Guerra Mundial se imputará à classe média uma vocação "democrática", situada dentro dos quadros da problemática do desenvolvimento. Na verdade, na Primeira República, o que estava em causa era o alargamento do bloco no poder para a entrada de novas classes emergentes numa sociedade, diante da defesa e da dominação do projeto governamental pelas amarras de um agrarismo conservador.

Apesar das limitações impostas em conseqüência de sua heterogeneidade e de sua ambigüidade, as classes médias conseguiram de alguma maneira interferir no processo político da Primeira República. Como já referimos acima, esse tema carece de uma pesquisa historiográfica mais detida.[41] Desde o primeiro momento da agitação republicana pelo menos (pois, se os dados são sumários para a análise das classes médias na República, no Império são quase inexistentes) ficará claro que os grupos que manifestarão ou pressionarão por essa autonomia são compostos de elementos originários dos grupos oligárquicos tradicionais. Pertencem à burocracia civil e principalmente militar, fortalecida depois da Guerra do Paraguai (apesar de essa tendência de consolidação do Exército depois se interromper e os efetivos militares decaírem novamente) ou que desempenhavam no contexto de dominação um papel subordinado, como no caso dos Advogados, Deputados, Procuradores ou Chefes locais de Estados economicamente secundários.[42] Assim, desde o final do Império essa presença da classe média será exercida através da burocracia civil e do aparelho militar. Como não há um decalque estrito entre essas categorias – com diversidade de recrutamento e origens de classe diversas – e as classes médias, o estudo das relações entre as categorias e a classe média pode contribuir para o conhecimento do papel político desta última.

[41] A melhor síntese das manifestações políticas das classes médias urbanas no período, na historiografia recente, foi elaborada com muito cuidado por Carone, *op. cit.*, pp. 177-189. Algumas dessas manifestações, como a revolta contra a vacina, são aprofundadas pelo mesmo autor *in A República Velha (Evolução Política)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, pp. 198-202.

[42] F. H. Cardoso e E. Paletto, *op. cit.*, p. 64. A propósito da evolução dos contingentes do Exército ver o trabalho de José Murilo de Carvalho, publicado nesse livro: "As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador".

Identificação das classes médias com os Governos de Deodoro e de Floriano...

Depois da Proclamação da República, as classes médias são apresentadas pela historiografia como associadas aos militares, e são inúmeros os autores que consideram os dois primeiros Governos – especialmente a radicalização do "florianismo" – como marcados pela manifestação das classes médias.

Os dois primeiros Governos militares da República – Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894) parecem demonstrar algum grau de autonomia em relação aos grupos dominantes que controlavam o Estado no Império. Essa autonomia em parte é provocada pela presença de setores socialmente novos, representados pelos militares, como lembrou F. H. Cardoso em outra parte deste livro.[43] Na verdade, essa aparente autonomia é a tensão entre elementos politicamente antiinstitucionalizadores e entre elementos institucionalizadores (constituídos dos setores tradicionais, como fazendeiros de café e letrados civis) defendendo o estabelecimento de uma democracia formal. Jamais se poderá afirmar a existência de uma autonomia plena, pois, como lembra o mesmo trabalho, se não se levar em conta a articulação real (contraditória) entre o espírito oligárquico da burguesia agrária e o mandonismo do proclamismo florianista, não se entende a passagem do militarismo a um controle civil que jamais foi realmente "civilista".[44] Dá medida desse intrincamento entre movimento republicano e oligarquia agrária a análise que José Maria dos Santos faz da propaganda republicana: em alguns momentos e através de algumas lideranças a propaganda republicana tentou cativar a oligarquia agrária, ressalvando seus interesses escravagistas.

... e com a campanha civilista

Na eleição de Hermes da Fonseca, as classes médias são associadas à campanha civilista em torno de Rui Barbosa.[45] Sua campanha certamente tentou atrair o apoio das populações urbanas, através da defesa de princípios democráticos, do voto secreto, das tradições liberais e da cultura. Mas os limites desse civilismo, como manifestações autônomas das classes médias, podem ser facilmente depreendidos se for levado em conta que a base política principal dessa candidatura foi a oligarquia de São Paulo.

---

[43] F. H. Cardoso, ver vol. 1, *passim*.

[44] F. H. Cardoso, *idem*.

[45] Como bem mostra Boris Fausto, *Pequenos Ensaios da História da República, 1889-1945*, São Paulo, CEBRAP, 1972, pp. 25-26, indo contra os clichês da historiografia tradicional, o Governo Hermes da Fonseca foi menos "militarista" do que a campanha poderia fazer supor, apesar das manifestações "salvacionistas".

Numa terceira etapa, o Tenentismo aparecerá como o "braço armado" das classes médias, sem serem suficientemente evidentes as articulações de "representantes" com "representados" e com o aparelho militar como um todo. Se o civilismo fosse intrinsecamente uma característica das classes médias, parece ser impossível em tão limitado espaço de tempo (menos de cinqüenta anos) ter havido uma flutuação tão grande ao nível ideológico da posição das classes médias em relação aos militares (que oscilariam por sua vez entre as posições de seus "representantes" e de seus antagonistas).[46]

O civilismo no caso é mais uma ilustração da dependência das classes médias em relação às classes dominantes do que sinal de oposição a um militarismo que estivesse ligado ao projeto dominante. A bandeira do civilismo é uma das possibilidades de ocultação de que se valeram as dissidências dominantes das forças oligárquicas: não é uma exigência que condensa as oposições antioligárquicas – principalmente quando se verão, no caso de Hermes da Fonseca, as dificuldades criadas para algumas oligarquias regionais, derrocadas ou substituídas por outras na nova configuração do poder. O significado real do civilismo, menos do que manifestações da autonomia das classes médias, é a expressão do descontentamento das classes dominantes agrárias diante da manifestação de alguma independência do aparelho militar em relação ao projeto oligárquico.

Para o bloco no poder sob a hegemonia dos grupos agrário-exportadores, o aparelho militar deveria cumprir o papel de simples instrumento para a consolidação de uma política especificamente ligada ao exercício dessa hegemonia. A permanente desconfiança em relação aos militares, que as classes médias importaram das classes dominantes, contribuirá para que não se aprofundem laços organizacionais e programas comuns entre a classe e a categoria militar.[47] O civilismo pode servir como indicador para compor um perfil da classe média diferente daquele que supõe a possibilidade de oposição antioligárquica: dependente social e economicamente das classes dominantes, e a essas ligadas politicamente, conservadoras nos seus gostos e opiniões, as classes médias na Primeira República defendem o *status quo*.[48]

---

[46] Ver a análise extremamente crítica do civilismo desenvolvida por José Maria dos Santos, *A Política Geral do Brasil*, SP, J. Magalhães, 1930, pp. 434-435. Uma ilustração do tom dessa crítica. "A extensão sem dúvida notável que pode ter a propaganda 'civilista', foi sobretudo o resultado dos estipêndios fornecidos pelo Governo de São Paulo sobre os fundos da valorização do café", p. 434.

[47] Saez, *op. cit.*, p. 31.

[48] Ver a esse respeito a crítica de Rodolfo Stavenhagen, "Seven Fallacies about Latin America", p. 25, *in* J. Petras e M. Zeitlin, *op. cit.*, p. 49.

Para que manifestações como o tenentismo e o civilismo possam ser esclarecidas deve ser examinada a relação de representação entre classes médias e burocracia civil, entre classes médias e militares: de que maneira diante da incapacidade constitutiva das classes médias em se organizarem politicamente, elas passam a se manifestar através de outras categorias onde sua presença nem sempre é hegemônica. No interior dessas categorias, as classes médias repetem o mesmo relacionamento contraditório que marca sua presença na estrutura social: como não é compacta sua presença na burocracia e no aparelho militar, a sua manifestação no interior dessas categorias enfrentará as mesmas dificuldades que encontra no afrontamento com a burguesia e o proletariado. Mas quando e em que condições existiu entre representantes e representados uma relação "orgânica"?[49]

A questão obriga a não aceitar como dada, por exemplo, a representação exercida pelo Exército: caso contrário seria impossível compreender as flutuações dessa "representação", como já foi apontado ao indicarmos a oscilação entre civilismo e tenentismo. Caso as manifestações contestatárias de militares durante a Primeira República sejam definidas como manifestações plenas das classes médias, corre-se o risco de não se dar conta da natureza das articulações da representação dessas classes médias por ramos do aparelho militar.

A primeira tentativa de compreensão, entretanto, foi a de tentar diluir o aparelho militar no contingente das classes médias, através da demonstração da composição das Forças Armadas, na qual as classes médias seriam dominantes. Conseqüentemente, todas as manifestações das Forças Armadas estariam colocadas dentro da série de eventos que indicam a participação das classes médias. Essa abordagem deixa de lado a especificidade de um aparelho de Estado, como composição, formação, ideologia e interesse próprios, não automática e mecanicamente dependentes de uma classe. É indispensável ter sempre presente a autonomia (relativa) do aparelho de Estado em relação às classes que o compõem. Isso não significa que o aparelho de Estado paire sobre a estrutura de classes de uma determinada formação social: simplesmente as articulações entre estrutura de classe e aparelho de Estado não podem ser pensadas como dissolvidas uma na outra.

No que diz respeito às relações das classes médias com a burocracia civil, é preciso lembrar que a burocracia é uma categoria específica: seu

[49] Sobre a definição de burocracia ver Nicos Poulantzas, *Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista*, México, Siglo XXI, 1971, pp. 439-441.

funcionamento não está diretamente determinado por sua origem de classe. Ela vai depender do funcionamento concreto dos aparelhos de Estado e das relações do Estado com as diversas classes.[50] Assim, quando apontamos no processo de formação das classes médias o peso que teve a ampliação dos quadros do aparelho de Estado, isso não quer dizer que a burocracia passe a funcionar como o "braço civil" das classes médias em se organizarem. O forte contingente das classes médias na burocracia civil pode muitas vezes criar a ilusão da possibilidade do afrontamento entre a classe média e as classes dominantes. Na realidade, o que acontece geralmente é o afrontamento, no quadro administrativo, de uma certa fração dominante que enfrenta, em nome das classes médias, uma outra fração da mesma classe.[51] Assim, a situação das classes médias, "representadas" através da burocracia, também está dependente dos conflitos no interior do bloco no poder. Elas se beneficiarão da ocultação que confere o exercício de funções do Estado – que não são fundamento do poder político, mas centro do poder político.[52] Essa situação ficará clara quando numa etapa posterior de incorporação dessas classes médias ao aparelho de Estado, principalmente depois do Estado Novo, a presença dessas classes aparecerá sob o aspecto de barganha com as forças políticas dominantes.

Os contornos dessa relação de representação ficam mais nítidos através do exame da característica endêmica de exclusão e de limitação das exigências populares nos sistemas políticos latino-americanos. No Brasil essa característica assumiu, depois da Proclamação da República, a forma do liberalismo político: a mudança de regime ocorre simultaneamente a modificações do quadro ideológico, mas essas modificações não implicaram a ampliação de participação de largos setores que compõem a população, continuando a vigorar o elitismo presente na organização política do Império.[53] As classes dominantes ligadas à economia agrária exportadora, diante das modificações que têm lugar no final do século XIX,

---

[50] N. Poulantzas, *op. cit.*, p. 439.

[51] A respeito desse conflito, ver Manoel Villa, "El surgimiento de sectores sociales medios y la revolución mexicanan", p. 118, *in Revista Latino Americana de Ciencias Sociales*. A propósito do funcionalismo, ver Rowland (Robert), "Dependência, Oligarquias e Camadas Médias no Brasil: notas para uma interpretação da Revolução de 1930", *in* Centre Europe Tiers Monde, *Dependance et Structure de Clases en Amérique Latine*, Genève, 1972.

[52] N. Poulantzas, *op. cit.*, p. 440.

[53] Sobre a característica de exclusão no sistema político nas formações sociais latino-americanas, ver Stanley e Barbara Stein, *La Herencia Colonial de América Latina*, México, *Siglo* XI, 1970, p. 193, Tulio Halperin Donghi, *Histoire Contemporaine de l'Amérique Latine*, Paris, Payot, 1972, p. 186.

aparentemente se enfraquecem dentro da nova configuração da política republicana (democrática, presidencial e federativa), mas através desse novo esquema conseguem reforçar o controle sobre as massas rurais e moldar as possibilidades de neutralização dos grupos urbanos nascentes (grupos industriais, classes médias, operariado). As novas instituições republicanas visaram à "construção de um novo modelo de exclusão política".[54]

A instituição da democracia representativa e do sufrágio universal masculino, avanços aparentes em relação ao quadro político anterior, eram símbolos poderosos que tinham condições de legitimar a dominação das classes dominantes tradicionais.[55] As restrições do voto ao analfabeto,[56] contidas na Constituição de 1891, excluindo do sistema representativo os trabalhadores rurais e quase a totalidade do operariado urbano, eram consideradas menos discriminatórias que o voto censitário, baseado na renda, porque fundadas em noções como "cultura", "educação", ligadas à ascensão da burguesia. Dentro desse quadro democrático representativo, o "coronelismo" – mecanismo de controle político exercido por chefes locais que se valia de repressão e de paternalismo – passará a desempenhar um papel importante no processo político, fornecendo a articulação fundamental para a política das classes dominantes tradicionais. Essas passarão a controlar globalmente o sistema político através das oligarquias regionais e da "política dos Governadores".

---

[54] Saes, *op. cit.*, p. 46.

[55] Para a melhor compreensão dessa "comédia ideológica", ver o texto de Roberto Schwartz, "As idéias fora do lugar", *in Estudos Cebrap*, 3, jan. 1973, pp. 149 a 161. Ver também a análise do "favor" das classes dominantes como indicação da dependência das classes médias: "Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que na acepção européia não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade e o funcionário para o seu posto", p. 154.

[56] Ver a esse respeito José Honório Rodrigues, "O voto do analfabeto e a tradição política brasileira", pp. 135-163 e "Eleitores e Elegíveis: Evolução dos Direitos Políticos no Brasil", pp. 165-179, *in* J. H. Rodrigues, *Conciliação e Reforma no Brasil, um desafio histórico cultural.* Rio, Civilização Brasileira, 1965. Na mesma direção, ver Joseph Love, "Political participation in Brazil, 1881-1969", *Luso-Brazilian Review*, 7, nº 2, dec. 1970.

Na realidade os estrangeiros não eram excluídos totalmente do voto. Michael Hall nos lembra que a naturalização era muito fácil e que os estrangeiros podiam então votar; mas os imigrantes se preocupavam pouco com eleições. O jornal *Fanfulla*, por ex., exortava os italianos a se naturalizarem e se revoltava contra o fato de os estrangeiros ignorarem todo o processo eleitoral. O mesmo autor nunca detectou na imprensa nenhuma indicação de se tentar demover os estrangeiros de votarem. Aparentemente eles consideravam (lucidamente) as eleições tão absurdas que não se importavam com a "mise-en-scène".

A esse modelo político vão aderir as classes médias – principalmente aqueles conjuntos oriundos dos grupos destituídos – graças à dependência social, familiar e econômica. A concepção de democracia para os "homens cultos" se ajustava às expectativas dessas classes médias, pois elas não vão se sentir excluídas do sistema e contribuirão para reforçá-lo através de um *elitismo* que marcará sua presença no processo político. Por outro lado, a visão "politizada" da economia,[57] essa capacidade que tinham as classes dominantes tradicionais de defender seus interesses econômicos através do controle do Estado, não punha em risco suas concepções globais de liberalismo político e de não-intervencionismo econômico, nas quais baseavam suas objeções ao protecionismo industrial. São essas justamente as características principais do quadro ideológico das classes médias durante a Primeira República: elitismo, civilismo, antiintervencionismo, agrarismo, antiindustrialismo.

Essas características podem ser localizadas no interior dos efeitos ideológicos da situação das classes médias[58] no plano econômico. O agrarismo, o antiintervencionismo, o antiindustrialismo podem ser entendidos como aspectos ideológicos anticapitalistas, provocados pelo medo da proletarização e sobretudo de uma transformação da sociedade. O agrarismo é intensamente compartilhado pelas classes médias urbanas, o que as aproxima e as solidariza com as classes dominantes agrárias tradicionais e indica, de algum modo, a presença dos grupos "destituídos". Antiindustrialismo é uma decorrência natural desse traço, mas tem grande peso o medo de que a indústria implique a "proletarização" evidenciada pelo pagamento de salário e o despojamento da propriedade dos meios de produção. O antiintervencionismo manifesta por outro lado alguma distância em relação aos grupos dominantes, que trazem em si a ameaça da transformação social, por causa de seu controle sobre o aparelho de Estado: as classes médias, ao contrário de todas as expectativas nela depositadas, são firmemente arraigadas ao *status quo*, classes estratégicas para a reprodução do modelo de exclusão política.

No aspecto-mito da passarela, isto é, no fato de as classes médias aspirarem sempre a se tornarem burguesia, pela passagem individual para o alto dos "melhores" e dos "mais capazes", está o elitismo, que assume a

[57] Warren Dean, *The planter as an entrepreneur: the case of São Paulo*, Austin, University of Texas, 1967, p. 147.

[58] N. Poulantzas, *Fascisme et Dictature*, pp. 262-264, apresenta as principais características dos efeitos ideológicos da situação específica das classes médias no plano econômico.

forma própria do bacharelismo. Através dele as classes médias defendem sua posição acima do proletariado, graças à sua passagem pelos circuitos da educação, conferida pelo aparelho escolar e pelo acesso à "cultura", facilitado pelas relações familiares. Até que ponto essa ênfase na validação social via educação não seria um elemento próprio da ideologia das classes médias na Primeira República? Poderíamos observar nesse sentido que essa validação principalmente fornecida pelas faculdades de Direito, poderoso elemento da reprodução estrutural e da consolidação do aparelho de Estado, serve para reforçar a ligação das classes médias à manutenção do *status quo*. Caberia ainda ver de que maneira se entrosam e se complementam os mecanismos do "coronelismo", que assume um papel primordial como articulação principal dos controles sociais e políticos exercidos pelas classes dominantes tradicionais, e do "bacharelismo" – a mitificação em torno da formação obtida nas faculdades. Essa complementação vai ocorrer na burocracia, à qual esses bacharéis terão acesso, mas à qual raramente serão capazes de desenvolver um projeto próprio.

Finalmente, o civilismo significaria o fetichismo do poder, isto é, por causa de seu isolamento econômico e por causa de sua proximidade-oposição à burguesia e ao proletariado, crença no Estado neutro acima das classes. Todas as manifestações repertoriadas na *performance* das classes médias tiveram no seu bojo a crença na "arbitragem" do Estado – luta contra a carestia, habitação, rebeliões tenentistas. Especialmente essas possuem como denominador comum a característica de tentar, por meio de golpes de Estado, mudanças na estrutura da sociedade mas, ao mesmo tempo, sem criar condições para que as massas populares interviessem no processo de mudança política.

Esses elementos da ideologia pequeno-burguesa por nós apontados – que tornaram possível a relação de "representação" aparente das classes médias pela burocracia e pelo aparelho militar – em sua maioria eram incorporados da ideologia das classes dominantes. Entretanto, não basta apontar a importação desses temas, mas cumpre examinar de que maneira eles serão transformados no interior das reivindicações e das manifestações das classes médias. Além disso, é bom termos em conta que a ideologia pequeno-burguesa não é senão a adaptação complexa da ideologia burguesa às aspirações próprias da pequena burguesia.[59] Não causará então surpresa essas classes médias aceitarem os ideais e valores de classe dos grandes proprietários de terra. Nem o fato de copiarem – no que lhes

[59] N. Poulantzas, *op. cit.*, p. 273.

permitiam suas posses – seu modo de vida. Seu projeto não era fazer aceitar seus ideais e valores, que não tinham, mas "participar dos privilégios e prerrogativas da classe superior, a começar pelo privilégio da autoridade e do mando".[60]

Entretanto, apesar desses laços de dependência que atrelam as classes médias às perspectivas das classes dominantes, é preciso ir além da descrição dos papéis de "guardião" e de "fachada" do sistema oligárquico exercido pelas classes médias. De modo a evitar que se chegue ao extremo da negação da possibilidade de qualquer prática política efetiva das classes médias e se possa verificar se as classes médias tinham aspirações próprias que pudessem ser canalizadas no interior desse quadro ideológico dependente das classes dominantes. A nosso ver essas aspirações estão contidas menos no conteúdo das reivindicações e dos elementos da ideologia do que no sentido que elas assumiam para a pequena burguesia na defesa de sua situação na estrutura de classes. Assim, em alguns casos e em alguns momentos, elementos da ideologia pequeno-burguesa específicos e próprios à pequena burguesia, e que estavam anteriormente imersos no discurso da ideologia burguesa, são reavivados e surgem de maneira aguda.[61] Esse parece ter sido o caso de valorização da educação, do aparelho escolar e universitário a respeito do qual a classe dominante tradicional jamais se preocupou, ou pelo menos nunca deu prioridade, pois não estava pressionada a se legitimar através do diploma (como necessitavam as classes médias).

CONCLUSÃO

Levando em conta a estrutura interna das classes médias (heterogeneidade) e sua dependência ao nível ideológico (ambigüidade) dificilmente elas poderiam ter assumido a defesa de um projeto que se situasse fora do quadro dessa dependência ou de desenvolver ao nível político uma prática autônoma fora dos quadros da "representação". O significado das manifestações das classes médias, como já havíamos apontado, só teve conseqüências quando foram contemporâneas de crises no interior da dominação oligárquica tradicional (Proclamação da República e crise do Império, revolta da vacina e revolta militar de 1904, tenentismo e política dos Governadores, Revolução de 1930 e crise do Sistema Federativo).

[60] M. I. Pereira de Queiroz, *op. cit.*, pp. 108-109.

[61] N. Poulantzas, *op. cit.*, p. 273.

As classes médias jamais atuaram, nem tinham condições para tanto, no sentido de uma transformação radical (o que seu discurso por vezes ilusoriamente poderia fazer crer), mas no sentido de contribuir para a *redefinição*[62] das alianças políticas dominantes (ou provocá-las), o que eventualmente teve como conseqüência a ampliação dos limites de sua presença política na sociedade. As classes médias na Primeira República jamais tiveram um desempenho que visasse diretamente o aumento de seu poder no sistema político brasileiro e jamais foram capazes de promover transformações que pusessem em risco a pauta de dominação vigente. Sua atuação preponderante sempre foi no sentido de compor com as classes dominantes. Se em alguns momentos pareceu que elas se opunham ao bloco no poder, isso se deveu ao fato de sua ligação com dissidências, não-hegemônicas, das classes dominantes, interessadas em compor com as classes médias. A cada avanço das classes médias correspondeu o ingresso de grupos dissidentes nas alianças políticas dominantes: menos do que pela prática política das classes médias, a transição no sistema de controle político foi determinada pela ação desses grupos não conformistas que surgiam no interior das próprias classes dominantes.[63]

Não seremos mecanicistas a ponto de propor que esse projeto estivesse claro na atuação das classes médias. O que havia era simplesmente o contorno dessas possibilidades dado pelas características estruturais e ideológicas da classe. O papel das classes médias se restringiu ao que poderíamos chamar de "mediadoras" da redefinição que o bloco no poder e o Estado começam a sofrer durante a Primeira República. Elas provocaram sucessivos reajustamentos do projeto dominante tradicional

---

[62] O emprego desse termo foi inspirado na feliz metáfora de F. H. Cardoso, sobre a situação do setor "moderno" na análise dualista, em "Industrialização, dependência e poder na América Latina", p. 34, in *Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972: "A crítica mostrou, entretanto, que o dinamismo do setor moderno da sociedade não pode ser explicado independentemente dos processos que afetam o setor tradicional. Em vez de suporem que o setor moderno se justapõe ao setor tradicional da sociedade, como o óleo na água, sem levar a uma *redefinição* intrínseca de cada um deles, os críticos do dualismo procuram mostrar que existe uma subordinação dos interesses dos setores tradicionais aos modernos e que estes, se não surgem daqueles, existem em estrita relação com eles." O termo *redefinição* pretende ainda conter a crítica da possibilidade de atuação das classes médias na transformação efetiva das estruturas, na linha do conceito de "conciliação" proposta por J. H. Rodrigues, *op. cit., passim*. Nele pretendemos incorporar a afirmação inicialmente proposta por Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo da Cultura, 1959, *passim*, do não-antagonismo entre os interesses dos grandes proprietários de terra ligados à exportação e os grupos industriais nascentes.

[63] F. H. Cardoso e E. Faletto, *op. cit.*, p. 64.

através das aspirações contraditórias que lhes eram próprias. No caso da dificuldade do abastecimento dos bens de consumo durável, por exemplo, através do mercado internacional, sua resistência em decrescer sua pauta de consumo certamente terá contribuído para que a indústria nacional à qual ela se opunha por causa da dependência ao nível ideológico, mas à qual efetivamente ela será obrigada a recorrer, possa se desenvolver. A estrutura da dominação no caso se acomoda, se redefine, as classes médias são "atendidas" concretamente e a dependência delas em relação às classes dominantes permanece inabalada.

Ao nível ideológico, o liberalismo democrático vai conseguir integrar os novos grupos sociais sem que haja uma transformação das estruturas socioeconômicas, da estrutura de poder. Assim sendo, o liberalismo, o radicalismo, o civilismo das classes médias (geralmente realçados em detrimento do conservadorismo, do elitismo e do agrarismo) não as convertem em agentes de transformação, mas em colaboradores eficientes das modificações que obrigatoriamente têm de ser levadas a cabo pelas classes dominantes para manterem intacta a pauta de exploração. Certamente já se chegou ao momento de ultrapassar a superestimação idealista do papel das classes médias, de modo a não se levar mais água ao moinho das análises políticas que fizeram depender todo o projeto político alternativo de uma esperada definição das classes médias que nunca ocorreu. Nem podia ter ocorrido.

CAPÍTULO II

UM CONFRONTO ENTRE JUAZEIRO, CANUDOS E CONTESTADO

1. INTRODUÇÃO

1 – Os movimentos rurais brasileiros que aqui serão estudados desenvolveram-se dentro dos quadros de uma *tradição rústica* cujos aspectos centrais constituirão objeto de exame ao longo da exposição. Deixando a discussão de algumas questões teóricas relacionadas com essa *tradição* para a parte final, onde, de modo breve, serão examinadas, basta que se reconheçam agora as características da religiosidade que lhe é peculiar.

A variante do catolicismo, comumente designada como *catolicismo rústico*, é, com freqüência, vista apenas como a expressão de um empobrecimento com relação às fontes originais, ou como o resultado de sincretismos espúrios. Entendê-la desse modo significa, primeiramente, aferi-la de maneira arbitrária e enviesada, através do contraste com as modalidades ilustradas do cristianismo, minimizando sua especificidade e originalidade. Em segundo lugar, implica ignorar o papel desempenhado universalmente pelos sincretismos em todas as grandes religiões.

Afastando resolutamente preconceitos intelectualistas e elitistas, é preciso reconhecer que o catolicismo popular brasileiro, de um modo geral, e em sua modalidade rústica, em particular, tem suas raízes mais importantes plantadas no solo da Grande Tradição judaico-cristã, onde sobressaem, às vezes contraditoriamente, a esperança messiânica do Reino de Deus numa terra renovada, e as expectativas de uma expiação individual. Apresenta, por isto mesmo, características que estão presentes no cristianismo europeu mediterrâneo (tanto de influência romana, como greco-ortodoxa),[1] e, com maior razão, nas manifestações populares do catolicismo em toda a América Latina.

[1] Cf. Mircea Eliade, *Mito e Realidade*, Editora Perspectiva, S. Paulo, 1972, pp. 148-150.

Com respeito a este último ponto, é importante assinalar que, na América Latina, ao contrário (ou, pelo menos, mais acentuadamente) do que ocorreu em outras partes do mundo afetadas pela expansão do Ocidente, a cristianização foi regularmente associada à instauração de um poder colonial sobre as populações submetidas. Mais importante do que isto, gerou uma "cristandade colonial",[2] expressão da submissão das classes inferiores, mas, paradoxalmente, com potencialidades subversivas que se estenderam muito além dos momentos históricos da libertação política, na medida em que, apesar desta, persistiram estruturas sociais e econômicas opressivas.

2 – Os movimentos brasileiros, objeto desta análise, inserem-se no contexto de transformações sociais, políticas e econômicas que tiveram seu princípio antes da instauração da República, mas que nesta encontraram sua mais completa manifestação. De um modo muito geral, e com incidências mais ou menos acentuadas em cada caso, essas transformações dizem respeito às mudanças no relacionamento entre o sistema local de mando e os círculos abrangentes de poder político, de administração e da economia. De modo sintético, e sob um de seus aspectos, pode-se dizer que esses fenômenos ligam-se com o que tem sido caracterizado como uma crise no mandonismo tradicional e, mais especificamente, com a emergência do coronelismo.[3]

De modo marcante, o "coronel", como tipo social peculiar à Primeira República, surge como uma figura suspensa entre duas ordens de lealdade, nem sempre compatíveis: as exigências e expectativas decorrentes de suas relações com as "situações" políticas e aquelas derivadas de seus laços com uma clientela. Seus antepassados no mandonismo local, régulos e potentados rurais, "homens bons da governança da terra", viam-se reconhecidos por parte das autoridades como um poder costumeiro local, garantido pela estrutura patrimonialista de dominação. Ao isolamento das áreas em que atuavam correspondia uma relativa deficiência nos recursos de controle que sobre eles poderia ser exercido, bem como uma rarefação em suas transações com as autoridades externas que nem sempre eram a parte forte nos jogos políticos.

---

[2] Cf. Enrique Dussel, "Dominação-Libertação: um Discurso Teológico Diferente", *Concilium*, 1974/6: número "X", p. 732, nota 36.

[3] Cf. Duglas Teixeira Monteiro, *Os Errantes do Novo Século, Um Estudo sobre o Surto Milenarista do Contestado*, Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1974.

Com a emergência do "coronel", o mandonismo local tem seu poder de barganha acrescido em decorrência do significado adquirido pela representação político-eleitoral. Ao mesmo tempo, entretanto, reduziu-se a autonomia do poder local com a diminuição do isolamento, propiciada pela modernização dos meios de transporte e de comunicação; com a progressiva integração no sistema econômico global de áreas de sertão, antes relativamente marginalizadas; com a criação de mecanismos mais eficientes e mais próximos de controle, por força da descentralização republicana. Por outro lado, a autoridade estadual e federal, conquanto fosse uma força incipiente, tendia a crescer. Entre essas duas tendências – a do declínio do poder local, e a do reforço do poder das oligarquias – é que se define o *ponto ótimo* a que se refere Victor Nunes Leal, lugar do *compromisso coronelista*, onde a parte, atual ou potencialmente mais forte, está com as autoridades externas, particularmente, com as oligarquias estaduais.[4]

Da perspectiva desta análise, importa acentuar que o processo acima referido significou, *como tendência*, o perecimento do patriarcalismo rural, isto é, de um sistema de dominação onde consenso e coerção associavam-se, reduzindo-se, por este modo, o âmbito e a possibilidade da "influência natural dos donos de terras."[5] E isto, na medida em que nem sempre foi viável conciliar os interesses oligárquicos e os das clientelas.[6]

Como um amplo pano de fundo para esses fenômenos, certamente pode ser invocado o processo mundial de expansão dos modos de produção capitalistas. Seja através das repercussões nacionais dos surtos econômicos mundiais, ligados à borracha e ao algodão, seja pela intensificação da aplicação de capitais europeus e americanos na construção e na exploração de ferrovias, de modo direto, ou indireto, nas últimas décadas do século XIX, e durante a Primeira República, em vários pontos do território brasileiro, os sertões foram sendo abertos à penetração de estilos de vida e modalidades de relacionamento econômico "modernizantes" e incompatíveis com o patriarcalismo rural. Se é falso pensar-se a fase anterior como de isolamento com relação ao sistema econômico nacional, é também incorreto ignorar que, a partir de um certo momento, esse relacionamento não apenas se ampliou, como sofreu importantes alterações qualitativas.[7]

---

[4] Cf. Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, Rio de Janeiro, 1948, pp. 182 e ss.

[5] *Idem*, p. 186.

[6] Duglas Teixeira Monteiro, *op. cit.*, pp. 26 a 31.

[7] No Nordeste, transformações ligadas ao surto da borracha da Amazônia, ao plantio de maniçoba, à introdução do trabalho assalariado nas plantações de algodão. No Sul, expansão ferroviária e instalação de moderna indústria madeireira.

3 – Finalmente, não é sem importância lembrar numa introdução, cujo propósito é apenas situar os movimentos a serem estudados dentro de um quadro geral de referência, que, em escala mundial, e do mesmo modo, em conexão com a expansão capitalista, movimentos sociais semelhantes eclodiram.[8] A *simbiose* entre surtos milenaristas e banditismo social, de que fala Hobsbawm referindo-se a movimentos ocorridos na Itália e na Espanha – e que, talvez, de modo melhor pudesse ser chamada de *síndrome* –, aparece, seguramente, de modo mais claro quando se leva em conta o impacto dessas transformações em comunidades rústicas ou em populações primitivas destribalizadas. Alguns dos grupos submetidos a esse processo reagiram em face do desmoronamento do mundo a que estavam habituados. Ao fazê-lo, irromperam no curso de uma história dramática de submissão para trilhar os caminhos da rebeldia sem projeto ou seguir as vias místicas que lhes eram dadas, ousando assumir a condição de sujeitos.

2. CANUDOS E JUAZEIRO NO CONTEXTO DA IGREJA CATÓLICA

A interpretação dos movimentos sociais de Canudos e de Juazeiro beneficiou-se recentemente com os resultados de pesquisas históricas que puseram em evidência os nexos entre as transformações pelas quais passou a Igreja Católica no Brasil da época e a atuação de Antônio Conselheiro, Padre Cícero e seguidores. Com relação ao Conselheiro, a divulgação tardia de uma coletânea de suas prédicas alterou de modo substancial a imagem formada a partir de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Deixando a análise do que pode ser revelado por esses documentos para o tópico onde, de modo específico, será examinado o movimento de Canudos, as referências que se seguem dizem respeito apenas às transformações eclesiásticas mencionadas acima.

Um dos Autores cujos estudos são aqui utilizados observa que a década iniciada em 1860 foi assinalada, particularmente no Nordeste, por uma seqüência de importantes reformas na estrutura eclesiástica e no modo de atuação da Igreja.[9] Basicamente, essas reformas incidiram sobre

---

[8] Cf. Vittorio Lanternari, *As Religiões dos Oprimidos*, Editora Perspectiva, S. Paulo, 1974.
[9] Ralph Della Cava, "Brazilian Messianism and National Institutions: a Reappraisal of Canudos and Joaseiro", *Hispanic American Review*, XLVIII, 3, 1968, pp. 402 a 420.

três pontos, a saber: a busca de uma aproximação maior com relação ao povo, especialmente com os elementos das classes subalternas; a reorganização das jurisdições eclesiásticas; o reavivamento espiritual, entre leigos, mas, particularmente, entre clérigos. Novas dioceses foram criadas e seminários foram fundados com o propósito de formar um clero virtuoso e culto. Igrejas, capelas e cemitérios – evidências materiais da presença católica – foram reformados ou reconstruídos com a ajuda financeira dos ricos e com o esforço físico de paroquianos pobres arregimentados. Padres seculares, educados em seminários do Sul e identificados com esse espírito de mudança, foram designados como bispos nas novas dioceses, imprimindo nelas a marca dessas novas orientações.

Tentava-se com tudo isto abandonar um catolicismo colonial, frouxo e permissivo e adotar uma linha européia romanizante. Esta política deve, entretanto, ser compreendida no contexto da longa crise pela qual passaram a Igreja e o Papado a partir da Revolução Francesa. Enfrentando as disputas entre ultramontanos e liberais, e envolvido no complicado jogo político ligado ao *Risorgimento* – que acabaria por retirar-lhe o poder temporal em 1870 –, o Papado busca afirmar-se como poder espiritual. Desde o início do reinado de Pio IX (1846), "o reforço da autoridade torna-se sistemático, a fim de melhor conter a Revolução que, a pesar de tudo, continuava".[10] As igrejas nacionais têm sua importância reduzida; a liturgia romana é implantada de modo geral; acentua-se o retorno à observância do direito canônico. Bispos e padres são encorajados a recorrer à Cúria Romana para toda espécie de questões. A infalibilidade papal é, pela primeira vez, aplicada em 1854, na proclamação do dogma da Imaculada Conceição. A encíclica *Jamdudum cernimus* (Pio IX, 1861) denuncia as ameaças contra o casamento e o ensino religiosos, decorrentes da política do Governo de Vítor Emanuel no Piemonte, que afirmava agir em nome da liberdade e do progresso. Desse documento pontifical emanou o *Syllabus* de 1864 – onde o progresso, o liberalismo e a civilização moderna são anatematizados – precedido pela encíclica *Quanta cura*, que condenava o *racionalismo* (especificamente, enquanto negação da divindade de Cristo); o *galicanismo* (submissão da autoridade eclesiástica às sanções do poder civil); o *naturalismo* (no que se refere à defesa de um Estado neutro do ponto de vista religioso, com liberdade de imprensa e de culto).[11]

---

[10] Henri Verbist, *Les Grandes Controverses de l'Eglise Contemporaine, de 1789 à nos jours*, Collections Marabout, vol. 214, Gerard & Co., Verviers, Bélgica, 1971, p. 107.
[11] *Idem*, pp. 92 a 112.

Esse processo, cujos efeitos se estenderam muito além da Europa, culminou no Concílio Vaticano I (1869-1870), onde se estabelece como dogma a infalibilidade papal.

No Brasil, o conflito entre a hierarquia da Igreja e a Monarquia – conhecido como "Questão Religiosa" (1872) – e a *romanização* situam-se dentro desse quadro internacional e correspondem à preocupação de reforçar a Igreja contra os avanços das idéias republicanas, da maçonaria, do positivismo e do protestantismo.

Um precursor do Padre Cícero

Em conexão, ao que parece, significativa com os fatos anteriormente mencionados, registra-se no Nordeste, por volta de 1853, a presença de um homem que, sob certos aspectos, poderia ser considerado um precursor de Cícero Romão Baptista – o Padre Mestre Ibiapina.[12] Tendo sido antes Advogado e Juiz de Direito, Ibiapina converte-se, ordena-se, e inicia uma carreira de missionário no sertão. Desde então, desenvolve uma militância religiosa intensa, marcada de modo peculiar pela fundação em vários Estados nordestinos de "casas de caridade" (orfanatos para jovens desvalidas e escola para filhas de pessoas de recursos). Geridas por uma ordem religiosa não oficial, mas tolerada pela Hierarquia, essas instituições (cujo pessoal era formado por *beatas*) tornaram-se o núcleo principal de atuação do missionário. Ibiapina foi tido como profeta e curador, não se limitando, porém, a práticas piedosas e filantrópicas, mas estendendo seu campo de atividades à construção de açudes, de estradas etc. As autoridades religiosas, entretanto, viam com reservas seu comportamento autônomo. Assim, a partir de um certo momento, as "casas de caridade" foram postas sob a jurisdição da diocese de Fortaleza, abandonando Ibiapina seu apostolado.

A sementeira do Padre Mestre fora, entretanto, bem feita. Após sua morte (1883), não somente persistiu, como ampliou-se o número de *beatas* e de *beatos* ligados aos vigários do sertão. E, o que vem a ser mais importante, tanto o Padre Cícero como Antônio Vicente Mendes Maciel – o futuro Conselheiro – certamente, de modo direto ou indireto, como observa Della Cava,[13] viram-se envolvidos pela aura de Ibiapina. Mais do que isto, não deram curso a um estilo totalmente novo de piedade e prática religiosas. Antes, acentuaram, de modo dramático (ou trágico, no caso do Conselheiro), uma orientação que, não somente era consentânea com

---

[12] Cf. Ralph Della Cava, *op. cit.*, e Abelardo Montenegro, *Fanáticos e Cangaceiros*, Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, Ceará, 1973.

[13] Ralph Della Cava. 1968.

relação ao clima religioso da região e da época, como tinha precedentes bem estabelecidos no Nordeste.

Talvez se possa dizer que, no sertão, as energias desencadeadas com o reavivamento produziram frutos não desejados pelos seus promotores. Postas em ação, elas pouco representaram como escudo contra os inimigos externos do catolicismo. Os alvos principais de agressão e defesa, contra os quais eram dirigidas, estavam muito mais presentes no litoral e nos centros desenvolvidos. Deste modo, essas energias acabaram por ser consumidas internamente. E isto, tanto através da exacerbação mística, quase herética e quase cismática de Juazeiro, como através do monarquismo *sui generis* e da heróica resistência ortodoxa do Conselheiro, disposto a defender a Igreja até mesmo contra os que a representavam.

3. JUAZEIRO DO PADRE CÍCERO[14]

As referências concretas à longa história do movimento de Juazeiro serão aqui reduzidas ao necessário para fundamentar as observações interpretativas apresentadas no decorrer deste trabalho. Dentro dos inevitáveis limites de espaço, seria temeridade pretender registrar extensamente as minúcias dessa complicada seqüência de eventos.

De início, cabe observar que a unidade desse movimento – aquilo que lhe confere fisionomia própria, desde seus modestíssimos pródromos até a aparente sedimentação do Juazeiro de nossos dias – é dada pela biografia do Padre Cícero Romão Baptista. Em termos positivos, assim é, pelo caráter central que apresenta. Em termos negativos, pela ausência de estudos sistemáticos sobre a comunidade de seus seguidores. Sabe-se hoje bastante a respeito de Cícero, das figuras que, de modo direto, o cercaram nos vários momentos de sua carreira, dos jogos políticos e econômicos em que se envolveu, de seu dramático relacionamento com a hierarquia da Igreja. Conhece-se pouco, todavia, sobre os horizontes ideológicos e as expectativas políticas e religiosas de seus fiéis mais humildes, ou seja, da grande massa de seus "afilhados". Por estes motivos, as notas biográficas ocuparão uma posição dominante neste tópico.

Cearense, nascido em 1844, na cidade do Crato, Cícero mostrou, desde a adolescência, uma disposição para o sonho revelador e significativo,

[14] Os dados sobre Juazeiro foram obtidos, principalmente, em *Miracle at Joaseiro, de* Ralph Della Cava (Columbia University Press, Nova York, Londres, 1970) e na obra já referida de Abelardo Montenegro.

certamente por força de traços peculiares de personalidade, mas, de modo nenhum, como algo destoante com relação ao que se conhece a respeito da experiência espiritual popular no Brasil. Órfão de pai, ouve em sonhos a voz deste, assegurando-lhe que Deus proveria os recursos necessários ao prosseguimento dos estudos. Sabedor disto, seu padrinho – um sólido comerciante – dispõe-se a ajudá-lo. Torna-se possível, deste modo, para ele, cursar o seminário de Fortaleza. Findo o período de estudos, seu reitor – um padre lazarista francês –, preocupado com as tendências místicas do jovem, pretende sustar-lhe a ordenação. Por interferência do bispo, o obstáculo é, entretanto, vencido. Cícero recebe as Ordens e segue, pouco depois, para sua terra natal.

A vida como padre do sertão não estava, entretanto, em seus planos, pois pretendia lecionar no seminário onde estudara. Todavia, em 1872, uma visita mais ou menos ocasional a Juazeiro, um lugarejo próximo ao Crato, para atender a serviços religiosos de lá ausentes havia muito tempo, alterou o curso de sua vida. Dormindo na sala de aula que lhe fora reservada como alojamento, Cícero sonhou. Treze homens entraram porta adentro, trajando vestes talares, segundo o molde popularizado pelas iconografias religiosas, sentando-se ao redor da mesa do professor. Um deles – segundo todos os indícios – era Cristo – cujo coração mostrava-se exposto; os demais, obviamente, eram os discípulos. Como observa Della Cava, a cena reproduzia a apresentada em uma litografia muito difundida, ligada à devoção bastante antiga do Sagrado Coração de Jesus.[15] Em 1856, essa devoção havia sido assumida oficialmente pela Igreja (Pio IX), sendo reforçada depois por decreto de Leão XIII em 1889. No Brasil ela foi sistematicamente propagada pelos jesuítas, a partir de 1861. Seja como for, ela significou uma peça importante na luta político-ideológica descrita no tópico anterior. Na seqüência do sonho-visão, um magote de sertanejos miseráveis entra no recinto. É quando Cristo, dirigindo-se primeiramente a eles, lamenta as ofensas de que vinha sendo vítima o seu *Sagrado Coração*, prometendo um último esforço para salvar o mundo. Em seguida, falando diretamente a Cícero, ordena-lhe: "Cuide deles."

Os "milagres"

Estas experiências decidem a fixação do padre em Juazeiro, onde inicia o seu pastorado. Amoldando-se sob vários aspectos à tradição de Ibiapina, nos desastrosos períodos de seca, reunia-se a outros padres da região para rezar e fazer promessas,

---

[15] Ralph Della Cava, 1970, p. 10.

consolidando-se progressivamente sua fama de desprendimento, integridade e devoção. Foi quando, por ocasião da celebração em honra do *Sagrado Coração de Jesus*, na capela de Juazeiro, no ano de 1889, da boca de Maria de Araújo – uma de suas *beatas* – verte sangue no momento em que recebe a hóstia das mãos de Cícero. Tido como extraordinário, o evento repete-se em muitas outras ocasiões semelhantes. Só alcança, porém, ampla publicidade quando, liderando grande procissão – parte da festa do *Precioso Sangue de Nosso Senhor* –, o reitor do seminário menor do Crato marchou até Juazeiro. Ali chegando, exibiu os panos de altar tingidos com o sangue vertido nas comunhões da *beata*, afirmando que era o verdadeiro sangue de Jesus Cristo.

Tem início, desde então, um longo conflito eclesiástico cujo ponto de partida foi a constituição de uma comissão de inquérito por deliberação do Bispo de Fortaleza, um paulista identificado com a política de *romanização*. O relatório preparado por padres cultos, da confiança do bispo, com base em observações diretas, confirmou os eventos enquanto *milagres*. Dadas as graves implicações teológicas desse reconhecimento, basicamente ligadas à idéia de uma *Segunda Redenção*, o Bispo começou a temer um movimento cismático. E isto, com razão, porque já se faziam sentir entre os padres do Nordeste os indícios de um sentimento nacionalista que os levava a indagar por que somente a Europa podia beneficiar-se com manifestações, como, por exemplo, as de Lourdes.

A questão religiosa, que, deste modo tinha começo, somente se encerrou – no que se refere ao comportamento de Cícero – pela morte deste, em 1934. Seria inadequado, neste contexto, relatá-la, cabendo apenas mencionar que colocou em pólos opostos um bispo combativo e um padre cuja popularidade crescia rapidamente. Desenvolveu-se nas salas e ante-salas das cúrias (inclusive da Cúria Romana), ligou-se a uma viagem de Cícero a Roma, acarretou sua suspensão de ordens e excomunhão, mesclou-se, no plano local com divergências políticas. Ao alcançar este ponto, transcendia já a esfera exclusivamente religiosa, acarretando movimentação de tropas e, até mesmo, um aberto conflito armado. Convém lembrar ainda que, em plena disputa eclesiástica, a Guerra de Canudos alcançava seu auge (1897), recaindo sobre Cícero a acusação – pelo que se sabe, sem nenhum fundamento – de conivência com os conselheiristas.

Conexão político-religiosa

Facilmente, portanto, à questão religiosa ligaram-se questões políticas de âmbitos regional e nacional. Nada de diferente, entretanto, poderia ocorrer, desde que se considere que, nos agitados anos iniciais da República, uma figura com a autoridade e a

ascendência religiosas conquistadas por Cícero, e com extensas irradiações regionais, pudesse permanecer imune a tal envolvimento. E assim foi, até quase a Revolução de 1930. Atuando como árbitro nas disputas entre "coronéis" do Vale do Cariri, tomando partido, de modo direto ou indiretamente, através de homens de sua confiança, impôs-se como um político, cuja presença marcou a história da República Velha no Ceará e, secundariamente, em todo o Nordeste.

Registrando aqui apenas os momentos mais salientes de seu envolvimento político, têm-se, em primeiro lugar, o episódio ligado a uma suposta mina de cobre encontrada no lugar denominado Coxá. A partir da presunção de que, nesse local, havia uma rica jazida de minério, Cícero preparou-se para adquirir as terras onde se situava, com o propósito de transformá-la em patrimônio de uma futura diocese de Juazeiro. Além do significado que teria, do ponto de vista de seu apego pela vila que criara, a passagem de Juazeiro à condição de bispado, sob seus auspícios, poderia facilitar-lhe, segundo supunha, a reconciliação com a Igreja. Foi nessa ocasião que Floro Bartolomeu, um médico baiano que se radicara na vila sob a proteção de Cícero, iniciou sua agitada e bem-sucedida carreira política. Foi ele quem, no caso de Coxá, tomou as providências práticas de ordem jurídica e as medidas necessárias para garantir a posse das terras, cuja propriedade não estava claramente definida. O curso dos acontecimentos não foi, porém, nada suave, envolvendo ameaças, choques armados, tocaias, pondo em ação capangas ligados a Cícero, Floro e "coronéis" do Cariri, em oposição aos ligados ao lado contrário, onde sobressaía o chefe político do Crato. A questão terminou com a derrota do padre, que não teve satisfeita nenhuma de suas aspirações (mais tarde, a segunda sede episcopal do Ceará foi estabelecida no Crato).

Convém observar que Juazeiro era então apenas um distrito do Crato, o mais importante centro urbano do Cariri. As tensões entre as duas localidades, que já vinham de alguns anos, agravaram-se em 1909 com a luta da vila por sua emancipação, sendo este o núcleo do segundo caso onde ocorre um envolvimento de Cícero na política. Resumindo-o, pode-se dizer que originou uma acerba polêmica entre jornais dos dois lugares e, da parte dos juazeirenses, o boicote econômico contra a cidade vizinha, bem como a recusa em pagar impostos. Repercutindo na Assembléia Estadual, que, formalmente, deveria decidir sobre o assunto, a questão aproximou-se perigosamente de uma luta armada, tendo sido enviado a Juazeiro um batalhão de polícia para "manter a ordem". Apoiados em grande mobilização popular e contando com a ajuda de "coronéis" de

outras vilas, adversários do chefe político cratense, Cícero e Floro – este último, de modo ostensivo – levaram à frente o conflito, que veio a prolongar-se até 1911. Uma divisão interna no Crato (comerciantes, liderados pelo chefe político, contra grandes fazendeiros), somada aos temores da oligarquia dominante no Ceará de perder suas bases políticas no sertão, deram ganho de causa à vila que, desde então, passou a ter a condição de município autônomo. Como era de esperar, Cícero tornou-se o seu primeiro Prefeito.

Um episódio que seria apenas anedótico, não fosse também demonstrativo da mescla entre questões políticas e religiosas, ocorreu em conexão com estes fatos. No primeiro caso estava em jogo um bispado. Agora, circunstancialmente, uma urna fez sua aparição. Na verdade, não se tratava de uma urna comum, mas de um relicário, onde estavam depositados os panos tintos do sangue do *milagre* e que havia desaparecido anos antes da pendência entre Crato e Juazeiro. A morte de um antigo auxiliar direto de Cícero permitiu que os adversários deste lançassem mão de um objeto cuja importância na questão religiosa e para a devoção popular pode ser facilmente presumida. Usando-o como instrumento de barganha, o "coronel" do Crato promoveu um encontro secreto com Cícero, ocasião em que lhe devolveu o relicário sob a promessa de que seria obtido o abrandamento da campanha que contra ele era movida. Na verdade, entretanto, o impulso emancipacionista já havia escapado do controle do padre, saindo o "coronel" lesado da transação.[16]

Menos dramático que os dois primeiros e do que o último a ser relatado, mas muito sugestivo, é o conhecido episódio do *pacto dos coronéis*, de que Cícero foi o fiador.[17] Reunidos sob sua liderança, a 4 de outubro de 1911, em Juazeiro, Chefes políticos de toda a região do Cariri acordaram em assinar um documento pelo qual, ao longo de nove artigos, comprometiam-se a cessar todas as recíprocas hostilidades; a não dar proteção ou guarida a cangaceiros; a não garantir homizio a criminosos foragidos; a se solidarizarem inteiramente com o Chefe oligárquico do Ceará, Antônio Pinto Nogueira Accioly, a quem asseguravam obediência disciplinada e incondicional. A posição de Accioly saía reforçada desse *pacto*, em um momento em que começava a precisar de apoio. Dominando, direta ou indiretamente, a política cearense desde 1892, ele passara a enfrentar uma

[16] *Idem*, pp. 118-119.

[17] O texto deste "pacto" acha-se transcrito em *A Primeira República (1889-1930)*, (*Texto e Contexto*) de Edgard Carone, pp. 74 e ss. (Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1969).

oposição crescente em Fortaleza com o aparecimento de uma dissidência em seu Partido Republicano Conservador.

Paralelamente, no plano nacional, Hermes da Fonseca e Rui Barbosa disputavam a Presidência da República. Contra o candidato *civilista*, juntaram-se os militares e as oligarquias estaduais, estas sob a liderança de Pinheiro Machado. Posta em funcionamento, a máquina política aciolista faz com que Hermes vença as eleições no Ceará.

Depois, vieram as "salvações" que, no Ceará, conduziram à derrubada de Accioly e à vitória eleitoral do Tenente-Coronel Marcos Franco Rabelo, que contava com o apoio de comerciantes de Fortaleza, enriquecidos com os negócios da borracha. No sertão, entretanto, o aciolismo ainda era sustentado por muitos "coronéis".

Divisão política e cangaceirismo

Em Juazeiro, a divisão natural entre os "filhos da terra" e os romeiros, adventícios que ali se tinham fixado, vindos de outras áreas, acirrou-se e, tomando as colorações políticas do momento, originava novas tensões. Os primeiros tendiam a filiar-se à corrente rabelista. Os últimos, liderados por Floro, permaneciam fiéis ao aciolismo.

Alianças e defecções circunstanciais fazem com que as coisas se compliquem. Exilado no Rio de Janeiro, Accioly rompe com Pinheiro Machado e passa a apoiar Rabelo. Com isto, surge no Ceará o Partido Marreta – dissidência do Partido Republicano Conservador – que arvora um aciolismo sem Accioly. Em Juazeiro, Floro torna-se Chefe dessa facção. Ao mesmo tempo, no Crato, o velho adversário de Cícero e de Floro, o "coronel" Antônio Luiz Alves Pequeno (filho de um homônimo, o padrinho e protetor do padre), é deposto de sua posição de mando por *rabelistas*, que, para isto, contam com a ajuda de tropas regulares e de cangaceiros. Em face do ocorrido, ele passa para as fileiras de Floro.

Floro Bartolomeu e Pinheiro Machado

A luta de facções no Cariri garantiu um grande florescimento do cangaceirismo. Pretextando a não-necessidade de combatê-lo, o Governador Rabelo movimentou tropas e fez acordos de cooperação policial com Estados vizinhos. Essas manobras táticas significavam um real perigo para a *situação* dominante na cidade de Cícero, o que levou Floro Bartolomeu a preparar um plano de defesa, com o apoio federal garantido por Pinheiro Machado e a ajuda local de Antônio Luiz Alves Pequeno. Projetou-se então a instalação de uma Assembléia Legislativa em Juazeiro, paralela à de Fortaleza, ficando asseguradas as condições para um ataque ao rabelismo. Assim se fez, elegendo-se Floro Governador provisório do Ceará, pelo voto da Assem-

bléia rebelde. Cícero, nesse período, falava em pacificação, através da renúncia espontânea de Rabelo.

Entretanto, tropas regulares e de cangaceiros, procedentes do Crato e de outros Municípios, foram enviadas pelos rabelistas contra Juazeiro. Cercam a cidade durante um mês, sendo depois repelidas e perseguidas ao longo do percurso até Fortaleza. Em março de 1914, foi nomeado o General Fernando Setembrino de Carvalho como Interventor Federal no Ceará, o mesmo que, pouco depois, seria designado Comandante-Geral das operações contra os rebeldes do Contestado. Floro e Pinheiro Machado saem vencedores, ficando assegurada para o Senador uma base eleitoral para sua pretendida candidatura à Presidência da República.[18]

Desde muito antes destes acontecimentos, Juazeiro firmara-se como um mercado de mão-de-obra barata para todo o Nordeste. Agora, com "o advento de uma situação mais favorável aos coronéis do Cariri, os homens válidos, em sua maioria, pegavam na enxada. Progredia não apenas o cultivo da maniçoba (planta de que se extrai látex para a fabricação de borracha, introduzida no Vale por Cícero)... plantava-se mais e mais mandioca, que proporcionava a base quantitativa da alimentação da pobreza".[19] Nesse sentido, Floro Bartolomeu disse em discurso pronunciado quando, no auge de sua carreira, já era Deputado federal: "Se não fosse a população de Juazeiro, a cultura de algodão de grande parte do sertão da Paraíba desapareceria. Atualmente, na época da colheita, seguem para os Municípios de Souza, Cajazeiras, São João do Rio do Peixe, São José das Piranhas e outros, cerca de cinco mil pessoas, na maioria, mulheres.[20]" Ao mesmo tempo, Juazeiro começava a perder o caráter básico de um lugar de peregrinação e de religiosidade. Em 1919, Floro manda dissolver com violência um grupo de penitentes-flagelantes que começava a formar-se, reprimindo, também de modo drástico, as atividades do núcleo que se juntara em torno do *beato* Lourenço e de seu *boi santo*.[21] Em 1926, a cidade é alcançada pela estrada de ferro. A mão-de-obra necessária à construção de açudes, financiados pelo Governo de Artur Bernardes, e realizada por empresas inglesas e americanas, é recru-

[18] Rui Facó, *Cangaceiros e Fanáticos, Gênese e Lutas*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972, onde se encontra uma extensa descrição desses acontecimentos (pp. 151 e ss.).
[19] *Idem*, pp. 159-160.
[20] *Apud* Rui Facó, *op. cit.*, p. 163.
[21] Cf. Ralph Della Cava, 1970, p. 171, e Rui Facó, *op. cit.*, pp. 196 e ss.

tada graças ao prestígio de Cícero. Em suas prédicas, o padre defendia a vida ordeira e o trabalho, o que de modo nenhum entrava em conflito com o fato de ter recebido o bando de Lampião. O cangaceiro e seus homens deveriam fazer parte de um *batalhão patriótico*, organizado por Floro para lutar contra a *Coluna Prestes* (encontro que, aliás, nunca ocorreu). Cícero era então – como afirmava seu ativo *braço político* – uma força da ordem.[22]

Durante os anos imediatamente anteriores a 1930, já carregado em anos e, talvez, "farto de dias", Cícero foi atingido por um decreto de excomunhão, resposta ao seu envolvimento na rebelião. O Bispo de Fortaleza transmitiu-lhe em segredo a má notícia, temendo repercussões desagradáveis. Com a Revolução, sua importância política extinguiu-se, passando ele a viver discretamente, até sua morte, a 20 de julho de 1934, aos 91 anos de idade.

No desenvolvimento deste tópico, a projeção tomada pela figura do Padre Cícero – aliás, bastante justificável – deixou para segundo plano as referências à comunidade que, em torno dele, veio a formar-se. Sendo, ele mesmo, natural da cidade do Crato, Juazeiro era "sua filha", como disse em certa ocasião. De fato, já no início da atividade pastoral, exigia dos amigos que construíssem casas no que, então, era apenas um minúsculo conglomerado de ranchos. Seu estilo de trabalho contrastava fortemente com relação ao dos demais padres do sertão, caracterizando-o, progressivamente, como um discípulo de Ibiapina. Não era padre de sacristia, mas homem ativo que se envolvia – sob as duríssimas condições em que viviam as massas camponesas, agravadas nos períodos de seca – com os problemas materiais da população.[23] A este modo de agir – que de si mesmo traria frutos certos, no que respeita à popularidade – acrescentou-se, entretanto, o episódio do *milagre*. E, com ele, iniciou-se o fluxo de romeiros. Muitos vieram a fixar-se no povoado ou a encontrar trabalho em obras religiosas e em tarefas rurais de fazendeiros da área, aos quais eram encaminhados por Cícero.

Aos poucos foi-se diferenciando uma população "urbana" cujos meios de vida passaram a distribuir-se nos serviços indispensáveis, no comércio e no artesanato, girando tudo em torno da função religiosa, manifestamente central em Juazeiro.

---

[22] Rui Facó, *op. cit.*, pp. 160 e ss.

[23] Cf. Abelardo Montenegro, *op. cit.*, pp. 35-36.

Os penitentes

Dentro da tradição regional das práticas religiosas populares, intensificadas a partir da segunda metade do século XIX, e sem grandes inovações, floresceram em Juazeiro, entre outros grupos, os de *penitentes*. Conforme Abelardo Montenegro, "provinham geralmente das camadas mais baixas da população... principalmente dos trabalhadores rurais. Alguns deles se ciliciavam de tal forma que o decurião [chefe do grupo] se via forçado a arrancar das mãos... as disciplinas.[24] Praticavam em horas tardias, junto a cruzeiros, à frente de capelas ou de cemitérios, onde se autoflagelavam, cantavam e rezavam. Em Juazeiro fundara-se, em 1893, um corpo de penitentes, sob a forma de uma verdadeira ordem leiga, com símbolos próprios e atividades regulares, ligadas ao lugar denominado *Horto,* situado junto da vila, numa vertente da Serra do Catolé.[25]

Não sendo raros no sertão nordestino, e contando com uma tradição antiga, os *beatos* se multiplicaram em Juazeiro. Eram mulheres e homens que se dedicavam, se não exclusivamente, pelo menos de modo intenso, a rezar nas igrejas, visitar doentes, enterrar mortos, ensinar orações etc.[26]

A estas indicações acrescentem-se, ainda, o costume de promover uma espécie de mutirão religioso, constituído pelas *bandeiras*, agrupamentos de devotos que, cantando e rezando, transportavam, sob a liderança de um *beato*, materiais para a construção de obras piedosas; o canto das *incelenças*, por ocasião dos velórios (sentinelas); a *lamentação das almas,* via-sacra realizada anualmente na noite de Quinta para Sexta-Feira da Paixão, ao som de matracas.[27]

Sob uma forma estruturada de modo mais sólido e, em certo sentido, mais "canônico", adquiriram grande importância as irmandades religiosas. Algumas delas eram anteriores ao *milagre,* outras foram fundadas, ou revividas, por um leigo – José Joaquim de Maria Lobo – cuja liderança marcou fortemente a história de Juazeiro em certo período. Todas, sem exceção, conquanto vivessem sob as condições gerais de rebeldia e autonomia de Juazeiro, eram formalmente subordinadas à organização da Igreja ou, pelo menos, alimentavam a pretensão de alcançar essa legitimação. De qualquer modo, eram as expressões locais de organizações nacionais e internacionais. No dizer de Della Cava, sob o influxo de José Lobo,

---

[24] *Idem*, p. 24.

[25] Cf. Abelardo Montenegro, *op. cit.*, p. 59 e Ralph Della Cava, 1970, p. 170.

[26] Cf. Abelardo Montenegro, *op. cit.*, pp. 59 a 61.

[27] *Idem.*, pp. 61 a 63.

as irmandades vieram a ser as estruturas "políticas" da causa dos dissidentes. Suas reuniões tomavam – como os demais serviços religiosos de Juazeiro – um acentuado caráter político.[28]

A Legião da Cruz

A mais importante dessas irmandades veio a ser a *Legião da Cruz*, fundada em 1885, no Brasil, conforme orientação de caráter mundial, emanada do Vaticano. Seu objetivo principal era o levantamento de recursos – o "óbulo de S. Pedro" – para atender às necessidades de uma Santa Sé em crise política e econômica, decorrente dos acontecimentos ligados à unificação da Itália.

A dupla face dos movimentos que tiveram Juazeiro e Cícero como centros revela-se claramente no caso destas irmandades e, de modo mais acentuado, no que se refere à *Legião da Cruz*. Organizações locais – em certos casos, fundadas com a intenção evidente de servir de ponto de apoio para causas locais –, elas lutavam, no plano das lideranças, pela aceitação e conseqüente reintegração plena, de Cícero e do *milagre* nos quadros institucionais e ideológicos da Igreja. Enquanto entidades de massa (elas conquistaram aderentes também fora dos limites de Juazeiro), refletiam a indiferença, e mesmo a hostilidade, de um catolicismo regional com relação às estruturas da Igreja.[29]

O capítulo local da *Legião da Cruz*, instalado por José Lobo em 1895, com uma "autorização" do Arcebispo do Rio de Janeiro – Dom João Esberard –, foi "desautorizado" por Dom Joaquim Vieira, Bispo de Fortaleza, em 1898. Para este, segundo o Direito Canônico, nem mesmo o Papa teria poder de expedir uma autorização dessa natureza, sem o *placet* do prelado, sob cuja jurisdição ficava a paróquia.[30]

Como que centralizando todas essas atividades e organizações, instituiu-se, desde cedo, o costume das bênçãos diárias dadas pelo padre à população, particularmente aos romeiros em trânsito. Conhecida como *consagração*, essa prática parece que desempenhava uma função importante, principalmente se considerarmos que Cícero esteve, parcial ou totalmente, suspenso das ordens durante quase toda sua vida após o *milagre*. É do Padre Macedo – em certo período, Vigário de Juazeiro, e adversário frontal de Floro Bartolomeu – uma observação possivelmente correta, enquanto generalização: os fiéis de Cícero dispensavam os sacramentos e se contentavam com a bênção do "padrinho".[31]

---

[28] Sobre o papel desempenhado pelas irmandades, v. Ralph Della Cava, 1970, pp. 68 a 70.
[29] *Idem*, p. 82.
[30] *Idem*, p. 239 e nota 16.
[31] Abelardo Montenegro, *op. cit.*, p. 55.

Autonomia religiosa de Juazeiro

Definiram-se deste modo, em traços acentuados, os contornos de uma *Igreja Local*. Não separada cismaticamente do tronco romano – a que se prendia pelo lastro comum de crenças, de ritos, de padrões de organização e pela presença eventual de um vigário –, mas fortemente marcada pelo sentido de sua autonomia. Sobre isto, dizia um observador em 1925, comparando o santuário cearense de São Francisco de Chagas, em Canindé, com o centro religioso de Juazeiro, que, neste último, as esmolas recolhidas tinham um destino livremente determinado por Cícero, enquanto que o outro estava sujeito à disciplina eclesiástica.[32]

A sustentação desta autonomia parcial, que teve como complemento a constituição de Juazeiro como centro de decisões políticas no plano estadual, foi dada pelas formações religiosas acima mencionadas. Através delas, nos momentos de crise, a mobilização podia ser feita com rapidez. Neste sentido, bastante significativo é o fato de que, por ocasião do conflito armado com os *rabelistas*, as *consagrações* realizavam-se duas vezes por dia.[33] Por esse tempo, como pode facilmente ser entendido, o fervor religioso-político alcançou um de seus paroxismos. O circuito de trincheiras escavadas do dia para a noite em torno da cidade – o famoso *valado* – era tido como o "cinturão da Mãe de Deus".[34] Relato feito por um sertanejo, depois de assistir a uma das práticas religiosas de Cícero, afirma que o padre – tanto era o seu ardor – mais ordenava do que implorava a Nossa Senhora das Dores a vitória de Juazeiro sobre os seus inimigos.[35] A luta tomou, nessa ocasião, pelo menos por parte da massa popular, o caráter de uma *guerra santa*.

Neste contexto, cabe discutir o sentido que assumiram em Juazeiro as crenças de tipos milenarista e messiânico. A primeira coisa a observar é que, seguramente, não ocorreu a elaboração de um corpo ideológico dessa natureza que tivesse alcançado alguma consistência. Os elementos para isto, entretanto, existiam e estiveram presentes desde o início, acentuando-se em certos momentos, para voltar à latência durante longos períodos.

Não é possível esquecer que, desde aquilo que pode ser chamado de *teofania inaugural* – o sonho-visão de Cícero –, um componente escatológico passou a fazer parte integrante da mitologia de Juazeiro. Nela,

---

32 *Apud* Abelardo Montenegro, *op. cit.*, p. 22.

33 *Idem*, p. 51.

34 *Idem*, p. 52

35 *Idem*, p. 51.

Jesus anunciava uma dilatação do prazo para o acerto final de contas; as "ofensas que tinha recebido dos homens" – certamente ligadas às vicissitudes da Igreja da época – eram também associadas à presença dramática de uma pequena amostra da miséria nordestina; Cícero era investido na condição de profeta e de apóstolo; Juazeiro, lugar circunstancialmente privilegiado pela manifestação, conquistava uma posição excepcional dentro de uma *história sagrada*. Já aqui, em germe, estavam contidas as idéias de uma *Segunda Redenção* e de um papel relevante reservado a Cícero. O *milagre*, de modo ostensivo e público, confirmou-as.

Resta assinalar as formas pelas quais essas crenças se manifestaram. Della Cava menciona um panfleto de 1891, editado no Crato sob o título de "Os milagres de Joaseiro ou Nosso Senhor Jesus Christo Manifestando Sua Presença Real no Divino e Adorável Sacramento da Eucharistia".[36] Sem nenhuma licença eclesiástica, o folheto reunia algumas proposições teológicas bastante sérias. Partindo do reconhecimento do *milagre*, isto é, de que o sangue então vertido era de Jesus, ficava implícita a idéia de uma *Segunda Redenção*, a que se juntava a de que estavam próximos os dias do Julgamento Final. Como bem observa esse historiador, a concepção de uma *Segunda Redenção*, por suas implicações teológicas complexas, tinha condições para firmar-se entre elementos do clero e entre leigos instruídos (pelo menos como matéria de especulação). Vinculá-la a expectativas escatológicas seria, entretanto, mais plausível entre as massas iletradas. E isto, pode-se dizer, com todas as conseqüências previsíveis, no momento em que viessem a servir de fermento para um surto milenarista.[37]

Visões e classes sociais

É sugestivo que, a respeito do significado do *milagre*, duas revelações, uma recebida pelo próprio Padre Cícero, e outra pela *beata* Maria de Araújo, divirjam de modo sutil, mas importante. Na do Padre, Jesus diz-lhe que, no mistério da hóstia que se transformava em sangue, "nada há de contrário ao ensino da Igreja e de seus teólogos". Não se tratava, portanto, de um evento singular, de um novo momento da *história sagrada*.[38] Analogamente, Frei Francisco Ferreira Antero (doutor em Teologia pelo Colégio Pio Latino-Americano de Roma), um dos membros da primeira Comissão de Inquérito nomeada pelo Bispo do Ceará e co-autor do relatório favorável aos *milagres*, dizia, em carta dirigida ao Santo Ofício, que os fatos sobrenaturais em causa

---

[36] Ralph Della Cava, 1970, pp. 39 e 40.
[37] *Idem*, p. 40.
[38] Sobre essas revelações, v. Ralph Della Cava, 1970, pp. 44 e ss.

eram poderosas armas contra os inimigos da Igreja que, no Brasil, ameaçavam triunfar (expressamente: o positivismo e o materialismo – na concepção desse Padre, forças satânicas). Note-se bem: *poderosos sinais*, e não um novo marco na História da Redenção.[39]

Na revelação de Maria de Araújo, ao contrário, o *Sagrado Coração* afirma-lhe que se tratava de um *mistério novo*, ainda não conhecido dos teólogos.

De modo muito pertinente, o Autor aqui utilizado observa que às condições sociais diversas, próprias de clérigos e de *beatas*, correspondiam diferentes revelações. Poderíamos dizer que os primeiros, consciente ou inconscientemente, rejeitavam a possibilidade de um significado radicalmente novo. Os últimos tenderiam a identificar no *milagre* o sinal de uma inflexão decisiva dentro do curso de uma Santa História que, como se sabe, pode, no plano ideológico, mas também com conseqüências objetivas, entrecruzar-se com a história profana.

Seguindo o caminho de Maria de Araújo, outras *beatas*, privilegiadas pelo mesmo carisma, fizeram sua aparição. Nove delas, induzidas pelo Padre Cícero e por Monsenhor Francisco Rodrigues Monteiro, testemunharam em 1891 perante a Comissão de Inquérito. Foram elas as propagadoras de uma religiosidade popular ligada ao *milagre*, onde estava presente, como ponto central, uma crença apocalíptica: os sinais dos últimos tempos eram dados pelas transformações trazidas pelo regime republicano e que afetavam a Igreja. Mais precisamente, em uma outra visão de Maria de Araújo, Nossa Senhora revelava que: "Todos estes fatos que ocorreram aqui são graças reservadas para os últimos dias. Meu divino Filho condescendeu em punir a humanidade e pôr um fim ao mundo... a despeito de minhas preces ferventes... Ele responde que não pode mais desistir – é chegado o tempo para Ele punir a humanidade." Uma outra *beata* dizia que, sendo os *milagres* dons divinos para redimir os homens, os descrentes seriam condenados. Nenhum Bispo, nem mesmo o Papa – ninguém na Terra –, era maior do que Deus, que havia escolhido Juazeiro para restaurar a fé.

De modo mais imediato, as evidências materiais do *milagre* – panos tintos de sangue e fragmentos de hóstia – guardados na urna, eram objeto de veneração e, conforme convicção generalizada, operavam prodígios junto às massas de romeiros, aliviando-lhes as dores físicas e morais.[40]

---

[39] *Idem*, p. 46.

[40] *Idem*, p. 56.

Em 1903 – "talvez o ápice do isolamento do povoado, com relação à Igreja oficial"[41] – Juazeiro era tida pelos seguidores de Cícero como uma Terra Santa, sendo forte a expectativa da próxima *Segunda Vinda*. Desde 1890 que, no cumprimento de um voto, o Padre Cícero havia iniciado a construção de uma capela em honra do *Sagrado Coração de Jesus* (promessa ligada à seca daquele ano). Não obstante as ordens do Bispo do Ceará, a construção prosseguira e, ainda mais, passara-se de um projeto modesto para a idéia da edificação de um enorme templo, utilizando-se, inclusive, de plantas trazidas de Roma. A Serra do Catolé, onde ficava a construção, veio a ser conhecida como *Serra do Horto* (identificada com o Guetsêmani), e o caminho, da vila até o seu cimo como a *via crucis* do Calvário. Cristo era esperado, sendo, por duas vezes, anunciada sua *Segunda Vinda*. Era tida como certa a iminência da Nova Redenção.[42]

Concluindo, pode-se dizer que, em Juazeiro, estavam dados os elementos capazes de deflagrar um movimento milenarista, com a afirmação expressa de um recomeço absoluto. Isto não aconteceu, entretanto, porque, durante todo o transcorrer dos eventos, as lideranças leigas e clericais mantiveram, acima de uma rebeldia, por vezes ousada, os vínculos com a Igreja e o comprometimento com as estruturas de poderes regional e nacional. No máximo, teria sido possível a constituição de uma Igreja cismática, capaz de acomodar em seus quadros organizatórios e ideológicos os ardores milenaristas de *beatos* e demais *afilhados* incultos do *padrinho* Cícero.

4. CANUDOS[43]

Foi na década iniciada em 1870 que Antônio Vicente Mendes Maciel, assumindo a condição de beato, começou a percorrer os sertões. A respeito das condições sob as quais principiou seu apostolado, alguma coisa já foi indicada em tópico anterior. Cabe aqui, entretanto, uma breve menção sobre seus antecedentes biográficos, cuja importância – descontado o significado humano que possuem – tem sido, em seus aspectos dramáticos, indevidamente exagerada. Aliás, a excessiva acentuação na referência aos

---

[41] *Idem*, p. 83.
[42] *Idem*, pp. 83 e 84.
[43] Os dados sobre Canudos foram coletados, principalmente, em Abelardo Montenegro, *op. cit.*; Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, Dominus Editora/Editora da Universidade de S. Paulo, 1965; Euclides da Cunha, *Os Sertões*, Editora Cultrix, S. Paulo, 1973.

traumas de sua existência anterior é diretamente proporcional ao entendimento errôneo pelo qual Canudos é vista como uma aberração de que foi parcialmente responsável uma personalidade psicologicamente anormal. O ponto de vista aqui adotado é, ao contrário, o de considerar Canudos dentro de um contexto histórico capaz de favorecer uma compreensão equilibrada. Quanto ao líder espiritual do movimento, pode-se dizer – principalmente a partir do conhecimento que se tem agora de suas prédicas – que não era um demente; seus desvios de personalidade não teriam sido maiores do que aqueles que podem ocorrer em líderes cuja atuação se faz sob condições tão atrozes como as que teve que enfrentar. As ampliações que têm sido feitas correm por conta do etnocentrismo dos observadores. Além do mais, parece certo que adotou uma alternativa de vida que, se não era a regra, pelo menos encontrava um lugar bem estabelecido em seu universo cultural e em sua época.

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em Quixeramobim, Ceará, em 1828, filho de um comerciante que pretendia fazer dele um padre. Com esse propósito, foi posto pelo pai em um curso de português, latim e francês. Entretanto, as circunstâncias da vida familiar prenderam o futuro Conselheiro ao balcão do armazém paterno, frustrando-se desse modo essas aspirações. Com a morte do pai, em 1855, viu-se à frente dos negócios e, principalmente, às voltas com as dívidas herdadas. Ainda residindo em Quixeramobim, casa-se, o que, além das preocupações financeiras, viria a acrescentar-lhe sérios dissabores domésticos. É quando decide liquidar os negócios, ressarcir os credores e afastar-se da terra natal. Começa então a percorrer aquilo que, com muita má vontade, Euclides descreve como um declive. No dizer do autor de *Os Sertões*, um caminho "para profissões menos trabalhosas, exigindo cada vez menos a constância do esforço; o contínuo despear-se da disciplina primitiva, a tendência acentuada para a atividade mais irrequieta e mais estéril, o descambar para a vadiagem franca".[44] Descontado o viés euclidiano, o fato é que, antes de se tornar um *beato*, tentou o magistério primário, como professor em fazendas do sertão, voltou a trabalhar como caixeiro, exerceu funções de rábula. Residindo em Ipu, Ceará – onde trabalhou no foro –, abandona a mulher, que o havia trocado por um soldado da Polícia. Volta então para o exercício do magistério durante curto período, para, a seguir, tornar-se vendedor ambulante. Em 1871, corre no foro de Quixeramobim uma ação que lhe moviam credores remanescentes. Devedor e insolvável,

[44] Euclides da Cunha, *op. cit.*, p. 127.

abandona seu Estado e segue para Pernambuco, Sergipe e Bahia, tornando-se um *beato* itinerante. Sob esta condição, levava vida ascética e participava do clima de reavivamento religioso vigente. Congregava o povo para a construção e reconstrução de igrejas, erguia muros de cemitérios, pregava em púlpitos do sertão, com autorização dos párocos, começava a contar com seguidores que, inevitavelmente, contrastavam sua conduta piedosa com a vida nem sempre impoluta de muitos padres. Entre as duas alternativas de vida indicadas pelo Riobaldo de *Grande Sertão: veredas* – "padre sacerdote", ou "chefe de jagunços" – "as duas metas históricas que têm sido as saídas da plebe rural brasileira..."[45], Antônio Vicente principiava a encontrar um caminho intermediário. Em certo sentido, acabou por ser ambas as coisas a um só tempo.

Em 1876, seu comportamento desagradou ao clero e gerou temores entre as autoridades. Foi então preso sob a acusação de ser réu de homicídio praticado no Ceará, remetido para Salvador e, depois, para Fortaleza. Na opinião do Chefe de Polícia da Bahia, "em suas prédicas plantava o desrespeito ao vigário"; mesmo que não fosse criminoso, pedia-se à Polícia do Ceará que não permitisse seu regresso, para evitar os resultados "certamente... desagradáveis pela exaltação em que ficaram os espíritos dos fanáticos com a prisão do seu ídolo".[46] Posto em liberdade, ele, entretanto, regressou à Bahia.

O "subversivo" Antônio Conselheiro

Por volta de 1877 – conforme relata Maria Isaura Pereira de Queiroz – fixou-se na Comarca de Itapicuru, onde, nas terras de uma fazenda, formou-se o arraial do Bom Jesus. Nesse lugar permaneceu doze anos e enfrentou também desavenças com o clero.[47] Em 1882, D. Luís, Arcebispo da Bahia, numa circular, ordenava aos párocos que não lhe dessem consentimento para pregar nas igrejas, nem permitissem que os paroquianos o ouvissem.[48] Por esse tempo, mais do que ao Vigário, era a Antônio que as centenas de pessoas que o acompanhavam prestavam obediência. Em 1887, um ofício de D. Luís ao Presidente da Província pedia providências contra o "indivíduo Antônio Vicente Mendes Maciel, que, pregando doutrinas subversivas, fazia um grande mal à religião e ao Estado, distraindo o povo de suas obrigações e

[45] Walnice Nogueira Galvão, *As Formas do Falso. Um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas*, Editora Perspectiva, S. Paulo, 1972, p. 81.
[46] *Apud* Abelardo Montenegro, *op. cit.*, p. 125.
[47] Maria Isaura Pereira de Queiroz, *op. cit.*, p. 204.
[48] Reproduzida em Euclides da Cunha, *op. cit.*, p. 135.

arrastando-o após si, procurando convencer de que era o Espírito Santo, insurgindo-se contra as autoridades constituídas, às quais não obedecia e manda desobedecer".[49]

A partir de então, as tensões se agravaram, registrando-se incidentes vários, dos quais o mais grave ocorreu em 1893. Já em plena República, rebelou-se Antônio Vicente contra a cobrança de impostos municipais em Bom Conselho (Bahia) e, em dia de feira, com seus seguidores, e sob o espocar de foguetes, queimou as tábuas em que estavam afixados os editais. A seguir, pôs-se em marcha com seu povo, sendo alcançados em Massete pela perseguição de uma tropa de Polícia. Travado o combate, as forças da ordem foram desbaratadas.[50]

A fixação em Canudos – fazenda abandonada, junto ao Vaza-Barris – fez-se por esta época, vindo a alcançar o arraial, em seu curto período de existência, dimensões inusitadas no sertão. Para lá afluíram sertanejos de vários Estados que, desfazendo-se de seus haveres, abandonavam os lugares de origem e iam engrossar as fileiras daquele que, então, já era o Conselheiro.

Com base no relato que Euclides nos legou, são apresentados a seguir, num brevíssimo resumo, os principais momentos da ação repressiva.

Na escaramuça de Massete, os jagunços do Conselheiro foram atacados por trinta praças da Polícia. Mais tarde, já estabelecidos em Canudos, houve o episódio da compra de madeirame para a construção da igreja. O material de construção, adquirido em Juazeiro (da Bahia), apesar de pago adiantadamente, não foi entregue, numa ruptura de trato que Euclides sugere ter sido uma provocação deliberada. Seja como for, o fato é que os jagunços anunciaram a disposição de arrebatar à força a mercadoria. Não era preciso mais: contra eles foram enviados 104 soldados e 3 oficiais do 9º Batalhão de Infantaria. O confronto deu-se em Uauá, repetindo-se, em ponto maior, o desastre de Massete.[51] Desde então, definidos como perigosos rebeldes, não era mais preciso encontrar motivos imediatos. Assim, para destruí-los, seguiu o Major Febrônio, que, lutando em Cambaio e Tabuleirinhos, sofreu fragorosa derrota, apesar de dispor de 543 praças, 14 oficiais combatentes, 3 médicos, 2 canhões Krupp e 2 metralhadoras. Depois, foi a vez do Coronel Moreira César, herói da guerra contra os federalistas no Sul. Canudos é atacada por 1.300 homens, mas Moreira

---

[49] Abelardo Montenegro, *op. cit.*, p. 127.
[50] Euclides da Cunha, *op. cit.*, p. 139.
[51] Idem, p. 167.

César morre em combate antes mesmo que seus homens se vissem forçados a bater em retirada.

Em abril de 1897 organizou-se a chamada 4ª Expedição, sob o comando do General Arthur Oscar de Andrade Guimarães. Desde que essa tropa – uma poderosa máquina de guerra – foi posta em funcionamento, até outubro do mesmo ano, quando Canudos foi arrasada, 8 mil homens lutaram contra os conselheiristas, usando o mais moderno equipamento. De 25 de junho – data dos primeiros tiros trocados com o inimigo – até 10 de agosto, mais de 2 mil baixas foram registradas por essa expedição.

A vitória significou a destruição física da cidadela e a eliminação de todos os seus defensores válidos. Os que não morreram em combate, feitos prisioneiros, foram degolados.[52]

Visão de Canudos

Não são muitas as indicações disponíveis sobre a vida social em Canudos, aliás, povoado de Belo Monte, nome que consta na primeira página do manuscrito de Antônio Conselheiro que será examinado à frente.

Euclides da Cunha refere-se às 5.200 casas do arraial, e isso, com a certeza de quem as viu contadas. Numa estimativa razoável, pode-se falar numa população que flutuava entre um mínimo de 20 e um máximo de 30 mil habitantes. O testemunho do Barão de Geremoabo, citado por Euclides,[53] diz da intensa emigração recebida de toda a Bahia e de Estados vizinhos, mencionando ainda o despovoamento de muitas paragens, abandonadas em favor de Canudos por aqueles que, vendendo seus pertences, a buscavam para juntar-se ao Conselheiro.

A descrição que Euclides faz do casario do arraial[54] corresponde bem às designações pejorativas e de espanto que adota: "urbes monstruosa de barro", "cidade selvagem", um misto de "acampamento de guerreiros" e de "vasto *kraal* africano", "tapera colossal". Para ele, o arraial era a "objetivação daquela insânia imensa", "permitindo o corpo de delito direto sobre os desmandos de um povo". Entretanto, se de algum modo, talvez fosse possível, no caso, associar a morfologia urbana à ordem moral estabelecida, explicações menos profundas – quem sabe – seriam mais verdadeiras.

---

[52] Sobre a degola regular de prisioneiros, v. Euclides da Cunha, *op. cit.*, pp. 364 e ss.

[53] *Idem*,. p. 140.

[54] *Idem*, pp. 141 a 144.

Que espécie de estrutura urbana seria de se esperar de grupos sertanejos secularmente habituados à dispersão das moradias, conforme o padrão rural brasileiro? Tratava-se de gente – certamente, em sua maioria – que jamais havia vivido, de modo sedentário, numa aglomeração tão grande. Exigir, na formação do povoado que se constituiu no curto período de quatro anos (1893-1897), um plano ou pensar a ausência aparente de qualquer plano, como reflexo de alguma espécie de delírio coletivo, é, seguramente, excessivo.

Ao referir-se ao padrão de construção das casas, com a estranheza de um viajante estrangeiro e civilizado, carregado de uma forte dose de etnocentrismo, Euclides acaba por descrever o que, nada mais e nada menos, é a habitação comum do sertanejo pobre.

Bem ao contrário do que Euclides insinua,[55] a população de Canudos era composta, predominantemente, por pessoas casadas e suas famílias: a emigração fazia-se por grupos familiares.[56] Há indicações ainda de que o arraial não era, em absoluto, predominantemente, um "homizio de famigerados facínoras",[57] nem um albergue de inválidos. Ao contrário, "Econômica e socialmente, eram, em sua maioria, indivíduos de algumas posses – casa, terras, algum gado..."[58]

Um quadro como esse é consentâneo com uma visão do arraial que o aponta como uma comunidade organizada segundo padrões que não destoam excessivamente da normalidade tradicional do sertão. Especificamente, é um quadro compatível com as indicações de que existia uma certa diferenciação social e econômica; de que eram bastante intensas as transações comerciais com o mundo circundante; de que as relações de tipo religioso com Vigários estabelecidos em localidades vizinhas eram freqüentes e, finalmente, com as referências ao significado político-eleitoral que Canudos assumiu em certos períodos.

Ao lado da diferenciação social fundamentada em critérios religiosos, que se manifestava, por exemplo, pela existência de um pequeno grupo bem chegado ao Conselheiro (segundo uma indicação, designados como *apóstolos)*,[59] e pela *Companhia do Bom Jesus* (também chamada *Guarda Católica*, ou *Santa Companhia*) – uma espécie de confraria e de guarda – há referências à existência de uma parcela da população formada por

[55] *Idem*, p. 150.
[56] Maria Isaura Pereira de Queiroz, *op. cit.*, p. 207.
[57] Euclides da Cunha, *op. cit.*, p. 146.
[58] Maria Isaura Pereira de Queiroz, *op. cit.*, p. 208.
[59] *Idem*, p. 210.

gente de maiores recursos. Sobre isto, seguramente, assinala-se em Canudos a presença de, pelo menos, dois comerciantes prósperos – os irmãos Vilanova – cujo êxito comercial, atribuído pelos concorrentes de Monte Santo, Cumbe e Uauá ao fato de não pagarem impostos, despertava ressentimentos.[60] Abelardo Montenegro menciona a circulação de dinheiro do Império e da República, bem como de vales emitidos pelos irmãos Vilanova e aceitos nas vilas dos arredores, chegando mesmo a caracterizar o arraial como um "ativo centro de comércio".[61] Ainda mais, havia no povoado uma população ocupada em trabalhos agrícolas, capaz de alguma produção alimentar, já que são mencionadas as parcelas de terra que recebiam os aderentes depois de entregar o que possuíam à comunidade.[62]

Fundamentado em depoimento de um dos irmãos Vilanova, o mesmo Autor acima citado relata que os Vigários de Pombal e de Cumbe disputaram a respeito da subdivisão das respectivas freguesias. O primeiro deles chegou mesmo a discutir com o Conselheiro a questão do eventual desmembramento da paróquia de Cumbe (onde ficava Belo Monte) e a incorporação da população de Canudos à jurisdição de Pombal. A razão da pendência ligava-se diretamente ao fato de que Canudos produzia bons rendimentos eclesiásticos.[63] Neste mesmo sentido, são conhecidas as condições sob as quais se efetuou a visita pastoral de dois Frades enviados pelo Arcebispo da Bahia à vila. Honório Vilanova testemunhou as inocentes manifestações de alegria dos moradores que, sem o saber, recebiam um par de espiões, encarregados de colher dados para uma carta topográfica e sobre o modo de vida dos conselheiristas.[64] Em Canudos, eles pregaram, fizeram casamentos, batizados e algumas centenas de confissões. Todavia, ocorreu que, no desempenho da parte política de sua missão ostensiva, insistiram de modo inábil a respeito do acatamento à ordem republicana vigente, o que, pela indignação e suspeita suscitadas, resultou na expulsão de que foram vítimas – segundo Euclides – sob o estrépito de vivas ao Bom Jesus e ao Divino Espírito Santo.[65]

---

[60] Abelardo Montenegro, *op. cit.*, p. 133.
[61] *Idem, ibidem.*
[62] Maria Isaura Pereira de Queiroz, *op. cit.*, p. 210.
[63] Abelardo Montenegro, *op. cit.*, pp. 132 e 136, e Euclides da Cunha, *op. cit.*, pp. 135 e 156.
[64] Abelardo Montenegro, *op. cit.*, p. 137.
[65] Euclides da Cunha, *op. cit.*, pp. 156 a 159.

Numa observação indicadora do quanto são relativos o isolamento e a marginalização usualmente atribuídos a Canudos, Euclides fala do que ocorria quando chegava a "quadra eleitoral". Então, os "grandes conquistadores das urnas... a exemplo de milhares de comparsas disseminados neste país... apelavam para o Conselheiro" e recrutavam capangas no arraial. "A nossa civilização de empréstimo arregimentava, como sempre o fez, o banditismo sertanejo."[66]

Em face de dados como estes, é o caso de se pôr em dúvida a convicção mais ou menos difundida segundo a qual, desde o princípio, o povoado de Belo Monte havia sido concebido por Antônio Conselheiro, e efetivamente experimentado pelos seus seguidores, como o "peristilo do céu", ou como a prefiguração de um Reino Milenarista.

Em função desta dúvida, a questão que se coloca é a da concepção do mundo do Conselheiro e de seus seguidores. Neste caso, os dados também não são muitos. Somente agora, 77 anos depois dos acontecimentos, foram publicadas as prédicas de Antônio Conselheiro.[67] Um exame da doutrina nelas contida certamente poderá contribuir para que alguma luz seja lançada sobre a questão.

A prédica do Conselheiro

Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do Mistério da Anunciação – esse é o título barroco da coletânea de sermões, em sua versão manuscrita. A primeira coisa a observar é o desmentido cabal que traz às palavras de Euclides. Dizia ele de Antônio Conselheiro que, ao pregar, era "um bufão arrebatado numa visão do Apocalipse..." Sua oratória, "bárbara e arrepiadora... desconexa, abstrusa...", era um "misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas...".[68] Da leitura dos sermões, o que surge, entretanto, é a figura de um sertanejo letrado, capaz de exprimir-se correta e claramente na defesa de suas concepções políticas e sociais, e de suas crenças religiosas.

Na esfera econômico-social fica bem claro o reconhecimento de uma ordem divina que admite desigualdades e que reserva a cada um, conforme sua posição, determinados direitos e deveres. Quanto aos deserdados –

---

[66] Euclides da Cunha, *op. cit.*, p. 147. Maria Isaura Pereira de Queiroz, op. *cit.*, pp. 216-217.

[67] Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos, Revisão Histórica, A obra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha,* Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1974.

[68] Euclides da Cunha, *op. cit.*, p. 132.

aos pobres – há para eles o consolo de que, pelo caminho das privações e sofrimentos, o céu pode ser alcançado e, ao mesmo tempo, a recomendação de conformismo com a sorte, porção que Deus lhes reservou. Não é explícita, mas pode ser inferida, uma concepção segundo a qual a miséria material decorre do *não-funcionamento*, por força de contingências humanas, de um sistema onde viessem a prevalecer o *justo preço* (e não o preço especulativo), o *justo salário* e, até mesmo, os *juros justos* (e não, os juros usurários). Em contraposição à miséria inevitável, nos sermões, são valorizados o desprendimento e a generosidade dos que têm para com os que não têm.[69]

Piedade filial e devotamento dos pais para com os filhos, ao lado de um rígido puritanismo, são os traços distintivos, no que se refere às recomendações sobre o trato entre as gerações e entre os sexos. A castidade e o recato, virtudes esperadas nas mulheres, quando alcançam o grau heróico do martírio, são um caminho para o céu, sendo que, dos pecados contrapostos, resultam o castigo divino e o furor dos homens enganados e ofendidos.[70]

Se a vingança pertence a Deus, e se melhor do que a Lei é o Amor, existem, porém, aqueles que não querem "sofrer injúrias por Nosso Senhor Jesus Cristo", cujo exemplo deveria ser imitado. Por esta razão, a Lei é necessária e, com ela, os juízes e outros poderes deste mundo. Mas juízes que produzam sentenças íntegras e governantes justos, e não daqueles que, corrompidos, emitem "certos juízos com capa de virtude, os quais muitas vezes tiram a justiça a quem tem para darem a quem não a tem".[71]

Em dois casos a lei que preconiza é severa: prisão perpétua para o homicida (que não deve ser protegido) e para aquele que furta.[72]

Quanto às concepções políticas, Antônio Conselheiro, numa visão teocrática, afirma: "... só a Deus se deve adorar, o verdadeiro Rei...", a quem, em primeiro lugar, se deve obediência.[73]

Ao que parece, como conseqüência da imperfeição humana, os poderes deste mundo, instituídos por Deus, ou subestabelecidos pelo monarca, são necessários. São aqueles que, numa distinção curiosa, designa como

---

[69] *44, 56, 61, 86, 100-101, 132, 179, 207, 213, 296, 298, 306, 308, 345, 416-417-418, 434, 476-477, 486, 504, 601* (a numeração corresponde à adotada nas linhas do manuscrito original, tal como aparece na obra de Ataliba Nogueira, já citada).

[70] *409.*

[71] *265.*

[72] *325, 363-364.*

[73] *262-263.*

juízes de vara vermelha, em contraste com o governo do amor, inaugurado pelo Cristo – "o primeiro de vara branca que houve no mundo".[74]

A legitimidade da autoridade do Pontífice, do Príncipe e do Pai, é conseqüência direta do fato de que procede de Deus.[75] Como as autoridades da República não dispõem desta garantia, são más por princípio, mesmo que, eventualmente, tragam o bem para o país.[76]

O "anti-republicanismo" de Antônio Conselheiro

Sobre estas bases fundamenta-se a rebeldia conservadora do Conselheiro. A República, instaurada poucos anos antes, era um "grande mal para o Brasil", pois que, sendo "exterminadora da religião", "opressora da Igreja e dos fiéis",[77] configura-se como o "ludíbrio da tirania.[78]" Aliás, as palavras *tirania* e *tirano* aparecem sempre em contextos nos quais designam uma autoridade ilegítima, isto é, que não vem de Deus, a quem, em primeiro lugar, a obediência é devida.[79] É o caso, por exemplo, da autoridade do Presidente da República, contestada pelo Conselheiro.[80]

À crítica, baseada em princípios, corresponde à identificação de adversários e de males concretos. Na mesma categoria dos judeus, que sendo do mesmo povo de Cristo, não obstante, o negaram,[81] incluem-se os maçons, protestantes e republicanos, que perseguem a "religião do Bom Jesus",[82] assim como os "falsos cristãos" que os imitam,[83] defensores da causa republicana, "filha da incredulidade".[84]

Quanto aos males trazidos pela República, dois são expressamente apontados: uma alegada interdição da Companhia de Jesus,[85] e a introdução do casamento civil. Neste último caso, a ênfase é particularmente grande, girando os argumentos em torno da contestação do que entendia ser uma invasão do Estado em terreno que, de direito, pertencia à Igreja.[86]

---

[74] 268 (A distinção relaciona-se, ao que parece, com as insígnias usadas por juízes ordinários e juízes-de-fora, no Brasil colonial).

[75] *566.*

[76] *567.*

[77] *561.*

[78] *562.*

[79] *41, 137, 217*

[80] *564.*

[81] *221-222*

[82] *547-548.*

[83] *223.*

[84] *616.*

[85] *561.*

[86] *602 e 612*

Curiosamente, Antônio Conselheiro liga a queda da Monarquia à Abolição. Assim, referindo-se aos republicanos, diz: "É preciso, porém, que não deixe no silêncio a origem do ódio que tendes à família real, porque Sua Alteza a Senhora Dona Isabel libertou a escravidão...";[87] e aproveita para exprimir, em seguida, sua indignação moral contra o regime de trabalho escravo.

Finalmente, o legitimismo do Conselheiro, tomando um contorno concreto, exprime-se enfaticamente na defesa dos direitos dinásticos dos descendentes de D. Pedro II, que foi "vítima de uma traição, a ponto de ser lançado fora de seu Governo..."[88]

Sob o aspecto teológico, estes escritos de Antônio Conselheiro foram examinados por F. Benjamim de Souza Netto.[89]

Esse Autor observa que, do ponto de vista formal, o conjunto é constituído por quatro partes: um grupo de 29 meditações em torno do tema marial; uma série menor, também de meditações, a respeito dos Dez Mandamentos; uma coleção de citações bíblicas e, finalmente, algumas prédicas de circunstância.

As meditações em torno do tema marial indicam uma doutrina em nada original: é idêntica à que fundamentava a pregação naquele tempo e própria do ensino que seria ministrado por qualquer padre da época. Trata-se da vulgarização de uma teologia tridentina que, nessa altura, em grande parte, já estava esclerosada. Sob nenhum aspecto poderia ofender "a sensibilidade do católico mais exigente em matéria de ortodoxia".

Nas meditações sobre os Dez Mandamentos também não se afasta o Conselheiro dos caminhos já muito trilhados da mais rigorista moral cristã.

As citações bíblicas, intercaladas às vezes de comentários raramente pertinentes, tomam o caráter de aforismos. Nas prédicas de circunstância, a autoridade dos pais da Igreja é freqüentemente referida para fundamentar a exposição de grandes temas teológicos (a Cruz, a Missa, a Confissão), encerrando-se com o discurso sobre a República, onde uma "teologia inconsistente do poder" é exibida, mas sem indícios de fanatismo.

Em síntese, Antônio Conselheiro faz uma vulgarização sem requintes, mas sem imprecisões, da teologia escolástica corrente. Uma teologia da Trindade associada à seqüência clássica – *criação*, *elevação*, *pecado*, *pena*,

---

[87] *618-619.*

[88] *568.*

[89] Resenha manuscrita que deverá ser publicada na revista *Simpósio*, da Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE).

promessa, *remissão* e *reconciliação*. Tudo isto numa "atmosfera simplesmente ética, voltada para uma escatologia muito sóbria que tão-somente proclama os novíssimos segundo o enunciado dos catecismos correntes".

Suas crenças são compatíveis com a imagem comum que dele se tem, enquanto místico, diretor espiritual, *beato*. *Nada mais do que isto*, entretanto. Nenhum sinal – nestes documentos – de messianismo ou de profetismo. Nenhuma forma nova, ou simplesmente renovada, de milenarismo: a História é um "ínterim". Nela se acumulam, "particularmente pelo sofrimento, os méritos que nos decorrem da Paixão de Cristo". Antônio Conselheiro foi o arauto "de uma ordem já estabelecida e fundada".

Encerrando suas considerações, o Autor, cujo trabalho é aqui resumido, observa o que, para ele, vem a ser a incoerência entre esse "discurso" e a "obra" de Antônio Conselheiro, entre as concepções indicadas nestes documentos e a prática social que desenvolveu.

Ao que parece, entretanto, essa incoerência não existiu. Pelo menos, é possível encontrar uma compatibilidade acentuada entre a ortodoxia acima descrita e a vida social de Canudos.

Em seus estudos, Maria Isaura Pereira de Queiroz, escrevendo antes mesmo da divulgação dos sermões do Conselheiro, percebeu um nítido conteúdo de reformismo conservador no movimento de Canudos.[90] O impulso na direção da edificação de uma "cidade" *separada*, própria de quase todos, se não de todos os movimentos sociais de teor religioso do meio rural brasileiro, é uma indicação sugestiva da preocupação em definir as bases de um estilo de convivência social e de controle, negador do estado de coisas que reinava nas cidades *comuns*.[91] Isto, independentemente do fato de serem essas "cidades" percebidas, ou não, como prefigurações de um reino milenarista. Assim, com relação a Belo Monte, são fortes os indícios de que se constituiu como um lugar privilegiado do "ínterim" a que se refere a análise dos sermões acima utilizada. Não foi, como no caso das *vilas santas* do Contestado, a ante-sala de um Reino de Deus na Terra. Mas foi, certamente, um esforço de aproximação com relação à concepção de justiça, tal como o Conselheiro a entendia, apertada dentro da estreiteza da condição humana.

Sem assumir funções de padre, mas tomando a condição de *conselheiro* que, segundo indicações de José Calazans, correspondia no Nordeste à

---

[90] Maria Isaura Pereira de Queiroz, *op. cit.*, pp. 298 e 319.

[91] *Idem*, p. 298.

daqueles *beatos* que eram reconhecidos e aceitos como predicadores,[92] Antônio Vicente Mendes Maciel buscou conduzir-se como uma autoridade religiosa *exemplar*, isto é, hipertrofiando certos traços de um modelo ideal de sacerdote. Na realização deste modelo, as atribuições de diretor espiritual e as condições de *beato* e de místico dificilmente poderiam ter-se mantido dentro dos limites traçados pelas estruturas religiosas e políticas dominantes. Isto, principalmente na medida em que a ascendência adquirida sobre numeroso grupo de sertanejos significou o aparecimento de uma alternativa para as formas costumeiras de subordinação e um eventual desafio à autoridade de sacerdotes e de "coronéis". As tensões assim geradas desencadearam um processo de isolamento que implicou a criação de Belo Monte, uma espécie de "ilha da purificação", dentro de um mar agitado e infestado por *falsos cristãos, maus padres, protestantes, maçons e republicanos*, mas onde podiam existir também *bons católicos.*

O relatório de um dos missionários enviados a Belo Monte informa que o recrutamento de novos adeptos fazia-se acompanhar pela afirmação de que, fora de Canudos, tudo estava "contaminado e perdido pela República", que no povoado, "terra da promissão", corria "um rio de leite", sendo "de cuscuz de milho as barrancas" e o trabalho desnecessário.[93] Informações como estas, associadas à menção feita por Euclides do encontro em Canudos de inúmeros pedaços de papel contendo quadras versificadas de teor sebastianista, talvez tornem necessário admitir o fato de que – sem que tenha sido esta a orientação dominante – entre os seguidores poderia ter-se desenvolvido a convicção da singularidade *absoluta* de Canudos como o *lugar da* Salvação.

Deve ser acentuado, entretanto, que Canudos, com toda a probabilidade, não foi – pelo menos durante *todo o tempo* de sua curta existência – percebida como um *centro do mundo*, fulcro de um espaço sagrado, tal como sucedeu nas *vilas santas* do Contestado. Tratava-se, antes, de um lugar privilegiado, mas não exclusivo, onde, pelo sofrimento e pela vida limpa e piedosa, os sertanejos se preparavam para alcançar o Céu.

Estas suposições são justificadas, considerando-se a natureza das convicções religiosas do Conselheiro, as relações entre sua comunidade e os clérigos mais próximos, o significado político-eleitoral assumido pelo

---

[92] Conforme comunicação apresentada em mesa-redonda realizada por ocasião da XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Recife, 1974. Esse historiador identificou vários *conselheiros*.

[93] *Apud* Euclides da Cunha, *op. cit.*, p. 149.

povoado, os contactos comerciais mantidos com as localidades vizinhas. Aliás, as linhas tomadas pela organização social de Canudos, a "ordem inalterável" a que se refere Euclides,[94] refletem – como observa Maria Isaura Pereira de Queiroz –, nada mais e nada menos, que a procura de uma compatibilização entre os valores tradicionais do sertão e os comportamentos efetivos dos sertanejos. Sendo assim, a atuação de Antônio Conselheiro como chefe religioso encontrava um desdobramento natural na condição de Chefe civil, capaz de interferir, orientar e comandar no plano político e econômico e, de um modo geral, na esfera dos cuidados profanos de seus seguidores.

Neste ponto, convém fazer uma pequena observação, fundamentada muito mais na impressão de conjunto deixada pelas prédicas do Conselheiro e em algumas de suas minúcias e entrelinhas do que em dados inequívocos. Neste sentido, considere-se que a data fixada no manuscrito é o ano fatídico de 1897, quando Belo Monte foi arrasada, depois de meses de intensa ação militar. É perfeitamente possível que alguns desses escritos tenham sido elaborados e oralmente transmitidos sob tais circunstâncias. Seja como for, principalmente nas meditações sobre o tema marial e, em específico, sobre os sofrimentos de Maria junto à Cruz, sente-se um clima tenso e angustiante, o que permite conjecturar sobre uma possível aproximação inconsciente entre a Paixão exemplar do Cristo e uma iminente paixão de Canudos. Belo Monte, nas vésperas da destruição, vivendo os meses de sua agonia, poderia ter-se transformado então, para seu líder, e para os que a defendiam, num lugar que, pelo caminho da miséria e do sofrimento extremos, encontrava uma posição única dentro de uma visão escatológica.

Encerrando esta parte, algumas considerações ainda devem ser feitas. A primeira é que, por estranho que pareça, Antônio Conselheiro foi, em certo sentido, um líder religioso menos místico do que Padre Cícero. Nem com relação a ele, nem com relação a seus seguidores, há referências a milagres e a visões que tivessem tido um significado no processo de formação do movimento e de sua ideologia. As menções que podem ser encontradas em Euclides têm um caráter anedótico e, mesmo que correspondam às crenças dos seguidores, não possuem maior importância no contexto global.[95]

[94] *Idem*, p. 147.
[95] *Idem*, pp. 137, 146 e 151.

A segunda observação diz respeito ao reconhecimento da relativa ignorância a que se está condenado, por ora, no que se refere às condições sociais e históricas concretas que impulsionaram as adesões ao movimento. Qual teria sido o apelo da mensagem de Antônio Conselheiro, capaz de induzir tantos sertanejos à adoção de um modo de vida que, sob vários aspectos, era inusual na região? A persistência heróica dos que defenderam Canudos nos últimos dias pode ser compreendida diante do fato consumado do cerco, do impiedoso destino a que estavam condenados os que caíam nas mãos do inimigo, bem como da força das convicções religiosas adquiridas. A provável defecção de muitos que, ainda em tempo, conseguiram escapar ao holocausto, pode também ser entendida, já que não é rara em conjunturas dessa natureza. Entretanto, para a adesão no período anterior, antes da constituição do povoado e durante o período de sua existência relativamente pacífica (do início até o incidente de Juazeiro), as hipóteses até agora avançadas têm um caráter excessivamente genérico, ainda que possam ser plausíveis do ponto de vista sociológico mais amplo. A análise feita por Maria Isaura Pereira de Queiroz, situando o movimento dentro do quadro das rebeldias rústicas reformistas e conservadoras, que pretendem reordenar um mundo minado pela anomia, aponta, sem dúvida, um caminho. Todavia, a obtenção de respostas mais específicas a estas questões depende de investigações acuradas sobre um contexto histórico-sociológico, no qual, certamente, ao lado da religiosidade rústica e dos encaminhamentos tomados pela política eclesiástica regional, deve ser levada em conta a evolução do cangaceirismo e do mandonismo local.

5. CONTESTADO[96]

No primeiro quartel deste século, a controvérsia a respeito da jurisdição sobre uma vasta região que abrange porções dos territórios atuais do Paraná e de Santa Catarina provocou uma acirrada disputa entre esses dois

[96] Os dados reunidos sobre o Contestado procedem de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *La "Guerre Sainte" au Brésil: le Mouvement Messianique du "Contestado"*, Boletim nº 187, Sociologia I, nº 5, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, S. Paulo, 1957; Maurício Vinhas de Queiroz, *Messianismo e Conflito Social, A Guerra Sertaneja do Contestado – 1912-1916*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966; Duglas Teixeira Monteiro, *op. cit.* A responsabilidade pela linha interpretativa adotada é, entretanto, somente do autor.

Estados. O litígio, cujas origens eram antigas – muito anteriores à República —, agravou-se com o estabelecimento do novo regime, em decorrência direta da autonomia constitucional adquirida pelas unidades federativas.

O *Contestado* – essa a designação pela qual veio a ser conhecida a região – foi então palco de conflitos armados localizados, de maior ou menor importância, sendo que, ao mesmo tempo, a questão dos limites veio a ser objeto de discussões e deliberações nas mais altas cortes judiciárias do país.

Nenhum desses conflitos, entretanto, tomou as proporções do que costuma ser chamado de *Guerra do Contestado* e que, com a questão de limites, manteve uma conexão apenas incidental.

Desde muito, a experiência da guerra e das lutas civis era familiar para os habitantes do sertão do planalto catarinense, zona do Contestado, onde, de modo mais marcante, ocorreram esses eventos, e cuja formação histórica, até então, tinha sido ligada ao Paraná, a São Paulo e ao Rio Grande do Sul, antes que ao litoral.

De modo semelhante ao que sucedeu nos sertões do Nordeste e em outros sertões brasileiros, às lutas contra o indígena seguiram-se disputas entre clãs familiares pela posse da terra. Tendo como ponto de partida o século XVIII, a sociedade sertaneja do planalto incorporou desde muito cedo padrões de violência endêmica que vieram à tona de modo ostensivo por ocasião da Farroupilha, da Revolução Federalista de 1893 e dos entreveros ligados à disputa de limites. Em todas essas lutas, a estrutura de dominação, marcada pelo caudilhismo e pelo coronelismo, fixou as linhas da participação dos sertanejos.

A figura típica do *beato*, peculiar ao catolicismo rústico do Nordeste, encontrava, nesta mesma época, seu correspondente meridional no *monge*, cuja atuação, sob vários aspectos, foi semelhante à dos congêneres do Nordeste. Não são apenas estes, entretanto, os pontos de contato. Também no sertão catarinense – ao que parece, em proporção maior – havia escassez de padres. Também para lá – "terra de missão", no dizer de um bispo[97] – voltou-se a atenção da Igreja. Em 1892, um grupo de franciscanos alemães instalou-se em Lajes, onde, com espírito combativo, começaram a enfrentar adversários tidos, como no Nordeste, na conta de séria ameaça para o Catolicismo: a "ignorância" religiosa dos sertanejos e as forças "satânicas" da maçonaria.[98]

[97] Cf. Pedro Sinzig, *Frei Rogério Neuhaus*, Editora Vozes Ltda., Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, 2ª ed. Imprimatur a 11/10/1939, p. 167.

[98] *Idem*, pp. 84 a 86.

Os "monges" Se não eram raros os rezadores e curadores que percorriam a região, a partir de 1840, com segurança, pode ser registrado o aparecimento de três monges. Assim é que, João Maria, o primeiro desse nome, fez sua aparição no período da Guerra dos Farrapos. Sabe-se dele o suficiente para ser possível distingui-lo de um segundo João Maria, cuja atuação se vinculou bem de perto à Revolução Federalista, adepto que era do Chefe guerrilheiro Gumercindo Saraiva. Na memória popular, entretanto, ambos acabaram confundindo-se.[99]

José Maria – o terceiro *monge* – dizia-se irmão do anterior, tendo surgido logo após o desaparecimento deste. Foi quem liderou o primeiro ajuntamento de sertanejos – semente do que viria a ser a *irmandade* rebelde do Contestado. Muito cedo desapareceu da cena, pois veio a morrer no primeiro combate do que acabaria por tornar-se uma longa guerra. A partir de então, na lembrança dos seguidores, sua figura tornou-se inseparável da de João Maria, formando-se, progressivamente, a crença no regresso de ambos.

Uma das características que singularizou o movimento do Contestado com relação a Juazeiro e a Canudos foi a ausência da personalidade central e marcante de um líder. José Maria foi somente o seu iniciador. Começara como rezador e curador, por volta de 1912, nos arredores de Curitibanos e de Campos Novos, numa época particularmente conturbada. Segundo indicações de Maurício Vinhas de Queiroz, o primeiro ajuntamento por ele liderado teve como ponto de partida as festas do Senhor Bom Jesus, num lugarejo denominado Taquaruçu. As condições vigentes na área por esse tempo eram tensas, em decorrência, tanto de conflitos políticos locais, na zona de Curitibanos, onde dois "coronéis" e respectivas clientelas se enfrentavam, como da expulsão de posseiros de terras que vinham sendo ocupadas pela *Brazil Railway* e pela *Southern Brazil Lumber & Colonisation*. Estas duas empresas, financeiramente ligadas ao grupo dirigido por Percival Farquhar, obtiveram amplas concessões territoriais no planalto catarinense. A primeira delas, tendo contratado a construção do trecho ferroviário que liga União da Vitória a Marcelino Ramos (1908), tornou-se proprietária, por força do mesmo contrato, de uma faixa de 15 quilômetros de cada lado do traçado da estrada, de onde passou a expelir os ocupantes. O mesmo ocorreu, a partir de 1911, nos 180 mil hectares obtidos pela *Lumber*, sua subsidiária, que instalou, em plena

[99] V. Oswaldo R. Cabral, *João Maria Interpretação da Campanha do Contestado*, Companhia Editora Nacional, 1960.

região contestada, suas serrarias, expulsando posseiros e arruinando pequenos madeireiros.[100]

Os "pares de França"

Foi nestas condições que se efetuou a concentração de sertanejos para as festas do Bom Jesus: sob o clima tenso criado pelas pressões sociais e políticas desencadeadas e, menos diretamente, sob o impacto da destruição de esquemas de dominação tradicionais, fundados em um autoritarismo paternalista. Terminados os festejos, os caboclos se deixaram ficar em Taquaruçu – muitos porque não tinham para onde ir – gastando os dias em rezas, ouvindo respeitosamente a leitura que José Maria lhes fazia de trechos da *História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França,* obra muito divulgada no sertão. Foi nesse período que começou a surgir um princípio de organização, com a constituição do primeiro grupo de *pares de França*, uma espécie de corpo de elite, cuja inspiração era calcada sobre a tradição carolíngia popular.

Temeroso dos riscos inerentes a ajuntamentos dessa natureza e alarmado pelo fato de que em Taquaruçu reuniam-se homens fiéis a seu inimigo político, o "coronel" superintendente de Curitibanos decidiu dispersar os sertanejos, ameaçando-os com violência. Em face disto, acompanhado de um grupo de adeptos, José Maria abandonou o lugar e, transpondo o Rio do Peixe, alcançou os campos do Irani, nas proximidades de Palmas. Ali – onde contava com amigos – reconstituiu o ajuntamento.

Como os campos do Irani se localizavam em área disputada pelos dois Estados, as autoridades de Curitiba interpretaram a ocorrência como uma invasão catarinense e enviaram um contingente da Polícia Militar para enfrentá-la. A tropa seguiu sob a Chefia do Comandante do Regimento de Segurança do Paraná, Coronel Gualberto. No combate travado entre soldados e sertanejos pereceram o chefe militar e o líder religioso. Os fiéis remanescentes dispersaram-se, tudo indicando que o processo não teria novos desdobramentos (1912).

Coincidindo com a intensificação dos conflitos políticos em Curitibanos, difundiu-se no planalto catarinense a crença no regresso de José Maria, na vinda, também miraculosa, de um *exército encantado*, e no início da *guerra de São Sebastião*, entendida como um embate escatológico. Taquaruçu tornou-se novamente um centro de exaltação religiosa. A partir de visões, onde José Maria falava a uma menina e orientava seus antigos adeptos, começa a nuclear-se em torno dos parentes da visionária um novo ajuntamento que seguia, em linhas gerais, o modelo do anterior.

---

[100] Indicações minuciosas sobre estes fatos, em Maurício Vinhas de Queiroz, *op. cit.*

Nos últimos dias do ano de 1913, Taquaruçu foi atacada por uma tropa formada por contingentes do Exército, da Polícia Militar catarinense e por *vaqueanos* – civis engajados do lado da repressão. Repelidos, os atacantes abandonaram muitas armas em poder dos defensores do povoado. Em princípios de 1914, numa nova tentativa, desta vez bem-sucedida, Taquaruçu foi arrasada, produzindo-se uma tremenda carnificina.[101] As tropas repressoras, cujas baixas foram insignificantes, eram formadas por 700 soldados, duas seções de metralhadoras, um esquadrão de Cavalaria e duas peças de Artilharia.

Refugiados em um novo arraial – Caraguatá –, os sobreviventes passaram a receber a adesão de um número crescente de sertanejos, e o movimento começou a assumir o caráter de rebeldia franca. Sucederam-se então os períodos de relativa calmaria, alternados com lutas intensas, nas quais reveses muito sérios foram infligidos às tropas que os combatiam. Em certo momento, os rebeldes chegaram a manter controle sobre extensa área e, durante um curto período, conseguiram interromper o tráfego da estrada de ferro que atravessava a região.

Foi somente a partir de setembro de 1914, quando o General Fernando Setembrino de Carvalho, nomeado comandante da XI Região Militar, assumiu o encargo de chefiar as operações, que a ação repressora tomou um caráter mais sério e organizado. As *vilas santas* dos rebeldes e suas numerosas *guardas e redutinhos* foram sendo destruídas, refugiando-se os remanescentes no vale do Rio Santa Maria, onde vieram a formar uma grande concentração. Foram então atacados nesse lugar, a partir de várias direções, por 6 mil soldados do Exército e da Polícia, acrescidos por mil *vaqueanos*. O mais moderno equipamento bélico foi contra eles utilizado, experimentando-se, inclusive, o emprego de pequenos aviões para bombardeio e reconhecimento. Em fins de 1915 consumou-se a liquidação dessa rebelião sertaneja, restando apenas pequenos grupos esparsos. Em 1916, Adeodato – o último de seus chefes – caiu prisioneiro.

Diferenças marcantes entre Contestado e Canudos

Dos três movimentos que vêm sendo estudados, a Guerra do Contestado foi o único que tomou, inequivocamente, um caráter milenarista. Adversários da República – ao que não era estranho o fato de muitos deles serem antigos *maragatos* –, os participantes da *irmandade* rebelde diziam-se monar-

[101] Conforme relato do médico da expedição, contido em Herculano Teixeira D'Assumpção, *A Campanha do Contestado*, Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1917, v. I, pp. 255 a 260.

quistas. Entretanto, a Monarquia a que aspiravam, mais do que uma instituição política, era percebida como a realização do reino escatológico. Na tosca, mas expressiva indicação de um prisioneiro – era uma "coisa do céu" –, uma nova ordem que resultaria da união entre combatentes terrestres e o *exército encantado* de São Sebastião. Sob a chefia do santo desse nome – importante invocação no catolicismo rústico local – esperava-se que esse exército descesse dos céus trazendo consigo S. João Maria e S. José Maria (como passaram a ser tratados os antigos monges), além dos que haviam tombado nos combates.

Conquanto a *santa religião* da *irmandade* reproduzisse muitos aspectos do catolicismo rústico tradicional do sertão brasileiro, de um modo geral, havia nela uma peculiaridade que precisa ser devidamente acentuada: não era marcada pelo espírito de mortificação, mas, antes, pela alegria. Em certo sentido, pode-se dizer que a vocação das comunidades constituídas nas *vilas santas* era a da festa permanente. Dadas as condições da guerra, somente nos períodos nos quais, por uma ou outra razão, as operações militares perdiam intensidade, essa vocação pôde realizar-se. Nesses interregnos, não somente havia "grande religião", mas – como disse um sobrevivente – até mesmo se vivia melhor do que antes. Eram comuns as procissões, onde se fazia uso intenso de foguetes e de tiros festivos. Enquanto a situação foi favorável, consumia-se uma grande quantidade de carne bovina em churrascos, garantidos, a princípio, pelas reses pertencentes aos fiéis mais abastados e, depois, pelo saque das fazendas vizinhas.

Antes da constituição da *irmandade*, as festas religiosas ocupavam um lugar de destaque e assinalavam os momentos mais significativos do calendário, avultando em importância as que eram dedicadas a São Sebastião. Iniciado o movimento religioso, elas passaram – tanto quanto o permitiram as imposições da guerra – à condição de eventos quotidianos, como se tivesse ocorrido uma tentativa de fixá-las e de prolongá-las indefinidamente. Há indicações, inclusive, sobre o gosto revelado entre os *irmãos* pelo aparato e pela pompa processional. Assim, quando a mudança do reduto de Caraguatá para o de Pedras Brancas impôs-se por força de um surto epidêmico, a trasladação da vila fez-se solenemente, reunindo o cortejo duas mil pessoas, encabeçadas pela virgem Maria Rosa, que seguiu montada em um animal arreado de prata e com silhão de veludo.[102]

[102] Cf. Aujor Ávila Luz, *Os Fanáticos, Crimes e Aberrações da Religiosidade de Nossos Caboclos (Contribuição para o estudo de Antropossociologia Criminal e da História do Movimento dos Fanáticos em Santa Catarina)*, Florianópolis, Santa Catarina, 1952, pp. 166-167.

Havia, entretanto, festas sérias. Eram as chamadas *formas*, cerimônias diárias nas quais, bem claramente, se afirmava e reafirmava a ordem estabelecida. Duas vezes ao dia, segundo exigências estritas e reiteradas dos Chefes, os fiéis eram convocados para uma concentração no espaço ritual denominado *quadro santo* – uma espécie de praça quadrangular cujos vértices eram assinalados por cruzeiros. Nessas ocasiões, colocados em uma disposição deliberadamente estabelecida, *pares de França*, homens armados, de um modo geral, mulheres e crianças, ouviam a palavra do Comandante da vila. As falas diziam respeito tanto a questões práticas relativas ao dia-a-dia e à guerra, como a questões de conduta religiosa e moral. Por outro lado, as *formas* eram o momento da aplicação de castigos, desde o espancamento até às execuções capitais. A cerimônia encerrava-se depois que os *irmãos* haviam rezado de joelhos e percorrido os limites da praça beijando os cruzeiros. Então, agitando a bandeira – um pano branco com uma cruz azul ou verde inscrita – o Comandante concedia-lhes a "santa liberdade".

No plano da organização social, o igualitarismo e a fraternidade eram valores fundamentais. A distribuição dos papéis de mando e de liderança – eventualmente, disputados com violência – obedecia, basicamente, a dois critérios que podiam entrecruzar-se: a posse de qualidades ou experiências significativas para a situação de guerra em que viviam, e a exibição de dons carismáticos. Dos homens que comandaram as numerosas *vilas santas*, sabe-se que alguns haviam sido Chefes locais que dispunham de grandes clientelas, ou apenas pequenos fazendeiros, donos de algum prestígio na área. Outros, entretanto, vinham de camadas baixas da população ou eram criminosos e aventureiros homiziados no sertão. É relevante considerar, porém, que de todos era esperada estrita fidelidade à *santa religião*, sendo que, em certos casos, é possível falar-se, até mesmo, na ocorrência de uma conversão.[103] Em outras palavras: mesmo quando um chefe de reduto não participava das crenças coletivas (houve apenas dois casos inequívocos desta natureza), via-se obrigado a fazer-se passar por devoto de S. João Maria e S. José Maria.

Ao lado dessas chefias masculinas e adultas houve nas *vilas santas* numerosas *virgens* que, ao se fazerem porta-vozes de entidades celestiais, adquiriram prestígio e poder. Mas não apenas *virgens*, pois em Taquaruçu, no início do movimento, um menino também desfrutou deste privilégio. Antes mesmo disto, nos tempos do *monge* João Maria, era corrente

[103] Cf. Duglas Teixeira Monteiro, *op. cit.*, p. 105.

a crença de que seu oratório portátil, sendo muito pesado para os adultos, era leve para as crianças.

Esta valorização da *virgindade* e da *inocência* parece significar a transposição de elementos arraigados e difusos na subcultura rústica, do plano predominantemente familiar, para uma posição central na ideologia da *irmandade*. Com isto, a despeito da ascendência do adulto e do homem, tradicionais no sertão, onde – como no Contestado – a prostituta era designada pela expressão "mulher que se governa", crianças e *virgens* puderam ocupar posições destacadas. Somente algumas, é verdade, como que reservadas enquanto primícias.

Ainda no terreno dos valores, não obstante as referências mencionadas em um ou outro cronista sobre a licenciosidade de alguns Chefes, as normas estabelecidas eram particularmente rigorosas a respeito das relações entre os sexos. Assinala-se, por exemplo, a expulsão de prostitutas e de bígamos, bem como, em sentido contrário, a realização de um número muito grande de casamentos nos redutos. Curiosamente, entre os líderes achava-se um fazendeiro que exercera funções de Juiz de Paz rural e que, nos redutos, efetuava as uniões, registrando-as em um livro de casamentos. A ruptura com os clérigos tornara-se total, e o casamento civil da República como que se "santificara" dentro das vilas.

As transgressões punidas com espancamento eram faltas menores, tais como manifestações de indisciplina e o não comparecimento às *formas*. O renegado, entretanto, era punido com a morte e a seu corpo se recusava sepultura, do mesmo modo que se procedia à exumação sistemática dos adversários mortos, a ponto de ser necessário aos soldados esconder os lugares onde enterravam os companheiros.

A análise do significado dessas práticas escapa de muito aos limites desta exposição, cabendo apenas dizer que as noções de pureza e de impureza, com elas relacionadas, ocuparam uma posição relevante no universo ideológico construído pela *irmandade*.[104]

O provimento das necessidades nas vilas fazia-se basicamente através do saque e, secundariamente, dos recursos obtidos em pequenas roças de subsistência e do comércio. Tratava-se de uma economia de *gasto*, e, mesmo, de desperdício. Entretanto, desperdício não significava, sumariamente, incúria. Era, no caso, um aspecto da festa permanente e da expectativa do advento do milênio, ambas as coisas incompatíveis com rotinas de produção. O saque, por outro lado, era apenas a apropriação violenta

[104] *Idem*, pp. 141 e ss.

de bens tidos como pertencentes à *irmandade*, já que o gado – objeto principal de expropriação – ocupava o *seu* território. Considere-se, além do mais, que o esgotamento rápido das reservas próprias e as pressões do cerco tornaram inevitáveis os avanços sobre os bens de fazendeiros vizinhos, definidos como adversários. Não eram, porém, bandidos, no sentido comum do termo, não obstante serem assim designados por seus inimigos. As ordens recebidas pelos *irmãos* combatentes estipulavam proibições muito severas quanto à apropriação de dinheiro e quanto à violência exercida contra mulheres e crianças.

A proibição acima referida a respeito do dinheiro dos adversários não corresponde a um princípio de honestidade, mas à atitude de repulsa diante do papel-moeda da República. São freqüentes as referências que permitem afirmar com certeza que se procedia muitas vezes à sua destruição sistemática. As moedas prezadas eram as do Império. Entretanto, como outras fontes mencionam o achado, em redutos ocupados pelas forças da repressão, de dinheiro, tanto do Império, como da República, é-se levado a pensar que o comportamento dos *irmãos*, longe de ser bem definido a esse respeito, revelava uma certa ambigüidade.

Quanto ao comércio, era proibido entre os membros da *irmandade*, mas praticado com o mundo exterior. Os rebeldes tiveram fornecedores onde se abasteciam, e isto, com regularidade, pelo menos nos períodos mais favoráveis. O meio de troca mais freqüentemente usado era o couro verde.

Como as tarefas da guerra vieram a ocupar – dadas as circunstâncias – uma posição dominante na existência das vilas, cabe dizer alguma coisa sobre o modo pelo qual foi conduzida. Primeiramente, nota-se que assumiu o caráter essencial de uma luta defensiva, ligada à preservação de um território, *grosso modo*, definido em torno do eixo formado por Taquaruçu e Santa Maria. As convicções milenaristas dos rebeldes fizeram dessa área um terreno sagrado cuja defesa se impunha. Incursões ofensivas, com o propósito de ocupar áreas mais distantes, não ocorreram. Todavia, uma estação ferroviária da *Brazil Railway*, uma serraria da *Lumber* e, parcialmente, a vila de Curitibanos, foram incendiadas pelos rebeldes. Além disto, foram já mencionadas as incursões regulares que empreendiam os piquetes rebeldes para o arrebanhamento de gado e para o ataque às sedes de fazendas, algumas delas transformadas em ponto de apoio pelas forças de repressão.

No decorrer da luta, o estilo de combate foi, bem caracteristicamente, o das guerrilhas, contra as quais as forças regulares muitas vezes

mostraram-se impotentes, tendo de recorrer aos *vaqueanos*. Um papel, simbolicamente muito importante, mas materialmente pouco eficiente, foi desempenhado pelos *pares de França* ou *pares de São Sebastião*. Esses corpos combatentes, formados por vinte e quatro homens, ou seja, doze pares, selecionados pela destreza no manejo do facão e pela lealdade para com a *santa religião*, gozavam de especial consideração, constituindo uma espécie de *irmandade* menor.

A participação dos *pares de França* no Movimento do Contestado levanta o problema do significado que teria assumido a gesta carolíngia na formação do universo ideológico da comunidade rebelde. Uma das hipóteses que têm sido sugeridas considera a possibilidade de que esse importante componente do imaginário do sertão brasileiro tenha desempenhado, no caso, a função de ponto de referência para uma construção mítica pela qual se tornou possível ligar a renovação escatológica buscada e esperada e o passado do grupo. Nesse passado – "os tempos da Monarquia" – a violência e a opressão de superiores sobre inferiores não apareciam de modo cru e desnudo, como começaria a ocorrer na região depois da penetração de interesses econômicos modernos, e com o perecimento do patriarcalismo rural tradicional. Eram antes encobertas, mas também amenizadas, por um relacionamento onde a desigualdade econômica entre fazendeiros e agregados, "coronéis" e clientes, colocada sob a capa do compadrio e do apadrinhameuto, permitia aos subordinados alimentarem a ilusão de que eram *potencialmente iguais*.[105] Considerando, portanto, que nessas relações entre desiguais existiam duas faces – a do *interesse* e a das *associações morais*, dir-se-ia que o processo de mitificação de que aqui se trata eliminou a primeira e hipertrofiou a última, reconstruindo idealizadamente o passado.

Como se sabe, no mundo de Roldão e do Carlos Magno da gesta, as relações entre superiores e subordinados eram relações entre pessoas que se tinham por iguais, ou potencialmente iguais. Recobrindo, e quase anulando, no trato corrente, as diferenças hierárquicas e as vassalagens, estavam presentes uma fé religiosa militante e a animadversão contra um inimigo comum. Outras linhas de conformidade poderiam ser apontadas entre o universo da gesta e a visão de passado acima referida. Basta, entretanto, mencionar aqui o fato de que essa conformidade teria servido de

[105] Esta expressão, bem como as que aparecem grifadas imediatamente depois, são de Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, Editora Ática, S. Paulo, 1974.

base para o estabelecimento de um nexo entre o presente, o passado e o futuro. Deste modo, instituições como a dos *pares de França* deixariam de ser a expressão de um delírio, ou, inversamente, não poderiam ser consideradas apenas em seu significado emblemático, adquirindo a dignidade da afirmação de uma continuidade e de uma totalidade polarizadas entre as reminiscências mitificadas e um presente de militância inspirada na expectação milenarista. Do mesmo modo, a recitação de trechos da lenda carolíngia em Taquaruçu, longe de ter tido um caráter secular e banal, alcançaria as dimensões de um ritual de refundação da Ordem.[106]

As relações de compadrio

De modo sucinto, e apenas com a intenção de salientar um aspecto importante do movimento do Contestado, alguma coisa deve ser dita agora a respeito do significado das relações de compadrio para a compreensão do que aqui se estuda. Sem que seja necessária uma exposição das interpretações proporcionadas por diversos autores a respeito dessa instituição e do papel que desempenha na tradição rústica, cabe apenas dizer que, de um modo geral, ela se superpõe a relações sociais assimétricas, onde a desigualdade tanto pode originar-se de diferenças etárias como de diferenças sociais e econômicas.

No Contestado, antes da eclosão do movimento, o batismo doméstico, sem a presença do padre, era uma prática corrente. O batismo da Igreja vinha depois – quando vinha – na oportunidade oferecida pelas visitas pastorais. Naquela forma de batismo, o oficiante – em geral, um membro do grupo familiar que, no caso de o neófito ser um primogênito, era, freqüentemente, uma ou duas gerações mais velho – tornava-se, automaticamente, compadre dos pais da criança. Esta modalidade de batismo, costumeira no sertão, diferia do batismo da Igreja, não apenas pela ausência do padre, como também pelo fato de que, nesta última forma, o apadrinhamento era usualmente feito por pessoas com posições sociais superiores às dos pais da criança.

O aparecimento dos *monges* fez surgir na região um batismo preferencial, inclusive com relação ao doméstico: o de João Maria e, depois, o de José Maria. Simultaneamente, o batismo eclesiástico começou a ser rejeitado, criando-se situações nas quais se julgava preferível aguardar durante anos a passagem do *beato*, em vez de aceitar aquele que poderia ser oficiado pelo padre. Com isto, os *monges* vieram a tornar-se padrinhos e compadres efetivos ou potenciais em todo o sertão.

[106] Para uma análise mais minuciosa, cf. Duglas Teixeira Monteiro, *op. cit.*

Com a morte prematura de José Maria, ficaram muitas crianças sem batismo. As indicações disponíveis registram, porém, a continuidade das práticas batismais nas *vilas santas*, ao que parece, com a restauração do batismo doméstico ou com a introdução de inovações, tais como o batismo feito pelas *virgens*. De qualquer forma, a instituição parece ter deixado de possuir na *irmandade* a importância que anteriormente possuía.

O processo de evolução do batismo e do compadrio no Contestado incorporou uma seqüência de rupturas. Se na coexistência – batismo doméstico (intraclasse)/batismo da Igreja (interclasses) – o primeiro poderia significar uma compensação para eventuais frustrações trazidas pelo último, a emergência do *monge* como padrinho e como compadre preferencial assinalaria o princípio de uma crise na própria instituição. Fundamentando este argumento, existem alguns exemplos de rebeldes que as circunstâncias colocaram em posição antagônica com relação a seus padrinhos socialmente superiores. Nesses casos, os laços morais pouco importaram, ou, então, foram rompidos; num caso, inclusive, com a presença de violência homicida.

O batismo do *monge* apresentava-se como uma forma livre das contaminações decorrentes da presença de um elemento de superação das diferenças etárias entre gerações (uma das funções do batismo doméstico, no caso de o primogênito garantir a ascensão do casal jovem à condição de adultos plenos).[107] Era também, obviamente, livre da contaminação econômico-social inerente ao batismo da Igreja, que conduzia, via de regra, a um compadrio interclasses. Vinha a ser, nesse sentido, um batismo mais espiritual, realizado por um homem que assumia a condição de *ancião privilegiado*.

Entretanto, *monges*, de um lado, afilhados, compadres e seguidores, de outro, estavam separados pelas barreiras que distinguem o sagrado do profano. Com o desaparecimento de José Maria e com a formação da *irmandade*, essas barreiras caíram. Ingressando no movimento e – como foi, muitas vezes, o caso – tomando um novo nome, o sertanejo incorporava-se a uma comunidade fraterna onde não prevalecia mais a dominação econômica; onde a subordinação entre as gerações, se persistia, podia passar para segundo plano; onde a distinção sagrado-profano tendia a desaparecer.[108]

---

[107] Antônio Augusto Arantes Neto, "Compadrio in Rural Brazil; Structural Analysis of a Ritual Institution", Tese de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, S. Paulo, 1970 (mimeo).

[108] Sobre o significado do compadrio, v. Duglas Teixeira Monteiro, *op. cit.*

Dentro de um estudo como este, que busca cotejar os três mais importantes movimentos religiosos do meio rural brasileiro, não é possível deixar de lado uma referência à posição dos representantes da Igreja. Sobre o Contestado, já se disse da presença rarefeita de padres e da atuação dos missionários franciscanos na região. Mais minuciosamente, cabe agora indicar o modo pelo qual reagiram diante dos acontecimentos.

Frei Rogério Neuhaus. Sua atuação nos acontecimentos

O relato sobre isto inevitavelmente deverá focalizar a atuação de um frade – Frei Rogério Neuhaus. Os contatos que manteve com João Maria e, depois, com a *irmandade*, são bem documentados. Deles, fica ressaltada a figura de um padre, cujas deficiências de instrução, somadas a características de personalidade, resultaram na rara capacidade de compreender o sertanejo. E isto sem abdicar de sua condição de sacerdote.

Sua atitude, na entrevista que manteve com João Maria, foi de simpatia, mas de modo nenhum permissiva. Possivelmente, tinha consciência da inevitabilidade da concessão de uma certa autonomia religiosa ao sertanejo, em face da escassez de padres. A tolerância com relação a *beatos* e capelães oferecia riscos que era preciso enfrentar. Sempre era possível – os acontecimentos posteriores o confirmaram – que, tomando a condição de *monges*, ultrapassassem os limites e desafiassem o próprio sistema religioso oficial.

Os principais pontos de atrito entre o frade e o *monge* giraram em torno da disputa a respeito das atribuições específicas de padres e de leigos. Rogério pretendia proibir João Maria de batizar crianças, a não ser em situações que envolvessem perigo de vida. A missa e a eucaristia não podiam ser menosprezadas e colocadas em plano secundário, o mesmo acontecendo com a confissão. Para o frade, foi evidentemente intolerável a réplica de João Maria às admoestações que fazia segundo esta linha doutrinária: "A minha reza vale tanto quanto uma missa!" Assim, também, as tergiversações do *monge*, quando foi convidado a submeter-se à confissão. Muito sugestiva, entretanto, foi a controvérsia estabelecida entre ambos sobre a maior ou menor proximidade dos "últimos dias". Enquanto o frade defendia uma concepção moral e individualizada do caminho da Salvação, e negava estar prestes a ocorrer o fim dos tempos, João Maria afirmava a iminência do *eschaton*.

O encontro entre o frade e os rebeldes, já reunidos em Taquaruçu, depois da morte de José Maria, foi dramático. Seu propósito manifesto era obter a dispersão do ajuntamento, argumentando com a ameaça muito próxima de ataque das forças repressoras. Durante os entendimen-

tos, duas tendências se manifestaram entre os adeptos da *santa religião*. Uma delas revelava a insegurança de homens habituados a respeitar em Rogério não apenas um velho conhecido e amigo, como também a condição de padre. A outra, que prenunciava a radicalização posterior, manifestou-se de modo violento, por ofensas verbais e por ameaças de agressão física. À argumentação prática e de bom senso desenvolvida pelo frade, respondiam os *irmãos* que ali estavam "debaixo da proteção da Virgem Maria, graças a Deus!".

Em face da agressividade de alguns e do risco real que corria, o padre observou-lhes: "... antes me respeitavam tanto e agora estão mudados? Que é isto?" A resposta veio-lhe de um dos líderes que, erguendo a espada, gritou: "Liberdade! Liberdade! Estamos agora em outro século!"

Em suma, os *irmãos* ainda vacilavam. Uns diziam: "Os padres não valem mais nada"; outros condenavam apenas a conduta de "certos padres"; alguns poucos chegaram a mostrar, para com Rogério, até mesmo uma certa deferência.

Desta vacilação, passaram, entretanto, para a ruptura completa. O mesmo Frei Rogério, tempos depois, em missão pacificadora, foi enviado pelo General Setembrino de Carvalho a um reduto. Não lhe foi permitida sequer a aproximação. Foi repelido a tiros.[109]

Motivos de adesão ao movimento

Com relação ao Contestado, ao contrário do que ocorre com Canudos e, em menor proporção, com o caso de Juazeiro, tem-se conhecimento de um certo número de exemplos mais concretos para os quais é possível identificar os motivos manifestos da adesão ao movimento. O conjunto que formam é – por razões bem compreensíveis – heterogêneo.

Ao que parece, a devoção a S. João Maria, na época já bastante difundida entre os caboclos, bem como convicções a respeito das afinidades entre a atuação de José Maria e a militância religiosa de seu antecessor facilitaram as adesões e engrossaram as fileiras do *monge* de Taquaruçu. Relações de compadrio, deveres de lealdade e o reconhecimento pelas curas que teria efetuado também contribuíram para isso. Circunstancialmente, entretanto, José Maria viu-se cercado ainda por dois tipos de adeptos. De um lado, aqueles que se colocavam, como clientes e capangas, ao lado do "coronel" Henriquinho de Almeida, inimigo figadal de Albuquerque, superintendente de Curitibanos e dono da *situação* política dessa mesma vila. De outro, os grupos de deslocados, vítimas das expul-

[109] *Idem*, pp. 81 e ss.

sões promovidas pela *Brazil Railway* e pela *Lumber*; criminosos refugiados no sertão; ex-trabalhadores da construção da estrada de ferro que, trazidos das capitais de vários Estados, recrutados que haviam sido entre grupos marginalizados, acabaram sendo abandonados à própria sorte pela empresa, ao terminar a construção da ferrovia. Em todos estes casos, tratava-se de gente que encontrava no ajuntamento uma alternativa de reconhecimento social, uma chance de obter proteção e uma possibilidade de eventuais revides.

Posteriormente à morte de José Maria, quando a segunda Taquaruçu veio a formar-se, a esses elementos acrescentaram-se bandos diretamente ligados às lutas pela questão de limites e que, chefiados por caudilhos, alguns com prestígio até mesmo entre as autoridades estaduais, aderiram ao movimento.

Essa variedade de motivações manifestas tornaria difícil admitir a unidade do movimento, não fosse o fato de que, acima delas, recobrindo-as e anulando-as, acabaram por prevalecer os motivos de natureza religiosa. A questão de limites, por exemplo, atingindo interesses concretos de certos chefes locais ligados à coleta e comercialização do mate e afetados pelos impostos que incidiam sobre seus negócios, levou, sem a menor dúvida, alguns deles a aderir ao movimento, não implicando esta adesão em convicções religiosas. Foi entre este tipo de pessoas que, todavia, ocorreu o caso de um certo capitão da Guarda Nacional, caudilho respeitado inclusive pela oligarquia estadual, cuja incorporação ao movimento foi marcada por uma notória conversão. Os documentos que o comprovam indicam entre outras coisas a perplexidade suscitada em Florianópolis pela transformação sofrida por um homem de passado muito conhecido pelo envolvimento que teve nas lutas por causa dos limites.

Os perseguidos políticos de Curitibanos, homens do "coronel" Henriquinho ou, pelo menos, adversários do superintendente, muito cedo viram o chefe político a que se ligavam assumir uma posição acomodatícia e passar a manter relações amistosas com os comandantes militares da repressão. São fatos como estes que tornam difícil interpretar certas adesões apenas a partir dos conflitos entre "coronéis". Tome-se, por exemplo, o caso de um outro capitão da Guarda Nacional. Vítima constante das arbitrariedades do mandonismo local de Curitibanos, foge para o reduto de Santa Maria. Não faz, contudo, como alguém que apenas tivesse optado pela guerra aberta na defesa do que entendia serem os seus direitos. Ao contrário, agindo como se pretendesse iniciar um novo modo de vida, leva para os redutos um filho de 16 anos e uma filha de 10.

O sentido do monarquismo na guerra do Contestado

No contexto desta argumentação há, entretanto, um problema importante. Trata-se de indagar sobre o sentido do monarquismo dos rebeldes.

Algumas coisas seguras a este respeito são conhecidas. A primeira delas, bastante compreensível, é que estava ausente ou, pelo menos, era rara, inclusive entre os Chefes, uma apreensão política da Monarquia. Não se pode desprezar, todavia, o fato de que alguns líderes, e muitos dos combatentes das fileiras, eram antigos *maragatos*, ex-correligionários de Gumercindo Saraiva. Assim, o Juiz de Paz, mencionado anteriormente, relacionava-se com antigos caudilhos federalistas, para os quais chegou a escrever, pedindo a adesão ao movimento, e dando indicações de tática militar sobre o modo pelo qual deviam conduzir-se. É o mesmo que, não obstante isto, termina uma de suas cartas contando que esperava para breve a ressurreição de um filho que havia perecido em combate.

Dados como estes permitem supor que a questão de limites, o ideal monárquico – no sentido político-racional destas palavras –, a oposição a certos "coronéis", a questão de terras, sendo, como o foram, móveis díspares da ação coletiva empreendida pelos rebeldes, não explicam, nem isolada nem conjuntamente, o movimento.

Na guerra do Contestado, os motivos tradicionais de conflito na região – a honra, a política e a terra – cederam lugar a valores de outra natureza. Da defesa da honra pessoal passou-se para a luta por uma *santa religião*. O saudosismo do Segundo Reinado – herança das lutas federalistas – é substituído pela busca de uma *santa monarquia*. A questão de limites – sem nenhum significado para a maioria dos combatentes – passa para segundo plano. Anula-se a importância dos conflitos locais entre "coronéis". A terra que passaram a defender não era a terra em que plantavam, mas aquela onde estavam sepultados os seus mortos e de onde sairiam no grande dia no qual, pela junção do Céu e da Terra, uma ordem absolutamente nova seria inaugurada, cessando a história, com seus desacertos e sofrimentos.

No propósito único de sugerir um caminho que parece mais apropriado para alcançar uma compreensão profunda deste movimento, é-se levado a reconhecer que existe um hiato entre as proporções fantasmagóricas, ou grandiosas das expectativas e o caráter heterogêneo e relativamente banal das motivações.

Como não cabe aqui uma análise minuciosa, indique-se apenas que, partindo da complexa construção ideológica da *irmandade*, não se chega, de modo nenhum, a esses motivos. Chega-se, todavia, a uma crise radical

– ao *desencantamento* do mundo tradicional do sertão. Para essa crise, os caboclos do planalto catarinense encontraram, pelo único caminho que lhes era dado – o da religião –, a solução radical de um *reencantamento*, capaz de ressituá-los no mundo e de permitir que vivessem, por curto período, na esperança de uma ordem totalmente renovada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS[110]

1 – Nos manuais mais divulgados de História do Brasil, os movimentos aqui estudados em geral aparecem – quando aparecem – sob a forma de referências breves, quase sempre distorcidas. Na melhor das hipóteses, têm sido tratados como erupções perturbadoras no curso da realização de alguma coisa como uma espécie de "destino nacional". Quando é este o caso, são, por exemplo, mencionados, no contexto da corrente histórica mais importante, como obstáculos enfrentados pelo processo de consolidação da República.

Hobsbawm, referindo-se às *rebeldias primitivas* que estuda, diz algo que se aplica também a estes movimentos: têm sido relegadas à posição de "notas de pé de página".[111] Mais ainda, observa, de modo pertinente, que, até há pouco, os historiadores, marcados por um vezo racionalista e modernista, homens instruídos e pessoas de formação urbana, inclinavam-se a considerar esses fenômenos como marginais, sem empreender o esforço necessário para compreendê-los.[112]

As deficiências de informação, decorrência do fato de que os participantes desses movimentos – pelo menos nas fileiras – eram homens analfabetos, não é suficiente para explicar a qualificação que recebem, vagamente, mas de modo regular, como expressões de "fanatismo" e de "banditismo". As distorções ideológicas e o etnocentrismo parecem ser razões mais plausíveis para isto. Ainda mais, é sugestivo o fato de que, mesmo quando as interpretações são servidas por uma atitude simpática e compreensiva, o resultado, muitas vezes, é a busca de explicações que recor-

---

[110] Esta argumentação foi desenvolvida de uma forma semelhante pelo autor em comunicação apresentada em um *Colóquio de Estudos Regionais* reunido em Curitiba em 1974 e, posteriormente, publicada nos *Anais dessa reunião* (Boletim nº 21, Dep. de História, U. F. Paraná, Curitiba, 1974) com o título: "Sertão e Civilização: compassos e descompassos".
[111] Eric J. Hobsbawm, *Rebeldes Primitivos, Estudio sobre las Formas Arcaicas de les Movimientos Sociales en los Siglos XIX y XX*, Ediciones Ariel, Barcelona, 1968, p. 22.
[112] *Idem, p.* 13.

rem de modo apressado à luta de classes, ponto final a que se chega, "em última análise".

Em *Rebeldes Primitivos,* Hobsbawm não trata dos movimentos que aqui foram estudados. Entretanto, as reflexões que desenvolve em torno das noções do *político* e do *pré-político* fazem dessa obra um lugar privilegiado a partir do qual podem ser discutidas as dificuldades existentes na compreensão equilibrada desses fenômenos.

Ao estudar algumas *rebeldias primitivas* que se manifestaram, principalmente na Itália e na Espanha, localizando-se temporalmente num período que abrange parte dos séculos XIX e XX, esse Autor reconhece dois aspectos fundamentais. Primeiramente, afirma que é inútil buscar, para o banditismo social, para os milenarismos e para a Máfia, explicações que, eventualmente, poderiam ser adequadas para fenômenos semelhantes da Antiguidade e da Idade Média. Trata-se de movimentos arcaicos, mas inseridos em nossa época. Em segundo lugar, entende que não podem ser vistos como germes dos movimentos sociais modernos. Não são, nem sobrevivências, nem manifestações precursoras. Entretanto, de um modo geral, são qualificados como *pré-políticos*, sendo que, ao mesmo tempo, alguns deles possuiriam um componente *reformista* (banditismo social e Máfia), enquanto outros seriam, de certo modo, marcados por um teor revolucionário (milenarismos).[113]

As dificuldades mencionadas acima decorrem do fato de que, como parece claro, a *única* referência sólida para a expressão *pré-político* é encontrável quando posta em contraposição a *político.* Ora, se se considera que esta última noção é apresentada com uma compreensão bem delimitada espacial e temporalmente – referindo-se a ideologias, técnicas de luta pelo poder e "normas de jogo"[114] ligadas ao aparecimento das sociedades industriais modernas e, mais ainda, que as *rebeldias primitivas* estudadas pelo Autor não são germes desses fenômenos "modernos", desfaz-se até mesmo essa precária solidez da noção de pré-político que acaba por se mostrar teoricamente vazia – apenas uma categoria residual. A isto, podem ser acrescentadas as dificuldades do uso de categorias como *reformismo* e *revolucionarismo*, examinadas pelo Autor, de modo diverso, isto é, a partir de princípios gerais, sem as qualificações de uma limitação histórico-concreta.[115]

---

[113] *Idem,* p. 17.
[114] *Idem,* p. 143.
[115] *Idem,* pp. 23 e ss.

A conclusão que se impõe é a de que o estudo dessas rebeldias acaba por ficar duplamente mal servido. De um lado, tem-se um quadro de referência histórica insatisfatório; de outro, uma conceituação excessivamente geral e abstrata.

2 – Trazendo estas considerações para o plano da análise das *rebeldias primitivas* brasileiras, é razoável supor que também elas oferecem resistência às interpretações que empregam conceitos cujos conteúdos foram sendo definidos no decorrer dos últimos 200 anos do curso principal da história do mundo ocidental.

O que então se propõe à discussão é o reconhecimento, nos movimentos estudados, de alguma coisa que, de uma perspectiva negativa, pode ser referida como *marginalidade*, e de uma perspectiva positiva, como *autonomia*. Segundo essa orientação, importa identificar as peculiaridades que apresentam e que os tornam parcialmente opacos diante de categorias usualmente empregadas no estudo de movimentos sociais "modernos".

Inevitavelmente, esta questão traz à tona e coloca em julgamento a noção de subcultura rústica, entendida apenas em termos de *carência*, como subproduto subalterno e lateral do modo de existência definido em função da grande lavoura ou, inversamente, como implícita ou explicitamente tem ocorrido, enquanto alternativa cultural com dignidade própria.

Considerando que os movimentos de Juazeiro, de Canudos e do Contestado manifestaram-se no contexto da subcultura rústica, a argumentação que se segue busca, primeiramente, negar validade a essas posições quando extremadas, na suposição de que não fazem justiça, de um lado, ao que pode ser chamado de *vetor autonômico*, peculiar ao *mundo rústico* e, de outro, ao comprometimento desse *mundo* com a sociedade brasileira. Em segundo lugar, pretende-se, a partir do reconhecimento dessa oposição, examinar a possibilidade de encontrar um nível intermediário de generalização que se situe entre as conexões histórico-concretas e as generalizações sociológico-políticas por demais abstratas, ou vinculadas a quadros de referência estranhos.

3 – De modo direto – nos casos de Juazeiro e do Contestado – e menos diretamente – no caso de Canudos – registra-se a presença de certas relações sociais que assumem uma posição de relevância. Padres e fiéis, "coronéis" e clientes, padrinhos e afilhados, beatos e seguidores, "santos" e devotos – estes são os pares hierarquizados de relações que definem alguns laços cuja importância, tomados separadamente, ou nas conexões

que entre si mantêm, justifica uma tentativa de análise que, possivelmente, poderá contribuir para a compreensão desses fenômenos. Antes de levá-la a efeito, entretanto, convém advertir que serão tratadas como relações típicas, com as vantagens próprias de construções dessa natureza, mas, também, com a perda de certos contornos concretos. Ainda mais, é preciso dizer que, nas situações reais, muitas vezes essas relações superpõem-se e confundem-se.[116]

a) Tomando o primeiro dos pares mencionados – *padre-fiel* – observa-se que esta conexão pressupõe um laço que lhe é exterior: a inserção necessária do padre na hierarquia da Igreja. Sua fonte de poder, bem como a legitimação em que se sustenta têm duas bases diversas e, às vezes, opostas. De um lado, a estrutura eclesiástica, e tudo o que significa, do ponto de vista ideológico e organizatório; de outro, a comunidade dos leigos, com exigências e expectativas eventualmente diferentes. Pela primeira, o Padre prende-se a uma esfera externa ao sertão, sujeitando-se às linhas de força da política eclesiástica e, por essa via, à política nacional e internacional. Com isto, o destino da comunidade dos leigos vem a ser afetado por uma ordem que lhe é estranha. Através da segunda, o Padre vê-se constrangido pelo jogo local de forças, cujo dinamismo pode seguir caminhos pouco ortodoxos.

Circunstâncias como estas introduzem um elemento de ambigüidade bem evidente nesta relação. A biografia do Padre Cícero, as posições doutrinárias de Antônio Conselheiro e o próprio drama de Canudos, as vicissitudes de Frei Rogério Neuhaus e o comportamento dos *irmãos* do Contestado exemplificam isto de modo convincente.

Para Juazeiro, os dados disponíveis referem-se muito mais ao Padre Cícero e às lideranças do que à massa de seguidores. Mesmo um exame superficial da carreira de Cícero revela-o como um homem suspenso entre as duas forças que o sustentam. De um lado, as ligações com a Igreja, que o alijou e o repudiou, tolerando-o apenas em certos momentos, mas com a qual de modo nenhum desejava romper. De outro, a comunidade de fiéis, apoio sem o qual não seria senão um padre como tantos outros. Relembrem-se aqui as visões e mensagens recebidas por ele, em contraste com as das suas *beatas*. O caráter acomodado das primeiras opõe-se ao radicalismo

[116] O ponto de partida da análise que será feita é uma observação de Emanuel De Kadt em "Religion, the Church, and Social Change in Brazil", *in* Claudio Veliz (ed.), *The Politics of Conformity in Latin America*, Oxford University Press, 1967, p. 196.

das últimas. Se é verdade que Cícero foi, antes de mais nada, uma força da ordem e da contenção, verifica-se que, também no campo específico da ideologia religiosa, sua tendência caminhou na mesma direção.

Essa ambigüidade aparece em Canudos, mas de modo diverso. Tem-se ali uma comunidade liderada por um leigo que procura ser uma autoridade religiosa exemplar. Extremando-se no exercício de funções próprias de padres, respeita escrupulosamente o que é essencial nas atribuições destes – não avança no campo estritamente privativo do sacerdote. Foi uma comunidade de sertanejos que, em todo o tempo, se teve por fiel depositária de certos valores que a própria Hierarquia não mais defendia; que manteve relações cordiais com os párocos vizinhos e recebeu com foguetes os emissários eclesiásticos enviados para a espionarem, submetendo-se inicialmente a eles na recepção dos sacramentos, para expulsá-los somente depois de compreender que eram movidos por intenções políticas. Na certeza de que reunia os "bons católicos", foi encurralado na posição equívoca dos que defendem uma instituição contra as próprias disposições de seus mais altos dirigentes.

No Contestado, em situação de franco conflito, o padre é temido porque, de um lado, dispõe de poderes sobrenaturais reconhecidos, sendo portador de uma *palavra religiosa* semelhante à de seus fiéis "fanatizados"; de outro, porque, de muitos modos, está comprometido com o mundo dos adversários destes. Na situação ali criada, os sertanejos definiram uma esfera simbólica constituída por elementos anômalos, sujeitos, por isto, à exclusão ou à destruição, sem maiores equívocos (o cadáver do adversário, certos comportamentos tidos como indesejáveis etc.). O Padre, entretanto, nela não era incluído – sua condição era equívoca, pois, como o dinheiro da República, a *palavra* de que era portador tinha curso, tanto nos redutos rebeldes, como nos acampamentos das tropas repressoras, implicando, desse modo, um comportamento lábil e incerto. Sua exclusão radical só vem a ocorrer a partir do momento em que, na ideologia da *irmandade*, definiu-se uma linha divisória entre os que estavam com a *santa religião* e os que estavam do outro lado.[117]

b) O segundo par – a relação "*coronel-cliente*" – tem pontos de contato com o caso anterior. Também nela a conexão só se mantém pela força de um laço externo: aquele que liga o "coronel" à oligarquia. Ao que foi dito nas primeiras páginas deste trabalho, deve-se acrescentar que, em

[117] Para uma tentativa de explicação, v. Duglas Teixeira Monteiro, *op. cit.*, pp. 141 e ss.

Victor Nunes Leal, no liame "*coronel-cliente*", a clientela é tratada como uma constante: é passiva – um "*rebanho eleitoral*". Entendendo que assim deva ser, isto é, que a qualificação seja correta, talvez, se pudesse, não obstante, falar num "rebanho mistificado". A autoridade do "coronel" não se fundamentaria apenas em seu poder de coagir, mas, também, no de criar consenso. Desse modo, sua figura definir-se-ia, ao mesmo tempo, pela garantia de um laço externo ao sertão (com a oligarquia e, através dela, com a política nacional, e mesmo internacional) e por um laço interno ao sertão, garantido pela estrutura patrimonialista de dominação. A ruptura de um destes dois laços seria suficiente para tornar inviável a persistência da figura do "coronel".

Sob este ponto de vista, a situação criada no Contestado é curiosa. Ali, dois "coronéis", figuras centrais na fase inicial, vieram a dividir entre si papéis opostos, mas complementares. Um deles era ligado por laços de família ao mandonismo local pré-republicano e tido como "amigo dos pobres"; muitos de sua clientela estavam entre os rebeldes. Mas era Chefe da oposição. O outro, adventício bem-sucedido, era situacionista e relacionado por laços pessoais com elementos da liderança da oligarquia estadual. No desenvolvimento do conflito, a atuação política de ambos foi neutralizada pelo Comando militar. Romperam-se, por este modo, os vínculos que um deles mantinha com os sertanejos rebelados.

c) Com respeito à relação *padrinho-afilhado* (e também compadre superior-compadre inferior), tem-se que, no compadrio interclasses, os laços estabelecidos significariam a procura de garantias espirituais para uma situação de dominação-subordinação e, ao mesmo tempo, exprimiriam a tentativa de encontrar uma equalização, no plano espiritual, entre parceiros efetivamente desiguais, social e economicamente. A assimetria inerente à relação não pode ser explicada apenas no âmbito de uma tradição rústica, mas pressupõe um sistema de dominação local cuja existência só é compreensível no contexto mais amplo do sistema econômico e social nacional. Se tomarmos as figuras do "coronel" e do cliente como expressões simbólicas, ou paradigmas, das camadas dominantes e dominadas será fácil perceber que nos laços de compadrio e de apadrinhamento interclasses elas estão presentes, introduzindo, por esse modo, uma dependência cujos pontos de apoio são externos ao sertão.

Considere-se agora o fato de que, em casos como o do Contestado, o compadrio intraclasses estabelecia-se, via de regra, por um ritual de batismo doméstico, sem a presença do Padre, e que o novo compadrio, fre-

qüentemente interclasses, decorria de um novo batismo feito pelo Padre. Quando assim era, à dependência externa assinalada acima acrescentava-se uma outra, decorrente da interveniência do padre que, como já foi dito, tem sua condição vinculada à hierarquia da Igreja.

Por tudo isto, pode-se dizer que, neste caso, os laços externos a essas relações de compadrio são garantias de sua sustentação. Mais ainda, e de modo mais correto: são constituidores e intrínsecos a essas relações.

Neste ponto, já é possível observar que as figuras típicas do padre, do "coronel" e do padrinho (social e economicamente superior) e as dos subalternos correspondentes constituem a síntese de determinações externas e internas ao mundo rústico. Na medida em que o representam, exprimem a impossibilidade de defini-lo de modo autônomo. E, ainda, que o emprego de expressões tais como "determinações externas" e "internas" vem a ser uma abstração necessária, mas precária, que não evidencia a realidade de uma interpenetração concreta.

d) O exame das relações *beato-seguidor* e *"santo"-devoto* será feito tomando como objeto de análise os casos de Juazeiro e do Contestado. No primeiro deles está exemplificada de modo muito rico a junção dos cinco tipos de relações que vêm sendo analisadas; no segundo, parece ser possível encontrar a mais completa expressão de uma dinâmica de autonomização do mundo rústico e de ruptura das sínteses contraditórias acima referidas.

Em Cícero Romão Baptista, a condição de padre (no contexto do par *padre-fiel*) exprime a tensão entre o mundo do sertão e as estruturas eclesiásticas e políticas. Manter-se bem com a Igreja e, ao mesmo tempo, garantir a permanência da imagem de *beato*, inseparável do reconhecimento da legitimidade religiosa dos *milagres* – esse foi o problema principal que enfrentou. A atuação política, que preencheu uma parte considerável de sua carreira, assumiu as características bem peculiares ao coronelismo. Em momentos nos quais o acirramento dos conflitos levou ao extremo da luta armada, pode-se supor que os riscos de um desgaste em sua condição de padre tornou-se agudo. Nesse sentido, parece razoável entender a figura de Floro Bartolomeu, não apenas como a de um político que, habilmente, se utilizou do prestígio de Cícero. É possível que, em sentido inverso, esse *alter-ego* tenha sido também um *tertius*, capaz de absorver as tensões criadas pelo exercício simultâneo, por parte de Cícero, dos papéis de padre, de *beato* e de "coronel".

Mas Cícero foi – e, em certo sentido, ainda o é – padrinho. Em seu caso, a designação alcançou um sentido simbólico amplo, que ultrapassou

a significação usual, mas que, sem a menor dúvida, dela procede. Por sua condição de padre, formado no seminário de Fortaleza e ligado notoriamente às camadas dominantes, pode-se dizer que seu apadrinhamento não poderia deixar de ser, de alguma forma, marcado pela superioridade de classe. Entretanto, é preciso lembrar que, de maneira geral, pela natureza espiritual que apresentava, o seu apadrinhamento encobria e "corrigia" as distâncias criadas pelas condições de padre e de "coronel".

Até aqui, os papéis atribuídos a Cícero são da natureza daqueles cujas contradições internas foram apontadas acima. Exercidos simultaneamente, ou acentuados de modo diverso nos vários momentos de sua vida, esses papéis sociais contrastam vivamente com o de *beato*. Como *beato*, em princípio, poderia superar as tensões peculiares às condições de padre, de "coronel" e de padrinho socialmente superior, marcadas, de modo mais ou menos forte, por determinações externas ao sertão. É, no entanto, após sua morte, alcançando a veneração usualmente dedicada aos "santos" do catolicismo popular, que escapa totalmente a essas determinações, chegando ao grau mais elevado de "purificação".

No movimento do Contestado, essa dinâmica de "purificação", que pode ser, também, de autonomização, aparece de modo mais completo. Primeiramente, é preciso considerar que a ideologia religiosa desenvolvida representou uma afirmação heterodoxa. A religião dos seguidores de Cícero era, sem dúvida, também uma das variantes do catolicismo rústico, apenas com uma certa inclinação herética e com uma forte potencialidade cismática. A religião do Conselheiro, por sua vez, era estritamente ortodoxa, e a dos seus adeptos, possivelmente, não se afastava dos padrões da religiosidade rústica. Em ambos os casos, a ruptura com a Hierarquia partiu da própria Hierarquia. Do primeiro, pode-se dizer que era um *padre com seguidores*, isto é, fortemente inclinado para a condição típica de *beato*; do segundo, que era um *beato com fiéis*, isto é, tendente para a condição de padre. Dadas estas circunstâncias, é razoável supor que, tanto em Juazeiro, como em Canudos (neste último caso, com as reservas derivadas da escassez de informações), não ocorreu a superação do laço padre-fiel.

Bem diferente foi o curso do processo no Contestado, onde essa ruptura deu-se em nome de uma *santa religião*, feita de "verdades escondidas pelos padres". Na pessoa de Frei Rogério Neuhaus, o Padre é rejeitado; primeiramente de modo dúbio, depois, frontalmente. Em segundo lugar, tem-se também que, no sertão de Santa Catarina, a afirmação subversiva

foi radical. Em Juazeiro, a contestação do poder político veio a ser circunstancial e operou dentro das regras do jogo costumeiro. Em Canudos, ao que parece, a contestação efetiva, e não a mera afirmação de antirepublicanismo, decorreu de uma imposição das circunstâncias, produto das pressões crescentes e, depois, da violentíssima repressão. No Contestado, de modo completo, ocorreu a ruptura do laço *"coronel"-cliente*, acompanhada de uma afirmação autônoma de poder.

A evolução do compadrio, por sua vez, segue uma linha de autonomização completa, culminando no privilegiamento do batismo do *monge*.

Mas o processo vai adiante. A morte do *monge* eleva-o à condição de "santo", fundando-se a partir dela uma *irmandade*, onde não havia "coronéis", nem padres; onde a condição de *irmão* suplantava em importância a condição de compadre.

Finalmente, por estranho que pareça, a *irmandade* também não comportava *beatos*, mas líderes carismáticos preparadores da conciliação final entre sagrado e profano, homens, mulheres ou crianças que não pertenciam, como os *monges*, a um mundo separado.

Para encerrar, resta dizer que a comparação entre os três movimentos permite identificar elementos de homogeneidade – lastro profundo e traço-de-união entre diferentes regiões do país – bem como singularidades que os distinguem, por força da especificidade dos contextos sociais e históricos em que se desenvolveram. Permite ainda – foi o que se tentou fazer – abrir caminho para uma compreensão cientificamente mais correta e moralmente mais isenta dessas expressões dramáticas do mundo rústico brasileiro.

CAPÍTULO III

IMIGRAÇÃO

As migrações transoceânicas

NÃO resta dúvida de que o curso da civilização ocidental desde os descobrimentos foi fortemente condicionado por um fator – a fronteira aberta – apresentando grandes espaços vazios a serem ocupados e atraindo, portanto, os movimentos transoceânicos de populações européias. Assim, têm-se explicado esses movimentos de população a partir dos descobrimentos e, principalmente, a partir dos fins do século XVIII pela atração dos espaços vazios, pela febre da América ou sonho da América.

No nosso caso, a partir do segundo quartel do século XIX essa febre da América se apresenta de duas maneiras distintas: a existência de amplas áreas não ocupadas no sul do país, onde condições climáticas favoreciam a instalação de imigrantes europeus em pequenas propriedades policultoras, e o contínuo avanço dos cafezais, especialmente em São Paulo, a exigir constantes suprimentos de mão-de-obra.

O fenômeno das migrações de populações européias para outros continentes, principalmente a América, faz parte, entretanto, de uma realidade bem mais ampla e complexa, onde as oportunidades de sucesso nas áreas novas, as forças de atração, portanto, e as de repulsão, ou seja, a pobreza, as dificuldades para sobreviver e a superpopulação nos países de origem, constituem apenas algumas das condicionantes.

A liberdade de migrar e mudar de residência, uma conquista da Revolução Francesa, envolve muitos aspectos: os liames feudais entram em decomposição, a posse da terra é revolucionada e, o que talvez seja mais significativo, desenvolve-se a ruptura da solidariedade entre os componentes de uma comunidade e de uma família, tornando-se o elemento humano livre para se dirigir para onde mais facilmente pudesse encontrar soluções para seus problemas de sobrevivência. Antonio Piccarolo, inte-

lectual italiano aqui radicado, refere-se em seu livro *L'Emigrazione Italiana*, publicado em 1911, a esse aspecto: "A emigração é problema de liberdade." Na Europa, na mesma época em que se dão as grandes migrações transoceânicas, há também uma intensa movimentação campo-cidade, os espaços vazios sendo, portanto, substituídos por áreas de concentração, ou seja, as cidades, como pólos de atração onde a industrialização constitui fator decisivo.

As grandes migrações transoceânicas dos séculos XIX e XX constituem, portanto, um aspecto do movimento demográfico da Europa em que a urbanização e a industrialização desempenham papel relevante. Os fatores acima citados são decisivos em toda essa dinâmica que, na realidade, será a responsável pelo sucesso das iniciativas de colonização no Sul do Brasil e pela expansão dos cafezais, principalmente em São Paulo, graças ao suprimento de mão-de-obra abundante.

Convém ainda lembrar que essas grandes migrações transoceânicas ocorrem num período de radicais transformações dos meios de comunicação: surgem e se expandem as redes ferroviárias, tanto nos países fornecedores dos migrantes como, em certos casos, nos receptores; a navegação a vapor é incrementada, sem esquecer o telégrafo, o telefone e o rádio.

O imigrante no Brasil: na fazenda de café e no núcleo colonial

No Brasil, uma grande parte dos imigrantes dirigiu-se para a grande fazenda de café. Um número menor de imigrantes se estabeleceu como pequenos proprietários nos núcleos coloniais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, principalmente, e só por exceção em São Paulo e outros, sem esquecer um bom número que preferiu se localizar nas cidades ou tomaram outros rumos.

Desde o período joanino têm-se introduzido imigrantes europeus, não portugueses, no Brasil, tendo em mente principalmente o povoamento de vastas áreas desabitadas com um tipo humano semelhante ao camponês europeu, policultor em pequena propriedade. Já na década de 1820, aparece a dicotomia entre as formas de utilização do imigrante no país: o braço para a grande lavoura em substituição ao escravo e a sua localização em pequenas propriedades. Nessa década, depois da fundação de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, tentou-se localizar imigrantes alemães na Província de São Paulo, dando-se pequenos lotes de terra no sertão de Santo Amaro e no Rio Negro. Contra essa tentativa, tomada pelo Governo Central, se levantou o Senador Nicolau de Campos Vergueiro, no Conselho de Presidência da Província, clamando que não interessava um

empreendimento desse tipo que tanta despesa acarretava, quando na realidade se precisava de braços para a grande lavoura.

Durante toda a história da imigração para o Brasi, encontram-se essas duas tendências, ou se entrechocando ou coexistindo pacificamente, conforme os interesses dos homens que estavam no poder. É verdade que com a República se quis transferir grande parte da responsabilidade de atrair imigrantes para os Estados. Esses, conforme os interesses dominantes, procuram introduzir imigrantes, ou como braços para a grande lavoura, como é o caso de São Paulo e de Minas Gerais, ou para os núcleos coloniais, a exemplo dos três Estados sulinos.

Podem-se perceber bem nitidamente essas duas tendências analisando os propósitos de duas sociedades fundadas alguns anos antes da Proclamação da República. No Rio de Janeiro funcionou entre 1883 e 1891 a Sociedade Central de Imigração, que defendia a imigração para a pequena propriedade, refletindo a mentalidade de seus sócios que em grande parte eram intelectuais liberais como o Visconde de Taunay, André Rebouças, Blumenau, Koseritz, Orville Derby, Beaurepaire Rohan e outros, representando uma classe média urbana, defendendo uma visão um tanto romântica de promover a transformação de um país de latifúndios escravocratas em um de pequenas propriedades policultoras através do estabelecimento de um campesinato à européia, idealizado como tipo social. A Sociedade Promotora de Imigração, fundada por fazendeiros paulistas em 1886, sob inspiração do Conde de Parnaíba, então Presidente da Província, tinha como finalidade promover a vinda de braços para a lavoura do café. Funcionou até 1896, tendo recrutado cerca de 120.000 imigrantes, em sua maioria italianos, para São Paulo. Quando a corrente imigratória estava segura, graças à sua intervenção moralizadora, desapareceu.

A imigração durante a República: balizas no tempo

O período que ora será estudado apresenta, independentemente das próprias balizas cronológicas da Primeira República, acontecimentos diretamente ligados ao processo imigratório coincidentes com as datas-limite. Com a Proclamação da República, visando dinamizar a vinda de imigrantes europeus, tentou-se pôr a colonização e a imigração debaixo da tutela dos Estados, obedecendo aos desígnios do Federalismo, que considerava o Poder Central incompetente para atender às necessidades regionais e locais. Estados com recursos suficientes para atrair imigrantes lucraram com essas medidas, como é o caso de São Paulo.

O fim da Primeira República coincide, por sua vez, com um momento decisivo no movimento migratório, não só em termos nacionais, como

internacionais. Há uma série de indícios de que, antes das restrições dos Estados Unidos e do Brasil com relação à corrente imigratória, essa já estava em franco declínio. Por volta de 1930, a tendência mais que secular dos povos europeus para a emigração transoceânica diminuíra de maneira geral. Em 1927, por exemplo, o número de migrantes europeus com destino a áreas internas da própria Europa superava a que procurava terras transoceânicas. E na década de 1930, pela primeira vez na história moderna da Europa, a população de certas áreas cresce devido às migrações internas, como é o caso, por exemplo, da França, que em 1931 contava com mais de 2 milhões de imigrantes. De qualquer maneira pode-se perceber que na década de 1920 e principalmente na seguinte arrefecem as forças centrífugas das populações européias. Assim, uma tendência dos países emigratórios vem de encontro à política de restrições instituída primeiro pelos Estados Unidos, depois seguida por outros países, como o Brasil. Como é sabido, os Estados Unidos instituem uma drástica política de restrições à imigração entre 1917 e 1924, política essa imitada por grande parte dos países da América Latina nos fins da década de 1920 e na de 1930. Já em dezembro de 1930, Getúlio Vargas emite um decreto que impunha uma limitação à imigração, procurando disciplinar "a afluência desordenada de estrangeiros", que seria a responsável pelo desemprego verificado entre as populações urbanas. Ao mesmo tempo, obrigam-se as empresas a terem pelo menos dois terços de empregados brasileiros natos. As Constituições de 1934 e 1937 reservam para o Governo Federal o serviço de imigração e colonização, voltando-se, portanto, à centralização já verificada durante o Império. Estabelecem igualmente o sistema de quotas, limitando-se a imigração ao máximo anual de 2% dos imigrantes de cada nacionalidade chegados nos últimos 50 anos.

Convém lembrar que por volta de 1930, em conseqüência da crise econômica desencadeada pelos acontecimentos do ano anterior e por ter ocupado já a maioria das áreas aproveitáveis, o café vai apresentar uma expansão bem mais reduzida, não mais necessitando de um contínuo suprimento de mão-de-obra como nas décadas anteriores. Além do mais, o país já pode contar com mão-de-obra nacional e com contingentes populacionais para ocupar áreas novas.

O Governo Federal e a imigração

A posição do Governo da União frente aos problemas de imigração e colonização depende em grande parte dos recursos disponíveis e também da política econômico-financeira adotada. Um mês após a Proclamação da República, o Governo Provisório, atendendo aos interesses da imigração, decreta sejam considerados cida-

dãos brasileiros todos os estrangeiros aqui residentes a 15 de novembro e aqueles que tiverem residência no país por dois anos. Se o decreto de janeiro de 1890 procurava atrair o "proletário agrícola nacional" para a tarefa de colonização e chamava a atenção sobre a necessidade do povoamento das fronteiras, em especial as da Amazônia, obedecendo, portanto, a certos anseios nacionalistas dos "fundadores" da República, as leis seguintes, como a "Lei Glicério", de 28 de junho de 1890, limitam-se a seguir os rumos traçados durante o Império. Essa lei promulgada pelo Governo Provisório refere-se ao transporte e introdução dos imigrantes nos portos do país e atende "a localização dos migrantes, promovendo-se não só a transformação das propriedades agrícolas, mediante prêmios e auxílios aos proprietários, segundo as categorias das mesmas propriedades, com a fundação de núcleos especiais"... como o próprio General Francisco Glicério, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, justifica a lei. A Inspetoria-Geral de Terras e Colonização é reorganizada, alargando-se-lhe suas atribuições.

A sistemática instituída desde o Império é mudada com a Constituição de 1891, que passa o domínio das terras devolutas para os Estados e pela Lei Orçamentária de 1894, pela qual imigração e colonização são atribuições dos Estados, como queriam os federalistas que lutavam pela descentralização desses serviços.

Essa lei, pela qual todos os serviços decorrentes de imigração e colonização deviam ser assumidos e mantidos pelo Estado, representava para a maioria a impossibilidade de continuar a participar do processo imigratório. Para São Paulo, graças à riqueza criada pelo café, significava uma maior autonomia com relação a tão cruciante problema, qual seja, o da mão-de-obra para a grande fazenda de café. Praticamente só São Paulo consegue manter a imigração subvencionada, isto é, traz imigrantes mediante o pagamento de sua passagem. Em decorrência dessa medida e da extinção da Inspetoria de Terras e Colonização, os últimos anos do século e os primeiros do seguinte não se revelam nada favoráveis quanto à imigração. Nessa época, devido aos problemas financeiros com os quais a União lutava e, talvez devido também à pressão dos interesses paulistas, foram rescindidos inúmeros contratos para a criação de núcleos coloniais, tais como os da Companhia Metropolitana, da Companhia Colonização e Indústria de Santa Catarina etc. Rescindidos esses contratos, cessou qualquer responsabilidade do Governo Federal para com a colonização, não vindo, a partir de 1902, imigrantes com passagem subsidiada pela União. O Rio Grande do Sul conseguiu arcar com as obrigações advindas dessas

alterações. Santa Catarina e Paraná, entretanto, não podendo assumir compromissos financeiros para atrair imigrantes e instalá-los, tiveram que pôr à disposição do Governo Federal, em 1907, as terras devolutas necessárias para a criação de núcleos coloniais.

A partir de 1907, entretanto, o Governo da União tomará uma série de medidas para promover a imigração e colonização, já que a maioria dos Estados não podia fazê-lo, ou por falta de meios, ou por ausência de uma infra-estrutura que os pudesse apoiar nesses serviços. O então Ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida tomou uma série de medidas que deviam promover a imigração, inclusive dando instruções por portaria de 21 de dezembro de 1907 para que fundassem núcleos coloniais e se introduzissem imigrantes por conta da União. Anteriormente, o Governo, a 19 de abril, tinha baixado decreto permitindo a intervenção da União nos serviços de imigração, criando as bases regulamentares do Serviço de Povoamento do Solo Nacional. Logo em seguida, por decreto de 16 de maio, organizou a Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento. Assim, depois de uma experiência frustrante em que os Estados deviam assumir a responsabilidade de atrair imigrantes e criar núcleos coloniais, a União foi obrigada a intervir outra vez no processo. O número de imigrantes aumentou a partir de 1908, para atingir seu ponto mais alto desse século em 1913, quando chegaram ao Brasil 192.683 imigrantes. Apesar da intervenção do Governo Federal, principalmente com meios, no processo de imigração, esse continua vinculado à administração estadual.

De qualquer maneira, durante a Primeira República, continuam a existir as duas correntes de imigração para o Brasil, já esboçadas durante o Império: uma fornecendo braços para a grande lavoura do café e a outra promovendo o povoamento de áreas escassamente povoadas por meio de estabelecimento de pequenas propriedades. Atendendo aos ideais federalistas, procurou-se dar ampla autonomia aos Estados quanto ao recrutamento de imigrantes e a sua instalação. Com o correr do tempo, verificada a insuficiência dos meios, a União teve que intervir na organização do processo imigratório. Como já se disse, a única exceção digna de nota é São Paulo, que não só dispunha de meios para subsidiar a viagem dos imigrantes, como contava com uma corrente espontânea de imigrantes, atraídos ou pelo sucesso de seus compatriotas, ou pela propaganda que os cafeicultores e o próprio Estado faziam na Europa.

Os imigrantes no Brasil: números e nacionalidades

Ainda hoje são válidas as observações de Arthur Hehl Neiva e J. Fernandes Carneiro publicadas em 1950, em que apresentam um quadro da imigração para o Brasil, de

1819 a 1947: ..."é preciso salientar, mais uma vez, que ainda não foi levado a efeito um trabalho conjunto de crítica histórica, debulhando as fontes primárias existentes, para se chegar efetivamente ao total certo e definitivo do número de imigrantes entrados no Brasil desde 1820"... Consultando as fontes primárias ou secundárias de origem oficial ou não, percebe-se a disparidade entre os dados referentes ao movimento imigratório, às nacionalidades e a sua distribuição pelos vários Estados. Outro fato geralmente esquecido é a saída dos imigrantes. Os descontentes, os desiludidos ou os que conseguiram reunir um pecúlio repatriavam ou emigravam para o Prata e para os Estados Unidos. Raríssimas as informações quantitativas a respeito. Haveria, portanto, necessidade de saber o índice de fixação do imigrante, o que nem sempre é possível, já que há apenas algumas informações sobre São Paulo. Além disso, ainda há outro problema: com as mudanças das fronteiras na Europa, muitas vezes são incluídos em outra nacionalidade imigrantes que depois virão com uma especificação mais precisa. Assim, poloneses vieram como russos, alemães ou austríacos etc.

De 1890 a 1929 entraram ao todo no Brasil, pelo quadro apresentado pelos autores acima citados, 3.523.591 imigrantes, sendo que na primeira década do período em apreço vieram 1.205.703; na década de 1900, aliás a menos significativa quanto à imigração, a cifra baixou para 649.898. Durante a década em que houve a Primeira Guerra chegaram 821.522 imigrantes, para na seguinte se registrarem 846.522. O ano em que mais imigrantes se registram em toda a História do Brasil é 1891: 216.110, cifra que, entretanto, pode ser considerada irrisória se comparada com a correspondente a certos anos dos Estados Unidos, onde, por exemplo, entraram de 1905 a 1907 anualmente mais de um milhão de imigrantes. Mesmo a Argentina não raro recebe mais de 200.000 anualmente, como acontece, por exemplo, no período que vai de 1906 a 1913.

Durante essas quatro décadas que nos interessam, constatam-se alguns períodos em que o Brasil conseguiu atrair mais imigrantes: 1895-1897, quando o número anual foi sempre superior a 145.000; os anos de 1911-1913 em que o número oscilou entre... 135.000 e 192.000 anuais. Na década de 20 temos uma terceira fase com grande imigração nos anos de 1923 a 1927, mas somente em 1926 a cifra ultrapassa os 100.000 imigrantes.

Mais de um terço (1.156.472) dos imigrantes entrados no Brasil, no período em questão, eram italianos. Em seguida vêm os portugueses, com 1.030.666 pessoas, e os espanhóis com 551.385. Nessas quatro décadas

que nos interessam entraram ainda 112.593 alemães, 79.052 austríacos, 86.577 japoneses, 108.475 russos, 73.690 sírio-libaneses, além de outras nacionalidades, como poloneses, tchecos, lituanos, húngaros, suíços etc.

Na década de 1890, além de entrar o maior número de imigrantes, também se registra o maior de uma só nacionalidade: 690.375 italianos, que se dirigiram principalmente para as fazendas de café de São Paulo. Vieram ainda 164.193 espanhóis e 216.474 portugueses. Na década seguinte predominam ainda os italianos, com 221.394 pessoas, embora já com diminuição sensível. O maior contingente de espanhóis é da década de 1910, quando se registram 181.657 imigrantes dessa nacionalidade. Nessa década, igualmente, se conta o maior contingente de portugueses, 316.481. Os italianos diminuíram para 137.868. Na década de 1920 predominam os portugueses (301.915), sendo seguidos pelos italianos (106.835), os espanhóis atingindo 83.931.

O maior contingente de alemães é da década de 1920, quando se registram 55.839 imigrantes dessa origem. Nessa década aparecem pela primeira vez, registrados como tais, os poloneses (28.110), lituanos (26.374), iugoslavos (22.127), além de húngaros e tchecos em menor número. Aparecem também os romenos em número significativo (28.626), embora já mencionados nos registros desde 1908.

O grande número de imigrantes entrados no Brasil na década de 1890 pede ser explicado por uma série de fatores que ou foram os responsáveis pela sua atração para o país, ou pela sua repulsão na Europa. No Brasil, sem dúvida, o fator mais importante foi o desenvolvimento da lavoura cafeeira, que desde 1880 vinha atraindo grandes contingentes de imigrantes, sendo preciso notar que já em 1887 o Brasil recebeu mais de 100.000 imigrantes (precisamente 130.056). A mudança de regime em 1889 também deve ter refletido favoravelmente, uma vez que se esperava conseqüentemente uma onda de modernização, que já teria sido desencadeada em 1888, com a abolição da escravidão. Além do mais, os grandes concorrentes do Brasil no campo da imigração — os Estados Unidos e a Argentina — estavam em recesso econômico, de maneira que atraíam menos imigrantes. A própria Itália, a maior fornecedora de imigrantes, parece estar em fase econômica desfavorável, aumentando, portanto, o número dos que queriam emigrar.

Os gastos do Governo com os serviços de imigração e colonização estão relacionados com o volume da corrente imigratória. Em 1890-1892 o Governo Federal gastou 30.425:288$810 com os serviços de imigração; São Paulo despendeu 3.001:298$153. O resultado foi a vinda de grande

número de imigrantes, sendo o ano de 1891 o em que mais imigrantes chegaram em toda a história da imigração brasileira. Em 1897 o Governo Federal só gastou 98:378$884 e, em 1899, apenas 256:285$000, o que reflete na corrente imigratória. São Paulo, entretanto, continuou a despender com a imigração 5.926:934$410 em 1897 e 2.278:423S000 em 1899, de maneira que recebeu apreciáveis contingentes de imigrantes. Em 1901, por exemplo, o Brasil recebeu 85.306 imigrantes, dos quais 71.782 se dirigiram para São Paulo.

Na década de 1900, a crise cafeeira gerada pela superprodução, o Decreto Prinetti (1902) proibindo a emigração subsidiada de italianos para o Brasil e a recuperação econômica da Itália fizeram cair o número de imigrantes. Os Estados Unidos e a Argentina, entrando em fase econômica mais favorável, passaram a atrair maior número de imigrantes.

As medidas tomadas pelo Governo da União citadas acima também são as responsáveis pela diminuição da imigração, já que se suspendem os subsídios às passagens dos imigrantes, sendo restabelecidos só depois de 1907. O sucesso do programa de valorização do café e a intervenção do Governo Federal subsidiando passagens explicam o aumento do número de imigrantes na década de 1910 até a Primeira Guerra Mundial.

Na última década que ora nos interessa, a crise econômica que atingiu a Europa depois da guerra foi certamente a maior responsável pela manutenção do volume da corrente de imigração, aliada a uma nova onda de expansão dos cafezais que exigiam maior suprimento de mão-de-obra.

Não se deve esquecer que nem todos os imigrantes chegados ficaram no país. A reemigração e o repatriamento são fatos corriqueiros, embora nem sempre mensuráveis, devido à falta de estatísticas completas, principalmente no que concerne ao conjunto, já que para São Paulo há algumas informações. Segundo Neiva, em trabalho publicado em 1943, a taxa de saída de imigrantes estaria em torno de 40%. Campos Sales, Presidente do Estado de São Paulo, afirmava em 1897 que as saídas de imigrantes correspondiam em média a 23%. Embora autoridades de São Paulo afirmassem no começo do século que a percentagem de fixação nesse Estado era de 65,4%, em 1900 se constata um déficit, pois saíram pelo porto de Santos 27.917 imigrantes e entraram somente 22.802. Nos anos de 1903, 1904, 1907 e 1915 também se registram mais saídas que entradas no Estado de São Paulo. Pelas cifras apresentadas por Lefevre, de 1909 a 1913 entraram em São Paulo 366.847 imigrantes e saíram 171.158. De 1919 a 1923, as entradas foram de 204.419 e as saídas de 89.362. Conclui esse autor que o coeficiente de fixação dos imigrantes no Estado de

São Paulo era dos mais altos, já que no primeiro período seria de 53% e no segundo de 56%, quando nos Estados Unidos era de 48%. Pelo registro de entrada e saída de alemães e austríacos pelo porto de Porto Alegre, entre os anos de 1919 e 1939, a percentagem de fixação seria de 57% do total entrado; tomando-se em conta os números referentes ao período de 1919 a 1930, a percentagem de fixação se reduz para cerca de 32%. As migrações interestaduais de imigrantes, como é o caso entre São Paulo e Minas Gerais ou entre os três Estados sulinos, também não são mensuráveis, já que não existem registros.

O IMIGRANTE EM SÃO PAULO

Os imigrantes em São Paulo: números e nacionalidades

Em São Paulo, como já foi dito, a imigração destinava-se a fornecer principalmente braços para a grande lavoura, havendo, entretanto, também, a localização do imigrante na pequena propriedade, que surge ao lado do latifúndio, às vezes, apesar dele, mas geralmente fazendo parte integrante do sistema. A pequena propriedade devia funcionar como "isca" para atrair imigrantes ou como reservatório de mão-de-obra, aparecendo por iniciativa oficial, e, muitas vezes, em decorrência da desagregação do sistema latifundiário, devido à decadência dos cafezais em áreas mais velhas, na retaguarda da frente pioneira. A grande imigração para São Paulo é praticamente contemporânea do fim da Monarquia, quando, em conseqüência do movimento da abolição da escravidão, se desenvolve toda uma política para atrair imigrantes, a fim de suprir as fazendas de café com mão-de-obra. A grande imigração que se organiza principalmente no segundo lustro da década de 1880 permitiu a extraordinária expansão dos cafezais que perdurou praticamente até a crise de 1929. Nos últimos anos do Império se definiu o processo de recrutamento do imigrante por parte da administração de São Paulo, organizando-se para isso toda uma infra-estrutura para recebê-lo e distribuí-lo pelas fazendas de café. Nesses anos se cristalizou igualmente o sistema de trabalho nas fazendas paulistas e, embora ainda pudesse haver atritos entre colonos e fazendeiros, era menos vulnerável que o sistema de parceria empregado em meados do século.

De 1889 a 1930 dois aspectos significativos têm que ser ressaltados na história da imigração para São Paulo. De uma subvenção ampla da viagem do imigrante por parte do Governo do Estado de São Paulo, instituída desde a última década do Império e só suspensa por alguns momentos,

a corrente imigratória deixa de contar com subsídios a partir de 1927, passando-se a receber de 1928 em diante imigrantes – no caso, japoneses – subvencionados pelo país de origem. O segundo aspecto que deve ser mencionado é a passagem da imigração de origem européia – italianos, portugueses e espanhóis, principalmente – para a japonesa, que já nos últimos anos da década de 1920 é significativa.

Segundo o quadro dos totais de imigrantes distribuídos pelas nacionalidades, inserido no Boletim do Departamento de Imigração e Colonização (São Paulo, 1952), entraram em São Paulo no período em apreço 2.033.654 imigrantes, o que perfaz cerca de 57,7% do total do Brasil. José Francisco Camargo calcula que de 1887, ano em que pela primeira vez a imigração ultrapassa a casa dos 100.000 para o Brasil e atinge pouco mais de 30.000 para São Paulo, até 1900 cerca de 61,1% dos imigrantes entrados no Brasil se dirigiram para São Paulo. De 1901 até 1920 seriam 56,1% os que entraram em São Paulo e de 1921 a 1934 cerca de 58,9%. Por essas percentagens se percebe a grande importância de São Paulo no período em questão. Mais da metade da corrente imigratória recebida pelo Brasil se dirige para esse Estado. É interessante lembrar que anteriormente São Paulo recebia uma parcela mínima dos imigrantes entrados no Brasil. Em 1877, quando se constata o maior número de imigrantes entrados nessa década em São Paulo, ou seja, 2.832, essa parcela corresponde apenas a cerca de 10% do total recebido pelo Brasil.

Na década de 1890, São Paulo recebeu o maior número de imigrantes: 734.985. Na primeira década deste século a imigração caiu para 362.834, em virtude de uma série de fatores, quais sejam, a proibição da emigração subsidiada de italianos, pelo Decreto Prinetti de 1902, e a crise no setor cafeeiro devido à superprodução. Na década de 1910, a imigração se avoluma para chegar a 446.582 imigrantes, sendo que na década seguinte a cifra atinge 487.253. Depois de 1930, a imigração estrangeira para São Paulo nunca mais atinge essas proporções.

Os anos em que se verifica a maior entrada de imigrantes em São Paulo coincidem *grosso modo* com os citados acima ao analisarmos as cifras referentes ao Brasil. O ano de 1891, em que se registra o maior número de imigrantes para o Brasil, não corresponde, entretanto, ao em que entraram mais imigrantes em São Paulo. Nesse ano chegaram a São Paulo 108.736 imigrantes, sendo mais de 84.000 italianos, segundo o Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 1928. Em 1895 entraram em São Paulo 139.998 imigrantes, que representam o maior contingente anual registrado. Em 1912 e 1913, São Paulo

recebe cerca de 100.000 anualmente, durante a guerra há sensível diminuição, para em fins da década de 1920 a corrente imigratória atingir cifras superiores a 50.000, depois de 1924, sendo que em 1926 se constatam 76.796 imigrantes. Em 1930, entretanto, só chegam pouco mais de 31.000 imigrantes.

Cerca de um terço dos imigrantes, ou seja, 694.489 entrados em São Paulo, era italiano. O segundo grupo mais importante é formado pelos espanhóis, com 374.658 imigrantes. Vêm depois os portugueses, com 362.156 pessoas, os japoneses com 85.103, os alemães com 50.507 e os austríacos com 33.133.

Na década de 1890 predominam os italianos, com 340.243 imigrantes, que perfazem 58,5% do total. Gradativamente os italianos vão perdendo sua importância para, na década de 1920, constituírem apenas 15,35%, sendo que na década de 1900 ainda eram 47,48% e, na seguinte, 23,70%.

Na década de 1910 predominam os imigrantes de origem ibérica: 135.326 (30,30%) são espanhóis e 132.682 (29,71%), portugueses. Na década de 1920 a maior corrente é a portuguesa: 113.366, perfazendo 23,27% do total. Os espanhóis são apenas 63.814 ou cerca de 13%. Nessa década os japoneses já perfazem 11,73%, para na década seguinte chegarem a 51,31%.

Não se deve esquecer que, além dessas nacionalidades, São Paulo recebeu imigrantes de outras procedências, se bem que em números reduzidos. Imigrantes dos países bálticos, balcânicos, da Rússia e da Polônia, além de outros, se dirigiram no período em questão para São Paulo a fim de se dedicarem a misteres urbanos ou se localizarem nas fazendas de café e nos núcleos de pequena propriedade.

Apesar do grande número de nacionalidades que vieram para São Paulo, quem marcou a vida na fazenda de café e a fisionomia das cidades foi, sem dúvida, o italiano. Já João Pedro da Veiga Filho refere em 1896 que nos 150.000 habitantes da Cidade de São Paulo havia um terço de italianos. Pierre Denis escreve no início do século: "Muitas fazendas estão inteiramente povoadas de italianos e há muitos municípios onde eles excedem em número os brasileiros e os imigrantes de todas as outras nacionalidades". Piccarolo, no seu livro *Una Rivoluzione Economica*, descrevendo o Município de Bebedouro, afirma que numa população de mais de 20.000 habitantes, 33% eram italianos, 32% brasileiros, 20% espanhóis, 10% portugueses e 5% sírios e outros. Mais pitoresca, entretanto, é a frase de Robert Foerster: "Se metade do mundo acha conforto numa xícara de

café na mesa do desjejum, então metade do mundo deve isso ao colhedor de café veneziano." Gina Lombroso Ferrero descreve São Paulo como uma cidade italiana, afirmando que sua característica mais relevante é a "italianità".

O imigrante japonês em São Paulo

A partir do segundo lustro do nosso século, aparece ao lado dos imigrantes tradicionais um componente novo no processo imigratório: o japonês. A constante instabilidade do imigrante europeu tanto na fazenda como no próprio Estado, a redução da corrente imigratória em decorrência de fatores externos, como o Decreto Prinetti, e de fatores internos provocados pela situação crítica da lavoura cafeeira em virtude da superprodução e, finalmente, a possibilidade de abrir novo mercado para o café no Japão fizeram com que o Governo paulista se interessasse pelo imigrante japonês. Imigração japonesa e a conquista de novo mercado consumidor de café paulista no Japão parecem estar intimamente ligadas, já que pelo Convênio de Taubaté ficou resolvido fazer-se propaganda para aumentar o consumo de café no mundo. Na Câmara dos Deputados de São Paulo fala-se, em 1906, no benefício que a imigração japonesa traria para o consumo de café naquele país... além de fornecer braços para os fazendeiros, sempre temerosos da falta de trabalhadores.

A primeira leva de japoneses veio em 1908, numa época em que se faziam sentir os efeitos da primeira grande crise cafeeira que teve como resultado o Convênio de Taubaté, em 1906. O Governo paulista, entretanto, apenas subsidiou uma parte das passagens desses japoneses, a outra ficou por conta dos fazendeiros que os empregaram e que, por sua vez, foram ressarcidos pelos imigrantes, em prestações. De 1908 a 1914 chegaram a São Paulo 14.886 japoneses, sendo nesse último ano suspenso o subsídio para a passagem e rescindido o contrato de introdução de mais imigrantes dessa origem. Tal medida foi tomada diante da dificuldade de fixação e adaptação dos japoneses nas fazendas de café. Em 1916, entretanto, a Brasil Imin Kumidi (Sociedade de Emigração para o Brasil) pleiteou junto ao Governo do Estado nova concessão. Devido à guerra na Europa, o suprimento de mão-de-obra estava seriamente prejudicado e os fazendeiros de café preocupados com uma diminuição da oferta de braços para a lavoura. Houve, portanto, interesse em manter a imigração japonesa, permitindo-se por espaço de cinco anos a entrada de 4 a 5 mil imigrantes dessa origem anualmente. Foram assim introduzidos, com viagem parcialmente subsidiada pelo Estado de São Paulo, 13.595 japoneses entre 1917 e 1920. É bom observar que o Governo japonês interveio diretamente nos

assuntos emigratórios, ao contrário do que aconteceu com os outros países fornecedores de imigrantes que, em geral, apenas se preocuparam em impedir fraudes e a exploração de seus súditos. O Governo japonês concede subvenções à Kaigai Kogy Kabushiki Kaisha (K.K.K.K.) em 1921, tornando-a praticamente monopolizadora da emigração japonesa para a América do Sul.

Com o fim da guerra, São Paulo preferiu voltar-se outra vez para os países europeus, a fim de atrair imigrantes. O Estado não mais estava disposto a subvencionar as viagens dos imigrantes japoneses depois de 1921. Como tivesse cessado a imigração japonesa para os Estados Unidos e para o Peru, e devido à pressão demográfica e aos problemas econômicos no Japão, o Governo daquele país resolveu subvencionar a emigração. De 1908 a 1925, embora em alguns anos com relutância, o Governo paulista subvencionara uma parte da passagem dos imigrantes japoneses. Hiroshi Saito define esse período como sendo o experimental na história da imigração japonesa para São Paulo.

A partir de 1926 começa a vinda de japoneses com viagem subvencionada pelo Governo japonês, atingindo a corrente imigratória seu máximo por volta de 1933-34. Nessa segunda fase, juntamente com o imigrante, vem também o capital japonês, que permite a instalação do japonês como proprietário.

A criação de núcleos coloniais com japoneses no Vale do Ribeira, na década de 1910, já abrira perspectivas para as companhias se interessarem na instalação do japonês como proprietário.

A partir de 1930, os japoneses voltam seus interesses também para a Amazônia, onde o Governo lhes concedeu em 1927 largas extensões de terras.

O dirigismo e o apoio financeiro do Japão com relação à emigração para o Brasil no segundo lustro da década de 1920, emigração essa que não se destinava a responder aos apelos dos fazendeiros de café por braços, mas sim visava estabelecer o imigrante em terra própria, estava destinada a chamar a atenção dos sentimentos nacionalistas que na ocasião se estavam avolumando no Brasil. Até certo ponto, o sistema de quotas, já referido antes, do Governo de Getúlio Vargas, era uma conseqüência da intervenção estatal japonesa na emigração. Não resta dúvida que o sistema de quotas devia atingir principalmente a corrente imigratória japonesa, já que as quotas estabelecidas para as outras nacionalidades, como os italianos, por exemplo, eram muito superiores ao número real de imigrantes que nos anos imediatamente anteriores a essa medida se dirigia ao

Brasil. No caso dos alemães, a quota estabelecida e o número real de imigrantes coincidiam aproximadamente. Só no caso dos japoneses a quota estabelecida era muito inferior à corrente imigratória.

A imigração subsidiada pelo Estado de São Paulo

Como é sabido, o sistema de subvencionar as passagens dos imigrantes pelo Governo de São Paulo foi instituído nos últimos anos do Império, atendendo às constantes solicitações dos fazendeiros de café sobre a falta de mão-de-obra. Até início do século XX, a subvenção foi a responsável pela entrada da maior parte dos imigrantes, principalmente de origem italiana. Em 1902, o Governo italiano, pelo Decreto Prinetti, proibiu a saída de emigrantes com passagem paga para o Brasil. Em conseqüência, caiu bastante o número de imigrantes. Em 1910, a Espanha seguir o exemplo da Itália e proíbe a emigração subvencionada. As razões das restrições à emigração para São Paulo eram principalmente as queixas contra as condições de trabalho nas fazendas de café e contra os fazendeiros que deixaram de pagar em dia aos colonos, devido à queda do preço do café. As condições de viagem em navios superlotados e mal equipados também eram o alvo das críticas.

Segundo as estatísticas publicadas por Eugênio Lefevre em seu livro. *A Administração do Estado de São Paulo na República Velha:* num total de 2.384.257 imigrantes chegados entre 1890 e 1930 a São Paulo, 1.128.500 eram subsidiados e 1.227.261, espontâneos. Até o qüinqüênio 1895-1899 predomina a imigração subvencionada, para depois prevalecer a espontânea. Para tal fato concorrem, além da proibição da emigração subsidiada, uma maior propaganda para atrair imigrantes e uma melhor organização dos serviços de imigração em São Paulo, procurando-se evitar fraudes e sanar as dificuldades que geram descontentamentos e queixas. Além disso, apesar dos problemas encontrados, os incentivos econômicos tanto na fazenda de café como no meio urbano constituíam-se em fatores de atração de imigrantes. Parece que a maioria dos imigrantes espontâneos era formada por artesãos ou por trabalhadores industriais que pretendiam radicar-se no meio urbano. A partir de 1899 uma lei permitia aos imigrantes indicarem pessoas que quisessem chamar de sua pátria. Nesse ano também se começou a planejar o número anual de imigrantes que deviam ser subsidiados.

Vale a pena transcrever a frase de Pierre Denis, que esteve em São Paulo no início do século, ao falar da ação da administração paulista com relação à imigração subvencionada:... "o mundo moderno tem visto poucos espetáculos semelhantes ao d'esse governo incumbir-se d'importar em massa operários agrícolas".

O subsídio consistia no pagamento da viagem para São Paulo aos imigrantes agricultores e que vinham em famílias, já que essas garantiam maior fixação na fazenda de café. Nos primeiros anos da República, todos os serviços de imigração foram delegados pelo Governo à Sociedade Promotora de Imigração, fundada em 1886 por fazendeiros paulistas por iniciativa do Conde de Parnaíba, Antônio de Queiroz Telles, então Presidente da Província. Segundo consta, a Sociedade Promotora de Imigração foi a responsável pela introdução de cerca de 120.000 imigrantes até 1895, quando ela desaparece. Além de organizar a propaganda e a vinda de imigrantes, a Sociedade ainda recebera a incumbência de administrar a Hospedaria de Imigrantes em São Paulo, onde os imigrantes eram alojados gratuitamente até serem contratados pelos fazendeiros. A Hospedaria na realidade funcionava como verdadeiro mercado de trabalho, onde fazendeiros e imigrantes se encontravam e discutiam os pormenores dos contratos de trabalho.

Como a maioria dos imigrantes se destinava às fazendas de café, os fazendeiros, sempre temerosos da falta de braços, pressionavam a administração para trazer sempre mais imigrantes. Durante todo o período, apesar da constante grita dos fazendeiros por mais braços, nunca um cafezal deixou de ser colhido por falta de trabalhadores. A constante pressão dos fazendeiros por mais imigrantes pode ser explicada por duas razões: a abundância de mão-de-obra mantinha os salários baixos e o fato de o cafezal ser um investimento mais duradouro que as culturas anuais ou bianuais, e que seria perdido, caso ocorresse a falta de braços para cuidá-lo. Parece, entretanto, que a primeira razão era a mais importante, já que os fazendeiros constantemente estavam preocupados com o aumento dos salários, o que, segundo eles, só uma mão-de-obra abundante podia evitar.

O imigrante na fazenda de café: o contrato de trabalho

Uma das características do sistema paulista de imigração era o contrato de trabalho na fazenda de café. O imigrante em geral era contratado pelo próprio fazendeiro na Hospedaria de Imigrantes. O contrato de trabalho na fazenda de café paulista consistia no pagamento anual de uma certa quantia por cada mil pés de café cuidados, geralmente com quatro carpas anuais, sendo esse pagamento feito quase sempre parceladamente, depois das carpas. O colono ainda recebia uma quantia estipulada por alqueire (medida) de café colhido. A primeira retribuição era fixa e não dependia do preço do café, a segunda, às vezes, sofria as interferências do preço do produto.

O que tinha uma importância extraordinária no sistema de trabalho nas fazendas paulistas era, entretanto, a possibilidade de plantar produtos

de subsistência entre os cafeeiros e a obtenção de um pedaço de terra com essa finalidade, além de um pasto para alguns animais. Pelos relatos da época se percebe a importância que o imigrante dava à possibilidade de poder ter culturas de subsistência e vender os excedentes. No início da grande imigração para São Paulo, os fazendeiros queriam que os colonos fizessem as culturas de subsistência a meia; com o tempo, entretanto, percebendo que isso era um desestímulo para os colonos, desistiram e, não raro, passaram a comprar os excedentes da produção. Era uma forma de conceder ao imigrante mais incentivos econômicos sem, no entanto, terem que desembolsar somas maiores. Para o imigrante, mais rendimentos eram de suma importância, já que, em geral, sonhava em poder se instalar um dia em terra própria.

A instabilidade da mão-de-obra na fazenda de café

Uma das características do sistema de trabalho de São Paulo foi sempre a grande mobilidade do imigrante — muitas vezes causada por condições mais favoráveis para fazer as culturas de subsistência em outra fazenda. Em condições não satisfatórias, o colono abandonava a fazenda à procura de melhores oportunidades para fazer suas culturas de subsistência. Cafezais velhos, já muito fechados, e pedaços de terra imprópria afugentavam os imigrantes, ao passo que fazendas com terras boas e cafezais novos eram muito procurados. Assim, no início do século, os imigrantes italianos preferiam as fazendas de Jaú e Ribeirão Preto, em detrimento das zonas mais antigas, como Campinas.

Em geral todos os membros da família do imigrante trabalhavam, o que contribuía para aumentar sua renda, sendo que, em geral, conseguia mais alguma retribuição por serviços outros prestados na fazenda. Calculava-se geralmente de 2.000 a 2.500 pés de café por homem e 1.000 por criança e mulher; assim, uma família podia, não raro, chegar a cuidar de 12.000 a 14.000 pés de café. Se o aumento do consumo do café no mundo foi o responsável pela rápida expansão dos cafezais e, portanto, pela atração de sempre mais imigrantes, a partir de certo momento o avanço dos cafezais para o Oeste foi comandado pela demanda dos colonos por plantações novas, mais produtivas, onde pudessem intercalar culturas de subsistência e pela existência de terras boas especialmente destinadas a tais culturas. Assim, também os desejos dos imigrantes podem ser considerados os responsáveis, até certo ponto, pelo avanço da frente pioneira, onde se podiam colher mais café e mais produtos de subsistência. As fazendas que dispunham de cafezais novos eram as mais procuradas, já que com um só trabalho aí se cuidava do cafeeiro e das culturas de subsistência

intercaladas. As preferências dos imigrantes vinham ao encontro das vantagens que os próprios fazendeiros percebiam nessa situação, que não desviava a força de trabalho do cafezal. Como depois de alguns anos o cafezal ficasse muito fechado, impedindo essa cultura intercalar, os fazendeiros sempre procuravam ter cafeeiros novos a fim de oferecer melhores condições para atrair colonos.

Pierre Denis diz que não estava exagerando quando calculava em cerca de um terço os colonos que anualmente se deslocavam nas fazendas de café paulistas, mas que o Diretor de Colonização acreditava que cerca de 40 a 60% dos colonos abandonam as fazendas no prazo de um ano. O mesmo informante francês ainda completa: "A instabilidade dos trabalhadores agrícolas é o traço mais frisante da vida moral no Estado de São Paulo. Reflete tudo o que há de original, d'artificial mesmo, no desenvolvimento rápido da grande cultura cafeeira."

A instabilidade da mão-de-obra na fazenda de café não se deve, entretanto, somente às condições de trabalho, à impontualidade de pagamento, ao mau tratamento dispensado pelo fazendeiro, à possibilidade de fazer mais ou menos culturas de subsistência. A natural ânsia de melhorar de vida fazia com que muitos imigrantes, principalmente os de origem urbana, abandonassem a fazenda e se instalassem em cidades, onde poderiam participar de um incipiente processo de industrialização ou se dedicar ao comércio. Além da atração da cidade sobre o colono, a obtenção de um lote de terra é a razão mais forte do abandono da fazenda. O sonho de serem donos de um pequeno lote de terra geralmente se torna possível graças a duras economias feitas durante a estada na fazenda de café. Repatriamento e reemigração também são fatos que não devem ser esquecidos nesse contexto. O próprio Estado dava apoio financeiro aos que quisessem se repatriar.

As condições de vida na fazenda de café

Na bibliografia quer histórica, quer de relatos de viajantes e informantes, e mesmo na de tipo panfletário, as condições de trabalho nas fazendas de café paulistas, para onde afluía a maior parte dos imigrantes chegados a São Paulo, têm sido apresentadas ora com muito otimismo, ora com pessimismo exagerado. Comum encontrar frases como essa: "Cada cafeeiro assinala a sepultura de um italiano", ou outras, que enaltecem as oportunidades que o colono encontra na fazenda.

Os pessimistas relatam as péssimas condições de trabalho, a vigilância de tipo escravocrata que o fazendeiro queria impor sobre a vida do colono, o isolamento, a ausência de assistência médica e espiritual, a falta de

escolas etc. As moradias fornecidas pelos fazendeiros também são muito criticadas. Fazendeiros de mentalidade ainda escravocrata, impondo multas para uma série de assim consideradas faltas dos imigrantes, referem-nas constantemente. Aliás, nos primeiros tempos os fazendeiros achavam que com um endividamento seria mais fácil prender o colono à fazenda. Houve, inclusive, tentativas por parte dos fazendeiros de fazerem acordos entre si para que nenhum admitisse colonos que não pudessem provar terem saldado suas dívidas. Na área de Piracicaba, por exemplo, os fazendeiros do Rio das Pedras resolveram em 1895 fazer um acordo para só admitirem colonos provenientes de outras fazendas, depois que o fazendeiro recebedor dos colonos tivesse pago as dívidas do mesmo. Além disso, o fazendeiro teria que pagar ao primeiro patrão do imigrante a quantia de 50$000 a título de indenização pelas despesas feitas com a aquisição de cada família de colono, caso essa abandonasse a fazenda antes de decorrido um ano.

As vendas das próprias fazendas onde, devido às grandes distâncias de núcleos urbanos, os colonos eram obrigados a fazer suas compras, eram um constante ponto de atrito, já que os preços fixados arbitrariamente contribuíam para o endividamento do imigrante.

Nas primeiras décadas da grande imigração são inúmeras as queixas sobre o não-pagamento dos salários aos colonos nas fazendas de café. Gina Lombroso Ferrero, que publicou seu livro *Nell' America Meridionale*, em 1908, fala dos pagamentos irregulares e que muitos colonos eram obrigados a esperar por meses e até por anos seu pagamento. Os que estavam a mais tempo no país aprenderam a esperar pacientemente os fazendeiros saldarem suas dívidas; os recém-chegados, mais afoitos, às vezes perdiam tudo, pois abandonavam as fazendas. O Decreto Prinetti, em parte, foi também o resultado das queixas contra os fazendeiros maus pagadores.

Além das condições de trabalho, de moradia etc., se critica não raro a renda que uma família podia conseguir. Bertarelli, que esteve no Brasil em 1910 e que em geral não se mostra pessimista quanto às condições de vida na fazenda de café, afirma que nem sempre o balanço no fim do ano era favorável ao colono, principalmente para aqueles cujas famílias não se compunham de pelo menos quatro membros aptos para o trabalho. O que arruinava a economia de um colono eram as doenças. O mesmo autor, diretor do Instituto de Higiene da Universidade de Parma, ainda afirma: "A conclusão é que materialmente nas fazendas se pode economizar alguma coisa, mas não sem se expor a imprevistos compensatórios." Entre-

vistando 200 emigrantes que se repatriavam, chegou à conclusão de que os colonos podiam fazer modestas economias nas fazendas de café, mas à custa de um grande isolamento.

São muitas as queixas sobre o isolamento social e cultural a que os colonos das fazendas de café estavam sujeitos. As grandes distâncias entre uma fazenda e outra e entre a fazenda e o núcleo urbano dificultavam os contatos e faziam com que os colonos não raro se sentissem profundamente insatisfeitos e deprimidos devido à ausência de satisfações espirituais, culturais e sociais.

Ainda na década de 1920, Luigi Incisa, em seu livro *Nel Paese della Fazenda,* fala do isolamento, da falta de contatos com o mundo de fora da fazenda devido à ausência de estradas e pelas fazendas muitas vezes ainda se apresentarem com mata virgem, mas que talvez a construção de estradas vicinais carroçáveis, que na época estava sendo iniciada, resolvesse esse problema.

Em geral, pelo que se pode deduzir dos relatos de viajantes e de informantes, das notícias de jornais e também da documentação de origem oficial, se as condições de vida nas fazendas de café até a primeira década desse século eram bastante precárias, mais tarde, graças à confluência de vários fatores, houve uma melhoria nas relações de trabalho e nas condições de vida. Robert Foerster, em seu clássico livro *The Italian Emigration of our Time*, escrito no fim da segunda década deste século, já chama a atenção sobre o fato de que depois de 1902 as condições de trabalho se apresentaram menos conflitantes. O Decreto Prinetti de 1902, proibindo a vinda de italianos com passagem subsidiada, a medida espanhola de igual teor e a crise do café devido à superprodução foram os responsáveis pela diminuição do número de imigrantes que demandavam São Paulo, tornando os fazendeiros mais conscientes dos problemas que uma eventual falta de mão-de-obra lhes poderia acarretar. Os fazendeiros de mentalidade ainda escravocrata perceberam que tinham que tratar melhor e com mais justiça a sua mão-de-obra para fixá-la na fazenda. Pierre Denis testemunha nos inícios do século: "A crise do café, empobrecendo o Estado de São Paulo, reduziu o número de imigrantes e tornou-se indiretamente uma das razões que tendem a melhorar as condições da mão-de-obra agrícola." Bertarelli confirma: "Certas violências dos contratos de trabalho não se lembram mais e não passariam facilmente impunidas, e certas lembranças que avizinhavam o colono ao escravo estão apagadas." Piccarolo escreve em 1910: "As condições do imigrante, 10 ou 15 anos atrás, eram muito diferentes das de hoje" e fala do relatório de Rossi, enviado do

Governo italiano para verificar as condições de vida do imigrante italiano, relatório esse que, em parte, foi o responsável pelo Decreto Prinetti. Piccarolo também acha que esse decreto teve efeito salutar sobre as atitudes dos fazendeiros que, com medo de perderem seus colonos, modificaram seu comportamento.

Assim, quanto às condições de trabalho e de vida nas fazendas de café paulistas podem-se distinguir nitidamente duas fases: a primeira vai até o primeiro lustro ou decênio deste século em que se procurou aliciar primeiramente o italiano, depois também o espanhol e o português, para, no fim desta fase, em decorrência da diminuição de imigrantes de origem européia se procurar atrair o japonês. É a fase em que se subsidia grande parte da imigração. É a fase dos grandes atritos entre colonos e fazendeiros. A formação do fazendeiro, saído de um quadro econômico e social escravocrata, impede que ele compreenda os reais anseios dos trabalhadores livres e a necessidade de modernização nas relações sociais e de trabalho. Não compreende as forças de modernização que o imigrante traz consigo: a necessidade de escolas, de assistência médica e jurídica, de maiores contatos com o mundo. As lutas entre as duas partes por vezes são extremamente violentas e, até certo ponto, se repetem mais tarde com os japoneses.

A segunda fase se caracteriza por uma melhor adequação entre os interesses e necessidades dos fazendeiros e imigrantes. Além da diminuição da corrente imigratória que se faz sentir nos começos do século, desenvolve-se uma organização institucional que intervém nas relações de trabalho, afastando uma série de pontos de atrito entre colono e fazendeiro. Graças a essa organização institucional diminuem no fim da primeira década do século as críticas que se faziam ao sistema de trabalho nas fazendas de café paulistas.

A organização institucional da imigração em São Paulo

A organização institucional da imigração, ou melhor, a que se refere à recepção e distribuição dos imigrantes data dos últimos anos do Império; as instituições, entretanto, que dão assistência ao imigrante enquanto trabalhador rural datam da primeira década deste século. Trata-se da primeira tentativa de proteger o trabalho no mundo agrário, pensando-se no industrial só na década seguinte. As medidas e instituições criadas para resolver os problemas das relações de trabalho no ambiente rural, mais tarde, não raro passaram a ser aplicadas no meio urbano para conciliar operários e donos de fábricas. É, por exemplo, o caso do Departamento Estadual do Trabalho, criado em 1911 e que, na origem, se devia preocupar apenas com o trabalhador agrícola, passando a se interessar pelo trabalho industrial só mais tarde.

Em 1907, não só o Governo Federal, como foi visto, mas também do Estado de São Paulo, tomaram uma série de medidas para regulamentar a imigração. O decreto de 1907, além de definir como imigrante o passageiro de terceira classe, estabelecia normas para o desembarque do imigrante em Santos, para seu transporte até a Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, para contratos de introdução de imigrantes e concessões de subsídios às companhias de navegação que transportassem imigrantes etc. Esse decreto, com algumas normas que foram introduzidas posteriormente, foi consolidado em 1913 e praticamente vigorou até o fim da Primeira República.

Antecedendo a criação do Departamento Estadual do Trabalho, apareceu em 1906 a Agência Oficial de Colonização e Trabalho, mais tarde Agência Oficial de Colocação, incorporada em 1911 ao citado Departamento Estadual do Trabalho. A Agência Oficial de Colonização e Trabalho, anexa à Hospedaria de Imigrantes, devia disciplinar o mercado de trabalho, exercendo vigilância sobre a execução dos contratos de trabalho. Elaborou um contrato de trabalho modelo, que devia uniformizar o sistema de colonato nas fazendas paulistas. Em 1907, criou-se a Inspetoria de Imigração, instalada em Santos, e que devia receber os imigrantes. O Patronato Agrícola foi criado em 1911 e tinha como finalidade "tornar efetivas as leis decretadas pela União Federal e pelo Estado de São Paulo em favor do imigrante e outros operários agrícolas". O Patronato devia fornecer assistência jurídica gratuita aos colonos, a fim de conseguirem o fiel cumprimento dos contratos de trabalho. O Patronato devia ainda levar às autoridades competentes as queixas dos imigrantes a respeito de atentados contra sua honra, vida e bens. Devia promover e fiscalizar o funcionamento de cooperativas dos imigrantes e trabalhadores agrícolas para a assistência médica, farmacêutica e de educação, tomar medidas contra os aliciadores de colonos etc.

As tentativas de institucionalizar os serviços de imigração e de trabalho culminaram com a criação, já mencionada, do Departamento Estadual do Trabalho, em 1911, que passou a englobar a Inspetoria de Imigração no porto de Santos, a Hospedaria de Imigrantes, a Agência Oficial de Colocação e mais alguns outros órgãos. Vê-se que a principal finalidade do Departamento Estadual do Trabalho era a assistência ao imigrante, procurando assegurar-lhe condições razoáveis de trabalho. Em 1922 ainda foram criados os Tribunais Rurais, que podiam julgar questões até 500$000 decorrentes da interpretação e execução de contratos de trabalho agrícola.

Essas instituições, de uma ou de outra forma, devem ter aliviado as tensões que existiam na fazenda de café. As relações de trabalho ainda foram beneficiadas pelas leis federais de 1904 (Lei Bernardino de Campos) e de 1906 (Lei Cardoso de Almeida) regulamentadas por decreto de 1907. Declaravam privilegiadas as dívidas provenientes do trabalho agrícola, que deviam ser saldadas com o produto da colheita de preferência a qualquer dívida de outra natureza.

Com essas medidas todas, parece que na segunda década do século diminuem os atritos entre fazendeiros e colonos. Instituições, leis, medo de não poderem contar com mão-de-obra suficiente, além de uma gradual perda de mentalidade escravocrata por parte dos fazendeiros, se não tornaram as relações de trabalho ideais, pelo menos tornaram-nas mais humanas, modernas e menos sujeitas a atritos. Isso não quer dizer que não surgissem mais problemas entre fazendeiro e imigrante, parecendo apenas que esses diminuíram e se tornaram menos violentos. Convém ainda lembrar que todas as medidas de caráter trabalhista foram tomadas visando ao trabalho rural, apesar da incipiente industrialização que já era perceptível principalmente na capital do Estado. Com o tempo, as medidas que deviam proteger o trabalhador agrário foram estendidas ao operário.

Os próprios imigrantes, no caso, os italianos, também procuraram criar instituições que protegessem seus compatriotas. Em Santos, começou a funcionar em 1902 um "Istituto di Patronato" que ajudava os imigrantes recém-chegados, recebia os pedidos dos fazendeiros e industriais, repatriava indigentes etc. Era sustentado por sócios, além de receber auxílio do Comissariado Italiano. Em São Paulo foi criado no mesmo ano um "Istituto di Patronato", com o apoio do Consulado da Itália e da Sociedade de Mútuo Socorro Galileo Galilei. O Instituto enviava um delegado à estação para receber os imigrantes, procurava-lhes empregos, internava órfãos e doentes. O Instituto de São Paulo era mantido por contribuições de sócios, subscrições entre italianos da cidade e por auxílios do Comissariado Italiano do Fundo de Imigração. Institutos semelhantes funcionaram em Campinas e São Carlos do Pinhal a partir de 1903. Por volta de 1910 estava-se tentando instalar um em Ribeirão Preto. Ao que parece, no Estado de São Paulo essas iniciativas foram bem-sucedidas, enquanto no Rio de Janeiro não foi possível fazer funcionar instituto desta natureza.

O sucesso do sistema paulista

Apesar das queixas, dos atritos, das proibições de emigração subsidiada pela Itália e Espanha, o sistema de trabalho implantado nas fazendas de café paulistas foi um sucesso. A produção de café, depois da introdução em massa de imigrantes, aumentou

tremendamente, milhões de pés de café foram plantados, chegando-se a crises de superprodução que exigiram a intervenção do Estado para impedir a derrocada da economia cafeeira. Em 1890-91 havia em São Paulo 200.000.000 de cafeeiros produzindo; em 1904-05 eram 688.845.410, sendo que em 1929-30 a cifra ultrapassa um bilhão. A colheita em 1890-91 foi de 3.050.125 sacas, em 1904-05 de 7.280.162 e no ano agrícola de 1929-30 de 19.489.712. Essas cifras por si só mostram os resultados e o sucesso da mão-de-obra estrangeira importada durante a Primeira República para as fazendas de café.

Qual seria a causa do sucesso da imigração para o Estado de São Paulo? Para muitos as causas do sucesso teriam que ser procuradas nos incentivos de caráter econômico que os imigrantes encontravam nas fazendas de café e não nas sanções restritivas e coercitivas impostas pelos fazendeiros. Talvez uma outra razão do sucesso da mão-de-obra imigrante na fazenda de café seja a sua grande mobilidade. Já nos referimos a esse fenômeno como constante no mundo agrário paulista daqueles anos. A procura de melhoria econômica e social torna esses "homens sem paz" extremamente móveis. Pagamento melhor, cafezal mais produtivo, entre outras razões, eram os responsáveis pela instabilidade dos braços nas fazendas.

Carlos Botelho, Secretário da Agricultura, fala, em 1902, da "situação do fazendeiro, sempre acossado pela necessidade de mais uma nova plantação cafeeira, imposta como condição de permanência do trabalhador na fazenda".

Devido às condições inerentes ao sistema de trabalho da fazenda de café paulista e por causa dos incentivos econômicos nele contidos, há uma constante pressão do mercado de trabalho para dirigir a frente pioneira. A força de trabalho, os colonos, aliados a um sistema capitalista em expansão participavam do avanço da frente pioneira, sendo, portanto, a grande mobilidade do colono a responsável, em parte, pelo sucesso do sistema de trabalho paulista.

Essa mobilidade, entretanto, não é só uma característica do sistema paulista, é uma constante de todo processo migratório. Não raro, por exemplo, imigrantes italianos, depois de terem trabalhado em fazendas paulistas, voltam para a Itália para, em seguida, retornarem para o "país das fazendas" ou se dirigirem para os Estados Unidos ou Argentina. Além disso, urbanização e industrialização desempenharam papel importante no Estado de São Paulo, sem esquecer a possibilidade de se tornar proprietário de terra.

Convém não esquecer que o imigrante aparecerá também no meio urbano, onde participará do incipiente processo de industrialização, apesar de os fazendeiros o quererem apenas como mão-de-obra rural. Ao que parece, grande parte da imigração não subsidiada para São Paulo se destinava aos centros urbanos.

O imigrante e a pequena propriedade em São Paulo

Tem-se dito muitas vezes que a imigração em massa para São Paulo foi a responsável pela manutenção da grande propriedade monocultora com todas as suas implicações econômicas e sociais que, não raro, apresentam características arcaicas. O imigrante, entretanto, também foi agente de mudanças mais modernizadoras. Uma das razões da instabilidade dos colonos nas fazendas era o sonho de se tornar dono de um pequeno pedaço de terra. A possibilidade de um dia se tornar proprietário de terra foi uma das molas propulsoras do processo imigratório para o Brasil. Na Europa, o acesso à terra nem sempre era fácil, e esperava-se que na América e, principalmente, no "país da fazenda" o fosse mais. O imigrante que vinha para São Paulo acreditava que depois de alguns anos de trabalho na fazenda de café pudesse comprar seu pedaço de terra. Como é sabido, já em 1828 tentou-se criar em São Paulo um núcleo colonial baseado na pequena propriedade. Os resultados, entretanto, foram insatisfatórios, o que, em geral, também vai ser o caso para tentativas posteriores. O fracasso se explica pela localização desses núcleos em áreas pouco férteis e à margem do "império do café", com vias de comunicação extremamente precárias, como é o caso do Vale do Ribeira. A administração de São Paulo – é óbvio, sempre nas mãos de fazendeiros – nunca se interessou muito pela criação desses núcleos coloniais, não lhes dando o apoio necessário para que pudessem ter sucesso.

Na realidade, a pequena propriedade surgiu devido à pressão do imigrante e apesar da vontade do fazendeiro de café. Estabeleceu-se em São Paulo uma verdadeira luta entre os adeptos da criação de núcleos com pequena propriedade e os latifundiários que só pensavam em drenar o imigrante para o cafezal.

Vale a pena citar o testemunho de dois homens que foram Presidente do Estado e da República. Em 1901, Rodrigues Alves, em Mensagem ao Congresso Paulista, afirma que colonizar "é formar centros de trabalhadores com que os fazendeiros pudessem contar na época de maior serviço em sua propriedade". Vinte anos mais tarde, Washington Luiz diz: "Dirigir a corrente imigratória para outro lugar que não a fazenda seria destruir a riqueza nacional e atrasar o Brasil em muitos anos de seu progresso."

O Governo de São Paulo, entretanto, será obrigado a criar núcleos coloniais a fim de atrair imigrantes, núcleos esses que se deviam transformar também em reservatórios de braços para as grandes fazendas. Embora conhecesse os problemas que o latifúndio acarretava, o Governo nunca tomou medidas para desestimular sua formação, como também nunca quis se transformar em concorrente do fazendeiro na captação do imigrante para a pequena propriedade.

Em São Paulo, a pequena propriedade surge com objetivos completamente diferentes dos do Sul do país e se integra numa realidade diferente, ou seja, no sistema latifundiário, monocultor de exportação. Na realidade, também a formação da pequena propriedade em São Paulo é presidida pelo "rei café". A necessidade de fixar braços com os quais pudesse contar por ocasião das colheitas faz com que o fazendeiro divida uma parte de suas terras em lotes a serem vendidos aos imigrantes. Trata-se em geral de terras não próprias para a cultura do café. O fazendeiro também pode destinar as terras nos limites de sua propriedade para esse fim. Trata-se de fenômeno não raro, mas dificilmente mensurável.

A pressão do imigrante para a obtenção de terras vem ao encontro da desagregação do sistema de exploração representado pela grande propriedade. O ciclo curto do sistema, devido ao rápido esgotamento do solo, e as crises econômicas provocam o gradual abandono das fazendas não mais lucrativas, dando lugar ao retalhamento sistemático das fazendas de café em áreas mais antigas. A rápida urbanização do Estado, possibilitando o aparecimento de um mercado consumidor apreciável, criou a necessidade de culturas de produtos de subsistência que em geral não podiam ser realizadas na grande propriedade. Os arredores das cidades sofreram assim retalhamento, o café dando lugar às culturas de subsistência mantidas por imigrantes. Além disso, a venda de terras torna-se um bom negócio.

Responsável pelo aparecimento da pequena propriedade e também a colonização que pode ser oficial ou particular. Os ideais que nortearam as tentativas oficiais de criar núcleos coloniais de pequenas propriedades estavam sempre ligados ao fato de que esses deviam atrair mais imigrantes, além de formarem um reservatório de braços e dedicar-se à policultura. Trata-se, portanto, de iniciativas que conciliam os interesses dos fazendeiros com os dos imigrantes. No mapa inserido na *Revista de Imigração e Colonização*, de 1940, são arrolados, desde a criação do núcleo em Santo Amaro, em 1828, 32 núcleos coloniais em São Paulo, sendo que os fundados durante o Império eram de iniciativa do Governo Central, ao

passo que os instalados durante a República, 15 ao todo, o foram pelo Governo do Estado.

Durante a primeira década da República, quando a política oficial de imigração e colonização ainda não estava bem definida, foram criados os núcleos de Quirim (Município de Taubaté) em 1890, Piagui (Município de Guaratinguetá) em 1892, e Campos Sales, próximo a Campinas, em 1897.

Quanto à criação de núcleos coloniais, destacam-se dois períodos: 1905-1907 e 1910-1911. Entre os anos de 1905 e 1907 foram criados Nova Odessa e Jorge Tibiriçá, em 1905. Gavião Peixoto, Nova Europa, Nova Paulicéia, Conde de Pinhal, em 1907. A criação desses núcleos coloniais se deve a Carlos Botelho, Secretário da Agricultura, homem dinâmico e muitíssimo interessado na imigração e no povoamento do solo. Essas medidas, em parte, são o resultado do primeiro impacto das pressões dos imigrantes italianos desgostosos com as condições de acesso à terra reinantes em São Paulo.

Os anos de 1910-1911 também mostram grande vitalidade da administração nesse setor, pois se criou Nova Veneza, Visconde de Indaiatuba, Martinho Prado, Conde de Parnaíba e Boa Vista. Depois desses anos cessa a atividade da administração e não mais se fundam núcleos oficiais até 1930, quando se cria o núcleo Barão de Antonina. Durante vinte anos a administração só se interessou em promover a imigração para fornecer braços para a fazenda de café.

Esses núcleos criados pelo Governo no Estado de São Paulo atraíram imigrantes de várias nacionalidades, como acontece no núcleo de Campos Sales, onde, apesar de predominarem os suíços, constatam-se mais doze nacionalidades. No núcleo Nova Odessa que fora criado para receber judeus-russos refugiados em Londres, mas que logo se espalharam, se localizaram alemães, austríacos, espanhóis e principalmente italianos.

Em geral, esses núcleos foram fundados em terras férteis, nas proximidades de estradas, tendo portanto condições de progredir, ao contrário do que acontecia durante o Império. Assim, em 1925, todos esses núcleos já estavam emancipados.

Na época em que a ação do Estado era inexistente, a iniciativa particular criou condições para que imigrantes com algum pecúlio, ou trazido da Europa ou economizado na fazenda de café, pudessem encontrar lotes para se instalar. Particulares ou companhias, criando loteamento com pequenas propriedades, agiam ou respondendo à pressão dos imigrantes ansiosos por se estabelecerem em terra própria, ou, então, para valorizarem as terras em áreas decadentes ou nas frentes pioneiras. Exemplo seria

a CAIC (Companhia Agrícola de Imigração e Colonização), um desdobramento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que, além de retalhar fazendas velhas, fez loteamentos na Alta Paulista e Alta Sorocabana.

Entre as companhias ainda devem ser citadas as japonesas, que, respondendo aos anseios dos imigrantes dessa origem, criaram condições para sua instalação em lotes próprios. Na década de 1910, instalaram-se os primeiros japoneses no Vale do Ribeira, primeiro por iniciativa do Sindicato de "Tokyo", depois da K.K.K.K., que contava com subvenção do Governo japonês. No fim do período que ora nos interessa, ou seja, em 1928, a Bratac, sociedade formada com capital das províncias japonesas e de particulares, adquiriu vastas áreas na Noroeste e na Alta Paulista, em São Paulo, e também no Paraná. Dividiu as terras em lotes, que foram vendidos aos imigrantes japoneses recém-vindos ou que tinham feito um estágio na fazenda de café.

Nenhum outro grupo étnico que forneceu colonos para a fazenda de café contou com tanto apoio por parte de seu Governo. Já se falou da subvenção da passagem do emigrante pelo seu país de origem, e as companhias colonizadoras japonesas, em geral, também contavam com capital de proveniência oficial.

Os loteadores em geral procuraram atrair para seus empreendimentos imigrantes da mesma nacionalidade. Assim, formaram-se núcleos de húngaros e alemães em Presidente Venceslau, de espanhóis em Mirassol e Tanabi. Em Borboleta, próximo a Ribeirão Preto, reuniram-se açorianos. Varpa tornou-se núcleo de letos. Os italianos aparecem em quase todas as áreas onde se formam pequenas propriedades, sendo digno de nota que já no início do século havia extensas áreas onde os italianos se concentraram, como é o caso das margens direitas do Tietê, em Bebedouro, Ibitinga, Matão, Monte Azul etc., onde se destacam os núcleos Nova Veneza e Nova Pádua, próximo a Pitangueiras, áreas descritas com muito entusiasmo por Piccarolo num curioso livro: *Una Rivoluzione Economica – La proprietá fundiaria degli Italiani nello Stato di San Paulo* (1908).

Os fazendeiros paulistas, em geral, estavam convencidos de que o café só poderia ser produzido com bom rendimento na grande propriedade. Já na primeira década deste século, entretanto, aparecem pequenas propriedades onde se produziu café, como é o caso dos italianos no Bairro do Morro do Cipó, próximo a Ribeirão Preto, que possuíam de 5.000 a 20.000 pés e que obtinham, segundo Pierre Denis, lucros razoáveis. Os italianos descritos por Piccarolo, instalados na área à margem direita do Tietê, cultivavam café que era cuidado com o auxílio da família, conse-

guindo viver razoavelmente bem. Escreve esse entusiasta da pequena propriedade: "... a pequena propriedade está destinada aqui a triunfar, mas seu triunfo assinalará um progresso no caminho da civilização do país." Isso em 1908... Em 1937, Eugênio Lefevre escreve: "Implantou-se em São Paulo a democracia da propriedade das terras, extinguindo-se os latifúndios. E notável tornou-se o aumento sempre crescente das pequenas propriedades, em relação às grandes fazendas." No entanto, em 1931, cerca da metade dos pés de café existentes no Estado era cultivada em fazendas com mais de 100.000 cafeeiros... Seja como for, houve um aumento das pequenas propriedades desde o começo do século. Em 1904-1905, cerca de 37,8% das propriedades tinham até 10 alqueires e 30,6% até 25 alqueires. Em 1930-1931 temos 52% e 23,7% respectivamente.

A maioria das pequenas propriedades estava nas mãos de estrangeiros. Em 1905, cerca de 15,7% das propriedades arroladas eram de estrangeiros, tratando-se presumivelmente, na maioria, de pequenas propriedades. Predominavam os italianos, perfazendo 66,4% das propriedades de estrangeiros, seguidos pelos portugueses (cerca de 20%). Em 1920 houve um aumento considerável de proprietários estrangeiros: 27,3% das propriedades arroladas eram de imigrantes, perfazendo 13,8% da área recenseada; 44,4% dos proprietários estrangeiros eram italianos e 11,8% portugueses. Em 1934, 32,5% das propriedades registradas são de imigrantes, ocupando 25,2% da área arrolada. Os italianos ainda constituem maioria, seguidos pelos portugueses.

O imigrante e as cidades

Os imigrantes, além de se fixarem nas fazendas de café como mão-de-obra assalariada ou como pequenos proprietários, também se radicaram nas cidades, contribuindo de maneira decisiva não só para a urbanização do Estado, mas também para o processo de industrialização que se inicia praticamente a partir do momento em que para cá se dirigem as primeiras grandes levas de imigrantes. Como artesãos, operários, empresários, participam da industrialização de São Paulo. Já em 1920 se registram 64,2% dos estabelecimentos industriais existentes no Estado como sendo de imigrantes, e cerca de dois terços dos habitantes da cidade de São Paulo são formados por estrangeiros e seus descendentes.

A imigração em Minas Gerais: um prolongamento do caso paulista

Em Minas Gerais, onde a cultura do café apresentava grande desenvolvimento em fins do século passado, quis-se imitar o "sistema paulista" de atrair imigrantes. A partir de 1892 o Estado passou a subsidiar as passagens dos imigrantes que deviam resolver os problemas de mão-de-

obra dos fazendeiros de café. Mas, ao contrário do que acontecia em São Paulo, os imigrantes deviam, depois de instalados, reembolsar o Estado com dois terços dos gastos, além de os fazendeiros serem obrigados a se responsabilizar por uma parte das despesas. Em 1894, percebendo-se que esse sistema não dava resultado, e que assim não se poderia atrair imigrantes que preferiam São Paulo, o Governo resolve subsidiar inteiramente a passagem, além de criar em Gênova um escritório que devia promover a imigração de italianos para Minas Gerais. A imigração subsidiada, entretanto, só foi mantida até 1897, tendo sido introduzidos 51.259 imigrantes, dos quais 47.134 eram italianos. Esses imigrantes em sua maioria foram instalados em fazendas de café no sul do Estado. Segundo Felippo Grossi, havia, em 1911, instalados em Minas, ou em fazendas de café, ou em núcleos coloniais cerca de 150.000 imigrantes italianos.

Em Minas também se tentou criar alguns núcleos coloniais. Em 1911, por exemplo, existiam onze onde predominavam os italianos, aparecendo também alemães.

Ao que parece, num primeiro momento, enquanto a cultura cafeeira avançava em Minas, muitos imigrantes entrados em São Paulo se dirigiam para aquele Estado. Num segundo momento, quando os cafezais entraram em declínio, os imigrantes refluíam para São Paulo.

*

* *

A imigração e a pequena propriedade nos Estados sulinos

O sistema de colonização empregado durante a Primeira República é o herdado do Império. Os imigrantes eram instalados em núcleos coloniais de pequena propriedade formados em terras devolutas ou em áreas compradas especialmente para esse fim. Os núcleos coloniais podem ser oficiais, isto é, organizados pelos Governos Federal, Estadual e mesmo Municipal. Particulares e companhias também participavam desse processo, visando, é evidente, a lucros com a venda das parcelas aos imigrantes, além de obterem uma valorização das terras com a colonização das mesmas. Como no Império, o motivo principal que presidiu o processo de colonização é basicamente a ocupação de áreas escassamente povoadas, integrando-as economicamente ao Estado e garantindo sua posse efetiva, como aconteceu no Oeste de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, que, sendo áreas de fronteira, apresentavam também uma razão estratégica para seu povoamento.

Tanto nos núcleos coloniais oficiais, como nos particulares, a terra era vendida a prazo ou à vista em lotes de 20 ou 25 hectares, geralmente dispostos ao longo dos cursos de água paralelamente aos quais eram organizadas as vias de comunicação. Como já se disse, esperava-se criar com esse tipo de colonização um campesinato à européia e uma classe média que pudesse se opor ao latifundiário, já que para os defensores da pequena propriedade a grande era a responsável por muitos dos males que assolavam o país. Nessas pequenas propriedades, o imigrante devia dedicar-se principalmente à policultura, aparecendo, entretanto, conforme a área e a época uma especialização em determinada cultura que se prestava melhor para a comercialização. Ao lado das atividades agrárias, em geral, também aparece uma pequena criação de gado.

O processo de colonização do período que nos interessa e que devia promover a imigração, entretanto, apresenta algumas diferenças com o que se verificou durante o Império. Nas áreas novas, onde são fundados os núcleos coloniais, o imigrante recém-chegado encontra como concorrente o filho ou neto dos colonos mais antigos que tinham que procurar terras novas, já que as onde nasceram estavam saturadas. Já no Império esses fenômenos de colonização interna se estavam verificando em razão da grande prolificação das famílias e das condições inerentes à pequena propriedade que, para ser economicamente viável, não permitia subdivisões. As colônias criadas, por exemplo, no Rio Grande do Sul, nos vales de Ijuí e do Jacuí logo depois da Proclamação da República, contaram com imigrantes e descendentes de italianos e alemães procedentes das áreas de colonização mais antigas. Em Santa Catarina aconteceu o mesmo na área que a Sociedade de Colonização Hanseática abriu no Vale do Itajaí, para a qual recrutou não poucos colonos nas antigas áreas de colonização alemã e italiana. O oeste de Santa Catarina também contou com colonos descendentes dos antigos imigrantes instalados no Rio Grande do Sul ou no próprio Estado. Nesse Estado, por lei de 1895, equipararam-se os cidadãos brasileiros, ou seja, os descendentes dos primeiros colonos aos imigrantes recém-chegados quanto aos direitos e obrigações relativos às concessões de lotes.

O contato de imigrantes novos com colonos de procedência interna é duplamente vantajoso, uma vez que os primeiros trazem um equipamento técnico e cultural mais moderno e os segundos já contam com uma experiência em atividades agrícolas mais condizentes com a realidade do país. Esse fato talvez tenha tornado menos dramáticos os primeiros momentos em áreas novas de colonização.

Outro ponto a ser lembrado é que no período em questão maior número de nacionalidades fornece contingentes apreciáveis, como, por exemplo, russos, poloneses, holandeses, húngaros, romenos, ucranianos, bálticos etc. Também é mais difícil encontrar grandes áreas colonizadas com imigrantes de uma só nacionalidade, como aconteceu durante o Império com alemães e italianos, principalmente em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Embora pudesse ainda predominar uma nacionalidade, a maioria das áreas de colonização se apresenta menos homogênea, as várias etnias se interpenetrando, sem contar os colonos de procedência interna.

Apesar do otimismo que em geral cerca os empreendimentos ligados à criação de núcleos coloniais com a pequena propriedade, as dificuldades encontradas pelos imigrantes eram muitas e grandes. A propaganda do Governo e dos particulares interessados em colonizar certas áreas nem sempre correspondia à verdade, já que em geral apresentavam as condições de vida e de produção como excelentes. Principalmente nos primeiros tempos as dificuldades sempre se apresentaram muito grandes. As estradas eram péssimas e o afastamento de centros consumidores tornava, não raro, o escoamento da produção inviável. Além do mais, justiça, escola e igreja eram muitas vezes inacessíveis devido ao isolamento dos núcleos coloniais. Poucas áreas puderam contar com uma rede ferroviária que facilitasse os contatos.

Em algumas poucas áreas, como no noroeste do Rio Grande do Sul e no oeste de Santa Catarina e do Paraná, a estrada de ferro deu algum apoio à expansão dos núcleos coloniais. A falta de conhecimento das reais condições do país e das técnicas agrícolas a serem empregadas causou não poucos fracassos. Um exemplo seria o grupo menonita procedente dos campos do Volga, localizado no Vale do Itajaí nos fins da década de 1920. Os menonitas acreditavam poder continuar a ser plantadores de trigo, o que o relevo acidentado e as condições climáticas entretanto não permitiram. Muitos se retiraram para os campos do Rio Grande do Sul e do Paraná, onde puderam seguir suas atividades tradicionais, plantando trigo. A falta de recursos de muitos imigrantes tornava os primeiros tempos extremamente penosos, principalmente quando vinham atraídos por promessas mirabolantes. Instalados em meio à floresta, sem contarem com infra-estrutura viária e sem auxílio nenhum, não foram poucos os que abandonaram seu lote à procura de melhores condições nas cidades. Para ajudar o imigrante nos primeiros tempos em que ele ainda não podia contar com a produção de sua terra, o Governo do Rio Grande do Sul, em

alguns núcleos oficiais, assegurava-lhe o direito de nos primeiros meses trabalhar quinze dias por mês em obras públicas.

No período que nos interessa não foram poucos os imigrantes de origem urbana que aqui chegaram, recrutados entre o proletariado sem experiência agrícola. A Sociedade de Colonização Hanseática que possuía grande gleba no Vale do Itajaí, por exemplo, devido ao rigoroso controle que exercia em Hamburgo sobre o embarque de emigrantes, nunca conseguiu trazer o número de colonos que era previsto no contrato, tendo que recorrer a excedentes populacionais das áreas de colonização mais antiga. Não poucos núcleos, principalmente os organizados por companhias particulares, receberam imigrantes não aptos para o trabalho agrícola.

Naturalmente, onde havia condições boas, como mercados consumidores relativamente próximos, vias de comunicação e terras férteis, os imigrantes progrediam, criando uma paisagem característica em que se destaca a policultura, ao lado de uma pequena criação de gado. No início os colonos em geral se dedicam à agricultura de subsistência, vendendo os excedentes; com o tempo e conforme a área aparecem especializações em alguns produtos com fito especificamente comercial.

A não ser para São Paulo, as cifras referentes à corrente imigratória para os diversos Estados onde houve colonização digna de nota são bastante precárias. Nem em obras e artigos especializados, nem em relatórios de origem oficial se encontram dados quantitativos ou séries completas que resistem a uma crítica mais profunda. Nem uma obra tão exaustiva, como a de Jean Roche sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, consegue fornecer uma relação completa dos imigrantes dessa procedência entrados naquele Estado. Faltam, na realidade, levantamentos exaustivos em fontes primárias, fontes essas nem sempre de fácil acesso, para poder-se compor o quadro do volume que representou a corrente de imigração para os Estados em questão e verificar qual a verdadeira contribuição das várias nacionalidades envolvidas.

A imigração em Santa Catarina

Em Santa Catarina, a colonização praticamente só contou com a iniciativa das companhias particulares, já que o Estado não dispunha de meios suficientes para intervir no processo e atrair imigrantes. Só nos primeiros anos de República e no período posterior a 1907 a União subsidiou a viagem de certo número de imigrantes que se dirigiam para Santa Catarina. Em 1890, o Governo Federal criou no planalto o núcleo colonial de Lucena, atualmente Itaiópolis, em área que na ocasião pertencia ao Paraná, mas que depois da solução do problema do Contestado, na segunda década desse século, passou para a jurisdição

de Santa Catarina. Os primeiros colonos chegaram a Lucena em 1891, sendo a maioria formada por operários ingleses, além de alguns russos e poloneses. Mais tarde, foram encaminhados para essa colônia rutenos e descendentes de alemães estabelecidos em São Bento. Depois de longo período em que a imigração e colonização contaram somente com as atividades das companhias particulares, no fim da década de 1900, o Ministério da Agricultura volta a intervir criando três núcleos coloniais: Anitápolis, no Vale do Braço Norte, Esteves Júnior, no Município de Nova Trento, e Rio Branco, no Município de Joinville, nenhum apresentando especial sucesso.

As áreas de colonização abertas em Santa Catarina durante a Primeira República, embora visassem atrair imigrantes, tiveram que contar com migrações internas provenientes de áreas de colonização mais antigas, como de Blumenau ou Jonville ou mesmo do Rio Grande do Sul. As áreas de colonização mais antigas forneceram muitos colonos para os núcleos organizados no este de Santa Catarina depois que se iniciou a construção da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande do Sul na década de 1910. Apesar dessa intensa colonização interna, o Estado recebe imigrantes, mas nunca em número suficiente para atender a todos os projetos de colonização. Na área da Sociedade de Colonização Hanseática, que abrangia os vales do Rio Hercílio com centro em Hamonia, atualmente Ibirama, e do Rio Itapocu, se encontram em 1912 cerca de 73% de colonos de procedência interna, havendo, portanto, relativamente poucos estrangeiros. Em Blumenau, cujo município abrangia inclusive a área referente ao Vale do Rio Hercílio, entraram de 1883, ano em que se instala a primeira Câmara Municipal, até 1934, quando ocorrem desmembramentos para a criação de municípios novos, 20.733 imigrantes, sendo 11.856 alemães, 1.633 poloneses, 1.347 austríacos, 4.174 russos e 506 italianos. A população de Blumenau nesse último ano era de cerca de 80.000.

Para se ter uma idéia sobre a importância relativa dos colonos de origem interna, vale a pena referir que, segundo Max Tavares d'Amaral, entraram no Vale do Itajaí, entre 1903 e 1914, cerca de 1.600 imigrantes, na maioria alemães, e 500 colonos vindos de zonas de antiga colonização. De 1915 a 1918 foram introduzidos 1.100 colonos de procedência interna; de 1919 a 1922 um total de 783 imigrantes e 1.118 colonos internos; de 1923 a 1926, 2.781 imigrantes e 2.226 colonos de procedência interna e de 1927 a 1930 chegaram a essa área de Santa Catarina 1.663 imigrantes contra 560 colonos internos.

Foerster, em seu clássico livro, já citado, fala que havia, por volta de 1919, em Santa Catarina, 120.000 alemães e 30 a 42.000 italianos.

Já que não se encontram facilmente dados completos sobre o papel da imigração em Santa Catarina, pode-se ter uma idéia através das cifras dos recenseamentos de 1900 e 1920. Em 1900, Santa Catarina contava com 320.289 habitantes, dos quais 32.146 eram estrangeiros, perfazendo, portanto, cerca de 10,03% do total. Em 1920, a percentagem cai muito – 4,67% da população é estrangeira, ou seja, 31.243 imigrantes numa população de 668.743 habitantes. Entre os estrangeiros recenseados no último ano aparecem 10.758 alemães, 2.620 austríacos, 8.062 italianos, 3.065 poloneses, 2.065 russos, além de outras nacionalidades.

Inúmeras são as companhias de colonização que atuaram em Santa Catarina e que atraíram para seus empreendimentos imigrantes alemães, italianos, russos, ucranianos, poloneses e também colonos de procedência interna.

A Companhia Metropolitana introduziu em 1891 e 1892 cerca de 3.500 imigrantes, que foram instalados nas colônias de Nova Venézia e Antônio Olinto, criando ainda com os imigrantes chegados em 1891, a maioria italianos, Nova Treviso, Nova Beluno e Belvedere.

Dentre os empreendimentos ligados à imigração e colonização no Brasil se destacam, sem dúvida, os da Sociedade de Colonização Hanseática (Hansestische Kolonisationsgeselleschaft m.b.h.), fundada em 1897 em Hamburgo. A Sociedade Hanseática é a sucessora da Sociedade Colonizadora Hamburguesa de 1849, recebendo de sua predecessora a concessão de cerca de 600.000 hectares de terras devolutas em duas glebas, uma formando o hinterland de Blumenau e a outra o de Joinville. Trata-se dos vales dos Rio Itajaí do Norte ou Hercílio e do Itapocu. O centro da colonização no Rios Itajaí do Norte será Hamonia, atualmente Ibirama, e no Vale do Itapocu a colonização partindo de Joinville teve como centro Corupá, antigamente Hansa Humboldt. Apesar dos esforços da Sociedade Colonizadora, o número ideal de imigrantes para esse empreendimento nunca foi atingido, ainda mais que as autoridades alemãs se opunham a uma saída maior de 1.000 emigrantes por ano. As autoridades brasileiras tinham estipulado na concessão um máximo de 6.000 por ano, sendo que um terço devia ser formado por brasileiros. Nos primeiros anos se localizaram nessas áreas ou velhos imigrantes já há mais tempo no país, ou descendentes de primitivos imigrantes. Nem todos os colonos que foram dirigidos para essas terras aí ficaram. As condições nem sempre foram favoráveis e muitos dos imigrantes recrutados eram de origem urbana. Já em 1902 as finanças da Sociedade estavam abaladas, visto que as vendas de terras não atingiram o volume esperado.

Em 1912 havia em Itajaí-Hercílio, ou seja, Hamonia, atualmente Ibirama, Itapocu, São Bento e Piraí, os quatro núcleos organizados em terras da Sociedade Hanseática: 5.159 colonos, sendo 989 alemães, 199 procedentes da Áustria-Hungria, 127 russos, 27 suíços e 15 de outras nacionalidades. Havia um total de 3.802 nascidos na colônia ou "procedentes do Brasil", como falam as *Notas Estatísticas sobre a Colônia Hansa* de 1912. Vê-se que também essa Sociedade organizada na Alemanha, contando com apoio velado oficial e apresentando um plano ambicioso ao Governo catarinense, teve que recorrer ao recrutamento interno de colonos. Essa colonização responde, pois, muito mais à pressão demográfica das áreas de colonização mais antigas do que a uma corrente imigratória muito constante e forte. Em alguns momentos, devido a dificuldades financeiras, a Sociedade teve que suspender a introdução de imigrantes. No período posterior à guerra e principalmente na década de 1920, novas levas de imigrantes alemães, além de russos, poloneses etc., são introduzidas em suas terras. Em 1924 o contrato com o Governo catarinense foi rescindido, ficando a Sociedade apenas com as terras efetivamente medidas e pagas até 1909.

As terras no oeste de Santa Catarina começaram a ser divididas e colonizadas a partir da construção da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande do Sul, na década de 1910. Na área atravessada pela estrada de ferro agiu a Brazil Development and Colonization Company, que vendeu as glebas a companhias colonizadoras. Toda essa área do planalto catarinense contou, entretanto, muito mais com colonos de procedência interna, principalmente do Rio Grande do Sul, do que com imigrantes.

A imigração no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul foi, como já se mostrou, o único no Estado que conseguiu organizar a colonização depois que as terras devolutas e os serviços de colonização e imigração deixaram de ser da alçada do Governo Federal, já que dispunha de meios para intervir diretamente no processo. Os outros Estados só conseguiram continuar com a imigração e colonização graças ao interesse das companhias particulares. No dizer de Leo Waibel, o Rio Grande do Sul "imediatamente principiou a colonização numa escala que não foi ultrapassada por nenhum outro Estado do Brasil". De início, o Governo da União ainda subsidiava as passagens dos imigrantes, enquanto o Estado organizava a localização dos mesmos em núcleos coloniais. Em 1897, entretanto, como já foi referido, a União cessa qualquer atividade em favor da imigração, voltando somente em 1908 a apoiar o processo imigratório, subsidiando as passagens aos imigrantes, além de auxiliá-los na sua estada em

Porto Alegre e nos primeiros momentos nas colônias. Até a Primeira Guerra houve muitos incentivos para atrair imigrantes para o Rio Grande do Sul, sendo que em 1914 o Estado resolveu pôr um fim à imigração oficial, já que esse ano também marca o fim da existência de terras devolutas que pudessem ser aproveitadas para a colonização oficial. Além disso, o acordo feito entre a União e o Estado em 1908 e que previa o auxílio da primeira na promoção da imigração, foi rompido em 1914, em parte porque o Estado não estava satisfeito com a seleção dos imigrantes subvencionados e porque a União não cumpria a regularidade das quotas, mandando, em geral, mais que os quatro grupos de 100 imigrantes por mês estipulados. A afluência maior de imigrantes causava sérios transtornos na sua recepção em Porto Alegre e na sua instalação nas colônias.

Já em 1890 o Estado funda Ijuí e no ano seguinte Guarani no alto curso do Comandaí. Ambas as colônias, além de imigrantes poloneses, russos, italianos e alemães, receberam grande número de teuto-brasileiros, descendentes de imigrantes das áreas de S. Leopoldo e Santa Cruz, além de colonos luso-brasileiros.

Uma publicação comemorativa dos 100 anos de colonização alemã enumera as colônias fundadas até 1924: de 1890 a 1920 o Governo Federal instala 10 colônias; o Governo do Estado cria 16 colônias no espaço de tempo que vai de 1892 a 1918; em 1902 e 1918 aparecem respectivamente uma colônia municipal e as companhias criam 20, destacando-se os anos de 1897 com quatro, 1899 com cinco e 1912 com três. São ainda arroladas 73 colônias devidas à iniciativa particular, fundadas entre 1890 e 1922, merecendo destaque 1900 com sete colônias e 1908 com cinco. Todas essas colônias contaram, entretanto, principalmente com colonos de origem interna, como é o caso, por exemplo, das colônias do editor alemão Hermann Meyer & Companhia, que, em 1902, criou a colônia-modelo Neu Wuertenberg, atualmente Panambi, além de mais dois núcleos e que teve que recorrer a teuto-brasileiros, já que não conseguiu atrair número suficiente de alemães.

Embora devam ser olhados os números com bastante reserva, Henrique Dória de Vasconcelos, em artigo publicado em 1940, na *Revista de Imigração e Colonização*, relata que de 1891 a 1900 foram criadas no Rio Grande do Sul 17 colônias com 259.072 imigrantes; de 1901 a 1910 aparecem 21 núcleos coloniais com 262.116 imigrantes e de 1911 a 1920 o número de imigrantes foi de 202.424 e as colônias, 5.

Pelas cifras publicadas por Pesciolini, em *Le Colonie Italiane nel Brasile Meridionale*, teriam entrado no Rio Grande do Sul 69.677 imi-

grantes, sendo 29.227 italianos, nos anos entre 1890 e 1906. O ano em que mais imigrantes entraram seria o de 1891, com 20.739, sendo 9.440 italianos. Em 1890 teriam entrado 19.485 imigrantes, mas um número muito pequeno de italianos (2.701). Em compensação, em 1892, de 8.496 imigrantes, 7.525 seriam italianos. A Proclamação da República, a Abolição da Escravatura e o cumprimento dos últimos contratos feitos durante o Império para a introdução de imigrantes explicam o volume de imigrantes para esses primeiros anos da República.

Pelas fontes oficiais entraram no Rio Grande do Sul 119.853 imigrantes entre 1889 e 1914, sendo 39.059 italianos, o que corresponde a cerca de 32%.

Conforme as cifras publicadas por Jean Roche no seu livro *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul* teriam entrado, entre 1889 e 1914, 17.751 alemães e, de 1919 a 1930, 21.786. A partir de 1919 se verifica também uma saída apreciável de alemães pelo porto de Porto Alegre, diminuindo, assim, o coeficiente de fixação. Muitos também foram os poloneses que se dirigiram para esse Estado, sendo que uma fonte de 1892 fala em cerca de 10.000 poloneses que nos últimos dois anos se estabeleceram no interior do Rio Grande do Sul.

A preocupação do Governo em criar uma rede ferroviária relativamente extensa não só atraiu para o empreendimento de colonização particulares e companhias, além das imigrantes, como também garantiu o êxito da maioria das colônias.

Como já se disse, no Rio Grande do Sul, talvez mais do que em Santa Catarina, a colonização no período em apreço depende dos excedentes populacionais das zonas de colonização alemã e italiana mais antigas. O número de imigrantes entrados é realmente muito inferior à demanda criada pela fundação dos mais variados núcleos coloniais. Nenhum deles se pôde formar só com imigrantes, como aconteceu durante o Império. A própria legislação reflete o fato e assegura vantagens aos brasileiros, no caso, quase sempre descendentes de imigrantes. Assim, por exemplo, o Regulamento de 1922, que devia dirigir a colonização, apresenta uma cláusula pela qual se devia dar preferência aos nacionais na distribuição de lotes, os quais ainda teriam um abatimento de 20% no preço.

O imigrante no Paraná

O processo imigratório se apresenta no Paraná de maneira um pouco diferente do que no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Embora date de 1829 a instalação de alemães em Rio Negro, na ocasião fazendo parte da Província de São Paulo, a imigração em escala mais significativa só se processa já em fins do Império,

sendo que em 1890 não se destacam nesse Estado áreas de colonização com características tão definidas, impondo sua marca à paisagem, como nos outros dois Estados sulinos. Além do mais, dificilmente se encontram no Paraná áreas de colonização compacta com uma só etnia, como acontece com italianos e alemães em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. No Paraná, maior número de nacionalidades aparece relativamente mais forte, tais como russos, poloneses, ucranianos, holandeses, alemães e italianos. Tais grupos não formaram áreas de colonização muito homogênea, pois interpenetraram-se, apesar de cada um tentar preservar sua identidade cultural.

Pelas cifras compiladas por Romário Martins entraram, de 1890 a 1930, no Paraná, 80.672 imigrantes, sendo 1896 o ano em que mais imigrantes foram registrados (13.048). O fim do século e os primeiros anos do seguinte, acompanhando a tendência geral, apresentam uma redução acentuada de imigrantes, para haver um aumento depois de 1907, quando o Governo Federal volta a despender somas maiores nos serviços de imigração. De 1907 a 1914 registram-se 31.244 imigrantes. Distinguem-se, portanto, duas fases de imigração mais acentuada, ou seja, os primeiros anos após a Proclamação da República e os oito anos que precederam a Primeira Guerra Mundial.

Nos anos de 1891 e 1892, o Paraná recebeu pela primeira vez contingentes de imigrantes realmente apreciáveis. Os 11.835 imigrantes desses anos eram formados por 8.661 polacos-russos, 2.240 italianos, 253 alemães, além de outras nacionalidades. Esses imigrantes foram enviados principalmente para colônias federais na área de Palmeiras, Rio Negro, Ponta Grossa e União da Vitória. Em 1896, quando o Paraná recebeu o maior contingente de imigrantes, o Governo Federal criou a colônia de Prudentópolis, onde foram instalados 8.000 poloneses e ucranianos.

De 1907 a 1914, depois de um longo hiato em que o Governo Federal não interveio nem no processo de imigração, nem no de colonização, a União volta a intervir em ambos. Segundo Romário a Martins, é o período do "grande movimento colonizador conhecido pela denominação de 'novas colônias federais'". O Governo Federal fundou nesses anos 10 núcleos coloniais, aparecendo também alguns fundados por particulares ou pelo Estado.

A maioria das colônias fundadas nesse período apresenta grande heterogeneidade quanto à composição étnica. A Companhia de Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande do Sul criou, por exemplo, a colônia Nova Galícia em terras depois incorporadas a Santa Catarina, onde foram loca-

lizados 850 poloneses, 300 rutenos, 50 alemães, 20 suíços e 15 franceses. A mesma companhia criou ainda, em 1911, Carambeí, com holandeses e alemães que deviam iniciar a cultura do trigo. Apenas para citar mais um exemplo, Irati contava em 1910 com 410 alemães, 359 holandeses, 163 russos, 81 austríacos, 4 belgas, 3 suíços, 2 italianos, além de 135 nacionais.

Alemães do Volga, ucranianos, poloneses e outros se instalaram nos campos do Paraná. As maiores levas de ucranianos chegaram por volta de 1895-1896, quando se instalaram nos arredores de Curitiba cerca de 5.000. Nos primeiros anos da República também muitos poloneses se instalaram nos campos paranaenses. Poloneses e ucranianos também vieram, recrutados durante a década de 1910, para a construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. Ao contrário dos alemães, onde parecem ter predominado elementos de origem urbana, 95% dos poloneses eram agricultores, imprimindo, portanto, suas características à paisagem rural paranaense. Os menonitas, depois de perceberem que as terras que lhes foram atribuídas no Vale do Itajaí não se prestavam ao tipo de agricultura que queriam praticar, dirigiram-se em 1931 para os campos dos arredores de Curitiba.

A indefinição dos limites entre Santa Catarina e Paraná também se fez sentir na imigração, já que não raros imigrantes foram registrados como entrados num dos Estados, verificando-se, depois da solução de pendência dos limites em 1916, que estavam localizados no outro.

No fim do período que nos interessa, devido à marcha do café para o norte do Paraná entraram para essa área muitos imigrantes provenientes de São Paulo. No norte do Paraná, ainda depois de 1930, foram criados núcleos com imigrantes, como é o caso de Nova Dantzig, atual Cambé, e Rolândia, estabelecidos em 1932 com imigrantes alemães, sem esquecer as iniciativas de japoneses, como Assaí, fundada em 1931. Convém, entretanto, lembrar que a penetração no norte do Paraná, a partir de São Paulo, visava a escopos diferentes dos das outras áreas de colonização.

De qualquer maneira, o Paraná, no período que nos interessa, contou muito mais do que Santa Catarina e Rio Grande do Sul com imigrantes para seus programas de colonização. Colonos de origem interna, provenientes dos outros Estados sulinos, praticamente só começam a participar do processo de colonização a partir da década de 1920, dirigindo-se principalmente para o oeste e sudeste do Estado.

Imigrantes no Espírito Santo

Raríssimas as informações sobre a imigração no período que nos interessa para o Espírito Santo, onde durante o Império houve razoável colonização realizada por alemães e italianos.

O Espírito Santo para ampliar suas áreas povoadas teve que recorrer muito mais que Santa Catarina e Rio Grande do Sul aos descendentes desses primeiros imigrantes. Durante a Primeira República deve ter sido diminuto o número de imigrantes entrados, sendo que além de alemães e italianos, aparecem como terceiro grupo os poloneses. Pelos recenseamentos se percebe a pouca importância da corrente imigratória para esse Estado: em 1900 são arrolados 32.936 estrangeiros, enquanto em 1920 aparecem somente 20.109, o que pode significar que os imigrantes mortos durante o período em questão não foram substituídos por outros. Além de todas as dificuldades que os imigrantes tiveram que enfrentar devido ao isolamento, à ausência de vias de comunicação e de mercado consumidor, houve algumas tentativas, em 1894-1895, de criar colônias no Vale do Rio Doce, que redundaram num grande fracasso e que deram origem ao decreto de 20 de julho de 1895, em que o Governo da Itália proíbe o embarque de italianos para o Espírito Santo e que em 1897 ainda vigorava. Além do mais, as pequenas propriedades surgidas a partir de meados do século XIX dedicavam-se quase que exclusivamente à cultura do café, apresentando um quadro econômico nada lisonjeiro devido às sucessivas crises de superprodução, já que não se puderam constituir em grupo de pressão apreciável como os grandes fazendeiros de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

*

* *

Como já se fez referência, paralelamente, ao processo imigratório se desenvolve no país a participação de elemento nacional tanto no fornecimento de braços para a grande lavoura, como na colonização. No período que nos interessa, a participação do colono de procedência interna adquire real importância nos projetos de colonização, primeiro no Rio Grande do Sul, depois em Santa Catarina e, finalmente, na década de 1920, no Paraná. Nesta mesma década também se manifesta pela primeira vez, no caso de São Paulo, uma migração interna digna de nota. De 1923 a 1929 se dá uma entrada maciça de migrantes internos para as fazendas de São Paulo, sendo que em 1923 chegaram 14.578, para em 1928 se registrarem 55.431 e em 1929 cerca de 50.000 migrantes, cifras que equivalem, *grosso modo*, ao volume da imigração estrangeira. A vinda dessa mão-de-obra de origem interna era uma resposta aos apelos dos cafeicultores, sempre ansiosos em dispor de braços em abundância. Quando se fazem sentir na

cafeicultura os efeitos da crise de 1929, essa migração diminui muito, tanto é que em 1930 só se registra a entrada de 12.000 migrantes de procedência interna.

Como a intenção dos que promoveram a imigração, tanto para a fazenda de café como para o núcleo colonial, está basicamente ligada aos interesses rurais e agrários, o sucesso do imigrante num primeiro momento também se mede por esses padrões.

Em São Paulo a mobilidade horizontal e vertical é um traço marcante do imigrante instalado na frente pioneira altamente especializada na produção para o mercado internacional. Começando como assalariado, participando de um dos traços típicos da vida paulista, ou seja, a mobilidade horizontal à procura de melhores oportunidades em outra fazenda, o imigrante mede seu sucesso pela ascensão à condição de pequeno proprietário, pelo rápido abandono, portanto, da condição de braço assalariado.

Na área dos núcleos coloniais, seu sucesso se mede principalmente pela maior participação em seus trabalhos agrícolas de cultivo de produtos destinados à comercialização, acompanhada geralmente por uma especialização conforme a área. Exterioriza-se o sucesso num nível de vida melhor, onde uma moradia mais confortável, além de pomar, horta e jardim, ocupa lugar de destaque.

Como muitos imigrantes eram de origem urbana, o sucesso destes se medirá pelo abandono da vida agrária, para se estabelecerem em cidades participando das atividades comerciais ou industriais, seja como operários, seja num incipiente empresariado. Nas cidades, entretanto, nem todos terão oportunidades para participar realmente de um processo de ascensão social.

A emigração está ligada às rápidas mudanças ocorridas nos países de origem devidas à crescente urbanização e à industrialização. Nos países receptores os imigrantes atuarão decididamente nos dois setores, como é o caso de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nestes Estados, urbanização e industrialização sempre estão ligadas ao sucesso do imigrante nas atividades rurais.

Além das alterações na estrutura social, o imigrante é responsável pelas mudanças de valores e atitudes frente ao trabalho. E dentro deste contexto se valoriza também a família como unidade de trabalho e de produção.

Apesar de o sucesso e a mobilidade vertical serem o traço marcante da mentalidade do imigrante, nem todos tiveram sorte. Muitos e muitos fra-

cassaram na fazenda, no núcleo colonial e na cidade, engrossando as fileiras dos descontentes, desempregados ou subempregados, embora na memória tenham ficado as histórias dos Matarazzo e dos Francisco Schmidt, imigrantes ambos; empresário industrial, o primeiro, e agrário, o segundo.

CAPÍTULO IV

O PROLETARIADO INDUSTRIAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

DURANTE muito tempo se considerou sem relevância o estudo da classe operária na Primeira República. A intensificação dos estudos sobre industrialização, entretanto, tornou impossível deixar de lado esse tema. Mas é preciso ficar claro que essa preocupação só toma corpo a partir do momento em que a classe operária passa a ter algum significado para a coalizão no poder após 1930. Assim, a permissão das classes dominantes para que essa classe aceda à cena política será decisiva para tal mudança. Ao mesmo tempo, o período anterior a 1930 será considerado como uma época de trevas, e o movimento operário, que precedeu ao sindicalismo estatal, julgado como uma excrescência na história brasileira.

Cada vez que se enfrentou esse tema, foi necessário ultrapassar aquela visão redutora através do exame de temas habitualmente excluídos e de documentação relegada ao esquecimento. A melhor maneira parece ainda consistir em começar verificando quais foram os contornos concretos da classe operária através do exame de sua composição e da condição operária. A história do movimento operário tem de dar conta das dimensões contidas na industrialização: a estrutura industrial, a concentração da mão-de-obra, o perfil da exploração da força de trabalho e a atuação do Estado. Aparentemente, a violência organizada demarcou a política do Estado em relação aos operários durante a Primeira República. Mas a repressão não esgota a relação entre o Estado e a classe operária. Já nos anos 1910, o Estado começara a fazer aberturas em relação à classe operária e nos anos 1920 se tornaram mais freqüentes os ensaios de legislação trabalhista. Ao contrário do que fez crer a visão idealizada da Revolução de 1930, nem tudo nesse campo começou a partir dessa data.

Essa tentativa de romper os cortes convencionais e a visão serial, que considera cada etapa como um avanço qualitativo em relação à fase ante-

rior do exame da classe operária, contribui obrigatoriamente para uma nova periodização da história política. Ao mostrar que a aparente descontinuidade da evolução da classe operária no Brasil, é, na verdade, um esforço de ocultação da sua presença, criam-se condições para uma compreensão integrada das classes dominantes e das classes trabalhadoras. Nesse momento não será exagerado propor que o estudo da classe operária (condição operária e movimento operário) é a chave para o entendimento da transição da História do Brasil no início do século XX. Em outros termos, a classe operária é que condicionará os limites das opções das classes dominantes a partir de 1930. Mas para que isso aconteça será indispensável o ensaio de convivência forçada dos empresários com as novas classes trabalhadoras que emergem no final do século XIX nas cidades. Afinal, a industrialização e as relações que ela criou constituem uma novidade no contexto predominantemente agrário da época.

Entretanto, a tentativa de síntese de novos trabalhos sobre a existência social da classe operária e de suas manifestações no contexto do movimento operário, aqui feita, é ainda insatisfatória. A literatura específica sobre o período é exígua – se comparada com a de outros temas – e quase tudo resta por ser feito, apesar dos valiosos esforços de alguns estudiosos. Assim, esse ensaio se limitará em grande parte a incorporar contribuições recentes da pesquisa e indicar o estado atual da questão. A pretensão aqui é a de apresentar novas linhas de investigação e áreas para futuros estudos.[1]

Formação e composição

Nesse período terá especial significado, no que se poderia considerar como classe operária, a presença da mão-de-obra estrangeira composta pelos imigrantes europeus. Entre esses, os italianos eram preponderantes até 1902: de todos os italianos registrados como havendo entrado no Brasil de 1822 a 1930, cerca de 74% haviam imigrado antes de 1903. Deve ser levado em conta que, segundo as estatísticas italianas, durante 10 anos, de 1888 até 1897, mais italianos emigraram para o Brasil do que para qualquer outro país.[2] Depois dos italianos, em

---

[1] Este trabalho é resultado de um período que passei como *fellow* no Departamento de História, Yale University (novembro 1974—fevereiro 1975), graças ao apoio de Emília Viotti da Costa, de Richard Morse e de John Hall, Chefe daquele Departamento. Para o que contei com a ajuda da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Faz parte de um longo projeto de pesquisa sobre o tema, desenvolvido em colaboração com Michael Hall, da UNICAMP. Agradeço a Francisco Foot Hardman a cuidadosa revisão e as sugestões para a edição final do texto, do qual só eu sou responsável.

[2] Thomas Holloway, *Migration and Mobility: Immigrants as laborers and landowners in the coffee zone of São Paulo, Brazil, 1886-1934*, Ph. D. dissertation, University of Wisconsin, 1974, p. 184.

quantidade, se situavam os espanhóis e os portugueses. Ainda que esses dados se refiram à imigração como um todo, compreendendo aquela maioria de imigrantes que se dirigia para o trabalho rural, essa situação devia corresponder à estrutura da mão-de-obra industrial. Os italianos constituíam a maioria nos diversos ramos industriais do Estado de São Paulo; entre os portuários, os portugueses e espanhóis eram mais numerosos. Os escassos dados estatísticos e os depoimentos dos contemporâneos deixam claro que, dos anos 1890 até pelo menos 1920, os imigrantes estrangeiros e seus filhos, nascidos no Brasil, constituíam a maioria da classe operária urbana em São Paulo e Santos, e a maior parte do proletariado no Rio de Janeiro.[3] O que certamente constituirá uma característica fundamental para a compreensão de sua manifestação na sociedade do início do século. Conforme o recenseamento da cidade de São Paulo de 1893,[4] os estrangeiros contavam 71.468 numa população de 130.775 habitantes o que representava 54,5%. Considerando a mão-de-obra ocupada na indústria – o que compreende manufatureiros, artistas e transportes – os estrangeiros constituem 82,5%, conforme a tabela seguinte:

MÃO-DE-OBRA OCUPADA NA INDÚSTRIA (1893)
Cidade de São Paulo

	Nacionais A	*Estrangeiros* B	*Total*	*Percentagem* B/A
Manufatureiros	774	2.893	3.667	79%
Artistas	1.481	8.760	10.241	86%
Transportes	1.998	8.527	10.525	81%
Total	4.253	20.180	24.433	82,5%

FONTE: *Recenseamento de 1993.*

[3] Sheldon L. Maram, *The immigrant and the Brazilian labor movement 1890-1920*, manuscrito, Fullerton, Califórnia, Department of History, California State University, 1974, *passim*. Quero agradecer aqui a Shelly Maram a gentileza de me ter comunicado sua tese e dois trabalhos originais. Sua pesquisa constitui um avanço decisivo para o conhecimento concreto do movimento operário, especialmente no Rio de Janeiro.

[4] *Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cesário Motta Júnior, Secretário dos Negócios do interior do Estado de São Paulo pelo Diretor da Repartição de Estatística e do Archivo, Dr. Antonio de Toledo Piza, em 31 de julho de 1894*, Rio de Janeiro, 1894.

Em 1900, 92% dos operários industriais no Estado de São Paulo eram estrangeiros e 81% eram italianos.[5] Em 1912, no mesmo Estado, 80% dos operários têxteis eram estrangeiros, sendo que 65% eram italianos.[6] Em 1913, Antonio Piccarolo, um jornalista socialista de direita, calculava que 4/5 dos pedreiros da cidade de São Paulo eram italianos[7]. Ainda em 1915, mais de 10 anos após o encerramento do grande período de imigração italiana, um relatório do Departamento Estadual do Trabalho indica que os italianos constituíam a maior parte dos operários da cidade de São Paulo.[8] Segundo o recenseamento de 1920, os estrangeiros constituíam ainda 52% da população adulta da cidade de São Paulo.[9] Entre os 100.388 empregados na indústria – uma classificação ampla que incluía fábricas e pequenas oficinas – 51% de 13.914 eram imigrantes.[10]

A situação no Rio do Janeiro não era muito diversa. Segundo o censo de 1890, na Capital Federal, 39% dos 48.661 empregados na indústria eram estrangeiros. Nas atividades artesanais os estrangeiros compreendiam 40%; nos transportes por terra, 54%.[11] Mas esse recenseamento subestimava o número de estrangeiros na força de trabalho, o que contrasta com o grande número de imigrantes portugueses no período. Um outro fator que deve ter prejudicado esse recenseamento foram as diversas mudanças na legislação de nacionalização daquele período, que contribuíam para tornar indefinida a situação de estrangeiro, principalmente os portugueses. A mão-de-obra estrangeira já representava em 1907, cerca de 26% do número de operários industriais do antigo Distrito Federal, chegando a quase 50% em alguns importantes setores da indústria.[12] Conforme o censo de 1920 – que ocorre alguns anos depois do final da

---

[5] Brasil, Diretoria-Geral de Estatística, *Relatório...* 1908, p. 190.

[6] São Paulo, Departamento Estadual do Trabalho, "Condições do trabalho na indústria têxtil no Estado de São Paulo", *Boletim*, 1912, pp. 74-75.

[7] Antonio Piccarollo, O *Estado de S. Paulo*, 29-01-1913, p. 3, cit. Maram, *op. cit.*, p. 4.

[8] São Paulo, Departamento Estadual do Trabalho, "A crise geral e de trabalho", *Boletim*, 1915, p. 53.

[9] Brasil, Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920*, Rio de Janeiro, 1930, vol. IV, 5ª parte, tomo I, pp. 170-173.

[10] *Ibid.*, pp. 170-171.

[11] Brasil, Directoria-Geral de Estatística, *Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 1890. Distrito Federal*, pp. 418-419, 430-421, *cit.* Sheldon Maram, "Anarchists, Immigrants and the Brazilian Labor Movement, 1890-1920", manuscrito, p. 11.

[12] Directoria Geral de Estatística, *Boletim Commemorativo da Exposição Nacional*, 1908, Rio de Janeiro, Tipografia de Estatística, 1908, *cit.*, Anibal Villanova Villela e Wilson Suzigan, *Política de Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, p. 81.

grande imigração – as percentagens de imigrantes caem para 35,2% na indústria e 38,8% nos transportes, sendo que 53,2% nos transportes não-marítimos. Se forem levadas em conta as informações da imprensa operária da época, essas percentagens seriam inferiores à situação real da mão-de-obra imigrante em algumas fábricas; por exemplo, os têxteis na Gávea. O jornal *A Razão* acreditava em 1919 que os estrangeiros tinham a "predominância numérica" nas principais fábricas do Rio de Janeiro.[13]

Assim, como pode ser depreendido do conjunto de indicações relativas ao número de operários imigrantes, apesar das limitações e imprecisões das fontes, fica evidente um dado: ao se falar de classe operária no Brasil entre o final do século XIX e o final da Primeira República se faz referência a uma classe onde o imigrante estrangeiro é predominante. Esse dado terá conseqüências ao nível da consciência e da organização dos trabalhadores. Em torno desse dado é que se desenvolveu a maior parte das interpretações recentes da classe operária nesse período. Entretanto, esse fato não é em si um elemento explicativo, pois operários imigrantes, em outras situações semelhantes na América Latina, reagiram de maneira diferente e com resultados históricos distintos, como, por exemplo, na Argentina. Por essa razão, hoje, vários estudos tentam rever as expectativas e as críticas que foram colocadas em relação aos imigrantes: procura-se demonstrar que a tradição industrial, a sofisticação política e a experiência organizacional, de que se pretenderam fazer portadores os imigrantes que ingressaram nas indústrias de São Paulo, são visões próximas do mito.[14]

A análise da população industrial fica muito prejudicada pelos tipos de fontes disponíveis. Levando em conta como era incipiente a indústria da época, nos recenseamentos gerais de 1872 e de 1900 o que vem classificado como indústria são sobretudo as "artes e ofícios" em geral, como marceneiros, ferreiros, mecânicos, os trabalhos artesanais, e as indústrias caseiras.[15] O levantamento industrial feito pelo Centro Industrial do

---

[13] S. Maram, *op. cit.*, p. 10. Tais diferenças numéricas devem-se ao fato de se incluir ou não, na categoria de "estrangeiros", a nova geração de *filhos* dos operários imigrantes.

[14] Michael Hall, "Immigration and the early São Paulo working class", *Jahrbuch fur Geschicchte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, XV, 1975. Agradeço a Michael Hall as inúmeras sugestões para o presente texto. Seus trabalhos constituem referência indispensável para a revisão da história do trabalho industrial no período.

[15] Villela e Suzingan, *op. cit.*, p. 286. As fontes disponíveis para obter essas informações são: *Recenseamento Geral de 1872, Recenseamento de 1900, Recenseamento do Distrito Federal de 1906, Censo das Indústrias do Brasil de 1907, Recenseamento Geral de 1920.*

Brasil, incompleto, indicou, para 1907, 149.018 operários e 3.258 empresas.[16] O censo industrial de 1919, por sua vez, indica para 13.336 empresas, 275.512 trabalhadores empregados.[17]

A situação específica no Distrito Federal e no Estado de São Paulo era a seguinte:

ESTRUTURA INDUSTRIAL

Ano	*Número de empresas*	*Capital (contos)*	*Força motriz*	*Número de operários*
		Distrito Federal		
1907	662	167.120	22.279	34.850
1920	1.542	441.669	69.703	56.517
1929	1.937	641.661	–	93.525
		São Paulo		
1907	326	127.702	18.301	24.186
1920	4.145	537.817	94.099	83.998
1929	6.923	1.101.824	–	143.376

FONTES: *Le Brésil et ses richesses*, vol. II, p. 373; *Recenseamento de 1920*, vol. II, tomo II, pp. XXIX e vol. V, p. XXXVI; Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, *Brasil Atual*, Rio de Janeiro, 1930; Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, *Estatística Industrial*, São Paulo, 1930. Quadro elaborado por Sérgio Silva, "Sobre as origens da indústria no Brasil", XXVII Reunião anual da SBPC, Belo Horizonte, 9-16 de julho de 1975, p. 3.

Mas, além da indicação desses efetivos de trabalhadores nas indústrias, convém indicar igualmente como se delineava a concentração dessa mão-de-obra. O problema tem sido examinado recentemente quanto a suas repercussões na consolidação industrial. Entretanto, esse debate pode servir à melhor compreensão do movimento operário ao trazer uma

[16] Centro Industrial do Brasil, *Le Brésil et ses richesses*, vol. II, p. 373, *cit.* Sérgio Silva, "Sobre as origens da indústria no Brasil", comunicação apresentada à XXVII reunião da SBPC, Belo Horizonte, 1975, p. 3. Ver no volume anterior de O *Brasil Republicano*, no trabalho de Warren Dean, "A industrialização durante a República Velha", pp. 249-283, maiores informações sobre a estrutura industrial e os reparos sobre o censo industrial de 1907, p. 258

[17] *Recenseamento do Brasil*, 1920, vol. V, pp. XXII e XXIII.

noção mais concreta do tamanho dos estabelecimentos industriais onde atuavam os militantes sindicais. A presente discussão tenta rever a questão da importância das pequenas empresas na indústria nascente. Ainda que as pequenas empresas representassem uma grande percentagem do número total das empresas industriais, o que lhes cabia, em valor da produção, capital empregado e número de operários, era muito fraco. Uma análise dos dados do Centro Industrial do Brasil, em 1907, indicaria o importante papel ocupado na indústria por um pequeno número de grandes empresas.[18] A indústria brasileira nascente não seria mais caracterizada somente por uma massa de pequenos e médios estabelecimentos, de tipo artesanal ou manufatureiro. A esse quadro deveria ser agregado o dado que a produção da indústria nascente era fundamentalmente proveniente de um pequeno número de fábricas relativamente importantes, especialmente as de fiação e tecelagem.[19] O argumento desenvolvido se torna, entretanto, problemático se for lembrada a exclusão sistemática das pequenas empresas do censo de 1907. Essa questão do tamanho das empresas é essencial para se recuperarem os limites da organização do movimento operário. Por outro lado, essa complicação das noções estabelecidas contribui para modificar as expectativas e as altas exigências que foram colocadas em relação à classe operária no Brasil, sem nenhuma preocupação comparativa com a prática das classes operárias em outros países. Na imagem exclusivamente artesanal que se pretendeu conferir à indústria no período não deixa de ser surpreendente constatar que as maiores empresas de São Paulo – aquelas que produziam mais de 5.000 contos em 1919 – compreendiam 0,8% do número de estabelecimentos e empregavam 31,5% do total dos operários. No resto do país essas grandes empresas totalizavam pouco menos de 0,7% do total de estabelecimentos e empregavam 21,9% dos operários.[20]

Fica também claro que no mesmo período, no Brasil, as empresas com mais de 100 operários compreendiam 69,7% da mão-de-obra industrial, apesar de somente abranger 3,5% dos estabelecimentos. Ainda que

---

[18] Valemo-nos aqui de Sérgio Silva, *Le café et l'industrie au Brésil, 1880-1930*, mémoire pour le diplôme de l'École Pratique des Hautes Études, VI Section: sciences économiques et sociales, p. 90.

[19] Silva, *ibid.*, p. 111.

[20] Wilson Cano, *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*, tese de doutoramento, Campinas, IFCH, UNICAMP, 1975, vol. II, p. 216. Utilizamos aqui largamente as precursoras sugestões de Wilson Cano a respeito da compreensão da evolução dos salários no período, tema habitualmente deixado de lado pelos estudiosos.

57,3% dos estabelecimentos paulistas somente empreguem até 4 operários, esses mesmos estabelecimentos somente totalizam, no Estado de São Paulo, apenas 6,4% dos operários ocupados: a maioria absoluta, portanto, de operários trabalhava em fábricas razoavelmente grandes, apesar da existência de um setor majoritário de pequenas empresas.

Mas, a relação entre tipo de indústria e consciência operária não está muito clara: a organização e a militância parecem ocorrer indiferentemente, tanto em fábricas como em oficinas. O que intriga na situação paulista (ou carioca) é a caracterização de uma camada importante cujos membros, literalmente, pudessem ser considerados como artesãos. Tudo indica que os trabalhadores das oficinas dessa época tinham a mesma experiência prévia (imigração e trabalho rural) que os "operários" das grandes empresas.[21]

A questão dos níveis salariais interessa de perto ao estudo do movimento operário, levando-se em conta as correlações que habitualmente se tendem a estabelecer entre níveis de remuneração da mão-de-obra e as manifestações da classe operária. Antes mesmo de mostrar as dificuldades dessas correlações é preciso ter em conta as limitações dos indicadores usualmente utilizados pelos estatísticos (como salários, custo de vida e desemprego). Nem sempre através deles é possível detectar como as flutuações econômicas afetaram a classe operária, por exemplo. Em contrapartida, é preciso não esquecer que os primeiros passos de organização sindical, na Ásia, por exemplo, se deveram ao descompasso entre salários e preços no período da Primeira Guerra Mundial.[22] Além desse aspecto, durante a Primeira República, houve oscilações no caráter das manifestações operárias. Desconhece-se ainda como e por que razão novas formas de conflito surgiram.[23] Na realidade, o caso paulista é complexo por ser uma fase de transição de um período para outro. Assim, a greve de 1917 mostra muitas características das greves de fome, acontecendo numa fase de inflação e crise econômica, que geram uma situação desesperadora. Entretanto, dez anos antes, uma parcela significativa da classe operária,

---

[21] Mais relevante, talvez, nessa questão, seja a tendência, a se verificar, da presença indistinta de operários qualificados e não-qualificados (divisão mais real), tanto em fábricas quanto em oficinas.

[22] Eric Hobsbawm, "Economic fluctuations and some social movements since 1800", *in* E. J. Hobsbawm, *Labouring men*, New York, Basic Books, 1964, pp. 126-157, *passim.*

[23] Charles Tilly, "The Changing Place of Collective Violence", p. 117, *in* Peter N. Stearns and Daniel J. Walkowitz, *Workers in the Industrial Revolution*, New Brunswick, Transaction, 1974.

em 1907, entrou em greve pelo padrão moderno (greve pelas oito horas) quando a situação econômica estava em expansão e a situação operária, forte. No caso brasileiro, habitualmente, é aceito que as greves de 1917 e 1919 se deveram à exportação de gêneros alimentícios básicos para os países aliados, com a conseqüente elevação dos preços nacionais.[24] Talvez seja conveniente, em vez de considerar a eclosão de greves como uma conseqüência direta de um fator, situá-la em relação à estrutura da economia e à fase particular de transformação econômica na qual ela ocorre. Em outras sociedades, como a Inglaterra, foi constatado que o movimento operário se intensifica quando existem condições favoráveis à barganha, que nem sempre coincidem com aqueles períodos em que as condições de exploração de mão-de-obra são mais intensas. Pensamos que seja conveniente reter a proposta de Hobsbawm, no sentido de levar em conta que o processo industrial nos séculos XIX e XX tende a criar situações explosivas, isto é, acumulação de material inflamável, mas que somente explodem periodicamente, como se estivessem sob compressão. O que obriga necessariamente a ter em conta as três fases principais que caracterizam a economia no período, inclusive a brasileira: a transição para a industrialização, livre concorrência clássica e formas modernas de Estado e de capitalismo corporativista. Somente a análise individual pode revelar a combinação específica das tensões que desencadeiam uma "explosão": nem sempre as tentativas de descobrir a mesma combinação são bem-sucedidas.

Graças à intensificação dos fluxos migratórios para São Paulo, a questão do suprimento da mão-de-obra e dos níveis salariais não parece ter oferecido grandes dificuldades para os empresários. Tendo o complexo cafeeiro resolvido o problema do suprimento da mão-de-obra para sua expansão, quase que automaticamente fica resolvido o problema da demanda de mão-de-obra pela indústria.[25] De 1898 até 1907, ocorre o êxodo rural, conseqüência da crise cafeeira e, daí, até 1910, com a diminuição do plantio, diminuíram mais ainda as pressões sobre o mercado de trabalho. Além disso, o fluxo imigratório e o crescimento demográfico impediriam um bloqueio desse suprimento. No início do século, em 1901, há um grande número de crianças de 9 a 11 anos, trabalhando dia e noite. Constata-se, inclusive, o número considerável de crianças de 5 anos em fábricas de São Paulo. Os menores de 18 anos provavelmente constituíam

[24] Dean, *op. cit.*, pp. 277-278.

[25] Cano, *op. cit.*, p. 122.

a metade do número total dos operários industriais: entre esses, 8% eram menores de 14 anos.[26] De 160 empresas relacionadas, totalizando 13.700 trabalhadores empregados, 36 entre elas fornecem informações pormenorizadas, abrangendo 4.936 trabalhadores: 3.291 homens (67%), 943 mulheres (19%) e 702 crianças (12%).[27] Alguns anos depois, relatórios de fiscais e inspetores industriais encontrarão nas indústrias Matarazzo máquinas especialmente adaptadas para os trabalhos de crianças: "para o trabalho de menores as máquinas são de tamanho reduzido".[28] Naturalmente, uma sofisticação indispensável, visto que 32% dos operários da fábrica Mariângela (Matarazzo) – 612 menores em 1.913 operários – eram menores de 16 anos, trabalhando 13 horas diárias. O censo de 1919 também constata uma grande percentagem de trabalho feminino (33,7% da ocupação operária) em São Paulo, maior proporção do que aquela registrada em outros Estados do Sul e no Rio de Janeiro (menos de 30%).[29] A participação de menores apontada pelo recenseamento de 1920 parece ser bem menor do que a realidade: foram apontados somente 8,7% de menores de 14 anos no total das indústrias recenseadas, sendo os índices maiores no Nordeste com 9,5%, no Leste com 9,4%, em São Paulo com 7,7% e no Sul com 7,4%.[30]

Essa presença de crianças e de mulheres contribuía para ampliar ainda mais a mão-de-obra e pressionava o nível de salários do homem adulto para baixo. As poucas informações acessíveis deixam claro que muito poucos operários adultos conseguiam ganhar o suficiente para prover as necessidades básicas de suas famílias: tudo indica que o poder real de compra do operário em 1919 era menor do que no início da República.[31]

Ainda em 1920, no total da mão-de-obra considerada como industrial, compreendendo 1.501.322 trabalhadores, 40,8% eram constituídos por mulheres e menores; a mesma relação atingia, na cidade de São Paulo, 43,1%, e no Distrito Federal 35%, como indica o quadro seguinte:

---

[26] Antônio Francisco Bandeira Júnior, *A indústria no Estado de São Paulo*, 1901, *cit.*, Victor P. de Barros Leonardi, "Efeitos sociais da Primeira Industrialização no Brasil", *in História do Século XX*, SP, Abril Cultural, 1974, cap. 33, p. 1.014.

[27] Bandeira Jr., *ibid.*, p. XIII. Ver também Michael Hall, "Emigrazione Italiana a San Paolo tra 1880 e 1920", *Quaderni Storici*, 25 (Gennaio-Aprile 1974), pp. 138-159.

[28] São Paulo, Departamento Estadual do Trabalho, "Condições do trabalho na indústria têxtil no Estado de São Paulo", *Boletim*, vol. I, 1912, p. 45.

[29] Villela. *op. cit.*, p. 294.

[30] Cano, *op. cit.*, p. 122.

[31] Sheldon Maram, *Anarchists, Immigrants and the Brazilian Labor Movement. 1890-1920* Ph. D. dissertation, University of California, Sta. Barbara, 1972, p. 148.

TRABALHADORES NA INDÚSTRIA EM 1920
(contingentes segundo sexo e idade)

Mulheres	*Homens menores*	*Mulheres menores*	*B + C*	*A+B*	*Pop. ind. Total*
A	B	C			
(Brasil)					
429.752	183.876	106.209	290.085	613.628	1.501.322
28,6%	12%	7%	19,3%	40,8%	
(Cidade de São Paulo)					
30.042	19.630	14.263	33.893	49.672	115.190
26%	17%	12%	29,4%	43,1%	
(Distrito Federal)					
42.489	28.047	12.102	40.149	70.536	119.756
21,2%	14%	6%	20%	35%	

FONTE: *Recenseamento de 1920* (demográfico). As percentagens são expressas em relação à população industrial total.

Conforme se pode depreender de um estudo publicado nos anos de 1930 por Roberto Simonsen, o custo de vida era 16% mais alto em 1916 do que em 1914, enquanto que os salários teriam subido somente 1%. S. Maram aponta que essas percentagens são inferiores à situação real, porque o estudo comparou salários industriais em São Paulo, com amostragem de despesas de famílias com maiores rendas: os custos alimentares, onde a inflação tinha maiores repercussões, consumiam proporcionalmente uma parte maior dos salários de uma família operária.[32] A guerra de 1914 a 1918 provocara uma alta dos preços de exportação e dos alimentos no Rio de Janeiro, por exemplo. Os preços dos gêneros de consumo importados experimentaram uma forte ascensão, pela falta de transportes e das dificuldades de exportação dos países envolvidos no conflito. Além disso, os preços dos alimentos produzidos no Brasil sofreram o reflexo do aumento da demanda externa e os produtos exclusivos de consumo interno tenderam a substituir os de importação, o que afetou seu nível de

[32] *Ibid.*, pp. 150-151.

preços.[33] Assim, nessa fase da Primeira Guerra Mundial, os preços de alimentação subiram intensamente e os salários baixaram, o que permitiu à indústria se beneficiar do baixo custo da mão-de-obra. Os operários das fábricas foram afetados pelo declínio dos salários ou receberam um aumento insuficiente para compensar a queda do poder aquisitivo[34]. O descompasso entre o salário e o custo de vida se acentua no período posterior à guerra: entre 1914 e 1919 o custo de vida sobe 48%, enquanto que os salários sofrem um aumento de 23%:

CUSTO DE VIDA E ÍNDICES DE SALÁRIOS, 1914-1921

Ano	*Custo de vida*	*Salários*	*Ano*	*Custo de vida*	*Salários*
1914	100	100	1918	144	117
1915	108	100	1919	148	123
1916	116	101	1920	163	146
1917	128	107	1921	167	158

FONTE: Roberto Simonsen, *A Revolução Industrial do Brasil*, São Paulo, 1939, pp. 36-37, quadro seguinte ao texto. Foram eliminadas as frações decimais. Quadro apresentado *in* Sheldon Maram, *Anarchists, Immigrants and the Brazilian Labor Movement, 1890-1920*. Ph. D. dissertation, University of California, Sta Barbara, 1972.

Em 1917, quando os operários têxteis obtêm, depois de uma greve, um aumento de 10%, esse era o primeiro que ocorria em 10 anos. Nesse sentido, o salário de um operário têxtil era somente 27 a 30% mais alto do que fora o em 1909.[35]

A manutenção dos salários em baixos níveis, conforme demonstra Wilson Cano, pode ser compreendida se levar-se em conta que seus níveis eram determinados pela taxa de acumulação cafeeira. Quanto mais acentuada a baixa dos salários rurais (o que sempre ocorria com a deterioração dos preços do café), com limite no nível de subsistência, melhor para a atividade urbano-industrial. Nessas condições, ela poderia passar a contar

[33] Eulália Maria Lahmeyer Lobo *et al*, "Estudo das categorias sócio-profissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930", *Revista Brasileira de Economia*, vol. 27, nº 4, out.-dez, 1973, p. 169.

[34] *Ibid*, p. 171.

[35] *A Razão*, 29 de junho de 1919, p. 5; *Correio da Manhã*, 2 de março de 1900, p. 1. *Recenseamento do Brasil*, 1920, vol. V, nº 2, XI, *cit*., Maram tese, p. 154.

om um reforço para o suprimento de mão-de-obra - através do êxodo
ural – ao mesmo tempo em que poderia comprimir, para baixo, ou pelo
nenos manter as taxas de salários urbanos.[36] Enquanto a indústria de São
aulo não atingisse um volume mais importante do que aquele constatado
io final dos anos 1920 – e enquanto sua estrutura produtiva fosse marca-
la por indústrias simples – não haveria maiores pressões no mercado de
rabalho, em termos de quantidade de trabalhadores ou de qualificação
la mão-de-obra. Somando-se a este dado a oferta abundante de trabalho
imigração subsidiada) e a ausência de legislação trabalhista efetiva, com
emprego de mulheres e menores em larga escala, a indústria paulista
eve condições de operar com níveis baixos de salários. Wilson Cano mos-
rou que, apesar de São Paulo liderar o crescimento industrial em 1919, o
alário médio dos operários paulistas (homens adultos), em vários setores,
ra inferior àqueles pagos em Estados do Sul, do Norte e no Distrito Fede-
al. As diferenças entre os salários dos homens e das mulheres, em São
aulo, eram menores do que em outros Estados. Na indústria têxtil, por
xemplo, as mulheres recebiam 19% a menos que os homens, em São Pau-
o; 23% a menos, no Distrito Federal; 29% a menos, no Estado do Rio de
aneiro; 42% a menos, no Rio Grande do Sul e no Nordeste. Esse fato
epresenta um barateamento da força de trabalho, "uma vez que a menor
liferença relativa dos salários masculinos e femininos amplia o emprego
eminino, rebaixando assim o salário médio total. Com menor diferença
elativa, o mesmo fenômeno ocorria com os salários dos menores".[37]

A esses baixos níveis de remuneração, para que se complete a visão da
lasse operária do período, acrescente-se a ausência de legislação traba-
hista: dentro de cada empresa reinava o regulamento de fábrica. A disci-
lina era rigorosa, não só quanto aos horários e cadências: erros sem
mportância acarretavam multas, tão freqüentes, que certos operários che-
avam a perder um terço de seus salários.[38] Ao lado disso, havia castigos
orporais para os meninos e aprendizes: "(...) assistimos ontem à entrada
le cerca de 60 pequenos às 19h na sua fábrica da Moóca. Essas crianças,
ntrando àquela hora, saem às 6 da manhã. Trabalham, pois, 11 horas a
io, em serviço noturno, apenas com um descanso de 20 minutos à meia-
ioite! O pior é que elas se queixam de que são espancadas pelo mestre de
iação. Muitas nos mostraram equimoses nos braços e nas costas. Algu-

[36] Cano, *op. cit.*, p. 123.
[37] *Ibid.*, p. 123.
[38] Leonardi, *op. cit.*, p. 1.014.

mas apresentam mesmo ferimentos produzidos com uma manivela. Uma há com as orelhas feridas por continuados e violentos puxões. Trata-se de crianças de 12, 13 e 14 anos."[39] Em muitas empresas, quando fosse julgado necessário, não era concedido o descanso semanal. Não havia férias ou descanso semanal remunerado, nem direito a licença remunerada para tratamento de saúde. Por volta de 1900, nas indústrias têxteis, trabalhava-se 14 horas diárias; em 1911, de 10 a 12 horas. Na fábrica Mariângela, parte do complexo industrial Matarazzo, operários em 1907 trabalhavam das 5 da manhã às 10 da noite sem interrupção. Na tecelagem Sant'Anna, do conde Álvares Penteado, os operários trabalhavam 14 horas por dia, no começo do século..[40] Havia ainda a total colaboração entre os empresários e as forças de repressão, o que tornava possível a manutenção desses regulamentos de fábricas, apesar das freqüentes manifestações e protestos operários, como veremos mais adiante.

Anarquismo, imigrantes, congressos, greves

O anarquismo, considerado como um movimento, nascera com a Primeira Internacional (1864-1876), na Europa. Até a Primeira Guerra Mundial, nas suas diferentes formas, será uma das principais forças do movimento operário internacional.[41] No Brasil haverá núcleos anarquistas, de diversa orientação, a partir de pelo menos 1890, compostos em sua maioria de imigrantes e seus descendentes. Esses serão responsáveis pela publicação de inúmeros jornais, como L'Avvenire (São Paulo, 1894), em italiano e português, *Il Risveglio* (São Paulo, 1898), *Il Diritto* (Curitiba, Paraná, 1899), *L' Asino Umano* (São Paulo, 1893), *Il Diritto* (Rio de Janeiro, 1895-1899) e *L'Operario* (São Paulo, 1896).[42] Além de anarquistas italianos, os imigrantes espanhóis e portugueses também contribuíram para a circulação dessas idéias. Enquanto que na Europa o anarquismo se isola progressivamente do movimento operário a partir de 1880, no Brasil o anarco-sindicalismo constituirá a corrente mais importante do movimento operário durante quase 30 anos.[43]

[39] O *Estado de S. Paulo,* 5 de dezembro de 1971, p. 10, *cit.* Leonardo, *ibid.*, p. 1.014.

[40] Leonardi, *ibid.*, p. 1.014; *A Terra Livre* (São Paulo) 23 de fevereiro de 1907, p. 1, *cit.* Maram, *tese*, p. 154.

[41] Ver a esse respeito Rudolf de Jong, 'Some remarks on the libertarian conception of revolutionary social change", texto apresentado à Conferência sobre História e Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP, Campinas, 26-30 de maio de 1975.

[42] Edgar Rodrigues, *Socialismo e Sindicalismo no Brasil,* Rio, Laemmert, 1969, p. 64.

[43] Victor Leonardi, *Origines Historiques du Syndicalisme Brésilien (1858-1908).* Memoire de Maitrise, Université de Paris, 1973, 152 pp.

O desprezo que a historiografia habitualmente dedicou ao tema faz com que se confundam sob a denominação de anarquismo inúmeras correntes (como o anarquismo libertário e o anarco-sindicalismo).[44] O anarco-sindicalismo, muito influenciado pela doutrina e pela prática do sindicalismo francês, sublinhava a importância dos sindicatos, que deveriam liderar a luta contra o Estado e formar a base da nova sociedade a ser criada. O anarcossindicalismo enfatizava a luta econômica em oposição à luta política da classe operária. Acreditava que as associações e os sindicatos poderiam ter dois objetivos. Primeiro, servir como entidades fundamentais para a luta pela melhoria das condições de vida do operariado e pela emancipação social.[45] Ao mesmo tempo, julga que esses sindicatos podem ser considerados as bases de uma nova organização econômica da sociedade, depois da vitória da revolução, na qual a greve desempenha um papel fundamental. Os anarcossindicalistas pretendiam abolir o Estado e organizar as atividades da sociedade através dos sindicatos. Opondo-se às associações mutualistas e às cooperativas, os anarcossindicalistas se lançaram à criação das sociedades de resistência que precederam os sindicatos. Essas sociedades, no princípio do século, tomariam características sindicais muito nítidas e se tornariam os primeiros sindicatos brasileiros.[46] As greves eram consideradas como um "exercício revolucionário", devendo culminar na greve geral revolucionária. A ação direta era a sua estratégia básica, e qualquer cooperação com a política eleitoral ou parlamentar (que era um tema de interesse quase nulo na época) era rejeitada. Entretanto, é preciso levar em conta que alguns pequenos grupos anarquistas continuaram a atacar o anarcossindicalismo, como reformista e não-revolucionário (como nos jornais *La Battaglia*, *La Barricata* e *Guerra Sociale*).

As explicações tradicionalmente apresentadas, para explicar a predominância do anarcossindicalismo no movimento operário brasileiro, geralmente se reduzem à origem européia dos primeiros militantes. Ao contrário dos movimentos socialistas ou reformistas – que insistiam na integração do imigrante e na aceitação da cidadania brasileira – os anar-

---

[44] Para um aprofundamento do estudo do anarquismo remetemos o leitor às teses de Sheldon Maram e à de Boris Fausto, *O Trabalhador urbano e o conflito social na república oligárquica (1890-1920)*, tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975

[45] Seguimos aqui a definição apresentada por D. Novak, "The place of anarchism in the history of political thought", *in* Leonard I. Kriemerman and Lewis Perry, *Patterns of Anarchy* New York Anchor Books, 1966, p. 10.

[46] Leonardi, *tese*, p. 115.

quistas não faziam essas exigências. Havia uma forte ênfase no internacionalismo, que estaria presente mais tarde, inclusive no Partido Comunista do Brasil. O nacionalismo e a participação no processo eleitoral eram recusados. Até 1920, somente 6.441 entre os 44.374 estrangeiros das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro tinham adotado a cidadania brasileira.[47] Os anarcossindicalistas brasileiros se sentiam como parte de um movimento internacional e procuravam desenvolver laços de solidariedade com os movimentos operários da Espanha, Itália e Portugal. Os anarquistas foram capazes de apresentar líderes que eram verdadeiramente operários, o que não acontecia com os movimentos reformistas cujos líderes provinham geralmente das classes médias.[48] Além disso, diante do fechamento das classes dominantes a qualquer modificação fundamental de sua política em relação às classes trabalhadoras, tornava-se implausível qualquer proposta reformista no interior do sistema político. Para a revisão da noção tradicional da inadaptação do anarcossindicalismo na sociedade brasileira, é preciso ter em conta que certos fatores (como as características da estrutura interna da classe, suas divisões e dificuldades na consolidação de laços de solidariedade duradouros) marcaram o desempenho do movimento operário, fatores esses que teriam, certamente, colocado enormes obstáculos a qualquer estratégia. As mesmas dificuldades farão com que os êxitos do Partido Comunista, com uma estratégia radicalmente distinta, não sejam maiores – pelo menos durante a Primeira República.

Em trabalhos anteriores já tínhamos criticado a visão que apresentou o anarquismo e o anarcossindicalismo como "inadequados" ao movimento operário brasileiro. Para que essa crítica se torne mais consistente, é preciso aprofundar o conhecimento da existência real da classe operária imigrante e ampliar o estudo do movimento anarco-sindicalista. Para tanto, o movimento operário brasileiro não deve ser comparado com o que ele poderia ter sido (e não foi), mas sim como o que foi a experiência do movimento anarcossindicalista em outros contextos internacionais e, especialmente, latino-americanos. Não seria demais lembrar que a presença dos imigrantes e dos anarcossindicalistas no Brasil não constituía nada de específico em relação a processos de industrialização de outros países – a não ser no largo recrutamento das lideranças entre os imigrantes.

Mesmo assim, não é absolutamente pacífico que todos os militantes anarquistas e de outras correntes fossem imigrantes. Já em 1906, um jornal

[47] Maram, "Anarchists...", p. 11

[48] Maram, *ibid.*, p. 10.

chamava a atenção para o fato de que a predominância dos "estrangeiros" no movimento operário ocorria simplesmente porque o proletariado na sua maioria era estrangeiro. Entretanto, mesmo entre os operários militantes, os nativos eram proporcionalmente mais numerosos e haviam constituído a maioria dos últimos congressos operários.[49] No ano de 1919, numa campanha de deportações e repressão contra os operários "estrangeiros", outro jornal enfatizava que muitos dos líderes anarquistas eram brasileiros de nascimento e muitos daqueles que não o eram haviam chegado ao Brasil ainda quando crianças.[50] Por isso, é necessário rever a avaliação dos efeitos da imigração sobre a organização operária.

A avaliação de influência real do anarcossindicalismo na classe operária coloca inúmeros problemas. Os sindicatos eram precários e nunca abrangeram mais do que uma pequena percentagem da classe operária – nem todos os sindicatos eram anarcossindicalistas. Certamente, os anarcossindicalistas nunca pretenderam liderar a classe operária em São Paulo e é intricado ver muito da sua influência no comportamento concreto da classe, nas greves, por exemplo. Mesmo em 1917, quando inúmeros anarcossindicalistas ocupavam posições preeminentes nas chamadas lideranças da greve, as exigências tomaram forma mais de reivindicações exigindo que o Estado desempenhasse seu papel do que luta para sua destruição.

Os operários eram pouco enquadrados por seus sindicatos. A não ser nos períodos de atividade grevista, poucos assistiam aos comícios.[51] Por outro lado, as bases da sindicalização permanente eram fracas. As lideranças operárias conseguiram atingir certos setores de operários qualificados, os operários da construção civil e os de transportes terrestres e marítimos. Mas os operários fabris do Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente os têxteis, constituídos em grande parte por mulheres e crianças, naturalmente ofereciam dificuldades para serem organizados.

Ao se tentar determinar a força do sindicalismo revolucionário nesse período, deve ser levado em conta que os sindicatos raramente publicavam os números totais de seus membros e, por causa da repressão, não conservavam arquivos. Em maio de 1917, o jornal *Correio da Manhã* estimava que a Federação do Trabalho contasse com 30.000 membros.[52] O Centro Cosmopolita, calculado como tendo na época 6.000 aderentes, não fazia parte da Federação. Aquele total de 30.000 não incluía a maior

---

[49] *A Terra Livre*, 13 de junho de 1906, *cit.* Hall, "Immigrants...", p. 18.
[50] *Spartacus*, 27 de setembro de 1919, *cit.*, *ibid*, p. 18.
[51] Maram, "Anarchists...", p. 13.
[52] Maram, "Anarchists...", p. 16.

parte dos sindicatos organizados depois de maio de 1917, principalmente entre os têxteis e a metalurgia, ou o crescimento que ocorrera nos sindicatos preexistentes. Poder-se-ia calcular que, em meados de 1919, os sindicatos organizados no Rio de Janeiro deveriam totalizar cerca de 100.000 membros.[53] Assim, como lembra Boris Fausto,[54] a carência de continuidade e a fraqueza de organização marcarão as manifestações do proletariado, em São Paulo e no Rio de Janeiro: por isso, crê que seja precário falar em movimento operário, anteriormente ao período 1917-1921. Mesmo os anarcossindicalistas, em São Paulo, onde estavam mais bem implantados, conseguiram poucos êxitos substanciais antes de 1917.

Muitos dos princípios defendidos pelo anarcossindicalismo foram adotados por inúmeros sindicatos no Rio de Janeiro e São Paulo e estão claramente presentes nas resoluções dos Congressos Operários, de 1906 e 1913. O exame mais detido das resoluções desses congressos poderá, dentro dos limites do nosso texto, mostrar os contornos do anarcossindicalismo do movimento sindical e operário.

O Congresso de 1906 reuniu-se de 15 a 20 de abril de 1906 na sede do Centro Galego, por iniciativa da Federação Operária Regional do Rio de Janeiro.[55] Na abertura dos trabalhos, estavam presentes 43 delegados, representantes de 28 sindicatos operários do Rio e São Paulo, entre os quais estavam a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, a Federação Operária de São Paulo e a Liga Operária de Campinas. No Congresso, é tomada a decisão de criar a Confederação Operária Brasileira, posição defendida pelos anarcossindicalistas, que prevaleceu sobre a intenção dos socialistas, de formar um partido político. As resoluções formuladas pelo Congresso podem servir como uma síntese do que seriam as posições dominantes no movimento operário, pelo menos até 1920, no conjunto reduzido dos militantes da época. Deve ser levado em conta que essas posições, pelo menos, indicavam a linguagem utilizada, ainda que nem sempre, na prática concreta, ela fosse traduzida em ações visando a sua concretização. O Congresso defende a ação econômica direta de pressão e de resistência. Apresenta o operariado francês como um "modelo de atividade e iniciativa ao trabalhador do Brasil". O sindicato deve ser

---

[53] Maram, *ibid.*, p. 17.

[54] Boris Fausto, "Conflito social na República Oligárquica: a greve de 1917", *Estudos CEBRAP*, nº 10, 1974: pp. 79-109.

[55] Ver, a esse respeito, *Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro, efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Galego à rua da Constituição, 30 e 32, no Rio de Janeiro*, Rio, 1906; ver também "Documentos do Movimento Operário: Resoluções do Primeiro Congresso Operário". *Estudos Sociais* (16), pp. 387-388.

baseado na resistência, evitando obras de beneficência, mutualismo ou cooperativismo (apesar de reconhecer que esses objetivos poderiam trazer grande número de aderentes). A organização do sindicato deve ser: a) numa mesma grande empresa ou companhia; b) por ofício (nas profissões isoladas e independentes); c) por indústria. Dá ênfase a uma organização pouco rígida, baseada na Federação. Os funcionários dos sindicatos normalmente não devem receber remuneração. Exclui os mestres e contramestres dos sindicatos operários. Aconselha como meios de ação dos sindicatos todos aqueles que dependem do exercício direto e imediato de sua atividade: a greve parcial ou geral, a boicotagem, a crítica, a manifestação pública. Defende a redução das horas de trabalho, em vez de enfatizar os aumentos dos salários. Propõe a abolição do trabalho por peça porque enfraquece os laços de solidariedade entre os operários e impede a concretização da jornada de oito horas de trabalho. Faz posição de fé antimilitarista. Defende a jornada de oito horas. Julga necessária a violência, se houver interferência no direito de reunião (razão de inúmeras greves no Brasil). Responsabiliza os patrões pelos acidentes do trabalho. Recomenda que os sindicatos exijam que os pagamentos sejam feitos em data certa, semanalmente ("assim, os operários se furtarão a um sem-número de explorações e, ao mesmo tempo, quando caloteados, será menor a quantia que perdem",[56] o que mostra traços de capitalismo primitivo...). Ressalta a necessidade de uma firme propaganda contra o alcoolismo "um dos vícios mais arraigados no seio das classes trabalhadoras e que tem sido um obstáculo para a organização das mesmas".[57] Apreciando que as mulheres "pela sua situação se tornam terríveis concorrentes do homem", por lhes faltarem coesão e solidariedade, salienta a necessidade da organização das operárias em sindicatos. Afinal, o tom é muito mais sindicalista do que revolucionário – quase não há nenhuma menção à possibilidade de os sindicatos formarem a base da nova sociedade, o que talvez pudesse significar que eles se julgavam com possibilidades de atingir melhoria em suas condições econômicas, mas não de transformar a sociedade.

O 2° Congresso Operário se reúne de 8 a 13 de setembro de 1913, no Rio de Janeiro.[58] Tomaram parte associações do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, Alagoas, Estado do

---

[56] "Resoluções"..., *op. cit.*, p. 16.
[57] *Ibid.*, p. 17.
[58] Ver *Relatório da Confederação Operária Brasileira contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro reunido no Rio de Janeiro aos dias 9, 10, 11, 12 e 13 de setembro de 1913*, Rio, 1914. Ver também "Documentos do Movimento Operário: Um relatório datado de 1913", *Estudos Sociais* (18), pp. 194-206.

Rio. Participaram 59 associações operárias e 4 jornais, havendo sido indicados 177 delegados (o relatório chega a indicar a média de 95,125 de comparecimento diário). O Congresso mantém a mesma posição de crítica à constituição de um partido operário e mantém as posições assumidas no Primeiro Congresso, em relação aos métodos de ação e aos objetivos. Chama a atenção para a organização dos trabalhadores rurais, essas "vítimas do feudalismo moderno". Há uma especificação dos meios a empregar na propaganda do sindicalismo (conferências, palestras, distribuição de material escrito, penetração em outros Estados). Defende a fixação do salário mínimo. Repudia o cooperativismo, aconselhando a todas as sociedades de resistência "que não se deixem levar pelas belas e sedutoras promessas partidas de cima" e que se conservem sempre na "resistência encarniçada e tenaz contra o capitalismo voraz e insaciável". Recomenda aos sindicatos que se afastem "desse instrumento de engano e de cegueira que é o chamado 'sindicalismo católico'". Essa recomendação pode indicar os esforços de penetração do clero católico no movimento operário, conseqüência das novas encíclicas papais. Dá ênfase à propaganda antimilitarista e propõe, em caso de guerra externa, que o proletariado se levante em greve geral revolucionária. Propõe a reunião de um Congresso Operário Sul-Americano.

Importante é reter que a linguagem dos anarcossindicalistas e dos sindicalistas e dos sindicalistas revolucionários dominava na esquerda revolucionária por todo o mundo, antes de 1917. Quando a historiografia tradicional se defrontou com essa questão, parece ter-se esquecido de que o nascente movimento operário brasileiro realizava, à sua maneira, essa tendência. O discurso anarcossindicalista usava a linguagem comum da esquerda revolucionária (o marxismo, nessa época, era associado à social-democracia alemã ou algo similar). Isso não quer dizer que o grosso do operariado apoiasse integralmente os programas. Talvez, pelas condições concretas do operariado no Brasil, quase não se perceba, depois de 1930, a sobrevivência dos principais temas do anarcossindicalismo.

Até o final do século XIX as greves eram raras e não passavam de incidentes isolados de rebelião da classe operária, que só atingiam uma fábrica ou uma seção de fábrica. Os sindicatos ainda eram pouco conhecidos.[59] Em 1902, teria ocorrido a primeira greve do Rio de Janeiro numa indústria de sapatos: é presa uma delegação de operários, que reivindica o mesmo salário por peça pago por outras empresas. O movimento foi

[59] Maram, *tese*, p. 159.

apoiado pela União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros. Por volta de 1903, um bom número de empresários havia aceito as demandas dos operários. Mais tarde, como a indústria tentasse desrespeitar essas concessões, inicia-se a primeira greve geral interprofissional, em agosto de 1903, que se estende aos pintores, gráficos, chapeleiros e outros: a greve é reprimida intensamente pela polícia. A União Interamericana dos Operários, em agosto de 1904, coordenou uma greve contra a Cia. Docas de Santos, que recebeu a adesão de operários de ramos industriais da cidade. Em São Paulo, os gráficos também entraram em greve, por solidariedade, assim como os marítimos no Rio. O Governo envia centenas de soldados para reprimir a greve em Santos.[60] Era a primeira vez que ocorria uma greve envolvendo milhares de operários no porto e que, além do mais, ultrapassava os limites da cidade.

Em comparação com a depressão ocorrida nos últimos anos do século passado, o período de 1905-1913 é marcado por uma recuperação econômica onde o surto industrial teve um papel importante. Entretanto, em 1908, há uma crise internacional, que provoca a diminuição dos níveis de comércio exterior. Os anos de 1911 até 1913 podem ser caracterizados como um *boom* acompanhado de fortes pressões inflacionárias. Uma nova depressão ocorre com o irromper da Primeira Guerra Mundial (queda das exportações de café: em razão do bloqueio britânico são fechados os mercados da Alemanha, Áustria e Bélgica). As construções param, as fábricas reduzem a produção e, em muitos casos, cessam suas atividades. Aumenta o desemprego.[61]

Em 1906, ocorre em São Paulo uma das greves ferroviárias de maior vulto, em todo o Estado, durante a Primeira República. No dia 15 de maio, a Liga Operária lança a greve geral na Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A greve era motivada por abusos e arbitrariedades que vinham sofrendo os operários ferroviários, como redução de salários e descontos compulsórios.[62] Na base do descontentamento, como mostrou Boris Fausto, estava uma política de modernização da companhia que afetava o nível de emprego e o salário dos operários, além de medidas que impediam a sua organização autônoma.[63] As reclamações se concentravam nas queixas contra a semana de cinco dias (numa época em que nem os domingos nem os feriados eram remunerados), feriados durante

---

[60] *Ibid.*, *tese*, p. 161.

[61] *Ibid.*, *tese*, p. 68.

[62] E. Rodrigues, *op. cit.*, pp. 146-147.

[63] B. Fausto, *tese*, p. 162.

a semana e desconto compulsório para a Sociedade Beneficente Patronal.[64] A empresa se recusa a negociar. Numa semana, uma tropa de cerca de 5.000 homens ocupa a extensão da linha férrea de Jundiaí até Rio Claro[65]. Os dirigentes das ligas operárias são perseguidos. Duas grandes empresas de Campinas paralisam o trabalho (Mac Hardy e Lidgerwood) e os ferroviários da Mogiana lançam uma greve de solidariedade. Sob a ameaça da ampliação da greve ao porto de Santos, o Presidente do Estado – Jorge Tibiriçá – requisita a intervenção de força federal (o que ocorreria se a São Paulo Railway, que liga Santos ao interior, entrasse em greve). Envia-se um cruzador do Rio e colocam-se de prontidão dois batalhões do Exército, que poderiam marchar no sentido do Vale do Paraíba, caso ocorresse um movimento na Central do Brasil.[66] No dia 30 de maio, a greve é dissolvida à força, tendo havido inúmeras prisões. No início do mês de junho, tendo sido demitidos inúmeros dirigentes grevistas e sem que nenhum dos objetivos fosse alcançado, os ferroviários voltam ao trabalho.

Em 1907, no dia 1º de maio, irrompe uma greve, em São Paulo, em defesa das oito horas de trabalho e que vai atingir Santos, Ribeirão Preto e Campinas. A greve é desencadeada na construção civil, na indústria metalúrgica e da alimentação, chegando a atingir, no dia 3 de maio, 2.000 grevistas.[67] Logo depois, aderem ao movimento os gráficos, os sapateiros, alguns setores dos empregados da limpeza pública e os têxteis; estes, pela primeira vez em greve de todo o ramo, na cidade, foram obrigados a enfrentar os grandes empresários do setor têxtil. São intensas as intervenções policiais. A manifestação é apresentada como uma conspiração e a Chefatura de Polícia declara pela imprensa que "a greve foi provocada por alguns anarquistas agitadores de ofício, pagos por governos estrangeiros para matar a nossa indústria".[68] As reivindicações da construção civil e dos gráficos são atendidas e tais setores voltam ao trabalho. No final de maio, a greve persiste entre os têxteis e em duas grandes empresas metalúrgicas, a Lidgerwood e a Cia. Mecânica e Importadora. Os têxteis alcançam alguns resultados, mas os metalúrgicos nada obtêm. A greve deixa claro o conflito existente entre a pequena empresa (disposta a conceder) e a grande empresa (irredutível diante das reivindicações).[69]

---

[64] E. Rodrigues, *op. cit.*, pp. 143-144.
[65] Maram, *tese*, p. 28.
[66] Fausto, *tese*, p. 165.
[67] *Ibid*, p. 174.
[68] Everardo Dias, *História das Lutas Sociais no Brasil*, São Paulo, Edaglit, 1962, p. 266.
[69] Fausto, *tese*, p. 178.

Apesar desses indícios de mobilização, o movimento operário se assentava em bases muito frágeis. A taxa de sindicalização era inexpressiva. O movimento operário era mais forte em São Paulo, apesar de, na Capital Federal, a classe operária e a população serem maiores. Os operários acorriam aos sindicatos principalmente no período de greves.[70] Depois de 1907, a vaga de greves é interrompida, e para isso, em parte, deve ter contribuído a legitimação que o Estado procura dar à repressão. A sociedade dominante da Primeira República tinha a pretensão de se livrar dos problemas sociais com a deportação dos "agitadores estrangeiros". Em 1893, já fora promulgado o Decreto nº 1.566, que, ao regular a entrada dos estrangeiros, tratava também da expulsão dos mesmos durante o estado de sítio. Assim, em 05/01/1907 é promulgada uma nova lei (a Lei Adolfo Gordo), que formulava no seu artigo 1º: "O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional." É criada uma Comissão Federal de Protesto, composta de brasileiros natos, que convidou todos os sindicatos de São Paulo a aderir ao movimento, através da Confederação Operária Brasileira. Um trecho da nota publicada: "Por toda a parte é o mesmo: os nossos escravos ousam levantar a voz?! Isto não é senão o resultado da propaganda dos 'agitadores de profissão', dos estrangeiros e, por isso, livremo-nos deles! Este é o lema da burguesia."[71] Nesse mesmo ano de 1907, 132 estrangeiros foram expulsos do Brasil (47 portugueses, 27 espanhóis e 25 italianos), sendo que alguns tiveram suas sentenças sustadas por *habeas corpus*.[72] Pode-se conhecer melhor o teor das acusações, examinando alguns pedidos de *habeas corpus* que foram impetrados.[73] Em 1908, no recurso de *habeas corpus* requerido a favor de Vicente Vacirca, redator do jornal socialista *Avanti!*, o voto vencido do relator pode ilustrar quais eram as fundamentações habituais dessas expulsões: "O inquérito feito pela polícia de São Paulo e remetido a este Tribunal pelo Ministro da Justiça prova que Vicente Vacirca foi expulso do território nacional somente porque servia em um jornal socialista e porque tentou fazer um comício, no qual pretendia pedir aos donos de fábricas que tivessem mais cuidado para o fim de

---

[70] Maram, *tese*, p. 162.

[71] *A Terra Livre*, 5 de fevereiro de 1907, *cit.*, E. Rodrigues, *op. cit.*, p. 172.

[72] John W. F. Dulles, *Anarchists and Communists in Brazil, 1900-1935*, Austin, University Texas Press, 1973, p. 22.

[73] Leda Boechat Rodrigues, *História do Supremo Tribunal Federal*, Rio, Civilização Brasileira, 1968, tomo II, 1899-1910, pp. 181-182.

evitar desastres aos operários. Nenhum outro ato é atribuído a Vacirca (...)."[74] Levando em conta a composição da classe operária e os reduzidos efetivos da liderança operária, essas vagas de expulsão certamente tiveram um efeito na diminuição do ímpeto do movimento reivindicatório. S. Maram lembra, ainda, o largo desemprego que grassava no ano de 1908, o que também servia para debilitar os esforços de organização dos militantes operários.[75] A Lei Adolfo Gordo, seguindo a tendência, exigia que os sindicatos registrassem seus estatutos e suas diretorias. Entre essas, exigia-se que todos os membros fossem brasileiros natos ou naturalizados com pelo menos cinco anos de residência no país.[76]

De 1908 a 1912, houve considerável declínio no movimento operário: a repressão contínua, as deportações maciças de 1907 e o desemprego que atinge o Brasil em 1908 podem ser considerados como as condições que para tanto contribuíram, somadas às dificuldades para aprofundar laços de solidariedade efetiva entre o proletariado. Com efeito, em países como o Brasil, onde a liderança e os militantes do movimento operário eram recrutados basicamente entre os "estrangeiros", a repressão governamental podia ter êxito. A deportação de ativistas e as campanhas de xenofobia contra o movimento operário contribuíram para o seu enfraquecimento. Nesse caso, o desempenho da classe operária não foi determinado exclusivamente pela repressão ou pelas condições estruturais da classe. A determinação deve ser buscada na situação desses fatores na etapa específica da industrialização no Brasil e na relação de forças no interior do bloco no poder e da estrutura de classes como um todo.

Nesse declínio, a única exceção parece ter sido Santos, em razão da estrutura da economia da cidade e da composição do proletariado. Não existiam grandes fábricas; a maior parte dos operários era de homens adultos empregados na construção e nos transportes, áreas onde o movimento operário encontrou grande êxito.

Com o aumento do custo de vida, que acompanhou a expansão da economia brasileira nos anos 1910 até meados de 1913, agrava-se a situação da massa operária. Em São Paulo, especialmente na capital, ocorre um grande afluxo populacional, sem oferta de bens necessários às novas necessidades; intensifica-se a falta de casas para aluguel.[77] No comício de 1° de maio de 1912, organizado pelas organizações de canteiros, pedrei-

---

[74] *Ibid.*, p. 182.
[75] Maram, "Anarchists...", p. 13.
[76] Dulles, *op. cit.*, p. 21.
[77] Fausto, *tese*, pp. 179-181.

ros, sapateiros e associações libertárias, os lemas principais agitados são a organização dos trabalhadores e os protestos contra a carestia de vida. Socialistas e anarquistas fundam um "comitê de agitação contra a carestia de vida", que realiza comícios nos bairros. Em São Paulo, vários milhares de trabalhadores de fábricas entram em greve sem nenhum êxito, reclamando salários mais altos (em maio e junho). Em Santos, depois de os estivadores e pintores haverem obtido algumas concessões de seus empregadores, os trabalhadores das Docas de Santos que não haviam recebido o aumento de salários prometido em 1908 também entram em greve.[78] A reação governamental segue a resposta habitual: convocação de furadores de greve, reforço de tropas, navios de guerra, prisões, processos de deportação. Sem nenhum sucesso na greve, os trabalhadores voltam ao trabalho. Em São Paulo, o movimento se havia concentrado no setor dos sapateiros (que obtêm um aumento de 10% e a jornada de 8 horas e meia) e entre os têxteis, da Fábrica Mariângela, estendendo-se a outras empresas, como a Fábrica Santana, de Jorge Street. Mas não obtêm nenhum êxito.

No Congresso, o Deputado Adolfo Gordo, sob a alegação de que 26 associações anarquistas estavam provocando greves em São Paulo, propõe modificações à lei de expulsão de 1907: a eliminação da proteção aos estrangeiros tendo mais de dois anos de residência contínua no Brasil ou que tivessem mulher e filhos brasileiros. O projeto se torna lei em janeiro de 1913. É edificante o procedimento do Supremo Tribunal Federal na questão. Apesar de continuar a achar inadmissível a expulsão de residentes há mais de dois anos no país – por causa das garantias do artigo 72 da Constituição Federal – no caso dos anarquistas, em 1917, o procedimento será diferente. Se antes o STF considerara a lei de 1913 como inconstitucional, agora, em 1917, pelo contrário, ele não representará nenhum obstáculo real à expulsão de estrangeiros, em casos legalmente duvidosos. Nesse caso concreto, os anarquistas, apesar do decurso do prazo de dois anos de residência contínua, não são considerados residentes: por se oporem à ordem social e pretendê-la destruir através da violência, constituíam um "elemento flutuante", que vagava pelo país para difundir seus métodos e ideais.[79]

A crise internacional de 1913 atinge a economia brasileira, pela brusca redução dos preços dos principais produtos de exportação, acarretando

[78] Maram, *tese*. pp. 165-166.

[79] Ver Solidônio Leite, *Comentários à Lei de Imprensa*, pp. 90-91, *cit.*, Dulles, *op. cit.*, p. 61.

o déficit da balança comercial. Após a crise de 1913, o preço do café no mercado internacional permanece cerca de 30% mais baixo do que os níveis de 1911-1912. As construções param, as fábricas reduzem a produção e o trabalho semanal; e, em muitos casos, fecham as portas. As raras greves que ocorrem nos anos de 1914, 1915 e 1916 são motivadas por reclamação do pagamento de salários atrasados.

Entretanto, em 1917, o movimento operário vai experimentar um novo ascenso.[80] Impossível compreendê-lo, se não for situado no interior das conjunturas internacional e nacional. A persistência da crise internacional e o início da guerra em julho de 1914 paralisaram a entrada de capitais estrangeiros. A isso se somou a necessidade de remeter 10 milhões em pagamento de compromissos da dívida externa, o que produziu o colapso do mercado cambial.[81] Durante um ano e meio de crise, a classe operária é atingida pelo desemprego e pela redução das horas de trabalho.[82] Apesar da recuperação em 1915, há uma elevação de preços sem precedentes, nos anos seguintes. Na raiz dessa elevação, estão as emissões inflacionárias e o crescimento da exportação de gêneros alimentícios para os beligerantes, combinados com a dificuldade de importar outros gêneros – em razão da elevação dos preços. Apesar da falta de informações precisas, relativas às curvas de preços e de salários, tudo indica que a classe operária sofreu séria redução de seu salário real nos anos 1917-1921. Sem condições aqui de aprofundarmos o debate sobre as características da industrialização durante a Primeira Guerra Mundial, deve ser dito, conforme indica Boris Fausto, que o crescimento da produção, que de algum modo ocorreu, foi obtido através do prolongamento da jornada de trabalho, com a utilização da capacidade ociosa da maquinaria, que havia sido importada anteriormente à guerra. A centelha, para falar nos termos de Hobsbawm, não é provocada diretamente pela questão do salário real, mas pela conjunção desse aumento da exploração com o agravamento das condições de existência provocado pela conjuntura. Além dessas condições estruturais da conjuntura, é indispensável situar a greve de 1917 no horizonte ideológico de todas as manifestações que, ao nível internacional, tentaram ampliar o contexto revolucionário russo de 1917 (pela revolução de fevereiro).

---

[80] Valemo-nos para essa síntese da conjuntura 1917-1921 do artigo de Boris Fausto, "Conflito...", *passim*.

[81] Villela e Suzigan, *op. cit.*, p. 137.

[82] B. Fausto, "Conflito social...", p. 92.

A greve se inicia no Cotonifício Crespi, onde os operários se revoltam contra o prolongamento do serviço noturno e respondem com uma exigência de 15 a 20% de aumento salarial. Uma seção da fábrica com quatrocentos trabalhadores entra em greve e as reivindicações se colocam: abolição das multas, regulamentação do trabalho das mulheres e menores, modificação do regime interno da empresa, supressão da contribuição pró-pátria. A indústria se recusa, paralisa a fábrica e torna obrigatória a volta ao trabalho, no dia 22. No dia 26 de junho, outra greve surge, numa empresa têxtil, a Estamparia Ipiranga. Nas mobilizações se destacam as mulheres, que constituem uma parcela considerável nas indústrias têxteis. No dia 7 de julho a greve alcança uma fábrica de bebidas, a Antarctica, situada na Moóca, com cerca de 1.000 operários.

Um Comitê de Defesa Proletária é constituído e publica um programa de quinze pontos, de modo a articular as exigências dos operários e obter um apoio popular para sua causa. Seis das exigências dizem respeito às condições de trabalho: jornada de oito horas, semana de cinco dias e meio, fim ao trabalho do menor, segurança do trabalho, pagamento pontual e aumento de salários. Sete outros pontos requeriam a ação do Governo e do capital: redução de aluguéis e do custo dos gêneros fundamentais, requisição de gêneros essenciais para evitar especulações, medidas que impedissem a venda de mercadorias adulteradas, respeito ao direito de sindicalização, libertação dos operários presos e recontratação dos grevistas.[83] Nesse meio-tempo, a polícia realizava prisões, desfazia manifestações e invadia sedes de sindicatos. A morte de um sapateiro de 21 anos é um marco importante na evolução dos acontecimentos. A paralisação se estende a 35 empresas, com mais de 15.000 grevistas, incluindo os trabalhadores da Mariângela e da estamparia Ipiranga, em greve de solidariedade. Nos três dias seguintes ao enterro, a greve é total. Os bondes deixam de funcionar. Os choques com a força pública se amplificam. Há assaltos a armazéns, padarias, aos veículos que se arriscam a transitar nas ruas, a algumas casas particulares. Diante da recusa do Comitê de Defesa Proletária em estabelecer negociações diretas com os patrões ou o Governo, é criado um Comitê de Jornalistas, que fará a mediação entre os dois pólos. Os representantes da indústria concordaram em dar um aumento de 20%, pagar salários fixos durante cada mês, recontratar os grevistas e fazer esforços para melhorar as condições de vida dos operá-

[83] Maram, *tese*, p. 169.

rios em São Paulo.[84] O Presidente de São Paulo também se comprometia a implementar as providências solicitadas ao Governo. Havia sido prometido respeito ao direito de reunião. No dia 16 de julho, em comícios que chegaram a reunir entre 5.000 e 8.000 pessoas, os acordos são anunciados aos operários. O movimento repercutia com greves em todo o Estado e no Brasil, mas a Federação Operária no Distrito Federal não consegue lançar uma greve geral. Apesar disso, a greve no Rio chegou a atingir 50 a 60 mil operários e durou de 18 a 27 de julho. Houve intensas investidas da polícia e as negociações pouco trouxeram para os trabalhadores. Apesar da limitação dos objetivos atingidos, as greves, tanto no Rio como em São Paulo, incentivaram a organização operária, em diversos setores da indústria. Vários sindicatos foram formados durante as greves ou logo depois delas; os membros de antigos sindicatos aumentaram intensamente. Em São Paulo, o Comitê de Defesa Proletária se dedicou a reconstruir a Federação Operária, que recebeu a adesão de 16 sindicatos de ofícios e de fábricas e de oito ligas operárias.

O ano de 1919 e os três primeiros meses de 1920 são o momento mais alto da conjuntura. Em São Paulo ocorrem 64 greves na capital e 14 no interior.[85] As greves maiores eram lançadas por sindicatos de ramos importantes da indústria e com maior experiência. Tinha-se a impressão de que estavam sendo lançadas as raízes para um poderoso movimento sindical. Ao mesmo tempo, ocorria uma melhor coordenação entre o Rio e São Paulo.

O dia 1° de maio de 1919 foi marcado por uma das maiores manifestações até então havidas: os jornais operários se referem ao comparecimento de 50 a 60 mil operários, ao comício da Praça Mauá, no Rio. Nessa manifestação participaram as lideranças anarquistas e aquelas do recém-fundado Partido Comunista.[86] No dia seguinte, em São Paulo, depois do licenciamento de um operário na fábrica Matarazzo, no Brás, cerca de 10 mil operários entram em greve.[87] Nos dias seguintes, mais operários param o trabalho e julgou-se que no dia quatro os grevistas já somavam 20 mil.[88] Segundo o jornal *A Plebe* (n° 12, 10 de maio de 1919), havia cerca de 50 mil grevistas, entre os quais se incluíam têxteis, padeiros, gráficos, costureiras, metalúrgicos e operários em frigoríficos. A rei-

[84] *Ibid.*, pp. 172-173.
[85] Fausto, *tese*, p 190.
[86] Dulles, *op. cit.*, p. 79.
[87] *O Estado de S. Paulo*, 3 de maio de 1919, *cit.*, Dulles, *op. cit.*. p. 81.
[88] *Correio da Manhã*, 5 de maio de 1919, *cit.* Dulles, *op. cit.*, p. 81.

vindicação principal era a jornada de oito horas e, ainda, a proibição do trabalho para as crianças, bem como do trabalho noturno para as mulheres. Em meados do mês, os operários voltaram ao trabalho e em inúmeras indústrias se chegou ao acordo da jornada de oito horas.

No Rio de Janeiro, no dia 6 de maio de 1919, vários grupos operários apresentaram suas petições ao Presidente Delfim Moreira, pedindo que a jornada de oito horas fosse instaurada em todas as fábricas. No dia 17 de maio, foi enviada uma mensagem muito cautelosa ao Congresso e uma comissão de legislação social foi constituída (da qual fazia parte o Deputado Maurício de Lacerda).[89] Inúmeras greves irrompem no Rio, antes mesmo do envio dessa mensagem, pedindo a jornada de oito horas. Antes que se chegasse a um acordo, os operários em cervejarias, sapateiros, alfaiates, costureiras, barbeiros, fotógrafos e empregados nas padarias e nas fábricas de cigarros entravam em greve.[90] Por volta de 18 de maio, calcula-se que 10 mil operários estivessem em greve: mas eram paralisações curtas, pois as empresas estavam dispostas a chegar a um acordo em relação às oito horas. Ainda em junho de 1919, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos anunciou uma greve para o dia 1º de junho. As reivindicações eram a jornada de oito horas e um aumento de 10% do salário diário e 30% do salário pago por peça.[91] Algumas concessões foram feitas, mas a greve só terminou no final de julho. Foi uma das mais longas e penosas greves na história do movimento operário carioca.

Reformistas, socialistas e mediadores

Ao imputar a emergência do movimento operário a uma maquinação urdida pelos imigrantes europeus – visão que, já vimos, não correspondia ao acontecido –, a história oficial deixou oculta tanto a verdadeira natureza do anarcossindicalismo, como de outras correntes que existiram desde o final do século XIX e que durante todo o período vão competir com aquele. Esse esforço de homogeneização do movimento operário deixou de lado a existência de uma corrente que, sem colocar em questão a organização social, formulava reivindicações para a melhoria das condições da classe operária. Se não for levada em conta essa tendência, será impossível entender o sucesso da estrutura tutelar imposta de cima para baixo pelo Estado depois de 1930. Como crer que, sem se considerar a existência, no movimento operário, de uma corrente que fosse favorável a essa colaboração, a estrutura do

[89] *Correio da Manhã*, 7 de maio de 1919, *cit.*, Dulles, *op. cit.*, p. 85.
[90] *Correio da Manhã*, 11, 13, 19, 23, 25, 28 de maio de 1919, *cit.*, Dulles, *op cit.*, p. 86.
[91] *Correio da Manhã*, 2 de junho de 1919, *cit.*, Dulles, *op. cit.*, p. 86.

populismo pudesse ter sido constituída? O carisma getulista, por si só, não poderia ser responsabilizado pela eficácia dessa realização. Apesar de a repressão ter sido um instrumento de grande eficácia, alguma espécie de receptividade validou a iniciativa oficial.[92] Reforçam ainda essa proposição as afirmações freqüentes de líderes do nascente Partido Comunista sobre a força dos sindicatos "amarelos" durante os anos 20, e as diversas iniciativas governamentais feitas, por exemplo, nos Governos de Hermes da Fonseca e de Artur Bernardes, visando dinamizar associações do movimento operário. Sem querer propor uma linha sucessória direta entre o que Boris Fausto chamou, em tese recente, de "trabalhismo" – que deveria caracterizar uma tradição reformista, na defesa estrita de interesses corporativos, já presentes no final do século XIX – e o sindicato oficial depois dos anos 30 e mais tarde o "peleguismo", que se desenvolverá dos anos 50 até 1964, é indispensável apontar a existência permanente dessa tendência.

No final dos anos 1890, essa tendência "reformista" poderá ser localizada mais claramente no Distrito Federal. Talvez seja conveniente lembrar que a convivência da classe operária com o Governo e os centros vitais do aparelho de Estado, numa mesma cidade, deve ter conferido características especiais às relações entre o movimento operário e o Estado. Cremos mesmo que a especificidade do movimento operário carioca não se situaria numa diferenciação da estrutura industrial, mas por condições intrinsecamente políticas, pois, ao que parece, a estrutura industrial entre os dois centros (Distrito Federal e Estado de São Paulo) não se diferenciava tanto. Nesse sentido, é preciso levar em conta que, provavelmente, as relações entre os empresários cariocas e o Estado – apesar da proximidade – eram muito mais fracas do que a imbricação dos empresários paulistas com a política do Estado. O que poderia significar que o aparelho de Estado, no Distrito Federal, era muito menos "instrumental" do que em São Paulo. Ao lado desse distanciamento, poderia se somar a existência do funcionamento do Congresso Nacional e de uma imprensa menos oficial (como o *Correio da Manhã*), capaz de exprimir uma vigilância maior em relação aos problemas do trabalho. Finalmente, deve ser lembrado que a experiência operária se dava, no Rio de Janeiro, num contexto étnico bastante diferente, dado o grande número de brasileiros e portugueses aí existentes.

---

[92] Ver a sugestão para a utilização da proposta de M. Murmis e J. C. Portantiero, *Estudos sobre as origens do peronismo*, São Paulo, Brasiliense, 1973, *passim*, por nós formulada, *in* "Trabalho Industrial no Brasil: uma revisão", *Estudos CEBRAP* (14), out.-dez 1975, *passim*.

Os exemplos aqui indicados servem mais como ilustrações concretas de uma tendência do que como antecedentes lineares de expressões posteriores da intervenção direta do Estado na organização da classe operária. Na realidade, os partidos operários, os militares reformistas, os advogados voltados para as causas populares vão demonstrar dois fenômenos: a presença de setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária; a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência em relação ao Estado. Como indica Boris Fausto, entre os elementos estranhos ao meio operário que tentaram organizar os trabalhadores ou considerar seus problemas a presença dos militares, em maior ou menor grau, é uma constante. Essa disposição se liga à situação específica das Forças Armadas e de setores das classes médias no sistema de dominação oligárquica. Por mais fraca que fosse a classe operária, era sempre possível tentar algum tipo de "aliança para baixo", na busca de introduzir brechas no sistema.[93]

Além das características que havíamos apontado para o Rio de Janeiro, Boris Fausto lembra que a Capital da República, afora ser a maior cidade brasileira, mostrava uma estrutura social amplamente diversificada. Ali se concentrava um setor menos dependente das classes agrárias, constituído pela classe média profissional e burocrática e por grupos funcionais que não se identificavam com a burguesia cafeeira: militares de carreira, alunos da Escola da Praia Vermelha, estudantes de escolas superiores. Diante deles havia um significativo núcleo de trabalhadores em serviços (ferroviários, marítimos, doqueiros), onde as ideologias anarquista e anarcossindicalista não haviam penetrado. Além disso, os operários das empresas estatais eram brasileiros e eleitores (o alistamento eleitoral era condição para o emprego) – fato que animou a tentativa de formação de partidos operários com fins eleitorais.[94]

No Distrito Federal foram fundados alguns partidos operários, existindo forte rivalidade de base pessoal entre os três mais significativos. Eles

[93] Fausto, *tese*, p. 55. Esse trabalho de Fausto aprofunda o exame da significação dos partidos reformistas, valendo-se da minuciosa reconstituição de Maram, *tese*, e ampliando-a. Nesta parte, além das reflexões de Fausto, valemo-nos de Maram, *tese*, especialmente o capítulo "Labor parties, socialists and tradeunionists", pp. 127-147. Outra síntese já havia sido anteriormente proposta por Edgard Carone, *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*, São Paulo, Difel, 1971, especialmente "Classe operária: IV – Formas reivindicatórias e políticas", pp. 197-214. Utilizamos ainda Victor Leonardi, *tese*, capítulo IV, "Anarchistes et Socialistes", que apresenta uma boa reconstituição, com base na imprensa.

[94] Maurício de Lacerda, *Evolução Legislativa do Direito Social Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1960, *cit.*, Fausto, *tese*, p. 44.

se dirigiam a artesãos, operários qualificados e funcionários públicos brasileiros; apresentavam plataformas eleitorais, apoiando candidatos ligados à classe operária e outros que mostravam preocupações em relação à "questão social". Todos apelavam às elites urbanas, para que reconhecessem e retribuíssem o papel do partido operário no desenvolvimento da nação. O mais influente deles era dirigido por Gustavo de Lacerda (1843-1909), antigo militar, "homem de letras, propagandista de idéias livres, inteligente, ilustre, mas vaidoso e emburguesado".[95] Contribuiu para a criação da Associação Brasileira de Imprensa em 1908. Opunha-se às greves, afirmando que elas se caracterizavam pela violência e traziam dificuldades maiores para a classe trabalhadora. Seu partido é derrotado nas eleições de 1890 e seu órgão oficial, *Voz do Povo*, não se mantém.[96]

O editor do jornal *Eco Popular*, Luiz França e Silva, promove a criação de um segundo partido operário. Também se opõe às greves e prefere a ação política para o enfrentamento da questão social. Em vez das greves, o partido propunha a arbitragem dos conflitos de trabalho por um tribunal composto de operários e empregadores. O Presidente do partido era o representante da New York Life Insurance no Brasil, que era um generoso anunciante do *Eco Popular*. Participam das eleições de 1890, mas perdem, o que irá contribuir para o declínio do partido e do jornal. Em 1892, França e Silva organiza o I Congresso Operário Nacional, ao qual teriam comparecido 400 pessoas. O programa aprovado é lido na Câmara de Deputados pelo Deputado Lauro Müller, defendendo a instituição das oito horas de trabalho.[97] Mas poucas foram as conseqüências conhecidas desse congresso.

O terceiro dos partidos operários foi de iniciativa de José Augusto Vinhaes, antigo Tenente da Marinha, Deputado Federal de 1890 a 1893, que tinha o apoio dos funcionários e empregados da Estrada de Ferro Centro do Brasil. Através de sua influência sobre Deodoro da Fonseca, Vinhaes obteve a alteração do Código Penal de 1890, que definia como crime a paralisação do trabalho, através do Decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1892.[98]Tentou intervir como mediador numa manifestação de estivadores em Santos e dirigindo uma greve de operários, em 1891,

---

[95] *Echo Operário*, 21 de dezembro de 1897, *cit.*, Leonardi., *tese*, p. 82.

[96] Ver Gustavo de Lacerda, *O problema operário no Brasil: propaganda socialista*, Rio de Janeiro, 1901, pp. 2.225 e 69-75, *cit.*, Maram, *tese*, p. 230.

[97] Ver *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, 1892, vols. I e II, *cit.*, Fausto, *tese*, p. 45.

[98] Ver Evaristo de Morais, *Apontamentos de Direito Operário*, Rio de Janeiro, 1971, p. 59.

tentou forçar a renúncia de Deodoro da Fonseca, com o qual rompera. Dois anos mais tarde ele irá tentar repetir, sem sucesso, o mesmo contra Floriano Peixoto. Mais tarde, entre 1899 e 1900, se envolverá numa conspiração, que unia monarquistas e republicanos: sua tarefa seria a de promover uma greve geral dos transportes que coincidisse com a revolta. Mas os conspiradores foram presos. Por volta de 1903, ele será eleito para a diretoria do Centro Doméstico (o precursor do Centro Cosmopolita).

Entre outros líderes reformistas, pode ser lembrado Pinto Machado, que tenta organizar os têxteis no final de 1902 e no começo de 1903. Afirmando-se um socialista, ele se opunha ao conceito de luta de classes. O proletariado devia atingir seus objetivos trabalhando dentro do sistema, unindo-se politicamente para eleger seus candidatos e exercendo pressão política pelas reformas sociais. Antes de entrarem em greve, os operários deveriam esgotar as tentativas de persuadir os funcionários do Governo. A preferência dos sindicalistas pela greve revolucionária era um objetivo impraticável "num país como o nosso (onde) os modos de pensamento são diferentes (da Europa) e (onde) os trabalhadores estão divididos étnica e culturalmente".[99]

É na campanha da candidatura de Hermes da Fonseca (1908) que aparecerá mais claramente a tentativa de manipulação, pelo Estado, do movimento operário. O Partido Republicano do Distrito Federal mantinha laços com *O Operário*, um jornal operário anticlerical e reformista, e que daria em 1909 um veemente apoio à candidatura de Hermes da Fonseca. Com efeito, pela primeira vez, uma plataforma presidencial continha menções ao trabalho urbano, ainda que vagas. Durante a sua administração, Hermes iniciou um programa de construção de casas populares, mas pouco mais de 12 unidades chegaram a ser completadas; além disso, apoiou a constituição da Liga do Operariado do Distrito Federal e a realização do Congresso Operário de 1912, organizado por seu filho, o Deputado Mário Hermes.

Apesar do apoio financeiro, poucos sindicatos importantes enviaram delegados para o Congresso de 1912. Significativa foi a ausência de qualquer representação de Santos ou São Paulo. Os Tenentes Mário Hermes e Palmiro Serra Pulquerio, a serviço do Governo, ficaram incumbidos da promoção. Contaram com a cooperação de Antônio Augusto Pinto Machado, Presidente da Liga do Operariado do Distrito Federal, a quem coube a direção do Congresso, realizado de 7 a 15 de novembro, no Palá-

---

[99] *Correio da Manhã*, 8 de maio de 1903, *cit.*, Maram, *tese*, p. 133.

cio Monroe. Era considerado o Quarto Congresso Operário Brasileiro, tendo como precedentes: o congresso reunido no Rio, em 1892, com o propósito de criar um partido político operário; o segundo, o congresso socialista de 1902, em São Paulo; e o terceiro, o de 1906, de tendência anarcossindicalista, no Rio (os anarquistas não consideravam como operários os congressos de 1892 e 1902).[100] Logo no primeiro dia, foi aprovada a criação da Confederação Brasileira do Trabalho, em cujo programa estava incluída a formação de um partido operário com base no Rio de Janeiro, mas com núcleos em todo o Brasil. Entre as reivindicações estavam: redução do horário normal de trabalho para oito horas, descanso semanal para todas as categorias de operários e trabalhadores, indenização às vítimas de acidentes de trabalho, regulamentação do trabalho nas fábricas, proibição de trabalho aos menores de 14 anos, seguro obrigatório para doença e pensões, substituição do contrato coletivo pelo contrato individual de trabalho. Pinto Machado recebeu o cargo de Secretário-Geral da nova organização e Mário Hermes, de Presidente honorário. Mas nenhuma dessas medidas, apesar do apoio oficial, foi implementada.

Além dos reformistas, dever-se-ia falar das tentativas de organização socialista, importantes mais pela sua incidência do que pela eficácia das experiências. O que talvez ajude a confirmar a não-inviabilidade de uma estratégia reformista na conjuntura. Levando em conta a existência de uma classe operária reprimida, dividida com um grande peso de crianças e mulheres, tendo pela frente uma classe dominante politizada e consciente de seus interesses específicos, dificilmente as propostas de um socialismo reformista poderiam exercer algum atrativo. Em 1895 é fundado, em Santos, o Centro Socialista de Santos, que publica o jornal *A Questão Social*. A figura intelectual principal é Silvério Fontes, com alguma formação marxista, mas defendendo uma ação revolucionária sem violência. Em 1896, é fundado o Partido Operário Socialista, pelo mesmo grupo, mas com limitada influência em Santos, no interior de uma força de trabalho em sua maioria imigrante. Em 1902 é realizado um Congresso Socialista, em São Paulo, de 28 de maio a 1º de junho de 1902, reunindo 44 delegados, na sua maioria da região (e nenhuma representação do Distrito Federal). Na reunião é criado o Partido Socialista Brasileiro, nos moldes do

---

[100] Ver a esse respeito "Congresso Operário de 1912", *in* Documentos do Movimento Operário, *Estudos Sociais* (17). O texto menciona a lista de participantes e as resoluções do Congresso.

partido socialista italiano. Entre as propostas de ação é enfatizada a ação sindical. Mas o partido dura cerca de um ano. Os objetivos dos socialistas passam a ser expostos pelo jornal *Avantil,* que dura até a Primeira Guerra Mundial. Um dos seus editores foi Antonio Piccarolo (1863-1947), autor do livro *O Socialismo no Brasil.*

Destoando da respeitabilidade que à Primeira República sempre se pretendeu dar, destaca-se ainda a atuação de alguns políticos dissidentes, na cena política, que habitualmente foram deixados de lado pelas análises. Essa presença de "dissidentes", dentro do sistema político, é importante para traçar os limites da ocultação ideológica da face autoritária do regime. Desde o começo do movimento operário, o Governo, a Polícia e a maior parte da imprensa alegavam que a agitação no meio operário era o mero produto da importação das palavras de ordem européias. Não haveria motivo para a agitação porque o Brasil era um país novo com oportunidades para todos.

É no interior da *mise en scene* parlamentar da República que irrompem as denúncias insistentes desses elementos periféricos do sistema político, opondo resistências ao sistema de dominação ideológica que persistia em tratar autoritária e repressivamente as questões do trabalho. Durante a segunda década do século XX somente dois Deputados no Congresso Federal colocaram sistematicamente críticas a essa política autoritária e repressiva em relação às classes trabalhadoras.[101] Nicanor Nascimento entra na Câmara dos Deputados em 1911, para preencher uma vaga representando o primeiro distrito da Capital Federal. Logo no primeiro ano de seu mandato apresenta inúmeras propostas de legislação trabalhista. Já em setembro de 1912 profere um discurso de simpatia para com uma greve de Santos, declarando que havia recebido apelos de "inúmeras sociedades proletárias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas". Nesse discurso. Nascimento ataca o Governo paulista como inconstitucional por deportar "agitadores socialistas". Além desse, fez outros em que condenava várias expulsões ilegais, e num deles formulou apelo para a diminuição de impostos, como uma maneira de baixar o custo de vida. Finalmente, em 1917, com a intensificação do movimento de greves, ele vai voltar a tratar do problema dos operários.

O outro político que destoava da posição dominante, em relação aos problemas operários, era Maurício de Lacerda. Eleito em 1912, era um

[101] Valemo-nos aqui nessa parte do único estudo, de nosso conhecimento, sistemático a respeito desses críticos: a tese de mestrado de James Paul McConarty, *The defense of the working class in the Brazilian Chamber of Deputies,* New Orleans, Tulane University, 1973.

advogado de família de prósperas bases rurais, de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro. Ao contrário de muitos intelectuais, ele havia apoiado a candidatura Hermes da Fonseca, em 1910; fora funcionário do Governo até essa data e apoiara as "salvações". Depois de romper com Hermes da Fonseca, permanecerá na oposição a todos os Presidentes, até Getúlio Vargas, em razão de sua colaboração com as oligarquias. A história tradicional só soube registrar e exaltar os dons oratórios de Maurício de Lacerda: o que na realidade interessa são seus esforços de representação de uma tendência que, de alguma maneir , se articula com a manifestação política das classes médias. Ao lado de algumas sugestões a respeito de legislação trabalhista (em 1915 e 1916), até 1917 suas preocupações principais estarão ligadas à população rural. Depois da greve de 1917, começa a se preocupar com as condições de vida do proletariado urbano.

São as greves de 1917 que vão determinar a aproximação dos dois líderes com o movimento operário. Para isso, também terá contribuído o silêncio dos Deputados da representação de São Paulo, a respeito dos acontecimentos. Antes disso, Nascimento acreditava que os operários deviam ficar fora da política e se limitar a reivindicações de natureza social ou econômica. Mas ambos os representantes vão negar ser socialistas. Em 1919, Lacerda se define como "socialista radical" e Nascimento, no começo dos anos 1920, colabora na fundação de um partido socialista. Lacerda, como deputado, afirmava que não representava nenhuma classe social específica. Ao contrário disso, seus discursos sobre a situação trabalhista diziam respeito aos interesses da nação inteira, visavam "à harmonia de todas as forças convergentes da sociedade". Ele se considerava como uma figura de transição, falando em nome dos operários enquanto não fossem eleitos congressistas desse próprio meio.[102] Esse distanciamento poderia ter um conteúdo tático – levando-se em conta a enorme desconfiança sobre qualquer veleidade em defender pontos de vista que favorecessem a classe operária - mas, nem por isso, o Governo deixou de tratá-los como se fossem representantes dos interesses da classe operária.

Finalmente, durante a sua atuação no Congresso, Lacerda e Nascimento criticaram as medidas arbitrárias e inconstitucionais tomadas pelo Governo e pela Polícia. Numa posição discrepante e inovadora em relação a seus pares, Lacerda procurava dar uma explicação menos conspiratória do anarquismo, situando-a no debate do socialismo (Nascimento, apesar

---

[102] Maurício de Lacerda, *Entre duas revoluções*, Rio, Leite Ribeiro, 1926, pp. 190-191, *cit.*, McConarty, *op. cit.*, p. 18.

de defender as liberdades civis para os anarquistas, não foi tão longe). Pode dar uma idéia das noções dominantes, uma circular do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro em maio de 1917, alardeando que os anarquistas estavam pretendendo assassiná-lo e pôr abaixo o clero, a burguesia, a pátria e a religião: oportunidade para Lacerda declarar que idéias contrárias ao clero, burguesia e religião não eram inconstitucionais.

De todas as reformas propostas por Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento, a criação do Departamento Nacional do Trabalho foi a mais significativa. Esse departamento deveria ter o objetivo de estudar, de maneira integral, as condições de trabalho existentes e a implementação da legislação trabalhista. Ao apresentar seu projeto em 1915, Lacerda citava como precedente o caso do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, fundado em 1911. Entretanto, o Governo só tomou conhecimento dessa proposta em 1917, com a intensificação da onda de greves. A lei, entretanto, só foi sancionada pelo Presidente Wenceslau Brás, em 1918, mas nunca foi colocada em prática.[103] Ainda, em 1918, Lacerda apresentou um projeto de lei propondo a publicação de um boletim trimestral sobre as condições de trabalho. Mas esse projeto não foi aprovado pelo Congresso. A proposta de um Código de Trabalho, submetida ao Congresso no mesmo período, também não teve melhor êxito. Seguindo sugestão de Nicanor Nascimento, em novembro de 1918 foi criada uma Comissão de Legislação Social. Essa comissão, da qual ele fazia parte, elaborou projetos de diversas leis e um código que foi rejeitado. Essa comissão funcionou – exceto nos períodos de 1920 e 1921 – até 1923, mas sem grande apoio do Poder Executivo.

Em 1920, a hostilidade da Câmara em relação a Lacerda aumentou sensivelmente: nesse ano, das 44 petições solicitando informações sobre assuntos que diziam respeito ao movimento operário e às condições de trabalho, somente cinco foram respondidas. Ele foi excluído do Partido Republicano do Estado do Rio, que apoiou um outro candidato. Mesmo assim, conseguiu ser eleito, mas seu mandato não foi reconhecido. Nascimento foi eleito, mas teve sua eleição anulada por ser, na época, um guarda noturno, classificado como policial e, portanto, sem autorização para candidatar-se.

Além de Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento, outro nome, entre esses "mediadores", deve ser considerado: é o de Antônio Evaristo

[103] Ver o Decreto nº 355, de 16 de outubro de 1918, *Coleção de Leis*, 1918, I, 169, *cit.* McConarty, *op. cit.*, p. 63.

de Morais.[104] Já em 1890, ele era o orador oficial do Partido Operário de França e Silva e, em 1892, participou do Congresso Operário. Atuou como advogado de grupos operários e de centenas de trabalhadores, inclusive anarquistas, aos quais se opunha. Entre essas defesas está a de Edgard Leuenroth, em 1918, que foi absolvido. Entre 1903 e 1911, escreveu artigos sobre a questão social no *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro. No seu livro, *Apontamentos de Direito Operário*, publicado em 1905, defendia a implementação de uma legislação trabalhista. Participou da fundação de vários partidos socialistas. Colaborou com Rui Barbosa, em 1910 e em 1919. Apoiou esforços de organização dos marítimos e estivadores no Rio de Janeiro.

Apesar das dificuldades enfrentadas por esses "mediadores", ao mesmo tempo em que a repressão se "legaliza", através de normas cada vez mais precisas, ao nível jurídico surgem algumas alterações no tratamento dado pelas classes dominantes à questão do trabalho. A partir da assinatura do Tratado de Versalhes (1929), até 1930, surgirão diversos textos legais, como a Lei de Acidentes de Trabalho (1919), a estabilidade no emprego, pensão e aposentadoria dos ferroviários (1923) e dos portuários (1926), regime de férias restrito aos comerciários (1925), regulamentação do trabalho de menores (1927). Ao mesmo tempo, são feitas tentativas de uma política sindical, durante o Governo Artur Bernardes, que entrará em contato com lideranças operárias e dará apoio a algumas associações. Em abril de 1923, é criado o Conselho Nacional do Trabalho: um órgão consultivo composto de dois representantes dos empregados, dois dos patrões e dois do Governo, juntamente com seis especialistas. Segundo a lei, esse conselho se reuniria duas vezes por mês para estudar condições de trabalho, previdência social, contratos coletivos, acidentes de trabalho, trabalho de mulheres e crianças. Não deixa de ser curioso que o Governo, durante o qual, no final da Primeira República, a repressão fora mais intensa, tenha sido também aquele que tentou intervir mais ativamente nas relações de trabalho. Certamente, o Governo, ao pretender "organizar" o trabalho, na verdade pretendeu desorganizar o movimento operário e impedir as possibilidades de organização autônoma: o sindicalismo oficial, implantado depois de 1930, consolidará uma tendência que já podia ser constatada no Governo Artur Bernardes.

A última década

Nos anos 20, ao mesmo tempo em que ocorre o progressivo esvaziamento dos movimentos de reivindicação,

[104] Ver Maram, *tese*, pp. 143-147, para os dados biográficos de Evaristo de Morais.

aumentam as dificuldades que o movimento anarquista deverá enfrentar. Outros interlocutores vão tentar disputar com os anarquistas a liderança do movimento operário. Entre esses é necessário apontar o Partido Comunista e os ensaios de constituição de sindicatos com o apoio oficial.

A onda de mobilização operária decresce a partir do resultado desfavorável de duas greves: a dos têxteis em março/abril de 1920, em São Paulo, e a dos ferroviários da Leopoldina em março de 1920, no Rio de Janeiro. As federações operárias tentam transformar esses conflitos em greves gerais, mas não conseguem. Em março de 1920, há ainda uma greve na Companhia Mogiana, que foi apresentada como uma das mais sérias na história do movimento operário paulista, por seu caráter francamente revolucionário e anarquista.[105] A Polícia chegou a disparar contra mais de 200 grevistas: quatro operários foram mortos.[106] Por volta de 5 de abril de 1920, a greve estava terminada e os Delegados se preparavam para deportar inúmeros "estrangeiros".[107] Depois de abril de 1920, a única greve importante no Estado de São Paulo eclodiu nas docas de Santos, no final desse ano. Ainda que ocorram 37 greves na capital paulista, nesse ano, são de pequeno vulto e correspondem mais a respostas a arbitrariedades patronais. Na verdade, a greve geral, palavra de ordem que continuava a ser empregada pelos anarcossindicalistas, havia-se transformado numa arma para a Polícia, pois ela expunha pontos frágeis do movimento operário e permitia ao Governo efetuar prisões e deportações em massa. Portanto, intimidando as bases e eliminando os quadros de liderança, chegava-se até a subjugação quase completa do movimento.[108] O estado de sítio, de 1922 a 1927, contribuirá para criar dificuldades a qualquer tentativa de ressuscitar a organização sindical. A repressão provocava a relutância dos operários em participar dos sindicatos: havia operários mais novos que não tinham experiência (é o começo do surgimento dos migrantes rurais); quanto aos velhos operários, muitos haviam sido deportados e outros não tinham ânimo para continuar. O antigo movimento operário jamais foi reconstruído.[109] É nesse contexto então que se dá a fundação do Partido Comunista do Brasil.[110]

---

[105] *Correio Paulistano*, 5 de abril de 1920, *cit.* Dulles, *op. cit.*, p. 132.
[106] *Correio Paulistano*, 2 de abril de 1920; O *Estado de S. Paulo*, 6 de abril de 1920, *cit.*, Dulles, op. *cit.*, p. 132.
[107] *Correio Paulistano*, 6 de abril de 1920, *cit.*, Dulles, p. 133.
[108] Maram, *tese*, p. 193.
[109] Maram, *tese*, p. 102.
[110] Nessa parte, referimo-nos basicamente a nosso livro *Política e Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, quando não houver indicação de fonte.

O Partido Comunista surge graças à confluência de esforços de diversas associações que podem ser consideradas como grupos comunistas precursores – como a Liga Comunista de Livramento (1918) e a União Maximalista, Porto Alegre (1919), no Rio Grande do Sul, o Círculo de Estudos Marxistas, Recife (1920), o Grupo Comunista Brasileiro "Zumbi" (1921), no Rio de Janeiro. Essas iniciativas se situam no interior de um debate a respeito do anarquismo e da revolução soviética. Questionava-se especialmente a capacidade do anarquismo em dirigir um amplo movimento revolucionário.[111] Já no primeiro número, a revista *Movimento Comunista* se apresenta como o órgão dos grupos comunistas e explica que seu objetivo era defender e difundir o programa da III Internacional, elogiando a centralização e a disciplina. Em março de 1922, a polêmica se intensificava com o artigo "Não nos assustemos com o debate".[112] Esse artigo ressaltava a peculiaridade do caso brasileiro, onde o anarquismo predominava no interior do movimento operário: a criação de um partido comunista favoreceria a definição dos campos. Paralelamente é publicado no jornal *A Plebe*, de Edgard Leuenroth, um manifesto recusando qualquer proposta de revisão de seus princípios libertários.[113] Defendia uma sociedade sem propriedade privada, rejeitava a ação eleitoral e parlamentar e advogava a ação direta. Os erros do passado eram atribuídos à falta de propaganda metódica e sistemática e de organização. Para superar todas essas dificuldades, o manifesto propunha a constituição de grupos libertários que se articulariam em federações regionais. Os anarquistas de São Paulo elogiavam a ação da Internacional Vermelha dos sindicatos e se propunham a apoiar seu trabalho, preparando o proletariado mundial para a revolução. Mas lamentavam que os sindicatos se tivessem associado à "autoritária" Terceira Internacional (Komintern). Deixavam claro que não lutariam nas fileiras dessa instituição. Apesar disso, apoiariam seu trabalho revolucionário e esperavam que ela no final concordasse, através da experiência, com a necessidade de se organizar segundo as linhas federativas libertárias.

---

[111] Astrojildo Pereira, *A Formação do PCB*, Rio, Vitória, 1962, p. 33. Ainda está por se fazer a reconstituição dos debates nessa época, no interior dos grupos anarquistas, o que é possível através dos jornais e publicações. Dulles fez uma tentativa nesse sentido, ainda que falte uma maior interpretação do que foi transcrito dos jornais. Valemo-nos aqui desse trabalho, *op. cit.*

[112] *Movimento Comunista*, 3 de março de 1922, pp. 69-70.

[113] "Os anarquistas no momento presente: definindo atitudes. Aos anarquistas, aos simpatizantes do ideal libertário, ao proletariado", *A Plebe*, 18 de março de 1922, *cit.*, Dulles, *op. cit.*, pp. 174-175.

Imediatamente após a fundação do partido, segundo um recenseamento da Terceira Internacional sobre os efetivos dos partidos comunistas da América Latina, o partido teria 500 membros. Esse número deve ser exagerado para a data. Era um partido legalmente constituído (lembremos que seus estatutos haviam sido publicados no *Diário Oficial*...), com sede aberta. Esse período de legalidade, entretanto, não dura senão quatro meses, pois após a revolta do Forte de Copacabana, em julho de 1922, e a declaração do estado de sítio, o funcionamento legal do partido foi proibido. Em seguida, com a entrada do partido na clandestinidade, o número de membros deve ter decrescido. Levando em conta as diversas estimativas existentes, no segundo congresso (1925), deveria haver por volta de 300 membros e 1.000 no último em 1928.[114] Certamente, essa suspensão da legalidade e da conseqüente necessidade de passar à clandestinidade – da qual não sairá senão no período de janeiro a agosto de 1927, durante o Governo Washington Luís – colocou muitos problemas para o crescimento do contingente de membros. Tudo leva a crer que o partido não se envolveu nas principais questões de conjuntura política do período e parece que lhe faltou uma visão clara do papel do movimento sindical. As atividades estiveram concentradas no seu reconhecimento junto à Terceira Internacional e em consolidar a organização interna do partido – o que implicava eliminar a influência anarcossindicalista e organizar a classe operária.

No interior do movimento operário propriamente dito, os esforços principais visavam à "reconstrução" da organização sindical dentro das linhas preconizadas pelo partido. As dificuldades eram grandes porque os anarcossindicalistas ainda controlavam várias direções das associações sindicais existentes. O partido tentará organizar os sindicatos por ramos industriais e não mais por categorias profissionais, pretendendo constituir uma central sindical nacional. Os comunistas vão assumir posição contrária às associações beneficentes, que são consideradas inofensivas, porque não prejudicam os patrões. Opõem-se igualmente aos sindicatos reformistas e defendem a integração da ação sindical e da luta partidária. A ilegalidade obriga o partido a buscar infiltrar-se nos sindicatos existentes. Em 1923, há uma greve dos gráficos em São Paulo, liderada por um dos fundadores do partido, João da Costa Pimenta, que se arrastou durante o mês de fevereiro, conseguindo que as empresas, em meados de março,

[114] Ver estimativas em Ronald Chilcote, *The Brazilian Communist Party: Conflict and Consensus, 1922-1970*, New York, 1974, p. 117.

entrassem em entendimentos com os grevistas. A agitação começava a se alastrar para outros setores como os de empregados de bares, os têxteis, e os empregados de hotel, o que levou a Polícia a prender os principais líderes. Ainda em fevereiro de 1923, os anarcossindicalistas se retiram da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e formam uma nova organização, chamada Federação Operária do Rio de Janeiro (FOR); os sindicatos comunistas aderem à primeira.[115]

Na luta sindical, o partido tentará aproveitar o enfraquecimento progressivo dos anarquistas para tentar desenvolver a união sindical: "Em 1925, os comunistas empreenderam o restabelecimento do movimento sindical. O momento era favorável porque os anarcossindicalistas tinham perdido toda sua influência sobre as massas. A Federação Operária não existia senão no papel. Além do mais, a necessidade de unificar o movimento sindical esfacelado se fazia sentir com uma força toda especial. Assim, apesar da repressão, o trabalho unitário dos comunistas foi acolhido com entusiasmo pelas massas. Seus esforços chegaram à criação de um Comitê Central, para a fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo empreendiam uma ação para reorganizar os sindicatos segundo o princípio de ramos industriais."[116] Além disso, ao nível propriamente político, são dessa época, em 1927, as gestões para os primeiros contatos com Luís Carlos Prestes. Na segunda quinzena de dezembro, Astrojildo Pereira se encontra com Prestes em Porto Suarez (Bolívia). Ainda com respeito à ação sindical, pouco antes do Congresso, reúne-se, a fevereiro de 1925, uma conferência de delegados de células e núcleos (frações sindicais), existentes no Rio e em Niterói, convocada pela Comissão Central Executiva. Nessa reunião, trata-se principalmente do recrutamento de novos membros, sua organização em células de empresa e a publicação de um jornal de massas. As teses calculam que no Rio e em Niterói existiam 150 membros do partido, o que é julgado insignificante: "As estatísticas indicam para a população laboriosa do Distrito Federal um número superior a 300.000 pessoas. Só a indústria propriamente fabril conta, aqui, mais de 1.500 estabelecimentos, com cerca de 60.000 operários (dados incompletos). Os transportes de toda natureza empregam mais ou menos 45.000 pessoas. A indústria têxtil, a mais importante,

---

[115] Dulles, *op. cit.*, pp. 207-212.

[116] "Le mouvement ouvrier au Brésil et au Venezuela", *La Correspondance Internationale*, nº 7, 1928, p. 99.

conta ao todo mais de 70 estabelecimentos, com um total de cerca de 20.000 operários. Destes, mais de 15.000, isto é, mais de 75%, trabalham em apenas 10 grandes fábricas de tecidos de algodão. Segundo o censo de 1920, o número global de estabelecimentos fabris contando, cada um, mais de 100 operários, é de 99, com um total de 35.842 operários. Digamos, 100 estabelecimentos e 35.000 operários. Ora, nós precisamos, para começar, organizar uma célula em cada um desses 100 estabelecimentos, o que nos trará de pronto 400 novos aderentes. Juntemos a esses 400 os 150 membros que já possuímos e mais outros 50 novos, dos transportes etc., aí teremos 600 membros. Quantidade ainda insignificante: 2 por mil ou 0,2 sobre o total das massas laboriosas do Distrito Federal."[117] Depois dessa constatação, propõe o compromisso de constituir uma célula em cada uma das grandes 100 empresas. Mas A. Pereira comenta que o plano minucioso que se seguia não tinha uma estreita ligação com as lutas da classe operária.[118] Para tanto, deveriam contribuir as condições impostas pela clandestinidade. As dificuldades da propaganda aparecem claramente quando se leva em conta que a maior parte do tempo os comunistas deviam trabalhar ilegalmente, uma vez que uma imprensa legal não poderia existir. No segundo congresso, reunido no Rio de Janeiro (maio de 1925), é apresentado um balanço das forças operárias organizadas em sindicatos. Reconhece-se que os sindicatos "amarelos" são os mais importantes.

Quanto a esses, a Primeira República foi pontilhada de iniciativas de constituição de sindicatos com o apoio governamental. Urge fazer uma reconstituição desses esforços e de suas repercussões junto à massa operária. Nos anos 20, esses sindicatos no Rio de Janeiro se concentravam especialmente na área dos marítimos: os líderes desses sindicatos, que mantinham boas relações com o Governo e com a Polícia, eram chamados de "amarelos" pelas lideranças operárias (por oposição a vermelho). Na greve da Leopoldina, em 1920, esses líderes "amarelos" se encontram com o Ministro dos Transportes, Pires do Rio, e formam uma comissão para solucionar o conflito. A comissão encabeçada por Petronilho Montes, contava com 19 líderes, tendo sido recebida por Epitácio Pessoa no dia 27 de março,. Na ocasião, foi relatado ao Presidente que havia sido solicitada a readmissão dos operários, ainda em greve, com o assentimento

[117] Astrojildo Pereira, *op. cit.*, p. 63.
[118] Astrojildo Pereira, *op. cit.*, pp. 62-70.

do diretor da Leopoldina. Solicitaram ainda a liberdade para aqueles operários presos que não haviam cometido atos ilegais e a reabertura das associações que haviam sido fechadas: o Presidente se mostrou aberto às reivindicações. A maioria delas foi atendida. O jornal *Correio da Manhã*, do dia 29 de março elogiava a intervenção "espontânea, generosa e desinteressada" dos líderes "amarelos". Os anarcossindicalistas os consideravam traidores por não levar em conta as condições miseráveis dos grevistas. Para comemorarem o fim da greve da Leopoldina, os líderes "amarelos" e trabalhadores marítimos visitaram Epitácio Pessoa no dia 30 de março: foram advertidos pelo Presidente que era mais importante do que nunca que os "trabalhadores honestos" se distanciassem dos anarquistas.[119]

Ainda em 1924, é o próprio Partido Comunista que indica o peso desses sindicatos amarelos no movimento operário. O documento aprovado pelo II Congresso do partido (1925), ao caracterizar a situação do movimento sindical, indica como três as tendências existentes: a anarquista, a comunista e a "amarela". Estes, do "ponto de vista numérico e social", são considerados "os mais importantes".[120] Compreenderiam, ainda segundo esse documento, trabalhadores dos transportes marítimo e terrestre, os portuários e parcialmente os da indústria têxtil. Mantém-se, assim, no interior dos setores que já consistiam a sua base no início do século. Em 1928, quando Artur Bernardes volta da Europa, no final de dezembro, é publicado um documento elogioso ao ex-Presidente no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, por tanto haver feito durante seu Governo (*sic*) pelos trabalhadores: assinam o mesmo, associações ligadas aos trabalhadores marítimos e do transporte.[121]

Em 1928, os efetivos do Partido Comunista do Brasil contariam com 1.200 membros; nessa mesma época, o do México contaria com 1.000 membros (dos quais 50% operários rurais) e o da Argentina com 2.000 membros. Nesse período, é criada a Confederação Geral do Trabalho do Brasil, da qual participaram cerca de 60 delegados. Antes, havia ocorrido uma longa greve dos gráficos em São Paulo, que durou 72 dias, a partir de 23 de março de 1929. Essa greve teria contribuído especialmente para a melhor aplicação da legislação relativa ao trabalho de menores. Em 1929, Astrojildo Pereira calcula em 100.000 o número de trabalhadores sindicalizados e indica que, desses, 60.000 pertencem à Confederação Geral dos

---

119 *Correio da Manhã*, 29 de março de 1920; 31 de março de 1920, *cit.*, Dulles, *op. cit.*, p. 131.

120 Astrojildo Pereira, *op. cit.*, p. 69.

121 Dulles, *op. cit.*, p. 373.

Trabalhadores do Brasil,[122] de influência do Partido Comunista. Mas lembra que os sindicatos "amarelos" controlam cerca de 20.000 trabalhadores, particularmente na categoria dos marítimos (quanto aos anarcossindicalistas, é atribuído o número de 2.000, mas sua influência desaparecera quase totalmente).

Dessa tentativa de reconstituição dos anos 20, algumas observações devem ser feitas. Um quadro completo desse período ainda resta por fazer. As inúmeras tentativas (entre as quais a nossa mesma se inclui) não conseguiram integrar de uma maneira exaustiva os diversos níveis de análise: a luta política das diversas tendências e sua relação com a cena política dominante, a ação sindical e suas relações efetivas com a classe operária e com os anarcossindicalistas e, finalmente, as relações do partido com o movimento comunista internacional. De qualquer modo, muitas peças foram reconstituídas e talvez, hoje, se esteja mais perto dessa síntese. No que diz respeito especificamente ao movimento operário, a implantação do Partido Comunista no interior desse movimento se defrontou, além da oposição anarcossindicalista, com as iniciativas socialistas, reformistas ou "amarelas" (criadas por iniciativa governamental). Quando se situam esses conflitos no interior da classe operária, marcada ainda pelas características que havíamos anunciado no princípio, os êxitos que poderiam ter sido computados se tornam bastante limitados. Por outro lado, a composição do proletariado não havia mudado substancialmente em relação à década precedente: as migrações nacionais não haviam ainda assumido o peso que teriam nas décadas posteriores. A partir dessas primeiras indicações, será possível começar a reconstruir as linhas do debate, no interior da classe operária, entre o Partido Comunista nascente e os grupos anarcossindicalistas. Na luta sindical, os "interlocutores válidos" dos comunistas serão só anarcossindicalistas, pelo menos até o final dos anos 20. Estes (ao lado dos "amarelos") criarão sérios obstáculos, para a consolidação da "unidade sindical", pretendida pelo Partido Comunista. Esse "enfrentamento" reflete também o esforço de superação, ao nível ideológico, das próprias origens anarcossindicalistas do partido. Ao nível propriamente político, a atuação do partido, no período, será caracterizada, ainda, pelo lento aprendizado da participação legal nas eleições. Essa participação, nas suas tentativas de frentes-únicas com outros grupos políticos dissidentes, ou somente na "base" operária, não alcançará nunca resultados expressivos. Se se levar em conta o peso do proletariado, seu

[122] Ver *International Press Correspondence*, 17 de setembro de 1929, *cit.*, Dulles, *op. cit.*, p. 393.

número reduzido, o grande número de estrangeiros (desinteressados das eleições – menos do que por dificuldades de inscrição), de mulheres, de crianças – pode-se ter uma avaliação correta da influência limitada que poderia ter a participação eleitoral da classe operária. Assim, não é possível superestimar o impacto da participação intermitente na prática eleitoral. Também não esqueçamos os limites do sistema eleitoral – um disfarce rústico, um arremedo de cena política, muito mais um sacrifício aos ritos do liberalismo, visando à manutenção, dentro de riscos calculados, do sistema de dominação oligárquico. Antes de 1930, o número de votos operários nas eleições presidenciais representava cerca de 3% da população votante do país. Um outro elemento importante na construção do partido é a importação de uma facção do tenentismo, no caso, o "prestismo". Da mesma maneira que em relação ao anarcossindicalismo, aqui haverá um intenso esforço de purificação dos elementos ideológicos tenentistas que estarão presentes no interior do partido. Finalmente, o último elemento seria a natureza e as conseqüências das relações do partido com o Komintern. Com isso, não se pretende sugerir que tudo possa ser explicado pela variável externa, do gênero "o dedo de Moscou", cara a alguns teóricos da interpretação conspiratória da História. A exposição precedente deve ter sugerido alguns efeitos da importação desses princípios (e das palavras de ordem). Assim, a aplicação dessas diretrizes padecia de uma transposição mecanicista para um contexto completamente diverso, onde o que talvez estivesse em questão fosse uma "estratégia defensiva a longo prazo". Nos anos 20, é preciso levar em conta que o partido comunista soviético não pretendia assumir a direção moral e efetiva do movimento operário internacional: o objetivo principal era preparar a revolução operária na Europa. Quando o Komintern faz referência aos países coloniais – por exemplo, as teses sobre a questão colonial apresentadas no II Congresso – está pensando principalmente nas colônias inglesas e francesas da África e da Ásia. O resto do mundo periférico era assimilado à Índia, à Turquia, ao Egito, à Indonésia, à China. A América Latina não era percebida de maneira autônoma. No VI Congresso da Internacional, diante da afirmação de Bukarin – presidente desse organismo – "A América do Sul entra pela primeira vez na órbita da influência da Internacional Comunista", Paulo de Lacerda retruca: "É a Internacional Comunista que pela primeira vez se interessa pelo movimento comunista da América Latina."[123]

[123] *La correspondance internationale,* VIII (69), 26 de julho de 1928, p. 806; (78), 8 de agosto de 1928, p. 923, *cit.,* Paris, *op. cit.,* p. 315. Ver também Gaetano Petrillo, "L'America Latina al VI Congresso dell'Internazionale Communista", *Movimento Operaio e Socialista,* VI, nº 2/nº 3, aprille-settembre 1970.

O Secretariado Sul-Americano da Internacional é constituído em 1924, dirigido por argentinos e com sede em Buenos Aires. Somente em 1929, um membro do Secretariado Latino-Americano em Moscou, Jules Humbert-Droz, vem à América Latina. No dia 7 de maio de 1929, ele escreve para sua mulher:[124] "A situação do Partido Comunista Brasileiro é boa. A CGT brasileira foi fundada no dia 1º de maio e agrupa verdadeiramente as melhores e as únicas forças operárias do país. O *meeting* de 1º de maio em plena praça pública, numa das praças da cidade, reuniu 15.000 a 20.000 pessoas, que desfilaram em seguida pelas ruas sob as barbas da Polícia. Trinta mil exemplares de jornais foram vendidos. Em suma, um bom dia num movimento ascendente. Se Moscou não acabar destruindo tudo, muita coisa será possível fazer no Brasil daqui a alguns anos."

---

[124] Carta a Jenny Humbert-Droz, 7/5/1929; *in De Lenine à Staline: dix ans au service de l'Internationale Communiste, 1921-1931*. Neuchâtel, Editions de la Baconnière, 1971, p. 388.

FORÇAS ARMADAS

LIVRO SEGUNDO

CAPÍTULO I

AS FORÇAS ARMADAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O PODER DESESTABILIZADOR

A PRIMEIRA REPÚBLICA delimita-se pelos parênteses de duas intervenções militares, além de pontuar-se de várias outras intervenções de menor conseqüência. Em um país que de 1831 a 1889 não vira crise do Governo Central provocada por interferência da força armada, o fato certamente significa mudança importante que deve ser examinada. A mudança se deu tanto externamente à organização militar, isto é, na sociedade, como internamente. Os aspectos internos têm merecido pouca atenção dos analistas do papel dos militares na política brasileira. Autores há, por exemplo, que consideram as Forças Armadas como simples representantes de determinados grupos sociais.[1] A sociologia tem mostrado exaustivamente, no entanto, que organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isto vale particularmente para as organizações militares, que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Goffman chama de instituições totais. Estas instituições, pelo fato de envolverem todos os aspectos da vida de seus membros, desenvolvem identidade mais marcada, o que aumenta seu grau de autonomia em relação ao mundo exterior. Quando plenamente desenvolvidas, chegam a requerer de seus membros uma radical transformação de personalidade, como pode ser observado em antinomias do tipo "homem velho" *versus* "homem novo", "militar" versus "paisano".

A falta de maior conhecimento dos aspectos organizacionais leva a análises de tipo mais abrangente, seja a atribuir aprioristicamente deter-

---

[1] O mais comum é considerar-se o Exército como porta-voz das classes médias. A tese é de Santiago Dantas em seu *Dois Momentos de Rui Barbosa* (Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949) e foi repetida por vários autores, entre os quais Nelson Werneck Sodré em sua *História Militar do Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965).

minados papéis políticos às Forças Armadas, seja a limitar-se a explicações *ex post tacto*. No primeiro caso, temos explicações mecanicistas em que o comportamento militar, por mais complexo e diversificado que seja, é sempre reduzido aos limites que lhe foram traçados, com prejuízo para sua melhor compreensão. No segundo, toma-se necessário recorrer a explicações *ad hoc*, o que impossibilita qualquer tentativa de predição. Daí, a nosso ver, constituir o estudo dos aspectos organizacionais passo fundamental, embora inicial, para o correto entendimento do comportamento político das Forças Armadas.[2]

Será esta a ênfase do presente trabalho, que também não se deterá na descrição dos episódios das intervenções. Esta descrição já foi feita com suficiente amplitude em obras recentes.[3] Igualmente, o maior peso da análise cairá sobre o Exército por sua óbvia maior importância política. A Marinha será estudada principalmente como elemento de comparação.

Para uma visão panorâmica das principais intervenções militares durante o período, damos a seguir uma relação dessas intervenções com algumas de suas características (*Quadro 1*). A simples observação do quadro já sugere a importância de fatores organizacionais. Vê-se, em primeiro lugar, que as intervenções variam em relação ao escalão hierárquico que as promove dentro da organização, e, em segundo lugar, que esta variação é distinta para o Exército e a Marinha. No primeiro predominam as intervenções promovidas por oficiais inferiores, o que não se dá na Marinha, onde a liderança das intervenções claramente se divide entre oficiais e praças. Fica também claro que as intervenções raramente partem da organização como um todo, seja do Exército, seja da Marinha, fato que só uma

---

[2] Entre os poucos trabalhos sobre militares que dão maior importância a aspectos organizacionais estão os de José Murilo de Carvalho, "Organizational Roles, Belief System and Military Politics in Brazil", *mimeo*, Departamento de Ciência Política da UFMG, 1970, e de Edmundo Campos Coelho, "Em Busca de Identidade: Relações Civil-Militares no Brasil", *mimeo*, IUPERJ, 1971. Para o texto de Goffman, ver Ervin Goffman, "The Caracteristics of Total Institutions", em Amitai Etzioni, ed., *Complex Organizations*, Nova York; Holt, Rinchart; and Winston, 1961, pp. 312-340. Para um estudo não brasileiro com esta abordagem veja-se, por exemplo, Morris Janowitz, *The Professional Soldier*, Nova York: Free Press, 1965.

[3] Vejam-se por exemplo, Glauco Carneiro, *História das Revoluções Brasileiras*, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 2 volumes, 1965; Hélio Silva, *1889: A República não Esperou o Amanhecer*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972; e dos mesmos autor e editora, *1922: Sangue na Areia de Copacabana*, 1964; *1926: A Grande Marcha*, 1965; *1930: A Revolução Traída*, 1966; e ainda de Edgard Carone, *A República Velha (Evolução Política)*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. Neste volume, consultem-se os trabalhos sobre a implantação do sistema oligárquico e sobre o tenentismo.

análise interna poderá esclarecer adequadamente. Esta análise deverá dar as razões e o significado destes e de outros fatos. Examinaremos, por sua maior importância, as seguintes características organizacionais: o processo de recrutamento; o treinamento do corpo de oficiais; a estrutura interna, o tamanho e a localização geográfica de organização militar; a ideologia organizacional. Ao final, voltaremos ao quadro das intervenções para estudá-lo contra o pano de fundo destas características.

1. O RECRUTAMENTO MILITAR

Na fase inicial dos exércitos permanentes europeus, em que o grau de profissionalização e especialização era ainda elementar, o recrutamento era uma variável de grande importância. Através dele se estabelecia a relação do Exército com a estrutura de classes da sociedade. Tradicionalmente, por exemplo, o corpo de oficiais era recrutado entre a nobreza e as praças entre as classes baixas. Este mecanismo teve importantes conseqüências políticas ao possibilitar, de um lado, a identificação entre a oficialidade e os grupos politicamente dominantes, e, de outro, o isolamento da oficialidade em relação às praças. Ao mesmo tempo que garantia a lealdade dos oficiais ao Governo, impedia que eles se unissem aos escalões inferiores, o que aumentaria o poder político da organização.[4] Entre os exércitos latino-americanos, o brasileiro é talvez o que herdou em maior escala esta tradição européia. O fato de que a Independência do Brasil se tenha verificado sem grandes lutas e sem grande mobilização militar da população fez com que se preservasse aqui a estrutura do exército português. Nos países em que o processo de independência exigiu lutas mais prolongadas, grande número de pessoas foram incorporadas às Forças Armadas em todos os escalões, democratizando-as de certo modo, reduzindo seu nível profissional e tornando-as instrumento fácil de manipulação política. O fenômeno do caudilhismo, ausente no Brasil, tem neste fato uma de suas causas.

[4] Ver, sobre o assunto, Caetano Mosca, *The Ruling Class*, Londres e Nova York: McGraw Hill, 1930, p. 229. Consulte-se também o excelente trabalho de Alfred Vagts, *A History of Militarism*, Nova York: The Free Press, 1967, pp. 41-74.

QUADRO 1

INTERVENÇÕES MILITARES, 1889-1930

ARMA	PRINCIPAL GRUPO ENVOLVIDO	*1889*	*1891*	*1892*	*1893*	*1895*	*1897*	*1904*	*1910*	*1915*	*1922*	*1924*	*1930*
Exército	Oficiais superiores			X									X
	Oficiais inferiores	X				X	X	X			X	X	X
	Praças			X						X			
Marinha	Oficiais		X	X	X							X	X
	Praças		X						X				

Exército – 1829: Proclamação da República
1892: Manifesto dos 12 Generais
1892: Revolta do Sargento Silvino
1895: Revolta da Escola Militar
1897: idem
1904: idem
1915: Revolta dos sargentos
1922: Revolta tenentista
1924: idem
1930: idem
1930: Movimento Pacificador

Marinha – 1891: Revolta da Esquadra
1891: Revolta do "Primeiro de Março"
1892: Manifesto dos 12 Generais
1893: Revolta da Armada
1910: Revolta dos Marinheiros
1924: Revoltas de Protógenes Guimarães e Hercolino Carcardo
1930: Movimento Pacificador

Examinaremos, a seguir, separadamente, o recrutamento de oficiais e praças no Exército brasileiro.

O recrutamento de Oficiais

A origem nobre de muitos oficiais do Exército português à época da Independência é denunciada pelo fato de vários deles terem passado pelo Colégio dos Nobres de Lisboa, pela Academia de Marinha ou terem pertencido à instituição do cadetismo. O Colégio e a Academia exigiam qualidade de nobreza aos que neles quisessem ingressar. O cadetismo, criado em 1757, tinha por objetivo favorecer a entrada de nobres no serviço militar através da concessão de privilégios negados a outros grupos sociais. O candidato a cadete tinha que demonstrar nobreza de quatro costados e, uma vez no Exército, recebia logo privilégios de oficial e vantagens financeiras. O sistema foi abolido em Portugal

em 1832 por discriminatório e anticonstitucional, mas sobreviveu no Brasil até o fim da Monarquia, apesar de padecer aqui dos mesmos vícios.[5]

O preço de sua sobrevivência no Brasil foi o relaxamento dos critérios de nobreza. Disposições de 1809 e 1820 ampliam a faculdade de se alistarem cadetes aos filhos de oficiais das forças de linha e das milícias, bem como das ordenanças e de pessoas agraciadas com o hábito de ordens honoríficas. Em 1853 os filhos de oficiais da Guarda Nacional são também admitidos ao título nobre de cadete.

Ao lado dos cadetes havia outra instituição de origem nobre, os soldados particulares. No Brasil se destinava principalmente a filhos da "nobreza civil", os doutores em leis ou medicina, e a filhos de pessoas abastadas, principalmente comerciantes. O recrutamento militar favorecia assim a entrada para o oficialato de representantes de grupos sociais dominantes, pelo prestígio, pela riqueza ou pelo poder. Se as crises regenciais, principalmente em torno da Abdicação, no Rio, evidenciaram certo atrito nativista entre oficiais portugueses e brasileiros, a solução dada demonstrou a existência de outra distinção importante, separando oficiais e praças. Os oficiais portugueses que aderiram à causa nacional foram mantidos no Exército. E o expurgo feito por Feijó em 1831 atingiu principalmente os praças, como o atesta a formação logo em seguida do batalhão de oficiais-soldados, comandado pelo futuro Caxias. Os oficiais brasileiros tinham suas queixas contra o sistema colonial que os discriminava em termos de carreira em benefício dos portugueses, mas, politicamente, eram em sua grande maioria leais ao Governo e não apresentavam reivindicações de natureza social como os praças. Feijó reduziu o poder da organização militar mas manteve intacta sua estrutura.

Ao longo do Império, o caráter nobre do recrutamento militar modificou-se no sentido de tornar-se cada vez mais endógeno à organização, isto é, a limitar-se cada vez mais à nobreza militar com exclusão da civil. A concessão do direito ao título de cadete a filhos de oficiais favorecia esta evolução. O *Quadro* 2 ilustra essa mudança.

[5] Sobre o cadetismo, ver Rui Vieira da Cunha, *Estudo da Nobreza Brasileira. I – Cadetes*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966, e General Francisco de Paula Cidade, *Cadetes e Alunos Militares Através dos Tempos*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

QUADRO 2

PROFISSÃO DO PAI E TÍTULOS DE CADETE E SOLDADO PARTICULAR. GENERAIS DE 1860 a 1889. (NÚMEROS ABSOLUTOS)

Títulos	*Militar*	*Outra*	*Total*
Cadete	22	6	28
Soldado particular	–	4	4
Nenhum	7	21	28
TOTAL	29	31	60

FONTE: Laurênio Lago, *Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

O quadro mostra, em primeiro lugar, que, no fim do Império, mais da metade dos generais ainda possuíam título de nobreza sangüínea. Mas mostra também que a quase totalidade destes títulos era concedida a filhos de militares. Os filhos da nobreza civil, os soldados particulares, tinham quase desaparecido. A organização militar fechava-se aos poucos sobre si mesma, gerando às vezes verdadeiras dinastias militares como as dos Lima e Silva no Império e dos Fonseca na República. A elite civil passou a preferir, para o serviço militar, a Guarda Nacional, que exigia menor esforço e interferia pouco nas atividades particulares. Por outro lado, o próprio título de nobreza dos militares perdera quase totalmente seu conteúdo original. No fim do Império, por exemplo, o título de cadete já podia ser conseguido através da nomeação política do pai do pretendente a oficial da Guarda Nacional.[6] Com exceção do Rio Grande do Sul, parece que o recrutamento de oficiais, ao longo do Império e da República adentro, passou a ser feito predominantemente dentro da própria organização e entre grupos sociais de renda mais baixa e *status* menos que nobre. Não existem bons dados sobre a origem social dos oficiais durante a Primeira República, mas, das várias biografias e autobiografias publica-

[6] Assim aconteceu, por exemplo, com o pai do futuro Marechal Setembrino de Carvalho, um simples funcionário público estadual, que foi nomeado Capitão da Guarda para que o filho pudesse se tornar cadete. Ver o depoimento do Marechal em seu livro *Memórias. Dados para a História do Brasil*, Rio de Janeiro, sem indicação de editor, 1950, pp. 24-25.

das, pode-se perceber, por exemplo, que a quase totalidade dos líderes tenentistas era proveniente de famílias pobres. Estão nesta situação os Távora, Carlos Prestes, Nunes de Carvalho, Siqueira Campos, João Alberto. Alguns, como os Távora, confessadamente entraram para o Exército como a única maneira de prosseguir os estudos, uma vez que as rendas familiares eram insuficientes. Quando Leitão de Carvalho manifesta intenção de ingressar no Exército, seu professor lhe pergunta se o motivo é falta de dinheiro.[7]

Os únicos dados sistemáticos disponíveis sobre origem social de militares são os coletados por Alfred Stepan. Embora se refiram a período posterior, parece que representam ainda padrão que não deve estar muito longe do vigente ao fim da Primeira República. Stepan levantou a filiação dos alunos da Academia Militar de 1941 a 1943. Os dados foram coletados na AMAN, mas na época a Academia funcionava no Realengo. O *Quadro 3* reproduz com alguma simplificação as informações de Stepan.

A classificação do autor se presta a reparos. A inclusão de todos os profissionais liberais, incluindo dentistas, na classe alta tradicional, ou a colocação, na mesma categoria de classe média, de industriais e servidores públicos é discutível. Mas o quadro deixa bastante claro que, ainda em 1941, a carreira militar não era escolha preferida da elite civil.[8] O número de filhos de militares parece baixo em comparação com os dados do Império, mas a mudança foi apenas temporária. Os dados do mesmo autor para os alunos da AMAN entre 1962 e 1966 indicam que 35% são filhos de militares, demonstrando a tenacidade da tendência ao recrutamento endógeno, mesmo numa estrutura social muito mais diversificada que a imperial.

Para a Marinha, os dados existentes são ainda mais precários. Mas, se há diferença, é no sentido de ser mais acentuado o caráter "nobre" nesta corporação. Pelo Regulamento de 1782 da Academia Real de Marinha, exigia-se, para ser guarda-marinha, que o candidato fosse fidalgo ou filho de oficial da Marinha ou do Exército. Estas duas fontes de recrutamento predominam entre os almirantes do Primeiro Reinado.[9] A transferência de

---

[7] Ver Marechal Estêvão Leitão de Carvalho, *Memórias de um Soldado Legalista*, Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961, Tomo I, p. 13.

[8] E isto apesar de medidas discriminatórias introduzidas durante o Estado Novo, que procuravam impedir o ingresso no oficialato de pessoas de classe baixa. Ver a respeito Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um Soldado*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 183.

[9] Ver Henrique Boiteux, *Os Nossos Almirantes*, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, especialmente os três primeiros volumes, 1915-1917, 1920.

QUADRO 3

PROFISSÃO DOS PAIS DOS ALUNOS DA ACADEMIA MILITAR, 1941-43 (%)

Classe alta tradicional		*Classe média*		*Classe baixa qualificada*		*Classe baixa não qualificada*	
Fazendeiro	3,8	industrial	3,1	artesão	0,8	operário	0,7
Profissional liberal	14,5	comerciante	25,7	outras	0,7	camponês	0,3
Outras	1,5	servidor público	15,8			empregado doméstico	1,3
		militar	21,2				
		outras	10,6				
TOTAL	19,8		76,4		1,5		2,3
	(N = 204)		(N = 788)		(N = 15)		(N = 24)

FONTE: Alfred Stepan, *The Military in Politics, Changing Patterns in Brazil*, Princeton: *Princeton University Press*, 1971, p. 32.

oficiais portugueses para a Marinha brasileira foi maior do que no Exército. D. João trouxe toda a Academia de Marinha a bordo de um navio, e, em 1822, 98 oficiais aderiram à causa brasileira, não o fazendo apenas 27. Os oficiais ingleses absorvidos eram todos também de origem nobre, de acordo com a tradição inglesa. Durante o período imperial a Marinha parece ter mantido um padrão mais alto de recrutamento do que o Exército. Podemos encontrar entre Almirantes filhos de importantes políticos, como é o caso de Jaceguay, e de famílias nobres, como é o caso de Saldanha da Gama, bem como vários filhos de oficiais, principalmente da própria Marinha. No depoimento de um oficial desta arma, "a oficialidade da Marinha sempre foi, ao menos uma parte, das mais escolhidas da alta sociedade do Brasil". Tobias Monteiro, em seu libelo contra o domínio de doutores no Brasil, escrevia em 1917 que as famílias ricas queriam fazer dos filhos doutores em Direito, Medicina e Engenharia, e, fora isso, só talvez oficial da Marinha.[10] O estilo aristocrático do oficial da Marinha personificou-se no fim do Império e início da República na figura de

[10] Ver *Um Oficial da Marinha, Política Versus Marinha*, Rio de Janeiro; Garnier, s/data, p. 90 e Tobias Monteiro, *Funcionários e Doutores*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1919, 2ª ed., p. 14.

Saldanha da Gama, que tanto brilhava na Academia Naval, de que era diretor, como nos teatros e salões do Brasil e do exterior. O pequeno número de oficiais desta arma e suas constantes viagens ao exterior que exigiam maior cosmopolismo favoreciam e encorajavam a manutenção deste padrão superior de recrutamento.

O recrutamento de praças

A par deste recrutamento de oficiais, que evoluiu, no Exército, de aristocrático para endógeno e de classe média, temos o recrutamento das praças que até 1916 foi consistentemente feito em classes baixas. Disto já eram uma indicação as manifestações do "povo e tropa" do período regencial. A maneira de se fazer este recrutamento fica clara em decreto de 1835, que manda, no caso de fracasso do recrutamento voluntário: "Proceder-se-á a recrutamento forçado e o recrutado servirá por seis anos, receberá somente soldo simples, será conduzido preso ao quartel e nele conservado em segurança até que a disciplina o constitua em estado de se lhe facultar maior liberdade."[11] Os *relatórios* do Ministério da Guerra estão cheios de queixas contra o sistema de recrutamento e de pedidos ao Congresso de leis mais adequadas. Fala-se na "geral repugnância da população para a carreira das armas" e na impossibilidade de manter os recrutas nas fileiras. Os voluntários eram obrigados a servir seis anos e os recrutados nove anos, mas as constantes deserções, as doenças, a incapacidade física e as mortes, desfalcavam o contingente em proporção calculada pelo Ministro, no *Relatório* de 1862, em um terço anualmente.

Em 1874 foi finalmente aprovada nova lei de recrutamento que estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e pelo reengajamento. Certas disposições da lei fizeram, no entanto, que ela resultasse em completo fracasso. De um lado, permitia pagar aos que não quisessem servir certa quantia de dinheiro ou apresentar substitutos, e introduzir isenções especiais para bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastoris, caixeiros de lojas de comércio etc. De outro lado, deixava o alistamento e o sorteio a cargo de juntas paroquiais, presididas pelo Juiz de Paz e completadas pelo Pároco e pelo Subdelegado. O resultado foi continuar o serviço pesando totalmente sobre pessoas sem recursos financeiros ou políticos. Silveira Martins dizia a respeito desta lei, em 1877, em discurso na Câmara: "Que

[11] Decreto de 20 de novembro, em *Coleção de Leis do Império*, 1835.

desigualdade mais funesta pode haver do que a que consagra o privilégio dos ricos, permitindo que se isentem por um conto de réis do sagrado dever de defender a pátria?".[12] O novo sorteio só colhia os pobres em suas malhas, ou não colhia ninguém, continuando o recrutamento a ser feito a laço como anteriormente. Ainda em 1913, Leitão de Carvalho diz que as principais fontes de recrutamento do Exército eram: a) os nordestinos afugentados pelas secas; b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela Polícia; d) os inaptos para o trabalho. Era a seleção invertida, na expressão do autor.[13]

Panorama semelhante se via na Marinha. O *Relatório* do Ministro em 1911, referente ao ano de 1910, ano da revolta dos marinheiros, afirmava: "Estes homens, cujo processo de recrutamento havia sido, em geral, o mais pernicioso possível, pois não só o Corpo de Marinheiros como até as Escolas de Aprendizes, e estas em virtude de seu próprio regulamento, encontravam nos xadrezes da Polícia a maior fonte de alistamento de pessoal, acabavam de dar suficientes provas de sua qualidade e da inconveniência de sua manutenção nas fileiras."[14] Este recrutamento refletia-se na composição racial das guarnições dos navios que eram, de acordo com o mesmo oficial já citado, formadas de 50% de negros, 30% de mulatos, 10% de brancos ou quase brancos.[15]

Pode-se imaginar o que seria a vida interna de quartéis e navios. O mesmo Leitão de Carvalho mostra, em 1914, que num ano, dos 220 homens de um batalhão, 17 foram expulsos e, para os 203 restantes, houve 390 castigos, com média de 14,5 dias de prisão para cada um.[16] Em 1909, o Supremo Tribunal Militar julgou 443 crimes de praças do exército, sendo que 321 de deserção e 24 de homicídio. Para a Marinha, o *Quadro 4* mostra a permanência do problema da deserção ao longo de 80 anos. Os dados se referem ao Corpo de Imperiais Marinheiros, posteriormente Corpo de Marinheiros Nacionais. A fonte de recrutamento indicada como "outra" se compõe, quase que exclusivamente, de recrutamento forçado.

---

[12] Sessão de 11/9/1877, *Anais da Câmara dos Deputados*, 1877.

[13] Estêvão Leitão de Carvalho, "O Voluntariado do Exército", *A Defesa Nacional*, I, 2 (novembro, 1913), pp. 40-43.

[14] *Relatório* do Ministro Joaquim Marques Batista de Leão, p. 20.

[15] Um Oficial da Marinha, *op. cit.*, p. 85.

[16] Estêvão Leitão de Carvalho, "Outro Aspecto do Nosso Voluntariado", *A Defesa Nacional*, I, 5 (fevereiro, 1914), pp. 140-142.

QUADRO 4

FONTES DE RECRUTAMENTO E DESERÇÕES NA MARINHA, 1850-1929 (NÚMEROS ABSOLUTOS)

Ano	FONTES DE RECRUTAMENTO			*Deserções*
	Voluntariado	*Escolas de aprendizes*	*Outra*	
1850	1	-	319	156
1888	64	431	511	360
1900	7	261	-	127
1920	159	478	637	258
1929	20	409	-	241

FONTE: *Relatórios* do Ministério da Marinha para os respectivos anos.

Brigas, roubos e bebedeiras eram freqüentes nos quartéis e não admira que a população olhasse com terror a perspectiva do recrutamento.[17] Nos navios "as partes diárias são um rosário de pequenas indisciplinas, de intrigas, de perseguições, de violações e imoralidades que se passam entre a guarnição".[18] A contrapartida de tudo isso era o castigo físico. Abolido pela Lei de 1874, continuou no Exército e na Marinha até muito mais tarde. As surras com espada sem corte, depois com varas de marmelo no Exército e chibata na Marinha, previstas na legislação do Conde de Lippe, de 1763, eram freqüentes nas duas corporações e foram a principal causa da revolta dos marinheiros em 1910.

Em contraste com tudo isso havia a Guarda Nacional, na qual eram obrigados a servir todas as pessoas com renda anual superior a 100$000, entre as idades de 21 e 60 anos. Eram dispensados do serviço apenas os militares, clérigos e oficiais de justiça. O alistamento, pela reforma de 1850, foi entregue a oficiais da própria Guarda e aos juízes municipais, pessoas de nomeação do Governo Central, evitando-se assim excessiva

[17] Uma rápida, mas informativa descrição da vida aquartelada ao fim do Império pode ser encontrada em Coronel F. de Paula Cidade, "O Exército em 1889. Resumo Histórico", em *A República Brasileira*, volume organizado e editado pela Biblioteca do Excército, Rio de Janeiro, 1939, pp. 229-304.
[18] Um Oficial da Marinha, *op. cit.*, p. 87.

influência de autoridades eletivas.[19] O *Quadro 5* dá uma idéia da distribuição da renda num batalhão da Guarda Nacional do Município de Paranaguá, Paraná, em 1877.

QUADRO 5

RENDA E OCUPAÇÃO DOS MEMBROS DO 3º BATALHÃO DA GN ATIVA DE PARANAGUÁ, 1877

Posto	*Renda*	*Número*	*Ocupação*
Tenente-Coronel	5.000$000	1	negociante
Major	2.000$000	1	negociante
Capitão	1.000$000	3	2 negociantes, 1 lavrador
Tenentes e alferes	600$000	4	2 negociantes, 2 lavradores
Praças	300$000	501	499 lavradores, 1 sapateiro, 1 alfaiate
	Total	510	

FONTE: *Documentos do Min. da Justiça, maço 446,* Arquivo Nacional.

Apesar de manter hierarquia organizacional paralela à hierarquia de renda, o nível inferior da renda excluía da Guarda praticamente todos os elementos normalmente recrutados para o Exército e a Marinha. A Guarda era uma fiel representação dos grupos de renda mais alta do país, ao passo que o Exército não se ligava a estes grupos nem mesmo pela oficialidade, como em parte o fazia a Marinha. Criou-se assim um verdadeiro divórcio entre o Exército e os grupos dominantes civis. Assim marginalizada, a oficialidade do Exército desenvolveu uma acentuada agressividade contra esses grupos, representados principalmente pela elite política civil. A existência da discriminação e o correspondente ressentimento por parte do Exército aparecem claramente no episódio das Cartas Falsas. Ao chamar o Marechal Hermes de "sargentão sem compostura", o autor das cartas atingiu profundamente o ego militar, como o demonstra a reação violenta que se seguiu. Este fosso entre o Exército e as elites civis só seria

[19] Ver as leis de 18 de agosto de 1831 e 19 de setembro de 1850, que criam e reorganizam a Guarda Nacional, respectivamente. *Leis do Império,* 1831, 1ª parte, pp. 49-74, e 1850, 1ª parte, pp. 237-259.

reduzido com a introdução do sorteio militar, que obrigou os filhos destas elites a ingressar nas fileiras.

A lei do sorteio militar

O recrutamento que se fazia até 1916, ao mesmo tempo que marginalizava o Exército, impedia que este se modernizasse internamente pela má qualidade dos recursos humanos que lhe fornecia. O sorteio universal era a única solução possível para o problema. A luta por sua introdução foi continuada na República, agora ajudada pelo maior poder político adquirido pelo Exército. Mas a resistência também continuou poderosa, através da imprensa, do Congresso e até mesmo de organizações operárias.

Em 1896 criou-se a Confederação Brasileira do Tiro como um primeiro passo para aproximar do serviço militar os jovens das classes média e alta. Não teve muito êxito a iniciativa, até que foi reativada por Hermes em 1906. Como Ministro da Guerra de Afonso Pena, Hermes deu o grande impulso para a transformação do Exército. Em 1908 conseguiu passar, afinal, a lei do sorteio. Conseguiu também tornar obrigatória a instrução militar em colégios secundários. Já no ano seguinte, 50 Sociedades de Tiro estavam organizadas, com um total de 13.511 membros.[20]

Mas a Lei de 1908 não teve muito melhor sorte do que a de 1874. Como esta, não "pegou". Nem mesmo o fato de o próprio Hermes ocupar a Presidência no quatriênio seguinte garantiu a aplicação da lei. Foram necessárias longa campanha e a Guerra Mundial para que se conseguisse pô-la em prática. A campanha foi liderada por um grupo de jovens oficiais que haviam estagiado no Exército alemão, de 1906 a 1912, e que criaram, em 1913, a revista *A Defesa Nacional* para a divulgação de suas idéias. Este grupo, de que falaremos adiante, ficou conhecido pelo nome de "jovens turcos", referência irônica aos jovens reformadores militares de Mustafá Kemal. O problema é discutido desde o primeiro número da revista. O relacionamento entre o tipo de recrutamento e o desprestígio do Exército está expresso em editorial de 1917: "No Império, o recrutamento forçado, que trazia para as fileiras do Exército os elementos da mais baixa camada social, foi sempre o maior fator de desprestígio da farda que, em vez de representar o cultivo do amor pela pátria, era tida como um símbolo de castigo."[21] No Governo de Wenceslau Braz (1914-1918), o Ministro da Guerra José Caetano de Faria, simpático à campanha de renovação dos

[20] *Relatório* do Ministério da Guerra para 1909 (publicado em 1910), pp. 18-20.

[21] *A Defesa Nacional*, IV, 140 (janeiro, 1917), p. 114.

"jovens turcos", chama um deles para oficial-de-gabinete, e a luta pelo sorteio se intensifica, agora grandemente auxiliada pela eclosão da guerra. Em 1915, os "turcos" conseguem o apoio de Olavo Bilac para a campanha. Bilac era filho de militar, mas também poeta de renome e plenamente aceito nos meios civis. Sua campanha se dirige exatamente aos centros da concentração dos filhos das elites civis, isto é, às faculdades de Direito e Medicina, principalmente as do Centro e Sul do país. Bilac quer que se acabe com o "divórcio monstruoso" que separa Exército e povo. Pelo sorteio, diz ele, "teremos o Exército que devemos possuir: não uma casta militar, nem uma profissão militar, nem uma milícia assoldadada, nem um regime militarista, oprimindo o país, mas um Exército nacional, democrático, livre, civil, de defesa e coesão, que seja o próprio povo e a própria essência da nacionalidade". Quer que "o Exército seja o povo e o povo seja o Exército, de modo que cada brasileiro se ufane do título de cidadão-soldado".[22]

A ofensiva dos "turcos" se torna mais intensa e sucedem-se medidas tendentes a introduzir as modificações desejadas. Em 1916, cria-se a *Liga de Defesa Nacional,* já com apoio de representantes das elites civis. No mesmo ano faz-se o primeiro sorteio de acordo com a Lei de 1908. Dois anos depois já se exige carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos, reorganiza-se a Confederação do Tiro de Guerra, agora sob controle do Exército, para absorver os alistados não incorporados. Amplia-se também a instrução militar nos estabelecimentos de ensino secundário e superior. Em 1926, já há 226 estabelecimentos de ensino com instrução militar e 677 Sociedades de Tiro.

A transformação iniciada pelo sorteio pode ser avaliada pelos dados do *Quadro 6.*

O grande número de insubmissos indica que, como era de esperar, a inovação continuou a encontrar resistências. O alistamento estava a cargo de juntas locais dirigidas pelos Presidentes das Câmaras Municipais, o que possibilitava o tradicional uso do recrutamento como arma política nas lutas locais. Este fato levou *A Defesa Nacional,* em 1919, a reclamar para o Exército todo o controle do processo, como de fato se deu posteriormente. Mas o grande passo estava dado e a transformação era irreversível. Como conseqüência lógica, a Guarda Nacional é extinta em 1918.

---

[22] Ver Olavo Bilac, *A Defesa Nacional,* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965, pp. 106, 107, 70.

QUADRO 6

ALISTAMENTO E RECRUTAMENTO MILITAR
(EXÉRCITO), 1916-1919

	1916	*1919*
Alistados	54.404	113.073
Sorteados	3.457	41.828
Incorporados	2.926	14.382
Insubmissos	890	22.663

FONTES: *Relatório* de 1919.

Mesmo sendo já um órgão de exclusivo uso político, a extinção da Guarda significava o fim da dualidade do serviço militar, um destinado às classes baixas, outro às classes altas.[23] Para o Exército, foi uma transformação básica. Podia agora contar com abundante e qualificado material humano, podia modernizar e sistematizar o processo de treinamento, podia criar reservas, podia incluir em suas funções a educação cívica, como o pregavam Hermes, os "turcos" e Bilac, e podia, finalmente, reduzir a distância que o separava da elite civil. Só então o Exército ganha condições de se tornar aos poucos realmente nacional. O sorteio deu ao Exército o monopólio do serviço das armas ao nível nacional, multiplicando com isto seu poder político.

2. O TREINAMENTO DE OFICIAIS

O impacto do tipo de recrutamento nas Forças Armadas é inversamente proporcional à intensidade do processo interno de socialização. Este processo se verifica principalmente na formação do corpo de oficiais,

[23] Houve na República verdadeira orgia de criação de corpos e oficiais da Guarda Nacional. Para demonstrar que se perdera toda preocupação com o funcionamento real da Guarda, basta citar alguns números referentes ao ano de 1916. Até então tinham sido criadas legalmente 2.976 brigadas, com 9.784 corpos. Isto correspondia a um efetivo de paz de 4.511.540 homens, com 239.176 oficiais. Em tempo de guerra, este efetivo se elevava a 10.120.397. Ver Castro Ayres, "A Guarda Nacional", *A Defesa Nacional,* VI, 63 (dezembro, 1918), pp. 106-109.

e se processa através de uma série de mecanismos, tanto formais como informais. Vamos examinar o mecanismo formal da educação dos oficiais, que funciona principalmente através das Escolas Militares.

Grande parte dos oficiais do fim do Império e da primeira década da República foi formada na Escola Militar da Praia Vermelha. Esta escola evoluíra da Academia Real Militar de 1810, que se bipartiu, em 1858, para separar a parte de Engenharia Civil do ensino propriamente militar. O ensino da Engenharia Civil ficou com a Escola Central, transformada, em 1874, na Escola Politécnica, já então sob a jurisdição do Ministério do Império.[24]

A separação foi mais formal do que real. Na prática, principalmente com a entrada do positivismo na Escola Militar, esta passou a ser mais um centro de estudos de Matemática, Filosofia e Letras do que de disciplinas militares. A influência positivista se tornou maior a partir do ingresso de Benjamin Constant como Professor da Escola, em 1872, logo após o término da Guerra do Paraguai. Depoimentos de ex-alunos, o conteúdo das revistas publicadas na escola, tudo indica a existência de um ambiente muito distante do que seria de esperar numa instituição destinada a preparar técnicos em fazer guerra. São publicadas várias revistas, nenhuma de assuntos militares. A revista *Fênix*, por exemplo, publicava coisas do seguinte estilo: "A Poesia Científica", "A Positividade do Século", "A Harmonia do Estilo" etc. Sua congênere, *Clube Acadêmico*, não ficava atrás, publicando trabalhos sobre a "Evolução Cósmica", "Concepção de Leibnitz" etc. As freqüentes sessões de discussão debatiam problemas do tipo "Será possível a Paz Universal?" Havia várias sociedades literárias, e mesmo dramáticas. Leitão de Carvalho, ao freqüentá-la entre 1901 e 1904, observa que o ambiente quase nada tinha de militar. Nem formatura havia. Ao terminar o segundo ano na Praia Vermelha, diz este autor: "A ausência do espírito militar nos cursos das escolas do Realengo e da Praia Vermelha tinha feito de mim um intelectual diletante, que não sabia bem para onde se virar: se para as ciências exatas, a literatura ou, simplesmente, os assuntos recreativos do espírito."[25]

Não se poderia esperar que profissionais competentes saíssem destas Escolas, com exceção talvez dos Engenheiros Militares. Na apreciação de

[24] Para breve história das Escolas Militares, com ênfase em seu ambiente cultural, ver Umberto Peregrino, *História e Projeção das Instituições Culturais do Exército*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. A parte referente à Praia Vermelha se acha nas pp. 23-32.

[25] *Memórias*, tomo I, p. 32. Na época funcionava no Realengo uma escola preparatória, chamada Prática, depois Tática. Os alunos lá faziam três anos de estudos preparatórios antes de ingressar na Praia Vermelha.

um General, escrita em 1914: "Raros soldados de escol produziram as escolas militares e raríssimos exemplares deles nos legaram; sobram-nos, entretanto, enraizados burocratas, literatos, publicistas e filósofos, engenheiros e arquitetos notáveis, políticos sôfregos e espertíssimos, eruditos professores de matemáticas ciências físicas e naturais, como amigos da santa paz universal, do desarmamento geral, inimigos da guerra, adversários dos exércitos permanentes."[26] O que na verdade produzia a Escola eram bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de Direito e Medicina. Dentro do próprio Exército esses oficiais gostavam de ser chamados de doutores. Era "Dr. General", "Dr. Tenente" ou simplesmente "seu doutor".[27] Estava aí criado o perfeito ambiente para a aceitação da idéia do soldado-cidadão, que desde a Proclamação da República passou a pertencer à ideologia das intervenções militares no Brasil.

Ao lado desse grupo de bacharéis de farda, quase todos alunos ou ex-alunos de Benjamin Constant, ainda nos postos iniciais da carreira, havia, no fim do Império, outro grupo chamado, algo pejorativamente, de "tarimbeiros", composto de oficiais mais velhos, quase todos ex-combatentes da Guerra do Paraguai, muitos sem curso na Escola Militar. Dos 60 Generais das três últimas décadas do Império, por exemplo, mais de 90% tinham lutado no Paraguai, e mais de 50% lutaram também contra Rosas ou em alguma campanha interna. Apesar de terem chegado ao posto máximo da hierarquia militar, 30% deles não tinham o curso da Escola. Se um Benjamin Constant, um Euclides da Cunha eram exemplos do primeiro tipo de oficial, Deodoro era a personificação do segundo.

As relações entre os dois grupos não eram fáceis. Se, de um lado, Deodoro dizia que seu único benfeitor fora Solano López, a quem devia sua carreira militar, de outro lado, os bacharéis, adeptos do pacifismo positivista, desprezavam as façanhas bélicas e consideravam a Guerra do Paraguai um desastre. Na Escola Militar, medalha da Guerra era causa de ridículo.[28] Unia-os, no entanto, a farda. O *esprit de corps* era certamente muito mais desenvolvido nos "tarimbeiros" do que nos bacharéis. Durante a Questão Militar, toda ela girando em torno dos "brios feridos"

---

[26] General Tito Escobar, citado por Coronel F. de Paula Cidade, "O Exército em 1889", p. 251.

[27] Ver F. de Paula Cidade, "Recrutamento dos Oficiais", *A Defesa Nacional*, II, 14 (novembro, 1914), pp. 49-52. O autor refere anedota do oficial que deu a seguinte ordem: "Senhor corneta, faça o obséquio de tocar refeição", que bem ilustra o bacharelismo desses militares.

[28] Ver Gen. F. de Paula Cidade, *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*, sem local e editora, 1959, p. 266.

da corporação, os primeiros foram os que tomaram a iniciativa. Mas os bacharéis de farda, embora algo apaisanados, se viam forçados a aderir à corporação como único ponto de referência que lhes restava em face da sua marginalização social. Além disso, só através da organização conseguiriam apoio para sua luta contra o sistema imperial, considerado retrógrado, e seus representantes, os bacharéis civis corporificados nos políticos. A Proclamação da República viria como uma fusão destes dois grupos, em que os jovens entravam com as idéias e os velhos com a corporação. Por sobre as divergências prevaleceria o *esprit de corps*.

Esta situação do treinamento de oficiais se repetia apenas em parte na Marinha. Havia, também, na Escola Naval, um excesso de ensino matemático e teórico. Muitos alunos de lá saíam sem ter dado um tiro de canhão ou lançado um torpedo. No dizer de um oficial, "a Escola Naval era uma paráfrase da Escola Politécnica".[29] Mas lá não houve a invasão positivista, fato que reduziu de muito as preocupações políticas dos alunos. As únicas cadeiras na área de ciência social eram as de Direito natural, público e constitucional, ao passo que a Escola da Praia Vermelha, pela reforma de Benjamin Constant de 1890, possuía até uma cadeira de Sociologia. Além disso, os alunos da Escola Naval permaneciam num isolamento físico muito maior. De 1867 a 1882, por exemplo, a Escola funcionou a bordo de um navio. A partir deste último ano foi transferida para a Ilha das Enxadas, onde permaneceu até 1938. Para esses alunos seria impossível invadir as ruas da cidade sempre que houvesse agitações políticas, como o faziam seus colegas do Exército. Finalmente, seu número era outro fator importante. Em 1930, ao fim da República, não passavam de 100, em comparação com os 750 da Escola Militar. Não houve, também, na Marinha, a separação entre doutores e "tarimbeiros". Os líderes navais no início da República eram todos oficiais superiores reconhecidos também por seu grande preparo técnico, como Jaceguay, Custódio de Mello e Saldanha da Gama, este então no comando da Escola Naval. Na Marinha não havia Benjamins e Deodoros. Saldanha e outros líderes fundiam em si as características dos dois tipos de liderança. Os problemas políticos nesta arma estariam mais no relacionamento entre oficiais e praças do que no relacionamento entre grupos de oficiais. A Marinha não teria tenentismos.

[29] Um Oficial da Marinha, *op. cit.*, p. 203. Para breve histórico da Escola Naval, ver Prado Maia, *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (Tentativa de Reconstituição Histórica)*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, pp. 233-34.

Os "jovens turcos"

A Escola Militar da Praia Vermelha fora fechada definitivamente em 1904, por ocasião de sua última revolta, e só voltaria a funcionar no Rio em 1911, agora no Realengo. Durante esse período, o ensino militar foi todo feito em Porto Alegre, na Escola de Guerra. Foi também a época dos esforços do Marechal Hermes para modernizar o Exército. Além da lei do sorteio, já mencionada, e da reestruturação do Exército, Hermes fez realizar as manobras militares de 1906, espetáculo inédito para a população e há muito não visto no Exército. Mas a medida de maior efeito para o treinamento de oficiais foi sugerida pelo Ministro Rio Branco*: o envio de jovens oficiais para servirem arregimentados no exército alemão, considerado dos mais bem organizados na época. Hermes era entusiasta do sistema alemão e foi convidado a assistir às grandes manobras de 1910 presididas pelo Kaiser, tendo na ocasião negociado a vinda de missão alemã. A missão não veio, mas três turmas de oficiais, uma em 1906, a segunda em 1908 e a última, de 22 membros, em 1910, sofreram por dois anos o impacto da organização militar alemã.[30]

O último grupo se reuniu na Alemanha antes de regressar e traçou um plano para difundir os conhecimentos adquiridos. Seus membros decidiram integrar-se na tropa para dar o exemplo prático aos colegas. Já no ano seguinte fundaram a revista *A Defesa Nacional,* em aliança com alguns oficiais que não tinham ido à Alemanha, mas que se identificavam com os mesmos propósitos renovadores. A revista era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do Exército alemão, difundir seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes, bem como lutar por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento da política, a defesa nacional. Foram recebidos com reações mistas. Alguns jovens oficiais, saídos da Escola de Guerra de Porto Alegre, onde Paula Cidade já em 1910 fundara a *Revista dos Militares*, também com propósitos renovadores, aderiram à campanha, bem como alguns oficiais superiores, como o General Caetano de Faria. Mas muitos oficiais superiores se sentiram ameaçados pelo entusiasmo renovador dos jovens. Os atritos chegaram a ponto de alguns redatores da revista serem punidos com prisão por críticas a manobras malfeitas num regimento do Rio. Para outros, o movi-

---

* É posta em prática a partir de 1906.

[30] Ver a respeito o depoimento de Leitão de Carvalho em suas *Memórias,* tomo I, pp. 91-156. Leitão fez parte da última turma, a que também pertenceram Bertholdo Klinger e Euclides de Oliveira Figueiredo. Todos estes se distinguiram posteriormente por sua atuação no Exército e na política.

mento dos "Cavaleiros da Idéia", como modestamente se chamavam os "turcos", era incômodo por perturbar a fácil rotina a que se tinham habituado nos quartéis. Mas aos poucos os "turcos" foram vencendo.

Ao se abrir, em 1911, a Escola do Realengo era muito distinta de sua antecessora. O ensino já era quase todo militar, como também era militar a disciplina interna. Em 1916, como conseqüência da influência dos renovadores, é mandada à Escola aquela que se chamou Missão Indígena, ou seja, um grupo de jovens instrutores, alguns "turcos", imbuídos da nova mentalidade. Juarez Távora, que freqüentou a Escola de 1917 a 1919, diz destes jovens: "Coube-lhes, sem dúvida, o mérito de darem à instrução das várias Armas uma tônica de objetividade e renovação que ela nunca dantes tivera."[31] Essa maior preocupação profissional, aliada ao relativo isolamento físico em que se encontrava a nova Escola foram fatores que afetaram seu comportamento político. A Escola só se revoltaria uma vez, em 1922. A própria tradição positivista já perdera sua força, começando com o próprio Juarez um movimento de catolização dos oficiais, ainda na grande maioria materialistas.[32]

A Missão Francesa

O trabalho dos jovens "turcos" foi completado pela chegada da Missão Francesa, em 1920. Foi novamente um civil, o Ministro Calógeras, combatido pelos próprios renovadores, que contratou a Missão. A derrota da Alemanha tornara impossível a missão deste país, como era o desejo dos "turcos". Embora limitada, por exigências do Estado-Maior do Exército, a um papel de consultora, a Missão teve efeitos profundos em toda a organização do Exército.[33] De início excluída da Escola Militar, ela se encarregou de três diferentes cursos para

[31] Juarez Távora, *Uma Vida e Muitas Lutas*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, 1º volume, p. 94.

[32] Aspecto interessante e ainda não devidamente examinado é o da filiação religiosa dos militares do Exército. O velho Exército imperial era totalmente católico. A influência positivista mudou radicalmente o panorama no período que vai da última década do Império até mais ou menos a terceira década da República, quando a quase totalidade dos oficiais que saem das Escolas Militares da Praia Vermelha e do Realengo é materialista. Começa então reação para a volta ao Catolicismo. Esta religião já predominava ao fim da década dos 30. O positivismo e o ateísmo correspondem exatamente ao período dos movimentos reformistas dentro do Exército. Sobre o início da recatolização, ver Juarez Távora, *op. cit.*, pp. 89-91. Durante o Estado Novo, chegou-se a proibir a entrada de não-católicos (bem como de judeus, pretos, operários) nas Escolas Preparatórias, então criadas para substituir os Colégios Militares, e na Academia Militar. Ver Nelson Sodré, *Memórias de Um Soldado*, pp. 183-84.

[33] Sobre os efeitos da Missão no Exército, ver Cel. J. B. Magalhães, *A Evolução Militar do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, pp. 349-360.

oficiais: o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, para capitães e tenentes, que se tornou permanente; o curso de Estado-Maior; e o curso de Revisão de Estado-Maior, para capitães, majores e coronéis que já tivessem este curso. Sob sua influência a educação militar desdobrou-se em vários estágios e tornou-se mais técnica com a criação de escolas para cada especialidade. Mas foi principalmente na formação de bons oficiais de estado-maior que a Missão exerceu grande impacto sobre o Exército. Até então, o Estado-Maior, embora criado na última década do século passado, não exercera sua verdadeira função de formulador, dentro do Exército, da política de defesa nacional. Na verdade, praticamente não existiam planos nacionais de defesa. O que existia na área se baseava num conceito estreito de defesa que se limitava quase que só à proteção de fronteiras do Sul e Sudoeste. A noção moderna de defesa nacional, incluindo a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos, só começou a ter maior circulação com os "jovens turcos". E foi a Missão, através da formação de oficiais de estado-maior e da reestruturação do órgão, que tornou possível o início da implementação da nova política. Duas principais conseqüências para a organização militar e seu papel surgiram daí. Para a organização significou movimento de centralização e coesão. As atividades militares passaram a ser planejadas e controladas em pormenores pela cúpula hierárquica, o Estado-Maior. Já em 1920 surgem o *Regulamento Disciplinar do Exército* (R.D.E.) e o *Regulamento para Instrução e Serviços Gerais* (R.I.S.G.). Este maior controle interno aumenta o poder político da organização, ao reduzir a possibilidade de quebras da hierarquia através da ação autônoma de escalões inferiores. O desenvolvimento das atividades de estado-maior era incompatível, por exemplo, com o tenentismo. Para o papel do Exército significou a possibilidade de uma extraordinária expansão. A nova concepção de defesa nacional abrangia todos os aspectos relevantes da vida do país, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas, como a siderurgia. É significativo, por exemplo, que já em 1927, por influência da Missão, foi criado o *Conselho de Defesa Nacional,* com o objetivo de planejar a mobilização nacional para a defesa, incluindo aspectos psicológicos e econômicos. Tanto a transformação interna como a transformação no papel do Exército apontavam para uma atuação mais conservadora deste, por implicar maior controle hierárquico e maior controle sobre a sociedade.

3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA ORGANIZAÇÃO MILITAR

Além dos aspectos até agora examinados, que dizem respeito aos militares individualmente, há outros que se referem à organização militar como tal e que também têm grande relevância para o comportamento político de seus membros. Serão vistos a seguir.

O tamanho das Forças Armadas

A importância política desta característica é óbvia. De modo geral, o poder político das Forças Armadas varia em proporção direta a seu tamanho. Damos no *Quadro 7* o contingente legal do Exército e da Marinha no Império e ao longo da Primeira República.

QUADRO 7

EFETIVOS LEGAIS DO EXÉRCITO E DA MARINHA, 1880-1930

			Índice de crescimento (1850 = 100)	
Ano	*Exército*	*Marinha*	*Exército*	*Marinha*
1850	15.000	3.000	100	100
1880	13.000	3.000	87	100
1888	13.500	3.300	90	110
1900	28.160	4.450	188	148
1910	20.096*	5.607	133	187
1920	42.977	5.800	286	193
1930	43.173	7.167	288	239

FONTE: *Coleção de Leis do Império e da República*, leis de fixação de forças. Os dados se referem apenas às praças. Nos efetivos da Marinha não estão incluídos os maquinistas. foguistas e aprendizes.

* Os dados para o Exército em 1910 não incluem os inferiores (cabos e sargentos).

Os efetivos reais nem sempre coincidiam com os previstos pela lei orçamentária e pelas leis de organização das duas corporações. Geralmente, o número real de praças era mais baixo, principalmente no Exército. Mas a curva de crescimento não apresenta muita variação. Como se pode ver, houve dois momentos marcantes no crescimento do efetivo do

Exército, um no início da República e outro após a introdução do sorteio. Já o Governo Provisório em 1889 duplicara os efetivos, passando-os para 24.877 homens, havendo quase nova duplicação após a introdução do sorteio. Em quase 40 anos de Governo imperial, excetuando-se os períodos de guerra, não houve praticamente alteração nos efetivos do Exército, ao passo que em igual período da República eles triplicaram. Mesmo em relação ao crescimento da população foi grande a expansão dos efetivos. A população do país cresceu 162% entre 1890 e 1930, os efetivos, de 220%. Embora a proporção soldado *versus* população ainda permanecesse baixa em 1930, em comparação com outros países – 1,1 soldado por mil habitantes –, o crescimento fora substancial em relação ao fim do Império, quando esta proporção era de 0,9 por mil. A tendência crescente não seria mais detida. Segundo dados do Ministro Dutra, em 1941, a evolução dos efetivos reais teria sido a seguinte:

1920	30.000
1930	50.000
1940	93.000[34]

Apesar de alguma divergência nos dados, fica evidente o rápido crescimento da organização com o conseqüente aumento de seu poder.

O crescimento da Marinha foi mais lento. De um lado, a própria natureza da Arma exigia menores efetivos. De outro, os acontecimentos políticos que favoreceram o crescimento do Exército nem sempre tiveram a mesma conseqüência para a Marinha A revolta de 1893 atingiu severamente a Arma. Seu efetivo real em 1900 era de 2.297, a metade do previsto. Posteriormente, seu crescimento foi retomado, pois passou a ser usada como contrapeso à guarnição do Exército, no Rio. Em 1929, seu efetivo real já superava o previsto em quase 2.000 homens.

O crescimento do número de oficiais e sua relação com o crescimento dos efetivos também um dado politicamente importante, se bem que mais conseqüência do que causa. O *Quadro* 8 dá uma idéia aproximada desse crescimento.

Durante a República, o número real de oficiais do Exército é sistematicamente mais alto do que o número previsto, principalmente na primeira década. Na Marinha o excesso só aparece ao final do período. O fim da

[34] Gen. Eurico Gaspar Dutra, *O Exército em Dez Anos de Governo do Presidente Vargas*, Rio de Janeiro: DIP., 1941, p. 27.

primeira década republicana mostra bem o contraste entre as duas Armas. A Marinha teve o número de oficiais reduzido em relação ao fim do Império, o mesmo acontecendo, em maior escala, com o número de praças, clara indicação do castigo que sofreu pela revolta de 1893. O Exército teve ambos aumentados, crescendo o número de oficiais mais que proporcionalmente ao de praças, o que também reflete seu papel dominante em relação à Marinha. Houve no Congresso tentativas de reduzir o número de alunos da Escola Militar, mas os próprios alunos se encarregaram de derrotá-las ameaçando os deputados dentro do próprio recinto da Câmara. Ao examinarmos a composição interna do quadro de oficiais veremos a natureza e as conseqüências deste estado de coisas. Só ao fim do período, a proporção praça-oficial tende a voltar ao nível do fim do Império.

QUADRO 8

NÚMERO EFETIVO PREVISTO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO E DA MARINHA E RELAÇÃO PRAÇAS/OFICIAL, 1889-1929

	EXÉRCITO			*Relação Efetiva Praças/ Oficial*		MARINHA			*Relação Efetiva Praças/ Oficial*
Anos	*Nº Efetivo (a)*	*Previsto (b)*	*a – b*		*Anos*	*Nº Efetivo (a)*	*Previsto (b)*	*a – b*	
1889	1.344	–	–	9	1888	424	521	–97	8
1899	2.882	1.956	+926	5	1900	394	463	–69	5
1915	2.718	–	–	7	1909	570	728	–158	10
1929	5.135	5.106	+29	8	1920	687	555	+132	9

FONTE: Para a Marinha, *Relatórios* dos Ministros para os respectivos anos. Para o Exército, *Almanaque;* para 1915 e 1929, *Relatório* para 1899. Para 1889, o número dos oficiais foi tirado do *Almanaque*, o das praças do *Relatório* de 1888.

Localização geográfica dos efetivos militares

A localização das forças do Exército no Império obedecia aos dois objetivos básicos de guarda de fronteiras potencialmente conflitivas e de controle de certos centros urbanos litorâneos tradicionalmente inquietos, principalmente a própria sede do Governo. No sistema centralizado do Império, a conseqüência mais séria desta distribuição era colocar o Governo Central à mercê da guarnição do Rio de Janeiro. O perigo não se materializava devido à estabilidade do sistema e à ausência de tendências intervencionistas no Exército.

O desaparecimento destes dois fatores veio, no entanto, mostrar a precariedade da situação.

No Sistema Federal Republicano, a distribuição desigual das forças tornou-se politicamente mais séria pela possibilidade seja de atritos políticos entre as guarnições e os Governos estaduais, seja pela possibilidade de alianças entre estas duas forças contra o Governo Federal. O *Quadro 9* compara a distribuição de efetivos com a da população.

QUADRO 9

DISTRIBUIÇÃO DE CONTINGENTES DO EXÉRCITO
E DA POPULAÇÃO EM 1888 E 1920 (%)

Província/ Estado	*1888* Contingentes	*1888* População	*1888* Soldados p/mil hab.	*1920* Contingentes	*1920* População	*1920* Soldados p/mil hab.
São Paulo	3,29	9,66	0,28	8,56	14,99	0,80
Minas Gerais	0,96	22,21	0,03	8,82	19,22	0,64
SUBTOTAL	4,25	31,87	0,11	17,38	34,21	0,72
Bahia	5,26	13,39	0,32	3,60	10,89	0,46
Pernambuco	5,54	7,18	0,63	1,64	7,03	0,33
Rio de Janeiro	–	6,11	–	5,22	5,09	1,44
SUBTOTAL	10,80	26,68	0,43	10,46	23,01	0,64
Corte/DF	15,65	3,64	1,31	26,18	3,78	9,70
R. G. do Sul	31,13	6,26	4,08	21,68	7,12	4,26
SUBTOTAL	46,78	9,90	2,39	47,86	10,90	6,15
Mato Grosso	10,80	0,64	13,67	2,60	0,81	4,52
Outros	27,37	30,91	0,73	21,70	31,07	0,98
TOTAL	100,00	100,00	0,82	100,00	100,00	1,40
	(N = 11.748)	(N = 14.333.915)		(N = 42.920)	(N = 30.635.605)	

FONTES: Para 1888, *Relatório do Exército de 1888*, *Censo* de 1890; para 1920, *Censo* desse ano.

Ao fim do Império, como foi dito acima, e como mostra o *Quadro 9*, o Exército distribuía-se em função da defesa das fronteiras do Rio Grande do Sul e Mato Grosso e do policiamento de cidades costeiras, como a Corte, Salvador, Recife, Belém. São Paulo e Minas, duas das Províncias economicamente mais importantes, e com 32% da população do país, estavam praticamente desguarnecidas de tropas do Exército. A segurança interna nestas Províncias, e no interior da maioria das outras, era tarefa da Guarda Nacional, principalmente, de vez que os efetivos policiais eram também muito reduzidos. A extrema concentração de tropas na Corte e no Rio Grande do Sul tornava cruciais estas duas guarnições, caso houvesse intervenção dos militares na política. Não foi por acaso que a Questão Militar se desenvolveu nestas duas guarnições e que a Proclamação da República tenha sido obra de parte da guarnição do Rio.

Com a República, algumas mudanças se fizeram na distribuição de tropas. A mudança principal se deu no aumento das guarnições de Minas e São Paulo, com a redução relativa das de Mato Grosso e de Estados do Nordeste, inclusive Bahia e Pernambuco. Foi também aumentada a concentração de tropas no agora Distrito Federal e algo reduzida a do Rio Grande do Sul. Mas essas duas guarnições ainda continuaram a controlar quase 50% do total dos efetivos. Essas mudanças indicam uma tendência de concentrar forças militares onde se concentrava o poder político. A guarda de fronteiras se mantém apenas no Sul e o policiamento se toma atribuição das polícias estaduais. A guarnição da Capital Federal se torna ainda mais decisiva. Seu controle total ou parcial continua fundamental para o êxito de qualquer movimento. O único contrapeso militar a essa guarnição era a Marinha, também quase totalmente concentrada no Rio.

Fora da capital, somente o Rio Grande do Sul tinha condições de opor efetiva resistência militar à guarnição do Rio. A República se faria sem luta porque a tropa rio-grandense, trabalhada pela Questão Militar e pelos republicanos gaúchos, não se oporia ao movimento. E a Revolução de 1930, como quase todos os movimentos militares de âmbito nacional até 1964, se caracterizaria por choques, reais ou previstos, entre tropas que subiam do Rio Grande do Sul e tropas que desciam do Rio de Janeiro.

Essa distribuição de forças iria também afetar o recrutamento de oficiais. Se grande parte deles era, como vimos, composta de filhos de militares, é natural que maior número proviesse de onde havia mais militares. O *Quadro 10* dá algumas informações a esse respeito.

Confirma-se a importância da concentração de tropas na origem geográfica dos oficiais (outros fatores devem ser aduzidos para explicar o

grande número de oficiais provenientes do Nordeste). Para a política republicana, o mais importante era a quase total ausência de paulistas e mineiros entre a liderança militar. O divórcio que vimos anteriormente entre o Exército e as elites civis se agrava com essa distância entre o exército e os dois Estados líderes da política republicana. Segundo dados de Joseph Love, dos 30 Generais-de-Divisão e Brigada, em 1895, 8 eram gaúchos, nenhum mineiro, 1 paulista. Em 1930, novamente 8 em 30 eram gaúchos, nenhum mineiro, nenhum paulista.[35] Discutiremos adiante algumas conseqüências políticas deste fato.

QUADRO 10

ORIGEM GEOGRÁFICA DE OFICIAIS DO EXÉRCITO, 1860-1890

Origem	*Generais 1860-1889*	*Militares Congressistas 1890*	*Ministro da Guerra 1889-1930*	
Nordeste	21	24	Alagoas	1
São Paulo, Minas	3	1	Estado do Rio	1
Estado do Rio	3	3	R. G. do Sul	7
R. G. do Sul, Corte/DF	15	9	Sta. Catarina	1
Outros	9	15	Sem informação	12
Exterior	10	–		
TOTAL	60	52		22

FONTES: Para os generais, Laurênio Lago, *op. cit.*; para os militares eleitos para a Assembléia Constituinte, Dunshee de Abranches, *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1917)*, São Paulo, 1918 (sem indicação de editora). Para os Ministros Theodorico Lopes e Gentil Torres, *Ministros da Guerra do Brasil, 1808-1948*, Rio de Janeiro, 1949 (sem indicação de editora).

Estrutura do corpo de Oficiais

O último aspecto organizacional que julgamos importante para explicar o comportamento político dos militares na Primeira República é a estrutura do corpo de Oficiais. Vimos no quadro das intervenções militares que o elemento mais atuante no Exército,

[35] Ver Joseph L. Love, *op. cit.*, p. 117.

de 1889 e 1930, foram os jovens oficiais. Vimos, igualmente, que o conflito básico no Exército se dava entre estes oficiais subalternos e os oficiais superiores. Na Marinha, a divisão era entre oficiais e praças, não havendo o fenômeno do tenentismo. Um fator explicativo já foi aduzido no exame do treinamento dos oficiais das duas forças e no seu grau diverso de isolamento físico. Seria o caso de perguntar se a distribuição de oficiais ao longo dos escalões hierárquicos não teria também influência nesta diferença. O *Quadro 11* nos fornece os dados.

QUADRO 11

ESTRUTURA DO CORPO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO, 1889-1972 (%)

Estrutura	*1889*		*1920*		*1929*		*1972**	
Generais		2,5		0,9		0,7		2,1
Coronéis		2,7		2,7		2,2		8,0
Ten.-Coronéis		2,8		3,5		3,4		13,8
Majores		4,7		6,5		6,6		26,6
Capitães		22,8		21,3		22,7		36,6
1.os Tenentes	64,5	19,9	65,1	28,1	64,4	37,4	12,9	4,4
2.os Tenentes**		44,6		37,9		27,0		8,5
TOTAL		100,0		100.0		100,0		
		(N = 1.344)		(N = 3.846)		(N = 5.275)		(N = 6.374)

FONTE: *Almanaque do Exército* para os respectivos anos.

* Os dados para 1872 incluem apenas as Armas tradicionais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.
** Inclui, em 1889, os alferes e, em 1920, 1929 e 1972, os aspirantes-a-oficial.

Os dados revelam um panorama surpreendente. A predominância numérica dos tenentes ao longo de todo o período é absoluta. O contraste é enorme ao fazermos a comparação com a situação em 1972.[36] A forma

[36] O fato de termos computado apenas as três Armas tradicionais em 1972 deve ter reduzido o número de tenentes para esse ano. Mas esta redução não deve mudar muito o panorama e as novas Armas não incluídas indicam também maior complexidade técnica do Exército e se compõem de número muito pequeno de praças, o que lhes tira a capacidade mobilizatória interna.

da estrutura do corpo de oficiais muda totalmente. De uma espécie de pirâmide com base amplíssima na República Velha passa para uma espécie de diamante em 1972, com predominância de grupos intermediários como capitães e majores (*Figura 1*). Essa transformação é em parte devida ao próprio processo de crescimento da organização. Segundo observa Morris Janowitz, o Exército americano passou por semelhante transformação na medida em que se tornava mais complexo e mais especializado. Os escalões médios cresceram à custa dos inferiores.[37] Mas em 1920 as diferenças entre os dois Exércitos eram ainda muito grandes, como o demonstra o *Quadro 12*.

QUADRO 12

ESTRUTURA DO CORPO DE OFICIAIS, BRASIL E ESTADOS UNIDOS, 1920 (%)

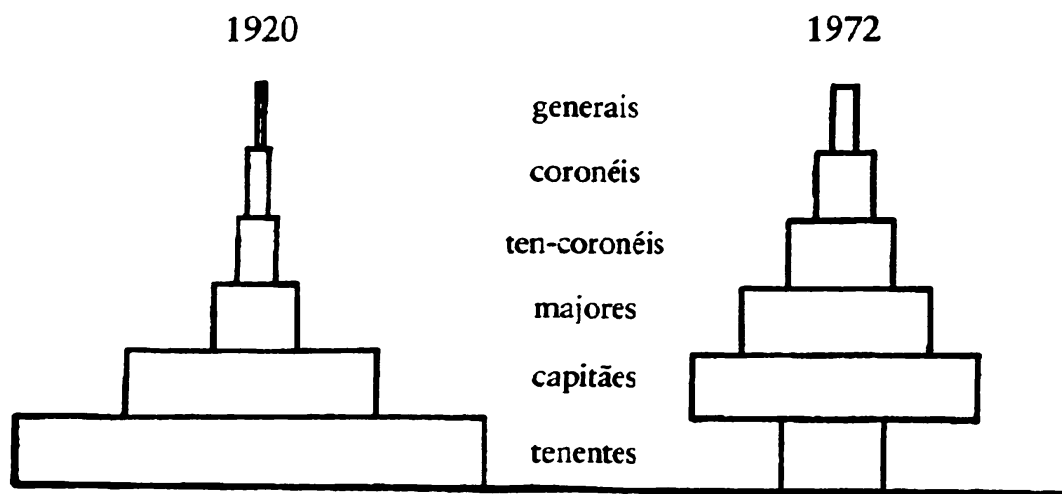
Estrutura	*Brasil (a)*	*E. Unidos (b)*	*a–b*
Generais	0,9	0,4	+0,5
Coronéis e Ten.-Coronéis	6,2	8,8	–2,6
Majores e Capitães	27,8	50,8	–23,0
1º e 2º Tenentes	65,1	40,0	+ 25,1
TOTAL	100,00	100,0	

FONTE: Para os Estados Unidos, Morris Janowitz, *op. cit.*, p. 67.

Este engarrafamento nos escalões inferiores se devia em parte à própria estrutura legal do corpo de oficiais e à legislação de aposentadoria e promoção. Os limites de idade para permanência nos postos eram muito altos relativamente a exércitos mais modernizados, como também o eram os limites para permanência nas fileiras. Além disso, as freqüentes revoltas dos alunos da Escola da Praia Vermelha, com a inevitável anistia um ou dois anos depois, faziam voltar às tropas os revoltosos, contribuindo para a saturação do primeiro degrau da hierarquia. Leitão de Carvalho, por

[37] *The Professional Soldier*, pp. 64-68.

FIGURA 1

ESTRUTURA DO CORPO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO

exemplo, tendo feito todos os cursos do Exército, com dois anos de estágio no Exército alemão, depois de ser Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra, e com 15 anos de profissão, era ainda 1° tenente em 1918, aos 38 anos de idade. Passara 10 anos como 2° tenente.[38] A situação chegara a tal ponto que a lei de 1908, que reorganizou o exército, autorizou o fechamento das Escolas de Guerra, Artilharia e Engenharia, até que desaparecessem os 2^os^ tenentes excedentes dos quadros.[39] Neste mesmo ano, foi criado um Quadro Suplementar, destinado a oficiais em cargos burocráticos, ou não militares, a fim de abrir mais vagas para os que aguardavam nas filas de promoção.

A grande predominância numérica dos tenentes, aliada ao baixo grau de controle hierárquico dentro da organização, dava a esse grupo de oficiais condições privilegiadas de rebelião. As lentas promoções contribuíam em gerar insatisfação profissional. E as origens sociais e o treinamento desses oficiais introduziam motivações externas para seu envolvimento em lutas políticas de caráter contestatório.

A situação na Marinha, bem como a comparação com a Marinha americana, se encontram no *Quadro 13*.

---

[38] *Memórias*, tomo I, p. 220.

[39] Lei n.° 1.860, de 4 de janeiro de 1908, *Leis da República*, 1908, p. 32.

QUADRO 13

ESTRUTURA DO CORPO DE OFICIAIS DA MARINHA,
BRASIL E ESTADOS UNIDOS, 1889-1920 (%)

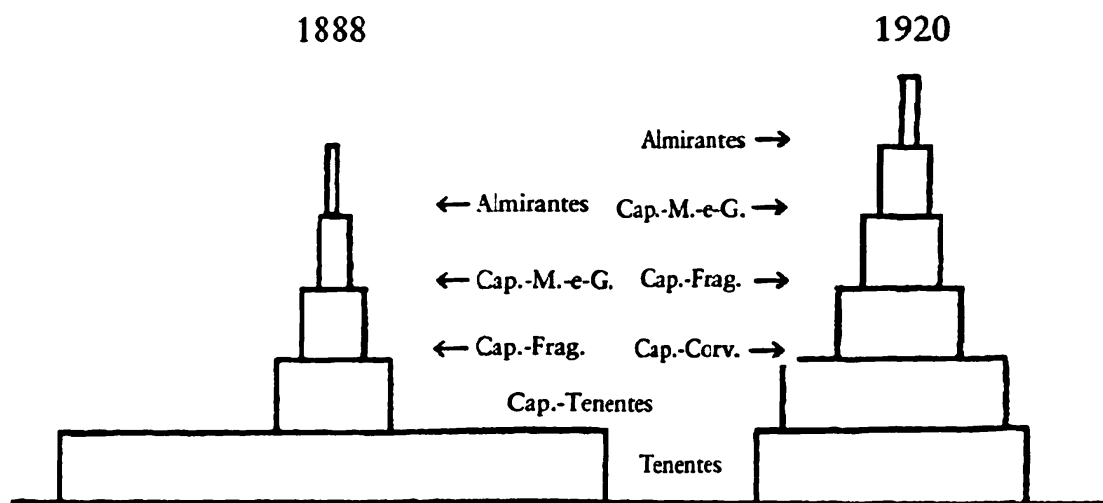
	Brasil			*Estados Unidos*	
Estrutura	*1888*	*1909*	*1920(a)*	*1920(b)*	*a–b*
Almirantes	3,5	2,4	2,2	1,3	+0,9
Cap.-M.-e-G.	3,8	3,5	4,2	4,4	–0,2
Cap.-Fragata	6,8	7,4	6,3	7,6	–1,3
Cap.-Corveta	–	15,3	12,8	14,4	–1,6
Cap.-Tenente	13,9	36,3	33,9	32,8	+1,1
1º Tenente	71,9 { 37,5	35,1 { 35,1	40,6 { 31,4	39,5 { 16,6	+1,1 { +14,8
2º Tenente	34,4	0,0	9,2	22,9	–13,7
TOTAL	100,0 (N = 424)	100,0 (N = 570)	100,0 (N = 687)	100,0	

FONTE: *Relatórios* dos Ministros da Marinha para os respectivos anos, e Morris Janowitz, *op. cit.*, p. 67.

A Marinha apresenta, no fim do Império, uma estrutura semelhante à do Exército, embora os 1ºˢ tenentes predominassem já sobre os 2ºˢ tenentes. Mas, já em 1909, com a introdução de um escalão adicional, o de Capitão-de-Corveta, modifica-se radicalmente a estrutura (*Figura 2*), que em 1920 já era semelhante à da Marinha americana. Os 2ºˢ tenentes sofrem drástica redução, desaparecendo totalmente em 1909, ano anterior à grande rebelião dos marinheiros. Os dados sugerem que a composição do Corpo de Oficiais não pesou na ausência de um movimento de Tenentes em 1889, na Marinha. Provavelmente, os fatores antes indicados de recrutamento, treinamento e isolamento predominaram.[40] Mas a redução dos 2ºˢ tenentes, aliada ao grande aumento de marinheiros, exigido

[40] É sintomático, por exemplo, que enquanto os Tenentes do Exército se empenhavam na jornada de 15 de novembro, parte de seus colegas da Marinha se achava em viagem, a bordo do "Almirante Barroso", sob o comando de Custódio José de Mello. Entre os comandados de Custódio achava-se o 2º Tenente e Príncipe imperial, D. Augusto. Ver Custódio José de Mello, *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

FIGURA 2

ESTRUTURA DO CORPO DE OFICIAIS DA MARINHA

pela compra dos novos navios, certamente tem a ver com a rebelião de 1910. O controle da guarnição, já difícil anteriormente pela diferença de recrutamento, tornou-se impossível nos imensos couraçados sem a presença dos oficiais de maior contato com praças os 2^{os} tenentes.[41]

4. IDEOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

A tradição civilista legada pelo Império exigia dos militares republicanos uma justificação, perante si mesmos e perante os grupos políticos e o país em geral, do intervencionismo. As justificações iriam variar de acordo com as mudanças no treinamento do Corpo de Oficiais e no próprio Exército, bem como na sociedade e na política. Três posições básicas podem ser distinguidas durante a Primeira República, como veremos a seguir.

[41] O problema do controle da guarnição já se colocara quando da criação do Batalhão Naval, depois de Fuzileiros. Uma das razões da criação deste corpo foi o policiamento de bordo, isto é, o controle dos marinheiros. Parece, no entanto, que nunca foram utilizados com esta finalidade. Mas também não aderiram aos marinheiros na Revolta de 1910, nem estes a eles, no movimento que logo se seguiu. Sobre as finalidades da criação do Batalhão, ver Visconde de Ouro Preto, *A Marinha D'Outrora*, Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, 1894, pp. 98-99.

O soldado-cidadão ou a intervenção reformista

A primeira ideologia intervencionista girava em torno da concepção do soldado-cidadão, desenvolvida durante a Questão Militar. Inicialmente, essa concepção foi difundida por jornalistas republicanos, com a expressa finalidade de incitar os militares a intervir na política e criar embaraços ao Governo imperial. Neste esforço destacaram-se Quintino Bocaiúva, no Rio de Janeiro, em *O País*, e Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, em *A Federação*.[42] Como já vimos, nestas duas capitais concentravam-se quase 50% dos efetivos militares. A expressão foi consagrada no *Manifesto* dirigido por Deodoro e Pelotas, em fins de 1889, ao Parlamento e à Nação. Nesse Manifesto, escrito por Rui Barbosa, que mais tarde certamente disto se arrependeria, fala-se em cidadãos fardados, aos quais não se pode negar o direito de participar na vida política do país. A idéia casava-se muito bem com o positivismo civilista dos jovens oficiais e alunos de Benjamin Constant. Eles a adotaram e a usaram para justificar sua ação a 15 de novembro.

A idéia do soldado-cidadão, ao mesmo tempo que era instrumento de afirmação militar, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento da organização em relação à sociedade civil, especialmente a elite política. Implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar, ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar. Estas ambigüidades a faziam aceitável tanto aos doutores como aos "tarimbeiros". A diferença estaria mais no uso que lhe seria dado. Aos "tarimbeiros" interessava apenas afirmar a organização em face da elite política, num jogo quase que exclusivamente de prestígio e poder. Aos doutores interessava não apenas afirmar a organização, mas também usar o poder desta para reformar o sistema político. Sua posição era mais ambígua, pois seu positivismo tendia realmente a reduzir a diferença entre o militar e o civil, a ponto de aceitar a extinção do militar em favor do cidadão. Se o soldado, na concepção de Benjamin, devia ser "o cidadão armado, importante cooperador do progresso", este próprio progresso, produzido pelo avanço do regime industrial, tornaria os exércitos entidades inúteis e faria com que fossem "recolhidas ao museu da história as armas que se

---

[42] Ver, a respeito, José Maria dos Santos, *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. O autor mostra especialmente o papel de Quintino Bocaiúva em prolongar artificialmente os efeitos da Questão Militar com o fim de provocar a derrubada do Governo pela força. Sobre os entendimentos entre Senna Madureira e Júlio de Castilhos, ver Coronel Souza Doca, "A Questão Militar", em *A República Brasileira*, p. 29.

empregam como elemento de destruição".[43] No momento, no entanto, o enfraquecimento da organização tiraria aos militares positivistas qualquer possibilidade de atuação política. Daí que a idéia de cooperador do progresso iria implicar na prática a necessidade de fortalecer antes que de enfraquecer o Exército. Nas circunstâncias em que este se achava, porém, as duas coisas — intervenção reformista e fortalecimento eram incompatíveis. O impulso reformista vinha de escalões inferiores e, por isso mesmo, implicava enfraquecimento das linhas hierárquicas, o que é fatal para qualquer organização militar.

O mesmo problema surgiu quando os Tenentes de 1922 retomaram a idéia de soldado-cidadão. Já então não precisavam do apoio da filosofia positivista para sustentar a idéia. Tinham melhor argumento sugerido pela introdução do sorteio militar. Embora o segundo-tenentismo tivesse origem também num episódio em que o prestígio da organização foi o principal agente precipitador, o alistamento universal deu aos rebeldes, ao tentarem, posteriormente, justificar sua ação, um argumento mais sociológico que filosófico. Juarez Távora diria então: "A Força Armada é hoje parte integrante do povo, de cujo seio saem soldados e oficiais e para onde voltam aqueles depois de um curto tempo de estágio na caserna."[44] A própria Constituição republicana, refletindo a idéia do soldado-cidadão, já introduzira a famosa expressão da obediência "dentro da lei", acrescentando fundamento legal à posição dos novos Tenentes. Juarez, o Tenente que mais amplamente tentou articular as posições do grupo, achava que o dispositivo constitucional dava ao militar a faculdade de decidir a conveniência ou não de obedecer às autoridades governamentais. A capacidade de decidir, segundo ele, o militar a adquiria na cadeira de direito público da Escola Militar, que lhe permitia "ombrear com o bacharelismo dos nossos políticos profissionais".[45]

Novamente, no entanto, se punha o problema anterior da incompatibilidade entre o intervencionismo reformista e o fortalecimento da organização. Apesar de sempre falarem os Tenentes em nome do Exército, ou das

---

[43] Citado em A. Ximeno de Villeroy, *Benjamin Constant e a Política Republicana*, Rio de Janeiro, sem editora, 1928, pp. 155-56.

[44] Juarez Távora, *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. São Paulo: *O Combate*, 1927, 1° volume, p. 89. Ver também J. Nunes de Carvalho, A *Revolução no Brasil: 1924-1925*, Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos de L. J. Rouse, 1925, e Asdrúbal Gwyer de Azevedo, *Os Militares e a Política*, Barcelos, Portugal: Cia. Editora do Minho, 1926. Todos defendem o direito dos militares de intervirem na política, mesmo contra as autoridades civis e militares.

[45] Juarez Távora, *À Guisa de Depoimento*, p. 93.

Forças Armadas, eles representavam apenas uma de suas parcelas que, embora a mais numerosa, em termos hierárquicos era a mais fraca numa organização já mais complexa e centralizada. A Revolução de 1930, levando em seu bojo os Tenentes vitoriosos, trouxe sérios problemas para o Exército pelo conflito que gerou entre estes e os oficiais superiores. A promoção rápida dos Tenentes foi um dos meios utilizados para reduzir o problema. O próprio Góis Monteiro, Comandante-Chefe da Revolução e Tenente-Coronel, teve que ser rapidamente promovido a General. A ideologia do soldado-cidadão representava, de um lado, tendências sociais renovadoras e, de outro, levava ao enfraquecimento da organização. Contra este enfraquecimento lutou outro grupo de oficiais que também tirou conclusões opostas sobre o problema da participação política dos militares.

O soldado profissional ou a não-intervenção

O movimento renovador dentro do Exército, que já mencionamos anteriormente, e que teve seu impulso a partir da atuação de Hermes no Ministério da Guerra, preocupava-se com a profissionalização militar e via como requisito desta profissionalização o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos. Essa corrente foi grandemente reforçada com a campanha dos jovens "turcos" nos quartéis e nas páginas de *A Defesa Nacional*. A Missão Francesa veio posteriormente trazer um impulso adicional. A *Defesa* só uma vez se refere aos acontecimentos de 1921-22 e o faz para condenar o envolvimento dos militares que considerava um retrocesso na evolução militar do país. Logo após a Revolta de 1922, publica artigo do Coronel Derougemont, da Missão Francesa, que insiste na necessidade da neutralidade política dos oficiais, segundo ele uma característica das democracias liberais. Ainda em 1930, após a vitória do movimento, apesar de ter incorporado o vencedor do dia, Góis Monteiro, no grupo mantenedor, a revista lembra em retrospecto de seus 17 anos de vida: "Onde, porém, nossa ação se tem revelado com segura intransigência é na pregação em prol do respeito refletido ao princípio da disciplina".[46]

O representante típico desta posição é Leitão de Carvalho, principalmente em seu livro *Dever Militar e Política Partidária*, onde combate tenazmente as posições dos Tenentes, representados por Juarez Távora e Joaquim Nunes de Carvalho.[47] Influenciado por sua estada no Exército

---

[46] *A Defesa Nacional*, XVIII, 202, 203, 204 (outubro, novembro, dezembro, 1930), p. 1. Devido ao movimento armado, os três últimos números do ano foram englobados em um só.
[47] Ver Gen. Estêvão Leitão de Carvalho, *Dever Militar e Política Partidária*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

alemão e, posteriormente, pela Missão Francesa, Leitão lutou constantemente pela transformação do Exército num órgão nacional dedicado à preparação da defesa do país, longe das lutas políticas. Segundo ele, o envolvimento político dos oficiais diverte sua atenção e quebra o princípio da disciplina. O Exército deve ser o órgão de defesa nacional, sob a direção dos comandos superiores, por sua vez submetidos ao Presidente da República. A luta deste grupo teve efeitos importantes na organização militar. Já mencionamos a introdução do recrutamento universal e a reformulação do Estado-Maior. Na área da atuação política dos militares, conseguem, já em 1920, introduzir no RDE a proibição de participação em manifestações políticas coletivas. Positivamente, o R.I.S.G., do mesmo ano, uniformiza em todo o Exército as atividades de treinamento de Oficiais e tropa, num esforço de fazer os oficiais voltarem-se para atividades puramente militares. Em 1922, realizam-se no Rio Grande do Sul as primeiras manobras com grandes unidades, sob a direção dos Oficiais da Missão. Na prática, a grande maioria dos jovens "turcos", de seus simpatizantes e dos alunos da Missão, se manteve à parte das agitações militares dos anos 20. Bertholdo Klinger se sentiu inicialmente atraído pelo movimento de 1924, mas acabou combatendo-o de armas na mão.

A posição desse grupo foi certamente favorecida pela época em que ele surgiu. De um lado, a situação política era de relativa calma, o que se traduzia em reduzida pressão externa no sentido de forçar seu envolvimento político. De outro, a guerra mundial chamava naturalmente a atenção para o problema da defesa nacional e para a conseqüente necessidade de fortalecimento do Exército. Se os propósitos de reformismo social dos Tenentes tinham efeitos negativos para a organização, o mesmo não se dava com o reformismo militar dos "turcos" e seguidores. Os últimos enganavam-se, no entanto, no que se refere à possibilidade de neutralidade política. De fato, sua ação voltada para problemas de defesa nacional e fortalecimento do Exército iria preparar e tornar possível novo tipo de intervenção militar, já sem propósitos de reforma social. O primeiro formulador da nova posição seria um elemento do próprio grupo "turco".

O soldado-corporação ou a intervenção "moderadora"

Bertholdo Klinger foi talvez o mais brilhante dos jovens "turcos" e o líder do grupo de *A Defesa Nacional*, tendo sido inclusive preso por artigos escritos na revista. O editorial do primeiro número da revista, que, tendo em vista a posição de liderança de Klinger e as idéias que expressou posteriormente, deve ter sido por ele escrito, traz, no entanto, algumas posições divergentes das de Leitão e dos Tenentes quanto ao papel dos militares na vida nacional. Diz

o editorial: "O Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam."[48] Essa posição divergia da ideologia do soldado profissional por admitir aberta intervenção na política, embora com ela concordasse quanto à necessidade de preparação profissional do Exército. Concordava com a ideologia do soldado-cidadão quanto à legitimidade da intervenção do militar na política, mas dela discordava quanto ao sentido desta intervenção. Os Tenentes propugnavam uma intervenção reformista, a ser feita independentemente pelo militar, ou mesmo contra a organização. Klinger propunha uma intervenção controladora ou "moderadora", a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por seu órgão de cúpula, o Estado-Maior. Em 1930, após a vitória da Revolução, ele volta a pregar em A *Defesa Nacional* o direito dos militares de intervir na política e chega ao extremo de afirmar que "o posto supremo de direção (do país) é problema de estado-maior".[49]

Essa posição teve desenvolvimento posterior no pensamento de Góis Monteiro, um dos mentores do Exército durante todo o período getulista. Em seu livro A *Finalidade Política do Exército*, escrito após a Revolução, Góis, ex-aluno da Missão e brilhante oficial de estado-maior, vê o Exército como uma organização nacional que deve desenvolver política própria: "Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais, únicas forças com este caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade." E com mais clareza ainda: "Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política *no* Exército".[50] A ideologia do poder moderador das Forças Armadas tem aí sua primeira formulação mais sistemática. Era uma combinação do intervencionismo tenentista com as transformações estruturais da organização militar promovidas pelos jovens "turcos" e seus aliados. Em outras palavras, era o intervencionismo de Generais, ou do Estado-Maior, o intervencionismo da organização como um todo e não apenas de setores subalternos. Essa concepção

---

[48] *A Defesa Nacional*, I, 1 (outubro, 1913), p. 1.

[49] Bertholdo Klinger, "Os Militares e a Política", *A Defesa Nacional*, XVIII, 202, 203, 204 (outubro, novembro, dezembro, 1930), pp. 15-17.

[50] General Góis Monteiro, *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*, Rio de Janeiro: Andersen Editores, sem data, pp. 156, 163.

só se tornou possível pela nacionalização do Exército através do alistamento universal e do crescimento do contingente, e, principalmente, pelo desenvolvimento do Estado-Maior e pela formação de oficiais com esta especialidade como já foi mencionado. Klinger e Góis eram típicos representantes desta nova geração de profissionais. A mudança foi lenta, mas ainda permitiu que os mesmos Tenentes de 1922, interventores reformistas, fossem, como Generais, interventores "moderadores".

O primeiro ensaio deste tipo de intervenção foi liderado pelo próprio Klinger, ao apagar das luzes da Primeira República. Foi ele o Chefe do Estado-Maior das Forças Pacificadoras que promoveram a derrubada de Washington Luís. Era um movimento de cúpula que, segundo Klinger, devia exercer o papel de árbitro entre o Governo eleito e o Governo vitorioso na luta armada. O segundo ensaio, com maior êxito, foi engendrado por Góis e resultou no golpe de 1937, que estabeleceu o Estado Novo sob o patrocínio das Forças Armadas. E neste momento ao lado de Góis não estariam os Tenentes, seus aliados de véspera, mas os profissionais. Leitão nada tem a dizer quando Góis lhe comunica o golpe e lhe oferece a missão de reorganizar o Exército. O "não-intervencionista" não discute a intervenção e aceita o encargo. E vêm rapidamente dispositivos proibindo a participação de militares na política. A Constituição de 1937 retira o famoso "dentro da Lei" e o substitui por "fiel obediência à autoridade do Presidente da República", e proíbe até o direito de voto aos militares. O *RDE* de 1938 afirma: "Sem constituir (os militares) uma casta, no âmbito social, formam uma classe especial de servidores da pátria – a classe dos militares."[51] Desaparecera o soldado-cidadão para surgirem a corporação e a classe. Desaparecera a idéia de intervenção contestatória e surgira a de intervenção controladora. A Primeira República viu o surgimento e o auge da primeira, mas gerou também as bases da segunda.

5. AS INTERVENÇÕES MILITARES

Tendo visto as características e as transformações organizacionais do Exército e da Marinha durante a Primeira República, resta-nos agora regressar ao quadro inicial das intervenções e examinar rapidamente como as primeiras podem contribuir para explicar as últimas.

[51] Citado por Leitão de Carvalho, *Dever Militar*, p. 261.

À exceção do episódio conhecido como Manifesto dos 12 Generais e do Movimento Pacificador, Exército e Marinha não intervinham conjuntamente. Ou se combatiam, ou promoviam movimentos independentes. Daí tratarmos separadamente das duas corporações.

Começando pelo Exército, já deve ter ficado claro que não se pode falar de intervenções da corporação como um todo. As intervenções tanto variavam em sua natureza como nos grupos militares que as promoviam. Assim é que duas são de oficiais superiores (1892-1930), duas de praças (1892-1915), e as outras tiveram como principais promotores alunos e oficiais subalternos. A vitória ou derrota iria depender de um complexo mecanismo de captação de apoio dentro e fora da organização. A predominância de movimentos de oficiais jovens nos permite dividir as intervenções em dois grandes ciclos que poderíamos chamar de primeiro e de segundo-tenentismos, o primeiro entre 1889 e 1904, e o segundo de 1922 a 1930. Entre os dois houve apenas o fenômeno ambíguo do hermismo e a abortada revolta de sargentos em 1915.

O primeiro-tenentismo

A natureza tenentista do 15 de novembro não é difícil de demonstrar. Na manifestação a Benjamin Constant, a 26 de outubro, achavam-se presentes os 60 alunos da Escola Superior de Guerra e oficiais dos três regimentos que se revoltariam a 15 de novembro — o 1° e 9° de Cavalaria e o 2° de Artilharia. Estes Oficiais eram 9 Capitães e 28 Tenentes e Alferes. O pacto de sangue feito por Oficiais do 9°, a 11 de novembro, incluía 5 Capitães, 5 Tenentes e 22 Alferes; o mesmo pacto, feito pelo 2° de Artilharia, incluía 4 Capitães, 15 Tenentes e 1 Alferes. O Clube Militar, importante foco de agitação, tinha "insignificante número de Oficiais superiores."[52] O levante dos três regimentos, que formaram a 2° Brigada a 15 de novembro, foi todo feito por estes Oficiais subalternos. Ao se encaminharem para a Praça da Aclamação, o único Oficial superior arregimentado que os acompanhava era o Major Sólon, que assumira o comando do 1° de Cavalaria. O outro oficial superior era Benjamin Constant, professor, e chamado somente após estarem as tropas já de prontidão. Tanto Benjamin como Deodoro ignoravam a ordem de prontidão. Nem mesmo as praças tiveram participação ativa. Só no 9° houve algum contato com sargentos, mas o Cadete-Sargento que

[52] Ver Ernesto Senna, *Deodoro, Subsídios para a História. Notas de um Repórter*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 41. Esta obra contém excelente documentário sobre os acontecimentos em torno da Proclamação da República. Devemos-lhe boa parte das informações aqui usadas.

promoveu estes contatos confessava mais tarde: "Elas (as praças) ali se achavam (na Praça da Aclamação), com honrosas exceções, na convicção ainda de que teriam de bater-se contra as Guarda Nacional e Negra, e Polícia, conforme lhes havíamos afirmado na noite anterior, tudo de acordo com a ardilosa "balela" de que usou o Major Sólon."[53]

Essas tropas não passavam de 500 homens e não tinham condição alguma de vencer as tropas legalistas postadas dentro e fora do Quartel-General. Só o Brigadeiro Almeida Barreto comandava 1.096 homens, suficientes para derrotar os insurretos. Estes, para vencerem, contavam com a adesão do resto da guarnição, a ser conseguida por intermédio de Deodoro. De fato, a um simples comando deste, Almeida Barreto passa para o lado rebelde, o mesmo fazendo o Coronel Ourique Jaques com todo um regimento.

A adesão de Deodoro e, com ele, a da oficialidade superior foi o resultado de um longo processo, que só se tornou possível pelos efeitos da Questão Militar que exacerbara o espírito de corpo da organização como um todo e, particularmente, dos tarimbeiros. A grande maioria destes, inclusive os líderes, não era republicana. Deodoro evitou até o último instante em proclamar a República, Pelotas foi surpreendido pelo movimento. Como o próprio Deodoro disse a Ouro Preto, ao depor o Gabinete, tratava-se apenas de "vingar as afrontas por ele (Exército) recebidas do Governo".[54] Toda a ideologia e toda a agitação vieram dos jovens positivistas de Benjamin Constant. Sua educação, seu número, sua posição na hierarquia, como vimos, lhes dava condição de exercer esse papel. Mas, a 15 de novembro, foi a farda que lhes deu a vitória. A grande maioria dos militares reunidos de ambos os lados na Praça da Aclamação não sabia que se tratava de proclamar a República. Uniu-os o espírito de corpo.[55]

O apoio externo no caso foi mais de omissão do que de ação. Certamente, alguns republicanos, Quintino Bocaiúva e Júlio de Castilhos à frente, vinham de há muito provocando atritos entre os militares e o Governo. Mas, mesmo Quintino, cuja tática expressa era derrubar a

---

[53] Depoimento de Raimundo de Abreu Filho em Ernesto Senna, *op. cit*, p. 227.

[54] *Ibid;* p. 88. A situação chegava a ser embaraçosa para Benjamin Constant, que se achava presente, e que tentava remediar um pouco as coisas, acrescentando, sempre que Deodoro se referia ao Exército, "e também a Armada". *Ibid.*, p. 89.

[55] Representativa dessa situação de incerteza geral é a história do Oficial da Marinha que se achava ao lado do Quartel-General com as tropas do Governo e que perguntou ao Contra-Almirante Vandenkolk: "Chefe, de que lado está o inimigo?" O episódio é relatado em José Maria dos Santos, *op. cit.*, p. 83.

Monarquia através de um golpe militar, ainda a 11 de novembro não conseguia ser recebido por Deodoro, que não queria ver líderes civis por se tratar de "pessoas que não vestiam farda". E o núcleo republicano civil mais poderoso e organizado, o paulista, tinha poucos contatos com os militares e muitas dúvidas sobre a conveniência de envolvê-los na campanha.[56] Mas, diferentemente de 1831, a Monarquia não tinha em 1889 quem se dispusesse a defendê-la. A tentativa de Ouro Preto de mobilizar a Guarda Nacional veio tarde e não despertou entusiasmo. Apenas acirrou mais os ânimos dos militares. A única resistência armada efetiva teria que vir do próprio Exército ou da Marinha. Mas, no primeiro caso, o fator de espírito de corpo funcionou. As guarnições do Rio Grande do Sul e Mato Grosso tinham sido recentemente comandadas por Deodoro. A do Rio Grande era também constantemente trabalhada por Júlio de Castilhos. Ambas aderiram. Diferentemente do que aconteceu com o segundo-tenentismo, no primeiro as lutas viriam após a vitória.

Essas lutas constituem uma intrincada combinação de motivações e atores, em que se sobressaíam a disputa pelo poder presidencial entre Oficiais superiores do Exército e da Marinha e o choque entre os jovens Oficiais positivistas, aglutinados em torno de Floriano, contra o grupo mais velho de Deodoro e contra os Governos civis. Eventualmente, elementos monárquicos e populares se envolviam, acrescentando à complexidade da situação. Até mesmo as rebeliões de praças de 1891 e 1892 tiveram fortes traços antiflorianistas e foram instigadas por políticos e Oficiais. O acidente das mortes de Deodoro e Floriano logo após o término dos respectivos Governos foi certamente um grande auxílio no sentido de reduzir o número e a seriedade destas rebeliões. Com o desaparecimento de Floriano, por exemplo, as rebeliões da Escola Militar foram-se tornando cada vez mais isoladas dentro do Exército. É verdade que o último e mais sério destes movimentos, o de 1904, envolveu elementos díspares, como alunos e alguns Oficiais positivistas, populares, anarquistas, monarquistas etc. Militarmente, no entanto, foi um total fiasco, que teve por desfecho a tragicômica fuga de rebeldes e legalistas após curto tiroteio noturno numa rua do Rio de Janeiro. A aliança com grupos civis era puramente tática, de vez que os vários grupos pouco ou nada tinham em comum.

---

[56] Ver, a respeito, José Maria dos Santos, *op. cit.* O autor mostra as hesitações e divergências no PRP sobre o problema da aliança com os militares. O acordo de Benjamin Constant com os republicanos civis só se deu a 7 de novembro. Ver Ernesto Senna, *op. cit.*, pp. 99-100.

A primeira fase de intervenções, encerrada com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904, reflete, de um lado, a posição típica dos jovens militares e, de outro, a incapacidade da organização militar de agir unificadamente. Com esta incapacidade jogariam os elementos civis na tentativa de reconquistar o controle do Governo.[57]

O hermismo

Entre o primeiro e o segundo-tenentismos houve um interregno de 17 anos, durante o qual importantes transformações se deram tanto na organização militar como na sociedade. O único acontecimento de maior importância nas relações civis-militares foi o chamado hermismo. Seria um equívoco considerar o Governo Hermes como uma intervenção militar na política nacional. Mas, pelo envolvimento de militares, principalmente nas salvações estaduais, e pelo fato de um militar ter sido, pela primeira vez, levado, em eleições nacionais, à Presidência, o fenômeno merece ser discutido.

O hermismo coloca-se num contexto já muito distinto de 15 de novembro e das lutas do primeiro qüinqüênio da República. A candidatura Hermes se enquadra dentro do jogo da política dos Estados, e só pelo desacordo entre Minas e São Paulo e pela divisão interna de Minas teve condições de surgir e vencer. O novo na questão é que as lideranças civis, principalmente a mineira, já se dispunham a aceitar um candidato militar como saída para o impasse sucessório. A solução foi facilitada pela entrada em cena do Rio Grande do Sul, em aliança com o Exército, ambos membros mal aceitos no clube dos donos da República.[58] Hermes aceitou a candidatura por insistência de seu amigo Pinheiro Machado e se reconhecia um instrumento político de Pinheiro. Além disso, sempre tivera uma atitude contrária à intervenção militar na política. Fizera-se notar pela primeira vez ao abortar uma rebelião da Escola Preparatória do Realengo, que planejava aderir à da Praia Vermelha em 1904. Isso dava às elites civis uma garantia de que não se repetiria o fenômeno de 15 de novembro. Embora politicamente incompetente como o tio, Hermes não

[57] A luta dos republicanos civis, principalmente paulistas, pela reconquista do poder, é descrita em June E. Hahner, *Civilian-Military Relations in Brazil, 1889-1898*, Columbia: University of South Carolina Press, 1969.

[58] Sobre esta aliança informal, ver Joseph L. Love, *op. cit.*, pp. 117-118. Além do grande número de militares provenientes do Rio Grande do Sul, as lutas da primeira década da República colocaram lado a lado no campo de batalha vários Oficiais e líderes republicanos. Gaúchos e amigos de Hermes e Pinheiro, eram também os Generais Dantas Barreto e Mena Barreto, ambos Ministros da Guerra do primeiro. Também gaúcho era Setembrino de Carvalho, chefe de gabinete de Mena Barreto em 1911.

tinha o descontrole emocional e a rigidez deste, deixando-se levar pela liderança de Pinheiro.

A conotação militarista surgiu muito mais pela campanha de Rui do que pela presença de Hermes. Rui comete, então, um engano mais sério em relação ao Exército de que o primeiro quando incentivou a Questão Militar. Em primeiro lugar, a candidatura Hermes estava dentro do jogo político dos Estados. Mais próximo da verdade, descontada a linguagem, estava o *Correio da Manhã*, ao dizer: "O hermismo é o interesse congregado do marechal, cuja espada as oligarquias bandalhas empunham para se defenderem contra o ataque da indignação nacional."[59] Em segundo lugar, as posições de Hermes, pessoalmente, e dos militares em geral estavam muito mais próximas das do próprio Rui do que das de Pinheiro Machado. Hermes, apesar dos ataques violentos de Rui durante a campanha, o convida para o Ministério. No fundo, tanto Rui como os militares eram contra as práticas da política dos Estados e combatiam as oligarquias regionais. Hermes ia inclusive mais longe nesta oposição. Foi o primeiro candidato, por exemplo, a mencionar os operários em sua plataforma, e patrocinou o 4º Congresso Operário Brasileiro de 1912 quando Presidente.

Essas ambigüidades da candidatura Hermes manifestaram-se claramente nos conflitos surgidos durante seu Governo entre militares e lideranças políticas estaduais apoiadas por Pinheiro Machado. A animosidade dos militares atingia o próprio Hermes quando este optava por apoiar seu mentor político. As salvações foram fenômenos típicos em que alguns militares, geralmente coronéis, tentavam desalojar oligarquias estaduais, contando com o apoio (real ou presumido) da organização. Em alguns casos, como em Alagoas, Rio Grande do Norte e, parcialmente, na Bahia, os militares eram simplesmente parentes de Hermes. Mas, a par deste elemento de ambição pessoal, havia certamente nas salvações, em alguns casos mais que em outros, o aspecto de conflito entre militares e oligarquias estaduais. Em Pernambuco, por exemplo, houve mesmo manifestações populares a favor do General Barreto contra Rosa e Silva. O mesmo se deu no Ceará. Este último caso, o mais rumoroso de todos, mostrou bem o alinhamento de forças. De um lado, a oposição local dos Acioli, apoiada pelos Coronéis do Cariri e por Pinheiro Machado no Governo Federal, e, de outro lado, o Coronel Franco Rabelo, ex-Chefe do Estado-

[59] Citado em Hermes da Fonseca Filho, *Marechal Hermes. Dados para uma Biografia*, Rio de Janeiro, sem editora, 1961, p. 120.

Maior da Região Militar, com apoio de populares e das forças militares locais e do Rio de Janeiro. O Clube Militar chega a reunir-se no Rio em protesto pela nomeação de um interventor no Ceará, o que provoca seu fechamento por Hermes e a decretação do estado de sítio.[60] Nos Estados mais poderosos e mais unidos internamente, as salvações não tinham condições de ser efetivadas. Assim é que falham em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Na Bahia foi parcial, no sentido de que o "salvador" foi um político local de prestígio nacional que apenas utilizou um militar, filho de Hermes, como aliado.

O hermismo, com essas ambigüidades, indicava que as elites políticas que controlavam o sistema republicano já tinham perdido parte da desconfiança em relação ao Exército e já o aceitavam como parceiro político, embora apenas como solução precária de um impasse. Esta aceitação parcial se tornara possível pela maior estabilidade do sistema e pela extinção do jacobinismo militar com o fechamento da Escola da Praia Vermelha. Hermes representava no momento o militar profissional, empenhado na modernização da organização e em seu afastamento das atividades políticas. Mas o fenômeno indicava também, através da campanha civilista e das salvações, provocadas ambas pela candidatura e pelo Governo Hermes, que a aproximação entre militares e políticos republicanos era ainda prematura. A campanha civilista exacerbou as apenas adormecidas prevenções de civis contra militares, particularmente contra o militarismo dos primeiros anos da República. As salvações mostraram a persistente falta de unidade hierárquica do Exército evidenciada na atuação autônoma de indivíduos e grupos, bem como a também persistente tendência antipolíticos e antioligarquias dentro da organização.

Além do hermismo, o único acontecimento que merece citação antes de 1921 é a rebelião dos sargentos de 1915. Mas merece apenas por ser a primeira que apresenta reivindicações próprias de grupo, o que não se deu em 1892. A presença de políticos como Maurício de Lacerda, instigando e utilizando o movimento para fins alheios aos interesses dos próprios sargentos, bem como o completo fracasso da tentativa que não chegou sequer a irromper, reduzem seu possível impacto político.

[60] Sobre estes episódios, ver os depoimentos de Setembrino de Carvalho, em suas memórias já citadas, dando a perspectiva do Governo e do General Dantas Barreto, já então violentamente contra Pinheiro Machado, em seu livro *Conspirações* (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917).

O segundo-tenentismo

A relativa tranqüilidade da política republicana e o esforço profissionalizante do Exército foram interrompidos por nova Questão Militar em 1921. Em vários aspectos a situação se assemelha à dos últimos anos da Monarquia. Por motivos igualmente secundários, a corporação de novo se sente ferida em seus brios e exige reparação do poder civil. O sentimento de agravo é acrescido pela presença no Ministério da Guerra do único civil que ocupou a pasta após a queda do Império. Embora toda a corporação se sentisse atingida, os Oficiais mais velhos se mostram também agora dispostos à conciliação e à aceitação das explicações de Artur Bernardes. Mas um grupo de jovens Oficiais decide levar o fato às últimas conseqüências e faz de Hermes o novo Deodoro. Hermes fora um tenente em 1889, mas toda sua vida militar se pautara por estrito profissionalismo. Somente o ataque pessoal das Cartas Falsas e a força da idéia militar de pundonor podem explicar que se tenha deixado levar ao ato de desespero de liderar o movimento de 1922.[61]

Como em 1889, também em 1922 rebelou-se apenas parcela do Exército: no Rio, a Escola Militar do Realengo e o Forte de Copacabana em Mato Grosso a guarnição local. Tanto o forte como a guarnição de Mato Grosso eram comandados por parentes de Hermes. A predominância de Oficiais jovens em 1922 e nos movimentos subseqüentes transparece no próprio nome por que ficaram conhecidos. Apenas como ilustração damos a seguir os postos dos oficiais condenados por participarem do movimento de 1922:

aspirantes	2
2^os^ tenentes	9
1^os^ tenentes	9
capitães	7
majores	1
tenentes-coronéis	1
coronéis	3
generais	1
	33

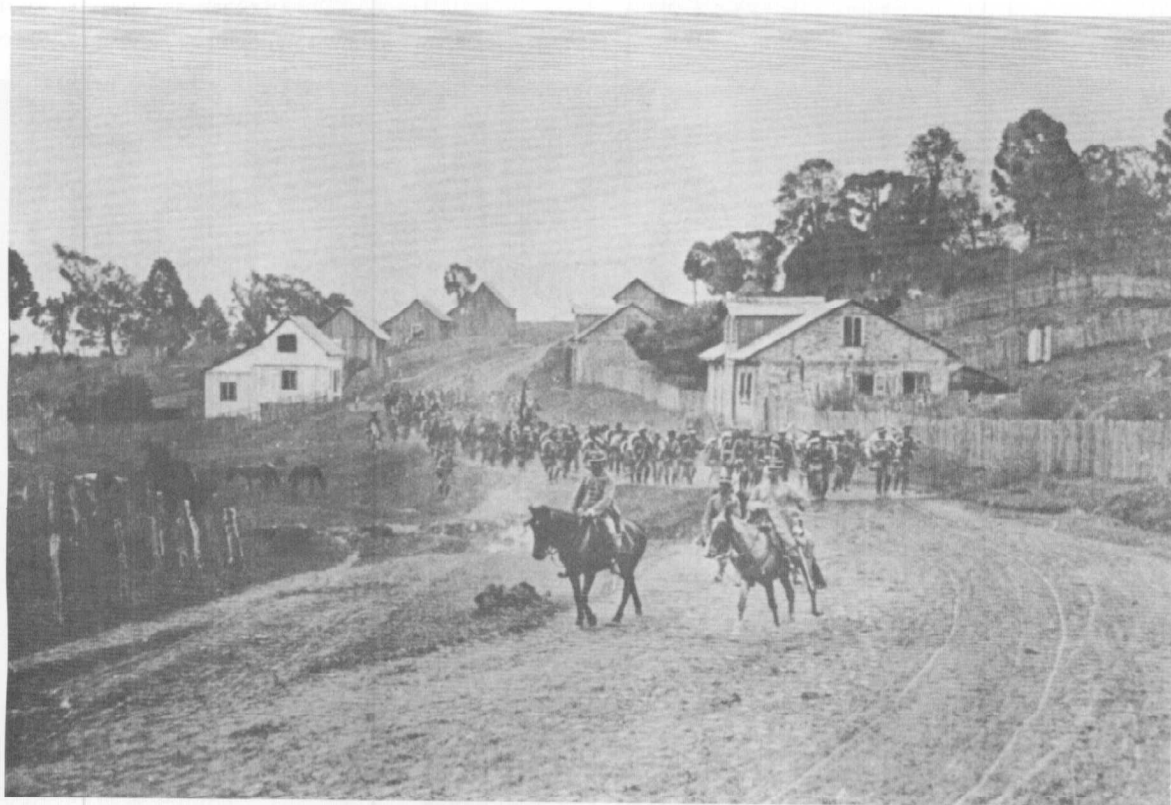
O General era Clodoaldo da Fonseca, levado à rebelião em parte por solidariedade familiar. Com ele estavam dois Coronéis e um Tenente-

[61] A atitude quase fatalista de Hermes ficará na descrição do episódio por Hermes da Fonseca Filho, na obra já citada.

Coronel. Restavam apenas um Coronel e um Major como Oficiais superiores. João Alberto testemunha a respeito da reação às Cartas Falsas no 1° de Artilharia Montada: "A oficialidade do regimento dividira-se. Contra o Dr. Artur Bernardes declarava-se a quase totalidade dos Tenentes e Capitães. Tentavam os Oficiais mais maduros dissuadi-los de uma atitude mais violenta, citando exemplos passados e aconselhando-lhes prudência."[62] Quase toda a liderança do tenentismo até 1930 saiu de elementos envolvidos no movimento de 1922. Basta citar Joaquim e Juarez Távora, Siqueira Campos, Carlos Prestes, Eduardo Gomes, João Alberto, Nunes de Carvalho, Miguel Costa. A situação em 1929 permanecia semelhante à de 1922. De acordo com depoimento de Góis Monteiro, que em 1929, como Oficial do Estado-Maior, procedera a uma sindicância, "a fração de Major para cima, em sua maioria, estaria ao lado do Governo em caso de revolução; mas, de Capitão para baixo, também em sua maioria, as simpatias se voltavam para os revolucionários".[63]

A tática dos Tenentes consistia em aliciar Oficiais jovens, muitas vezes antigos colegas do Realengo, e conseguir através deles, eventualmente com o auxílio de sargentos, rebelar unidades isoladas. Depois era agir rapidamente e esperar o efeito bola-de-neve das adesões.[64] Para a obtenção deste efeito era fundamental a presença de um Oficial superior de prestígio à frente do movimento. Se em 1889 foi Deodoro, em 1922 foi Hermes, em 1924, Isidoro, Góis Monteiro em 1930. A posição política deste Chefe era irrelevante. Isidoro foi escolhido através de consulta ao Almanaque do *Exército* e, em 1930, a chefia chegou a ser oferecida a Leitão de Carvalho, talvez o mais firme adversário das posições tenentistas. O que importava era o prestígio profissional, capaz de provocar o movimento de adesões.

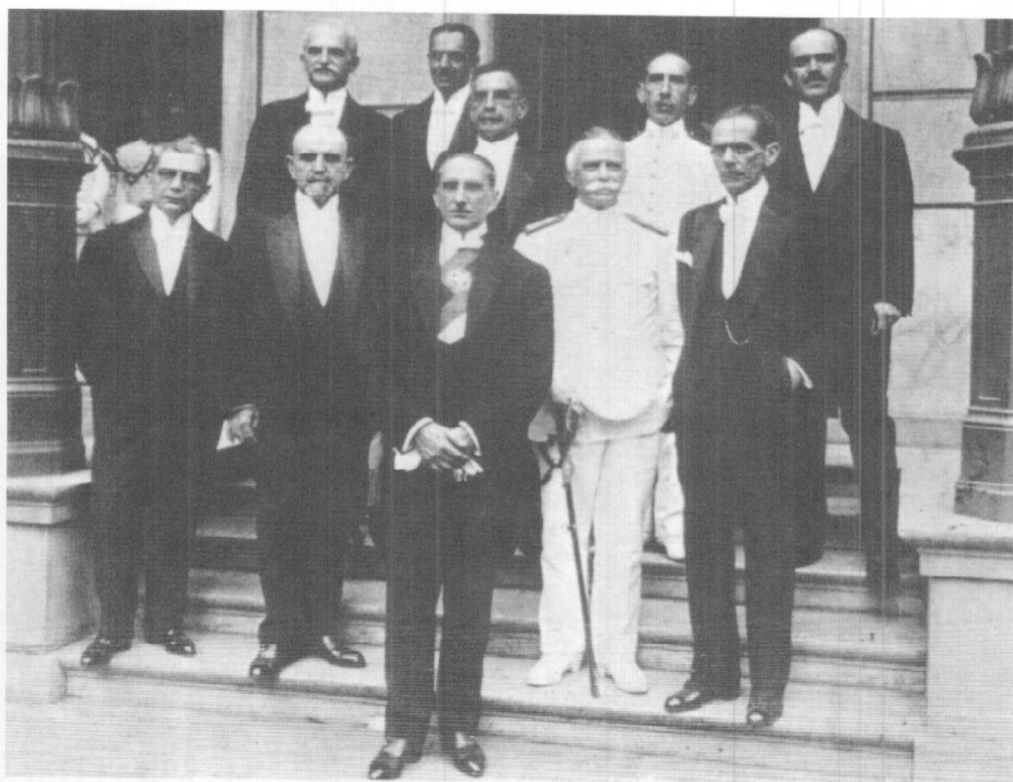
Mas essas adesões não se deram em 1922 e foram apenas parciais em 1924 e 1930. As causas estão nas diferenças entre estas situações e a de 1889. O Exército já era uma estrutura muito mais complexa em 1922. O trabalho dos "turcos" e da Missão, o alistamento universal, o próprio crescimento numérico da organização tornavam muito mais difícil o trabalho dos novos Tenentes. Tanto a força negativa da inércia, como a posi-

[62] Ver João Alberto Lins de Barros, *Memórias de um Revolucionário*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, p. 19.
[63] Ver Lourival Coutinho, *O General Góis Depõe*, Rio de Janeiro: Livraria Coelho Branco, 1956, p. 52.
[64] Ver descrição algo pormenorizada do processo, principalmente para 1930, em Juarez Távora, *Uma Vida e Muitas Lutas*.

PRANCHA 1 – Forças do Governo em marcha contra os fanáticos do Contestado. (Cortesia da Agência Estado)

PRANCHA 2 – Família de imigrantes italianos em Caxias do Sul (1910).
(Cortesia da Abril Cultural S.A.)

PRANCHA 3 – Festa no Círculo Italiano de São Paulo nos anos 10.
(Cortesia da Abril Cultural S.A.)

PRANCHA 4 – Elementos da Guarda Cívica de São Paulo nos anos 20.

PRANCHA 5 – O Barão do Rio Branco durante um almoço diplomático oferecido pelo Presidente Afonso Pena. (Cortesia da Abril Cultural S.A.)

PRANCHA 6 – O Dr. Artur Bernardes ao assumir a Presidência da República. (Cortesia da Abril Cultural S.A.)

PRANCHA 7 – Washington Luiz e Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul (1926). (Cortesia da Abril Cultural S.A.)

PRANCHA 8 – Getúlio Vargas chega ao Catete (1930). (Cortesia da Abril Cultural S.A.)

tiva do movimento profissionalizante se constituíam em obstáculos muito mais poderosos do que os enfrentados em 1889. Em nenhum momento, nem mesmo em 1930, os rebeldes conseguiram o apoio da maioria da organização. Em 1922, as adesões foram mínimas e o episódio é mais importante pelo mito que em torno dele se criou do que por seu peso real. Em 1924 apenas parcelas minoritárias das guarnições de São Paulo e Rio Grande do Sul foram envolvidas. Em 1930, nem mesmo no Rio Grande do Sul houve adesões de regimentos inteiros. Grande número de Oficiais, mais de 300 segundo Leitão de Carvalho, incluindo muitos Tenentes, foram feitos ou se declararam prisioneiros por não concordarem com o movimento.[65] As unidades revolucionárias que subiram do Rio Grande do Sul eram recomposições de regimentos acrescidos de grande número de provisórios.

A par das diferenças na organização militar, a situação política era também distinta. Apesar dos sinais de descontentamento que já surgiam, a República em 1922 não era um sistema indefeso como o Império em 1889. Dispunha de forças de defesa tanto simbólicas como físicas, salientando-se entre as últimas as poderosas polícias militares. Para vencerem em 1930, os Tenentes tiveram que aliar-se a forças e pessoas que tinham combatido de armas na mão. Após se envolverem na luta em 1922 por puro *esprit de corps*, eles aos poucos desenvolveram reivindicações que atendiam a interesses de forças novas surgidas na sociedade, mas mesmo a adesão dessas forças não bastava para derrubar a política republicana. A política dos Estados cairia por uma rebelião de estados, bem aproveitada pelos Tenentes e seus simpatizantes dentro do Exército. A aliança entre o Rio Grande do Sul e parte do Exército, esboçada em 1910, repetia-se agora no campo de batalha e provava-se fatal para o sistema de poder da Primeira República.

O Movimento Pacificador

Apesar de geralmente não merecer a atenção dos analistas, o chamado Movimento Pacificador, que em 1930 depôs Washington Luís, tem grande importância dentro das intervenções políticas do Exército, como já foi sugerido na discussão das ideologias de intervenção. Foi a primeira tomada do poder pelos militares planejada e executada pelos altos escalões das duas Armas. O Coronel Bertholdo Klinger, nomeado Chefe do Estado-Maior das Forças Pacificadoras, planejou o movimento como uma operação militar normal e deu-lhe o caráter de uma intervenção arbitral destinada a promover novas elei-

[65] Leitão de Carvalho, *Dever Militar*, pp. 193-4.

ções e resolver assim o impasse entre legalistas e revolucionários. Segundo ele "a trama devia ser feita, não por baixo, isto é, direta e inicialmente no seio dos corpos de tropa, mas por cima, isto é, entre os Chefes".[66] E na intimação ao Presidente, por ele redigida, afirma-se que o uso das Forças Armadas para solucionar conflitos políticos, prática constante dos Governos da República, só tinha produzido lutas e ruínas. Chegara o momento de "entregar os destinos do Brasil aos Generais de terra e mar".[67]

A posição da guarnição do Rio era então crucial. A vitória militar da revolução era ainda duvidosa, embora os revoltosos já controlassem a maioria dos Estados. As guarnições do Rio de Janeiro, Estado do Rio e São Paulo, que em 1920 formavam 40% dos efetivos do Exército, com 26% correspondentes à primeira, não tinham aderido ao movimento. Também não o fizera a Marinha. A solução do impasse militar estava assim nas mãos da guarnição do Rio. As alternativas eram a resistência armada, a adesão aos revoltosos ou a tentativa de mediação. A primeira não parece ter estado nos planos de ninguém. A segunda era a preferida de vários elementos envolvidos no Movimento Pacificador. A terceira era a planejada por Klinger. Os membros da Junta, composta do General Tasso Fragoso, Presidente, do General Mena Barreto e do Contra-Almirante Isaías de Noronha, resolveram, sob a influência do primeiro, adotar posição diversa da de Klinger e passar o Governo ao Chefe das forças revoltosas.

Embora a idéia de Klinger de um exército agindo como força independente, pairando sobre os grupos políticos, tivesse fracassado, o movimento trouxe sem dúvida algo de novo. O próprio General Tasso Fragoso, ao decidir-se a participar da Junta, se perguntava: "Se a ação pacificadora fosse conduzida por nós, Generais, não seria mais fácil conservar a disciplina da tropa, manter a ordem social, coibir os abusos e evitar as vinditas pessoais?" E achava justificável a derrubada do Governo porque a Força Armada não é servidora deste, mas da nação.[68] O Movimento Pacificador foi o primeiro ensaio de um exército mais poderoso e organizado no sentido de atuar com maior independência no cenário político. A solidez hierárquica seria a condição para esta nova orientação, e sua conseqüência seria o conservadorismo social das intervenções.

---

[66] Gen. Bertholdo Klinger, *Narrativas Autobiográficas*, Rio de Janeiro: O *Cruzeiro*, 1950, vol. V, p. 151.

[67] *Ibid.*, p. 171.

[68] Ver Gen. Tasso Fragoso, "A Revolução de 1930", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 211 (abril-junho, 1951), p. 36.

As Intervenções da Marinha

Como já foi dito, a Marinha possuía uma estrutura política interna dualista, Oficiais de um lado, praças do outro. Além disso, estava em constante atrito com o Exército por motivos de rivalidades profissionais e de competição por maior participação nos benefícios do poder. Em torno destes dois fatos giraram suas principais revoltas.

O recrutamento mais aristocrático de seus Oficiais, seu maior isolamento e seu treinamento mais profissional tendiam a fazer da Marinha uma organização menos sensível a pressões políticas e menos antagônica às elites políticas civis. Suas intervenções se resumem praticamente na disputa com o Exército pelo predomínio político nos primeiros anos da República (1891, 1892, 1893) e na Revolta dos Marinheiros em 1910. A revolta do 1º de março em 1891 e as de Hercolino e Protógenes em 1924 foram de pouca significância.

Não tendo participado nem recebido bem a Proclamação da República, a Marinha foi menos aquinhoada que o Exército após a vitória, o que provocou descontentamento entre seus Chefes. Já em 1891, Custódio prepara o apoio da Armada a Prudente, caso este fosse eleito, ao passo que o Exército ameaçara dissolver o Congresso na mesma eventualidade. O mesmo Custódio se queixou de Floriano por favorecer o Exército em detrimento da Marinha.[69] Um simples olhar para as diferenças nos aumentos de salários demonstra o tratamento desigual recebido pelas duas Armas.

A média de aumento dos salários dos oficiais do Exército acima arrolados foi de 124,9% e a de praças 35,8%, ao passo que, na Marinha, os aumentos respectivos foram de 53% e 50%. Como veremos adiante, as dotações orçamentárias das duas organizações também sofreram, com a República, alterações substanciais em favor do Exército. Havia, além disso, as discriminações mencionadas por Custódio, referentes a nomeações para cargos públicos, ajudas de custos etc.

Mas a Marinha pagou caro seus protestos. A revolta de 1893 resultou em derrota total. Sua liderança foi dizimada, seu poderio reduzido pela perda de navios e pela redução dos efetivos. Somente no Governo Rodrigues Alves se começou a pensar em sua reorganização, certamente com a finalidade implícita de novamente usá-la como contrapeso ao Exér-

[69] Custódio José de Mello, *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*, tomo II, pp. 206-7. Custódio já discordara antes do aumento de soldo dos militares decretado logo após a Proclamação da República. Segundo ele, a medida daria a impressão de que o movimento fora feito em benefício "da classe". *Op. cit.*, p. 24.

QUADRO 14

AUMENTOS DE SALÁRIOS DOS MILITARES
ENTRE 1889 E 1895 (EM MIL-RÉIS)

EXÉRCITO			MARINHA		
Posto	*1889*	*1895*		*1889*	*1895*
Ten.-General	7:131$	15:739$	Almirante	6:000$	9:000$
Coronel	3:297$	7:987$	Cap.-M.-e-Guerra	2:480$	3:720$
1º-Tenente	1:325$	2:710$	1º-Tenente	1:240$	2:160$
1º-Sargento	292$	365$	1º-Sargento	240$	360$
Soldado	43$800	91$250	Grumete	60$	90$

FONTE: *Balanços das Receita e Despesa* para os respectivos anos.

cito. O Ministro Alexandrino de Alencar (1906-1910) inaugurou a política de "rumo ao mar" e, em 1906, foram encomendadas 28 novas unidades, incluindo o enorme couraçado "Minas Gerais". Em 1910, chegaram várias dessas unidades. Infelizmente o que seria a renovação total da Marinha resultou em novo golpe que a feriu profundamente: a rebelião de 1912.

A rebelião dos marinheiros foi causada por problemas internos à organização. As possíveis ligações com elementos civis, através do Oficial e Deputado José Carlos de Carvalho, foram secundárias. O problema central estava no relacionamento entre Oficiais e praças. Já na rebelião do 1º de março aflorara o problema, mas agora explodiria em grandes proporções. A chibata era quase uma conseqüência necessária da diferença existente entre o recrutamento de praças e Oficiais. O Comandante do "Minas Gerais", morto durante a revolta, era contra a chibata e a abolira ao assumir o Comando da belonave na Inglaterra. Mas o aumento de crimes entre a guarnição fê-lo restabelecê-la.[70] As novas circunstâncias que permitiram a explosão do movimento foram várias. De um lado, as guarnições tinham agora em mãos as poderosas unidades. A falta de adapta-

[70] Um Oficial da Marinha, *op. cit.*, pp. 88-89. Para um ponto de vista mais próximo dos marinheiros, ver Edmar Morel, *A Revolta da Chibata*, Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 2ª ed., 1963. Ver também sobre o assunto o depoimento do mediador entre os revoltosos e o Governo, o Deputado e Oficial da Marinha, José Carlos de Carvalho, em *O Livro de Minha Vida: na Guerra, na Paz e nas Revoluções, 1847-1910*, Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 1912.

ção da Marinha à era industrial deixava o controle das máquinas, fundamental nas modernas belonaves, nas mãos dos marinheiros maquinistas. Esse controle era ainda maior pelo desfalque existente no quadro dos 2.ºs Tenentes, como já vimos. De outro lado, o contato da guarnição com focos de agitação operária durante sua permanência no exterior lhe forneceu elementos ideológicos e táticos para planejar e executar a rebelião.

Mas o radicalismo e a consistência do movimento não eram grandes. Na revolta subseqüente do Batalhão Naval, João Cândido não só se negou a aderir como combateu, ao lado do Governo. E é sintomático que o melhor argumento que os fuzileiros acharam para tentar convencer João Cândido a aderir foi o de que tropas do Exército pretendiam atacar e ocupar os navios. De qualquer modo, a Marinha sofreu novo baque e teve seus efetivos reduzidos. A anistia dada aos revoltosos humilhou profundamente os Oficiais que se retraíram novamente amargurados com a atuação do Governo.

Até o fim da República, a Marinha praticamente desapareceu da política. As rebeliões de Protógenes e Cascardo foram fracas repercussões do tenentismo e tiveram escassas conseqüências. Mas os Governos civis tratavam a organização com certa atenção seguindo a velha tática de usá-la em contraposição ao Exército. Calógeras se refere em 1918 à "teoria da Marinha bate-pau policial, a querer impor a paz a um Exército de turbulentos, a quem se acusava caluniosamente de conspirador".[71] Mas já no Movimento Pacificador os Almirantes aparecem ao lado dos Generais. Não podendo disputar o poder ao Exército, a Marinha se aliava a ele. Esta aliança seria facilitada daí em diante pela transformação na natureza das intervenções do Exército, tornando-as mais aceitáveis para a Marinha.

6. O PODER POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS

Além das intervenções, há outros indicadores que podem ser usados para determinar o grau de envolvimento político dos militares e sua participação nos benefícios do poder. Apresentamos a seguir alguns destes indicadores com as cautelas que a interpretação de cada um exige.

O mais óbvio destes indicadores é a ocupação de cargos políticos e administrativos por militares. A ocupação de pastas ministeriais por militares é indicada a seguir.

[71] Pandiá Calógeras, *Problemas de Administração*, São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1958. p. 58.

QUADRO 15

PORCENTAGEM DE MINISTROS MILITARES, 1871-1930
(MINISTROS EFETIVOS)

1871-1889	*1889-1894*	*1894-1910*	*1910-1918*	*1918-1930*
6,06 (N = 66)	35,00 (N = 40)	40,00 (N = 50)	41,66) (N = 24)	21,21 (N = 33)

FONTE: Barão de Javari, *Organizações e Programas Ministeriais*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, Dunshee de Abranches, *op. cit.*, Representa o primeiro total de Ministros em cada período.

Vê-se que houve grande salto entre o Império e a República. Mas quase toda a diferença é devida ao fato de que as pastas militares passaram a ser ocupadas por militares na República, o que nem sempre acontecia no Império. Duas pastas em 6 ou 7 já constituíam mais ou menos 30% do total. A única exceção foi o Governo Epitácio, que colocou civis tanto na pasta do Exército como da Marinha, reduzindo a porcentagem para o último período. Raramente, mesmo na República, militares ocupavam pastas civis. A mudança, no entanto, já era significativa.

A participação de militares no Congresso Federal é fornecida no quadro a seguir.

QUADRO 16

MILITARES CONGRESSISTAS, 1886-1934 (%)

	Deputados			*Senadores*	
1886	*1890*	*1917*	*1889*	*1890*	*1917*
1,60 (N = 125)	19,03 (N = 205)	5,18 (N = 212)	3,17 (N = 63)	17,58 (N = 74)	12,59 (N = 63)

FONTE: Javari, *op. cit.*, Abranches, *op. cit.* Para 1917, Tobias Monteiro, *Funcionários e Doutores*, p. 37.

Novamente fica clara a distância entre o Império e a República. Praticamente ausentes do Congresso ao fim da Monarquia, os militares formam quase 20% do primeiro Congresso republicano. Mas já em 1917 esta pro-

porção se acha muito reduzida para a Câmara, embora nem tanto para o Senado. Ao fim do período, provavelmente a redução seria ainda maior. Mas seria engano interpretar esta redução como decréscimo do poder político dos militares. Ela significa afastamento da política partidária, o que, de um lado, pode reduzir a influência individual dos militares no Governo, mas, de outro, pode beneficiar a unidade da organização. As intervenções na Primeira República tinham quase sempre algum militar Deputado ou Senador envolvido. Ao levar a política partidária para dentro da organização, esses elementos contribuíam para os movimentos isolados que quase sempre envolviam Oficiais de escalões inferiores, com prejuízo para a hierarquia e, conseqüentemente, para a organização. No caso, o progressivo afastamento de cargos eletivos só veio beneficiar a organização, embora indicasse também maior estabilidade do sistema político.

Um indicador mais seguro de influência no Governo seria a ocupação, por militares, de cargos administrativos. Mas os dados aqui são precários. O número destes militares parece ter sido alto no começo da República. Segundo uma fonte, em 1893 haveria 174 Oficiais neste tipo de cargo.[72] Mas seria necessária uma especificação dos cargos para se ter idéia mais exata de sua importância política. De qualquer maneira, o número é alto para a época e confirma a grande força política dos militares no início da República.

Outra indicação dessa força é o aumento de salários havido no início da República. No *Quadro 14* já fornecemos os dados para o Exército e a Marinha. O *Quadro 17* amplia a comparação.

QUADRO 17

AUMENTOS DE SALÁRIOS ENTRE 1889 E 1895 (%)

Exército	122,5
Marinha	53,0
Funcionalismo civil	11,4
Professores	17,6

FONTE: Como no *Quadro 14*. Para funcionários civis, tomamos os seguintes cargos do Ministério do Império, depois da Justiça e Negócios Interiores: diretor-geral, primeiro-oficial, amanuense, contínuo. Para professores: catedráticos das Escolas de Direito, Medicina, de Minas e lentes do Pedro II.

[72] Edgard Carone, *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 361.

Mas este impacto inicial parece ter sido aos poucos reduzido ao longo da República Velha. Os gastos orçamentários com Exército e Marinha assim o indicam.

QUADRO 18

GASTOS MILITARES, 1880-1940
(% DO ORÇAMENTO NACIONAL)

Ano		*Exército*	*Marinha*	*Total*
1880-81		9,82	8,10	17,92
1889		10,39	7,85	18,24
1895		23,32	8,80	32,12
1910*	ouro:	2,65	12,61	15,26
	papel:	14,58	8,43	23,01
1925		17,44	5,80	23,24
1930		12,27	7,34	19,61
1940		19,05	7,81	26,86

FONTE: *Balanços das Receita e Despesa* para os respectivos anos.

* O Balanço não fornece a taxa de conversão de ouro para este ano.

Os dados mostram que após uma duplicação da participação dos gastos militares no início da República (a guerra federalista ainda deve ter pesado no orçamento de 1895), volta-se em 1930 a níveis semelhantes aos do fim do Império. Mas, em termos absolutos, os gastos militares passaram de 31 mil contos em 1889 para 483 mil contos em 1930, o que significa um grande aumento, mesmo tendo em vista um crescimento paralelo do orçamento global. A retomada do crescimento do orçamento militar em 1940 confirma nossa anterior indicação sobre a evolução da organização e da política militares.

Outra observação a respeito do *Quadro 18* refere-se às diferenças nas dotações do Exército e da Marinha. Durante os últimos anos do Império, as duas corporações tinham dotações quase iguais, com pequena diferença em favor do Exército. A República modificou definitivamente esta divisão. A dotação da Marinha passou a girar em torno de 50% da do Exérci-

to, subindo um pouco apenas em torno de 1910, devido aos gastos com as compras dos novos barcos de guerra. De 1889 a 1940 a participação relativa da Marinha permaneceu a mesma, ao passo que a do Exército duplicou. O grande responsável por esta diferença foi o aumento muito maior dos efetivos do Exército em relação aos da Marinha. Isso porque os gastos com pessoal absorviam quase toda a verba orçamentária das duas organizações. Em 1916, por exemplo, o Exército gastava 93% de seu orçamento com pessoal, e a Marinha 89%.[73] De qualquer maneira, estas diferenças, em parte conseqüências dos desastres militares sofridos pela marinha, contribuíram para torná-la politicamente um fator secundário em comparação com o Exército.

Finalmente, o maior obstáculo à expansão do poder do Exército durante a Primeira República foram as polícias militares estaduais. Se os efetivos do Exército eram reduzidos durante o Império, a ausência de autonomia provincial impedia também o desenvolvimento das polícias. As províncias não tinham uma "política exterior" em relação à união e as outras províncias, não necessitando por isso de forças militares para apoiar esta política. A tarefa de policiamento da população era mais local (municipal) e em grande parte exercida pela Guarda Nacional. Esta, por sua vez, apesar de seus imensos efetivos, era de escassa eficácia bélica e constituía um obstáculo ao crescimento do Exército apenas enquanto impedia que este recrutasse mais e melhor. Outra era a situação das Polícias republicanas. Logo após a Proclamação da República, os Presidentes dos estados, principalmente os dos mais poderosos, trataram de proteger-se com pequenos exércitos, em alguns casos mais aguerridos que o próprio Exército nacional. A Polícia de São Paulo contratou missão francesa antes que o Exército o fizesse e dispunha de aviação militar. O *Quadro 19* dá a evolução dos efetivos das polícias militares no período, comparando-a com a do Exército.

[73] Tobias Monteiro, *Funcionários e Doutores*, p. 114.

QUADRO 19

EFETIVOS DAS POLÍCIAS MILITARES E DO EXÉRCITO, 1889-1933 (NÚMEROS ABSOLUTOS)

Províncias/	*1889*		*1920*		*1933*
Estados	*Polícia*	*Exército*	*Polícia*	*Exército*	*Polícia*
AM	197	217	347	394	–
AL	294	81	1.064	428	561
BA	779	712	3.019	1.545	2.376
CE	315	617	858	657	568
Corte/DF	1.096	1.839	3.987	11.236	5.248
ES	85	54	289	703	951
GO	93	437	483	222	559
MA	332	282	399	756	447
MT	37	1.296	734	1.116	220
MG	1.230	113	2.874	3.787	7.494
PA	447	420	827	1.418	217
PB	254	137	1.061	409	981
PN	124	532	670	2.581	1.269
PE	908	651	1.402	706	2.415
PI	152	100	371	514	520
RJ	690	–	694	2.241	1.143
RN	147	87	535	170	366
RS	780	3.658	2.052	9.304	4.404
SC	132	79	589	727	703
SP	1.424	386	7.538	3.675	6.806
SE	376	77	422	254	697
Acre	–	–	347	79	268
BRASIL	9.892	11.748	30.564	42.920	38.213

FONTE: Para a Polícia, *Relatórios* do Ministério da Justiça de 1889 e 1880, *Censo* de 1920 e *Anuário Estatístico* de 1936. Para o Exército, *Relatório* de 1888, *Censo* de 1920 e *Anuário* de 1936. Os efetivos policiais de GO, PE, RJ, RS para 1889 são de 1880. Não há informação para os efetivos do Exército no RJ em 1889 e da Polícia no AM em 1933.

Os dados acima devem ser vistos em combinação com os do *Quadro* 9. Vê-se que os efetivos policiais cresceram paralelamente aos do Exército,

e que, em 1920, os primeiros superavam os últimos em metade dos Estados, incluindo Bahia, Pernambuco, São Paulo e, em 1930, certamente, Minas Gerais. Apesar da clara tentativa de localizar mais tropas nestes Estados, o Exército estava longe de ter seu controle, como bem o demonstraram os acontecimentos de 1930, em Minas Gerais. Acresce-se o fato de que as polícias estaduais, com a única exceção do caso de Miguel Costa, permaneciam leais aos respectivos presidentes. Isto podia eventualmente favorecer movimentos rebeldes dentro do Exército, como de fato favoreceu o Tenentismo quando este se aliou às oposições estaduais. Mas esta aliança era incômoda. Um dos pontos do programa de reforma dos Tenentes era exatamente reduzir a excessiva influência dos Estados na política nacional, e as Polícias eram um dos grandes sustentáculos desta influência. Para o Exército como um todo, o problema se colocava ainda mais intensamente. Era impossível qualquer política de defesa nacional, nos termos amplos colocados pelos reformadores, quando a organização não tinha sequer o controle militar interno. O próprio papel previsto para o Exército, na política interna, por Klinger e por Góis era difícil de ser exercido sem o controle das Polícias. Este foi o grande problema militar legado pela Primeira República e que só mais tarde seria resolvido, quando profundas transformações seriam introduzidas no próprio sistema federal.

CONCLUSÃO

Podemos resumir em alguns pontos a evolução das Forças Armadas e de seu papel político durante a Primeira República.

Em primeiro lugar, o período se caracteriza pela intensa luta do Exército para tornar-se organização nacional capaz de efetivamente planejar e executar uma política de defesa nacional em seu sentido mais amplo. Esta luta teve várias fases e aspectos. Seu ponto crítico foi a introdução do alistamento universal, com o conseqüente afastamento da Guarda Nacional como organização rival. O controle semiprivado da força armada, característico da sociedade ainda predominantemente rural legada pelo Império, é com isto eliminado. Em contrapartida, surge novo inimigo, de origens semelhantes ao primeiro, nas Polícias militares, controladas pelas oligarquias estaduais. A superação deste novo obstáculo não seria conseguida no período.

Outros aspectos importantes desta transformação foram o crescimento rápido dos efetivos, sua distribuição mais estratégica no território

nacional, melhor treinamento de Oficiais e praças, melhor estruturação interna, centralização do processo decisório e formulação mais clara dos objetivos da organização.

Em segundo lugar, observa-se que estas transformações organizacionais se deram em meio ao envolvimento político dos militares, que em parte foi influenciado pelas transformações em parte as influenciou. Se a primeira intervenção, em 1889, gerou aumento substancial no poder político das Forças Armadas, o mesmo não se pode dizer dos movimentos seguintes. À medida que estes dividiam internamente as duas Armas ou lançavam uma contra a outra, enfraqueciam-nas e facilitavam seu uso político pelas elites civis. O fortalecimento interno das Forças Armadas exigia o fim de movimentos intervencionistas isolados e destruidores da hierarquia.

Em terceiro lugar, a passagem da fase da política na organização para a de política da organização, já esboçada no fim do período, iria implicar mudança importante na natureza das intervenções. A primeira era quase sempre social e politicamente reformista. Seus principais veículos eram os jovens Oficiais, cuja origem social, treinamento e posição na organização os colocava em situação favorável para iniciar ou apoiar movimentos contestatórios, seja contra o sistema imperial, seja contra a política dos Estados. A predominância desses movimentos no Exército, acrescida dos movimentos de praças e dos conflitos entre Exército e Marinha, deu à atuação política das Forças Armadas na Primeira República um caráter desestabilizador. A política que mais tarde seria chamada de "moderadora" foi preparada durante o período e ensaiada no Movimento Pacificador, mas só seria realizada posteriormente.[74]

[74] Pode-se fazer interessante paralelo entre o papel do Exército e o do Rio Grande do Sul na Primeira República. Por uma série de razões, tanto um como outro se constituía em elemento desequilibrador do sistema da política dos Estados. De um lado, não eram bem aceitos no círculo interno do poder; de outro, não podiam ser relegados a segundo plano como os Estados de segunda classe. Em situações de crise do sistema, a posição dos dois era crucial, pois se tornavam como que fiéis da balança. Acresce-se o fato já mencionado das afinidades que entre ambos existiam, não só pelo grande número de militares localizados no Rio Grande do Sul, mas também pelo fato de que o recurso principal de que dispunha este Estado era a força armada de seus provisórios. Eventualmente, o choque entre esta força e o Exército era fatal. Mas no jogo da política dos Estados era possível o estabelecimento de alianças temporárias. A força dessas alianças iria depender do grau de unidade interna, seja da política rio-grandense, seja do Exército. Foi máxima esta força em 1930, quando as facções estaduais se uniram e encontraram apoio positivo de parcela do Exército e ausência de oposição na outra parcela. Sobre o papel desequilibrante do Rio Grande do Sul, além de Joseph Love, já citado, veja-se também Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, São Paulo: Editora Unitas Ltda., 1933, pp. 253-272.

Em quarto lugar, as transformações sociais verificadas no período, tendentes a reduzir a influência política e econômica de grupos rurais através da urbanização e da industrialização, produziram importantes aliados para as Forças Armadas. Destas transformações se beneficiaram Tenentes, "turcos" e "moderadores". Apesar das divergências entre esses grupos, todos concordavam nos propósitos centralizadores que eram basicamente anti-rurais e antiestados. Expressão da concordância de interesses entre militares e grupos econômicos pelo menos parcialmente urbanos são as *Ligas* que se criaram a partir de 1916. A primeira delas, já mencionada, foi a *Liga de Defesa Nacional*, criada em 1916. Entre seus membros estavam representantes "de todas as classes produtoras e defensoras do país", e seus objetivos incluíam "propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica; defender, com a disciplina, o trabalho".[75] No ano seguinte é criada em São Paulo a *Liga Nacionalista*, da qual participavam elementos da burguesia paulista, e que misturavam em seu programa e em suas declarações temas que iam da defesa nacional à organização do trabalho, entendendo-se por esta última o combate às agitações operárias.[76] Em 1927 é criado em nível governamental o *Conselho de Defesa Nacional*, que salienta os aspectos econômicos e industriais da defesa. Um pouco mais tarde, em 1937, surge a *Defesa Social Brasileira*, de finalidade anticomunista, formada por militares e "figuras mais destacadas da magistratura, do funcionalismo, do jornalismo, das classes liberais, do comércio e da indústria".[77] Leitão de Carvalho, o defensor da nova política de defesa nacional, está presente em quase todas essas iniciativas. Embora faltem estudos mais profundos dessas organizações, de sua composição e de seus programas, parece evidente que pela primeira vez militares se unem a representantes de grupos econômicos na promoção e defesa de interesses comuns. Essa comunidade de interesses é clara na preocupação com o desenvolvimento de indústrias de base fundamentais para a defesa nacional. Já os "turcos" defendiam em 1916 a implantação da indústria nacional do aço e, durante o Estado Novo, o Exército esteve presente na luta pela criação da Siderúrgica Nacional e do Conselho Nacional do Petróleo.[78] O con-

[75] Olavo Bilac, *A Defesa Nacional*, p. 83.

[76] Sobre as Ligas e sua vinculação burguesa, ver Edgard Carone, *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*, pp. 162-168, 313-315.

[77] Sobre a *Defesa Social Brasileira*, ver o depoimento de Leitão de Carvalho, um de seus criadores, em *Memórias de Um Soldado Legalista*, tomo III, pp. 296-302. O texto citado está na página 301.

[78] Ver, a respeito, John D. Wirth, *The Politics of Brazilian Development, 1930-1954*, Stanford: Stanford University Press, 1970.

flito entre grupos rurais privatistas e as Forças Armadas não se repetia, ou era menor acentuado, nas relações destas pelo menos, de seus elementos mais profissionais – com grupos econômicos de base mais urbana, ou seja, com a burocracia industrial emergente.

Este último ponto serve para ilustrar a importância dos fatores organizacionais para a análise política do comportamento militar. Se, a partir da verificação do surgimento de certa coincidência de interesses de grupos militares e grupos econômicos, concluíssemos que a mudança no comportamento dos primeiros foi devida ao impacto dos últimos, estaríamos caindo numa falácia de interpretação. A coincidência, acompanhada da aliança política, se deu e é de importância fundamental. Mas o impulso para a mudança no conceito de defesa nacional e, portanto, no papel das Forças Armadas veio de dentro da organização militar, no sentido de que se prendem basicamente a razões de defesa. Esta origem militar tem importantes conseqüências para a natureza da aliança estabelecida e para a força relativa do elemento militar no jogo político, assim como fez grande diferença política o fato de que as reformas militares introduzidas na França pela revolução foram implantadas na Prússia pelo próprio Exército a partir de necessidades de defesa.[79]

Mais concretamente, as idéias de soldado-cidadão e de recrutamento universal, por exemplo, tiveram origem na revolução burguesa de 1789. Mas na França essas idéias correspondiam a tentativas de democratização do Exército, promovidas de fora para dentro, no sentido de subtraí-lo ao controle da nobreza. No Brasil, elas partiram de dentro do próprio Exército e foram dirigidas contra o que se poderia chamar de "nobreza" local, isto é, as elites civis de base agrária. Aqui a idéia de soldado-cidadão se destinava a promover a abertura da sociedade ao Exército e não vice-versa como na França.

Igualmente, a adoção da ideologia positivista pelos militares intervencionistas poderia ser vista como indicadora de tendências burguesas. Mas, se na própria Europa o positivismo deu origem a posições políticas distintas, aqui os militares dele extraíram principalmente aspectos que lhes interessavam na luta pelo poder, como a idéia da ditadura republicana. Em nenhum momento os positivistas militares explicitaram teoricamente qualquer tipo de aliança com grupos externos. Se alguma aliança concreta houve, por parte dos positivistas do primeiro tenentismo, foi com grupos

[79] Sobre as reformas nos Exércitos francês e prussiano, ver Alfred Vagts, *A History of Militarism*, principalmente os Capítulos 4 e 5.

populares, ou mesmo anarquistas, como se deu durante o florianismo e a revolta de 1904.[80] O entendimento de Floriano com os grupos oligárquicos paulistas se deveu mais a razões políticas que econômicas, sociais ou ideológicas.

Não seria difícil multiplicar os exemplos. Bastam esses exemplos e toda a exposição anterior para ilustrar nosso ponto. Poder-se-ia, talvez, dizer que as ambigüidades do desenvolvimento de uma sociedade de mercado no Brasil, com a conseqüente indecisão no comportamento político de grupos e classes envolvidos, como que favoreceram, e talvez ainda favoreçam, o impacto de fatores organizacionais no que diz respeito ao papel político das Forças Armadas.

---

[80] Sobre posições políticas dos positivistas brasileiros, inclusive militares, veja-se, por exemplo, Tocary Assis Bastos, *O Positivismo e a Realidade Brasileira*, Belo Horizonte: Edição da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1965.

CAPÍTULO II

A FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A REPÚBLICA VELHA, marcada pela "política dos governadores", inaugura o período áureo de desenvolvimento de uma das forças repressivas estaduais, criada, praticamente, desde o início do Império: a Força Pública do Estado de São Paulo.[1]

Os historiadores costumam remarcar sua atuação, sob o período republicano, como "exército particular" dos Governadores paulistas.[2] Não obstante, antes do estudo desta instituição sob a República, cremos necessário traçar uma análise, ainda que sumária, da sua situação sob o período imperial. Esta análise, além de ressaltar a diferença de aperfeiçoamento desta instituição sob os dois períodos históricos, servirá para demonstrar que, não fossem as novas condições da estrutura econômico-social da formação brasileira inauguradas após a abolição da escravidão e a adoção da política imigrante, dificilmente os Governadores paulistas teriam conseguido transformar a Força Pública no seu "pequeno exército".

Uma das dificuldades para a leitura desse trabalho está ligada ao fato de que a atual Polícia Militar do Estado de São Paulo teve, desde sua criação, várias denominações. Essa dificuldade poderá ser consideravelmente minimizada se apresentarmos, já de início, um quadro sinótico com essas denominações.

---

[1] Este trabalho limita-se à apresentação *sintetizada* de *algumas* idéias desenvolvidas pela autora no livro *Política e Segurança, a Força Pública de São Paulo*, Ed. Alfa e Ômega, S. Paulo, 1974.

[2] Sobretudo Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, Ed. Civilização Brasileira, R. de Janeiro, 1965, cf. p. 188.

DENOMINAÇÕES DA ATUAL POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Períodos	*Denominações**
1832 – Guerra do Paraguai	Corpo de Guarda Municipal ou Guarda Municipal Permanente
Durante a Guerra	Corpo Policial Provisório
1868 – 1891	Corpo Policial Permanente
1891	Corpo Militar de Polícia e Força Militar de Polícia
1892 – 1896	(Força Policial)*
1897 – 1901	Brigada Policial
1901– 1924	(Força Pública)
1924 – 1940	Força Pública
1940 – 1947	Força Policial
1947 – 1969	Força Pública
1969	(Polícia Militar)

* Nos períodos em que a denominação aparece entre parênteses, a Força Pública apresentava-se unificada à recém-extinta Guarda Civil.

A criação da Força Pública

A criação do Corpo de Guardas Municipais em outubro de 1831, tanto na Corte como nas demais Províncias do Império (opcionalmente), marca o início da história institucional da atual Polícia Militar do Estado de São Paulo (récem-extinta Força Pública). Sua criação se inscreve no processo político mais amplo de realização da hegemonia política dos proprietários rurais (após o 7 de abril de 1831), processo marcado, inclusive, pela elaboração ou reelaboração do aparelho repressivo do Estado – sobretudo de suas forças repressivas. Nessa rearticulação das forças repressivas destacam-se a criação da Guarda Nacional (agosto de 1831); desarticulação e relegação a segundo plano do Exército (agosto de 1831) e criação das atuais Polícias Militares (outubro de 1831).

Em São Paulo, a proposta de criação do Corpo de Guardas Municipais – que, depois, passará a ser denominado Corpo Policial Provisório e, finalmente, Corpo Policial Permanente – é justificada pelo temor causado pelo problema da abolição dos escravos. Acrescenta-se, ainda, a desconfiança das autoridades provinciais na fidelidade das tropas de linha

aqui estacionadas. Abolição e Exército são, portanto, dois parâmetros fundamentais para entender a preocupação civil na criação de uma tropa militarizada que permanecesse sob seu controle direto. São essas as razões que explicam, em 1832, a organização da Guarda Municipal Permanente (ou Corpo de Guardas Municipais) de São Paulo, quando era Presidente da Província o Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar.

O Corpo de Permanentes surge marcado pelo espírito do Ato Adicional. Este é, ao mesmo tempo, centralizador, se se tem em vista sua limitação ao Código do Processo e, descentralizador, se se considera a Lei de Interpretação de 1840. Como esta última, porém, não altera o poder dos Presidentes da Província sobre o Corpo de Permanentes, este manter-se-á, desde sua criação, uma força móvel provincial.

Em síntese, o "provincialismo", o temor "civilista" às tropas de linha aqui estacionadas e a questão da abolição são as principais causas que estão por trás da criação da Guarda Municipal Permanente, futura Força Pública do Estado de São Paulo. As raízes desta instituição encontram-se nas estruturas socioeconômicas e de poder da sociedade imperial brasileira. Entretanto, é esta mesma sociedade que engendrará as principais dificuldades desta instituição, barrando ou obstando suas possibilidades de expansão e aperfeiçoamento.

Características do Corpo Policial Permanente

São duas as características que distinguem o Corpo Policial Permanente do Exército Nacional. Em primeiro lugar, sua *organização híbrida*: estrutura militar com funções policiais ligadas à manutenção da ordem interna, ou seja, diretamente relacionadas à preservação das condições sociais da produção. Organização contraditória que se chocará sempre, de um lado, com a instituição essencialmente militar, o Exército; de outro, com a instituição tradicionalmente policial, a Polícia Civil.

Em segundo lugar, o fato de ser constituído de *voluntários* não só para o oficialato e inferiores (cabos e sargentos), mas, o que é mais importante, para a base que, de fato, mantém a instituição: os soldados. Assim, ao contrário do Exército, em que os soldados são recrutados compulsoriamente ao atingir certo limite de idade, a Força Pública ficou profundamente dependente das potencialidades de organização e expansão do mercado de trabalho. Esta característica é fundamental para se poder explicar suas dificuldades de crescimento sob o Império e, de outro lado, sua enorme expansão sob a Primeira República.

Observe-se também que o Corpo Policial Permanente ficou diretamente subordinado ao Presidente da Província (depois, Governador do

ado) e, mais indiretamente, à Assembléia Legislativa Provincial (de-
s, Estadual). Cabe, por exemplo, ao Presidente da Província fixar os
ivos anuais e os vencimentos dos policiais permanentes, submetendo,
teriormente, suas propostas à aprovação da Assembléia Legislativa.
se modo, sempre se tratou de uma força provincial (depois, estadual) e
endente do orçamento e, inclusive, no desenvolvimento de sua própria
víncia (depois, Estado).

ltuações do
o Permanente
no Império

Além do *serviço ordinário*, que compreendia a guarnição à Casa de Correção, Cadeia Pública, quartel, diligências em condução de presos e serviços de orde-
ça em repartições públicas, o Corpo Policial Permanente dedicava-se a
iços extraordinários. Entre estes últimos ressaltam-se: sua participa-
na Guerra dos Farrapos, sua repressão à Revolta Liberal de Sorocaba
12) e à revolta do Quebra-Lampião em São Paulo. Mas sua participa-
de maior envergadura foi na Guerra do Paraguai.

Ainda, o Corpo Policial Permanente foi constantemente deslocado
ı todos os pontos da Província em que se verificaram perturbações da
m, sobretudo em casos de conflitos entre autoridades municipais.[3]

Participou também na destruição de quilombos e captura de escravos
dos, serviço que se foi tornando cada vez mais intenso à medida que se
gregava o sistema escravista.

Enfim, o Corpo Policial Permanente prestou, sob o Império, serviços
odos os tipos de desordens internas em seus vários níveis (nacional,
incial e municipal) e de vários conteúdos (movimentos abolicionistas,
imentos republicanos ou simples lutas entre autoridades locais e fugas
scravos).

ılzação do policiamento
Província de São Paulo

Durante o período imperial, o policiamento da Província de São Paulo não esteve exclusi-
ente entregue ao Corpo Policial Permanente. Instituíram-se, também,
ıpital forças que visavam à preservação da ordem urbana e com uma
nização mais nitidamente policial que militar:[4] a Companhia de
stres (1850-1854) e, posteriormente, a Guarda Urbana ou Compa-
de Urbanos (1875-1891), mais diretamente subordinadas à Polícia

Tenente Pedro Cagini, *Fragmentos da História da Polícia de São Paulo*, S. I.
ssora, S. Paulo, 1966, trata detalhadamente de todos os serviços prestados pela Força
a tanto no Império como na República.

s forças podem ser consideradas instituições "originárias" da recém-extinta Guarda
lo Estado de São Paulo.

Civil. Ainda, nos vários *municípios* da Província e a eles restritos em termos de mobilidade, organizam-se as forças rurais: Guarda Policial (1834-1866) e Polícia Local (1868-1888), também submetidas ao controle da Polícia Civil.

Assim, para a manutenção da ordem municipal, havia as forças repressivas rurais (Guarda Policial e Polícia Local); na capital – depois, também, nas cidades em maior expansão (Santos e Campinas) – constituíram-se forças de policiamento preventivo e, finalmente, para a preservação da ordem provincial havia o Corpo Policial Permanente.

O Corpo Policial Permanente, produto de uma sociedade agrário-escravista

O sentido do Corpo Policial Permanente é o de uma força provincial, em termos de mobilidade, e rural quanto à atuação. Seu objetivo é a preservação da força de trabalho essencial à economia agrária deste período: o escravo. Assim, as funções do Corpo se complicam com a crise do regime que deveria defender, sobretudo com o recrudescimento dos movimentos abolicionistas e republicanos. Por outro lado, este recrudescimento exige uma ampliação contínua dos seus efetivos. Nesse caso, contudo, o recrutamento sofrerá os obstáculos gerados pela mesma ordem que engendrara a necessidade desta força: a sociedade agrário-escravista. Isso porque a arregimentação para o Corpo nunca poderá ser suficientemente atendida pela própria zona rural.

Uma análise dos efetivos do Corpo no período imperial reflete, de um lado, a irregularidade e instabilidade dos efetivos decretados (elevações e quedas bruscas), de outro, a impossibilidade de completar esses efetivos.

Observe-se que as reduções mais drásticas dos efetivos do Corpo Policial Permanente devem-se à criação, ou ampliação do efetivo, da Polícia Local. Assim, em 1870, o Corpo Policial Permanente possuía um efetivo decretado de 800 homens, caindo, em 1871, para 429 e, em 1875, para 346 homens, reduções que se devem à criação da Polícia Local, em 1868, com cerca de 500 homens. Do mesmo modo, no período que se estende de 1884 a 1887, a redução dos efetivos do Corpo de Permanentes deve-se à ampliação do efetivo da Polícia Local para aproximadamente 800 homens. Do mesmo modo também, a brusca ampliação do efetivo do Corpo de Permanentes em 1888 deve-se à extinção da Polícia Local.

Quanto à dificuldade de completar o efetivo do Corpo de Permanentes, assim se justifica o Presidente da Província em 1870: "(...) convencido como estou, de que o Corpo Policial (Permanente) só pode ser formado de indivíduos da capital ou povoações circunvizinhas, à exceção de um ou outro que por circunstâncias especiais venha de localidades mais distantes para nele

QUADRO DO EFETIVO TOTAL DO CORPO DE PERMANENTES

Ano	*Efetivos decretados*	*Efetivos reais*
1851	299 homens	225 homens
1855	350 homens	262 homens
1859	350 homens	259 homens
1863	350 homens	244 homens
1867*	300 homens	226 homens
1871	429 homens	370 homens
1875**	346 homens	-
1880	1.080 homens	1.000 homens
1881	1.114 homens	867 homens
1882	958 homens	-
1883	1.101 homens	958 homens
1884	488 homens	-
1885	530 homens	498 homens
1886	530 homens	530 homens
1887	530 homens	330 homens
1888	1.480 homens	-

FONTES: Relatórios dos Presidentes da Província à Assembléia e/ou Relatórios dos Chefes de Polícia ao Presidente.

* Trata-se do Corpo Policial Provisório porque o Permanente estava na Guerra do Paraguai.
** Nos anos em que se registram apenas os efetivos decretados não conseguimos dados sobre os efetivos reais, embora os Relatórios afirmem que os efetivos não estavam completos.

engajar-se (...)".[5] E assim se expressa a necessidade de preservar os serviços da Polícia Local: "Há em todas as povoações, ainda nas mais pequenas, um certo número de indivíduos desocupados, aos quais é fácil contratar para o serviço quando tenham a certeza de que não serão forçados a abandonar seus lares. A estes indivíduos que mesmo com grandes vantagens não se resolveriam a sair dos lugares em que nasceram, onde têm família e relações, faz conta servir ainda mesmo com pequena retribuição (...)."[6]

[5] *Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, o Exmo. Sr. Dr. Antônio Cândido da Rocha, no dia 2 de fevereiro de 1870,* Typ. Americana, S. Paulo, 1870, p. 9.

[6] *Idem.* Observe-se que, enquanto os policiais da Polícia Local ficavam adstritos aos próprios municípios, os do Corpo de Permanentes estavam sujeitos a se deslocar para qualquer ponto da Província.

De qualquer modo, o quadro anterior não informa sobre a situação do Corpo de Permanentes no período que antecede a 1851. Entretanto, é sobretudo a partir da segunda metade do século XIX que o desenvolvimento econômico da Província passa a provocar a "fome de braços" para a lavoura e a necessidade de ampliação do mercado de trabalho. Daí se poder concluir que é a partir de 1851 que aumentam os problemas do recrutamento no Corpo Policial Permanente.

Economia predominantemente agrário-exportadora, o centro das atividades está na zona rural, onde também se concentra a maior parcela da população. O potencial da população que poderia responder à necessidade de ampliação do mercado de trabalho encontra-se disperso na zona rural, entregue à economia de subsistência e totalmente dependente do universo da fazenda.[7] Assim, não há mobilidade da mão-de-obra e não há oferta suficiente de força de trabalho para sua utilização também em atividades não produtivas, como ocorre com o serviço policial-militar.

Deste modo, os obstáculos à expansão do Corpo de Permanentes são provocados pela mesma sociedade que gerara sua necessidade. Serviço primordialmente rural, seu pessoal precisará ser recrutado na zona urbana. Mas, ao menos até 1870, a população da cidade de São Paulo é insignificante; insuficiente, na verdade, sequer para as atividades produtivas. Mesmo quando, na última década do período imperial, o processo de urbanização adquire proporções mais marcantes, o problema do recrutamento ainda persiste. Isto porque, apesar da ampliação do mercado de trabalho, a mobilidade dessa força de trabalho é ditada pelo preço, e o Estado, embora destinasse grande parte de sua dotação orçamentária para a manutenção da força policial, jamais conseguiu competir com os salários oferecidos pelo mercado. Os salários percebidos pelas praças nunca foram compensadores, sendo, em geral, inferiores aos de um trabalhador braçal. Além disso, ainda havia a obstar o engajamento as condições mesmas do trabalho policial: sem folgas, sujeito a disciplina militar rigorosa e, inclusive, a riscos de vida.

O Corpo Policial Permanente, uma instituição do Império

Durante o período imperial foram sendo fixados critérios normativos que especificavam as funções do Corpo de Permanentes, seja no serviço militar como no policial (de quem ele depende, a quem deve se submeter, quais as autoridades

[7] Sobre o problema da oferta da mão-de-obra ligada ao setor de subsistência, veja-se Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964, sobretudo pp. 144, 145 e 146.

que deve acatar etc.). Entretanto, não sofreu modificações que transformassem a profissão num padrão de carreira. Tanto as praças como os Oficiais poderiam ser despedidos, inclusive, "por fatos que as leis e estes regulamentos não podem alcançar e prevenir (...)",[8] o que os colocava numa situação profundamente instável.

Ainda, não havia critérios objetivos *estáveis* quanto aos padrões de promoção. Num momento, a praça podia iniciar a carreira com perspectivas de ascender ao oficialato; às vezes, já no ano seguinte ao seu engajamento, este critério de ascensão era abolido e a praça deixa de ter qualquer possibilidade de ascensão dentro da hierarquia.

Também no campo da profissionalização foram poucos os progressos. Desde o recrutamento não se exigia um mínimo de qualificação para o serviço e, por outro lado, não havia nenhum esforço por parte do Corpo para que a praça adquirisse alguma qualificação depois do engajamento. A educação militar era esparsa e pouco significativa profissionalmente e não houve qualquer tipo de instrução que funcionasse como critério gradativo de ascensão hierárquica, como ocorreria durante a República.

Finalmente, não se desenvolveu uma "consciência profissional", ou seja, uma forte identificação dos agentes com as normas e os valores inerentes à sua profissão. Mesmo porque não se delinearam claramente neste período normas específicas para o exercício da profissão. Enfim, a carreira não foi padronizada.

Acrescente-se a este quadro a rígida disciplina militar provocando ou exacerbando conflitos entre praças e Oficiais, Oficiais entre si, oficiais e Polícia Civil e teremos os limites da identidade grupal possível. Note-se que o Corpo de Permanentes chega à República sem quartel! Continuou a ocupar até o final do Império algumas dependências do Convento do Carmo, cedidas quando de sua criação em 1832 (apesar da insistência reiterada dos Presidentes, em todos os seus relatórios à Assembléia de 1881 a 1889, para a sua criação).

Assim, não se desenvolveram os laços que prendem os policiais-militares à própria ideologia do Estado. Não se criaram as condições para o surgimento de uma forte identificação destes com os valores que o aparelho do Estado lhes impõe defender, ou seja, não surgira ainda o "militar puro", entendido aqui como aquele que se desvincula da ideologia própria da sua classe, incorporando a ideologia do Estado e reelaborando sua

[8] Regulamento de 1º de julho de 1864, art. 8º.

identidade a partir desta incorporação. Enfim, não se estabeleceram os fundamentos para a atuação do grupo policial-militar como categoria social coesa e politicamente deliberante.

*

* *

Produto do processo de constituição e consolidação da hegemonia agrária, o Corpo de Permanentes sofreu em sua expansão os problemas derivados de uma força repressiva que, apesar de sua necessidade, não tem ainda plenas condições de efetivação.

O privilegiamento orçamentário ao Corpo de Permanentes demonstra sua importância no conjunto das forças repressivas provinciais. Não obstante, o Corpo sofre constantemente problemas de recrutamento que não podem ser solucionados pelo aparelho do Estado pura e simplesmente porque escapam do âmbito do nível político-estatal.

Sob a República – sobretudo após a solução imigrantista –, serão outras as condições de expansão da Força Pública, não porque a atuação estatal seja "mais eficiente", mas devido às novas condições da própria estrutura econômico-social.

Reorganização das forças repressivas no período republicano

A Proclamação da República, como mudança na forma de regime, não provocou nenhuma alteração fundamental na composição da classe dominante, nem na sua fração hegemônica: a burguesia agrária, sobretudo a cafeicultora. Exigiu, entretanto, no campo que nos interessa aqui, uma rearticulação das instituições mantenedoras da ordem.

Não é, porém, apenas através do nível político que se pode explicar essa rearticulação. Essa deve ser referida às próprias mudanças da formação social brasileira. Deste prisma, a mudança de maior envergadura é, de fato, a abolição da escravidão desde que não são mais os escravos, nem os abolicionistas que ameaçam o *status quo*. A contestação, independentemente de seus níveis e graus de violência, parte agora, primordialmente, da classe operária. O crescimento da indústria paulista acelera a expansão desta classe e também suas possibilidades contestatórias, o que é comprovado pela incidência crescente de greves, tanto na capital como em outras cidades mais industrializadas do Estado. Trata-se, enfim, de uma *nova ordem*, diferente da imperial-escravista.

Por outro lado, o regime político republicano (processo eleitoral, franquias democráticas e livre manifestação do pensamento[9] amplia a possibilidade de contestação e perturbação da ordem, sobretudo nas zonas urbanas, como é o caso da Questão dos Protocolos, da Campanha Civilista etc.

Ainda, ao nível político, a federalização provoca a necessidade de que os Estados garantam, também pela força, seu poder político na União – política dos Governadores.

Conjunturalmente este processo de recalibragem das forças repressivas é informado também pela participação ativa do Exército no cenário político nacional, muitas vezes ameaçando certos interesses da fração hegemônica ao se propor o papel de "árbitro atuante"[10] nos momentos conturbados dos primeiros anos do regime.

É este pano de fundo que informa, sob o regime republicano, o processo de rearticulação das forças repressivas herdadas do Império. Este processo privilegia e fortalece as forças repressivas estaduais, sobretudo as dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, a força privilegiada pelas autoridades estaduais é o antigo Corpo de Permanentes que, sob a República, será denominado Brigada Policial e, posteriormente, Força Pública.

Entretanto, como veremos a seguir, ao menos em São Paulo, este privilegiamento não se traduz apenas na militarização da Força Pública (ampliação constante dos efetivos, compra de aperfeiçoados armamentos estrangeiros). Ocorre também uma racionalização dos serviços policiais-militares marcada pela profissionalização de seus agentes (profissionaliza-

---

[9] O que não implica a existência de uma democracia de fato no período considerado. Mas, mesmo que formalmente, há uma ampliação da participação política da população. A democracia exige, ao menos, a necessidade de apelar para a "representação popular", além de permitir a formação de certos grupos de pressão, sobretudo urbanos.

[10] Termo utilizado por Hélio Silva, *1889: A República Não Esperou o Amanhecer*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972, p. 76. Em nível federal, o regime republicano sofreu inicialmente um período de transição em que se manifestou agudamente uma luta pelo controle *civil* ou *militar* do poder político. A hegemonia da burguesia cafeeira paulista, e também mineira, só se afirma definitivamente com a consolidação do domínio civil do poder republicano, isto é, após o "retorno dos militares aos quartéis". Deste ponto de vista, a militarização da Força Pública paulista adquire o significado de fortalecimento do "braço armado" desta burguesia, um dos instrumentos por meio do qual procura afirmar sua hegemonia. Sobre este período de transição para a direção civil torna-se fundamental a leitura do trabalho de June H. Hahner, *Relações entre Civis e Militares no Brasil (1889-1898)*, Editora Pioneira, São Paulo, 1975.

ção que tem seu início com a contratação da Missão Francesa para instruir a Força Pública). Por outro lado, passa a haver maior preocupação com a estabilidade dos efetivos através do oferecimento de salários mais compensadores a Oficiais e praças, além de certas garantias econômico-sociais, como assistência hospitalar, casas populares, direito a férias remuneradas e aposentadoria.

Inaugura-se assim o que se convencionou chamar de período áureo da Força Pública, período marcado por uma militarização controlada pelo poder civil e colocada a seu serviço. Suscita-se agora o ideal do "soldado profissional", imbuído do respeito e obediência aos interesses políticos dos cafeicultores – uma das facetas da política dos Governadores.

Organização das forças repressivas estaduais

O período que se estende de 1889 a 1901 é marcado por uma profunda instabilidade organizatória das forças repressivas paulistas. O Império termina com uma organização policial-militar bipartida: o *Corpo Policial Permanente* e a *Companhia de Urbanos*. A mesma organização subsiste ainda em 1890; cada força possui seu próprio Comandante-Geral, sendo, portanto, autônomas.

Em janeiro de 1891,[11] a Companhia de Urbanos passa a denominar-se *Força Policial Urbana* (461 homens) e, em abril,[12] é elevada a *Corpo Especial de Polícia Urbana*, com quatro companhias e uma seção de cavalaria (total de 700 homens). O antigo Corpo de Permanentes, com quatro corpos de Infantaria, passa a denominar-se *Corpo Militar de Polícia* (1.842 homens).[13]

Mas a primeira modificação de maior envergadura ocorre em novembro de 1891.[14] As duas forças são agrupadas sob a denominação de *Força Militar de Polícia do Estado*, dividida em quatro Corpos Militares de Polícia, um Corpo de Urbanos, um Corpo de Bombeiros e uma Companhia de Cavalaria. O Corpo de Urbanos passou a denominar-se *Quinto Corpo Militar de Polícia* com serviço restrito apenas à capital. Não há um Comando-Geral, cada Corpo é comandado por um Tenente-Coronel, sem nenhum superior que centralize o comando.

Em 1892 nada se fala mais sobre o Quinto Corpo Militar nem sobre o policiamento restrito à capital. A Força Militar de Polícia passa a denominar-se *Força Policial*, com cinco batalhões de Infantaria, um corpo

[11] Decreto nº 127 de 23 de janeiro de 1891.

[12] Decreto nº 154 de 10 de abril de 1891.

[13] Lei nº 29 de 15 de março de 1890, que fixa o efetivo para o ano de 1891.

[14] Lei nº 17, de 14 de novembro de 1891.

de Cavalaria e um corpo de Bombeiros (total de 3.933 homens).[15] Há um Comandante-Geral diretamente subordinado ao Presidente do Estado.

A mesma organização permanece ainda em 1893, havendo, entretanto, a recriação de um corpo de Polícia destinado apenas ao policiamento da capital.[16] São cinco batalhões de Infantaria, um corpo de Cavalaria, um corpo de Bombeiros, uma seção de Enfermeiros e uma banda de música (total de 3.955 homens). A mesma organização e efetivo perduram até 1896.

O antigo esquema imperial é reinstaurado em 1897. As forças repressivas estaduais apresentam a seguinte organização: a *Brigada Policial* (antigo Corpo de Permanentes) com três batalhões de Infantaria, um regimento de Cavalaria e um corpo de Bombeiros; a *Companhia de Guardas Cívicos da Capital* e a *Companhia de Guardas Cívicos do Interior*. A Brigada Policial é incumbida da manutenção da ordem em Santos, Campinas e na Capital, além dos serviços extraordinários em qualquer parte do Estado "quando assim se tornar preciso".[17] À Guarda Cívica da Capital cabe o policiamento da parte central da cidade e dos divertimentos, festejos e solenidades públicas.[18] O policiamento de todo o Estado, com exceção da capital, Santos e Campinas, fica destinado à Guarda Cívica do Interior (antiga Polícia Local, sob o Império). O efetivo total de 5.178 homens é distribuído pela Brigada, com 2.781 homens; Guarda Cívica do Interior, com 2.295 e Guarda Cívica da Capital, com 102 homens.[19] Cada força possui seu próprio Comandante-Geral e está diferentemente inscrita ao nível administrativo estadual. A Brigada Policial fica sob as ordens imediatas do Presidente do Estado; a Guarda Cívica do Interior é subordinada ao Secretário de Justiça e a Guarda Cívica da Capital, ao Chefe de Polícia.[20]

De 1897 a 1901 permanece a mesma organização, modificando-se apenas os efetivos.

Este quadro demonstra, em primeiro lugar, uma diminuição constante do efetivo global das Forças estaduais. Em segundo lugar, dentro desta diminuição global a mais afetada é a Brigada Policial. De qualquer modo,

---

[15] Lei nº 97 (A e B), de 21 de setembro de 1892.
[16] Lei nº 186, de 22 de agosto de 1893.
[17] Lei nº 491, de 29 de dezembro de 1896 (que regulamenta a composição das forças estaduais para o ano de 1897).
[18] *Idem*, art. 3º.
[19] Lei nº 478, de 24 de dezembro de 1896.
[20] Lei nº 491, de 29 de dezembro de 1896, arts. 2º e 27.

FORÇAS ESTADUAIS (EFETIVOS TOTAIS)[21]

Ano	*Brigada Policial*	*G. C. do Int.*	*G. C. da Cap.*	*Total*
1897	2.781	2.295	102	5.178
1898	2.758	2.309	102	5.169
1899	2.514	2.281	202	4.997
1900	1.619	2.251	538	4.408

persiste ainda o problema do recrutamento, processo agravado, também, por uma drástica elevação do número de *deserções* neste período – apenas na Brigada Policial as deserções atingem a cifra de 774, em 1895; 865 em 1896 e 772 deserções em 1897[22] –, além do grande número de *baixas* e *exclusões* realizadas por ordem do Governo – em 1897 houve 197 exclusões, só na Brigada.

Do ponto de vista da Brigada Policial, há também uma explicação funcional para a diminuição dos seus efetivos. Até 1897, esta podia ser destacada para qualquer parte do Estado, além do policiamento exclusivo de Santos e Campinas. A partir de 1898 passa para a Guarda Cívica do Interior, que recebe a denominação de *Corpo Policial do Interior,* o policiamento de todo o Estado, com exceção do Município da capital.[23] Embora a Brigada continue a ser chamada extraordinariamente para qualquer ponto do Estado, fica liberada do serviço ordinário de policiamento de Santos e Campinas, o que, ao menos parcialmente, explica a redução de seus efetivos.

Em 1901, finalmente, ocorre uma nova reorganização das forças repressivas com o seu reagrupamento sob a denominação de *Força Policial do Estado* ou, também, *Força Pública.* Essa força policial é composta de quatro batalhões de Infantaria, um corpo de Cavalaria, um corpo de Bombeiros e uma guarda cívica da Capital.[24] A partir desta rearticulação

---

[21] Lei de 24 de dezembro de 1896; Lei nº 513, de 29 de julho de 1897; Lei nº 590, de 1º de setembro de 1898, e Lei nº 652, de 16 de agosto de 1899, fixando os efetivos para os anos subseqüentes.

[22] Segundo dados fornecidos pelos Relatórios dos Secretários da Justiça e Segurança Pública aos Presidentes do Estado.

[23] Lei nº 580, de 29 de agosto de 1898.

[24] Lei nº 776, de 28 de junho de 1901. Desde essa época começa a se impor a denominação que essa força manteve até há pouco tempo: Força Pública.

exclui-se, agora definitivamente, qualquer força independente incumbida apenas do policiamento do interior. A Força Policial é centralizada sob um Comando-Geral. Subsiste a Guarda Cívica para o policiamento apenas da capital, mas subordinada ao Comandante-Geral da Força Policial ou Força Pública. Esta organização se mantém até 1924. *Grosso modo* é a mesma organização que possui atualmente a Polícia Militar do Estado de São Paulo, desde que a Guarda Civil foi recentemente incorporada à Força Pública do Estado.

Assim, em 1924, a Guarda Cívica, ainda incorporada à Força Pública, é extinta, sendo que seus dois corpos são transformados em batalhões.[25] Em 1926 é criada a *Guarda Civil* ou, em termos mais exatos, é novamente desmembrada da Força Pública como força separada e independente. Trata-se, na verdade, da antiga Companhia de Pedestres, depois Guarda de Urbanos e, finalmente, Guarda Cívica. A lei de sua criação ressalta o caráter civil desta Guarda: "Fica criada a Guarda Civil, como auxiliar da Força Pública, *mas sem caráter militar* (...)".[26] Tem por função, sobretudo, o policiamento da capital e fiscalização das solenidades e divertimentos públicos. A superintendência da Guarda Civil cabe ao Chefe de Polícia que se encarrega também da nomeação do seu pessoal.[27]

Esta foi a organização repressiva adotada para o período da República conhecido como a época da política dos Governadores. No processo de reorganização das forças estaduais há um privilegiamento do antigo Corpo de Permanentes que, sob a República, será denominado Brigada Policial e, posteriormente, Força Pública.

Contratação da Missão Francesa e atuações da Força Pública

A contratação da Missão Francesa para instruir a Força Pública marca o início do processo de profissionalização dos agentes policiais-militares paulistas. Esta Missão chegou a São Paulo em 1906, sendo a precursora das missões militares estrangeiras no Brasil; o Exército só passaria a receber este tipo de missão, também da França, em 1918.

Justifica-se, portanto, que essa contratação tivesse suscitado uma série de críticas ao Governo paulista. Há dois tipos principais de crítica. Uns criticam a crescente proeminência do Estado de São Paulo na Federação e,

---

[25] Lei nº 2.051 de 31 de dezembro de 1924, art. 14.

[26] Lei nº 2.141, de 22 de outubro de 1926, art. 1º, *grifo nosso*.

[27] A profissionalização do guarda civil só se daria em 1947 (Lei nº 16.743, de 17 de janeiro) quando se estabelece uma carreira à base da disciplina hierárquica e com graduação progressiva.

por este prisma, a militarização excessiva de São Paulo contribuiria para aperfeiçoar o "imperialismo" estadual. Outros, colocando-se em defesa do Exército Nacional, advogam o caráter civil que as forças estaduais deveriam manter.

"Dizem que está em viagem a *missão* composta de oficiais franceses que vêm dar instrução à Força Pública do Estado. Ninguém diz positivamente, mas todos sentem um mal-estar com essa medida do Governo. Que vem fazer essa missão? (...) Não se compreende bem que necessidade há de ter o Estado uma força instruída em tática e aguerrida quando a sua ação se limita a manter a ordem dentro do Estado, onde o único adversário possível é a população desarregimentada e inerme (...). E, depois, que ofensa ao Exército Nacional (...). Assim, para os franceses não há dúvida de que a *missão* vem dar instrução ao Exército da República ou pelo menos a uma parte dele. Ora, isto é deprimente para o nosso Exército, para a República e para nosso brio de povo (...). E, quando não se suponha que a missão vem dar instrução ao Exército, perguntar-se-á: que Exército tem essa República onde não se encontram oficiais que dêem instrução à polícia de um Estado? (...). Não se compreende, nem se justifica a missão dessa *missão*".[28]

Este era o ambiente quando da chegada da Missão Francesa, chefiada pelo Coronel Paul Balagny, a 6 de março de 1906.[29] Logo após a sua chegada, o Comandante-Geral da Força Pública, Coronel Argimiro da Costa Sampaio, Oficial do Exército, exonera-se do cargo em protesto à contratação de instrutores estrangeiros. Seu substituto, o Coronel José Pedro de Oliveira, é o *primeiro* Comandante-Geral saído das próprias fileiras da Força Pública (até então, mesmo sob o Império, este cargo fora ocupado por Oficiais do Exército), expediente que seria mantido até, praticamente, 1930.

Outra crise interna ocorre pouco depois – junho de 1906 – quando um sargento da Força mata um alferes (brasileiro) e um dos integrantes da Missão, o Tenente-Coronel Négrel. Logo após o assassinato do Oficial francês, segundo a imprensa paulista, o sargento teria dito: "Viva o corpo de Cavalaria, viva a Força Pública, viva o Exército Nacional!"[30], sendo correspondido também por algumas praças presentes.

---

[28] Artigo assinado pelo Dr. Pamphilo d'Assumpção, no *Diário Popular*, 8 de março de 1906.

[29] Em virtude da declaração da Primeira Guerra Mundial, a Missão retorna à França em agosto de 1914, mas volta a São Paulo em 1919, só vindo a retirar-se definitivamente em 1924.

[30] *Correio Paulistano*, 12 de junho de 1906.

Note-se que Jorge Tibiriçá, o responsável pela contratação da Missão, tinha suas razões para encarar a Força Pública como força militar e não apenas policial. Logo nos primeiros anos do regime, fora designado por Deodoro da Fonseca para Presidente do Estado de São Paulo, em substituição a Prudente de Morais. Mas, cinco meses depois, é deposto pelo próprio Deodoro por ter apoiado Prudente de Morais em sua campanha para eleição à Presidência do país, concorrendo com Deodoro.[31] Posteriormente, através de eleição, passa novamente a ocupar o cargo de Presidente do Estado. Nesta época, como um dos responsáveis pelo Convênio de Taubaté, propõe medidas de valorização da produção cafeeira, ameaçada de superprodução, incompatibilizando-se com o Presidente da República, Rodrigues Alves, desfavorável às medidas de intervenção estatal na economia. Em São Paulo, chega-se a temer uma intervenção federal. O *Jornal do Commercio* propõe que se envie um navio de guerra para bloquear o porto de Santos.[32]

Com Albuquerque Lins, sucessor de Tibiriçá no Governo paulista, há outro incidente com o Exército. Sofria-se no Brasil o período das "salvações militares" hermistas, e São Paulo, defensor da candidatura Rui Barbosa[33] e oposicionista de Hermes da Fonseca, oferecia motivos para intervenção. Nessa época, Washington Luís, como Secretário da Justiça, encarrega o próprio Chefe da Missão Francesa, Coronel Balagny, de organizar o sistema de defesa das fronteiras paulistas.[34]

De fato, a contratação da Missão Francesa deve ser referida ao contexto político de um federalismo que se tornara regionalista. Em 1909, Albuquerque Lins refere-se a esta força nos seguintes termos: "O valor da Força Pública, *comparável hoje a um pequeno exército*, distinguindo-se pela compostura, disciplina e resistência (...)."[35] E é como "pequeno exército" que se aperfeiçoa a Força Pública. Até 1930 esta terá melhoramentos contínuos desde prédios, armamentos, meios de locomoção, assistência médico-hospitalar, canil, pombal, telégrafo, artilharia e, inclusive, uma esquadrilha de aviação.

---

[31] Rodrigo Soares Jr., *Jorge Tibiriçá e Sua Época*, Comp. Ed. Nacional, São Paulo, 1958, 2º vol., p. 263.

[32] *Idem, ibid.*, p. 546 (citação do *Jornal do Commercio*).

[33] Nesta época Rui Barbosa tece entusiásticos elogios à Força Pública de São Paulo.

[34] Rodrigo Soares Jr., *op. cit.*, p. 589. A Força Pública dispunha então de metralhadoras e outros armamentos introduzidos por contrabando.

[35] *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo a 14 de julho de 1909*, p. 416, grifo nosso.

Daí sua atuação, também como "pequeno exército", em momentos críticos da história nacional. Neste campo destacam-se sua participação em defesa de Epitácio Pessoa (levante tenentista em julho de 1922) quando envia o 2º batalhão de Infantaria a Mato Grosso; sua participação contra a Coluna Prestes, colaborando com 2.400 homens; sua resistência em 30, apoiando Washington Luís (em outubro de 1930 envia cerca de 3.000 homens a Itararé); sua participação no movimento militar de abril de 1931 contra o Governo Provisório de São Paulo e, inclusive, sua adesão ao movimento paulista de 32 (quando dispunha de 13.000 homens armados, equipe de aviadores e pessoal treinado no manejo de artilharia).[36]

Graças a essa transformação numa espécie de "poder militar" estadual, a Força Pública adquire certo poder de pressão política e acaba por se apresentar como um aliado interessante aos movimentos da década de 20. Ao menos desde 22, muitos Oficiais da Força Pública aderem à causa tenentista e estabelece-se um certo antagonismo entre os novos Oficiais e os da velha escola. Neste caso destaca-se o Major Miguel Costa, um dos principais articuladores do movimento paulista de 1924, conseguindo dividir a Força Pública em duas alas: a legalista e a revolucionária.

Mas a Força Pública também necessitou de aperfeiçoamento para o desempenho de outras funções. Destas, a mais importante é a de força de repressão aos movimentos trabalhistas. Daí sua participação como restauradora da ordem nas contínuas greves operárias deste período, sobretudo em Santos (1900, 1905, 1908, 1912), em Jundiaí, em Rio Claro, em Campinas (parede de operários da Companhia Paulista em 1906, quando foram mobilizados 1.214 soldados da Força Pública) e na capital (destacando-se a greve geral de 1917).[37]

A padronização da carreira policial-militar

Durante o período republicano a Força Pública sofreu uma série de mudanças institucionais. Gradualmente vão-se estabelecendo certos critérios que preenchem os requisitos necessários à profissionalização, ou seja, segurança econômica, possibilidade de ascensão na hierarquia e prestígio social. Destaca-se, sobretudo, a preocupação com o estabelecimento de normas que regulam —

[36] Nos primeiros anos da República, a Força Pública participara contra a Revolta da Armada (Campanha do Paraná) em 1893 e contra os rebeldes de Canudos, em 1897. Sobre todas estas participações da Força Pública, veja-se o Coronel Arrisson de Souza Ferraz, *Grandes Soldados de São Paulo*, Serviço Gráfico da Secretaria de Segurança Pública, S. Paulo, 1960.

[37] Veja-se Cel. Arrisson de Souza Ferraz, *op. cit.*

desde a seleção, promoção, reforma, períodos de férias — o aperfeiçoamento profissional dos soldados e oficiais. Assim, imprimem-se à atividade policial e militar os padrões de segurança e estabilidade tipificadores de uma carreira burocratizada.

A instrução começa a receber atenção especial e, a partir de certo momento, passa a ser o critério regulador das próprias promoções tanto das praças como dos Oficiais.

Com relação às praças é criada a *Escola de Recrutas*, em 1896, que, sob o Comando de um Oficial, visa a habilitá-las para o serviço militar. Entretanto, embora já implique uma especialização para o serviço, a Escola de Recrutas não influi nas promoções ulteriores das praças. A instrução só passa a ser requisito para a promoção em 1910, com a criação da *Companhia Escola*, que objetiva instruir *militarmente* os recrutas e os candidatos a cabo na arma de Infantaria (reserva-se instrução especial para os recrutas e candidatos a cabo do corpo de Cavalaria). Então começa a haver critérios objetivos e estáveis para a promoção na carreira, pois, além do merecimento (boa-fé de ofício, bom comportamento e moralidade irrepreensível), as promoções obedecem a critérios de antigüidade e qualificação profissional (delimitada pela aprovação e aproveitamento na Escola de Cabos). Para ingressarem na Escola de Cabos, os soldados submetem-se a um exame em que provem saber ler e escrever e as quatro operações aritméticas.[38] Ainda, só poderiam freqüentar o curso aqueles que revelassem ter "bom comportamento". Após quatro meses, com o término do Curso, os alunos são submetidos a exame de aproveitamento, sendo que seriam promovidos a cabo, por ordem de merecimento, aqueles que obtivessem média superior a 6,5. Os reprovados teriam que repetir o Curso ou poderiam ser desligados da instituição, a critério do Comandante do corpo.

Desse modo, há uma padronização da carreira tanto pela especialização profissional (adquirida pela instrução) como pelos critérios de promoção. Inclusive a avaliação do merecimento, imprescindível à promoção, torna-se mais objetiva, pois obedece à ordem de classificação nos exames finais da Escola de Cabos.

Data também de 1910 a padronização da carreira do Oficial com a criação do *Curso de Instrução Geral*, às vezes também denominado *Curso Geral e Literário*. Este curso divide-se em duas partes: um curso para Oficiais com um ano de duração e um curso para os inferiores (1° sargento,

[38] Desde 1910 é criada para os soldados uma escola primária de funcionamento diário.

2° sargento e furriel ou 3° sargento), subdividido em dois cursos com um ano de duração cada um. Após o Curso de Instrução Geral, os inferiores aprovados nos exames finais deveriam fazer ainda o *Curso Especial Militar* e só depois de aprovados também nesse curso eram classificados por Arma, por ordem de antigüidade, para a promoção a alferes (ou 2° Tenente),[39] ascendendo assim ao primeiro grau do oficialato.

Desde 1910, portanto, estabelecem-se critérios objetivos para a ascensão na hierarquia. Só poderiam ser promovidos a alferes (ou 2° Tenente) aqueles que tivessem no mínimo um ano de serviço no posto de inferior, além de terem sido aprovados no Curso de Instrução Geral e no Curso Especial Militar. Só seriam promovidos a *Tenente* (ou 1° Tenente) os que tivessem dois anos de alferes. A *Capitão* os que tivessem quatro anos de Tenente. A *Major*, os que tivessem quatro anos de Capitão. E a *Tenente-Coronel*, os que tivessem dois de Major. O *Coronel* (Comandante-Geral) podia ser Tenente-Coronel da Força Pública ou militar estranho à instituição, a critério do Governo estadual.[40]

Graças a essas modificações no campo da instrução, é criado, em 1917, o posto de *Aspirante-a-Oficial*, ao qual são promovidos os inferiores diplomados pelo Curso Especial Militar. Seu número é fixado anualmente pelo Governo e os aspirantes são distribuídos pelos diversos corpos de acordo com as necessidades do serviço. A partir de 1921 passa a ser entregue, em ato solene, a espada de Oficial a esses aspirantes.

Finalmente, em 1923, com o objetivo de aperfeiçoar os conhecimentos profissionais e desenvolver a capacidade de comando dos 1°-Tenentes e Capitães, é criado o Curso de Aperfeiçoamento (sem caráter obrigatório). Ainda, em 1924, com a reformulação do Curso Especial Militar (que passa a ter a duração de dois anos), é extinto o Curso de Instrução Geral.

Dentro do espírito dessas modificações, estabelecem-se também, em 1910, limites para o exercício de cada posto da hierarquia. A partir deste limite os Oficiais deveriam submeter-se a exame médico na própria instituição, podendo ser considerados fisicamente inválidos para o serviço, devendo, então, requerer sua reforma (proporcional ao tempo de serviço). Estes limites de idade são: para o alferes, 43 anos, para o Tenente, 45

[39] Este curso é regulamentado pela Lei n° 1.244, de 27 de dezembro de 1910.

[40] Percebe-se que nesta época a ascensão ao oficialato é restrita apenas ao pessoal (inferiores) da própria instituição. Entretanto, em 1914, abre-se o curso, *diretamente*, à população civil (ingresso direto no oficialato). Em 1919, novamente o curso é fechado à população civil (só poderiam se inscrever os inferiores ou soldados com quatro anos de praça). Finalmente, em 1925, o curso é definitivamente aberto à população civil.

anos; para o Capitão, 49 anos; para o Major, 53 anos, e para o Tenente-Coronel, 55 anos.[41] Evidentemente, este critério de idade máxima, limitando o exercício da profissão, acaba por se traduzir numa tendência de rejuvenescimento do quadro de Oficiais.

No final deste processo, portanto, tanto a especialização profissional como a instrução se impõem como critérios inerentes às promoções, sobretudo para o ingresso no oficialato. Deste modo, profissionaliza-se o desempenho do papel de Oficial. Mas, como a própria profissionalização é definida pela instrução, é esta que determina os critérios para a promoção na carreira. A militarização da Força Pública atinge também a profissionalização e a padronização da carreira.

Por outro lado, tanto o treinamento profissional como a doutrinação ideológica (elaboração do papel do militar) surgem articulados. Não só com relação às praças (Escola de Recrutas, Escola de Cabos), como com relação aos Oficiais (Curso de Instrução Geral, Curso Especial Militar, Curso de Aperfeiçoamento), não se objetiva apenas o seu treinamento para a execução de suas funções profissionais, mas também a doutrinação que ocorre indissoluvelmente ligada ao próprio treinamento. Enfim, não se visa a formar apenas um "bom soldado", mas também um "bom militar". Deste modo, na Primeira República, a militarização não atinge apenas a instituição, mas os próprios agentes. Garantem-se-lhes segurança de emprego, segurança econômica (tanto oficiais como praças passam a ser relativamente bem remunerados), confiança nas possibilidades de ascensão na hierarquia e prestígio social, o que propicia a sua identificação com a ideologia do Estado. Por sua vez, esta identificação permite à categoria policial-militar que sua atividade se dê com relativa autonomia frente às classes de onde provêm seus membros.

A expansão do mercado de trabalho e o recrutamento

A abolição da escravidão e a imigração, como mecanismos de ampliação do mercado de trabalho, permitiram a solução do mais grave problema enfrentado pela Força Pública, sob o período imperial: o recrutamento. Isto porque passa a haver maior estabilidade na oferta deste fator para atender não só às necessidades do mercado privado como do público.

Nos primeiros anos da República o recrutamento ainda se mantém deficiente. Em 1893 chega-se, inclusive, a recrutar voluntários nos Estados do Norte do país (cerca de 400 homens). Neste ano, o claro no efetivo decretado é de 965 praças! Entretanto, a partir desta época os claros no

[41] Lei nº 1.244, de 27 de dezembro de 1910, art. 13.

efetivo vão sendo cada vez mais insignificantes até serem completamente esquecidos pelos Relatórios dos Secretários da Justiça e Mensagens do Presidente do Estado à Assembléia. Ao contrário, a grande preocupação destes Relatórios e Mensagens é com o aumento contínuo dos efetivos decretados. Há, de fato, uma elevação constante dos efetivos da Força Pública até sua plena configuração, em 1926, como um "pequeno exército".

É evidente que o excessivo aumento dos efetivos de 1925 e 1926 responde às necessidades políticas (conjunturais) impostas pela revolução de 1924. Por outro lado, o efetivo de 1927 refere-se apenas à própria Força Pública. Em 1924, como vimos, a Guarda Cívica, até então incorporada à Força, foi extinta para ser recriada, com a denominação de Guarda Civil, em 1926. De qualquer modo, nota-se claramente que o levante de 1924 nas fileiras da Força Pública repercutiu negativamente no seu desenvolvimento posterior. A partir de 1927, de ano para ano, o efetivo da Força Pública passa a sofrer reduções consideráveis. Ao mesmo tempo, amplia-se continuamente o efetivo da Guarda Civil. Esta, em 1928, possui 1.358 homens e 1.571 em 1930. Aliás, esse processo não é interrompido com os movimentos de 1930 a 1932.[42]

Entretanto, mesmo quando a Guarda Cívica estava incorporada à Força Pública, a Brigada Policial sempre foi a mais privilegiada quanto aos efetivos.

Mesmo na organização interna da instituição percebe-se claramente este processo de militarização. Em 1891, a Força Pública possuía 8 *companhias* de Infantaria; em 1927 possui 7 *batalhões* de Infantaria, 2 regimentos de Cavalaria, 1 batalhão de Bombeiros e 1 esquadrilha de aviação.[43]

Note-se, ainda, que neste período a Força Pública não só se constitui, mas se autoconcebe, e é concebida pelas autoridades políticas como eminentemente militar, como exército. Polícia é a Guarda Cívica, a Brigada Policial, na verdade, é um pequeno exército. "A brigada policial constitui propriamente a guarnição militar do Estado e, por isso mesmo, vai ser

---

[42] Em 1931, a Força Pública possui 8.627 homens, no primeiro semestre, e 8.192, no segundo, enquanto que a Guarda Civil possui 1.941 homens, no primeiro semestre e 1.950, no segundo. Em 1932, o efetivo da Força Pública é elevado para 9.000 homens e o da Guarda Civil para 2.141. Mas, em 1933, a Força Pública sofre uma redução drástica do seu efetivo (7.435 homens), enquanto o da Guarda Civil é relativamente ampliado (3.015 homens).

[43] Decreto nº 29, de 15 de março de 1890, e Lei nº 2.116, de 24 de dezembro de 1926, fixando os efetivos para os anos financeiros seguintes.

EFETIVOS DECRETADOS PARA A FORÇA POLICIAL

Ano	*Decretado*	*Ano*	*Decretado*	*Ano*	*Decretado*
1891	2.267	1915	7.631	1924	8.829
1895	3.950	1916	7.603	1925	14.079
1899	5.010	1917	7.603	1926	14.254
1903	4.819	1918	8.833	1927	9.216
1907	4.934	1919	8.875	1928	8.464
1911	5.848	1920	8.627	1929	8.461
1912	6.718	1921	8.618	1930	8.480
1913	7.431	1922	8.620		
1914	7.781	1923	8.814		

FONTE: Este quadro exclui os auxiliares civis (quadro de auxiliares) da Força Policial.

militarmente organizada, instituída e armada".[44] Militarização que, de certa forma, passa a justificar as medidas *federais* que restringem o poder da Força Pública de São Paulo, sobretudo após a Revolução Constitucionalista de 1932.

*

* *

EFETIVOS DA FORÇA PÚBLICA

Ano	*Total*	*Brigada Policial*	*Guarda Cívica*
1903	4.819	85,3%	14,7%
1907	4.934	76,6%	23,4%
1911	5.848	77,0%	23,0%
1915	7.631	74,6%	25,4%
1919	8.875	78,0%	22,0%
1923	8.814	79,4%	20,6%

[44] *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo de São Paulo pelo Dr. Campos Salles, Presidente do Estado, a 7 de Abril de 1897, p. 55.*

Esta análise objetivou mostrar como o processo de aperfeiçoamento e militarização da Força Pública paulista, sob a Primeira República, pode ser explicado a partir das mudanças sofridas pela formação social brasileira. Neste sentido, a abolição e a imigração – dinamizando e expandindo o mercado de trabalho – e a República – definindo uma nova ordem político-social a ser mantida – constituem os parâmetros básicos que explicam por que o Governo do Estado não só se propôs, mas conseguiu, ampliar e aperfeiçoar a Força Pública.

Assim, se, de um lado, as modificações da formação social brasileira imprimem um novo caráter à instituição, desde que se trata de uma nova ordem (diferente da imperial-escravista) a ser mantida, de outro, são essas mesmas mudanças que dão condições para o aperfeiçoamento institucional da Força Pública, desde que é a expansão do mercado de trabalho que possibilita a ampliação dos próprios efetivos dessa força. Na verdade, é nesta confluência que a Força Pública passa a constituir, definitivamente, uma das forças indispensáveis à manutenção do regime de classe no Brasil.

Note-se, ainda, que este aperfeiçoamento só foi possível na medida em que a Força Pública conseguiu canalizar certa parcela da mão-de-obra do mercado de trabalho para as suas próprias fileiras. Essa canalização se efetua quando a carreira na Força Pública se afirma como uma via de ascensão social, ou seja, quando essa profissão é validada como projeto e como modo de vida, processo iniciado, como vimos, com a contratação da Missão Francesa e com a padronização da carreira.

Concluindo, embora a conjuntura política – política dos Governadores – explique por que, sob a Primeira República, a Força Pública paulista se transformou num "pequeno exército", não se pode negligenciar que esta transformação só se tornou viável com a ampliação do mercado de trabalho, permitindo o aumento do número de voluntários para preencher efetivos em constante elevação, e com a profissionalização da carreira, propiciando melhores condições de estabilidade desses mesmos efetivos.

CULTURA, IGREJA, IDEOLOGIA E DIPLOMACIA

LIVRO TERCEIRO

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

NO ESTUDO da educação na Primeira República podem-se identificar alguns momentos significativos que definem, numa visão compreensiva, determinadas características do período cronológico situado entre 1889 e 1930.

É preciso advertir, antes de tudo, que também do ponto de vista da história da educação nem a República se implanta a partir de 1889, nem a Primeira República termina em 1930. Simples marcos cronológicos, essas duas datas de forma alguma significam mudanças profundas no sistema escolar brasileiro. Sem elevá-la ao nível de categoria interpretativa, a expressão "República dos Conselheiros" serve para mostrar, também, a persistência dos padrões escolares do Império durante anos do regime republicano. Sem subestimar as orientações da Revolução de 30, devem-se notar as soluções de compromisso tomadas para perceber que continuaram, logo depois dessa data, os quadros do pensamento e das iniciativas propostos na década dos anos 20, bem como as indecisões quanto a uma política escolar a ser adotada.

O arrefecimento do favor ideológico

Convém lembrar – apesar das diferentes ramificações ideológicas – a profunda e vigorosa discussão havida no final do Império a propósito dos assuntos educacionais. Abrangia uma tomada de posição diante das precárias condições do sistema escolar então existente, nos seus vários graus e ramos, avançando-se na formulação de uma política nacional de educação. A República recebe uma herança caracterizada pelo fervor ideológico, pela sistemática tentativa de evangelização: Democracia, Federação e Educação constituíam categorias inseparáveis apontando a redenção do país. A República proclamada recebe assim um acervo rico para pensar e repensar uma doutrina e um progra ma de educação.

O fervor ideológico que se desenvolve no final do Império só em parte continua depois da instalação do regime republicano. Passada a fase da luta em prol de um novo Estado arrefecem-se os ânimos; há, na verdade, uma diminuição de tentativas de análise e de programação educacionais. Trata-se, então, de enfrentar o problema da harmonização das posições em jogo, de fixar a composição da liderança para impulsionar o novo regime no quadro mais amplo da sociedade brasileira. Isso não significa que na área mais restrita da educação não tenham sido executados planos coerentes com premissas ideológicas bem assentadas. Significa que essa situação constituiu exceção. Duas destas devem ser mencionadas: uma federal, representada pela Reforma Benjamin Constant (1890), na área da escola secundária; a outra, estadual, na área das escolas primária e normal, ocorreu em São Paulo sob a direção de Caetano de Campos (1892) – esta, fundamentada em princípios de natureza democrático-liberal, não apresentou as características sectárias apontadas naquela reforma "positivista".

Evidentemente, outras modificações foram surgindo. Mas a verdade é que depois dos anos iniciais do regime republicano instala-se um clima de modo geral alheado de discussões vigorosas e de planos inovadores. Os quinze primeiros anos deste século são marcados por um comportamento desalentador dos poucos homens públicos que ainda conservavam a esperança inicial na difusão ampla de novos costumes e modos de pensar, em conseqüência das proclamadas virtudes do regime, bem como da multiplicação e diversificação das instituições escolares. A partir de 1915 iniciam-se, propriamente, as discussões e pressionamentos para um amplo desenvolvimento do sistema escolar; começa um maior esforço para se incorporar ao Estado liberal uma orientação intervencionista.

O entusiasmo pela educação

A partir de 1915 surpreendem-se uma ampla campanha e uma multiplicidade de realizações configurando um novo momento significativo: o do entusiasmo pela educação. São idéias, planos e soluções oferecidos. Há aqui uma parcela que se liga ao fervor ideológico do final do Império, mas, agora, este é manifestado pelos próprios republicanos desiludidos com a República existente, República que procuram redimir. Trata-se de um movimento de "republicanização da República" pela difusão do processo educacional – movimento tipicamente estadual, de matiz nacionalista e principalmente voltado para a escola primária, a escola popular.

Inicia-se com as conferências de Olavo Bilac e com a conseqüente formação da *Liga de Defesa Nacional* (1916). Visa a clamar contra "a gravidade da nossa situação moral", cujo remédio se encontra, de um lado, no

serviço militar, para fazer frente ao perigo externo representado pela cobiça internacional, de outro, na instrução, para combater o perigo interno, que se manifesta pela quebra de unidade, pelo depauperamento do caráter, pelo definhamento do patriotismo...

Difundem-se as pregações cívico-patrióticas pela fundação das *Ligas Nacionalistas*. E para enriquecer um pouco mais o quadro não se deve esquecer a atuação do grupo agressivo que se formou em torno da revista *Brazílea* (1917), de onde surgirá a *Propaganda Nativista* (1919) e a *Ação Social Nacionalista* (1920), esforçando-se para "repensar o Brazil" e "repensar em brazileiro". Sistematiza-se, desse modo, o programa nacionalista. Ao lado do combate à estrangeirização do Brasil, procura debelar o analfabetismo e difundir a escola primária, transformada num dos grandes problemas nacionais. Há uma preocupação cada vez maior com a promoção da Língua Pátria, com o avivamento e a desmistificação da História e da Geografia do Brasil.

Menos vinculada às preocupações militares e mais comprometida com uma problemática política, a *Liga Nacionalista de São Paulo* (1917), por exemplo, se propõe a "combater a abstenção eleitoral, bem como todas as fraudes que corrompem e viciam o exercício do voto". Da luta contra a "aristocracia dos que sabem ler e escrever" passa à batalha contra o analfabetismo, pois "é de todos sabido que o analfabetismo no Brasil oferece condições desoladoras, que a vontade nacional se substitui pela vontade de uma minoria insignificante que fala, vota e determina". Alfabetizar significa proporcionar a aquisição de direitos políticos, pois, de acordo com o Art. 70, § 2º da Constituição, o analfabeto não pode manifestar sua vontade política.

Neste ponto, o "soerguimento moral da nacionalidade" torna-se possível pela disseminação da educação popular. Este é o caminho pelo qual se ingressa para o campo do entusiasmo pela educação. A famosa divisa de Miguel Couto "Pensai na educação, brasileiros!", que aparece em sua obra de título também significativo, *No Brasil Só Há Um Problema Nacional: A Educação do Povo*, representa o lema predominante. Em síntese, os quadros do pensamento apresentam a seguinte formulação: a ignorância reinante é a causa de todas as crises; a educação do povo é a base da organização social; portanto, o primeiro problema nacional. A difusão da instrução é a chave para a solução de todos os problemas sociais, econômicos, políticos e outros (cf. Mário Pinto Serva, *A Educação Nacional)*.

A percepção "romântica" dos problemas da sociedade brasileira e de suas soluções resulta numa superestimação do processo educacional: rege-

nerador do homem, ele é, conseqüentemente, o regenerador de toda a sociedade. As relações básicas da sociedade brasileira deslocam-se para um plano derivado. Por exemplo, o fenômeno oligárquico era conhecido dos educadores, bem como as dificuldades da situação econômico-financeira e os empecilhos para o desenvolvimento de uma sociedade aberta. No entanto, estes eram problemas derivados da incultura reinante no país: as oligarquias só podem ser combatidas pelo esclarecimento que a educação proporciona, pois elas se sustentam graças à ignorância popular; fruto da falta de patriotismo e da ausência de cultura "prática" ou de formação técnica, as dificuldades econômico-financeiras são eliminadas por virtude da educação, formadora do caráter e das forças produtivas; os empecilhos à formação de uma sociedade aberta encontram-se na grande massa analfabeta e na pouca disseminação da escola secundária e superior, que impedem o alargamento na composição das "elites", bem como o necessário processo de sua circulação.

Apesar desse modo de perceber os problemas, o entusiasmo pela educação – especialmente na década dos anos 20 – gerou impulsos que desencadearam constantes discussões e freqüentes reformas na escola brasileira.

As discussões saem do âmbito restrito do Congresso Nacional, como até então ocorria quase exclusivamente. Alarga-se o grupo de profissionais interessado no problema da educação – é nessa década, justamente, que aparecem os "educadores profissionais". Multiplicam-se, significativamente, as obras sobre o assunto, até pela criação de serviços editoriais pioneiros, como a *Biblioteca de Educação* e a *Coleção Pedagógica;* o setor de revistas experimenta uma nova fase, de aumento quantitativo e mudanças qualitativas. Também crescem em número e qualidade os congressos, inquéritos e conferências, debatendo os mais variados problemas educacionais, devendo ser ressaltadas as célebres *Conferências Nacionais de Educação,* de iniciativa da *Associação Brasileira de Educação.* Merece destaque o *inquérito* promovido por Fernando de Azevedo, em 1926.

No plano das realizações, cria-se a primeira universidade oficial brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro (1920), seguida da Universidade de Minas Gerais (1927). Ainda quanto à União, procede-se à reorganização da escola secundária e superior (1925), bem como se procura reformular a escola técnico-profissional (1926). Nos Estados surgem muitas reformas, atingindo as escolas primária e normal, especialmente, do que constituem exemplos: em 1920, a realizada por Sampaio Dória, em São Paulo; em 1923, a de Lourenço Filho, no Ceará; em 1925, a de Anísio

Teixeira, na Bahia; em 1927, a de Francisco Campos, em Minas Gerais; em 1928, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal; em 1929, a de Carneiro Leão, em Pernambuco; em 1930, a de Lourenço Filho, em São Paulo. Mais do que na União, os Estados procedem à implantação ou reorganização da administração escolar, bem como ao uso de instrumentos de planejamento, como os recenseamentos escolares. Dá-se novo passo no sentido de ampliação da rede e da clientela escolares.

O otimismo pedagógico

Um terceiro momento significativo aparece com o otimismo pedagógico. Este se caracteriza pela crença nas virtudes de novos modelos. Enquanto o entusiasmo pela educação se manifesta pela alteração de um ou outro aspecto do processo e, especialmente, pelo esforço em difundir a escola (modelo) existente, no otimismo pedagógico pretende-se a substituição de um modelo por outro. Por essa razão, o entusiasmo pela educação se realiza com os movimentos reformistas, enquanto o otimismo pedagógico realiza-se com os de remodelação. Não importa muito qualquer esforço para difundir a escola (entusiasmo), pois o que mais importa é difundir a escola que reproduz um novo modelo (otimismo). Assim sendo, a forma mais acabada do otimismo pedagógico só vai aparecer a partir de 1927, quando se processa a introdução sistemática das idéias da *Escola Nova,* simultaneamente com a sua aplicação nas escolas primárias e normais de vários Estados; nessa ocasião surge a disputa entre os modelos da "escola tradicional" e da "escola nova".

Um balanço geral revela algumas modalidades de otimismo pedagógico, umas mais restritas, outras mais amplas. A Reforma Benjamin Constant, por exemplo, representa a substituição de um modelo curricular "humanista" por um outro de natureza "científica". Também o aparecimento de uma escola primária especialmente alfabetizante representa outro exemplo, bem como a sua substituição por uma escola primária "integral". O mesmo ocorre com o esforço para combinar, na escola secundária, as ciências com as letras, para implantar o sistema universitário, e para introduzir matérias técnicas ou profissionais nos cursos primário e secundário. Em todos esses exemplos, tentou-se ou realizou-se a substituição total ou parcial de um modelo por outro.

Indiscutivelmente, o otimismo pedagógico encontra a sua mais acabada formulação nos movimentos reformistas estaduais das escolas primárias e normais da década dos anos 20, quando se procurou realizar o ideário do escolanovismo. Assim, as reformas realizadas em Minas (1927), Distrito Federal (1928), Pernambuco (1929) e São Paulo (1930) representam, tam-

bém, remodelações baseadas no ideário da *Escola Nova.* Considerado em seu aspecto geral, e apresentando-se como uma verdadeira "revolução copernicana" no campo da educação, o escolanovismo pretende deslocar o educando para o centro das reflexões escolares. Daí resultar em profunda alteração dos padrões em que se sustentava a chamada "escola tradicional": são novos valores e princípios a fundamentar a organização escolar, novos modos de relacionamento entre professor e alunos, novo significado das matérias ou disciplinas, novos métodos. Enfim, novo modelo.

O Estado e a educação

Com o desenvolvimento do entusiasmo pela educação há pressionamentos no sentido de ampliar as responsabilidades do Estado em matéria educacional; luta-se abertamente contra o descaso dos poderes públicos nessa área. Fruto de uma imagem idealizada da sociedade brasileira, formulada por via do exemplo das "mais modernas civilizações do mundo", o entusiasmo pela educação é uma resposta à desilusão sobre as virtudes do Estado republicano para educar a população. A partir daí, as discussões e os pressionamentos se orientam para uma posição intervencionista, com a criação da imagem de um novo papel do Estado que atinge os dispositivos constitucionais. Daí o interesse, neste balanço, do estudo da Constituição de 91.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 prescreve apenas o seguinte quanto às obrigações do Estado em matéria educacional e quanto à distribuição de competências entre o Estado-federal e os Estados-membros: "Art. 34. Compete privativamente ao Congresso Nacional: (...) 30) Legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a política, o ensino superior e os demais serviços que na capital forem reservados para o Governo da União. (...) Art. 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente (...) 2°) Animar no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências (...) sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais; 3°) Criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4°) Prover a instrução secundária no Distrito Federal." O Art. 72, § 6°, determina que "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos", enquanto o § 24 do mesmo artigo garante "o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial". Já o Art. 65 indica que "É facultado aos Estados: (...) 2°. Em geral, todo e qualquer poder ou direito, que lhes não for negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da Constituição".

Como se verifica, tais dispositivos definem a competência concorrente do Poder Central e dos poderes estaduais em matéria de educação; apesar

disso, continua a vigorar, de fato, a interpretação que vinha desde o Ato Adicional (1834), segundo a qual compete à União fixar os padrões das escolas secundária e superior, enquanto os da primária e técnico-profissional competem aos Estados (competência privativa). Essa é uma das razões mantenedoras do chamado "dualismo" do sistema escolar brasileiro, traduzido, muitas vezes, na contraposição entre as escolas de "elite" – secundária e superior – e as escolas do "povo" – primária e técnico-profissional. Não é este o momento para a análise da matriz do dualismo, embora se deva afirmar a sua sustentação tanto na estrutura da sociedade brasileira do Império como na da República, considerando-se, mesmo, que nessas duas situações não se alteram as relações sociais básicas.

Dessa interpretação resultam algumas conseqüências. A União julgava-se impedida de realizar qualquer esforço que significasse intervenção, limitando-se a fixar os padrões das escolas secundária e superior. Se fez muito pouco no sentido de multiplicar as instituições desses graus escolares, fez muito para centralizar quaisquer decisões quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, válidos para todo o país. Por sua vez, os Estados consideravam-se impotentes para arcar com as despesas de ampliação da rede de escolas primárias e técnico-profissionais. De ambos os lados, na verdade, o apelo a argumentos de natureza constitucional escondia um desinteresse há tempo enraizado pelo alargamento das oportunidades educacionais. A discussão entre os "constitucionalistas ortodoxos" – a União e os Estados devem manter a distribuição privativa de poderes para determinados graus ou ramos da escola – e os "constitucionalistas cismáticos" – defensores da conjugação harmoniosa dos esforços da União e dos Estados – mostra bem essa faceta da questão (cf. Afrânio Peixoto, *Marta e Maria*). A tradição prevalece até o final da Primeira República; a competência concorrente da União e dos Estados não figurou na Revisão Constitucional de 1926.

Do ponto de vista constitucional, a afirmação aceita por Fernando de Azevedo (*A Cultura Brasileira*, vol. III) merece ser mencionada: a idéia de unidade de direção da educação, difundida no Império, foi paralisada no seu desenvolvimento pelas idéias federalistas vitoriosas que acabaram por impor a descentralização completa – "Sob o influxo dessas idéias vitoriosas, a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 institui a forma federativa e retoma a tradição do Império que vinha do Ato Adicional de 1834". A ausência de uma "política nacional de educação" e, portanto, de um sistema escolar nacional é problema sem condições de ser solucionado durante

a Primeira República, devido ao argumento de que qualquer esforço nesse sentido feria os princípios federativos agasalhados pela Constituição.

A administração escolar

O papel do Estado pode ser também apreciado pela indicação dos serviços administrativos ligados à educação. Tais serviços representam um importante aspecto quando se considera a administração pública dos negócios da educação como uma das organizações do Estado e um dos meios pelos quais se manifesta a sua ação.

No campo da administração federal, o regime republicano toma uma decisão importante, apesar de juntar num mesmo órgão serviços públicos tão distantes: cria, em abril de 1890, a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. O "esdrúxulo Ministério", como foi qualificado, tem como primeiro-ministro Benjamin Constant – na opinião de Dunshee de Abranches (*Atas e Atos do Governo Provisório*) a criação desse Ministério foi apenas "um meio ardiloso e delicado para afastar Benjamin Constant da pasta da Guerra". A sua duração foi muito curta: por lei de outubro de 1891, que reorganiza os serviços da administração federal, não consta o novo Ministério, tendo a instrução pública passado para a responsabilidade de uma das diretorias do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Essa situação perdura até o final da Primeira República, devendo-se notar, no entanto, que a partir de 1906, quando foi criado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, coube a este regular o ensino profissional.

Com a passagem dos serviços de instrução para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores retorna-se à situação existente no Império, quando eram da competência do Ministério do Império – ambas eram pastas políticas. De nada valem as solicitações para a criação de órgão próprio, de nível ministerial, para tratar dos assuntos da educação nacional. O Ministério da Educação e Saúde Pública só será criado em novembro de 1930. O máximo que se fez foi estabelecer alguns órgãos, subordinados aos Ministérios existentes. É o caso do Conselho Superior do Ensino, criado em 1911 (reforma Rivadávia Corrêa), substituído pelo Conselho Nacional de Ensino em 1925 (reforma João Luís Alves-Rocha Vaz), momento em que foi também criado o Departamento Nacional do Ensino. Todos esses órgãos pertenciam ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Quanto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, deve ser mencionado o Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico, criado em 1926. De modo geral, tais órgãos eram de natureza consultiva (estudo de assuntos, respostas a consultas, emissão de opiniões...) e administrativa (prover cargos, fiscalizar escolas, autorizar des-

pesas extraordinárias...); quanto ao Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico, às atribuições consultivas e administrativas foram acrescentadas tarefas técnico-pedagógicas (organização de programas, regimentos, projetos de serviços de aprendizagem escolar...).

No plano estadual encontra-se uma situação muito próxima da federal. Freqüentemente denominada Inspetoria-Geral de Instrução Pública, existia uma seção junto às Secretarias do Interior ou da Agricultura, Indústria e Comércio. Não constituíam propriamente um órgão burocrático nem técnico-pedagógico. Arrastavam-se impotentes diante dos jogos políticos locais e quase sempre eram dirigidas por pessoa alheia à atividade educacional. Com o movimento reformista nos Estados, a partir de 1920, as Inspetorias se transformam em Diretorias-Gerais, geralmente dirigidas por "educadores profissionais"; inicia-se, então, a racionalização desses órgãos, tanto do ponto de vista burocrático como técnico-pedagógico. As Diretorias-Gerais dividem-se em seções para atender aos diversos graus e ramos da escola; criam-se, ou entram em funcionamento, Conselhos de Ensino, com funções consultivas ou consultivo-deliberativas; chegam a funcionar Conselhos Municipais, órgãos fiscalizadores locais; separam-se os órgãos administrativos dos técnico-pedagógicos, quando aparecem as seções de Assistência Técnica do Ensino ou Subdiretorias Técnicas – libertadas de preocupações administrativas (nomeações, transferências...), sua função é dirigir e orientar a implantação das reformas e remodelações; dividem-se os Estados em delegacias de ensino; transforma-se a inspeção em instrumento de assistência técnica; institui-se o recenseamento escolar como recurso da atividade planejada.

Esta análise mostra que a partir da década dos anos 20 desenvolve-se um grande interesse pela educação. Mostra, também, certo nível de racionalização da administração escolar – apesar da distribuição de competências entre dois Ministérios (federais) ou duas Secretarias (estaduais), órgãos não propriamente ajustados para lidar com os problemas educacionais; apesar da disciplinação jurídica definindo a competência privativa da União ou dos Estados em relação a determinados graus ou ramos escolares, do que resultava uma amputação tanto para a administração central como para a regional. Tudo isso leva a propor um problema de natureza mais geral: a ausência de uma política nacional de educação, que fracciona a atividade administrativa e provoca dualismos em cada sistema escolar.

A escola primária e a escola normal

Considerando-se o modo como foi interpretada a Constituição de 91, os Estados procuravam sozinhos cumprir seus deveres constitucionais na área da escola primária e normal.

Apenas em três ocasiões o Governo Federal intervém no sentido de conjugar os esforços dos Estados e da União. No final da Grande Guerra, foram fechadas escolas estrangeiras no Sul do país; esta intervenção, realizada por decreto de 1918, aparece sob a forma de auxílio financeiro aos Estados para a manutenção de escolas nas antigas colônias de europeus. Nas duas outras, a intervenção não chega a consumar-se, à falta de resultados práticos: uma delas se refere às conclusões da *Conferência Interestadual de Ensino Primário*, realizada em 1921 e convocada pelo Governo Federal para tratar da difusão da escola primária e da sua nacionalização; a outra se refere às bases de acordo pelo qual a União subvencionaria os Estados para a difusão da escola primária rural, conforme consta de decreto de 1925 (Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz).

Interesse tardio do Governo Federal. Só aparece quando se dá conta da situação humilhante revelada pelas estatísticas escolares, referentes à escola primária. Com efeito, Relatório de 1922, incluído naquela Conferência, mostra os seguintes dados: a matrícula nas escolas primárias de todo o país era de 1.030.752 alunos – enquanto a freqüência era de 678.684 – representando apenas 29% da população escolar; embora o Distrito Federal possuísse 41% da população infantil sem escolas, e Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, 43%, 44% e 56%, respectivamente, Goiás apresentava 95%, juntamente com o Piauí, seguido de Alagoas com 94%. Mesmo tomando cuidado com o emprego de dados estatísticos da época, a situação real não deveria ser muito diferente. O descaso pela educação primária (educação do povo) foi um dos mais combatidos nesse tempo; lembre-se de que essa foi uma das fontes do entusiasmo pela educação, especialmente pela mediação das campanhas nacionalistas.

Até então, e nas suas linhas gerais, a escola primária fornece um curso de quatro anos de duração, nas zonas urbanas, e de três, na zona rural, com um currículo formado por Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia e História do Brasil, Noções de Ciências Físicas e Naturais, Instrução Moral, Trabalhos Manuais e Ginástica. (Diferencia-se da escola primária do Império especialmente por não conter disciplinas como a História Sagrada ou Doutrina Cristã.) A ela se segue a escola complementar, com dois anos de duração e com um currículo basicamente formado pelas matérias da escola primária, com um acréscimo de uma ou duas línguas estrangeiras, geralmente francês e latim (alemão em escolas do Sul do país). Quando existia, a escola complementar era via de acesso à escola normal.

Esta se destina à formação de professores primários. É, portanto, uma escola profissional paralela à escola secundária da qual vai sofrer muitas influências, especialmente as que causam a sua descaracterização de instituição propriamente profissional. Durante os três primeiros decênios do regime republicano a escola normal apresenta duas características: a) é uma escola basicamente voltada para a formação geral, com o que se aproxima da escola secundária e se distancia de seus objetivos profissionais, como, por exemplo, o Regulamento do ensino normal de Minas Gerais, de 1906, que, em vez de prescrever um curso com a duração de três anos, aberto aos egressos da escola primária, estabelece um currículo composto por Português e Francês, Aritmética e Geometria, Geografia, História Natural e Higiene, Aritmética Comercial e Escrituração Mercantil, Desenho Linear e à Mão Livre, Música e Trabalhos de Agulha (cf. Paulo Krüger Corrêa Mourão, *O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República*); em seguida, algumas matérias profissionais começam a aparecer um pouco mais tarde, como a Metodologia, a Pedagogia e a Psicologia. Mas o que vai definir melhor a escola normal nessa época é a ampliação da cultura geral, dando-lhe feições de uma escola secundária "profissional" de segunda categoria, no sentido de que não consegue competir com a escola secundária, enquanto seu aspecto profissional é relegado a um segundo plano b) a matrícula no "ensino pedagógico", em 1907, era de 5.020 alunos, sendo 786 do sexo masculino; essa tendência predominará posteriormente, pois em 1929, para 23.808 alunos matriculados, 3.401 eram do sexo masculino (*Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública,* 1° ano). Daí decorre a afirmação de que a escola normal é uma instituição destinada à educação das moças "burguesas".

A escola primária e a escola normal sofrerão muitas alterações com o movimento reformista e remodelador da década dos anos 20.

Já em 1920 aparece importante reforma no Estado de São Paulo, elaborada por Sampaio Dória, um dos principais representantes da Liga Nacionalista de São Paulo. Reduz a escola primária, gratuita e obrigatória, para dois anos, fixa a faixa etária a ser atendida em nove e dez anos e concentra os programas existentes para atender à nova situação. Imbuído da doutrina republicana e julgando o combate ao analfabetismo um grande problema político, o reformador não hesita em dar essa solução para o seguinte problema: existem 380 mil crianças de 7 a 12 anos, a possibilidade de matrícula é de 231 mil, e o Estado não suporta maiores gastos com a educação. Na Mensagem de 1920, do Presidente

do Estado, lê-se como justificativa: "Dar instrução a alguns e não a todos é profundamente injusto; é tratar com diferença aos filhos, para os quais foi assentado o lema da igualdade; é criar o privilégio da instrução; é alimentar uma classe de instruídos ao lado de uma casta de ignorantes; é inconscientemente estabelecer a inferioridade de uns sobre outros desde a meninice, e com isso fazer dominadores e servis, cidadãos ao lado de escravos, é tudo isso que não é democrático nem republicano." As críticas não tardaram à "escola primária alfabetizante": umas pedagógicas – tempo exíguo para a aprendizagem, injustificada fixação da idade de nove anos para ingresso –, outras "morais" – humilhante para São Paulo, Estado mais rico do país, e mais uma vez humilhante quando se compara a solução paulista com a de países como a Inglaterra, Alemanha, América do Norte... Procura-se destruir uma obra de acentuado caráter político com argumentos pedagógicos "puros", entremeados de freqüentes alusões ao que se dizia ou se fazia nos "países mais cultos" do mundo.

A Reforma Sampaio Dória não teve similar na época. Aliás, serviu para realçar a importância da educação primária "integral", que passou a predominar nas análises e reformas do tempo. O significado do integral já pode ser percebido nas bases traçadas para a reforma cearense (1923), por meio desta posição de Lourenço Filho: "O ensino primário deve ser mais alguma coisa, as noções mais necessárias à vida, no ambiente em que a criança terá que viver. Afinal de contas, ler e escrever não adianta nem atrasa a ninguém, se, na escola, não se dão outras noções que formem equilibradamente o espírito e informem para agir com inteligência, isto é, de modo a aproveitar as forças da natureza, na produção da riqueza geral e no conforto da vida." Aí se encontram as novas diretrizes que predominarão, enriquecidas, a partir de 1927, com os princípios do escolanovismo.

Alguns outros desenvolvimentos da escola primária merecem ser destacados. Firma-se a posição da escola complementar, com dois ou três anos de duração, escola primária de nível mais elevado que segue a escola primária fundamental. Introduz-se a orientação pré-vocacional ou profissional: na reforma baiana (Lei nº 1.846, de 1925), especialmente pela inclusão da agricultura e indústria locais no currículo; na reforma do Distrito Federal (Decreto nº 3.281 e Decreto nº 2.940, de 1928), o quinto ano da escola primária abrange o ensino agrícola ou agrícola-doméstico na zona rural e industrial ou doméstico-profissional na zona urbana. As instituições auxiliares da escola estão também presentes nos novos planos, a fim de que esta desempenhe cada vez mais a sua função "verdadeira-

mente formativa"; multiplicam-se, assim, as bibliotecas e museus escolares, os clubes de leitura, os pelotões de saúde, o escoteirismo, o cinema e o rádio educativos, as excursões.

As transformações da escola primária, na década dos anos 20, se processam principalmente em conseqüência do movimento reformista e remodelador da escola normal que então se desenvolve. Tal movimento vai dar à escola normal uma nova feição. O que se observa, agora, é uma ampliação da duração do curso, bem como um encaminhamento para o equilíbrio entre as matérias de formação geral e as de habilitação profissional. Aparece mais bem definido o seu conteúdo de preparo técnico-pedagógico, principalmente pela introdução de matérias como a Anatomia e Fisiologia Humanas, Pedagogia, História da Educação, Sociologia e, em especial, Psicologia. Alcançam importância, portanto, as chamadas "ciências-fontes-da-educação". Com essas alterações aparecem outras sob a forma de diferenças entre etapas para a progressiva formação e contínuo aperfeiçoamento profissional do professor primário.

Assim, na reforma baiana (1925) estabelece-se um "curso preparatório" ou de "habilitação pedagógica", destinado a fornecer um preparo científico ao aluno, com duração de três anos, seguido de um curso profissional ou de "proficiência didática", de um ano, quando se intensificam os estudos de Higiene Escolar e Didática, acompanhados de exercícios diários nas Escolas de Aplicação anexas às escolas normais. No Distrito Federal e em Pernambuco, fixa-se um curso de cinco anos, dividido num ciclo geral ou propedêutico de três anos e um ciclo especial ou profissional de dois anos. Em ambos os casos, novas matérias especializadas aparecem, como a História da Educação e a Sociologia, bem como uma nova modalidade e um novo estágio na formação profissional do professor, com a criação da Escola Normal Rural (Distrito Federal) e a instituição da Escola Normal Superior (Pernambuco). Acrescenta-se, na reforma mineira, o Curso de Aperfeiçoamento, uma espécie de Seminário Pedagógico, "destinado a treinar uma elite de professores, bem como os assistentes técnicos, nos recentes métodos de ensino e em técnicas pedagógicas (...) a bem da eficácia do ensino primário e das suas imperiosas finalidades no quadro da cultura contemporânea".

Duas tendências precisam ser ainda mencionadas a respeito das escolas primária e normal: a da nacionalização e a da regionalização e ruralização.

A nacionalização é fenômeno presente nas pregações nacionalistas desde 1915, com o chamamento contra a "desnacionalização da infância brasileira". Escolas estrangeiras são fechadas no Sul do país; medidas de

nacionalização são propostas na Conferência Interestadual de Ensino Primário, e, especialmente, aumenta a preocupação com a Língua Pátria, a História e a Geografia do Brasil, a Instrução Moral e Cívica ou Educação Social. Procura-se, então, compensar o conteúdo "patriótico", sentimental e idealista do nacionalismo com um conteúdo fundado mais no "conhecimento" da terra e da gente brasileira. Mais cuidados são tomados para registro das escolas primárias particulares. Por exemplo, essas exigências: respeitar os feriados nacionais; ensinar os cantos nacionais aprovados; ministrar o ensino em vernáculo (salvo o das línguas estrangeiras que, no entanto, fica proibido a crianças menores de dez anos); atender, no ensino do Português, História e Geografia do Brasil, ao número de aulas determinado pelo Governo; somente brasileiros natos ou portugueses podem ministrar aulas de Português, enquanto a Geografia e a História do Brasil somente podem ser ministradas por brasileiros natos.

A regionalização é fenômeno tardio, enquanto expressão de um esforço para ajustar os padrões de ensino e de cultura da escola primária e normal às peculiaridades da vida social em que se encontram. Nesse sentido não contam tanto, por exemplo, as diferenças que vinham sendo adotadas quanto à escola primária urbana e rural, pois, nesse caso, se propunha tão-somente diminuir o nível dos conhecimentos a serem ministrados às crianças da zona rural. A regionalização começa a aparecer quando as peculiaridades locais são aproveitadas como sugestões para tornar o ensino mais "vivo", mais próximo das experiências infantis e mais de acordo com as exigências do meio social imediato. Exemplo sem precedentes encontra-se nos programas das diversas disciplinas, especialmente da Geografia e Ciências Físicas e Naturais, para as escolas primárias cearenses; e com maior nitidez, no livro *João Pergunta*, adotado oficialmente nas escolas primárias do Ceará, "livro de leitura destinado às crianças do Nordeste Brasileiro".

Fenômeno que se inicia na década dos anos 20 e que traduz características de um fenômeno social mais amplo encontra-se no esforço para a ruralização das escolas primária e normal. A ideologia do Brasil país essencialmente agrícola – tão difundida nesse período para o combate ao incipiente processo de urbanização e industrialização – começa a influenciar os educadores. Também contribuem para isso algumas correntes do nacionalismo, a que se congrega em torno da revista *Brasílea*, por exemplo, bem como o grupo verde-amarelo liderado por Plínio Salgado, e que tem ligações com o modernismo. À medida que o nacionalismo representa um esforço de exaltação da terra e da gente brasileiras, a palavra terra,

por um processo de reinterpretação, adquire um conteúdo de natureza fisiocrática: terra se traduz em produtos da terra, e assim terra e agricultura tornam-se sinônimas. Aparecem daí as primeiras tentativas de ruralização das escolas primária e normal, significando a contribuição destas na tarefa de formar a mentalidade de acordo com a ideologia do Brasil, país essencialmente agrícola. O passo foi pequeno para chegar à pregação de que a escola deve constituir um instrumento de fixação do homem no campo. Na década dos anos 20, contudo, a ruralização da escola ensaia os primeiros passos. Alguns sinais de sua presença já podem ser sentidos; a escola normal rural constitui um exemplo. Sintomaticamente, no Estado de São Paulo, aparece a mais perfeita obra comprometida com essa tendência: trata-se de obra didática, de autoria do Prof. Thales de Andrade, destinada ao ensino da Leitura, e que tem o nome, também sintomático, de *Saudade* – livro de leitura que serviu para a educação de várias gerações em todo o Brasil, onde se exaltam as virtudes e as delícias da sã vida rural.

A escola técnico-profissional

A escola técnico-profissional mantém, durantea Primeira República, as mesmas características que apresentava no Império. Continuam a mesma linguagem e os mesmos propósitos que sempre influenciaram o desenvolvimento desse ramo da educação. Como antes, a escola técnico-profissional continua a ser organizada com o objetivo expresso de atender às "classes populares", às "classes pobres", aos "meninos desvalidos", "órfãos", "abandonados", "desfavorecidos da fortuna". Apresenta-se menos como um programa propriamente educacional e mais como um plano assistencial para atender aos "necessitados da misericórdia pública". O seu objetivo inequívoco é o da regeneração pelo trabalho. Essa fase pode muito bem ser denominada de a fase do "profissionalismo técnico feito aleijão" (Afrânio Peixoto, *Marta e Maria*), para citar uma passagem em que, com rara felicidade, fica explicitada a base em que se firmam tais escolas. Mesmo na década dos anos 20, muitas escolas técnico-profissionais lembram as antigas "Casas dos educandos", os "Colégios" e os "Asilos" do período imperial (cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*, vol. 6°; Celso Sukow da Fonseca, *História do Ensino Industrial no Brasil*, vol. 1°).

No ramo industrial, iniciativa importante aparece com o Decreto n.° 7.566, de 1909, determinando a criação, em cada uma das capitais dos Estados, de uma escola de aprendizes artífices, destinada a ministrar o "ensino profissional primário gratuito". Tais escolas subordinavam-se ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Entre as condições para admissão, estabelece a idade mínima de dez anos e máxima de treze, "pre-

feridos os desfavorecidos da fortuna". Para esclarecer um pouco mais esse propósito, consta do preâmbulo do decreto o seguinte: "Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime" etc. Em 1910 já funcionavam escolas em 19 Estados, com uma matrícula de 2.118 alunos e uma freqüência de 1.248.

Os dispositivos daquele decreto foram alterados muitas vezes, tendo permanecido, contudo, a sua função original, de caráter assistencial. Note-se, ainda, que o ensino nelas ministrado não se diferencia do ensino nas escolas primárias, pois era realizado por professores normalistas, enquanto seus mestres não possuíam base teórica, conhecimento técnico e formação pedagógica, pois eram retirados diretamente das fábricas e das oficinas; funcionavam sem normas definidas de programação de cursos, na dependência de cada diretor. É preciso lembrar, finalmente, que apenas em 1917 a Prefeitura do Distrito Federal funda escola – a única existente então no país – para a preparação de professores, mestres e contramestres para as escolas profissionais, mas destinados exclusivamente às escolas municipais. Trata-se da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz que, por acordo de 1919, entre aquela Prefeitura e o Governo da União, passa a depender do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Marco importante na evolução do ensino técnico-industrial, representa a instalação da "Comissão Luderitz", em 1920. Do seu relatório, apresentado em 1924, constam idéias e princípios para dar uma nova orientação à escola técnico-industrial. Nele se chama a atenção para o preparo das "elites técnicas" e para as vantagens da educação industrial do povo como "meio de defesa da administração superior do país, contra a invasão incondicional do capital industrial estrangeiro". Critica a existência de um curso único, combinando o ensino das primeiras letras e a freqüência à oficina especializada, bem como censura a combinação entre um programa educativo e a produção industrial. Indica a nova estrutura dos cursos e prevê cursos de formação pedagógica de mestres e contramestres, bem como propõe a criação de uma Inspetoria do Ensino Técnico Profissional. O projeto da Comissão não foi aprovado; no entanto, por Portaria de 1926, o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, ao consolidar as disposições sobre as escolas de aprendizes artífices, introduz muitas medidas daquele projeto.

Pela Portaria de 13 de novembro de 1926, as escolas de aprendizes artífices continuam a ministrar, gratuitamente, o ensino profissional primário, agora subdividido em elementar e complementar, o primeiro com quatro anos e, o segundo, com dois. Nos dois primeiros anos processa-se a aprendizagem de Trabalhos Manuais, com estágio pré-vocacional, paralelamente aos cursos primário e de Desenho. Nove são as seções de ofícios correlativos, abrangendo quatro anos, pois se inicia no terceiro ano do curso elementar e prossegue nos dois anos do curso complementar. Ainda dessa Portaria merecem ser destacadas as medidas sobre a industrialização nas escolas, os cursos noturnos de aperfeiçoamento, o sistema de seleção do pessoal (concurso) e a criação do Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico.

Essas observações revelam as características fundamentais da escola técnico-industrial, incluindo as mantidas nos Estados pelos poderes públicos ou pela iniciativa particular. É verdade que nos Estados tal escola experimentou algum desenvolvimento (cf. Celso Sukow da Fonseca, *História do Ensino Industrial do Brasil*, vol. 2), tendo algumas apresentado resultados dignos de nota; por exemplo, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, o Instituto Técnico Profissional, de Porto Alegre, o Curso Complementar, em Sete Lagoas, Minas, a Escola Profissional Sousa Aguiar e o Instituto Orsina da Fonseca ("o Colégio de Sion dos Pobres"), no Distrito Federal.

O estudo da educação técnico-agrícola, por sua vez, revela uma situação curiosamente paradoxal. Em plena fase do fortalecimento da ideologia do Brasil país essencialmente agrícola, era de se esperar um grande interesse para incrementar essa modalidade de educação; isso não ocorreu. No entanto, chega-se a elaborar a mais sistemática, diversificada e aparatosa legislação, praticamente sem nenhuma influência; trata-se do Decreto nº 8.319, de 1910, com seus 591 artigos. Para se ter uma idéia aproximada de seu conteúdo, basta pensar nas onze divisões da educação agrícola – superior, média ou teórico-prática, prática, aprendizados agrícolas, primária agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos, com o ensino agrícola, consultas agrícolas e conferências agrícolas – e no número de seus serviços e instalações complementares – estações experimentais, campos de experiência e demonstração, fazendas experimentais, estação de ensaio de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e postos meteorológicos.

Essa regulamentação perdurou por longo tempo, mas sem conseqüências que mereçam ser mencionadas. Com isso se observa a distância exis-

tente entre as necessidades das "empresas" agrícolas, quanto ao seu pessoal técnico, e o aparato legislativo-escolar.

Menção deve ser feita aos Patronatos Agrícolas, destinados "às classes pobres, que visam à educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos, e daqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio" (Regulamento de 1919). No seu conjunto, constituíam "um instrumento de assistência, proteção e tutela moral aos menores (...) recorrendo para esse efeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua ação educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar, até incorporá-los no meio rural". Dois eram os cursos ministrados: o primário e o profissional; tais cursos e os trabalhos agrícolas proporcionariam parte da renda da instituição.

Em três momentos surgem algumas medidas relativas à escola técnico-comercial, durante o período da Primeira República. Em 1905, pelo Decreto nº 1.339, é declarada de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1902. Seus diplomas são reconhecidos oficialmente; transforma-se em órgão consultivo do Governo em assuntos de interesse do comércio e da indústria. Fica estendido à Escola Prática de Comércio, de São Paulo, também fundada em 1902, o disposto nesse decreto. Outros preceitos só vão aparecer em 1923, com o Decreto nº 4.724-A, equiparando os diplomas expedidos por nove escolas aos diplomas da Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Aqui já se fala em equiparação e se acrescentam outros elementos. De um lado, indica-se que para obter a equiparação devem ser observados os programas de 1905, mas isso "enquanto não for organizado o ensino oficial das ciências econômicas e comerciais". Prescreve-se, em conseqüência, o seguinte: "Quando houver estabelecimento oficial desse ensino, a ele deverão se adaptar todos os atualmente equiparados, sob pena de caducar o reconhecimento dos diplomas." De outro lado, institui-se a fiscalização, paga pelos próprios estabelecimentos. Como se observa, nesse decreto se recomenda a adoção de padrão legal para as escolas técnico-comerciais.

O Decreto nº 17.329, de 1926, procura executar esse preceito, ao aprovar o Regulamento para os estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Nesse momento, portanto, procede-se à organização uniforme desse ramo escolar. Entre as normas desse Regulamento convém destacar as seguintes: o currículo deve ser o mesmo de 1905, com acréscimo de algumas disciplinas; no curso geral, de quatro anos, serão ministradas matérias propedêuticas – Língua

Portuguesa, Francesa e Inglesa; elementos de Ciências Naturais; Matemáticas Elementares; Geografia Física e Política; História Geral e do Brasil; Instrução Moral e Cívica; Caligrafia; Desenho – e matérias técnicas – Geografia Econômica; Merceologia e Tecnologia Merceológica; Matemáticas Aplicadas; Noções de Direito Constitucional Civil e Comercial; Contabilidade; Química Aplicada; Estenografia; Mecanografia. O curso geral confere o diploma de contador. Para a matrícula nesse curso exige-se exame de admissão em matérias cujo conteúdo se aproxima do da escola primária. E para auxiliar na fiscalização dos estabelecimentos serão nomeados fiscais pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, correndo as despesas à conta dos próprios estabelecimentos.

A legislação sobre a escola técnico-comercial apresenta, dessa forma, algumas particularidades quando comparada às das técnico-industrial e técnico-agrícola. Ao contrário dessas, a escola técnico-comercial mereceu, embora tardiamente, uma regulamentação do Governo Federal. É verdade que inexistiu instituição oficial, federal, destinada a ministrar o ensino nessa modalidade. Até 1926, as escolas técnico-comerciais particulares estavam livres de normas oficiais de caráter sistemático; nas raras vezes em que ocorre alguma regulamentação, o que se faz é dispor sobre as escolas existentes. Só em 1926 inicia-se um processo para eliminar a fase da ausência de linhas gerais em conformidade com a escola técnico-comercial, do que se conclui que, até então, não existia, para ela, organização geral no país. Mas, aqui, já se nota um dado que merece destaque. Enquanto escola técnico-profissional, não deveria, como as outras, sofrer influência de padrões federais, devido à própria interpretação, ainda vigente, dos dispositivos constitucionais; no entanto, não é o que ocorre, pois em 1926 o Governo Federal propõe as primeiras medidas de caráter uniformizador e fiscalizador para a escola técnico-comercial.

A situação global da escola técnico-profissional pode ser percebida de outra perspectiva: a da estatística escolar, para mostrar a sua posição nas várias modalidades, especialmente considerando a contribuição oficial e particular. Do "ensino especializado elementar e médio", em 1929, constam 534 unidades, sendo 58 federais, 25 estaduais, 10 municipais e 441 particulares, o que revela o incontrastável predomínio da iniciativa privada. Selecionados os dados apenas das escolas técnico-profissionais agrícola, artístico-industrial e comercial, a situação é esta naquele mesmo ano: 36 escolas agrícolas, com a matrícula geral de 2.530 alunos, senão 8 do sexo feminino, 151 artístico-industriais, com matrícula de 21.052 alunos, sendo 7.688 do sexo feminino; 281 comerciais, com matrícula de 23.477

alunos, sendo 5.976 do sexo masculino (cf. *Estatística Intelectual do Brasil* – 1929).

A escola secundária e a superior

Enquanto as alterações na escola primária são acompanhadas de mudanças na escola normal, e enquanto a legislação sobre a escola técnico-profissional se estabelece independentemente de qualquer relacionamento com outros ramos escolares, as reformas das escolas secundária e superior se processam simultaneamente. Eram consideradas instituições inseparáveis, formando um subsistema autônomo no sistema escolar brasileiro; havia total dependência da escola secundária em relação à superior.

Merece ser ressaltado este outro dado. As reformas das escolas secundária e superior eram matéria da competência do Congresso Nacional (Arts. 34 e 35 da Constituição). No entanto, foram da iniciativa do Poder Executivo, por meio de autorizações legislativas, o que representava um ato contra a Constituição de 91, que proibia a delegação de poderes. É interessante observar que tais autorizações constavam das leis orçamentárias (Henrique Dodsworth, *Cem Anos de Ensino Secundário*), o que constituía uma boa oportunidade para o Executivo pressionar o Legislativo a abdicar de suas prerrogativas constitucionais. A União conservou, sem qualquer descuido, a sua função normativa e fiscalizadora sobre tais escolas: tanto o Ginásio Nacional, depois o Colégio Pedro II, federal, como as escolas superiores federais ditavam os padrões a todas as escolas secundárias e superiores em todo o território nacional. Mesmo quando foi adotado o regime da equiparação às federais, das escolas secundárias e superiores estaduais e particulares, essa medida aparentemente descentralizadora acabou por fechar mais o cerco centralizador da União, pois a contrapartida de tal regalia se encontrava na obrigação do atendimento total das normas federais.

Fundamentalmente, foram seis as ocasiões em que se procedeu à reorganização das escolas secundária e superior: a Reforma Benjamin Constant, Decreto nº 981, de 1890; a Epitácio Pessoa, Decreto nº 3.890, de 1901; a Rivadávia Corrêa, Decreto nº 8.659, de 1911; a Carlos Maximiliano, Decreto nº 11.530, de 1915, e a João Luís Alves-Rocha Vaz, Decreto nº 16.782-A, de 1925; e a criação da Universidade do Rio de Janeiro, Decreto nº 14.343, de 1920.

O exame global das alterações ocorridas nas escolas secundária e superior revela alguns pontos que merecem ser destacados.

Durante todo o período verifica-se um esforço legal que traduz uma constante aspiração no sentido de retirar da escola secundária o seu caráter

de um curso de preparatórios, e assim transformá-la numa escola verdadeiramente formativa. Apesar disso, continua sendo uma instituição cujo destino se compromete totalmente com as exigências das faculdades. Não importava, assim, que fosse realizada parceladamente. Seguir um curso com currículo ordenado de ano a ano e com exigências que significassem a oportunidade para o contínuo amadurecimento do aluno era uma idéia avessa às expectativas do tempo. Não era uma escola para a "formação do adolescente"; desempenhava uma função imediatista, consistente na preparação fragmentária e exclusiva à escola superior, isto é, não possuía objetivos próprios. Não se deve esquecer que existiam escolas superiores federais de natureza exclusivamente profissional: as de Direito, Medicina e Minas, a Escola Politécnica e a de Farmácia e Odontologia. Não existia instituição destinada à especialização intelectual – filosófica, científica ou literária – apesar dos esforços para a criação de Faculdades de Filosofia. Evidentemente, tal situação criava, de um lado, impedimentos à transformação da escola secundária em instituição essencialmente formativa, dada a ausência de escolas superiores voltadas para a cultura desinteressada, de base; de outro lado, dificultava a própria organização da escola superior em outros moldes, como o do regime universitário, tão reclamado desde os fins do Império.

Com a Reforma Benjamin Constant tenta-se dar à escola secundária um objetivo essencialmente educativo ou formador, desligando-a de sua função preparatória aos cursos superiores pela estruturação de um "curso integral de estudos". O exame de madureza constitui peça central do curso, pois deve apreciar a vida escolar global do aluno, a maturidade que alcança ao realizar seu plano de estudos. Outros exemplos das intenções orientadas nesse sentido: na Reforma Rivadávia Corrêa propõe-se a necessidade de a escola secundária "libertar-se da condição subalterna de meio preparatório para as academias", enquanto na Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz, além dessa necessidade de libertação, chega-se a afirmar que "o ensino secundário deve ser encarado como um preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que seja a profissão a que se dedicar o indivíduo", devendo constituir um "prolongamento do ensino primário para fornecer a cultura média do país". Apesar dessas proclamações, a escola secundária não consegue se desligar, de fato, da sua situação de curso subalterno. As medidas tomadas para fortalecer seu objetivo intrínseco frustram-se completamente, devido às prorrogações da situação que pretendiam mudar.

É importante realizar alguma análise do currículo da escola secundária para verificar tanto os padrões culturais aceitos como os problemas

que propunha. A Reforma Benjamin Constant, por exemplo, dá à escola secundária um "cunho científico". Inclui as ciências segundo a classificação de Augusto Comte - Português; Latim; Grego; Francês; Inglês; Alemão; Matemática; Astronomia; Física; Química; História Natural; Biologia; Sociologia e Moral; Geografia; História Universal; História do Brasil; Literatura Nacional; Desenho; Ginástica; Evoluções Militares e Esgrima; Música. Na verdade, um currículo mais propriamente enciclopédico. A Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz propôs o seguinte conjunto de matérias: Português; Latim; Literatura Brasileira; Literatura das Línguas Latinas; Francês, Inglês; Alemão (facultativo); Italiano (facultativo); Filosofia; História da Filosofia; Sociologia; Instrução Moral e Cívica; História Universal; História do Brasil; Geografia Geral; Corografia do Brasil; Cosmografia; Aritmética: Álgebra; Geometria e Trigonometria; Desenho; Física; Química; História Natural.

Percebendo compreensivamente a questão nas diversas reformas, pode-se chegar a algumas conclusões gerais. Durante todo o período estudado, o currículo da escola secundária apresenta uma combinação variada entre as ciências e as letras, ou como se propôs, muitas vezes, entre as humanidades clássicas e científicas. Não se chegou a separar, por exemplo, sob a forma de bifurcação, uma orientação da outra – tema constante nas discussões na década dos anos 20 e em torno da reforma de 1925. É preciso perceber aquela combinação de dois ângulos. Um aparece no próprio currículo, enquanto rol de matérias; neste aqui, no caso, é preciso tomar algum cuidado ao interpretar a combinação no sentido de estar mais ou menos voltada para as ciências ou para as letras. Por exemplo, quando se considera o conjunto das matérias da Reforma Carlos Maximiliano, pode-se chegar à conclusão de que as ciências e as letras se equilibram; observando, todavia, a distribuição das matérias pelas séries, a conclusão se altera, pois, enquanto Português, Latim, Francês, Inglês ou Alemão são lecionadas em três séries, a Aritmética, a Física e a Química são lecionadas em duas, e a Álgebra, Geometria Plana, Geometria no Espaço, Trigonometria e História Natural em uma série. Outras vezes, o julgamento deve chegar até a análise do número de horas semanais e dos programas de cada matéria. Outro ângulo consiste em verificar quais os exames de preparatórios exigidos para ingresso nessa ou naquela faculdade, pois estes, na prática, acabavam superestimando o valor de determinados conjuntos de matérias da escola secundária. Exemplo: na Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz, o exame vestibular nas Faculdades de Direito versava sobre Literatura, especialmente do Brasil, História Universal e do

Brasil e Filosofia, enquanto o vestibular nas Faculdades de Medicina, de Farmácia e Odontologia versava sobre Física, Química e História Natural.

Resumindo, o Governo Federal fornece o padrão das escolas secundárias e superiores de todo o país, provocando a sua uniformização. Mas a medida que mais precisamente sustenta a superintendência federal sobre tais estabelecimentos, nos seus aspectos normativo e administrativo, encontra-se no instituto da equiparação.

A equiparação está proposta na Reforma Benjamin Constant nos seguintes termos: "Quando qualquer dos Estados da República houver organizado estabelecimentos de ensino secundário integral segundo o plano do *Ginásio Nacional,* darão os seus exames de madureza os mesmos direitos a esta matrícula nos cursos superiores." A situação altera-se com a Reforma Epitácio Pessoa, pois os privilégios dos estabelecimentos federais podem ser estendidos aos estabelecimentos de ensino superior e secundário estaduais, do Distrito Federal, e aos particulares, desde que observadas as exigências quanto ao patrimônio – desnecessárias no caso dos estabelecimentos estaduais e do Distrito Federal – à freqüência de alunos, ao regime e aos programas do estabelecimento federal. O atendimento destas e de outras exigências será fiscalizado por um delegado, pago pela instituição interessada.

Interrupção houve com a Reforma Rivadávia Corrêa, quando a equiparação é extinta com a desoficialização do ensino. Transformando as instituições escolares em corporações autônomas dos pontos de vista didático e administrativo – com o que se tenta realizar a doutrina da "liberdade de ensino" – dá origem a um período de suspensão das medidas centralizadoras. Logo, porém, estas são retomadas com a Reforma Carlos Maximiliano, sem se encaminhar a uma rigorosa uniformização. O reformador lembra que "tínhamos outrora os exames gerais de preparatórios, com o inconveniente de prestarem os audazes protegidos dez exames de uma só vez. Em vez de proibir a acumulação, introduziu-se o curso ginasial. Desmoralizou-se este com a prodigalidade das equiparações." (Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República,* vol. 4.) Retornando aos exames parcelados, "que prepararam solidamente as brilhantes gerações do Império e as primeiras figuras da República", estabelecendo o exame vestibular, restringindo a equiparação aos estabelecimentos estaduais – "Ensine quem quiser, mas levando os discípulos a exame no ginásio do Governo" – e atribuindo a fiscalização dos exames de preparatórios aos inspetores do Conselho Superior de Ensino, a Reforma Carlos Maximiliano, ao mesmo tempo que

afirma a superintendência federal sobre os estabelecimentos de ensino secundário, abre as portas às "idéias de diversificação da educação nacional e da autonomia e flexibilidade das instituições docentes" (Geraldo Bastos Silva, *A Educação Secundária*). Com a Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz prevê-se a equiparação dos estabelecimentos estaduais ao Colégio Pedro II, bem como, no caso dos estabelecimentos particulares, a concessão de juntas examinadoras para os diferentes anos do curso secundário, formadas por três membros, superintendidas por um inspetor nomeado pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional do Ensino. Quanto à escola superior, a função normativa e administrativa do Governo Federal se assemelha à da exercida junto à escola secundária.

Como sempre ocorre no estudo de determinado grau ou ramo de ensino, é importante saber como se propõe a questão do alargamento das oportunidades educacionais. Para isso, as estatísticas escolares fornecem alguns dados para reflexão. No caso da escola secundária, sabe-se que a matrícula geral, em 1907, era de 30.426, passando para 83.190, em 1929; neste ano havia 1.130 unidades escolares, sendo 6 federais, 24 estaduais, 10 municipais e 1.090 particulares. Tornando mais analíticos alguns dados, observa-se o seguinte, em 1907 e em 1929 respectivamente: matrícula nas escolas públicas, sexo masculino – 3.503 e 7.717; matrícula nas escolas públicas, sexo feminino – 434 e 1.284; matrícula nas escolas particulares, sexo masculino – 19.910 e 50.956; matrícula nas escolas particulares, sexo feminino – 6.579 e 23.233 (*Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*, 1º ano). Para a escola superior, dados de 1929 mostram a seguinte situação: 278 unidades de ensino especializado superior, com uma matrícula geral de 32.192 alunos, e 88 de ensino superior geral, com 13.239 alunos; conclusões de curso, 4.651 e 1.683, respectivamente. Das unidades escolares existentes no ensino especializado superior, 20 são federais, 13 estaduais, 7 municipais e 238 particulares, enquanto no ensino superior geral 10 são federais, 15 estaduais, 2 municipais e 61 particulares. O ensino especializado superior compreende o técnico-profissional (agronomia e veterinária, e comercial), o eclesiástico, o militar, o artístico-liberal (arte dramática, belas-artes e música) e o de higiene e saúde pública. Para o caso de Agronomia e Veterinária, 22 unidades escolares, com uma matrícula geral de 980 alunos, sendo 10 do sexo feminino; para o comercial, 185 unidades, com 23.152 alunos, sendo 4.260 do sexo feminino. O ensino superior geral compreende os cursos jurídicos, com 14 unidades e com a matrícula geral de 3.200 alunos, sendo 20 do sexo feminino; o médico-cirúrgico e farmacêutico, com 56 unidades, matrícula geral de 7.604 alu-

nos, sendo 321 do sexo feminino; o filosófico e literário, com 2 unidades, matrícula geral de 65 alunos, sendo 3 do sexo feminino; o politécnico, com 16 unidades, matrícula geral de 2.370, sendo 27 do sexo feminino (*Estatística Intelectual do Brasil* – 1929).

É preciso apresentar, ainda, um último dado sobre a escola superior: a criação da Universidade do Rio de Janeiro.

A criação dessa Universidade estava prevista em dispositivo da Reforma Carlos Maximiliano, nos seguintes termos: "O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar." Essa autorização legislativa é utilizada para criar a desejada Universidade, o que ocorre pelo Decreto nº 14.343, de 1920. Reunidas aquelas instituições de especialização profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática, com uma direção confiada ao Presidente do Conselho Superior do Ensino, na qualidade de reitor, e ao Conselho Universitário; a Faculdade de Direito incorporada ficou dispensada da fiscalização, mas devia prover suas despesas exclusivamente com as rendas de seu patrimônio, sem outro auxílio oficial. O Regimento da Universidade do Rio de Janeiro foi aprovado no mesmo ano. Seu objetivo: "estimular a cultura das ciências, estreitar entre os professores os laços de solidariedade intelectual e moral e aperfeiçoar os métodos de ensino." Determinou-se, também, que, para os casos compreendidos no Regimento, prevalecerão as disposições da Reforma Carlos Maximiliano, mesmo as atribuições das congregações e dos diretores dos institutos de ensino superior que a compõem.

Simplificada e modesta a estrutura da primeira universidade oficial brasileira. Resultou da reunião de três faculdades tradicionais, sem qualquer medida de integração, cada uma conservando as suas características próprias. Não se consegue perceber na nova estrutura qualquer forma de realização do que ficou especificado na "Exposição de Motivos" do Decreto nº 14.343: "Dada a convergência de elementos valiosos, impõe-se a organização da Universidade do Rio de Janeiro, como agremiação dos estudos superiores, sob um laço forte e comum. Aí devem enfeixar-se todos os ramos do saber humano para o desenvolvimento e progresso das ciências, com o que se preparem os cidadãos a bem servir a pátria e conduzi-la aos seus gloriosos destinos." Por essa e outras razões mereceu crítica incisiva correta: "A União, por Decreto, criou a Universidade do Rio de Janeiro, isto é, deu este nome a uma lei que modificou o ensino

federal, criou alguns cargos novos, mexeu na organização burocrática e administrativa das escolas e julga ter resolvido o problema universitário." (Resposta de Artur Neiva ao *Inquérito* de 1926, *in* Fernando de Azevedo, *A Educação na Encruzilhada.)*

O Governo Federal firmou-se no propósito de manter a Universidade do Rio de Janeiro, nos moldes em que fora instituída, apesar das críticas feitas. Dispositivos da Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz mantêm a sua primeira organização; as Faculdades de Farmácia e Odontologia foram a ela incorporadas. E nessa mesma reforma foi dada autorização para criar universidades nos Estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Apenas Minas Gerais cria a sua universidade, pela Lei n° 956, de 1927, regulamentada pelo Decreto n° 7.921 do mesmo ano. A Universidade de Minas Gerais constituiu-se, como a federal, pela reunião da Faculdade de Direito, Escola de Engenharia, Faculdade de Medicina e Escola de Odontologia e Farmácia, existentes em Belo Horizonte. Seu objetivo: "Auxiliar a manutenção e desenvolvimento dos institutos a ela incorporados, estimular a cultura científica, promover o aperfeiçoamento do ensino, favorecer a solidariedade entre os corpos docentes e discentes, e concorrer para o engrandecimento intelectual e moral do Estado de Minas Gerais, em particular, e do Brasil, em geral."

A penetração da Escola Nova

Duas fases da penetração do Escolanovismo no Brasil interessam a este estudo. A primeira vai dos fins do período imperial até o final da segunda década deste século. Nela não se encontram, propriamente, a apresentação sistemática das idéias da Escola Nova nem a criação de instituições escolares organizadas de acordo com seus princípios. O que nela se encontra são alguns antecedentes, no sentido de modesta infiltração desta ou daquela idéia ou noção, ou condições facilitadoras da penetração posterior desse ideário.

Por se localizarem no período imperial, estes antecedentes vão ser apenas mencionados; a Reforma Leôncio de Carvalho, o "Parecer" de Rui Barbosa sobre a reforma da escola primária, a fundação de escolas pelas diversas correntes do protestantismo, o certame representado pela Primeira Exposição Pedagógica – antecedentes que de várias formas exercerão influência mesmo depois de implantado o regime republicano.

Logo após a Proclamação da República, encontra-se uma iniciativa importante com a criação e regulamentação do *Pedagogium* (Decreto n° 980, de 1890). Proposto como "centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a educação nacional", o *Pedagogium* alcançará seus fins mediante um museu pedagógico, conferências e cursos, gabinetes

e laboratórios, concursos para livros, exposições escolares, escola primária modelo, classe tipo de desenho e de oficinas de trabalhos manuais, e publicação de uma Revista Pedagógica. Considerado similar ao *National Bureau of Education* dos Estados Unidos, cria-se nesse centro o primeiro laboratório de psicologia experimental instalado no país (1897). Contribuindo também para abrir caminho para a aceitação da "nova pedagogia", devem-se mencionar as escolas-modelo criadas em São Paulo a partir de 1890, bem como o Jardim de Infância criado em 1896, quando foram introduzidos os princípios de Froebel e Pestalozzi, realçando-se, então, a importância do conhecimento da evolução psicológica do educando e da aplicação dos processos intuitivos de ensino. É a partir dessa época que se difunde o "método de intuição analítica" no ensino da leitura, tido como procedimento conforme o princípio decroliano de globalização. Gabinetes e laboratórios psicopedagógicos se instalam aqui e ali, cabendo ressaltar o da Escola Normal da Praça da República, em São Paulo, especialmente na fase em que foi dirigido por Ugo Pizzoli, especialista italiano convidado pelo Governo do Estado.

Juntamente com o desenvolvimento muito modesto dos princípios e com algum desenvolvimento dos estudos psicológicos, algumas idéias sobre a Escola Nova começam a aparecer na literatura educacional da época, como, por exemplo, no livro de Ciridião Buarque, *A Educação Nova* (1912), onde se menciona Thomaz Arnold, Demolins, Dewey, ao lado de afirmações sobre a *self-activity;* no de Sampaio Dória, *Princípios de Pedagogia* (1914), onde são citados Binet e Claparède, mostra-se a importância do método analítico na leitura, do método intuitivo, das leis da evolução da criança. No entanto, merece ser ressaltado o *Anuário do Ensino* do *Estado de São Paulo*, de 1917, pela forma de apresentação do ideário escolanovista, nessa primeira fase. Afirma-se, nele, a necessidade de cuidar do desenvolvimento integral do educando, de proceder ao seu estudo individual, de adaptar os programas a cada tipo de aluno: "As últimas descobertas da nova psicopedagogia inverteram, no ensino, o papel do professor e do aluno. O professor que falava para o aluno ouvir; que pensava pelo aluno; que aferia toda a classe pelo mesmo nível intelectual e a julgava capaz de acompanhá-lo com o mesmo proveitamento, há de ser substituído pelo professor que ouve o que o aluno diz; que provoca o seu raciocínio; que o considera como unidade psíquica, sob o ponto de vista intelectual, moral e volitivo (...). Não mais o programa norteará o ensino, mas o tipo de cada aluno será a nova bússola da educação. Fazer para aprender, mas fazer só, assistido, acompanhado do professor, é o processo

da escola nova (...) de maneira que os conhecimentos adquiridos pelo aluno não sejam mais do que resultados da sua própria atividade mental e física. É a *self-activity*, ou melhor, a *self-education*, dos anglo-saxões."

A segunda fase da penetração do escolanovismo compreende a década dos anos 20. As novas idéias estão presentes em muitas reformas, a começar pela reforma cearense, de modo restrito, para terminar com as reformas em Minas e Distrito Federal, de maneira ampla e mais sistemática. Pode-se dizer que até 1920 se situa a fase preparatória, e de 1920 a 1930 a fase das realizações concretas e dos seus frutos; ainda neste período percebe-se transformação qualitativa na literatura educacional brasileira, orientada nessa nova direção.

A propagação do ideário escolanovista processa-se juntamente com o movimento reformador, que lhe prepara o terreno, pois este expressa críticas ao modelo tradicional de escola. As novas idéias se desenvolvem, antes de tudo, em sua dimensão metodológica, com destaque, no processo de ensinar-aprender, do concreto, da observação e da atividade do aluno. A transformação da escola normal vem contribuir para enriquecer tais posições, dando-lhe bases "científicas". Difundem-se as chamadas ciências fontes da educação, como a Biologia Educacional, a História da Educação, a Psicologia, a Pedagogia Experimental, a Sociologia Educacional; em especial, a Psicologia aparece desdobrada em múltiplas denominações, como Psicologia do Desenvolvimento, Pedologia, Psicometria, Psicologia Educacional, Psicologia das Vocações, bem como engloba temas sobre a criança, o desenvolvimento humano, os interesses e necessidades, as diferenças individuais, os instrumentos de medidas (testes).

É nesse contexto que o movimento reformista vai aos poucos derivando para um movimento também remodelador, isto é, quando o entusiasmo pela educação dá origem ao otimismo pedagógico. Essa passagem começa com a reforma cearense, onde se encontram recomendações para o ensino baseado na observação, no aprendizado concreto e mais próximo da experiência do aluno, de modo a exercitar a sua curiosidade para a investigação, recomendações que apresentam o aluno como ser ativo, a ser compreendido pelas leis psicológicas. No "Regulamento da Instrução Pública", de 1923, lê-se: "Na cultura intelectual deve ser dada toda a preferência aos processos objetivos e práticos de ensino, procurando-se desenvolver o espírito de observação, verificação e de crítica dos fatos; educando a inteligência, não como mero armazenamento de noções, mas ensinando o aluno a aprender por si mesmo; fazê-lo observar, experimentar e executar; pô-lo em contato direto com as realidades, evitando a con-

fusão perniciosa entre *saber* e *dizer*." Além dessa luta contra o "psitacismo", firma-se a idéia de que "O professor é apenas um intermediário: o seu papel é o de estreitar e multiplicar as relações do indivíduo com o meio, não só aproveitando as circunstâncias, mas criando circunstâncias artificiais, das quais o aluno terá de sair, agindo e raciocinando, associando e abstraindo – organizando, enfim, a sua própria mentalidade." (Newton Craveiro, *A Evolução do Ensino no Ceará e a Reforma de 1922*). Esses princípios e recomendações podem ser perfeitamente percebidos na programação de disciplinas como Leitura, História, Geografia, Ciências, e verificadas no livro de leitura *João Pergunta*, de Newton Craveiro.

Outro nível é alcançado na remodelação da escola primária de Minas e do Distrito Federal, para mencionar apenas mais dois exemplos. Na remodelação mineira parte-se da proposição geral de que: "A infância não é um *pis-aller*, um tropeço que retarde a marcha do desenvolvimento e que se possa remover por processos mecânicos; é um estado necessário à formação e ao amadurecimento humano." Dessa proposição geral decorrem alguns princípios que definem melhor o novo modelo. "O primeiro princípio, portanto, a ser considerado pelo professor nos seus processos de ensino é que a criança não deve ser considerada do ponto de vista do adulto, mas do ponto de vista dos motivos e interesses próprios dela." Dois outros, integrados ao anterior, são assim expressos: primeiro, os programas de ensino devem ser elaborados de acordo com o uso que possam ter na vida, e não tendo em vista a quantidade de noções e conhecimentos – daí a adoção dos "centros de interesses", tomados de Decroly; segundo, "os processos de ensino devem ser o mais possível socializados", de modo a evitar o ensino passivo e receptivo, reforçando, assim, a idéia de que consiste num trabalho de colaboração entre professor e alunos (*Exposição de Motivos*, Decreto nº 7.970-A). Esse quadro de idéias e princípios escolanovistas está presente também no "Regulamento do Ensino Primário" e nas "Instruções para serem observadas nos programas de ensino"; no entanto, é preciso lembrar que, excluindo-se o programa de Noções de Coisas e o de Ciências Naturais, adaptados de Decroly, tudo o mais conserva as características da escola tradicional.

No Distrito Federal, o novo quadro se amplia e se enriquece, pois às coordenadas psicopedagógicas da remodelação mineira se acrescenta e se ressalta uma dimensão fundamentalmente social. Trata-se de uma "obra social", em vez de ser uma simples "renovação interior da escola": "A nova reforma do ensino inspirou-se (...) no propósito de dar à escola uma consciência profunda de sua tarefa social e nacional e de a aparelhar dos

meios necessários à realização dessa tarefa poderosamente educadora, tanto pela intensidade como pela extensão de sua influência. Mas essa obra de educação cívica e social não depende apenas da renovação interior da escola, na sua organização e nos seus métodos, com o objetivo de conformar o ensino com a criança e às leis de seu desenvolvimento." Concluindo: "A reforma não é apenas uma reforma de métodos pedagógicos. É a reorganização radical de todo o aparelho escolar, em vista de uma nova finalidade pedagógica e social."

Os princípios adotados foram os da escola única, escola do trabalho e escola-comunidade. Fundamentado na concepção de democracia social, o princípio da escola única traduz-se no imperativo de que a "educação deve ser uma para todos (única), obrigatória e gratuita", constituindo "um ponto de partida comum para todos os alunos dos meios diversos; como tal, é uma poderosa instituição de "aprendizagem da vida coletiva", de "realização da unidade nacional". Se a sociedade atual apóia-se na organização do trabalho, daí decorre o princípio da escola do trabalho: "É a escola em que a atividade é aproveitada como um instrumento ou meio de educação. Nada se aprende, senão fazendo: trabalhando (...). Assim, a tarefa da escola, além de criar e desenvolver o sentido democrático (escola única), poderá transformar-se num instrumento de reorganização econômica pela escola do trabalho. A reforma baseou toda a educação na atividade criadora e pesquisadora do aluno, estimulada pelo "interesse", que, permitindo desenvolver-se o trabalho com prazer, lhe dá o caráter educativo de que deve revestir-se na escola primária." Realçando o papel do trabalho em cooperação, o princípio da escola-comunidade é assim formulado: "A escola nova se propõe, por uma forma de vida e de trabalho em comum, a ensinar a viver em sociedade e a trabalhar em cooperação. O aluno não deve exercer a sua atividade isoladamente, mas, quanto possível, em grupos, em que a realização e a responsabilidade de um 'trabalho' sejam atribuídas a vários indivíduos, para se habituarem a agir em cooperação, afirmando a sua personalidade com espírito de disciplina coordenador de esforços individuais. (...) A classe deverá organizar-se como uma pequena oficina, de vida e trabalho em comum, onde cada aluno leve à tarefa coletiva a sua contribuição pessoal, trabalhando todos 'não já para o mestre, mas antes para a pequena sociedade de que fazem parte'." (Fernando de Azevedo, *Novos Caminhos e Novos Fins.*)

Na remodelação do Distrito Federal não houve filiação a esta ou àquela corrente do escolanovismo, como ocorreu em Minas. Os ideais de ordem pedagógica – afirmou-se – foram os mesmos que se encontram nas

obras de Durkheim, Kerschensteiner, Dewey, Lunatscharsky, Glöckel, Decroly, Claparède e outros, procurando-se identificar o "seu fundo comum", a sua "essência". É necessário um outro quadro para apreciar essa remodelação, pois só num segundo momento se deve levar a análise aos aspectos interiores da escola, tais como o currículo ou o trabalho docente. Estes são aspectos derivados de um outro de natureza mais ampla e profunda – o aspecto social – e, por isso, só devem ser considerados enquanto instrumentos ou "meios" para se alcançarem os "novos fins". A remodelação no Distrito Federal se afasta, nos seus fundamentos, da que se executou em Minas, da mesma forma que representa a integração dos ideais político-sociais que se vinham desenvolvendo desde o início do século com os ideais do escolanovismo que se desenvolveram na década dos anos 20. Finalmente, para se verificar o alto grau em que esse ideário impregnou os aspectos interiores da escola, é suficiente familiarizar-se com os "Programas para os Jardins de Infância e para as Escolas Primárias", especialmente o "plano esquemático para o ensino de conjunto", para os cinco anos da escola primária, dividido em três grandes áreas – a natureza e o homem, o trabalho, a sociedade.

Numa visão panorâmica, convém considerar ainda – com exceção do movimento remodelador do Distrito Federal – a posição relatada a seguir do otimismo pedagógico na década dos anos 20, enquanto estilo comprometido com o ideário da Escola Nova. Se no início desta década predominou um "modelo político" de percepção dos problemas educacionais e se, ainda nela, por meio da atuação do recente grupo de "educadores profissionais", substitui-se um modelo político por um outro às vezes estritamente educacional ou mesmo didático, com o otimismo se processa a substituição do modelo político por um outro de natureza "pedagógica". Tais estreitamentos representam segregação do processo educacional de coordenadas histórico-sociais concretas, tanto pela pregação da "pureza" das instituições escolares como pela justificação da predominância do "técnico" sobre o político" na discussão e solucionamento dos problemas.

A literatura educacional

O período republicano, de sua instalação até o final do segundo decênio deste século, foi pobre quanto a trabalhos sobre educação. Excluindo-se algumas obras – como *A Educação no Regime Republicano*, de Teixeira Brandão – que, em parte, mantêm o elevado nível das discussões do final do Império, e outras de nível menos elevado – como *A Educação Nacional*, de José Veríssimo, *O Brasil e a Educação Popular*, de Carneiro Leão, e ainda deste mesmo autor, *Problemas de Educação* – pouco resta de discussão doutrinária nas

obras da época. Nestas se encontram exposições genéricas dos problemas educacionais relacionados com o regime republicano, situando, também genericamente, os deveres do Estado na matéria.

A essas obras há que acrescentar algumas outras, de conteúdo mais particularmente pedagógico. Por exemplo: *Pedagogia Escolar,* de Pinheiro Bittencourt, *Princípios de Pedagogia,* de Sampaio Dória, *Noções de Pedagogia Experimental,* de Alípio Franca, O *Slöjd,* de Aprígio Gonzaga, além de traduções, como *Palestras sobre Ensino,* de Francis Parker, *A Arte de Ensinar,* de Emerson E. White, e *Palestras Pedagógicas,* de William James. No mais, grande parte dos trabalhos se encontra no Congresso Nacional, de maneira que seus *Anais* constituem a principal fonte para o seu conhecimento. Não se deve esquecer, entretanto, dos trabalhos elaborados pelos órgãos da administração escolar, federais e estaduais, como os relatórios dos Ministérios e Secretarias da Justiça e Negócios Interiores e da Agricultura, Indústria e Comércio. É essa a herança deixada pela Primeira República até 1920.

A partir de 1920 percebe-se tanto um aumento quantitativo de obras como uma alteração qualitativa, quando se podem apontar quatro grandes conjuntos.

O primeiro é composto pelos trabalhos ligados às pregações nacionalistas. São obras de doutrinação, relacionadas especialmente com a difusão da escola primária; realçam os aspectos quantitativos da situação e se caracterizam, também, por apresentar sugestões práticas para a solução dos problemas. Além disso, nelas se conserva o modo de percepção quase exclusivamente político e social de análise, pois a educação continua sendo percebida como instrumento de transformação da ordem social. Não aparecem preocupações de natureza didático-pedagógica. De modo geral, apresentam uma imagem retórica da problemática educacional, no sentido de que apelam aos sentimentos, a determinados fins e valores, sem cuidar da situação social, política, econômica e cultural – apesar disso, além de animarem as discussões, apontaram o fenômeno das diferenças regionais e estaduais quanto às possibilidades de extensão das oportunidades de educação. Exemplos: *Sugestões sobre* a *Educação Popular no Brasil,* de Orestes Guimarães; *A Educação Nacional,* de Mário Pinto Serva; *No Brasil só Há um Problema Nacional: a Educação do Povo,* de Miguel Couto; *O Melhor Meio de Disseminar o Ensino Primário no Brasil,* de Oswaldo Orico.

O segundo conjunto apresenta trabalhos de natureza pedagógica geral. Aqui é antes de tudo o “especialista” que faz as afirmações.

Procura-se mostrar a necessidade de análise técnica dos problemas, de introdução de uma perspectiva científica no seu tratamento, quando o científico significa, principalmente, aplicação dos conhecimentos psicológicos. Por esse caminho, deixa-se de lado a imagem político-social até então predominante, aquela que se firmava em princípios republicanos e democráticos.

Três são os principais núcleos desse conjunto. No primeiro encontram-se publicações que analisam a educação a partir de esquemas pedagógicos mais amplos, em que, na maioria dos casos, a pedagogia é apresentada como ciência "experimental". Predominam questões teóricas e práticas de assuntos intra-escolares – papel dos órgãos dos sentidos, crescimento físico, questões de aprendizagem, problemas metodológicos. Pertencem a esse núcleo: *Escola Brasileira*, de João Toledo; *Lições de Pedagogia*, de Maria Lacerda de Moura; *Noções de Pedagogia*, de Ferreira Magalhães; *Pedagogia Científica*, de Deodato de Morais. O segundo núcleo compreende obras de caráter essencialmente didático, para não dizer exclusivamente metodológico. A preocupação é sistematizar o conjunto de normas técnico-pedagógicas a serem empregadas na condução das classes e no ensino das disciplinas; apresentam, portanto, um maior estreitamento na percepção da problemática educacional. São exemplos desse núcleo: Sampaio Dória, *Como se Ensina;* Afrânio Peixoto, *Ensinar a Ensinar*; Evilásio A. de Souza, *Moderna Concepção do Ensino*; Antônio Ribeiro de Castro Lopes, *Sinopse de Pedagogia e Metodologia Didática;* Harold G. Sheridan, *Aprender a Ensinar.* No terceiro núcleo se encontram obras que se destacam pela apresentação de questões sobre os instrumentos de medida, tanto psicológica como pedagógica. São publicações sobre testes, assunto dos mais prestigiosos da época, que aparecem como recurso ultrapoderoso para a perfeita organização escolar, para a orientação vocacional e profissional, para a classificação dos alunos e diversificação da educação. Nelas se propõem problemas técnicos, de natureza matemático-estatística; incluem-se "adaptações" às condições brasileiras. Constituem exemplos: Medeiros e Albuquerque, *Testes;* C. A. Backer, *O Movimento dos Testes*; Isaías Alves, *Teste Individual de Inteligência*; M. Bomfim, *O Método dos Testes*; Paulo Maranhão, *Escola Experimental;* Henri Pieron, *Psicologia Experimental*; Binet e Simon, *Testes da Medida da Inteligência.*

O terceiro conjunto é formado pelas publicações em que se procuram apresentar quadros histórico-descritivos da educação brasileira. Mais do que outras, essas obras refletem a ausência de esquema analítico mais com-

preensivo; enquanto levantamentos, apresentam uma prestação de contas do que se realizou, bem como indicam a necessidade de rever as bases, geralmente legais, em que se sustenta a educação. Em geral, o balanço é pessimista, e nele se misturam desilusões quanto à capacidade de o regime republicano desincumbir-se de suas obrigações com a educação, especialmente a de grau primário. A este terceiro conjunto pertencem os seguintes trabalhos: M. Santos de Oliveira, *História da Instrução Pública;* Sud Mennucci, *100 Anos de Instrução Pública*; Afrânio Peixoto, *Cem Anos de Ensino Primário*; Dodsworth Filho, *Cem Anos de Ensino Secundário.*

O quarto e último conjunto compõe-se de obras que são mensageiras do movimento escolanovista. Apresentam panorama mais abrangente da história e dos sistemas da Escola Nova. Nelas se firmam os estudos pedagógicos no Brasil – nelas é que se observa mais claramente a substituição de modelos meramente educacionais ou políticos por outros de natureza pedagógica. Desse quarto conjunto foram selecionadas as seguintes publicações: *Aspectos Americanos de Educação*, de Anísio S. Teixeira; *A Escola Decroly e a Aplicação de seus Processos no Estado de Minas Gerais*, de Júlio de Oliveira; *A Escola Ativa e os Trabalhos Manuais,* de Corinto da Fonseca; *O Método da Pedagogia Científica Aplicado à Educação Infantil nas Casas dos Meninos*, de Maria Montessori; Ed. Claparède, *A Escola e a Psicologia Experimental;* Adolphe Ferrière, *A Lei Biogenética e a Escola Ativa;* Decroly e Monchamp, *Iniciação à Atividade Intelectual e Motora pelos Jogos Educativos*; Amélie Hamaîde, *O Método Decroly.*

É preciso ainda mencionar dois importantes acontecimentos ocorridos na década dos anos 20: o aparecimento de duas coleções de livros especializados sobre educação. São acontecimentos inéditos, pois até essa época eram casuais as preocupações das editoras nesse campo. A primeira coleção recebeu o nome de *Biblioteca de Educação*; foi organizada em 1927 por Lourenço Filho e publicada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. Pela biblioteca do "naturalismo pedagógico" – como seria chamada um pouco mais tarde pelos intelectuais católicos – foram publicados, no período de 1927 a 1930, cerca de 10 livros, abrangendo diversos aspectos, como os de natureza psicológica, biológica e sociológica. Difundem-se as idéias de Piéron, Claparède, Durkheim, Binet e Simon, para só mencionar os autores estrangeiros. O segundo empreendimento foi a *Coleção Pedagógica,* dirigida por Paulo Maranhão desde 1929, ano em que foi organizada. Tinha a responsabilidade da editora F. Briguiet & Cia., do Rio de Janeiro. Já em 1929 haviam sido publicadas três obras traduzidas e adaptadas ao meio brasileiro, de autores representativos da chamada "escola ativa", entre as quais se destacam os trabalhos de Decroly.

A herança da Primeira República

A exposição feita resume o conjunto de aspirações e realizações da Primeira República – a República Velha – no campo da educação. Tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, ela não consegue realizar parte das aspirações propostas.

As tentativas efetuadas para desenvolver o sistema escolar brasileiro acabavam perdendo a sua força inicial, frustrando-se na luta contra as condições existentes.

Estas condições são de natureza diversa. Abrangem, inicialmente, as características da camada intelectual interessada na discussão e planejamento do processo educativo, sejam educadores profissionais, sejam outros profissionais preocupados com o problema. Além dos elementos já fornecidos, as discussões constantes de inquéritos, congressos e conferências de educação, efetuados no final da Primeira República, continuam mostrando o quanto se estava afastado de uma solução ampla e racionalizadora. De um modo geral, neles foram propostas e analisadas questões muito particulares, isoladas e de importância secundária, bem como questões muito gerais, estas presas a exemplos estrangeiros; disso resultava, de um lado, a ausência de um plano orgânico de reconstrução educacional, de outro, a desconsideração da situação histórico-social brasileira. Em síntese, em tais análises coletivas perduram exposições genéricas e pouco sistemáticas e amadurecidas, salvo algumas exceções. Essas afirmações valem tanto para a Conferência Interestadual de Ensino Primário (1921), como para o 4º Congresso Brasileiro de Instruções Secundária e Superior (1922), também para as Conferências Nacionais de Educação (1927, 1928 e 1929) e para o inquérito sobre o Problema Universitário Brasileiro (1928), promovidos pela Associação Brasileira de Educação (fundada em 1924 por Heitor Lira). De toda essa reflexão, apenas o *Inquérito* (1926) de Fernando de Azevedo distancia-se das características apontadas, mas, nesse caso, é preciso lembrar que essa afirmação é especialmente válida para o trabalho de síntese do autor.

Um apanhado geral da educação na República Velha mostra o seguinte: a inexistência de dispositivos constitucionais configurando um projeto amplo e sistemático para a educação nacional; a ausência de órgãos administrativos superiores – Ministério e Secretarias – para tratarem exclusivamente dos serviços da educação nas esferas federal e estadual; a falta de um plano nacional de educação; a permanência de um sistema escolar sem disciplinamento interno para integrar graus e ramos. Especificando alguns dados, verificam-se estes indicadores: pequena difusão da escola primária; esforço para profissionalizar a escola normal; escolas técnico-profissionais conservando seu caráter assistencial; uma escola secundária segregada no

sistema, feita parceladamente, e impossibilitada de se constituir numa instituição para a educação da adolescência; escolas superiores orientadas exclusivamente para as carreiras profissionais tradicionais e a universidade significando apenas reunião de escolas de especialização profissional, com um frouxo esquema burocrático. Enquanto tendência geral sintomática, verifica-se um esforço para fortalecer a superintendência federal – centralização – sobre as escolas secundária e superior, tanto do ponto de vista administrativo como normativo, que se manifesta pela fixação de padrão a ser obedecido por todas as escolas. Essa tendência vai se alargando, abrangendo também a escola técnico-comercial, mas não consegue ainda, apesar dos ensaios, atingir a uniformização das escolas primária e normal.

É preciso pensar que a matriz desse estado de coisas se encontra nas condições histórico-sociais existentes, que esclarecem tanto os padrões de pensamento da camada intelectual interessada nos problemas educacionais como os níveis de realização alcançados. Deste prisma, verifica-se a persistência de uma estrutura agrária sustentada, basicamente, pela produção e comercialização do café para o mercado externo; a permanência do sistema coronelista – base da política dos governadores – impedindo a formação de grupos políticos com raízes ideológicas diferenciadas e com atuação não apenas eventual; a continuação de uma estrutura de classes sociais pouco diversificada, na qual apenas a burguesia agrário-comercial apresenta polarizações bem definidas. O que já se observa, igualmente, é a existência de uma sociedade semicolonial que vai apresentando, aos poucos, indícios de uma formação capitalista. E nesta passagem de uma formação social para outra são surpreendidos vários movimentos político-sociais e correntes de idéias, uns procurando sustentar a ordem vigente, outros tentando subvertê-la (movimentos revolucionários de 22 a 30 – tenentismo-maximalismo, catolicismo, verde-amarelismo, modernismo...).

Se os indícios dessa passagem de uma formação para outra coincidem com o desenvolvimento do entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico, que se mesclam com movimentos políticos, sociais e culturais, resta saber como procederá o grupo no poder, após decretar a morte da República envelhecida. Vitorioso o movimento revolucionário de 30, a esperança de uma nova educação para uma nova sociedade embriaga muitos espíritos.*

* Para realizar este balanço da educação na Primeira República, o autor usou, amplamente, dois de seus trabalhos: *Educação e Sociedade no Brasil, 1920-1929*, e *Introdução da Escola Nova no Brasil (Antecedentes)*.

CAPÍTULO II

AS LETRAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A PRIMEIRA REPÚBLICA aparece-nos hoje, a distância, como um feixe de instituições tão marcadas que, ao pensarmos nela, evocamos um período de fisionomia própria, de contornos definidos. E a chamamos de República Velha com o sentimento de falar de algo bem passado, se não morto.

Matéria de pura memória, retratos pendentes da parede de quartéis e salas ministeriais parecem ser aqueles seus fundadores, varões cenhudos saídos da Escola Militar, meio comtianos, meio spencerianos, implacavelmente leigos e patrióticos. E em contraponto, forçando a voz para dominar o coro, outros varões-barões, do Direito e do Café, que, mais que os afoitos Marechais Deodoro e Floriano, regeriam a política brasileira, de Prudente a Washington Luís.

O republicanismo das armas foi cedendo terreno (a princípio a duras penas, depois pela força das coisas) à sagacidade dos fazendeiros e dos bacharéis que, diretamente presos à economia de base, realizavam com maior desenvoltura a união de interesses e poder.

Evocamos, ao lado dos governantes, uma diplomacia numerosa, um aparato burocrático notável, civil e militar, concentrado nas cidades, principalmente no Rio, capital oficial e real da República. Depois, a imensa retaguarda rural, quase toda mestiça, dominada pelas oligarquias da Província. Manchas crescentes de imigrantes começam, desde os fins do século, a mudar o pano de fundo, mas só pouco a pouco a sua existência se foi impondo como fenômeno carregado de significação para a vida nacional. Marechais, Almirantes, Presidentes, Governadores ("Presidentes de Estado"), funcionários, fazendeiros, coronéis e "coronéis", colonos e um povo de mulatos, cafuzos, imigrantes. Nessa República, que se desejava nova, quase tudo vinha como herança de cinqüenta anos de um Império bastante estável.

As novidades procedem, em geral, do alto: vem de cima a aura mística em torno de palavras de ordem como *Pátria*, *Nação*, *Progresso*, *Ciência*, *Lei*. Os valores mais antigos, espalhados pela primeira geração romântica, que se formara nos tempos da Regência, haviam sido oficializados por Pedro II e o seu *piccolo mondo palaciano*: entre eles, um nacionalismo tinto à conservadora que se explicava pelo compromisso em que se fundara a nova nação, a única em toda a América que não se constituíra em República, a única que mantivera o vínculo com a dinastia da Metrópole. Mas com a ascensão dos repúblicos propõe-se, verbalmente, no Brasil de 1889, o que se pretendera fazer, de fato, nos outros países da América desde o começo do século XIX; implantar um regime democrático e leigo. Cinqüenta anos de Império, porém, não transcorreram em vão. Tinham evitado a formação do caudilhismo, por exemplo. Mas tinham criado e enrijecido expedientes jurídicos e eleiçoeiros entre poder e governados, a tal ponto que nada pôde fazer o novo regime para chamar as várias classes a um processo de interferência adulta na vida política.

As primeiras obras vivas sobre os conflitos do Brasil real

Algumas das obras mais vivas compostas no começo do século elegeram por tema a distância, ou o difícil contato, entre as diversas faixas do Brasil real, incluída a oficial, que parece, às vezes, infra-real. *Canaã* de Graça Aranha, *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Numa e a Ninfa* de Lima Barreto, *Madame Pommery* de Hilário Tácito formam constelação quando agrupadas pelo tema geral dos contrastes, que exploram, entre fenômenos móveis até a dramaticidade e instituições que os ignoram soberbamente, quando não os agridem de modo cego, irracional. O conflito entre os jagunços do Conselheiro e as tropas oficiais, matéria de *Os Sertões*, é exemplo obrigatório na boca dos que denunciam aqueles descompassos.

O historiador das letras terá de situar e entender tanto essas obras tensas, saídas de fissuras ou de verdadeiros rachos na consciência dominante, quanto outras e numerosas páginas que se engendraram como simples variantes sonoras dos discursos-em-curso. Aquelas, que apontam para o futuro, enquanto crise e modernidade, serão consideradas depois destas, que exprimem melhor o peso do idêntico, aquilo que Lévi-Strauss chamou "inércia das estruturas".

Realistas e estilistas

Os nossos melhores prosadores realistas afirmaram-se ao longo do Segundo Império e passariam, quase todos, de uma juventude romântica e liberal para uma maturidade entre naturalista

e cética. Há, no enorme intervalo que separa o traço grosso de *O Cortiço* do arabesco sutil de *Dom Casmurro*, um espaço comum: o da certeza de que os homens e as coisas são assim, assim mesmo; e que é vão lutar contra o destino, seja ele feito dos poderes do sangue ou com as manhas do interesse e do amor-próprio. As páginas mais vivas de Aluísio (penso nos movimentos de gente que o seu romance apanha) e o roteiro todo de Machado de Assis oferecem, com menor ou maior senso das mediações, a anatomia do desejo e do interesse como a verdade constante do homem. Fazem-no, porém, em termos de organização verbal eficaz, de sorte que o mundo descrito não se perde na descontinuidade das sensações, mas se subordina ao poder de síntese de que só é capaz um ponto de vista unitário.

Essa interação feliz de "ponto de vista" e "procedimento literário", que faz a grandeza daquelas obras, raramente acontece no período intervalar que nos ocupa, e que vai do crepúsculo do Realismo à irrupção dos modernistas. Falta nesses anos o texto que mostra na forma o esplendor do conteúdo. Os extremos de Coelho Neto e Lima Barreto provam a asserção: um estilo à procura de assunto; um assunto à procura de estilo.

O certo é que os modos de uma escrita de representação "fiel" da sociedade constituíram, para a segunda geração do Realismo-Naturalismo, apenas um legado, não uma conquista. Era ler Zola e Maupassant, Eça e Aluísio. Nestes se aprendia, já feita, a arte da palavra precisa que dava para o mordente e, contraponto exato da idealização romântica, recortava com prazer o degradado e o grotesco. Neles se aprendia a imbricar o natural e o social e a preferir aos vastos cenários selvagens os ambientes estreitos da cidade, o seu clima opressivo e morno.

Mas o aprendizado da forma ou dá a felicidade da expressão justa, ou contrai-se no estilismo. Vício de epígonos, este é mal sem remédio dos que começam pela literatura por causa da literatura e acabam na literatura para a literatura ou na literatura da literatura. A forma viva, como a definia De Sanctis, concebe-se junto com a significação. Quando há divórcio, fica-se aquém ou além da síntese estática. Um dos modos desse desajuste vem com o uso decorativo do procedimento lingüístico. Então, a herança de uma linguagem plástica e concreta, em vez de posta à disposição de uma nova sondagem do real (ou do imaginário), é fruída sensualmente, logo malbaratada em pastiches que traem a escassez da invenção. Quem não percebe na "opulência" do vernáculo de Coelho Neto antes o gosto do raro e do precioso que o acicate da precisão? E não foi essa, em outro gênero, a glória literária de Rui Barbosa, alicerçada nos tesouros da sinonímia e da antonímia?

A belle époque literária

Há muito de reificação e de fetiche nessa busca da palavra difícil que nada tem a ver com a leveza lúdica do achado expressivo. E é nesse clima rarefeito ao extremo que, para defesa e ilustração da dialética, melhor se espelha a socialidade imanente da escrita. Porque o estilismo se crê gerado no âmago da sensibilidade, nos refolhos do eu criador e, no entanto, nada esconde: os seus segredos são os do salão e do café literário para os quais foi laboriosamente montado. A vaidade da *belle époque* excitava-se com essas franjas sonoras que surtiam o efeito de um minuto.

Quando Afrânio Peixoto definiu a literatura como "sorriso da sociedade", sabia o que estava dizendo. Os seus romancinhos caboclo-mundanos, as conferências sobre o riso e a lágrima, as crônicas de Bilac e João do Rio, os sonetos de ocasião, os contos-miniatura em vinhetas roxas, as revistas *Kosmos, Renascença, Floreal* e *Fon-Fon!, a* discurseira de mesa, as longas sessões na Academia, que vive uma das suas fases socialmente mais ativas, todo esse uso prestigioso de uma linguagem bem codificada (a época é dos puristas e de calhamaços sobre colocação de pronomes) significa o usufruto de um legado de técnicas expressivas forjadas pela literatura da segunda metade do século XIX, não excluídos os achados de Alencar e Manuel Antônio de Almeida.

A mecanização dos processos de mimese vira descritivismo, a que foi somado o emprego de termos raros, arcaicos ou técnicos: é o que acontece na prosa de Coelho Neto e, com função mais dramática, na de Euclides da Cunha; é o que acontece com o jornalismo sério do começo do século, cujos artigos estão semeados de termos de ciência extraídos do jargão evolucionista.

O pós-naturalismo e o gosto pelos temas mórbidos

Um dos caminhos abertos à prosa do pós-naturalismo foi o da ênfase mal entendida no *termo próprio*. Um pedantismo de curto fôlego segue-se às grandes sínteses expressivas que são *O Ateneu*, *Dom Casmurro, Quincas Borba*, *O Cortiço, Dona Guidinha do Poço*. No nível da narração, alastra-se o gosto de enredos tétricos, mórbidos; no da construção das personagens, o abuso do tipo com todo o luxo dos planejamentos físicos e morais. A ficha clínica, estilizada, parece ser o modelo a que obedece um Coelho Neto ao elaborar os seus manequins cheios de tiques e sestros. Jorge Soares, protagonista de *Inverno em Flor*, é acompanhado pelo romantista desde o nascimento: conhecem-se a sua infância, os primeiros brinquedos, os estudos; insiste-se na aparente normalidade da vida de um *filiusfamiliae*, que, no entanto (e aí entra o determinismo requentado), traz em si os

germes do desequilíbrio herdados da mãe, cuja insanidade só se manifesta quando Jorge chega à juventude. Para o prosador maranhense, o essencial era a possibilidade de descrever e amplificar os vários aspectos da degeneração erótica e da loucura. O fato aberrante, a anomalia física ou moral servem de correlato "naturalista" à disponibilidade de uma linguagem que se deseja fiel, mimética...

A curiosidade será o traço mais saliente dessa psicologia literária que, pretendendo ser original a todo transe, não consegue tocar o estado de graça da invenção. O exemplo de Coelho Neto é apenas o mais vistoso. A galeria das páginas de afeito do pré-modernismo não se esgota nos seus livros. João do Rio conta casos de psicoses femininas em meio a frases do tipo "O chiquê é a essência do amor". O resultado é de uma "vulgaridade fulgurante", para usar a expressão com que Tristão de Ataíde definia romances da época. O vezo do grotesco ou do aberrante serve de mola a contos como "O Bebê de Tarlatana Rosa", do mesmo João do Rio, caso de uma morfética que vai disfarçada a um baile de carnaval; e as histórias "pesadas" de Monteiro Lobato ("O Bugio Moqueado", "O Bocatorta") já misturam necrofilia, canibalismo e província, receita que terá cozinheiros atentos nos regionalismos mineiro e goiano.

Os processos de descrição naturalista, trabalhando matéria rústica ou pseudo-rústica, puseram-se à caça de dados patológicos. Ao lado da vertente mórbida, instaura-se uma retórica da selva tropical de que é exemplo acabado o romance amazônico de Carlos Vasconcelos, *Deserdados* (1921). O estilo dessa obra, hoje quase ilegível, editada às vésperas da Semana de Arte Moderna, não inova em parte alguma, ficando impermeável à riqueza de sensações que o tema evoca. A mediação da literatura consagrada impede o autor de explorar eficazmente, no plano expressivo, o impacto da amazônia: ele se perde em construções do tipo "estendal apavorante", "rio letífero", "famigeragem multifária", "deserdado êxul", "provações exaustinantes".

Estaria o estilismo de segunda mão condenado à futilidade ou ao estertor naturalista? Talvez sim, se o contexto social e cultural do país fosse um bloco homogêneo e estável, e se nada solicitasse o escritor além do desejo de exercer-se no código literário recebido, deixando-se ir, na escolha dos temas, à deriva de uma curiosidade fácil. Mas a realidade movia-se e, movendo-se, diferenciava-se.

Como se ia configurando a vida nacional? As Províncias, agora Estados de uma República federativa, passaram a gozar, com o novo regime, de uma crescente autonomia que não veio naturalmente por decreto,

mas representava a forma externa, jurídico-política, de um processo desencadeado no Segundo Reinado. As economias regionais, sobretudo as de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, havia muito lutavam contra o centralismo da Monarquia que, por sua vez, aparara os gumes dos interesses localistas, relegando a Província a um apagado segundo plano e absorvendo-a nos jogos de poder da Corte.

O regionalismo literário

A linha mestra da República (com a exceção breve dos anos de estréia, militares) propiciou a consolidação das subculturas regionais, mormente daquelas que já dispunham de estruturas materiais e políticas sólidas ou em expansão. O *regionalismo* do primeiro vintênio (que sobreviverá, aliás, ao estouro cosmopolita de 22) tem um *facies* muito mais definido que o sertanismo romântico. É intencional, pensado, culto, às vezes polêmico. A consciência aguda dos *valores* mineiros, paulistas, gaúchos – que deixa para a retórica da ideologia geral o vago amor à brasilidade – é traço cultural e emotivo que não encontrara condições felizes para espessar-se durante o Império. A República foi, na sua fase mais equilibrada, uma construção de fazendeiros ou bacharéis das Províncias em ascensão: o que deu uma consistência ideológica a grupos locais e acabou envolvendo certa *praxis* literária que se propunha reproduzir as realidades mais próximas do escritor.

O regionalismo anterior a 22 terá pontos de contato com a literatura do sertão, paisagista e romântica, que vai de Alencar e Bernardo Guimarães ao Visconde de Taunay; mas dela se distingue por uma co-naturalidade mais evidente com as fontes: daí, a maior coerência cultural que, por exemplo, os *Contos Gauchescos* exibem em relação ao Gaúcho alencariano. Por outro lado, o tom panfletário de Franklin Távora (*O Cabeleira*) remetia a um contexto social em decadência: o da economia açucareira do Nordeste a que se oporá, já nos fins do Império, as economias paulista e mineira.

A proposta do regional em Valdomiro Silveira, Hugo de Carvalho Ramos e Simões Lopes Neto não sabe a mera evasão bucólica nem a vago protesto localista: dispõe, ou crê dispor, de maior proximidade com o objeto tematizado e integra-se plenamente na cultura dominante das respectivas regiões. Esses escritores de província começam a pensar seriamente e orgulhosamente em termos de uma *cultura caipira*, de uma *cultura gaúcha*, às quais dão toda atenção e respeito. Amadeu Amaral, homem profundamente radicado nos modos de viver e pensar de São Paulo pré-modernista, coleta vocábulos e expressões do interior e publica, em 1920, um volume até hoje insubstituível, *O Dialeto Caipira*, dedicado a

Valdomiro e a Cornélio Pires. A fala paulista aparece, aí, dignificada pela constante aproximação com o português arcaico. O vetusto vernáculo e o caipira legítimo darão o tom estilístico à prosa de Valdomiro Silveira, nos *Caboclos*, contos escritos entre 1897 e 1915.

Essa busca do registro folclórico, esse cuidado com a fidelidade na transcrição da fala rural assentam em uma atitude que não é, na raiz, científica. Trata-se de reconhecer e de valorizar o fundo étnico, os *mores* provincianos, de manter o seu caráter peculiar, irredutível à cultura citadina, "estrangeirada". Sem dúvida a literatura regional é sempre saudosista, mas a da Primeira República parece ter ainda o ar de uma escrita muito rente às experiências do autor: nos *Caboclos* de Valdomiro Silveira, nos *Contos Gauchescos* de Simões Lopes Neto, nas *Tropas e Boiadas* de Hugo de Carvalho Ramos, a mitização envolve tão discretamente o leitor que não é difícil tomá-la pela mais pura fidelidade.

Na formação desse estilo há avanços e recuos da oralidade popular em face da prosa culta, aderente à perspectiva "alta" do narrador. Em Coelho Neto, em Alcides Maia, em Afonso Arinos, a fala rústica comparece entre aspas, mesmo quando estas são materialmente omitidas. O pitoresco é assim posto em relevo. O fundo da tela e a moldura ornamental são acadêmicos:

"Sentados na soleira da palhoça, em face do verde campo, à hora vesperal em que os rebanhos recolhem, o velho Firmo e eu fumávamos, relembrando passagens alegres da vida de outrora.

Firmo era meu companheiro quando eu ia passar as férias na roça. O que ele sabia de histórias!, como as contava fazendo a voz enternecida e meiga para imitar as princesas que imploravam ou arremetendo com vozeirão terrível para que eu tivesse a impressão exata do bradar horrível dos gigantes antropófagos. E não só histórias dos livros, outras sabia que eu jamais em letras vira: a que descrevia a iara branca seduzindo o remador do Itapicuru e o conto do curupira, com que no bom tempo faziam cessar a minha impertinência. Algumas eram inventadas por ele, diziam; outras o velho Firmo, vaqueano e andejo, aprendera por esses sertões de Deus por onde caminhara.

....

Velho, embora, "ninguém lhe chegava ao pé sem muito jeito", como ele próprio dizia sorrindo com seus dentes limados, agudos como pontas de frechas. Apesar de alquebrado e enfermo, andava com arrogância e notava-se-lhe na voz, áspera e forte, o hábito de comando.

Mãezinha, a velha mucama de casa, quando o via passar no caminho, curvado, pitando o seu cachimbo de taquara, dizia maldosa:

– *Isso*, ahn! *isso* foi o diabo!

Firmo "vivia encostado no tempo de dantes", a saudade era o seu conforto. "Hoje em dia qu'é qu'a gente vê? má língua e moleza só", dizia e citava os valentes d'antanho e mostrava as velhas gabando-lhes a beleza que a idade fanara."

("Firmo, o Vaqueiro", em *Sertão*, de Coelho Neto)

Já em Valdomiro Silveira, a expressão cabocla é mancha de óleo que se estende pelo tecido da narração: há um sóbrio convívio do rústico e do culto, que têm em comum a faixa de uma língua arcaizante:

"Ora, um dia, estava o Pedro Mariano sentado em riba duma pedra, rente mesmo co'a capela, por volta das quatro da tarde, e escuitou que ia indo p'r'o cemitério aquela carrocinha preta que levava os pobres. Tinha já prontas umas par de covas, e levantou-se p'r'ajudar a carregar o corpo novo, porque afinal o acompanhamento dos defuntos, por então, era' os poucos passarinhos que vivem no cerrado, como a cadorna e o saci. Quem foi agora na boléia já não era pessoa conhecida, que sim um vindouro da Mococa, por nome Antônio Cabeça. (...)

– Ó seu coveiro, venha-me dar um reforço, que esta biraia tem muito pecado, pesa que é um Deus-nos-acuda!

O Pedro adiantou-se, c'um passo mesurado, segurou a moça p'ros braços, enquanto o Cabeça a conduzia p'r as pernas, e foram-na deitar sobre o monte de terra fresca, 'o pé da última cova aberta. E como o Cabeça estava meio tocado, pôs a ponta do cabo-de-relho na pestana, e pegou a cantar um verso lacaio; depois botou os joelhos na beirada da cova, e disse:

– Seu coveiro, de certo nós não podemos encomendar esta mundana! Pois então que vá p'r'o chão, que diabo! Se eu inzono muito aqui, já os defuntos lá da cidade 'garram a chorar de saudades de mim. Bamo' decidir co' isto!

O Pedro ergueu a ponta do lençol que encobria o rosto da moça, e deixou-o cair p'r'uma banda, tanto as mãos lhe tremeram. Ficou tempo esquecido olhando aquelas feições de mulher-da-rua, que estavam agora amarelas e como que intumescidas, onde os olhos meio abertos pareciam de boneca das que falam. Sentiu vergarem-lhe os joelhos, e ia rolar p'r'a

cova, quando o Cabeça o amparou, gosmando estas palavras com ar até de riso:

– Olhe que quem vai é ela, não é vancê, seu coveiro!"

("Os curiangos", em *Os Caboclos*)

É o ponto médio: o equilíbrio de inclusão e exclusão na prosa regionalista anterior a 22.

O tento mais alto, porém, só é lavrado quando se assume a oralidade de tal modo que não se corra o risco de cair no discurso sobre a vida rural, nem a transcrição aspeada da prosódia caipira. A síntese de construção artística e tema folclórico – que seria a conquista de Mário de Andrade e de Guimarães Rosa – é exceção na prosa antemodernista: alguns passos de Simões Lopes Neto dão a medida de um gosto certeiro no ato de transpor o mito e fazer dele prosa poética.

Nos *Contos Gauchescos* a expressão metafórica se planta no meio de uma escrita direta e chãmente narrativa, o que dá ao procedimento de estilo um realce que se perderia em um contexto "farfalhante". Alguns exemplos:

"– Pois, amigo! Não lhe conto nada! Quando botei o pé em terra na ramada da estância, ao tempo em que dava as – boas-tardes! – ao dono da casa, agüentei um tirão seco no coração... não senti na cintura o peso da guaiaca!

Tinha perdido trezentas onças de ouro que levava, para pagamento de gados que ia levantar.

E logo passou-me pelos olhos um clarão de cegar, depois uns coriscos tirante a roxo... depois tudo me ficou cinzento, para escuro..." (*Trezentas Onças*).

A imagem final, produzida pela série de impressões de luz e de cor, reaparece em outros passos: o vaqueiro, agoniado com a perda das moedas, resolve matar-se para fugir à pecha de ladrão; mas a luz das Três Marias refletida no córrego, a presença do cão, do potro, do grilo dão-lhe forças para viver e enfrentar o patrão; e é a luz que, de novo, serve de veículo simbólico para a presentificação do estado de alma:

"– Patrício, não me avexo duma heresia; mas era Deus que estava no luzimento daquelas estrelas, era ele que mandava aqueles bichos brutos arredarem de mim a má tenção... (...) Eh-pucha! patrício, eu sou mui rude... a gente vê caras, não vê corações...; pois o meu, dentro do peito, naquela hora estava como um espinilho ao sol, num descampado, no pino do meio dia: era luz de Deus por todos os lados!..."

Em "O Menininho de Presépio", a representação de um beijo antecede o modo rápido e fusional de evocar imagens com ressonância emotiva, modo que um Guimarães Rosa iria explorar no conto "Substância", também centrado na presença do êxtase amoroso: "As mãos se encontraram... e num de-repente num silêncio, num tirão das suas almas, na pressa e no lusco-fusco, perto da gentama, numa relancina de corisco, as duas bocas famintas se encontraram..."

Em "Batendo orelha!", a técnica do paralelo em contraponto aplica-se ao nascimento, vida, paixão e morte de um potrilho e de um garoto pobre do pampa. Os períodos que se alternam são ditos com discrição e vigor, evitando o convencionalismo que ronda toda narrativa regional:

"Nasceu o potrilho, lindo e gordo, filho de égua boa leiteira, crioula de campo de lei.

O guri era mimoso, dormindo em cama limpa e comendo em mesa farta.

Já de soberano fizeram uma recolhida grande, sentarem-lhe uns pelos, apartaram-no pelas orelhas e pela cola e a marca em brasa chiou-lhe na picanha.

Andaria nos oito anos quando meteram-lhe nas mãos a cartilha das letras e o mestre-régio começou a indicar-lhe as unhas, de palmatoadas."

O confronto de violência e repressão não pára: ao potrilho capam; ao rapaz incorporam-no como soldado ("Sentaram-lhe a farda no lombo"); a um quebram boca e virilhas a rebenque, o outro agüenta trancos, vai para a solitária e vira faxineiro do esquadrão; um carroceiro compra o animal em leilão, aluga-se o outro como carregador de esquina; um empaca às vezes, o outro põe-se a beber; o potro morre a relhadas, o rapaz é preso pela polícia, resiste e morre golfando sangue ("e esticou o molambo"). Tudo é essencial e cortante nessas quatro páginas que mostram o avesso do bucolismo provinciano.

A magia da beleza aparece em um mundo anterior ao do trabalho na cidade. As *Lendas do Sul* é que nos vão trazer esse tempo antigo, tempo de terra e de bichos, que se dará na forma de uma prosa severa, cujo andamento bíblico torna inviável todo descritivismo exótico, pitoresco, "tropical":

"Foi assim:

num tempo muito antigo, muito, houve uma noite tão comprida que pareceu que nunca mais haveria luz do dia.

Noite escura como breu, sem lume no céu, sem vento, sem serenada e sem rumores, sem cheiro dos pastos maduros nem das flores da mataria.

Os homens viveram abichornados, na tristeza dura; e porque churrasco não havia, não mais sopravam labaredas nos fogões e passavam

comendo canjica insossa; os borralhos estavam se apagando e era preciso poupar os tições..."

"A M' boitatá" é a história de como apareceu na terra a cobra de fogo. É a história da segunda invenção da luz entre os homens. O texto é construído de tal sorte que um tópico traz a estrutura de significado básica e o outro abre caminho para a diferenciação. Tudo é noite e silêncio, mas ("minto"...) o téu-téu, com seu canto claro e forte, "agüentava a esperança dos homens". Não havia movimento, mas ("minto"...) com a longa noite muitos animais tinham morrido nos banhados, sobrando só a cobra grande, a boiguaçu que saiu para comer as carniças. Comia os olhos e nada mais. Dos olhos comidos nasceu a luz, pois "cada bicho guarda no corpo o sumo do que comeu". Os olhos guardavam, entranhado e luzindo, um rastilho da última luz que viram do último sol, antes da noite grande que caiu. O corpo da cobra foi ficando transparente "com miles de luzezinhas". A boiguaçu toda já era uma luzerna, um fogaréu azulado. Mas os olhos não dão substância, só luz; por isso a cobra morre, desmancha-se "como cousa da terra que se estraga de vez". "E foi então que a luz que estava presa se desatou por aí". A boitatá, desfeita, cede à luz maior do sol. Nada perde, porém, nesse mundo em movimento e em transformação. Se a luz do sol brilha de dia, a luz da boitatá, fria e perigosa, continuará de noite acendendo e apagando no meio da coxilha. Enrolada, segue pelos campos no verão e é bola de fogo frio que cega o campeiro desprevenido."

Presa ao fascínio do lendário gaúcho, a ótica de Simões Lopes Neto acaba perseguindo o universal do mito no território fechado do regional. Este sai confirmado e dignificado numa escrita que desrealiza magicamente os conflitos imediatos da região.

Os Sertões

Em Euclides, em Lobato, em Hilário Tácito, em Lima Barreto, no primeiro Graça Aranha, tematizam-se as oposições campo/cidade, branco/mestiço, rico/pobre, cosmopolita/brasileiro, imigrante/nacional... Variam no tempo e no espaço as incidências dessas tensões: os desequilíbrios dizem respeito ora a problemas regionais, que acabam envolvendo o poder central, ora à estrutura mesma da sociedade, feita de classes e grupos de *status* que integram de modo assimétrico e injusto o sistema da nação.

Alguns dos textos mais adultos do primeiro vintênio se movem no meio dessas contradições e, quando as exploram em uma linguagem forte e persuasiva, trazem-nas até o leitor de hoje, que poderá colhê-las com a mesma nitidez com que deviam percebê-las os contemporâneos.

A palavra de Euclides, por exemplo, nos dá a sua versão da luta entre os jagunços do Conselheiro e as tropas do Exército. É um pôr a História em esquema de tragédia. O sertanejo, por forte que seja, tem o destino selado, pois a civilização "branca" destruirá as "raças retrógradas do interior". Canudos seria um primeiro exemplo no qual estariam exasperados os tons de fanatismo e violência que vão acompanhar a luta em um plano nacional. Mas esse ponto de vista não se mantém homogêneo no interior de *Os Sertões*. Há uma oscilação entre a ciência do puro fato, todo século XIX, e a ética humanista de mais longa e não menos exigente tradição. Em um primeiro momento, o fato consumado vira *fatum*; ao historiador determinista cabe constatar o que não poderia ter acontecido de outro modo. Depois, vem a ética que, no Euclides republicano, se forrava dos ideais de progresso, e que se tingirá de tons socialistas nos últimos escritos: aí o mal consumado não será consumido passivamente, mas exposto à denúncia. Na feitura de *Os Sertões*, a incômoda partilha pende, quase sempre, para o cuidado, ou a obsessão, do exato, do "científico". Trata-se de uma obra estilizada dentro de uma concepção hipermimética de literatura: o seu modelo de escrita nos parece hoje antiquado na medida em que decorre de uma pletora verbal."

Mas a perspectiva de Euclides trabalha esse maciço legado em direções opostas às de um Coelho Neto. Assim, os recursos de agigantamento das impressões levam a nomeação das coisas à sua extremada "realidade" e persistência, mas, por isso mesmo, as dispõem frente a frente, inconciliáveis. O contexto das ações e das pessoas é sempre um universo de hostilidade:

"... abriu-se separação radical entre o sul e o norte..."

"... belas páginas vibrantes mas truncadas, sem objetivo certo, em que colaboram, de todo desquitadas entre si, as três raças formadoras".

"... realizando a anomalia de deslocar para uma terra nova o ambiente moral de uma sociedade velha".

O uso da antítese, que um leitor perspicaz, Augusto Meyer, viu como o traço mais saliente do estilo euclidiano, virá a entender-se melhor se posto em função da natureza mesma do agigantamento. Porque o contraste, quando imediato, é também um modo de realçar a expressão de cada um dos objetos aproximados. Em uma proposição do tipo "Os vales secos fazem-se rios" a secura torna-se mais sensível quando oposta e unida à fluidez das águas, e vice-versa. Os contrários, colados, avivam-se: "Da extrema aridez à exuberância extrema", "os vales nimiamente férteis e as estepes mais áridas", "barbaramente estéreis, maravilhosamente exuberantes"... Passando da natureza ao retrato, mantém-se o processo:

"... o chefe do povo, o astuto João Abade, abrange no olhar dominador a turba genuflexa";

"o velho Macambira, pouco afeiçoado à luta, de 'coração mole', segundo o dizer expressivo dos matutos, mas espírito infernal no gizar tocaias incríveis...";

"vaqueiros rudes e fortes, trocando, como heróis decaídos, a bela armadura de couro pelo uniforme reles de brim americano";

"madonas emparceiradas a fúrias"...

Já se falou em "gongorismo" para qualificar esse estilo. É uma extraposição do conceito. Os contrastes convivem, no poeta das *Soledades*, sem luta, pois o real visto pelo barroco, longe de compor-se de aspectos imiscíveis, é difuso, e permite às sensações fluírem umas nas outras indo o pensamento à deriva do capricho imagético ou do meneio sonoro.[1]

Euclides sublinha, ao contrário, o processo da destruição:

"... os restos da fauna pliocena, que fazem dos caldeirões enormes ossuários de mastodontes, cheios de vértebras desconjuntadas e partidas, como se ali a vida fosse, de chofre, salteada e extinta pelas energias revoltas de um cataclismo."

A hipérbole e a antinomia acompanharão o livro todo, até a *Luta*.

---

[1] Alguns exemplos:

"No bien, pues, de su luz los horizontes
– que hacían desigual, confusamente
montes de agua y piélago de montes –,
desdorados los siente" (Góngora, *Soledad I*)

"haciendo el villiano
la fragosa montaña fácil llano" *(Soledad* I)

"de ponderosa vana pesadumbre
os, cuanto más despierto, más burlado" (*Soledad I*)
"duda el Amor cuál más su color sea,
o púrpura nevada, o nieve roja" (Góngora, *Fábula de Polifemo y Galatea)*

"que los firmes troncos mueven
y las sordas piedras oyen" (*Angélica y Medoso)*

este passo de um gongórico coimbrão, Fr. Jerônimo Bahia, cujos versos traz recolhidos a *ènix Renascida:*

"com seu ardente sangue e troncos frios
tantos montes fizemos, tantos rios,
que, transformada a forma do Horizonte,
ficou a terra um mar e o campo um monte".

Euclides sentiu com vigor a complexidade do fenômeno Canudos. A "jerusalém de taipa" é lugar de encontro de múltiplas contradições. Para erguê-la não bastou a personalidade de Antônio Vicente Mendes Maciel, que teria ido do crime ao messianismo. Foi preciso que, atrás do profeta, existisse uma comunidade de violência; o que o seu destino de foragido espelhasse o de milhares de sertanejos que a violência de outras comunidades também expulsava para as áreas marginais do Nordeste. Canudos é a cidade santa que salva do inferno do mundo, da lei do cão (no caso, por acaso, a República). Canudos é a ante-sala do Paraíso a que o crente acederá depois do Apocalipse iminente. A fuga para o lugar sagrado resolvia superiormente os contrastes de uma sociedade absurda e iníqua, negando-os. A fidelidade ao Conselheiro é adesão a uma lei revelada pela qual vale a pena morrer. Se Euclides fala em "psicose coletiva", em "massa homogênea e bruta", em "polipeiro humano", também se mostra atento ao ponto de vista interno da comunidade. "Para os jagunços, Canudos era o cosmos". (...) "Nada queriam desta vida. Por isto a propriedade tornou-se-lhes uma forma exagerada do coletivismo tribal dos beduínos: a apropriação pessoal apenas de objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua quota-parte, revertendo o resto para a "companhia". Os recém-vindos entregavam ao Conselheiro 99% do que traziam, incluindo os santos destinados ao santuário comum."

O viver apartado do dinheiro, do patrimônio, das leis da sociedade global, acabou atraindo as iras desta: *A Luta* conta o que fizeram as expedições militares que exterminaram a cidadela. Para o leitor, a contradição mais imediata está no próprio texto, isto é, na manifestação do ponto de vista de Euclides da Cunha: o massacre tem o duplo caráter de Fatum e de crime.

Lima Barreto

O que é ainda hesitação em Euclides, é certeza em Lima Barreto. Para este, mestiço humilhado e ofendido, a sociedade brasileira sob a Primeira República aparece como um simulacro de democracia, um regime de desequilíbrios de raça e de classe, uma fachada de gesso floreal, um discurso parnasiano requentado, um macaquear da "belle époque" internacional.

Na palavra sem retoques de Lima Barreto liquidam-se o ideário dos pró-homens da República e o seu tom liberal-eufórico. A prova dos noves, o regime em pleno funcionamento, apontara erro de cálculo. A República sonhada pelos Benjamin Constant e seus cadetes é uma oligarquia cheia

de preconceitos que sustenta uma burocracia túrgida e sonsa. Ai dos desapadrinhados nesse imenso cabide de empregos que é a cidade do Rio de Janeiro em 1905!

O romance de Lima Barreto não evita os modos do desafogo e do protesto. É uma obra que se coaduna perfeitamente com uma teoria da literatura como representação do social e expressão do psicológico. Diremos, por isso, que é um romance datado, exemplo ainda da concepção oitocentista de literatura? Seria meia verdade. A outra metade está em um conjunto de traços que definem o caráter singular dessa ficção.

Em primeiro lugar, ninguém, antes de Lima, escreveu entre nós um tipo de memorialismo que se propõe ir à raiz da condição presente pela análise intensiva da queda de um passado infantil, promissor e, feitas as contas, efêmero. A "breve notícia" que antepôs às *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* já revela plena consciência de que não é possível fundar a unidade psicológica do *eu* narrador, porque o sujeito da infância não conserva, na juventude e na maturidade, a auto-imagem que os *outros* o tinham levado a construir. Essa percepção de uma precariedade básica, de origem social, na gênese do indivíduo, nada tem que ver com a "coerência" naturalista no trato das personagens. Diz Caminha, mal entrado na vida adulta, onde a competição dá as cartas:

"Não sei bem o que cri; mas achei tão cerrado o cipoal, tão intrincada a trama contra a qual me fui debater, que a representação da minha personalidade na minha consciência se fez outra, ou antes esfacelou-se a que tinha construído. Fiquei como um grande paquete moderno cujos tubos da caldeira se houvessem rompido e deixado fugir o vapor que movia as suas máquinas."

A pressão dos grupos muda a forma pela qual o sujeito se vê a si mesmo. O meio, que ora alicia, ora vira as costas, deixa-nos na perpétua angústia de precisar constituir uma essência em que repousemos, afinal, do vaivém fátuo, mas implacável, da opinião alheia. Por sua vez, a subjetividade do outro é antes matéria de interpretação que de ciência segura. No início das *Recordações*, quando Isaías se apresta para deixar a casa natal, o que significam os olhares da mãe ao filho? Hipóteses contrárias são dadas como plausíveis:

"De quando em quando, ela lançava-me os seus olhos aveludados, redondos, passivamente bons, onde havia raias de temor ao encarar-me. Supus que adivinhava os perigos que eu tinha de passar: sofrimentos e dores que a educação e a inteligência, qualidades a mais na minha frágil consistência social, haviam de atrair fatalmente. (...) Por vezes, também

acreditei que ela nada quisesse exprimir com eles; que tinha por mim a indiferença da máquina pelo seu produto. Que importa aos teares de Valenciennes o destino de suas rendas?" Mãe-ternura ou mãe-máquina?

Do preto velho Inácio diz Gonzaga de Sá: "Eu não o chego absolutamente a compreender. Acho-o obscuro; mas me deslumbra – é grandioso! ... às vezes, confesso, me parece uma subalterna dedicação animal; às vezes, também confesso, me parece um sentimento divino."

À medida que a expressão cavalga sobre a representação vão-se perdendo as certezas, já não há evidência de nada, tudo tem que ser interpretado. O narrador conhece a dificuldade de descrever, de "fixar" caracteres, embora, às vezes, deva incumbir-se da tarefa propriamente realista de marcar símbolos de comportamentos reiterados, isto é, de construir *tipos*. Pela própria natureza polêmica da sua ficção, Lima Barreto não poderia recusar-se de todo à criação do tipo. Mas, como a consciência resiste a ossificar-se, o romancista acabará distribuindo os personagens em *objetos* e *processos*, dando a estes a força de pensarem o próprio destino, e àqueles, típicos, o papel de compor o clima social e moral da narração. *Objeto ou consciência, a personagem está formada (ou vai-se formando) no interior de um ambiente preciso*: é o espaço brasileiro, carioca, do começo do século que dá os contornos do presente narrativo.

Não se trata, portanto, de uma ironização universal do gênero humano, como nos "contes philosophiques" do século XVIII ou em Machado de Assis. A sátira de Gonzaga de Sá tem um alcance *tópico*: atinge os medalhões efigiados nos selos nacionais ("pena é que, ao lado, não tragam alguns dados biográficos, para que os pósteros saibam quem foram (...). Quando olhares um Aristides Lobo, 10 rs., dirás lá contigo: está aí um homem que nasceu para dez réis – o que não aconteceu com Benjamin que chegou a vintém"), os Chefes de seção da Secretaria dos Cultos, as Armas da República, o exibicionismo de Juca Paranhos (Barão do Rio Branco), a sintaxe capenga da *Gazeta de Uberaba*... A sátira da burocracia espalha-se por todos os livros: seu ponto alto é uma pequena obra-prima, o conto *O Número de Sepultura*.

À luz da crítica aos contemporâneos, o passado brasileiro ganha em solidez e em beleza. O plebeu Isaías Caminha e o nobre Gonzaga de Sá dão-se as mãos para apontar no presente os traços de mesquinhez e decadência. Já que o socialismo ainda é utopia, parece pensar Lima Barreto, antes o Império que ao menos tinha caráter e não enganava ninguém.

Se no desenho das pessoas Lima não se esgotou na tipificação, ao traçar os enredos ele soube fugir, muitas vezes, do puro causalismo dos seus

mestres naturalistas. Ainda aqui é de lembrar a experiência madura de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, o menos ortodoxo dos seus romances. Já disse Paulo Ronai, em um prefácio rico de observação,[2] que, a começar pela ordem, a obra faz exceção: primeiro conta-se a morte, depois a vida de Gonzaga. O que encontra paralelo em Machado de Assis, e serve como antídoto a qualquer escrúpulo de biografismo linear. Ainda no eixo da sucessão: o enterro de Romualdo é visto duas vezes: na imaginação de Gonzaga e na realidade dos fatos. E há transições bruscas, rentes ao deslizar de imagem a imagem, de sensação a sensação. Está-se falando, por exemplo, do chafariz do Paço, que já foi bonito: "Eu ainda o conheci assim... Vinha a noite e ela caiu toda negra sobre nós. Nós, então, sentimos as nossas almas inteiramente mergulhadas na sombra e os nossos corpos a pedir amor. Calamo-nos e olhamos um pouco as estrelas no céu escuro."

Em outro passo, Gonzaga vê passar pela rua um bando de ingleses, e logo um fluxo de sentimentos e idéias comanda o seu discurso:

"Não posso suportar esses ingleses! Que pressa têm em andar! A tarde assim mesmo não estava de afugentar... Andem devagar, devagarinho... Não se corre nem para a morte a quem amo... Vamos jantar em casa, embora minha tia não esteja em casa. Eu tinha vinte anos e um louco sonho de ser Diretor."

Observe-se como o foco da atenção passa velozmente dos ingleses para a tarde, desta para os ingleses e cede ao tom proverbial de "não se corre nem para a morte a quem amo", onde o sujeito se desloca subitamente do impessoal para o subjetivo; mas logo acode a quem fala a lembrança de que não está só, e aparece o plural, no convite (*Vamos jantar*).

Outras vezes, o pensamento é longamente sustentado. O discurso esconde a história, a rigor, a história se resolve no discurso. Temos, então, páginas de romance-ensaio nas quais se exploram sem pressa os conteúdos de uma ideologia meio saudosa, meio utópica. Ter escolhido por *alter ego* a Gonzaga de Sá, um aristocrata de quatrocentos anos, não significa pouco: para detratar o presente, dá-se a palavra ao passado. E Gonzaga discorre, para encanto do sujeito da narração, sobre o fascínio de um Rio antigo, mais simples, mais generoso, sem mercenários estrangeiros, sem novos-ricos, sem a modernização ostensiva do "Rio civiliza-se". Crítico, mas patético, o discurso de Lima Barreto quer conservar, ao menos nas dobras do afeto, a memória daquela infância, histórica e mítica, que a queda no mundo adulto brutamente interrompeu. Mas para dizer de ambas, infância

[2] Editora Mérito, Rio, 1949.

e queda, é preciso desatar-se do contínuo novelesco e admitir o enxerto, a digressão. Esta poderá valer por si, enquanto forma da consciência crítica, como nos "romances de anatomia" estudados por Frye na *Anatomy of Criticism*. Mas casos há em que o encarte inclui imagens cuja função é a de prenunciar o destino das personagens. Tomo dois exemplos:

O capítulo segundo das *Recordações* abre-se com uma descrição da viagem de Isaías para o Rio: cortado o cordão umbilical, começarão para o jovem mestiço provas evidentes de preconceito e hostilidade. A paisagem, descrita nos 3° e 4° parágrafos, está pejada de antecipações: "O sol coava-se com dificuldade por entre os grossos novelos de nuvens erradias, distribuindo sobre as cousas que eu ia vendo uma luz amarelada e desigual. (...) Por aqui, por ali, trechos foscos e baços contrastavam com tufos vivos, profusamente iluminados – rebentos de vida numa pele doente!" Essa luz que ilumina desigualmente as coisas, esse contraste do baço e do vivo, essa pele doente que ainda tem rebentos de vida pertencem a uma descrição encaixada, mas a transcendem, tocando a motivação social do romance inteiro.

Em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, a matriz simbólica não é tomada à natureza, mas ao engenho humano. Nem bem começado o livro, o narrador transcreve uma página deixada pelo amigo morto na qual se conta a história de um homem que passara a vida pelejando para fabricar um balão. O invento foi projetado e construído por ele até o último parafuso. "Veio a aurora e ele a viu, pela primeira vez, com um interessado olhar de paixão e de encantamento. Deu a última demão, acionou manivelas e fez funcionar o motor, tomou o lugar próprio... Esperou... A máquina não subiu." O sentido do enredo se dá, de antemão, em nível metafórico, na historieta exemplar.

Coexistem, nas melhores páginas de Lima Barreto, personagens-tipo e personagens-processo, caricatura e consciência, enredo linear e inversões de tempo, longos discursos e passagens bruscas. Caso a consciência do escritor se tivesse formado em um clima cultural de crise do Realismo, o seu romance teria aberto a estrada real da ficção modernista. Não foi o que aconteceu. Há uma distância considerável, que o tempo só não mede, entre Lima Barreto, morto em 1922, e a prosa de Mário, de Oswald, de Alcântara Machado. Lima Barreto não foi, definitivamente, um prosador modernista. A sua modernidade, porém, pouco se afeta com isso.

Um escritor marginalizado

Na atmosfera da ficção urbana entende-se a obra singular de Hilário Tácito, escritor posto durante muito tempo à margem da literatura, talvez pelo assunto picante da sua crônica paulis-

tana, *Madame Pommery*. Trata-se de um caso de história literária, que se tem confundido com um episódio de história dos costumes paulistas do começo do século. O autor, José Maria Toledo Malta, ocultou-se sob aquele pseudônimo feliz e paradoxal em que, ao lado da idéia de riso, aparece o sentido de taciturno somado à alusão ao historiador romano. Lima Barreto, resenhando o livro com simpatia e inteligência, percebeu que se tratava de obra difícil de ser enquadrada nos gêneros tradicionais:

"Seria estulto querer encarar semelhante obra pelo modelo clássico do romance, à moda de Flaubert ou mesmo de Balzac. Nós não temos mais tempo nem o péssimo critério de fixar rígidos gêneros literários, à moda dos retóricos clássicos com as produções do seu tempo e posteriores. Os gêneros que herdamos e que criamos estão a toda hora a se entrelaçar, a se enxertar, para variar e atrair. O livro do senhor Hilário Tácito obedece a esse espírito e é esse o seu encanto máximo: tem de tudo" (*Gazeta de Notícias*, 2-6-1920).

Hilário Tácito faz a paródia do conteúdo e da forma dominantes naquela São Paulo que o mesmo Lima Barreto chamara a *República do Kaphet,* juntando na palavra-chave dinheiro e imigração. Em uma linguagem que imita com leveza os sestros vernaculistas do tempo, a crônica incide sobre o clima devasso dos grã-finos de dupla moral que freqüentavam o *Paradis Retrouvé* de Madame Pommery. A respeitabilidade dos coronelões paulistas tem o mesmo ar postiço do pedantismo oficial. A paródia de um serve para desmascarar o outro. O ponto de vista é, coerentemente, cético: Montaigne, cujos *Essais* Toledo Malta iria traduzir com muito sal, é lembrado para epígrafe: "C'est icy un livre de bonne foy, lecteur."

O livro está por estudar.[3] Se o foco de interesse for a sua face propriamente literária, a questão do gênero, tão bem-posta por Lima Barreto em termos de enxerto de formas, poderá reger o discurso crítico. A contigüidade das partes lembra o modo de compor da crônica, mas o tom geral supõe a distância da sátira; esta, por sua vez, escolhe, nas filigranas da sintaxe e do vocabulário, as formas de uma paródia cujo ponto de referência é o purismo que então dominava o trabalho da elocução.

Quanto à rede de significados, junta sexo, dinheiro e política. Entendem-se melhor as oscilações e os contrastes ideológicos da São Paulo

[3] Ver o ensaio sugestivo de Mário Chamie, "Penumbra de Pommery ou uma situação para Oswald", em *Praxis*, nº 4, 1964, pp. 189-194.

modernista de 22, meio província, meio cidade grande, depois de ler história dessa mundana ibero-judaico-polaca que aportou no reino do café em uma fase cujo lema era a "desbotocudização" dos nativos.

O Modernismo. 1922

Com Lima Barreto, Hilário Tácito e, em outro plano, com o anticaboclismo do Jeca lobatiano, as letras da República Velha pareciam ter alcançado um alto grau de força contestadora. Afrontam-se os conteúdos da cultura dominante, criticam-se os seus valores, faz-se pasticho do seu estilo. No entanto, o Modernismo não se filiará às obras da última geração realista.

Toca-se aqui um ponto nevrálgico para a historiografia da cultura: o da emergência do novo. Obras como *Paulicéia Desvairada* e *Memórias Sentimentais de João Miramar*, já formalmente modernas, poderiam ter sido escritas sem a abertura dos seus autores ao que se estava fazendo na França e, via França, na Itália futurista, na Alemanha expressionista, na Rússia revolucionária e cubofuturista? Parece que não.

A virada do primeiro pós-guerra foi internacional e fez brechas em todos os sistemas culturais que mostravam indícios de saturação. No Brasil, a área em que o conflito *provinciano/citadino* se fazia sentir com mais agudez era São Paulo. Aqui a ruptura foi possível, porque só aqui o processo social e econômico gerava *uma sede de contemporaneidade* junto à qual o resto da nação parecia ainda uma vasta província do Parnaso. Oswald viu bem, na introdução ao *Serafim Ponte Grande*:

"O movimento modernista, culminado no sarampão antropofágico, parecia indicar um fenômeno avançado. São Paulo possuía um poderoso parque industrial. Quem sabe se a alta do café não ia colocar a literatura nova-rica da semicolônia ao lado dos custosos surrealismos imperialistas?" E adiante: "A valorização do café foi uma operação imperialista. A poesia Pau-Brasil também. Isto tinha que ruir com as cornetas da crise."

À parte o tom despachado e a visada redutora das frases do grande satírico de si mesmo que foi Oswald, há bastante fogo atrás dessa fumaça. Os jovens de 22, que tiveram a seu favor a simpatia do Governo do Estado, as páginas do *Correio Paulistano* e, logo depois, alguns salões de alta burguesia, encarnavam, em termos de psicologia social, o desejo do novo e do refinado, ainda que chocantemente novo e refinado, sentimento menos acessível a grupos saídos de outras áreas, naquela altura do processo.

Há uma condição paulista do Modernismo, que marcaria alguns escritores de índole mais conservadora (Guilherme de Almeida e um certo Cassiano Ricardo) e conseguiria sublimar-se na arte dos radicais, Mário,

Oswald, Alcântara Machado e Sérgio Milliet tiveram, cada um, uma face paulistana tão marcada quanto a face internacional.

A combinação de uma nova perspectiva (a cidade grande de pós-guerra) com uma bateria de estímulos culturais, e especialmente artísticos, europeus, tornou possível, historicamente, a Semana de Arte Moderna. Como a tônica do grupo foi a modernização da linguagem, o segundo fator tem aparecido sempre como sobredeterminante. A Semana pretendeu ser a abolição da República Velha das Letras.

Teria sido impossível aos melhores talentos da nova São Paulo alhearem-se a estilos que estavam desmanchando o verso, desarticulando a sintaxe e transmutando o vocabulário da literatura pós-naturalista e pós-simbolista. O núcleo de 22 foi o ponto de encontro de escritores que incorporaram ao seu fazer literário aqueles modos de pensar, falar, escrever. Nisto, evidentemente, opuseram-se ao Parnaso e à Academia, enquanto o contemporâneo, para reconhecer-se como tal, dá as costas ao que passou.

É também verdade que, mesmo considerando o núcleo de 22, deve-se matizar a impressão de ruptura drástica com aquele passado meio acadêmico meio simbolista. O núcleo de 22 não impediu que a prosa de *Os Condenados*, de Oswald de Andrade, fosse trabalhada em moldes retórico-dannunzianos, nem que a mesma tendência presidisse ao roteiro literário de Menotti dei Picchia, nem que o verso de Guilherme de Almeida se cristalizasse numa poética artesanal, passadista, que o enformou até as últimas páginas. Todos, homens de 22.

Mas, feitas as necessárias ressalvas, fica de pé que muito de absolutamente novo se deu nos poemas da *Paulicéia*, na prosa de *Miramar*, por exemplo. O conhecimento do *vers libre*, em Mário, os contatos com o cubofuturismo, em Oswald, fecundaram esses escritores excepcionais e produziram obras de inegável ruptura estética. Depois vieram a reflexão, a consciência crítica, a laboriosa metalinguagem: as revistas *Klaxon*, *Estática*, *Terra Roxa e Outras Terras*, todas paulistas, os Manifestos do Pau-Brasil e da Antropofagia, glosaram as idéias da Semana e lhes deram novas nuanças de poética e de ideologia que, no conjunto, formam o legado teórico de 22.

Quando se dá uma aparência de novidade, é preciso determinar a área em que se operou o desligamento inicial e, ao mesmo tempo, o contexto a que tende ligar-se o fio despregado. No interior de uma nação apenas juridicamente unificada, fora-se articulando um subsistema diverso do sistema inclusivo. Para tanto, não bastou que "aparecessem" os talentos modernistas. Era necessário que esses talentos se movessem no solo sólido de uma cidade moderna, capital do Estado mais "desenvolvido" da

nação. Então, as imagens da indústria, da máquina, da metrópole, do burguês e do proletário, do homem da terra e do imigrante, e, sinal de relevo, do intelectual sofrido e irônico, aparecerão na poesia de Mário e no mosaico futurista de Oswald de Andrade.

Miramar e Serafim seriam pontos de vista impensáveis sem o conúbio de uma alta burguesia paulistana com uma inteligência viajeira, curiosa e crítica. Seus focos de consciência movem-se com desembaraço no interior de uma classe inquieta, pronta para zarpar para os centros principais da modernidade (Paris, "umbigo do mundo"...) e a queimar as pontes com uma linguagem ainda "metrificada" e "nacionalista", conforme as palavras iniciais do *Serafim*. Em termos de vida literária, até mesmo o Rio "belle époque" de 1915 parecia ao jornalista Oswald "estupidez letrada de semicolônia" contra a qual se fazia mister uma dose de "anarquismo", ou seja, de boêmia.

A fuga do Parnaso, o contato com grupos que já tinham levado longe a dissolução de valores morais e artísticos, produz um novo modo de ver aspectos fundamentais da existência. A interação familiar, a educação da infância, as relações homem-mulher, homem-paisagem, a vida em sociedade, as instituições políticas, as práticas confessionais, tudo vai mudando de imagem e de significado no nível da consciência. A perda de coesão, o afrouxamento do sentido das coisas que mais de perto afetam a conduta acabam estilhaçando o espelho em que a consciência reflete e prolonga a cultura recebida. Os cacos, não rejuntados por uma nova ideologia, dispõem-se em mosaico quando os apanha o trabalho de uma prosa solta, rápida, impressionista.

Miramar e Serafim foram construídos a partir de um sentimento autodissolvente da vida moral: uma série dispersa de atitudes (que se dá quando uma tradição entra em crise, mas não foi substituída) anima fiapos de memória, minutos de sensação. A prosa experimental acharia nesse novo estado de coisas a sua mais fecunda matriz. Prosa em que há uma alta freqüência de construções nominais, de períodos breves, de deslocamentos rápidos de significado. Prosa que aspira à impressão imediata e forte, à velocidade; prosa que persegue o *estilo telegráfico* e a *metáfora lancinante*,[4] e

[4] Oswald de Andrade, "À guisa de prefácio" das *Memórias Sentimentais de João Miramar*. A edição da Civilização Brasileira (Rio, 1971), terceira do Miramar, é acompanhada da 2ª ed. do *Serafim Ponte Grande*, e traz um ensaio estilístico importante de Haroldo de Campos, "Miramar na Mira", que põe em relevo a novidade dos processos de Oswald e o seu papel na formação da prosa modernista.

que vai selar os melhores textos escritos entre 22 e 30: as obras citadas de Oswald, mais as novelas paulistanas de Alcântara Machado, os contos de Mário e o seu *Macunaíma*.

Uma nova ótica, antinaturalista, passa a reger os procedimentos de descrição e de narração:

"Arte não consegue reproduzir natureza, nem este é seu fim. Todos os grandes artistas, ora consciente (Rafael das Madonas, Rodin do Balzac), foram deformadores da natureza. Donde infiro Beethoven da *Pastoral*, Machado de Assis do *Brás Cubas*, ora inconsciente que o belo artístico será tanto mais artístico, tanto mais subjetivo quanto mais se afastar do belo natural" (Mário de Andrade, "Prefácio Interessantíssimo").

"O trabalho contra o detalhe naturalista – pela *síntese*; contra a morbidez romântica – pelo *equilíbrio* geômetra e pelo *acabamento* técnico; contra a cópia, pela *invenção* e pela *surpresa*.[5]

Uma nova perspectiva.

A outra, a de Paolo Ucello, criou o naturalismo de apogeu. Era uma ilusão ótica. Os objetos distantes não diminuíam. Era uma lei de aparência. Ora, o momento é de reação à aparência. Reação à cópia. Substituir a perspectiva visual e naturalista por uma perspectiva de outra ordem: sentimental, intelectual, irônica, ingênua" (Oswald de Andrade, "Manifesto da Poesia Pau-Brasil").

Prefere-se o efeito de síntese à minúcia descritiva. A história esticada no tempo cede aos *faits divers* à anedota breve e sugestiva. O modelo dessa escrita é o jornal ou o cinema. E do que restou do naturalismo acadêmico faz-se paródia.

O Brasil na visão dos modernistas

A ruptura de 22 não foi obra do acaso, mas ponto crítico de um longo processo de diferenciação. A formação do grupo, a necessidade das reuniões amiudadas, a urgência de um manifesto, o *happening final*, são sintomas todos do crescimento firme de um modo de pensar que se sabe contrastado, mas que já sente no ar a possibilidade de uma definição pública. A partir da Semana, os modernistas são um ponto de vista dentro da história da cultura nacional. Nessa altura, cabe perguntar: como era visto o Brasil desse ângulo de observação?

---

[5] Lembre-se o *Suplemento ao Manifesto Técnico da Literatura Futurista* (1912) do mal amado Marinetti: "... resumindo todas as explicações sem enchimento e evitando a mania perigosa da perda de tempo em todos os cantos da frase, nos trabalhos minuciosos do cinzelador, do joalheiro ou do engraxate." O futurismo é o avesso do realismo de tipo parnasiano.

Os inovadores, na fase de afirmação, que se costuma chamar heróica, não podiam ver outro Brasil que não fosse ou a São Paulo arlequinal, espaço da modernidade, ou o território mítico de Macunaíma e da Antropofagia, de Martim-Cereré e da Cobra Norato, um Brasil cujas contradições se resolviam magicamente no reino da palavra poética.

É tempo de reconsiderar o "brasileirismo" do período áureo do movimento à luz da sua natureza ficcional e estética. Um Euclides e um Lima Barreto tiveram condições existenciais para explorar criticamente o veio do nacionalismo porque, de alguma forma, eles se debatiam no interior de várias contradições brasileiras, litoral/sertão, indústria/fazenda, branco/mestiço, bacharel/analfabeto, e, a partir delas, construíram as suas obras, nas quais o protesto e a crítica conservavam, nas dobras da bandeira, um ar de família, um jeito de escrever que vinha do Realismo e dos ideais da geração de 70. Mas Oswald, Mário, Alcântara Machado (os paulistas por excelência do Modernismo) já não poderiam partilhar dessa escrita: enxergavam o país como um mito enorme, profético, de que seriam símbolos seminais os totens amazônicos. As fortes e belas imagens antropofágicas de Tarsila, os manifestos de Oswald e a rapsódia de Mário de Andrade não poderiam ter nascido senão na cabeça de artistas que pensavam lúdica e surrealmente o Brasil, aquela vaga e espantosa realidade pré-industrial que não era a cidade de São Paulo. O mesmo se pode dizer, *mutatis mutandis*, dos fantasmas gerados no ventre do grupo da Anta, com seus mitemas caboclo-tupis que desaguariam em um nacionalismo clânico, de direita. O mito, já se sabe, concilia as contradições que não lhe são dadas pensar:

Me sinto só branco agora, sem ar neste ar-livre das Américas
Me sinto só branco, só branco em minha alma crivada de raças.

(Mário de Andrade, "Improviso do Mal de América", fev. de 1928)

O Modernismo rompeu, de fato, com o sertanismo estilizado de Afrânio Peixoto, Afonso Arinos, Coelho Neto. Mas não tanto porque lhe parecesse urgente corrigir o idealismo ainda romântico dessa prosa, quanto pela vontade de pôr em prática um *primitivismo* mais radical que 22 recebera da Europa. O primitivismo culto não tolerou o jeito parnasiano de falar da vida rústica. Em nome de uma poética do inconsciente opôs-se às sensaborias do último nativismo. O ângulo de visão era o de intelectuais mais informados e mais refinados que se propunham a desentranhar

a poesia das Origens, do substrato cósmico e selvagem de uma raça. Só depois de 1930, o Brasil histórico e concreto, isto é, contraditório, seria objeto de um novo realismo e de uma literatura política. Ao longo dos anos propriamente modernistas, o Brasil é uma lenda sempre se fazendo:

E no meio-dia quente
Amulegando maneiro
Um aboio tão chorado
Que acuava no corpo doce
O sono do brasileiro

....

E foram brincar pra sempre
Pelos pagos abençoados
Do meio-dia do céu.

No céu é sempre meio-dia...
Não tem noite, não tem doença
E nem outra malvadez...
A gente vive brincando...
E não se morre outra vez

(Mário de Andrade, "Lenda do Céu")

Para esse Brasil indiferenciado, sempre em festa, tupi-barroco-surreal; para esse mundo sem tempo mergulhado na fruição da origem, traçável apenas pelos meandros do instinto, a palavra a ser proferida ressoava, necessariamente, a das poéticas lastreadas de irracional: Dadá, Expressionismo, Surrealismo. Abolidas polemicamente as cadências da tradição, cumprida a ruptura, o fio despreendido se estende para alcançar outras fontes de energia: estas, seladas pela crise européia, potenciam o desencanto de cansadas convenções. O paralelismo faz-se com presteza: na França de 20, ser revolucionário em literatura era liquidar os vestígios da cultura clássico-nacional e descer pelo poço do Inconsciente; no Brasil-22, é liberar o poema dos metros e a prosa dos rituais escolares para explorar o lendário tupi – o "nosso" Inconsciente... Romper, cá e lá, significava abolir o passado recente e sair em busca de um eterno presente. "O contrapeso da originalidade nativa para inutilizar a adesão acadêmica" ("Manifesto da Poesia Pau-Brasil").

Considerações finais

Passados cinqüenta anos (escrevemos em 1973), feitos os reconhecimentos devidos, estamos de novo preocupados com a modernidade de 22. Os fragmentos futuristas do *Miramar* e a rapsódia mítico-expressionista de *Macunaíma* são apontados como altos modelos de vanguarda ficcional. A ruptura, que neles se operou em relação à prosa acadêmica, é encarecida à guisa de estímulo para outras rupturas que hoje se deveriam empreender. Faz-se jus à complexidade semântica e estética daquelas obras fundamentais do Modernismo. Nelas se figurou a maior riqueza de motivos e de formas que a consciência do homem poético de 22 pôde engendrar. Nelas se estilizou a indefinição de caráter nacional. Nelas se parodiaram os resíduos de vernaculismo que persistiam na República brasileira de letras. Daí, a sua polissemia; e, ao mesmo tempo, a sua radical historicidade.

Mas, qual a razão histórica desses reconhecimentos, qual o estímulo para tantas releituras?

Vimos como o contexto paulista, a sua constelação de caracteres materiais e espirituais peculiares, trazia consigo uma linguagem onde entravam, de cheio, a novidade técnica e as vozes da convulsão internacional. Compunham um acorde dissonante, tocado em "fortíssimo", o ruído das máquinas e as "impulsões do eu lírico".

As máquinas viraram lugar temático na poesia futurista:

"Nós cantaremos as grandes massas agitadas pelo trabalho, pelo prazer ou pela revolta; cantaremos as marés multicores e polifônicas das revoluções nas capitais modernas, cantaremos o vibrante fervor noturno dos arsenais e dos estaleiros incendiados por violentas luas elétricas, as estações ávidas, devoradoras de serpentes que deitam fumaça, as oficinas suspensas às nuvens pelos fios tortos da sua fumaça, as pontes semelhantes a ginastas gigantes que cavalgam os rios faiscantes ao sol com um luzir de facas, os navios aventurosos que farejam o horizonte, as locomotivas de peito largo que pisoteiam sobre os trilhos como enormes cavalos de aço embridados de tubos, e o vôo resvalante dos aeroplanos, cuja hélice tatala ao vento como uma bandeira e parece aplaudir como uma turba entusiástica" (Marinetti, *Manifesto do Futurismo*, 1909).

Oswald, mais sintético: "A fixação do progresso por meio de catálogos e aparelhos de televisão. E os transfusores de sangue" (*Manifesto Antropófago*). Das fontes já dissera, no *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*: "O trabalho da geração futurista foi ciclópico. Acertar o relógio império da literatura nacional."

Aos expressionistas, à onda freudiana, coube destapar as rolhas da censura e deixar que se soltassem os gritos do Inconsciente:

"Existe uma ordem, inda mais alta, na fúria desencadeada dos elementos" (Mário de Andrade, "Prefácio Interessantíssimo").

De resto, os futuristas da primeira hora fundiam técnica e instinto: "A poesia deve ser concebida como um violento assalto contra as forças ignotas para reduzi-las a se prostrarem diante do homem" (Marinetti, *Manifesto do Futurismo*). E Oswald, vinte anos depois, no *Manifesto Antropófago*: "O instinto caraíba/Só a maquinaria."

Centrando-se em si mesmo, o Modernismo fixou a sua identidade como poesia da Revolução Industrial e da técnica ("Uma visão que bata nos cilindros dos moinhos, nas turbinas elétricas, nas questões cambiais"...); estendendo os olhos para a nação, não poderia apanhá-la na sua riqueza e pobreza concretas: viu a floresta, a tribo, o rito (... sem perder de vista o Museu Nacional Pau-Brasil).

De Trinta até o segundo pós-guerra, a prosa do resto do Brasil falou pela boca do realismo crítico, social ou psicológico, já não modernista, mas certamente moderno. Falou pela boca de Graciliano, de José Lins do Rego, de Marques Rebelo, de Octavio de Faria, de Lúcio Cardoso, de Érico Veríssimo, de Jorge Amado, de Cornélio Pena, de Cyro dos Anjos, de Dionélio Machado. A modernidade de um romance como *Angústia* (para ficar com um ponto alto) consiste em ter trabalhado até à maceração a imagem do intelectual que morde a própria impotência e, com a mesma intensidade, acusa as razões dessa impotência, que estão na miséria material e moral da província. Não cabia na consciência de Graciliano, e do melhor romance de 30, tematizar as conquistas da técnica ou os ritos de um Brasil telúrico. O mundo da experiência sertaneja estava muito aquém da indústria e dos seus encantos; por outro lado, sofria de contradições que não se conciliariam nas mitologias pré-cabralinas, pois apelavam para modos de pensar e dizer mais chegados a uma sóbria e vigilante mimese crítica.

Por volta de 55/60, amortecida a memória da guerra, entra o Brasil a entreter relações íntimas com a tecnologia internacional. Há um novo e excitante surto de industrialização, de urbanização, e, mais uma vez, uma realidade setorial, basicamente paulista, se diferencia em ritmo acelerado na direção do frenesi consumatório e do contato estreito com modos de viver, pensar e falar internacionais. Mais uma vez, aparecem condições objetivas para a formação de uma cultura sofisticada, dispondo agora de

um raio de difusão muito maior, dada a eficácia dos novos meios de comunicação.

A consciência do intelectual de Sessenta vê-se medusada pela astronave, pelo computador e pela TV, assim como a consciência do intelectual de Vinte contemplava o avião e o cinema. A contemporaneidade reclama do escritor os seus direitos. A técnica penetra, de novo, o texto como tema e como escrita. Recomeça-se, cinqüenta anos depois, a pensar em termos de montagem do que se deve dizer, e de como se deve dizer.

E o resto do país? E aquela "coisa" vaga que "ainda" está fora de circuito? Não é possível contemplá-la com demoras, tanto incomoda a visão do diferente. O resto é um não-sei-quê destinado a virar massa, não necessariamente massa política, mas massa-mito, massa-instinto, massa canibalesca, massa a ser "deglutida" pela civilização do consumo que, de resto, já a está absorvendo, massa-trópico. Para esse esquisito e fascinante resto-outro, a visão mítica comporá uma cobertura neo-antropofágica, pressuposto dos tropicalismos. O que a técnica ainda não dominou, faça-o a voz do instinto. Que a matéria bruta e cega tenha seu lugar no sistema, é necessário; que ela solte urros e guinchos a serem justapostos e combinados suficiente com sons de instrumentos eletrônicos, é auspiciável. Asfalto por cima, instinto por baixo. Volta-se à proposta oswaldiana: "Obuses de elevadores, cubos de arranha-céus e a sábia preguiça solar. A reza. O Carnaval." (*Manif. Pau-Brasil*).

A existência e a consistência de uma coisa chamada "massa" é o suporte ideológico de boa parte das proposições de certas vanguardas. A massa não conheceria mediações: não está articulada em classes contrastantes em grupos diferenciados, em setores de cultura, de profissão, de religião. Ela "existe", absolutamente: é uma espécie de monstro sagrado cujo único modo de domar é dar de comer. O escritor, ciente disso, concorreria com outros fornecedores de imagens para ministrar-lhe alimentos na forma, e só na forma, que a massa pode recebê-los. O imediato, a sincronia autocentrada no texto espacial e no trocadilho seriam o banco de prova da nova esteticidade. Suprimindo o tempo da frase, a palavra-coisa no espaço será projetada no aparelho digestivo da massa. Assim se dá um ato de comunicação fulmínea. Querer mais significaria aceitar as delongas do discurso, percorrer o caminho pedregoso do pensamento, esforço que as massas não saberiam compreender.

O projeto técnico-neo-antropófago aparece assim como algo drasticamente contemporâneo de si mesmo. Não há tempo para guardar distâncias: seria atrasar o passo da marcha. Oswald profeta: "Somos concretistas.

As idéias tomam conta, reagem, queimam gente nas praças públicas. Suprimamos as idéias e outras paralisias."

Semelhante poética explica-se tão perfeitamente no quadro de vida das grandes cidades de hoje que, em vez de falar em ruptura, parece mais justo falar em "sinal dos tempos" ou em duplicação fiel do aqui-e-agora no registro dos programas estéticos.

Mas já é tempo de voltar ao ponto de partida. O 22 como a primeira mudança, como o fim de uma velha república das letras. Assim foi, e outra coisa não diz o consenso unânime da historiografia literária. Quisemos apenas acrescentar que, visto no interior do processo, o Modernismo foi a metáfora brilhante de um certo ângulo de consciência que escolheu formas e mitos adequados a uma zona determinada da cultura brasileira.

CAPÍTULO III

A IGREJA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

1. IGREJA E SOCIEDADE

"(No Brasil), os poderes de Satã estão trabalhando para destruir a religião; o positivismo e o materialismo fazem progresso, procurando destruir dogmas, mistérios e tudo o que há de mais sagrado em nossa religião. Eu e outros admiramos as vitórias de nossa religião contra esses perigosos e audaciosos inimigos, vitórias que só se realizaram plenamente através desse milagre da transformação das hóstias consagradas na carne e sangue (de Nosso Senhor Jesus Cristo), no povoado de Juazeiro."[1]

EM AGOSTO DE 1892, três anos após a eclosão do movimento religioso de Juazeiro, que tornou famosa a figura do Pe. Cícero, assim se expressava àquele respeito o Pe. Francisco Ferreira Antero, doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana e Secretário da Comissão de Inquérito encarregada pelo Bispo de Fortaleza de investigar o que ocorria. Esta declaração do Pe. Antero não significa somente o reconhecimento do caráter miraculoso dos acontecimentos de Juazeiro. Ela sugere a existência de um grupo de eclesiásticos ("Eu e outros...") de que ele se faz portavoz, cuja posição em face do regime republicano inaugurado em 1889 era de franca rejeição e condenação, e que viam nos milagres de Juazeiro, ocorridos quase que concomitantemente à Proclamação da República, um incentivo à sua fé e esperança na salvação da nação.

[1] Ralph della Cava, *Miracle at Joazeiro*, Columbia University Press, Nova York e London, 1970, p. 46. Texto reconstituído em português aproximativamente, a partir da versão inglesa citada por Della Cava.

Esta convicção não era partilhada por todo o clero, muito menos pelo episcopado, como bem o revelam as manifestações inequívocas do Bispo de Fortaleza, D. Joaquim José de Oliveira, e do futuro Cardeal, D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti:

> "Isto não está nem pode estar de acordo com os ensinamentos da teologia católica.[2] Sem sombra de dúvida, (...) o ridículo é ali (em Juazeiro) a característica predominante. Portanto, nada lá existe de divino."[3]

Os acontecimentos de Juazeiro provocavam, pois, uma divergência no seio da Igreja, com características ao mesmo tempo religiosas e políticas; os mesmos católicos, leigos ou padres, que criam nos "milagres" de Juazeiro, viam também no regime republicano um mal, uma situação de pecado, uma obra de Satã; quanto aos Bispos, que condenavam o movimento, sua posição em relação ao novo regime era, como se verá, bastante mais matizada.

A Igreja e Antônio Conselheiro

Esta divergência de atitude em relação aos acontecimentos de Juazeiro encontra um paralelo no relacionamento da Igreja oficial com um outro movimento religioso, este de acentuado caráter messiânico, contemporâneo ao Pe. Cícero: o que se formou em torno de Antônio Conselheiro. Com efeito, desde o estabelecimento do "Santo Conselheiro" no arraial de Canudos em 1893, o beato e seus seguidores contaram com a assistência sacramental regular do Vigário de Cumbe, Pe. Vicente Sabino, que contava com uma casa no arraial a lhe servir de residência, construída após a chegada do Conselheiro à localidade. Pe. Sabino não parece ter visto, de início, qualquer incompatibilidade entre o movimento e a doutrina católica, até que entrou em conflito com os homens de Canudos por lhe não respeitarem a autoridade espiritual. Atitude extremamente oposta à do Arcebispo da Bahia, que desde o início se armou de desconfiança em relação ao Conselheiro e pediu às autoridades que promovessem a dispersão do bando. Ou à do missionário capuchinho que lá esteve em 1895, a mando do Arcebispo, e de lá se retirou excomungando virtualmente o Conselheiro e seus sequazes. Esse capuchinho, Fr. João Evangelista do Monte Marciano, declarou explicitamente ao beato sertanejo que "a Igreja condena as revoltas e, aceitando todas as formas de governo, ensina que os poderes constituídos regem os

[2] *Idem,* p. 41. Texto em português reconstituído nas mesmas condições que o anterior.
[3] *Idem,* p. 225. Texto em português reconstituído nas mesmas condições que o anterior.

povos em nome de Deus". E, depois de lembrar-lhe o exemplo da França, monarquia convertida "há mais de vinte anos" em República, exortou-o a desarmar sua gente e submeter-se pacificamente ao Governo republicano:

> "Nós mesmos aqui do Brasil, a principiar do Bispo até o último católico, reconhecemos o Governo atual; somente vós não vos quereis sujeitar? É mau pensar esse, é uma doutrina errada a vossa!"[4]

A Igreja e a religiosidade popular

Havia, sem dúvida, sérias razões para que o episcopado brasileiro não aceitasse sem restrições todas as manifestações desta religiosidade popular. Em que pese a opinião do já citado Pe. Antero, que procurava justificá-la teologicamente diante do Bispo e mesmo do Santo Ofício, a transformação da hóstia consagrada em sangue de Cristo levantava objeções insuperáveis da teologia corrente no ensino católico e do magistério oficial da Igreja.

No que se refere ao Conselheiro, afora a exacerbação milenarista de suas pregações, nada parece ter havido que justificasse, do ponto de vista doutrinal, uma rejeição do seu movimento pela Igreja. É significativo que Pe. Sabino tenha rompido com o arraial pelo fato de não respeitarem sua autoridade espiritual: a Igreja desconfia desse tipo de religiosidade espontânea e carismática, que dispensa a sua assistência oficial e coloca a autoridade de seus líderes acima da autoridade sacramentada dos ministros ordinários. O catolicismo popular é admitido e mesmo valorizado pela reforma patrocinada pela Santa Sé na segunda metade do século XIX, desde no entanto que submetido ao controle da hierarquia. Cedendo cada vez mais terreno, no decorrer do século, no que diz respeito ao poder temporal, a Igreja Católica tem consciência de que sua força de ora em diante reside precisamente numa sólida base popular, e toma por isso mesmo precauções para que este apoio não lhe escape das mãos. Um movimento como o de Canudos infenso a qualquer dependência hierárquica, patrocinando aliás devoções totalmente diversas das que eram caras à centralização romana da época, não podia senão suscitar a desconfiança da Igreja institucional. Mesmo no caso de Juazeiro, é de notar que a desaprovação oficial de Roma e a suspensão de ordens com que foi punido o Pe. Cícero, em 1896, afastaram os elementos do clero até então solidários ao patriarca, e muito o afetaram pessoalmente, em nada prejudicando no entanto a sua popularidade e a aura religiosa que o envolvia.

---

[4] Frei João Evangelista do Monte Marciano, *Relatório... ao arcebispado da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos*, Bahia, Tip. do Correio de Notícias, 1895. Transcrito em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (12ª ed., Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1913, pp. 211 e segs).

A Igreja e o regime republicano

A ameaça que representava para a ordem pública o movimento do Conselheiro e a rejeição do regime republicano a que se ligava de início também o de Juazeiro parecem ter contribuído igualmente para a desaprovação da Igreja oficial em ambos os casos.

Bastante instáveis, contudo, e freqüentemente tensas, se apresentam as relações entre a Igreja e o novo regime por essa época. Na complexa situação criada com a Proclamação da República, esta aparece ao episcopado brasileiro ao mesmo tempo como uma salvação e uma ameaça. Desde o início, os Bispos saudaram a República como uma libertação para a Igreja do pesado jugo que até então vinha suportando no Brasil, em decorrência do regime do padroado: necessidade de *placet* governamental para a publicação dos documentos emanados de Roma, cobrança do dízimo pelo Governo, interferência deste em todos os negócios da Igreja, redução prática do clero ao papel e à situação de um funcionalismo civil. Estado de coisas que levara mais ou menos recentemente, em 1872, dois Bispos brasileiros ao banco dos réus, durante a célebre "questão religiosa". Por outro lado, o Decreto nº 119-A, do Governo Provisório, de 17 de janeiro de 1890, que abolira o padroado, estabelecera no Brasil um regime de separação entre a Igreja e Estado, que parecia uma afronta à maioria católica da população. Ele dava lugar a um estado não-confessional, em que o nome Deus era riscado dos atos públicos, o catolicismo nivelado às seitas protestantes minoritárias no mesmo regime de liberdade religiosa, os símbolos religiosos afastados de todos os edifícios públicos, o casamento civil instituído, as propriedades de "mão morta" ameaçadas de expropriação. Tudo isso configurava um regime liberal que tinha sido claramente condenado pelo magistério oficial da Igreja, particularmente pelo *Syllabus* de Pio IX.

O episcopado tinha portanto manifestado, pela *Pastoral Coletiva* de 19 de março de 1890, ao mesmo tempo sua alegria e sua apreensão, sua aprovação a certos aspectos da nova situação e sua reprovação a outros. Pode-se ver na *Pastoral Coletiva* um aplauso discreto da Igreja à nova ordem, de mistura a certas repreensões que lhe dão a tônica geral. Algumas destas se ligavam a problemas que a Igreja considerava vitais colocados pela mudança institucional. Outras se revelaram ineficazes e foram rapidamente esquecidas, no curso ulterior dos acontecimentos. De qualquer forma, uma leitura atenta poderia perceber no documento sinais de uma abertura da Igreja à conciliação. Assim, por exemplo, no tópico final, lia-se o seguinte:

"Basta que o Estado fique na sua esfera. Nada tente contra a religião. Não só é impossível, nesta hipótese, que haja conflitos, mas, pelo contrário, a ação da Igreja será para o Estado a mais salutar, e os filhos dela, os melhores cidadãos, os mais dedicados à causa pública, os que derramarão mais de boa mente o seu sangue em prol da liberdade da pátria. Ah! não se consigne, pois, na Carta Constitucional da República Brasileira uma palavra que ofender possa a liberdade da consciência religiosa do país que é na sua quase totalidade Católica Apostólica Romana /... É o que esperamos para que se evitem o funesto flagelo das dissensões religiosas, a desunião profunda dos espíritos, nesta quadra melindrosa".[5]

A Constituição republicana

Esta atitude de expectativa da Igreja em face da Constituição a ser elaborada explicava-se pela atuação na capital da República de um grupo organizado de positivistas, cuja influência se julgava grande, e pela propagação difusa de suas idéias junto à intelectualidade da época. Sabia-se, particularmente, que eram positivistas Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro, membros do Governo Provisório.[6] Esta influência do positivismo, se bem que real, aparecia exageradamente aumentada aos olhos dos homens de Igreja, que tendiam a lhe atribuir toda sorte de manobras anticlericais. Mais profunda na realidade seria a influência de uma vertente anticlerical do neoliberalismo da época, acirrada e generalizada durante o pontificado de Pio IX por reação contra o ultramontanismo que o caracterizou e sobretudo pela polêmica em torno da "questão romana". Livres-pensadores de tendência anticlerical, como então se podia classificar Rui Barbosa, desempenharam nos primeiros tempos da República papel muito mais relevante que o dos positivistas, na elaboração das novas instituições políticas.

Como quer que seja, o projeto da nova Constituição, tornado público pelo Governo Provisório a 22 de junho de 1890, justificava em vários pontos as apreensões manifestadas pelo episcopado: sujeição dos bens da Igreja à lei de "mão morta", reconhecimento e obrigatoriedade do casamento civil, laicização do ensino público, secularização dos cemitérios, proibição de subvenções oficiais a qualquer culto religioso, proibição de se abrirem novas comunidades religiosas, especialmente da Companhia de Jesus, inelegibilidade para o Congresso de clérigos e religiosos de qualquer

---

[5] O *Episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis do Brasil*, Tip. a vapor de Jorge Seckler & Comp., S. Paulo, 1890, p. 84 s.

[6] Benjamin Constant, na realidade, jamais pertenceu à ortodoxia do *Apostolado Positivista* e Demétrio Ribeiro acabaria rompendo com ela pouco mais tarde.

confissão. Assim como o Decreto nº 119-A motivara a primeira reunião do episcopado brasileiro, o projeto de Constituição será ocasião para a segunda, realizada em São Paulo nos primeiros dias de agosto de 1890, sob a presidência de D. Antônio de Macedo Costa, recém-nomeado Arcebispo da Bahia e primaz do Brasil. O documento que é fruto dessa reunião, uma *Reclamação* dirigida ao Chefe do Governo Provisório, tal como a *Pastoral Coletiva* de 19 de março, é da autoria do próprio D. Macedo Costa. Retomando ponto por ponto os artigos do projeto considerados ofensivos aos direitos da Igreja, o protesto do espiscopado procura refutá-los à luz de uma teoria teológico-política segundo a qual o Estado não pode progredir senão sob os auspícios da religião e termina prometendo lutar pelos interesses da Igreja "usando energicamente de todos os meios legais". A 6 de novembro seguinte, o episcopado publica novo protesto, desta vez sob a forma de um *Memorial* dirigido à Assembléia Constituinte, de mesmo teor que a *Reclamação*. E, a 12 de janeiro de 1891, às vésperas da definitiva votação da Carta, D. Macedo volta mais uma vez à carga, desta vez em seu nome pessoal, como primaz do Brasil, exortando os membros da Assembléia a apagar da Constituição "as cláusulas ofensivas da liberdade da Igreja Católica".

Na realidade, D. Macedo não se limitou na sua luta a redigir protestos oficiais. Sabe-se que ele e o Ministro da Fazenda Rui Barbosa, do Governo Provisório, estabeleceram contatos com certa assiduidade, desde os primeiros dias da República,[7] através de encontros pessoais e troca de correspondência, a fim de acertar uma solução que satisfizesse ao mesmo tempo os interesses do Estado e da Igreja. Se a Igreja tinha interesse em evitar medidas mais radicais, mesmo o tradutor e prefaciador de *O Papa e o Concílio* devia perceber, por outro lado, que era temerário desconhecer, num país como o Brasil, o prestígio popular e a força política da Igreja Católica.

No texto da Constituição aprovado finalmente a 24 de fevereiro de 1891, certas concessões foram feitas com relação ao projeto de 22 de junho: os bens da Igreja foram poupados, as ordens e congregações admitidas sem reserva alguma. Algumas medidas, cuja ratificação era inevitável em virtude do que então se considerava a própria natureza do Estado liberal, foram mais tarde reinterpretadas num sentido acomodatício, favorável aos interesses da Igreja: assim foi possível à Igreja Católica receber

[7] Pe. Manuel Barbosa, *A Igreja no Brasil (notas para a sua história)*. Rio de Janeiro, Edit. e Obras Gráficas A Noite, 1945, p. 288 s.

subvenções da administração pública, durante o primeiro período republicano, a título de ajuda a obras de beneficência.[8] Outras, finalmente, foram mantidas na sua integridade, e a Igreja foi forçada a resignar-se: casamento civil, ensino leigo, secularização dos cemitérios, recusa de direitos eleitorais aos religiosos ligados por voto de obediência (exime-se, portanto, o clero secular da cláusula restritiva).

Papel da Santa Sé

Na determinação da política seguida pela hierarquia brasileira naquelas circunstâncias, o peso da Santa Sé foi considerável, muito embora nem sempre seja possível seguir seus encaminhamentos em todos os meandros e medir em cada passo o seu alcance político.

Antes de mais nada, ela funciona certamente como um dique, impedindo que as divergências que se esboçavam degenerassem em conflito ou mesmo polêmica aberta no seio da Igreja. O processo de centralização romana levado a efeito nos pontificados de Gregório XVI e Pio IX, restituindo aos Bispos brasileiros uma autoridade perante o Clero que eles não conheciam de fato desde os tempos coloniais, teve para isso uma fundamental importância.

Entre as duas posições político-eclesiásticas em causa, a primeira, isto é, a que recusava o novo estado de coisas, tinha inegavelmente em seu favor as mais nítidas tomadas de posição do magistério oficial da Igreja: condenação do liberalismo e do estado não-confessional, com toda a seqüela de suas disposições institucionais, revalorização da tradição religiosa católica e da piedade popular, tudo isso era incontestavelmente fiel à letra e ao espírito dos ensinamentos mais recentes do papado. Mas os fatos pouco posteriores sugerem que a política de conciliação efetuada pelo episcopado tenha sido admitida, senão patrocinada, pela Santa Sé: o reconhecimento diplomático do regime pelo Vaticano em 1890, a elevação em 1901 de sua representação diplomática no Rio de Janeiro à categoria de nunciatura e sobretudo, em 1905, a criação do primeiro cardinalato brasileiro e primeiro também da América Latina, na pessoa do Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde, ao cabo de uma árdua e vitoriosa batalha diplomática do Governo brasileiro, são marcas inequívocas de boa vontade em relação ao regime, sinais portanto de consentimento à política de conciliação levada a efeito pela hierarquia.

Isto, aliás, se coaduna bem com a atitude tomada em outras circunstâncias pela Santa Sé no seu relacionamento com o Governo brasileiro

[8] Cf. Pe. Desidério Deschand, *A situação atual da religião no Brasil*, Rio de Janeiro, Garnier, 1910, pp. 155-163.

(por exemplo, durante a "questão religiosa") e, de um modo geral, com o conjunto dos Governos americanos: quando colocada em face de situações de fato, em que certos grupos de fiéis são levados a entrar em conflito com as autoridades constituídas em virtude do seguimento de princípios teoricamente defendidos pela Igreja, a Santa Sé tende a buscar a conciliação e a desaprovar uma radicalização de posições. Ademais, é necessário levar também em consideração que, desde 1878, governava, no Vaticano, Leão XIII, cujo pontificado se caracterizou exatamente por um relaxamento das tensões acumuladas no plano internacional pela política do seu predecessor.

Rescaldo da crise

Privada de sustentáculo e de reforços, a facção mais radical do clero se restringe pouco a pouco, até que as décadas de 20 e 30 lhe venham trazer um socorro externo e um estímulo, graças à expansão das ideologias conservadoras e integristas na Europa.

Na maioria do clero e no conjunto da Igreja Católica no Brasil, nota-se uma progressiva aproximação em relação ao regime e à sua ideologia liberal. Bem logo são restituídas à hierarquia as marcas exteriores de prestígio e respeito, e mesmo acrescidas. Os homens políticos, mesmo antigos livre-pensadores como Rui Barbosa, sentem-se obrigados a fazer pública confissão de fé em suas campanhas. Por outro lado, da *Pastoral Coletiva* de 1890 à de 4 de junho de 1922, torna-se patente o caminho percorrido pelo episcopado: nesta última, nenhuma menção é feita das questões ainda suspensas e que motivaram as queixas por vezes acres que constituem a tônica da primeira, preferindo o episcopado insistir na boa vontade e cordialidade que impregnavam na época as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil. Evidentemente, também aí é necessário levar em consideração o peso e a sombra do Vaticano sobre o comportamento da hierarquia: casamento civil, secularização dos cemitérios não constituíam em 1922 como em 1890, aos olhos de Roma, questões de maior importância, nem mesmo o regime de separação que se generalizara como instituição irreversivelmente. O fato, porém, é que o estilo de relacionamento com o mesmo regime republicano se transformara.

Essa transformação, somada a uma formação seminarística montada segundo os padrões romanos, tem evidentemente conseqüências na vida e na mentalidade do clero. Na medida em que este se romaniza e liberaliza, tende também a se urbanizar e elitizar. O clero do interior ou das cidades não deixa, evidentemente, de estar presente junto ao povo. Mas entre o homem do povo e o padre a distância se acentua do ponto de vista cultural e ideológico, desde o momento em que a formação intelectual do

segundo se faz de acordo com padrões romanizantes e que a sua posição política se identifica com a dos grupos que detêm o poder.

Renunciando, pela adesão ao Estado liberal, à função de coadjuvante do Estado na ordenação da sociedade, que até então sempre exercera no Brasil, levada, em virtude do ideário que presidia ao processo de romanização que sofreu, a aferrar-se à função *espiritual* de levar os homens a abrir-se para um sobrenatural meta-histórico, induzida também, por uma convergência de pressões de Roma e do regime brasileiro, a assumir a função moralizante de transmitir os valores que asseguram a ordem na sociedade, a Igreja na Primeira República aparece como uma instituição ao mesmo tempo estranha e necessária. Estranha porque, pela sua própria característica de Igreja, se encaixa com dificuldade na nova ordem de coisas que se está implantando no país; necessária porque é valioso instrumento na manutenção da ordem, que sacraliza e abençoa aos olhos do povo.[9] Beneficiada pelos favores do Estado, mas expulsa por este das benesses do poder, ela exerce sobre o conjunto da população certo tipo de autoridade não-oficial, mas implicitamente reconhecida pelo regime e por ele valorizada dentro de seus limites. Esta a imagem da Igreja que se plasma durante a Primeira República e que será transmitida às gerações seguintes.

O progresso institucional e suas contradições

O fim do padroado e o advento do regime de separação significavam para a Igreja uma liberdade de movimentos até então desconhecida no Brasil, cujas vantagens foram por ela aproveitadas sob vários aspectos.

No que tange, por exemplo, à organização hierárquica, as injunções do padroado e do regalismo tolheram enormemente, durante o período imperial, as nomeações episcopais e a criação de novas dioceses pela Santa Sé. A Primeira República significou deste ponto de vista uma acelerada recuperação de terreno. Em 1889, constituía o Brasil uma única província eclesiástica, constando de uma arquidiocese e 11 dioceses. Em 1930, havia no Brasil 16 arquidioceses, 50 dioceses, 20 prelazias ou prefeituras apostólicas. O contingente de padres aumentou seguramente, embora seja difícil estabelecer sua exata progressão em virtude da falta de informação sobre os primeiros anos da República. Levantando-se os empecilhos da legislação imperial ao desenvolvimento das ordens e congregações religiosas, foi prodigiosamente estimulado o estabelecimento de religiosos e reli-

[9] Veja-se, a esse respeito, a análise de Montenegro, João Alfredo de Sousa, *Evolução do catolicismo no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1972, p. 154 ss.

giosas estrangeiros, já iniciado nas últimas décadas do período monárquico, e incrementaram-se aos poucos as vocações brasileiras. Tudo isso, contribuía para criar, nos últimos anos da Primeira República, um clima de euforia e otimismo.

Esse clima tinha no entanto algo de ilusório. O clero se apresentava numeroso devido a um forte contingente de padres estrangeiros, e as vocações não progrediam num ritmo correspondente ao crescimento da população. Havia, sobretudo, um marasmo e uma tendência à rotina, que emperravam a atividade pastoral e missionária da Igreja, prejudicando a vitalidade de sua presença na sociedade, vícios que já em 1900, com admirável lucidez, o Pe. Júlio Maria havia denunciado,[10] sem que, 30 anos mais tarde, a situação se apresentasse substancialmente alterada. Limita-se quase que exclusivamente a atividade de Igreja à distribuição dos sacramentos e à pregação dominical. O elevado número de padres estrangeiros não é de molde a favorecer uma superação da distância, a que já se aludiu, entre as camadas populares e o clero. Os movimentos de renovação que, a partir da Europa, começam timidamente a penetrar no país durante a década de 20 (apostolado leigo, movimento bíblico, movimento litúrgico) começarão a dar seus frutos nas décadas seguintes, sobretudo nos centros urbanos.

Encastelada em suas posições adquiridas, prestigiada pelo poder, divorciada do catolicismo popular, vinculada ideologicamente à centralização romana e aos favores do Estado, a Igreja Católica no Brasil, em torno de 1930, não parece preparada para enfrentar com êxito as transformações sociais, políticas e econômicas que se anunciam.

2. OS INTELECTUAIS CATÓLICOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A intelectualidade brasileira e o Cristianismo

A movimentação de idéias no final do século XIX estava marcada no Brasil por diferentes correntes de pensamento. Os sistemas da vida espiritual daquele século, o Romantismo e o Positivismo, estavam presentes através de cristalizações que se elaboraram a partir destes sistemas aparentemente diversos, mas que revelavam certo parentesco, uma vez que estudavam o passado e pro-

[10] Pe. Júlio Maria, "A religião. Ordens religiosas. Instituições pias e beneficentes no Brasil", *in Livro do Centenário*, t. I, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, pp. 123 ss.

curavam encontrar neste os germes do futuro. O Romantismo encarava a unidade de pensamento, esquecendo-se da diversidade do real, convencido da verdade do ideal, desprezando o rigoroso encadeamento mecânico ao qual o que deve subsistir como realidade precisa se submeter. Daí a diversidade de expressões de volta ao passado como critério e ponto de referência, diante dos desafios da realidade do momento, em busca de um critério mais seguro. O Positivismo, ao contrário, tem o seu ponto de partida naquilo que é dado de fato, levando em consideração as diversidades e oposições da realidade, buscando decifrar as leis pelas quais os fenômenos do mundo real aparecem e se desenvolvem. Tais sistemas estavam na origem de outras correntes de pensamento que, não apenas na Europa, se espalharam e tomaram forma também aqui no Brasil.

Tanto o evolucionismo, ligado à tendência da filosofia positivista, manifestando a influência e a progressiva importância das ciências naturais no campo do pensamento, quanto o positivismo serão expressivas manifestações do naturalismo e do antimetafisicismo do século XIX, impregnando o ambiente cultural de naturalismo. "A noção do aperfeiçoamento indefinido do indivíduo, que a filosofia evolucionista encerra, condizia com os intelectuais dessa nova classe de bacharéis e doutores e libertava-os, ao mesmo tempo, das crenças teológicas sem os obrigar a aderir à religião da Humanidade. A elite burguesa brasileira encontraria no evolucionismo uma síntese filosófica que justificava a sua atitude política, social e até religiosa, pois que, como diz Engels, o próprio agnosticismo era uma maneira de aceitar ocultamente o materialismo e renegá-lo publicamente."[11]

A vida intelectual brasileira no século passado desenvolvia-se a partir de um *espiritualismo eclético*, oriundo de Victor Cousin, conforme atestam Leonel Franca e Sílvio Romero.[12] Caminhando em seguida para o *naturalismo evolucionista*, sobretudo com Tobias Barreto e Sílvio Romero, na Escola do Recife. E, em seguida, para o positivismo antimetafísico, ocorrido no final do século passado e início da República, e que teve em Miguel Lemos e Teixeira Mendes seus principais Chefes no Brasil. O ambiente naturalista expressava-se ainda, conforme Alceu Amoroso Lima, em duas outras correntes: o *ceticismo agnóstico*, sob a influência de

[11] João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, 2ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967, p. 281.

[12] Pe. Leonel Franca, *Noções de história da filosofia*, Rio de Janeiro, 1921. Sílvio Romero, *A filosofia no Brasil*, P. Alegre, D. Zeitung, 1876.

Machado de Assis, aqui, e de Anatole France e Eça de Queirós, fora, e o *espiritualismo* subjetivista de Farias Brito e do simbolismo.[13] Nosso ambiente cultural se distribuía, pois, por estas três correntes de pensamento – o espiritualismo, o materialismo e o ceticismo. Podemos dizer que, durante este final do século XIX, o que se constatou foi a crescente descristianização das camadas superiores da população, enquanto que as expressões religiosas da camada popular conservavam sua fé tradicional, apesar de marcadas pelos vícios de uma formação religiosa mais sentimental que racional.

Ora, o século XIX foi palco de diversas correntes de pensamento, que inclusive procuraram integrar suas novas concepções com a crença religiosa, com a fé cristã. Muitas dessas concepções e teorias foram objeto de considerações e, muitas vezes, condenações pelo magistério da Igreja. O Papa Pio IX redigira um catálogo de proposições, o *Syllabus* (em 1864), que formulava os principais erros do liberalismo, do socialismo e da ciência – sobre a possibilidade natural do conhecimento de Deus e sobre o dever de acolher a revelação de Deus com a obediência da fé. A Constituição dogmática sobre a *Fé Católica,* do I Concílio do Vaticano (1870), formulava a doutrina da Igreja diante do que considerava os erros do século XIX – materialismo, racionalismo e panteísmo; como também das perigosas tendências do tradicionalismo e do fideísmo. E esse Concílio proclamou o primado do Pontífice romano e a infalibilidade deste quando fala *ex cathedra*, isto é, quando no exercício de sua função de pastor e de doutor de todos os cristãos, define, em virtude de sua autoridade apostólica, uma doutrina sobre a fé ou sobre os costumes para toda a Igreja. Fazendo apelo aos esforços empreendidos, após o século XIX, para conciliar a religião cristã com as conclusões da filosofia agnóstica e da ciência histórica de inspiração racionalista, surgiu o Modernismo. O objetivo desse movimento era o de entrosar com o Cristianismo os diversos setores da cultura, cujo desenvolvimento tornava-se cada vez mais estranho ou hostil à dimensão religiosa. O Modernismo deixou de lado as posições atacadas pelo racionalismo e procurou um novo fundamento para a religião. Este fundamento não seria mais o fato histórico da pessoa de Jesus e de sua obra, nem nenhuma verdade tendo valor absoluto, mas se limitava unicamente à aspiração interior do homem. O Modernismo opunha-se ao racionalismo irreligioso, porém seu espírito destruía os fundamentos objetivos do Cristianismo como religião revelada. O Papa Pio X condenou-o

[13] Pe. Júlio Maria, *op. cit.*, p. 211 (2ª ed. Rio, Agir, 1950).

em 1907, pelo decreto *Lamentabili* e pela encíclica *Pascendi*; e, em 1910, passou a vigorar para o clero dedicado ao ministério sacerdotal e ao magistério, a prestação de um juramento – contendo as rejeições de todas as afirmações importantes do Modernismo sobre a revelação e a tradição cristã, e afirmando a submissão à fé e à doutrina da Igreja.

Dos conflitos da Igreja Católica com o mundo moderno depreende-se que a Igreja encontrava dificuldades para acolher as conseqüências da Revolução Industrial, comportando-se muitas vezes como se ainda estivesse numa sociedade aristocrática e rural. As teses do Liberalismo, afastando a Igreja de suas posições-chave tradicionais (assistência aos doentes, aos pobres e ao ensino), encaminhavam cada vez mais para a autonomia leiga. Enquanto isso o cientificismo difundia a idéia de que, no conflito que opunha a ciência à fé, a ciência, isto é, o progresso, seria inevitavelmente o vencedor. O Papa Leão XIII (1878-1903) volta-se para o futuro e em face dos ataques dos adversários – equivalência entre fé e obscurantismo, promulga a encíclica *Aeterni Patris* (1879) incentivando o estudo da doutrina de Santo Tomás de Aquino, pelo qual se poderia conciliar a razão e a fé. Aos 15 de maio de 1891 promulga a encíclica *Rerum Novarum*, em que condena o capitalismo moderno e a usura; declara legítima, recomendável a propriedade privada, condenando os abusos modernos, e salienta que o trabalho não é mercadoria, mas um direito acompanhado e sustentado por outros direitos. Ketteler e Doellinger, na Alemanha; Manning, na Inglaterra; Lamennais, Buchez e Lavigerie, na França; e Gibbons, na América do Norte, representam o catolicismo social da Igreja no século XIX, e o próprio Papa Leão XIII afirmou que Ketteler foi seu grande antecessor.

Se as idéias *liberais* e *socialistas* foram integradas e assumidas por elementos católicos nos diferentes países europeus no século passado, estudados por Roger Aubert, na sua grande obra sobre o Pontificado do Papa Pio IX,[14] outros católicos se encarregaram de assimilar e difundir também as idéias tradicionalistas.[15]

Carlos de Laet

Com o advento da República e a separação oficial da Igreja e do Estado, em um momento de grandes dificuldades e de ameaças ao prestígio da Igreja no Brasil, vão se revelar novas forças para uma "verdadeira e gradativa fé religiosa nas elites e uma exten-

[14] Roger Aubert, *Le pontificat de Pie IX (1846-1878)*, t. 21 da *Histoire de l'Église* (dir. por Fliche e Martin), Paris Bloud & Gay, 1952.

[15] Cf. Jean Touchard, *História das idéias políticas*, trad. port. Publ. Europa-América, vol. V, pp. 110-125; vol. VI, pp. 108 ss.

são da mesma no povo, embora enfrentando novos obstáculos, provindos tanto da indiferença religiosa geral, sempre agravada, como da interferência das seitas protestantes e do surto inquietante do espiritismo e dos cultos fetichistas africanos entre o povo, e de novas filosofias agnósticas ou anticatólicas, nas elites".[16] No crepúsculo deste século era, porém, escasso o número de católicos militantes que manifestassem a consciência das exigências e do alcance do Cristianismo na vida econômica, política e social. Carlos de Laet, orador acadêmico, jornalista literário e de combate, foi uma das vozes em defesa dos frades estrangeiros – enviados pelo Abade de Maredsous, na Bélgica – que seriam os mestres dos frades brasileiros, na ressurreição monástica, sob a direção de Dom Gerardo Von Caloen. "Estou cansado, senhores, de citar-vos padres, frades ou congregados estrangeiros que têm sido amigos e benfeitores do Brasil... Eu não sei por que só contra os frades se deve irritar essa disforme hipertrofia do patriotismo... Em religião, senhores, não distingo pátrias ou nacionalidades. O meu Deus, o meu Soberano e Bendito Jesus não é um brasileiro: é um judeu... O cabeça visível de minha Igreja não é brasileiro, é agora italiano, Sua Santidade Leão XIII."[17] No mesmo tom, conclamando à pacificação dos espíritos, este militante católico salientava a atuação e importância de tantos companheiros estrangeiros e naturalizados, que muito colaboravam na imprensa, na vida política e social do país.

Pe. Júlio Maria

Surge neste mesmo cenário o Padre Júlio Maria (1850-1916), doutor em Direito (*Dissertação sobre a letra de câmbio* e *Discurso de doutoramento*, publicados em 1875), viúvo e depois disso sacerdote, ordenado em 1891. Um dos intelectuais católicos do período, Jônatas Serrano (1885-1944), em seu livro sobre este sacerdote, descreveu o campo de atividade dessa grande figura: "Em breve o apostolado de Júlio Maria, ainda pouco antes o Dr. Júlio César de Morais Carneiro, ia encher de admiração e entusiasmo, não apenas Mariana, nem somente Minas, mas o Brasil, do extremo sul ao extremo sorte, numa pregação única em nossa história pelo seu caráter e pela sua extensão. Por todo o vastíssimo território nacional vibrou a palavra persuasiva do robusto apóstolo. Só não a ouviram Goiás e Mato Grosso".[18]

---

[16] Alceu Amoroso Lima, "O catolicismo no Brasil", *in Encicl. Delta Larousse*, vol. IV, Rio de Janeiro, Ed. Delta, 1964, p. 1.862.

[17] Carlos de Laet, Conferência pronunciada no Círculo Católico do Rio de Janeiro em 22 de maio de 1903, *in Carlos de Laet*, Publ. especial da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1951.

[18] Jônatas Serrano, *Júlio Maria*, Rio de Janeiro, Livr. Boa Imprensa, 1924, p. 52.

A trajetória das diversas atividades de Júlio Maria, através de conferências, discursos, inúmeros artigos em jornais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, colocara-o em destaque como pregador público, com a veemência dos melhores tempos da eloqüência sagrada, sobretudo pregador nas igrejas do interior do país e nas suas famosas conferências do Assunção, no Rio de Janeiro, em quatro séries, de 1897 a 1900, sobre o dogma, a moral e o culto católico, iniciadas com o estudo "A Igreja e o povo".[19] Integrante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (a partir de 8 de dezembro de 1899), foi convidado a participar das comemorações do 4º Centenário do Brasil, para as quais escreveu "O catolicismo no Brasil (Memória histórica)". Esta obra é uma tentativa (primeira no seu gênero) de analisar criticamente a presença da Igreja na sociedade brasileira, em três fases sucessivas: colonial, monárquica e republicana.

Sua vida inicialmente foi marcada por um período de mocidade, contemporâneo do Manifesto Republicano de 1870 e das influências da Escola de Recife, impregnado de naturalismo filosófico e negativismo religioso. Por volta de 1884, conforme Jônatas Serrano, Júlio César demonstrava já que proclamava sua fé, pelo Prefácio para o livro de poesias *Segredos d'Alma.* Numa de suas páginas de *Apóstrofes* descreve sua conversão: "Pensarão que nunca li Darwin, Augusto Comte, Littré e Büchner. Li, reli-os. Eu também bebi na escola, no livro, no jornal, nesses vasos dourados o veneno da filosofia. Eu também li em Laplace que Deus é uma hipótese inútil; em Humboldt que o universo é um simples encadeamento de leis naturais e imutáveis; em Büchner que tudo na Criação se reduz a isto – força e matéria. Eu também li nos darwinistas que o homem é um macaco aperfeiçoado; nos positivistas que a religião é uma forma social progressiva; nos materialistas que a imortalidade é uma quimera. Eu também li, aprendi e professei tudo isso; mas eu caí como São Paulo do meu cavalo, encontrei, depois de um golpe vertiginoso e louco, o meu caminho de Damasco. Cético... eu bebi no Evangelho o vigor, a energia, a força que quebra todas as setas dos séculos."[20] Ora, essas *Apóstrofes* revelam uma constante afirmação teocrática, numa atitude de total rejeição e condenação das instituições políticas modernas, depois de 1789, e um destaque acentuado e exclusivo da ação religiosa como meio para solucionar os problemas políticos e sociais. Empolgou-se pela política logo após seus estudos na Faculdade, quando a causa do abolicionismo apaixonava a

[19] Pe. Júlio Maria, *A Igreja e o povo,* Juiz de Fora, Tip. Torres, 1900, p. 5.
[20] Júlio César, *Apóstrofes,* pp. 114-15.

todos. Mas Júlio César opunha-se ao abolicionismo precipitado. "Aprendemos no livro da Natureza que todas as metamorfoses são lentas, todas as evoluções, graduais. A liberdade é um direito natural do homem, seja de que raça for, caucásica, mongólia ou africana... (A escravidão,) triste legado do passado, terrível necessidade do presente, anomalia que há de desaparecer no futuro."[21]

Não sendo abolicionista, Júlio Maria também não foi republicano nem monarquista. Mas, nesta fase de conversão religiosa, Júlio César, segundo A. A. Lima[22] "... passou de Büchner a Donoso Cortés. É a fase que podemos chamar de reacionária de sua evolução filosófico-política... Foi a conseqüência natural de uma conversão violenta. Foi a passagem de um extremo ao outro. É curioso mesmo que, ao lado de Joseph de Maistre e Donoso Cortés, dois reacionários católicos, os nomes que ele cita mais freqüentemente são os de Savonarola e Lamennais, dois católicos extremistas, um francamente apóstata no fim da vida, a despeito de sua profunda nostalgia, quase que subconsciente, da Igreja, e outro que levou a sua justa reação contra o mau papa Alexandre VI até os limites do "zelo indiscreto". Aliás, foram magníficas de coragem e previsão suas apóstrofes contra o Império maçonizado e decadente".

Sua etapa seguinte, a do sacerdote Júlio Maria, a partir de 1891, e de sacerdote redentorista, em 1905, manifestará já um equilíbrio entre o negativismo naturalista e o catolicismo reacionário, motivado já pela nova fase da Igreja – incentivada pelo Papa Leão XIII sobretudo com a encíclica *Rerum novarum*. E este grande apóstolo, no início da República, procura advertir os católicos conservadores ou reacionários contra o engano de ligar a fé a um regime; censura a tímida e incompleta fé religiosa daqueles que não participam da luta social, com falsos pretextos de falta de ortodoxia dos seus líderes; formula o que lhe parece constituir o dever atual dos cristãos e sacerdotes em nossa pátria: "Com o direito de brasileiro, católico e padre, disse e demonstrei que o clero no Brasil não pode nem deve presentemente encastelar-se nos santuários, contemplando de longe o povo e pensando que fará obra de Deus só com as nossas festas e os nossos panegíricos... O que, por assim dizer, deve ser a sua missão é isso que no mundo inteiro, neste momento solene e trágico da sociedade moderna, se impõe como programa ao catolicismo: consorciar os espíritos, pacificar as almas – harmonizar as vontades neste imenso conflito das

---

[21] Júlio César, *Questões políticas*, Rio de Janeiro, Tip. Montenegro, 1885, p. 22.

[22] Pe. Júlio Maria, Cap. do *Livro do Centenário* já citado, pp. 9-10 da 2ª edição.

paixões pessoais contrariadas com os princípios de uma nova ordem de coisas; substituir às questões políticas, erroneamente predominantes nos Governos, nos parlamentos e nos jornais, a questão social, que é a questão por excelência, porque ela afeta os interesses fundamentais do homem e da sociedade; não mais pleitear privilégios que já não têm razão de ser; dar aos partidistas intolerantes dos novos regimes a persuasão de que já não é prudente nem lícito resistir, no que é justo e legítimo, à força nova que agita o mundo; mostrar aos pequenos, aos pobres, aos proletários, que eles foram os primeiros chamados pelo Divino Mestre, cuja Igreja foi logo, desde seu início, a Igreja do povo, na qual os grandes, os poderosos, os ricos também podem entrar, mas se têm entranhas de misericórdia para a pobreza; sujeitar o despotismo do capital às leis da eqüidade; exigir dele, não só a caridade, mas a justiça a que tem direito o trabalho; dignificar o trabalhador; cristianizar a oficina; levar o ensino cristão, os supremos postulados da consciência humana às fábricas, onde a máquina absorve o homem, não lhe deixando tempo senão de ganhar dinheiro, queimar carvão, ou aperfeiçoar a raça dos animais; proclamar bem alto a eminente dignidade do operário na cidade de Deus, que Jesus Cristo fundou na Terra, não com as castas, as aristocracias, as burguesias ou as dinastias, mas com o povo e para o povo; convidar francamente, sem hipocrisia política, nem covardia religiosa, a democracia ao banquete social do Evangelho."[23]

Descrevendo sua atividade apostólica através do curso de conferências do Assunção, o Pe. Júlio Maria dizia-o "extraordinariamente concorrido pela mocidade das escolas, pelos homens da política, do Parlamento, da imprensa, das letras, da magistratura, do comércio, pelos representantes das classes dirigentes da sociedade".[24] Esta preocupação da Igreja em estar presente no ambiente cultural, a fim de proclamar sua mensagem, era manifestada por outras tentativas, mais ou menos limitadas à União Católica Brasileira, fundada por Jônatas Serrano (1907), e à iniciativa do Professor Eugênio de Barros Raja Gabaglia, Diretor do Colégio Pedro II. Católico militante, este aproveitou a presença dos Bispos que, em 1915, se reuniram em Nova Friburgo e sugeriu pela primeira vez "a idéia de fundar-se uma Universidade Católica no Brasil".[25] E, gradativamente, tomavam consciência os cristãos de suas responsabilidades sociais e apos-

---

[23] *Idem*, p. 245-247.
[24] *Idem*, p. 240.
[25] Laurita Pessoa, Raja Gabaglia, *O Cardeal Leme*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1962, p 56.

tólicas. Um impulso novo é dado pela divulgação da Carta Pastoral de Dom Sebastião aos cristãos de Olinda,[26] quando lembra nossas tradições religiosas nas cidades e no campo, as práticas religiosas, a ausência da irradiação cristã nos diversos setores de trabalho, da vida política, social e cultural. "Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, Governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo?... Somos uma maioria que não cumpre seus deveres sociais... somos pois uma maioria ineficiente. Eis o grande mal".[27] Esta Pastoral que lançava "como que o programa de uma ação católica militante e viva" ia despertando o clero e os leigos para uma militância cristã na sociedade.

Jackson de Figueiredo

Nessa época, um jovem nordestino – Jackson de Figueiredo (1891-1928) – procedente de Salvador, onde concluiu seu curso jurídico, vem para o Rio de Janeiro (1915). Tendo vivido as inquietações do anarquismo e do ecletismo trágico de Nietzsche, participando de atividades literárias e cívicas, no Rio, conhece pessoalmente Farias Brito, a quem já estava ligado espiritualmente, e dele recebe lições que marcarão sua vida interior. A morte de Farias Brito, em 1917, tem grande repercussão em Jackson. Vivera num certo momento mergulhado no ceticismo, mas, aos poucos, fora-se empolgando pelo espiritualismo subjetivista de Farias Brito, que o orientava no caminho da crença religiosa. Enquanto se dedica à atividade jornalística, consegue impor-se no meio intelectual do Rio com sua obra *Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias Brito* (1916). Sua atenção e simpatia pela fé católica se desenvolvem, marcadas por certas interrogações - por que uma maioria de católicos dominada por uma minoria de descrentes? Teve imensa repercussão sobre ele a Carta Pastoral de D. Leme. Correspondeu-se com o Arcebispo e escrevia já a Perilo Gomes: "A crer em Deus, não há outra saída: o catolicismo. Tudo o mais é conversa, é individualismo, orgulho, bobagem."[28] Jackson, na primeira página de *Pascal e a inquietação moderna* (1922), descreve seu estado de espírito: "Hoje sinto que sou ... um católico, na mais rigorosa significação do nobilíssimo termo, um homem que, conscientemente, abdicou do seu individualismo intelectual nas mãos amantíssimas da Igreja Católica."

---

[26] *Carta pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo de Olinda*, Petrópolis, Vozes, 1916.
[27] *Idem*, p. 6.
[28] Carta de 8 de abril de 1920.

Jackson veio a constituir posteriormente o grande renovador do movimento católico brasileiro do século XX. É difícil no entanto situar sua vida e obra dentro da confusa fermentação de idéias que formava o contexto intelectual e ideológico dos anos que precedem a Revolução de 1930.

Após sua fase espiritualista, que Jônatas Serrano considera ainda um tanto hesitante, e sobretudo após sua conversão ao catolicismo em 1918, lança-se numa ação direta na sociedade. Percebera que a vertente agnosticista que parecia predominar na intelectualidade brasileira de então se devia a uma perda de contato da Igreja com as letras e os intelectuais, julgando ser esse divórcio uma das prováveis causas que contribuíram para a anarquia e a indisciplina intelectual no Brasil.

Se Jackson atuava com liberdade no campo político e social, toda a sua energia foi orientada para a ação católica. Em 1921, funda a revista *A Ordem* e, no ano seguinte, o *Centro Dom Vital* – órgãos pelos quais vai exprimir-se a inteligência católica e difundir-se um amplo apostolado. Jackson parecia pertencer "a esta casta de homens cheios de um heroísmo nobre, designados naturalmente para estimular, para orientar, para comandar e para combater", segundo o testemunho de Sérgio Buarque de Holanda.[29] Segundo Alceu Amoroso Lima, Jackson foi o condensador de três tendências que se vinham desenrolando no Brasil, do século XIX ao século XX: o materialismo, o espiritualismo e o ceticismo. E "de cada uma delas viria qualquer coisa ao seu pensamento. Mas repudiou todas três, ultrapassando-as todas por meio da Síntese Católica".[30] Sua preocupação fundamental seria a da ação política do catolicismo. "Esta é a fase mais significativa da sua existência: aí vai extremar-se o seu espírito polêmico em conferências e artigos de jornal. É que ele se empolga pela causa que abraçou, consumindo-se em sua defesa. O catolicismo é para Jackson de Figueiredo algo muito vivo, que não se resume à fé ou doutrina, mas é uma atitude diante de tudo. Insurgindo-se contra o que lhe parece ser errado, combate o pensamento inimigo da Igreja, como o Positivismo ou o Evolucionismo."[31]

Mas se procurarmos compreender melhor a razão dessa impetuosidade e dessa fecunda atuação de Jackson de Figueiredo com seus companheiros (leigos e eclesiáticos, inclusive Dom Sebastião Leme), neste

[29] *Jackson de Figueiredo, In memoriam,* Rio de Janeiro. Centro Dom Vital, 1929, p. 148.
[30] A. A. Lima. "Sem lugar", *ibid.*, p. 558.
[31] Francisco Iglésias, "Estudo sobre o pensamento de Jackson de Figueiredo", *in História e ideologia*. S. Paulo, Perspectiva, 1971, p. 138.

esforço de se entregarem ao estudo, às discussões e ao apostolado, através sobretudo de *A Ordem* e do *Centro Dom Vital*, será importante situar o clima de uma certa estagnação anterior à terceira década do século, que tomará novas feições no decorrer desta.

Uma primeira observação será a de que não havia manifestações importantes no campo intelectual de elementos que estivessem presentes e atuantes na cultura do país e assinalando um rumo — como antes o fizeram os positivistas Miguel Lemos e Teixeira Mendes ou o dissidente Pereira Barreto, os evolucionistas Tobias Barreto e Sílvio Romero, Rui Barbosa e Tavares Bastos na política, Machado de Assis na literatura, Euclides da Cunha, Farias Brito e outros pensadores. Além disso, a nossa originalidade no campo das idéias era reduzida, pois nossas expressões foram, na maioria das vezes, repetições de receitas de escolas de outros centros, sobretudo europeus, sem serem profundamente criticadas ou confrontadas com a nossa realidade, onde tomavam forma e expressão.

E, na medida em que a Igreja percebeu que os cristãos não influenciavam o Estado, o que permitia a atuação de elementos anticlericais na direção política do país, tomou consciência da importância de sua presença, temerosa de uma laicização que se anunciava. Alguns de seus membros, escritores empenhados na luta pelo fortalecimento da fé contra os liberais indiferentes, maçons e positivistas, terão pouca influência e repercussão: Carlos de Laet, Felício dos Santos, Eduardo Prado e Afonso Celso vão se perder em polêmicas e denúncias daquilo que lhes parece errado, carecendo, contudo, de uma formação filosófica e política mais segura, para uma visão mais penetrante dos problemas. Assim, o catolicismo brasileiro permanece como uma vaga religiosidade, sem consistência, apegada a manifestações exteriores. O clero é reduzido e seu nível intelectual, de modo geral, pouco profundo. O pequeno número de escritores católicos, sem expressão, não conhece a fundo a doutrina que sustenta. A grande maioria da intelectualidade brasileira é positivista, evolucionista, ou manifesta indiferença religiosa. Um escritor espiritualista, Farias Brito, embora não fosse católico, reagiu contra o positivismo e o evolucionismo, e influenciou outros na direção do catolicismo, inclusive Jackson Figueiredo.

Mas "a década de 20 altera esse ambiente. No ano de 1922, com a Semana de Arte Moderna, assiste-se ao surgimento do movimento modernista, que vai transformar a literatura nacional; é fundado o Partido Comunista; Jackson de Figueiredo funda o *Centro Dom Vital* e dá início ao lento processo de vitalização do catolicismo; também é de 1922 a eclosão,

no plano político, do Tenentismo, que traduz as inquietações de expressivos setores do Exército ante a prática política do país, corrente que vai marcar rumos e será em parte responsável pelos sucessos de 1930".[32]

As obras de poesia, romance ou crítica literária de Jackson não têm maior valor. Mesmo suas obras sobre filosofia não são de profundidade, pois carecia de formação sistemática e de um maior conhecimento da literatura filosófica. Destacou-se no jornalismo, onde com entusiasmo debateu seus temas prediletos. Como abordou problemas do momento, vividos ao sabor das suas manifestações conjunturais na realidade brasileira e no exterior, sobretudo os problemas posteriores imediatamente à Grande Guerra (a revolução soviética e as dificuldades da implantação do socialismo, o fascismo na Itália e a doutrinação da direita na Europa Ocidental, o confronto entre liberalismo, socialismo, cientificismo e o pensamento tradicional), expondo o pensamento católico em face destes acontecimentos do momento correu o risco de fazer equívocos e afirmações indébitas ou de julgar com demasiada severidade. Naquele momento de interrogações e abertura de novas perspectivas, com o agravamento das tensões geradas pelo capitalismo e a irrupção de novos regimes no cenário político internacional, os líderes intelectuais foram levados a optar. E no campo do pensamento católico, no qual se alçava Jackson de Figueiredo, sentia-se a tentação de uma opção de direita, pois no outro extremo estava o comunismo.

Se Jackson não tendeu para o fascismo, é porque a Igreja condenava o extremismo de se absolutizar o Estado. Em muitas de suas obras, no entanto, citou os tradicionalistas Joseph de Maistre, De Bonald, Donoso Cortés, Lamennais, Louis Veillot, Charles Maurras e ideólogos da *Action Française* (depois se separou destes últimos) – que foram condenados pela Igreja. Indício de uma leitura assídua que certamente era acompanhada por uma atração.

A atividade e preocupação principal de Jackson de Figueiredo serão, pois, a do catolicismo, mas numa perspectiva um tanto rígida de considerar os grandes movimentos e transformações que a sociedade experimentava como equívocos em que ela se perdia, abandonando a firmeza e harmonia garantidas pela aceitação da fé na Igreja Católica. Daí suas preocupações com a legalidade, a ordem, autoridade, nacionalismo, moralismo, e, em face dos êxitos dos adversários, a censura à negligência dos católicos, que não conseguiam impor entre nós a sua força. Mas é importante,

---

32 *Idem*. p. 157.

na década que antecede a Revolução de 1930, a presença atuante de Jackson de Figueiredo, como líder, catalisador e marco de vitalidade do laicato católico brasileiro. Após sua morte (1928), continuaram a revista e o *Centro Dom Vidal* afastados do caminho da política partidária. Mas a grande semente da Ação Católica Brasileira, que se organizará alguns anos depois, foi lançada em terreno fértil. "A partir da conversão de Jackson de Figueiredo ... houve um surto crescente de expansão do catolicismo entre as elites intelectuais, como até então nunca houve em qualquer momento de nossa história."[33]

Pe. Leonel Franca

Um dos mais cultos e atuantes intelectuais do país, o Pe. Leonel Franca (1893-1948), sacerdote jesuíta desde 1923, teve enorme influência na formação religiosa da juventude e dos intelectuais nos, seguintes vinte e cinco anos.

"A mim me parece que o meu campo de apostolado natural seria entre os homens e os acadêmicos."[34] Desde a fundação do *Centro Dom Vital* (1922), L. Franca mostrou-se por ele interessado e tornou-se seu assistente eclesiástico (de 1928 a 1936), nomeado por Dom Sebastião Leme, quando este Centro passou a ser um órgão de Ação Católica. Seu ideal apostólico e de procura da verdade motivou-o já em 1923, de Roma, a publicar A *Igreja, a Reforma e a Civilização.*

Retornou ao Brasil em 1925, depois de doutorar-se em Filosofia e Teologia. Então se dedicou ao apostolado entre os jovens, no Colégio Anchieta (Nova Friburgo) e no Colégio Santo Inácio (Rio), a partir de 1928. Ocupou diversos cargos dentro de sua ordem religiosa e lançou-se num infatigável serviço sacerdotal – professor, escritor, orador sacro e assistente eclesiástico de diferentes grupos. Não apenas assistiu e orientou grupos de cristãos, como incentivou-lhes novas perspectivas de apostolado, no espírito da Ação Católica, inspirado pelas orientações do Papa Pio XI. Entre eles, os universitários católicos do Rio, através da Ação Universitária Católica, iniciada em 1929, que rapidamente se espalhou por outras capitais.

Destinada a reunir os magistrados, professores de Direito e advogados católicos, foi fundada a Sociedade Jurídica de Santo Ivo, em 1928, que teve a assistência eclesiástica também de L. Franca.

---

[33] A. A. Lima, "*O catolicismo no Brasil*", p. 1.871.

[34] Carta ao Pe. Madureira de 27 de outubro de 1922, *in* D'Elboux, Pe. L. G. da Silveira, O *Padre Leonel Franca*, Rio Janeiro, Agir, 1953, p. 243.

Este dedicado sacerdote promoveu também palestras e cursos, versando sobre a fé cristã e outros assuntos como a família, o divórcio e a educação, que lhe forneceram subsídios para as suas obras escritas: *Ensino religioso e ensino leigo* (1931), *O divórcio* (1931), *Catolicismo e protestantismo* (1933) e *A crise do mundo moderno* (1941). Fruto de sua intensa atividade entre os universitários e de sua presença junto à intelectualidade da época, deveu-se também a Leonel Franca e ao apoio do Cardeal Dom Sebastião Leme a fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1940, primeira do gênero no Brasil.

L. Franca destacou-se não apenas pela erudição, percebível na leitura de suas obras, mas por se revelar um grande pensador, atento aos apelos e desafios do momento, com grande capacidade de percepção, de diálogo e de testemunho da mensagem cristã.

Uma constatação final, quanto aos intelectuais católicos dentro da Primeira República, é a de sua ausência nos grandes acontecimentos do período. A Igreja não esteve presente nos momentos mais significativos do período, sobretudo na década de 20: Semana de Arte Moderna, as revoltas e movimentos que precederam a Revolução de 1930.

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO DE UM PENSAMENTO POLÍTICO AUTORITÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA. UMA INTERPRETAÇÃO

INTRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA da tradição de pensamento político autoritário formada a partir da Primeira República é hoje reconhecida por estudiosos brasileiros e estrangeiros. Corporificada sobretudo em ensaios histórico-sociológicos, essa tradição compõe-se de um conjunto de obras que criticam o modelo constitucional de 1891. É, portanto, uma tradição de pensamento que se formou tendo em vista a ação política, com evidente intenção de influir sobre os acontecimentos. O objetivo de persuadir as elites políticas e culturais da época é visível na própria estrutura narrativa, que invariavelmente se inicia com *amplas reflexões histórico-sociológicas* sobre a formação colonial do país, estende-se no *diagnóstico* do presente – no caso, a República Velha – e culmina na proposição de algum *modelo* alternativo de organização político-institucional.

Não cabe dúvida de que as origens desse conjunto de obras, de sua forma narrativa tanto quanto das preocupações substantivas que ele expressa, remontam aos tempos do Império: a Tavares Bastos, a Joaquim Nabuco, a Sílvio Romero, entre outros. É porém na obra de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, para mencionar apenas alguns de seus representantes mais notáveis, que a tradição de pensamento autoritário adquire uma configuração específica. Naturalmente, não se trata de afirmar que os autores citados sejam idênticos em toda a linha. Ao contrário, eles diferem em muitos aspectos significativos, e é exatamente este fato que torna compensadora a tentativa de interpretá-los em função de uma dimensão implícita comum, ou seja, como momento formativo de uma ideologia autoritária.

A coerência desse pensamento autoritário enquanto sistema ideológico, é necessário que se acrescente desde logo, não é uma questão pacífica. Aliás, tampouco o é a importância intelectual e político-prática dessa geração. Estes dois últimos aspectos – o valor intelectual e a atuação política dos críticos da Primeira República – não serão abordados neste trabalho, a não ser pelas indicações bastante sumárias que se seguem.

Além da importância que lhes atribuímos sob o ângulo da produção ideológica, os críticos autoritários da Primeira República constituem a nosso ver um importante momento de inflexão na vida intelectual brasileira. Ao mesmo tempo que serviam como veículo para assimilação de diversas correntes de pensamento antiliberais por parte das elites culturais do país, eles deram um impulso considerável à difusão e à institucionalização acadêmica das ciências sociais. Ao nível da prática política, além da preparação intelectual da Revolução de 1930, é conhecido seu papel nas transformações institucionais subseqüentes: a atuação de Oliveira Vianna, por exemplo, na implantação das instituições previdenciárias e do sistema sindical de corte corporativista, e de Francisco Campos na reforma educacional e como Ministro do Estado Novo. Quiçá mais importante, porém, é o fato de que o grupo de autores a que me refiro constitui a matéria mais candente do que se poderia chamar de história do pensamento político no Brasil. É através deles, pela sucessiva reinterpretação de suas obras e de seu papel na história, que ainda hoje se manifesta boa parte do debate teórico sobre a sociedade e a política brasileiras no período republicano. Apesar das descontinuidades havidas em nossa história política, como foi o caso do Estado Novo; ou talvez em virtude delas, a referência a esses autores se impõe toda vez que se procuram as conexões do presente com algum passado relevante. Sintoma disso são os cursos sobre o assunto, cada vez mais freqüentes; o aparecimento, nos últimos anos, de diversos trabalhos de exegese e avaliação; a crescente procura, e até mesmo a reedição, de obras que até há pouco se diriam relegadas ao baú das antigüidades inúteis.

Outra razão para esse retorno aos intelectuais da Primeira República é a evidente precariedade do tratamento que até hoje se tem dado à dimensão ideológica nos estudos referentes àquele período e à Revolução de 1930. Neste particular, os trabalhos disponíveis parecem oscilar entre dois extremos igualmente insatisfatórios. De um lado, análises esquemáticas em que os agentes do acontecer histórico aparecem como portadores de conteúdos de consciência universais e, portanto, conhecidos de antemão. Temos, assim, a consciência "pequeno-burguesa", o conservadorismo dos "proprietários de terra" etc. De outro, uma tendência a descrever

aqueles agentes precisamente pela *carência* desses conteúdos universais. Nesta segunda hipótese, abrem-se duas alternativas: ou vê-los como executores cegos de um percurso histórico pré-ordenado, o que equivale a renunciar a qualquer esforço de compreensão; ou substituir tais imputações simplistas pelo que se poderia chamar de *constatação do não sido*, isto é, por uma história do que a Primeira República e a Revolução *não foram*. Sem desmerecer os avanços feitos nos últimos anos, graças a pesquisas mais cuidadosas, parece claro que a bibliografia recente vem recorrendo de maneira compulsiva a frases do tipo "os tenentes *não* possuíam uma ideologia coerente" ou "os intelectuais *não* compreendiam o que se passava", "a classe tal *não* tinha consciência de seus interesses". A "incipiência" ou "imaturidade" dos agentes permeia toda a narrativa, tornando-se uma categoria explicativa básica. Vale dizer que o objeto da análise histórica se define implicitamente como a tarefa de demonstrar a não-coincidência dos processos reais com os conceitos-limite que sobre eles se projeta; e assim vai-se constituindo peculiaríssima historiografia, na qual o intérprete é credor do passado e não o inverso.

O fato, para retomarmos aqui os objetivos do presente ensaio, é que a bibliografia disponível, praticamente sem exceção, parte do discutível suposto de que as dificuldades se apresentam apenas na identificação das *bases sociais* da produção ideológica, e não também na descrição imanente desta. Esvai-se desta forma uma boa parte do objeto de estudo – a produção intelectual, as ideologias – substituído por vagas alusões ao seu grau de "maturação", à sua "correspondência", ou não, com os processos "reais", ou algo no gênero. Em boa medida, como é óbvio, trata-se da presença implícita de uma concepção inadequada do fenômeno ideológico, ao qual via de regra se dá um sentido restritivo e banal. O pensamento é dito não ideológico, seja por ter um circuito de comunicação limitado às elites, seja por não corresponder ao que o intérprete acha que um sistema ideológico "deve" conter em suas representações. No máximo, no caso dos pensadores autoritários da Primeira República e dos anos 30, admitir-se-á a presença de ideologia no sentido de pensamento irrelevante, solto, "descolado" do mundo real.

Mas não se trata, apenas, de insuficiência conceitual e metodológica; ou antes, insuficiências desse tipo não se apresentam, no caso, desvinculadas de razões históricas mais substantivas. A modéstia dos esforços dedicados ao estudo da produção intelectual da Primeira República tem muito a ver com o descrédito das idéias autoritárias e notadamente da doutrina fascista, no pós-guerra. O próprio fenômeno fascista, diga-se de passagem,

passou a ser descrito como "não-ideológico", "desconexo", mero voluntarismo personalista e oportunista. Como poderia o pensamento autoritário brasileiro, mera importação imitativa disso, constituir um objeto de estudo? Com a redemocratização do país em 1945, uma complexa teia de atitudes e interesses contribuiu para selar as descontinuidades intelectuais produzidas pelo Estado Novo, dificultando ainda mais a apreensão e a crítica do pensamento autoritário das décadas anteriores.

Equivocada, a meu ver, quanto à importância teórica, quanto à relevância para a situação brasileira, e em certos casos até mesmo quanto à procedência da inspiração autoritária que aqui vicejou, a historiografia que assim se desenvolveu há muito vem reclamando uma revisão.

Até aqui, tenho falado como se existisse no Brasil uma "história das idéias" como atividade intelectual estruturada e contínua. É óbvio que quase nada no gênero existe, se pensamos em trabalhos críticos ou expositivos de certo fôlego. Nem poderia ser de outra maneira se, como vimos, pairam dúvidas quanto à existência do eventual objeto dessa história. É por esta razão que este estudo se inicia com uma discussão sobre problemas gerais de interpretação e método. Através dela procuro indicar a efetiva existência de uma *problemática* no campo da história do pensamento político brasileiro. Nas referências esparsas, às vezes sumaríssimas, ao pensamento dos críticos da Primeira República, é possível discernir interpretações diversas, fundadas em diferentes pressupostos, e cada uma delas conduzindo a uma distinta estruturação das indagações substantivas. Em lugar de uma investigação bibliográfica detalhada, que poderia ser enfadonha, optei pela apresentação e crítica de quatro "modelos".

Na segunda parte apresento as linhas gerais do modelo ideológico que julgo haver se configurado na obra dos críticos da Primeira República e na prática institucional neles inspirada (ou, pelo menos, por eles aplaudida): uma perspectiva que denominei de "ideologia de Estado". Por definição, esse "modelo" não coincide necessariamente com o pensamento de qualquer autor isolado. É uma "reconstrução", e uma hipótese, para pesquisas posteriores. Tampouco me estendo sobre as bases sociais dessa visão ideológica. Suas raízes seguramente se encontram no colapso de certa modalidade de liberalismo vivenciada pelas elites culturais brasileiras da época. O aprofundamento deste aspecto, porém, exigiria uma abordagem histórico-genética e uma análise laboriosa de textos ou autores específicos, empreendimento demasiado extenso no âmbito deste trabalho.

1. PROBLEMAS DE INTERPRETAÇÃO E MÉTODO

Toda investigação histórica que se preze visa ajustar algum *modelo* aos objetos estudados. É modelo, na história das idéias, todo esforço de interpretação global de um autor, período ou corrente de pensamento. Quando bem-sucedido, o ajustamento toma a forma de uma estrutura articulada de proposições capaz de dar conta, global e simultaneamente, dos conceitos explícitos do autor ou obra estudada, dos diversos planos e figuras através dos quais se desenvolve sua linguagem, de eventuais "incoerências", e assim por diante. Pouco importa se o ajustamento do modelo se faz pela identificação de um conceito-chave, pela explicitação de supostos ou, ainda, por aproximação com algum autor ou paradigma conhecido. Obviamente, a adequação do modelo dependerá de sua capacidade como instrumento para fixar contornos e encontrar momentos significativos de ruptura ou transformação, e assim apreender a unidade subjacente entre autores diversos ou durante um período.

A ideologia autoritária de Estado, cujos componentes procuro delinear mais adiante neste trabalho, é um modelo como qualquer outro: uma "leitura", para utilizar a expressão da moda. O que importa fixar, porém, neste momento, é a necessária pluralidade das "histórias" fundada na pluralidade de modelos que é possível construir. Reconhecer este fato não implica subscrever um subjetivismo radical na teoria da história. Ao contrário, implica o reconhecimento de que a elaboração de modelos interpretativos e o eventual desacordo entre eles são também momentos da história real.

Parece-me possível identificar quatro modelos[1] principais na bibliografia que direta ou indiretamente se refere aos intelectuais da Primeira República, ou, mais exatamente, à corrente dos críticos "realistas" do modelo constitucional da Primeira República. São os seguintes: o modelo institucional-cientificista, o modelo historicista-nacionalista, o modelo classista e o modelo do autoritarismo esclarecido. Na discussão que segue, não procurarei fazer um levantamento detalhado da bibliografia, mas sim indicar a reconstrução da história intelectual que se associa a cada um destes modelos.

Os dois primeiros – o institucional e o historicista – reconstroem a história das idéias no Brasil como uma sucessão de momentos imperfeitos – ideoló-

[1] A discussão dos três primeiros modelos baseia-se em grande parte nos trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos, citados nas notas 2, 7 e 8. Minhas divergências com as interpretações desse autor ficarão igualmente claras no texto.

gicos? – em direção ao conhecimento cabal, científico, da "realidade brasileira". Os autores do passado, não importa a partir de quando, desfilam como precursores assintóticos do próprio intérprete, que se auto-elege como paradigma de cientificidade. Mas este suposto, comum aos dois primeiros modelos, apresenta-se num e noutro com implicações bastante distintas.

O modelo institucional-cientificista estabelece uma distinção radical entre duas fases, tomando como divisor de águas a institucionalização das atividades de ensino e pesquisa em ciências sociais nas universidades brasileiras. A apreensão correta da "realidade" é assim referida à assimilação da parafernália acadêmica das ciências sociais e não ao conteúdo substantivo das interpretações. Trata-se, como é óbvio, de uma periodização rudimentar, mas foi a partir dela que Djacir Menezes, Costa Pinto, Florestan Fernandes e outros elaboraram textos de certa influência ao final dos anos 40 e início dos 50. A crítica dessa orientação foi feita de maneira exata por Wanderley Guilherme dos Santos: "As conseqüências [de sua aplicação] são evidentes. Dado que o período científico das ciências sociais no Brasil [na definição dos que adotam tal modelo] se inicia com a criação de cursos superiores, a importação de professores estrangeiros e a introdução de técnicas de investigação de campo, e dado que isso só se verificou no segundo quartel deste século, segue-se que a exposição da história do pensamento político-social brasileiro é extremamente simples: até o segundo quartel deste século produziram-se ensaios sobre temas sociais, a partir de então produziu-se ciência."[2]

Na realidade, aplicado ao objeto específico do presente estudo, isto é, aos críticos da Primeira República, esquemas de análise semelhantes ao que acabamos de mencionar têm produzido resultados ainda menos desejáveis que os antevistos por Wanderley Guilherme dos Santos. Pois, com efeito, têm levado ao desmembramento daquelas obras em hipóteses ou observações isoladas, que o intérprete aceita ou rejeita enquanto contribuições "objetivas", em detrimento de uma análise sistemática, capaz de indicar suas raízes e seu sentido enquanto visão da sociedade e enquanto modelo político. O melhor exemplo disso talvez seja o desproporcionado destaque concedido, em Oliveira Vianna, por exemplo, aos "laivos racistas" de sua sociologia, à sua "metodologia objetiva", ou ao que se supõe haver sido sua visão do problema agrário no Brasil, tudo isso de preferência a uma análise articulada do conjunto de sua obra. Sem dúvida, o *moto* "tudo é colonial na colônia", palavra de ordem do modelo que discutiremos em seguida, deixa-se também entrever na

[2] W. G. dos Santos, "A Imaginação Político-Social Brasileira", *Dados* nºs 2/3, 1967, p. 186. Ver neste artigo uma relação de trabalhos exemplificativos da premissa institucionalista.

atitude institucional-cientificista, que reserva para os autores nativos, em lugar da exposição sistemática, a dignidade máxima dessa contabilidade de acertos esparsos.

Existe, como indicamos acima, uma versão historicista da mesma idéia: um segundo modelo que postula como paradigma, não a instrumentalização institucional das ciências sociais, mas a apreensão correta da "realidade" através de algum prisma nacionalista. Presente em diversos trabalhos dos anos 50, notadamente nos que se inspiraram no extinto ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), essa posição foi explicitamente articulada por Guerreiro Ramos, autor, diga-se de passagem, de alguns dos melhores ensaios sobre a história das idéias políticas no Brasil. Para Guerreiro Ramos, a justificação mesma dessa história, entre nós, repousava na contribuição que ela poderia dar para a superação da antinomia entre, de um lado, valores ou interesses particulares de grupos sociais e, de outro, o processo objetivo do "desenvolvimento nacional". Num de seus trabalhos mais conhecidos, de 1954, afirmava ele como ponto de partida a possibilidade de "dar uma definição concreta do interesse nacional em todos os planos da vida brasileira"; definição essa que estaria condicionada à elaboração de "... uma teoria sociológica da realidade brasileira; de uma teoria que formulasse a direção dominante do processo de desenvolvimento [ultrapassando] a condição partidária e [situando-se] exatamente no plano da ciência sociológica".[3] Acrescente-se que, para Guerreiro Ramos, a ciência sociológica alcança esse caráter de certeza indiscutível precisamente na medida em que se deixa guiar pela "indução", o que para ele parece significar observação sociológica guiada pela reflexão sobre o "interesse nacional". Dados estes objetivos, a história das idéias apresenta-se como uma parte essencial da metodologia sociológica, pois a teoria da realidade brasileira se constitui, em parte pelo menos, pela reconstrução dos momentos parciais cuja progressão histórica aponta para o conhecimento cabal através da ciência ou, mais exatamente, da consciência nacionalista.

Como todo modelo, também este é seletivo. Mas o é de uma maneira especialíssima, que incumbe assinalar. Ao contrário do modelo anterior, seu objeto se define, pelo menos à primeira vista, como reconstituição do conjunto de articulações que dão sentido a uma geração, a um período ou a uma encruzilhada histórica. E da mesma maneira que no modelo institucional-

[3] A. Guerreiro Ramos, "Esforços de Teorização da Realidade Brasileira, Politicamente Orientados, de 1870 aos nossos Dias", *in Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia* (São Paulo, 1955).

cientificista, sua principal dificuldade encontra-se na definição do estatuto teórico do *erro*, ou seja, da parcialidade ou do caráter ideológico das produções intelectuais do passado. Admite-se desde o início que o momento da emancipação, vale dizer, da tomada de consciência "científica" dos interesses e da perspectiva nacionalista não é arbitrário, mas sim dependente da maturação de condições materiais objetivas ao nível da sociedade global. Não obstante, e esta é precisamente a ótica da historiografia inspirada neste modelo, o exame da produção intelectual passada permite discernir antecipações de uma consciência nacionalista objetiva, pequenos fachos de luz que se destacam num fundo de sombras, de ideologia, de caricata aristocracia colonial.[4] A apreensão destas duas metades, como veremos, exige dois pesos e duas medidas. Existiria assim, de um lado, o pensamento ideológico propriamente dito, sobrevivência de condições já superadas ou em via de superação. A esse pensamento aplica-se o esquema de análise *classista*, de que trataremos adiante, pois se trata obviamente de pensamento socialmente determinado e que deve ser visto em função das classes sociais, das teias do cotidiano e das relações sociopolíticas da época. E existiria, de outro lado, o pensamento não-ideológico, ou prestes a emancipar-se da ideologia, ao qual cabe aplicar a categoria da *intelligentzia* liberta. Um exemplo desta, no caso brasileiro, seria precisamente o grupo de críticos da Primeira República, cujo pensamento, em vez de refletir alguma determinação social, é assim considerado *at face value* como percepção correta e objetiva da realidade.

Trata-se, em resumo, de uma reconstrução cindida ao meio. Há uma história das luzes e há uma história das trevas. À história das luzes pertencem Alberto Torres, Gilberto Amado, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos. Estes vão para o trono, graças à acuidade de sua percepção sociológica e à perspectiva nacionalista, que possibilita o registro de eventuais equívocos racistas e até ameniza, quando não dispensa por completo, a menção do autoritarismo político. À história das trevas pertencem a *ideologia da ordem* (Jackson de Figueiredo) e a *ideologia da jeunesse dorée* (Afonso Arinos).

Note-se que a crítica aqui feita ao modelo historicista-nacionalista não é a utilização mais ou menos implícita de um critério de *qualidade* intelectual (e é disso, em última análise, que se trata, pois de uma maneira ou de outra todos os nomes citados eram "nacionalistas"); mas sim o fato de que esse critério é introduzido *em prejuízo* de uma análise do pensamento do primeiro grupo como *sistema ideológico*. Aliás, em todos os trabalhos inspirados neste

[4] A discussão que segue refere-se a A. Guerreiro Ramos, *A Crise do Poder no Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 1961), seção intitulada "Três Momentos Ideológicos do Brasil".

modelo, os pensadores estatal-autoritários são tratados como um momento insubsistente por si mesmo; como "precursores" e como "antecipações" ao pensamento objetivo, não ideológico.

Os ensaios de Guerreiro Ramos, cujo valor obviamente não pode ser aquilatado nesta sumaríssima nota crítica, deixam entrever claramente as promessas e limitações do terceiro modelo mencionado – *o classista* – na história das idéias da Primeira República. Nesta rubrica incluo alguns poucos estudos e um grande número de referências fragmentárias em trabalhos de análise histórica, elaborados todos a partir de quadros conceituais mais ou menos clássicos da sociologia do conhecimento. É o que se poderia chamar de senso comum na história das idéias, variando em qualidade desde o excelente – como a análise que faz Guerreiro Ramos da *jeunesse dorée* – até o simplesmente atabalhoado. O procedimento padrão, como é sabido, consiste em tomar um autor ou grupo de autores e ajustar ao conteúdo manifesto de suas obras os modelos clássicos – vale dizer, europeus do século XIX – do pensamento "conservador", "pequeno-burguês", "reacionário" etc. Via de regra o intérprete que assim procede não se vê obrigado a explicitar de antemão os componentes do modelo, contentando-se em "reconhecê-lo" ou presumi-lo sabido e compartilhado pelo leitor. Afinal de contas, não são conhecidíssimos os interesses e as formas de falsa consciência da "pequena burguesia"? Neste particular, como foi anteriormente indicado, as posições variam entre a aplicação mecânica de esquemas clássicos à guisa de descrição da estrutura de classes e a negação de sua aplicabilidade, através de alusões à "imaturidade" ou à "incipiência" das classes na formação social brasileira.

Malgrado o convite que encerra as imputações mecânicas, para não dizer banais, seria errôneo reclamar desde já um epitáfio para a perspectiva classista. Uma reconsideração mais rigorosa do aspecto ideológico e intelectual nos estudos sobre a Primeira República e a Revolução de 1930 não poderia porém prescindir de um exame cuidadoso das questões aqui suscitadas. Essa necessidade se apresenta *a fortiori* para a historiografia mais recente, na qual a natureza dos agentes do suceder histórico vem perdendo a anterior condição de suposto dogmático e passando ao cerne mesmo da investigação. Na condição de que avanços correlativos sejam feitos na interpretação dos *conteúdos* da produção ideológica, é óbvio que o estudo das relações entre essa produção e as classes sociais (ou qualquer outra categoria indicativa de posição socioeconômica) conserva sua validade e relevância como hipótese de trabalho.

Tentativas mais recentes no sentido de definir uma perspectiva de análise no campo da história das idéias políticas têm conferido maior ênfase ao conteúdo *autoritário* do pensamento dos críticos da Primeira República. Ins-

pirado, ao que tudo faz crer, na tese de Barrington Moore Jr. sobre o desenvolvimento capitalista pela via autoritária, Jarbas Medeiros vem publicando na *Revista de Ciência Política* uma série de artigos sob o título geral de "Introdução ao Pensamento Político Autoritário Brasileiro".[5] Sua preocupação é nitidamente factual, expositiva, não oferecendo uma conceituação explícita e discriminativa do que seria esse pensamento, e dando a entender, por omissão, que todos os autores estudados (Oliveira Vianna, Alceu Amoroso Lima, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Plínio Salgado) o representaram da mesma forma e no mesmo grau. Parece lícito afirmar, sem embargo, que Jarbas Medeiros trabalha com uma hipótese fraca, isto é, genérica, sobre as relações da ideologia com a prática histórica: supõe que o pensamento estudado acha-se de alguma maneira em relação de "correspondência", de "afinidade" ou de "reflexo" com o padrão autoritário das relações sociais e das instituições políticas.

Na interpretação desenvolvida por Wanderley Guilherme dos Santos, ao contrário, a hipótese do *autoritarismo esclarecido* acha-se plenamente configurada, servindo-nos portanto como exemplo do quarto modelo. No primeiro dos três trabalhos que produziu sobre o assunto, Wanderley Guilherme dos Santos vai pouco além de um censo bibliográfico e de uma crítica, parte da qual reproduzimos acima, aos modelos institucionalista e historicista-nacionalista. O estudo da história das idéias político-sociais é aí referido apenas à intenção de reconstruir uma "memória nacional", revalorizando aqueles autores que, "se não tiverem outro mérito, contribuíram para formar o solo ideológico de que, consciente ou inconscientemente, partimos todos".[6] No segundo trabalho, publicado em 1971, elabora uma proposta metodológica e apresenta uma interpretação. Sugere que a análise se dirija para a apreensão de formas ou estruturas implícitas no discurso político, de sua "disposição anterior... também chamada padrões de explicação".[7] Essa proposta, à primeira vista pelo menos, abre caminho para uma apreensão estrutural das obras, evitando tomá-las como desvios ou como realizações imperfeitas de algum paradigma e conseqüentemente para repô-las no fluxo efetivo da história intelectual.

A tentativa que faz Wanderley Guilherme dos Santos no sentido de identificar tal estrutura no discurso político brasileiro é porém assaz decepcionante. *Uma tendência a perceber os processos ou acontecimentos políticos em cate-*

---

[5] Ver *Revista de Ciência Política*, volumes 16, 17 e 18.

[6] Obra citada na nota 2, pp. 190-191.

[7] Ver W. G. dos Santos, "Raízes da Imaginação Política Brasileira", *Dados*, nº 7 (1970), p. 138.

gorias dicotômicas, dualistas: nisto é que consistiria para esse autor a moldura interior do pensamento brasileiro, do século XIX para cá, em contraste com o estilo que ele chama de "maquiavélico" (personalizante) dos tempos do Império. Essa compulsão a dicotomizar o mundo não teria desaparecido no segundo pós-guerra. Ao contrário: os intérpretes do movimento de 1964, por exemplo – comprova-o W. G. dos Santos em minuciosa análise –, viram-no como entrechoque de duas forças antagônicas; e nisto seriam herdeiros diretos dos críticos da Primeira República, por exemplo, cuja estrutura de argumentação assentava-se igualmente numa dicotomia: a percebida disjunção entre o "país legal" e o "país real"!

Consciente, talvez, do estéril formalismo dessa perspectiva, Wanderley Guilherme dos Santos procura no ensaio mais recente – que leva o significativo título de *Paradigma e História: A Ordem Burguesa na Imaginação Social Brasileira*[8] – associá-la a uma interpretação substantiva que na realidade pouco tem a ver com a anterior proposta metodológica. Nos dois primeiros ensaios, notadamente no segundo, a moldura dicotômica aparece como uma constante descarnada da história brasileira, compreendida não em função dos conteúdos que assume, mas sim das condições especiais em que se desenvolve o trabalho dos ensaístas políticos, jornalistas etc.[9] No ensaio mais recente, ela é reinterpretada como a forma externa de um - igualmente imutável – interesse consciente das elites dominantes do país: "Desde a Independência que o problema teórico e prático predominante e de alta visibilidade das elites políti-

[8] W. G. dos Santos, *Paradigma e História*, mimeo, 1975.

[9] Eis algumas definições suplementares da *imaginação política:* "O tipo de avaliações políticas que alguns homens de percepção educada, comprometidos com o público, são compelidos a fazer" (1971, p. 137); "aquele primeiro laboratório onde as ações humanas... entram como matéria-prima, são processadas e transformadas em história política" (p. 138); "instrumentos intelectuais através dos quais a realidade política adquire um desdobramento racional" (137). No ensaio de 1975 o autor reafirma que o paradigma que se estabiliza como uma "disposição interior" da imaginação política é a tendência a dicotomizar: "Encontrar uma dicotomia à qual possa ser racionalmente atribuída a origem das crises; traçar a formação da dicotomia no passado histórico nacional; propor a alternativa política para a redução da dicotomia; tal é a estrutura básica do paradigma" (*Paradigma e História*, p. 36). Neste ensaio, W. G. dos Santos abandona a idéia do "laboratório" e constata que a tendência a dicotomizar provém simplesmente da distinção entre desenvolvimentos normal e anormal, no historicismo organicista. Continua não percebendo que a disjunção entre o "país real" e o "país legal" é uma forma narrativa extremamente comum em todos os países onde se verificou uma reação forte contra o iluminismo e o constitucionalismo abstrato do liberalismo francês do século XVIII. O *Idealismo Utópico*, de Oliveira Vianna, nada acrescenta enquanto estrutura à obra de Cuoco, por exemplo: *Saggio Storico Sulla Rivoluzione Napoletana del 1799*, publicada em 1801.

cas e intelectuais brasileiras tem sido fundamentalmente este: de que modo implantar e garantir o eficiente funcionamento da ordem liberal burguesa."[10]

Não parece útil nem necessário discutir a validade desta categoria — a "ordem burguesa" –, pois em momento algum o autor a define em termos apropriados à análise histórica do pensamento político. Trata-se meramente de uma enteléquia, como a "consciência conservadora" e tantas outras que povoam a bibliografia impressionista, percorrendo incólume os últimos cento e cinqüenta anos de história brasileira. Importante, todavia, é indagar: que visão da história se articula através desse modelo? De que maneira se relacionam, nessa interpretação, o passado e o presente do pensamento político no Brasil?

O que o autor pretende estabelecer é simplesmente a existência de diferentes orientações quanto aos *meios* institucionais para a realização da mesma imutável ordem burguesa. A percepção "dicotômica", que em última análise se refere simplesmente ao jargão país legal *versus* país real, seria indicativa de maior realismo na apreciação das possibilidades históricas, ou, no dizer de Wanderley Guilherme dos Santos, de "não reificação institucional". No Império, ainda segundo o autor citado, conservadores e liberais teriam diferido em estratégia, sendo os primeiros "mais atentos para o tecido das relações que garante a eficácia das instituições", mas não no objetivo último de implantar a ordem burguesa. A partir de Sílvio Romero, toda a geração de críticos da Primeira República, munida de um esquema de análise naturalista-histórico ou naturalista-funcionalista, seria herdeira dos conservadores na medida em que pretendia o fortalecimento do poder público a fim de assegurar o "pleno florescimento" da ordem burguesa no Brasil.

A não ser, portanto, na explicitação do objetivo recôndito do processo histórico – a "ordem burguesa" – a interpretação que acabamos de resumir limita-se a incorporar a auto-imagem do próprio pensamento autoritário *à la* Oliveira Vianna, que além da glorificação da tradição conservadora do Império proclamava-se detentora monopólica do realismo político e das boas intenções nacionais. O acréscimo da "ordem burguesa" a esta visão abre-lhe porém novos e inesperados horizontes. Pois, segundo Wanderley Guilherme dos Santos, somente agora, nos anos 70, ter-se-ia dado uma alteração radical nessa problemática. Agora, afirma, "os analistas cujo paradigma é a organização social burguesa abandonaram a postura autoritária da década dos 30 e passaram a demandar a instauração de instituições liberais clássicas, onde,

[10] W. C. dos Santos, *op. cit.*, p. 43.

como é natural, teriam predominância os interesses privados".[11] Evidenciando o que afirmara no primeiro dos três ensaios, isto é, seu débito com o "solo ideológico" do autoritarismo, Wanderley Guilherme dos Santos refere-se depreciativamente à "propaganda do humanismo libertário" encetada pelos "liberais temporães". Em resumo: ter-se-ia dado nesta década uma troca de posições. Os verdadeiros burgueses, aqueles atentos ao tecido das instituições, abandonaram o centralismo autoritário, e os centralistas autoritários, ao que parece, já não são burgueses.

Os devaneios subjacentes a esta tese não precisam deter-nos por mais tempo. O importante é que, nesta recente reorientação de seus estudos no campo da história das idéias políticas, esse autor efetivamente explicita um modelo muitas vezes presente nos meandros da bibliografia brasileira: a noção de que os tecno-intelectuais alojados no aparelho do Estado constituem uma elite especialíssima, movida por intentos altruístas, por uma visão de grandes horizontes e por uma incomparável objetividade. Eminentemente realista, ela favoreceria um autoritarismo pragmático, esclarecido, temporário, cujo verdadeiro e recôndito objetivo muitas vezes escapa até mesmo aos seus beneficiários: ontem, o eficiente funcionamento da ordem liberal burguesa, hoje, "evitar que o privatismo predatório, sob a propaganda do humanismo libertário, se aproprie dos mecanismos sociais de decisão".

Nisto, seja dito à guisa de conclusão, esse modelo vincula-se umbilicalmente ao historicismo-nacionalista dos anos 50, explicitando e conduzindo ao lógico desfecho pelo menos uma de suas virtualidades: a tendência a identificar automaticamente o fortalecimento do poder público com o desenvolvimento e o progresso social. Com a seguinte diferença: que o progresso social é agora definido como o fim da "ordem burguesa", objetivo que o autor citado atribui aos antiliberais de hoje; e que o autoritarismo, antes latente, torna-se agora explícito, com a afirmação de sua racionalidade.

2. IDEOLOGIA DE ESTADO

O fascínio dos intelectuais da Primeira República, a importância e a continuidade da influência por eles exercida, e a conseqüente complexidade das questões que hoje se apresentam para o historiador das idéias, resultam de uma conjunção de circunstâncias que seria impossível sequer esboçar neste momento. Freqüentemente vinculados por dependência ou por profissão ao

[11] *Idem*, pp. 50-51.

serviço do Estado, é compreensível que dedicassem significativos esforços à reflexão histórico-política, expressando através dela um anseio de fortalecimento do poder público central. É esta, sem sombra de dúvida, a marca registrada dessa geração. Neste nível de generalidade, dizer que os movia uma aspiração de benefício próprio na escala do poder burocrático, ou algum sentimento altruísta, ou ainda um recôndito desígnio de trazer a lume a "ordem burguesa" são explicações de igual valia. Como também é correto afirmar que eram nacionalistas, seja pela inocuidade desta caracterização, seja porque, com efeito, a atmosfera do início do século é fortemente carregada de ressentimentos contra o colonialismo predatório e de temor em face do expansionismo das grandes potências. Dizer que procuraram munir-se de instrumentos científico-sociológicos na crítica ao constitucionalismo formal, também é corretíssimo. Assimilaram, como é óbvio à sociologia da época, a que estava no ar, hoje merecedora de graves reparos, mas deram, sem dúvida, importante impulso a legitimação e institucionalização das ciências sociais no país.

Meu argumento, porém, é de que a transformação do pensamento político no período considerado deve ser entendida basicamente como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade. Não haveria nesta caracterização qualquer novidade – afinal ninguém desconhece a ênfase dada pelos ensaístas dessa época ao fortalecimento do poder público central – se não fosse pela afirmação de que se assistia então à constituição de um novo *sistema* ideológico dominante. Ao contrário, portanto, da tendência predominante da bibliografia, que é a de caracterizar o movimento intelectual do período como "meramente jurídico-formal", "incoerente", "sem ideologia" ou "sem orientação programática", desejo argumentar que o exato alcance dessa inflexão no pensamento brasileiro não tem sido devidamente aquilatado.

Naturalmente, uma grande parte da divergência entre a tese criticada e a minha pode ser atribuída a diferentes concepções sobre o que seja ideologia e sobre a maneira apropriada de se estudar um sistema ideológico.[12] O mais comum na bibliografia brasileira é reconhecer sentido "ideológico" somente aos grupos de extrema esquerda e extrema direita, ou seja, somente a minorias fortemente intelectualizadas e possuidoras de um projeto explícito de mudança política conferindo portanto ao termo ideologia um sentido assaz restritivo para não dizer banal.

---

[12] Ver a respeito o meu artigo *Ideologia e Regimes Autoritários: Crítica a Linz, Estudos Cebrap*, nº 7, 1974.

Porém, a divergência é mais extensa e mais substantiva do que o indicado no parágrafo anterior. Ela se prende, de um lado, à apreensão de todo o sistema de conceitos políticos e sociais, e à visão da história e da sociedade brasileiras subjacente à produção intelectual do período em estudo e, de outro, à sintonia entre as mudanças que aqui se verificavam com as tendências de mais largo escopo no cenário mundial.

A *ideologia de Estado*, modelo que procurarei "ajustar" ao pensamento dos críticos da Primeira República e aos ideólogos autoritários da Revolução de 1930, pode ser vista como uma construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas de grande relevância nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade deste. Condensa, em primeiro lugar, toda a reação filosófica ao iluminismo e ao utilitarismo. A importância disso para a construção ideológica do início deste século não é, porém, apenas a exponenciação do antiindividualismo, que as exegeses existentes registram *ad nauseam*. É sobretudo a constituição, como veremos em seguida, de uma visão do mundo político na qual são afugentadas todas as representações conducentes à noção de um "mercado político", exorcizado em proveito das representações fundadas no princípio da autoridade e em supostos consensos valorativos.

A expressão *ideologia de Estado*, que a muitos poderá parecer imprópria, pretende exatamente acentuar o contraste com a outra matriz ideológica à qual se opõe: o Mercado. Poder-se-ia objetar, naturalmente, que o modelo clássico de mercado supõe uma representação do Estado, e vice-versa. Mas conter implicitamente não é o mesmo que conferir prioridade factual e ética. No modelo liberal clássico a imagem central ou princípio integrador *era* o mercado. Este é que estruturava uma visão abrangente da ordem social, generalizada para as demais instituições. O próprio Estado é aí teorizado em função do Mercado, como parte dele, ou como seu pressuposto, ou ainda como exceção ao seu modo de funcionamento.

O fulcro da ideologia de Estado é, ao contrário, o intento de domesticar o Mercado, e particularmente o princípio de mercado atuante nas relações políticas. Estas considerações devem ser suficientes para estabelecer de maneira definitiva a diferença entre o modelo que estamos propondo e a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos, discutida na seção anterior. Admitamos, para argumentar, que desde a Independência as elites intelectuais e políticas brasileiras vêm orientando seus esforços e reflexões no sentido de "garantir o eficiente funcionamento da ordem liberal burguesa". Que quer dizer isto? Que vêm conscientemente estimulando o *mercado político*, isto é, a formação de organizações (partidárias, sindicais etc.) autônomas e competitivas?

Interpretada desta maneira a afirmação é simplesmente falaciosa. Que vem impedindo o funcionamento do mercado político em proveito da constituição de uma ordem econômica burguesa? Por esta via quiçá a afirmação seja mais correta, mas restaria indagar: que ordenação imaginam, neste caso, para as instituições políticas? E a que ordem econômica burguesa almejam: um máximo de competição, utilizando o poder do Estado para impedir a concentração, ou um máximo de concentração, alcançável tanto pela ação quanto pela omissão do poder estatal? Não faço estas indagações a fim de sugerir que a história do pensamento político possa ser facilmente resumida sob a forma de resposta a uma delas, mas, ao contrário, para indicar que, dado que elas não comportam resposta unívoca, o "pleno florescimento da ordem burguesa" a que se refere Wanderley Guilherme dos Santos é uma camisa-de-força, e nada mais.

O modelo da *ideologia de Estado*, como veremos em seguida, pretende apreender a inflexão do pensamento brasileiro no início deste século como uma resposta bastante específica aos problemas da *organização do poder* no país.[13] Entendida desta maneira, não necessitamos diluir a problemática numa "ordem liberal burguesa" abstrata, pois a questão se torna exatamente a de compreender a específica *dissociação* que a ideologia então nascente opera no pensamento liberal clássico, tanto quanto nas orientações autoritárias importadas nas primeiras décadas deste século. Passemos, portanto, a uma esquematização do modelo da ideologia de Estado. Procurarei explicitar oito componentes dessa estrutura ideológica, embora reconhecendo que eles se superpõem em diversos pontos, tornando imprecisos e preliminares os contornos do modelo. São eles:

1. Predomínio do princípio "estatal" sobre o princípio de "mercado"
2. Visão orgânico-corporativa da sociedade
3. Objetivismo tecnocrático
4. Visão autoritária do conflito social
5. Não-organização da "sociedade civil"
6. Não-mobilização política
7. Elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política
8. O Leviatã benevolente.

[13] Uma análise que vê também na organização do poder num território como uma fase específica do processo de desenvolvimento político pode ser encontrada nos trabalhos de Fábio Wanderley Reis, "Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político", *Caderno DCP* nº 1, Universidade de Minas Gerais, 1974; e "Estado e Sociedade em Perspectiva", *Cadernos DCP*, 1974. Ver também a coletânea organizada por Jorge Balán, *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro* (São Paulo: Difel, 1974).

Estado e mercado

O ponto de partida mais geral, como já foi visto, é a distinção entre estas duas matrizes principais do universo ideológico ocidental. No modelo de mercado, e em termos típico-ideais no caso inglês dos séculos XVII e XVIII, ordem social e natureza concebiam-se a partir de uma mesma representação, dando lugar ao suposto, decididamente otimista, de que incrementos no conhecimento racional do universo e da sociedade teriam como contrapartida incrementos de *obrigação política*, isto é, de aceitação da ordem emergente. Nas sociedades formadas pela expansão européia, notadamente quando começam a superar o esquema agroexportador, iniciando-se no caminho da "industrialização tardia", o universo ideológico baseia-se numa constelação inteiramente distinta de representações e recursos argumentativos. O predomínio da matriz "estatal", definindo-se por uma fundamental hostilidade ao princípio de mercado, manifesta-se, em termos positivos, por uma tendência a exaltar as virtualidades criadoras da intervenção deliberada, e do controle coercitivo através de um poder burocrático; e em termos negativos, pela negação de qualquer racionalidade aos mecanismos de coordenação fundados em processos competitivos ou em ajustamentos automáticos compensatórios.

Como indica o próprio termo matriz, estamos falando de um modo de perceber a realidade que se manifesta em diversos níveis, permeando a linguagem e os "programas" mentais utilizados para a reflexão político-social. Seria, portanto, grave equívoco interpretá-lo dentro dos estreitos limites que a noção econômica de mercado assume na linguagem habitual. O argumento ficará mais claro se fizermos uma distinção simples entre dois níveis de análise: de um lado, o mercado econômico, ou subsistemas dele (como, por exemplo, o "mercado de trabalho"); de outro, todo o espectro de instituições "não econômicas", ou seja, sistemas de atividades nos quais o senso comum não identifica o funcionamento de um mercado. É em última análise a extensão de um em relação ao outro, nas representações e símbolos sociais, o que está em jogo na distinção entre as matrizes de Estado e Mercado. Há teorias sociológicas que negam quase totalmente o princípio do mercado, subordinando-o, por exemplo, a uma concepção do poder; e há outras em que o oposto se verifica: a interpretação dos próprios fenômenos de poder como resultantes da operação de um infinitamente complexo e onipresente mercado social.[14]

[14] O leitor interessado em examinar estas questões no contexto da teoria sociológica poderá ler com proveito as seguintes obras: Talcott Parsons, *The Structure of Social Action* (Free Press, 1966, quarta edição); Ralph Dahrendorf, *Essays in the Theory of Society*, especialmente o ensaio "In Praise of Thrasymachus" (Stanford University Press, 1968); e Peter M. Blau, *Exchange and Power in Social Life* (Wiley, 1967).

Obviamente não será necessário, para os fins visados neste ensaio, discutirmos estas versões radicais de um e outro princípio. Contentemo-nos com a afirmação de que o predomínio relativo de qualquer deles na percepção social pode ter implicações ideológico-organizativas importantes. Admitido isso, parece claro que uma das zonas de combate mais decisivas entre os dois princípios é a própria representação das relações de poder. É a partir desta premissa que a validade da ideologia de Estado como modelo de um sistema ideológico poderá talvez ser examinada de maneira frutífera. Trata-se de afirmar, precisamente, que esse sistema se define basicamente pela tendência a afugentar do terreno da organização e da ação políticas toda consideração de mercado, em proveito de representações hierárquico-coercitivas, via de regra associadas a noções de integração subjetiva ao nível dos valores e lealdades.

Visão orgânico-corporativa da sociedade

A principal razão pela qual se costuma negar ao pensamento autoritário da Primeira República e dos anos 30 a propriedade de sistema ideológico (além da utilização banal e restritiva deste conceito, como foi assinalado há pouco) é a suposta ausência nele de uma visão da sociedade e da estrutura produtiva. A interpretação que pretendemos desenvolver enfoca esta questão por um prisma distinto. O eixo básico em torno do qual esse pensamento se constitui como sistema ideológico seria, para nós, o problema da organização do poder de Estado. Não é o caso de se supor, por conseguinte, que os diversos autores que contribuíram para a sua elaboração compartilhem uma mesma concepção da sociedade existente ou uma mesma "utopia". Não obstante, parece-me possível afirmar, pelo menos como uma hipótese de trabalho parcialmente exercitada, a existência de uma representação preferencial, ou um *âmbito preferencial* de representação da estrutura social e econômica. A visão orgânico-corporativa da sociedade tem como representação preferencial da estrutura econômica uma sociedade de pequenos produtores. Em Alberto Torres, por exemplo, a utopia implícita pode ser descrita como uma sociedade concorrencial fechada na qual a existência da pequena empresa é assegurada e estimulada a competição entre os produtores. O homem é essencialmente um produtor; a propriedade é a acumulação de seu trabalho. Daí a virulência de suas críticas à grande propriedade, tanto agrária quanto industrial ou comercial, e aos bancos. [15]

[15] Se fôssemos procurar uma inspiração gêmea à desse apóstolo do nacionalismo brasileiro, ela seria certamente o *Progressive Movement* do meio-oeste norte-americano no início deste século. O progressivismo, como Alberto Torres, almejava o fortalecimento do Estado, mas de um Estado neutro, administrativo, capaz de assegurar a competição entre produtores, se necessário através de uma estrita regulamentação da atividade das grandes empresas. Ver a respeito Michael P. Rogin, *The Intellectuals and McCarthy* (The M. I. T. Press, 1967).

Porém, esta utopia não pode ser encontrada de maneira igualmente clara na maioria dos outros autores do período. Em muitos casos essa representação tem de ser investigada através da própria linguagem orgânico-corporativa, em nível abstrato, constituindo por conseguinte uma inferência sujeita a boa margem de erro. A discussão a seguir refere-se de maneira geral a essa linguagem, e pretende apenas levantar algumas hipóteses para estudo posterior.

A formação da ideologia de Estado no caso brasileiro é inseparável da assimilação pelas elites intelectuais do país do conjunto de idéias sociológicas que se convencionou chamar de *protofascistas*, ou seja, daquelas correntes que, embora exercendo inequívoca influência na formação do fascismo como doutrina e como movimento político, são muito anteriores a ele, achando-se plenamente configuradas antes de 1910.[16] Desde as últimas décadas do século XIX, é patente a influência das correntes protofascistas no Brasil. Por essa razão, um esclarecimento adequado da visão ideológica que então começou a formar-se não pode deter-se na mera constatação da *presença* do vocabulário protofascista, como tem sido feito, pois do que se necessita é um esforço no sentido de determinar *como* se deu a assimilação.

De qualquer modo, não cabe dúvida de que o ponto de partida é o estudo das metáforas organicistas que permeiam aquela linguagem, e que se vinculam diretamente à mescla de organicismo-historicista e positivismo comtiano da sociologia protofascista européia. Embora seja verdadeiro que essa sociologia estava no ar, "disponível", não se trata, em nosso entender, de uma afinidade genérica, isto é, de utilização indiferenciada ou de uma assimilação meramente imitativa. Ao contrário, nossa hipótese é de que se dá uma leitura seletiva e uma hierarquização das diversas influências, mesmo daquelas igualmente pertencentes ao amplo leito "protofascista" (o que não impede, naturalmente, a ocorrência de exceções que confirmam a regra). Embora não corresponda aos objetivos deste ensaio demonstrar detalhadamente esse caráter relativamente estruturado da assimilação, podemos sugerir algumas hipóteses a respeito.

É conhecida a extensão assumida pela metáfora da *forma orgânica*,[17] no século XIX europeu, como portadora da reação romântico-conservadora ao

[16] Ver A. James Gregor, *The Ideology of Fascism* (Free Press, 1969).

[17] Ver K. Mannheim, "Conservative Thought", *in Essays on Sociology and Social Psychology* (Oxford, 1953); Frederick B. Artz, *Reaction and Revolution 1814-1832* (Harper Torchbooks, 1963); A. James Gregor, obra citada na nota 16; G. S. Rousseau, *Organic Form: Life of an Idea.*

iluminismo, ao racionalismo e ao utilitarismo. Mas em todo o seu percurso o organicismo romântico manteve uma unidade contraditória de duas metades, uma conservadora e outra revolucionária. Na segunda metade do século, notadamente a partir de 1870, a metade conservadora funde-se com o positivismo, dando como resultado a sociologia histórico-organicista *à la* Gumplowicz, cuja influência sobre os críticos elitistas da democracia liberal – Mosca, Pareto, Michels – é bem conhecida. A metade revolucionária inspira-se no aspecto fáustico, criador, carismático, esteticista, do Romantismo. Sua tradução no plano político é invariavelmente voluntarista, mobilizante, quer na deificação fichtiana da Nação e do Estado, quer em sua forma anarquista, quer, finalmente, no mito soreliano. A ideologia fascista italiana se configura precisamente na junção destas duas correntes, com a contribuição adicional da "psicologia coletiva" de Tarde, Sighele e Le Bon, e das diversas modalidades de antiintelectualismo e anti-racionalismo do fim do século: Bergson, Nietszche, William James.

Pois bem: a absorção deste mundo de idéias na ideologia estatal-centralista brasileira se deu através de uma *acentuação* do elemento positivista e dos aspectos conservadores da linguagem organicista. Dentro desta perspectiva, é palpável a adequação da metáfora organicista para expressar uma visão conservadora do próprio processo de mudança que se pretende acionar, ressaltando a perdurabilidade do passado no presente, a concepção do crescimento e da mudança como desenvolvimento de um princípio interno contido na origem, a indispensável maturação do corpo social antes da efetivação de reformas ou enxertos institucionais .[18] O poder estatal forte é necessário não somente para erradicar os males do passado, cuja força de inércia só pode ser superada por uma cirurgia enérgica, como também para manter sob controle o próprio processo de mudança, assegurando a sobrevivência do que porventura exista de bom. Para "preservar-lhe as boas qualidades", como disse Oliveira Vianna, "extirpando-lhe as más".

Porém, não se trata, como nas versões mais exacerbadas do romantismo político, de aspirar à contemplação de uma plenitude da forma, à autodeificação da Nação. Trata-se, isto sim, de dar forma ao que não a possui. É clara,

[18] Por exemplo: "A Abolição e a República, aspirações morais do liberalismo, que as propagara romanticamente, fizeram-se um dia, de improviso, trazida uma a termo por um movimento de interesse dinástico, a outra consumada pela revolta das forças militares, *sem sucessão de antecedentes evolutivos, e sem estações de sazonamento e maturidade,* que lhe preparassem o êxito, traçassem o caminho e antecipassem as idéias e elementos de substituição." Alberto Torres, *A Organização Nacional* (Cia. Editora Nacional, 1933), p. 126. A edição original é de 1914.

sob este aspecto, a conotação forte do termo *organização* quando utilizado (e o foi com freqüência assaz cansativa) por Alberto Torres, por Oliveira Vianna, por Gilberto Amado e muitos outros. Trata-se de imprimir forma, de produzir estrutura e diferenciação funcional numa sociedade percebida como amorfa, amebóide.[19]

O componente de transformação e mudança nessa ideologia aparece assim igualmente subordinado à metáfora do organismo. A mudança tem como finalidade a produção de forma, a qual exige como primeiro requisito a constituição de um cérebro ou centro coordenador. A aquisição de forma orgânica – a *organização* nacional – estaria assim na dependência de uma influência catalisadora, de uma estrutura estatal (para lembrar aqui uma expressão de Cândido Mota Filho) capaz de "intrometer-se em todo o organismo brasileiro, despertando sua vitalidade". Sente-se também aqui o eco da concepção romanista do Estado *à la* Jellinek: "a unidade interna da nação guiada por uma vontade".[20]

É precisamente nesta junção do argumento que se insere a concepção orgânico-corporativa de uma harmonia fundada diretamente na diferenciação e na complementaridade funcionais dos órgãos da sociedade: dos grupos, classes, profissões. A transformação orgânico-vitalista impulsionada e dirigida pelo Estado permitiria, de início, salvar o país do processo de degenerescência, ou pelo menos do amorfismo invertebrado que, segundo o diagnóstico destes ideólogos, o caracteriza. E, em seguida, estruturar a divisão do trabalho e a vida social de modo a permitir que cada órgão encontre sua "verdadeira" função e essência.

Mesmo reconhecendo o caráter muitas vezes etéreo das metáforas ideológicas, parece cabível afirmar que os conceitos correspondentes na imagem de mercado – a "soberania do consumidor", a "liberdade dos

[19] Em contraste com as sociedades "de formação imemorial", a brasileira deveria seu amorfismo à escravidão e à formação colonial recente e improvisada. Este é um argumento comum nos ensaios histórico-sociológicos que fornecem o combustível do pensamento autoritário brasileiro. É curioso observar que na "teoria do Estado" alemã, à qual foram solicitados tantos empréstimos, o ponto de vista inverso é o mais comum. Para Meinecke, por exemplo, o Estado Nacional de formação antiga é assaz imperfeito. Nele, "o complexo e desconjuntado mundo do *ancien régime*, o sistema de instituições sociais, locais e regionais, tudo isso trabalhava contra a nacionalização... Os poderes patrimoniais e as corporações dividiam e absorviam em grande medida o espírito público. A idéia do todo somente era visível em inúmeras refrações". Cf. Friedrich Meinecke, *Cosmopolitanism and the National State* (Princeton, 1970), p. 14. A edição original em alemão é de 1907.

[20] Cândido Motta Filho, *Alberto Torres e o Tema da Nossa Geração* (Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1931), pp. 158 e 176.

agentes no contrato" – não se prestam com igual eficácia à estruturação verbal de uma visão tradicionalista ou, mais exatamente, à projeção tradicionalista de um processo de mudança.

Seja como for, o fato é que o desenvolvimento das representações ligadas à idéia do organismo durante o século XIX vincula-se tanto à intenção de preservar uma sociedade de pequenos produtores, ou de amortecer os efeitos da acumulação capitalista, quanto à de justificar a extensão de um poder estatal uniforme sobre entidades políticas "pré-modernas", ou, ainda, de combater certas formas mais agudas, notadamente a anarquista, de questionamento da autoridade estatal. Existe, portanto, uma visão idílica da "sociedade civil", mas ela se acha indissoluvelmente associada a uma opção não menos básica ao nível da organização do poder político enquanto tal. Um componente de contestação operária e anarquista existiu também no caso brasileiro (basta lembrar a greve de 1917 em São Paulo) mas ele é obviamente menos relevante como motivação negativa imediata que o malsinado "regionalismo", que, segundo os ideólogos estatistas, ameaçava levar o país ao desmembramento e à decomposição.[21]

Objetivismo tecnocrático

Uma condição necessária, e em certos momentos suficiente, para firmar uma reputação de ensaísta político no Brasil, tem sido a insistência na necessidade de "adaptar" as instituições à "realidade nacional". A interpretação tradicional deste *slogan*, retomada por Wanderley Guilherme dos Santos em seu recente *Paradigma e História*, é de que ele seria indício da emancipação de quem o utiliza em face do vício da *reificação institucional*. Por reificação institucional deve entender-se, segundo o autor citado, a tendência a crer que "as mesmas instituições produzem sempre os mesmos efeitos políticos, independentemente da ordem (social) em que se inserem".[22]

E é esta, com efeito, a auto-imagem dos críticos da Primeira República. Contrapondo-se ao dedutivismo jurídico-formal, eles recorreram ao

---

[21] Numa curta passagem de *A Organização Nacional*, Alberto Torres enumera nada menos de oito fatores desagregativos: a imigração e as minorias estrangeiras; a diferenciação sociopsicológica e cultural entre as várias regiões do país; o antiurbanismo individualista e o anti-solidarismo resultantes da formação colonial; a diversidade das religiões, entre as quais "fica sempre um resquício de rivalidade"; conflitos de caráter econômico, no comércio, na indústria e na agricultura, dando a entender que se devem ao estágio ainda "mecânico" da solidariedade social, para usarmos aqui a terminologia durkheimiana; a independência das relações comerciais dos Estados, que se ligam diretamente com o exterior; o movimento de pessoas, cujas trajetórias principais compõem um padrão mais centrífugo que centrípeto; e, *last but not least*, a dispersão e a anarquia da política local. *Obra citada*, pp. 64-72.

[22] W. G. dos Santos, *Paradigma e História*, p. 42.

contraste entre o "país legal" e o "país real", para indicar a inadequação das instituições de 1889 ao processo evolutivo do país.

O mencionado contraste, como é sabido, resulta diretamente da concepção organicista e positivista da História. *Resulta* dela, mas configura outro importante componente da ideologia de Estado tal como ela se desenvolveu no Brasil: o objetivismo tecnocrático. Esta atitude é uma reificação exatamente simétrica àquela que W. G. dos Santos chama de reificação institucional. Recusando a crença de que "as mesmas instituições produzem sempre os mesmos efeitos políticos", implícita no dedutivismo jurídico-formal, a atitude objetivista transfere a reificação para o nível supostamente bem definido da "realidade", afirmando que a ela deve corresponder um e apenas um "modelo político". Em outras palavras, o objetivismo combina a noção positivista de uma "realidade" externa ao observador e suscetível de apreensão cabal com a teoria das instituições da sociologia histórico-naturalista, na qual se presume a existência de uma correlação unívoca das instituições ou formas políticas com a "realidade". Nessa sociologia, como é sabido, a evolução histórica é representada como um processo de adaptação do organismo social a um macroresíduo conceitual chamado "meio ambiente", "circunstâncias históricas" ou algo no gênero. Esse meio externo permanece extra-histórico, identificando-se às vezes com o meio geográfico-material, mas sempre como uma condição estática e externa à existência da sociedade propriamente dita. A despeito dessa frágil conceituação, ou talvez em virtude dela, supõe-se que o conhecimento da "realidade brasileira" leva diretamente à construção do único modelo a ela apropriado.

A construção de modelos institucionais não constitui, a rigor, neste sentido, exercício de imaginação política, mas sim aplicação de capacidade técnico-científica. A tarefa científica da sociologia é produzir o diagnóstico que conduzirá à socioterapia tecnocrática.[23] O âmbito do político é assim concebido não mais como um processo (por certo complexo e exigente em insumos de conhecimento racional) de *escolha*, não mais como pacto ou como balanceamento de interesses, mas como algo bem distinto. Por política, nessa ideologia, deve entender-se, de um lado, com valoração positiva, uma opção técnica respaldada num definitivo ato de vontade; e de outro, com valoração negativa, a atividade de partidos e instituições

[23] Este foi o tema da mensagem inaugural de Oliveira Vianna em 1933, na oportunidade da fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

representativas: tudo o que produza desvios e incorreções no paradigna institucional, prejudicando a capacidade de "adaptação" da sociedade.

Seria ingênuo supor que a noção de "adaptação à realidade" não se tenha transformado ao tomar-se moeda corrente no vocabulário político brasileiro. Ela pode adquirir e seguramente adquiriu significado distinto em outras estruturas ideológicas.[24] O que importa salientar, todavia, é que, no período em estudo, isto é, nos momentos formativos da ideologia de Estado, ela constituiu a forma narrativa do objetivismo tecnocrático.

A ser correta a identificação da atitude objetivista e a delineação de suas implicações, parece evidente tratar-se de um componente crucial de uma estrutura ideológica autoritária. Não obstante, este fato não tem sido salientado pelos estudiosos do pensamento político brasileiro. Mesmo deixando de lado aqueles que simplesmente dão forma conceitual à auto-imagem dos ideólogos autoritários, salientando sua emancipação em face do vício da reificação, nenhuma atenção parece ter sido dada até o momento às implicações desta atitude, tão patente no vocabulário político. Como explicar tal fato? Indubitavelmente, ele se explica, de um lado, pela legitimidade que o objetivismo assume por associar-se a uma abordagem sociológica, contrapondo-se aos dedutivismos, jurídico-formais ou religiosos, e à pretensão de validade perene característica destes; de outro, pela associação com o *historicismo* da sociologia organicista, que, em aparência pelo menos, amortece o suposto básico da correlação unívoca realidade/instituições. Embora não exista opção política dentro de cada fase histórica, a visão do processo histórico como uma sucessão de fases introduz uma aparência menos determinística.[25] Na obra de Oliveira Vianna, por exemplo, a pedra de toque para a reconstrução do processo histórico brasileiro é a *mudança de função do clã rural.* Originariamente a única modalidade viável de adaptação ao meio, única instituição capaz de conferir forma e funcionalidade ao corpo social, e como tal legitimado no localismo e no poder das Câmaras Municipais, o clã se transforma com o

---

[24] Por exemplo, para o Integralismo, a adaptação implica uma estrutura política "totalitária" ou mobilizante. Cf. Plínio Salgado, *Psicologia da Revolução* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933). A citação de Cândido Mota Filho (acima, nota 20) indica claramente que os integralistas tenderam a "ler" desta maneira, radicalizando-o, o pensamento de Alberto Torres sobre o Estado que se deveria instituir no Brasil.

[25] Ver em A. Guerreiro Ramos, *A Crise do Poder,* a discussão sobre o "método fraseológico". As suposições que estamos considerando são também comuns em nossa "sociologia do desenvolvimento", com sua característica tendência a fetichizar as "etapas" agro-exportadoras, de substituição de importações etc., enquanto critério de análise política.

correr do tempo em matriz geradora de um estado generalizado de disfunção. Este teorema, ao mesmo tempo que estabelece o critério para a delineação das fases atravessadas pelo organismo em sua evolução histórica, é o prisma necessário e suficiente para a crítica ao modelo republicano como "erro" de engenharia constitucional. Impotente para conter a força centrífuga do clã, impunha-se sua substituição pelo modelo correto.

Visão paternalista-autoritária do conflito social

Enquanto o modelo de mercado vê o conflito como uma dimensão irremovível, e mesmo constitutiva, das relações sociais, as formas políticas nada mais sendo, em conseqüência, que veículos para sua expressão e canalização racional, a ideologia de Estado aproxima-se bastante da idéia de erradicação total do conflito pela adoção do modelo político (técnico) apropriado. Ao contrário, todavia, das doutrinas perfectibilistas, que estendem tal noção ao ponto de pretender a integração definitiva pela erradicação de toda forma de desigualdade e poder, a ideologia de Estado ressalva a necessidade da coerção organizada, e mesmo de seu fortalecimento, em função de sua peculiar teoria do conflito social como irracionalidade, manifestação dos impulsos infantis e malévolos da natureza humana.

Para bem compreender a elaboração desta idéia tal como ela se verificou no caso brasileiro, é indispensável atentar para a fusão da visão paternalista com as concepções do conflito próprias à matriz protofascista européia. O organicismo sociológico de Gumplowicz, por exemplo, é ao mesmo tempo um evolucionismo *darwinista,* para o qual a vida em sociedade é uma luta constante. Nas relações *entre* sociedades, a beligerância e a tentativa de extermínio são a condição permanente e inelutável. Internamente, isto é, as relações internas entre os grupos que compõem uma sociedade não diferem de maneira qualitativa apreciável das relações intersocietais, a não ser pela possibilidade de controlar o nível dos conflitos, através do Estado.

A permanência do conflito entre os grupos sociais, não a natureza dele, é o que importa nesta perspectiva teórica. O corolário político deste axioma é a universalidade e o caráter necessariamente violento do Estado. Não por acaso, a obra de Pareto, Mosca e Michels, tributária desta corrente teórica, é um ataque simultâneo ao liberalismo e ao socialismo. Criticam, naquele, o suposto otimista dos ajustamentos automáticos e a conseqüente timidez em dirigir e planejar; e neste, a utopia da integração total. Entre os ensaístas brasileiros, é provavelmente Francisco Campos o que mais se aproxima da visão gumplowicziana. Censura ele, no liberalismo, o haver concebido a realidade política segundo a imagem do "mundo

forense"; no fascismo e no socialismo, a pretensão de integração total. "A integração política totalitária – escrevia F. C. em 1935 – apesar do nome, não consegue eliminar, de modo completo, as tensões políticas internas. Se conseguisse, deixaria de existir Estado, que é precisamente a expressão de um modo parcial de integração política das massas humanas."[26]

Sendo porém um teórico bastante abstrato ou, como se costuma dizer, pouco propenso a "observar a realidade nacional",[27] Francisco Campos não é representativo nem da substância nem do estilo segundo os quais se desenvolveu a visão do conflito nos estágios formativos da ideologia que estamos estudando. Refletindo de maneira muito mais direta a experiência vivida das relações sociais – o paternalismo recém-saído do escravismo – a concepção que aqui se desenvolve segue linha diversa e sob certos aspectos até mesmo antitética à do darwinismo gumplowicziano. Onde este acentua o caráter irremovível e onipresente do conflito, o pensamento brasileiro inclina-se por uma visão solidarista, como no corporativismo católico europeu do final do século. Ao formidável poder do irracional e aos incontroláveis determinismos sociais produtores do conflito o pensamento brasileiro contrapõe uma teoria da bondade intrínseca do caráter nacional e uma teoria do conflito como mera perversidade do *id* social.[28]

Projetada no tempo histórico – vale dizer, no diagnóstico da Primeira República – esta concepção do conflito adquire a seguinte forma: a sociedade é vista mais ou menos como uma panela de pressão, inofensiva, ou facilmente controlável, desde que manipulada com prudência. Assim como o conhecimento sociológico positivo identifica na luta de facções e no regionalismo as fontes reais das perturbações do corpo social, ele também revela que o nível de pressão nas demais linhas de clivagem, e notadamente nas relações entre classes sociais, é e deverá permanecer baixo, a

---

[26] Francisco Campos, *O Estado Nacional: sua Estrutura, seu Conteúdo Ideológico* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1941, 3ª. edição), p. 50.

[27] Ver a crítica de Mário Wagner Vieira da Cunha em seu *O Sistema Administrativo Brasileiro* (Rio de Janeiro, CBPE-INEP, 1963), p. 70 e seguintes.

[28] Neste sentido, parece-me apenas parcialmente correta a afirmação de Michel Debrun, segundo a qual "o que se costuma chamar de cultura brasileira, ou caráter nacional brasileiro, não tem significado diretamente político" (Entrevista à revista *Veja*, nº 384, 14-1-1976). É verdade que estereótipos do caráter nacional são compatíveis com todos os "arquétipos" ideológicos. Porém, não é possível desconhecer a importância assumida pela descrição do caráter nacional nas formulações autoritárias, em função, precisamente, de sua teoria do conflito na sociedade brasileira. Este aspecto tampouco é salientado de maneira satisfatória no estudo de Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro*, São Paulo, Pioneira.

menos que o exacerbe alguma interferência imprudente e artificiosa.[29] Na pior das hipóteses, isto é, mesmo quando se entrevê que o desenvolvimento industrial e fatores dessa ordem irão transformar alguma coisa na sociedade, dispor-se-ia ainda assim de extensa margem de manobra para o empreendimento de elaborar instituições "adequadas" para o país. Os perigos, mais uma vez, apresentam-se sob a forma de possíveis *erros* da elite, que, aprisionada a fantasias filosóficas, ao "idealismo utópico" e ao hábito da "reificação institucional", despreza o tempo, seu maior aliado. Eis aí, em rápido resumo, a temática fundamental de boa parte das interpretações histórico-culturalistas da época: a possibilidade de uma indefinida compatibilização dos dissensos em função da disponibilidade de recursos – a "grandeza do país" – e da intrínseca bondade e cordialidade do caráter nacional.[30]

Não-organização da "sociedade civil"

Dessa concepção do conflito social depreende-se facilmente que o estado "natural" da sociedade é aquele em que nenhum interesse se organiza de forma autônoma. Inexistindo no Brasil, a não ser pela Igreja Católica, entidades tradicionais importantes de caráter não estatal, este quinto componente do modelo desenvolveu-se de maneira incisiva, sem necessidade de maiores qualificações, adquirindo duas conotações principais. Uma, o imperativo da cooptação antecipada dos interesses e agrupamentos sociais, cuja legitimidade, enquanto agentes representativos, fica assim na dependência de prévia corporativização;[31] outra, a severa deslegitimação de todo intento de projeção de interesses particulares numa arena *pública* mais ampla. Exemplos clássicos destas

[29] Embora a noção do "homem cordial" seja habitualmente associada ao livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, sua interpretação em função do projeto autoritário coube a Cassiano Ricardo. Ver sua *Contribuição para a defesa do pensamento original do Brasil.* Conferência realizada na Legião Brasileira de Ribeirão Preto, 1936; e também *O Homem Cordial* (Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959?).

[30] "Será, enfim, uma bondade por temor de Deus, por ausência de atritos econômicos, por mestiçamento conciliador de arestas psicológicas e raciais, por índole herdada do português, pela soma de tendências coincidentes na direção de certos objetivos, por euforia espacial, por sentimento de hospitalidade provindo do aborígine, por nenhuma filosofia sobre o destino" (Cassiano Ricardo, *O Homem Cordial*). Ou ainda a carta do Padre Manuel da Nóbrega ao Rei de Portugal, citada por Cassiano Ricardo: "Mandassem órfãs ou mesmo mulheres erradas, que todas achariam maridos, por ser a terra larga e grossa."

[31] O processo de cooptação é salientado nos diversos estudos sobre o sistema sindical, entre os quais cabe mencionar os de Leôncio M. Rodrigues, Francisco Weffort, Neuma Walker, Phillipe Schmitter e, numa perspectiva mais ampla, por Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado Nacional* (São Paulo, Difel, 1975).

regras de jogo podem ser encontrados na história das instituições sindicais e partidárias ou mais exatamente na história das concepções ideológicas que definem o papel "legítimo" dessas instituições. Temos, de um lado, a cisão entre os papéis do "cidadão" e do "trabalhador", que se excluem mutuamente como unidades no processo de representação de interesses junto ao Estado, equivalendo na prática institucional à segregação dos organismos de representação classista em face dos político-partidários. De outro, os impedimentos que se erguem à formação de alianças. Sob este aspecto, o alvo principal é obviamente a instituição do partido político, que é por excelência articulador e agregador de interesses e veículo para sua comunicação ampliada. Não por acaso, a instituição partidária é, aos olhos dos ideólogos do período estudado, fundamentalmente ilegítima: perigoso criador de artificialismos, o partido político seria acima de tudo um transmissor do vírus da facção, perturbador do estado natural de solidariedade.[32]

Não-mobilização

Desse caráter sistematicamente hostil à organização de interesses no âmbito da "sociedade civil" não se deve todavia inferir que a ideologia de Estado abrigue uma intenção própria de mobilização plebiscitária. Partido único integrador, messianismo político, nada disso se coaduna com essa estrutura ideológica: um cultivadíssimo realismo mescla-se aqui com a percepção elitista da irracionalidade dos menos esclarecidos, dando como resultado uma inclinação essencialmente não-mobilizadora na condução do processo político. Atenta à solidez, se não à funcionalidade, das estruturas de poder privado, a razão de Estado requer apenas uma captação controlada de recursos e energias da sociedade, sem exageros e sem componentes emocionais ou míticos capazes de perturbar o metabolismo social. A integração política totalitária, poder-se-ia escrever explicitando um pouco mais o pensamento de Francisco Campos, implica a anulação do próprio Estado como expressão de um modo parcial de integração política, e portanto do próprio objetivo da atividade política, que é uma integração apenas parcial da sociedade humana. A ideologia autoritária é uma ideologia de *Estado* neste duplo sentido: ela visa à integração político-social sob a égide tutelar do Estado e não à integração mobilizadora que desfaz a demarcação jurídica e burocrática entre Estado e Sociedade; e teme o inevitável corolário da mobilização de

---

[32] Sobre a ênfase antipartidária nas construções ideológicas dos anos 30, ver Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Sistema Partidário no Brasil* (Tese de doutoramento).

massas – a "aparição de César" – que dissolve o Estado como unidade jurídica impessoal em favor da autocracia plebiscitária.[33] O caso de Francisco Campos ilustra de maneira absolutamente gráfica esse pensamento: a opção pelo *Reckstaat*, pelo ideal de ordenação jurídica consagrado pelo constitucionalismo liberal, mas desta vez *contra* o liberalismo *político.* Enquanto se preserva, no terreno jurídico, a intenção "civilizatória" da elite cosmopolita, a racionalidade da esfera política é mais uma vez concebida como dominação cautelosa ou, para retomar a imagem de Oliveira Vianna, como adaptação às boas qualidades do país, extirpando-lhe as más. Boas qualidades seriam, no caso, aquela racionalidade sóbria, aquele sentimento das limitações humanas que os ensaístas da época discerniam no "caráter nacional". Da mesma maneira que impede a organização conflitiva de interesses nas formas que lhe sejam potencialmente hostis, o Estado pode e deve igualmente dispensar as que se empenhem na sua exaltação.

Do elitismo altruísta ao voluntarismo golpista

Toda ideologia contém uma teoria ou um conjunto de supostos sobre a natureza da mudança política e sobre a organização do poder após sua concretização. Na ideologia aqui estudada, essa teoria afirmaria, numa paráfrase de Aristóteles, que, se todos almejam a algum bem, a elite do Estado almeja ao mais alto bem. O ideólogo anseia pelo fortalecimento do Estado a fim de organizar e dar direção harmônica à sociedade, e entende que esse projeto, necessariamente altruísta e racional, requer somente a persuasão das elites e um emprego limitado e temporário da força, até criar as condições objetivas para o esclarecimento dos menos esclarecidos, entre os quais se contam, naturalmente, os adversários do momento. A mudança política aparece assim como combate intelectual, indispensável prelúdio de um grande ato de vontade. A premissa elitista dissolve a oposição abstrata entre a mudança efetivada pela via da preparação gradual de uma nova "hegemonia" e o mero voluntarismo golpista: o essencial é que a mudança resulte de um consenso intelectual *inter pares*.

O Leviatã benevolente

Na estrutura ideológica que estamos descrevendo, o Estado é visto, para usar uma expressão de F. H. Cardoso, como um "estranho Leviatã anti-hobbesiano". Mas essa percepção não resulta das razões que este autor aponta,[34] a saber, "a necessidade

[33] Francisco Campos, *obra citada,* nota 26.

[34] F. H. Cardoso, "Notas sobre Estado e Dependência", *Cadernos Cebrap,* n° 11, 1973.

da sobrevivência de todos" exigindo "*ab initio* um árbitro que lhes sopre o ânimo da convivência": pois estas são as razões do Leviatã hobbesiano. Na imagem de Hobbes, a racionalidade individual significa que os homens são naturalmente compelidos "to destroy, and subdue one another". Ora, como vimos nos itens anteriores, a concepção das relações sociais na ideologia de Estado é orgânico-corporativa, o oposto, precisamente, do "individualismo possessivo" hobbesiano.

Em nossa interpretação, o Leviatã benevolente que aparece no pensamento autoritário brasileiro é o guardião e a força vital de uma sociedade igualmente benevolente, "cordial" e cooperativa. Ele é benevolente porque a reflete em suas boas qualidades, e porque a corrige, severa mas afetuosamente, nas más: nos impulsos infantis do comportamento rebelde; nas ações altruístas, mas errôneas, porque carentes de esclarecimento; e, sobretudo, naquelas que se alimentam de motivações alienígenas, alheias à sua índole e essência.

Guardião da sociedade, o Estado é também sua força vital, "um poderoso centro de fixação e coordenação" (O. Vianna) capaz de lhe dar direção e vontade. Esta observação nos permite alcançar por uma via mais direta a quadra histórica em que esse conjunto de idéias ganhou solidez e estrutura. É comum atribuir-se ao pensamento estatal autoritário dos anos 20 e 30 uma insanável ingenuidade, que seria devida ao caráter "superestrutural" de suas análises e projetos de reforma; e um papel meramente imitativo das doutrinas sobre o Estado então em voga na direita européia. Ingênua, e sobretudo carente de perspectiva histórica, no caso, é a própria crítica, não percebendo que a imitação, de fato existente, indicava a sintonia desses intelectuais com uma transformação histórica de grandes proporções, convencionalmente descrita como a passagem do Estado gendarme ao Estado intervencionista. Nos países de "industrialização tardia", na Europa e fora dela, essa transformação, que se expressava materialmente no rápido crescimento do setor público, em termos absolutos e relativos, dava-se simultaneamente com o próprio processo de desenvolvimento industrial; ao passo que nos países "centrais" a grande inflexão no crescimento da máquina do Estado ocorre pelo menos meio século *após* a plena constituição de uma economia industrial.[35] Esta indicação deve ser suficiente para sugerir que o debate sobre formas políticas "superestruturais", no início deste século, encerrava importantes virtualidades ao nível da

[35] Ver Gláucio A. D. Soares, "O Novo Estado na América Latina", *Estudos Cebrap*, nº 13, 1975.

organização e do desenvolvimento da própria economia, fato percebido com razoável clareza por alguns dos autores de que estamos tratando.

Seria imperdoável ingenuidade imaginar que as opções político-institucionais desta década dos 70 (por exemplo, entre a eleição direta ou indireta dos principais cargos executivos) sejam indiferentes em suas repercussões econômico-sociais. Da mesma forma, parece razoável supor, pelo menos como hipótese a ser investigada, que os interesses objetivos das classes sociais fossem diferencialmente atendidos, no início do século, por diferentes opções quanto ao tamanho ou quanto à taxa de crescimento da máquina estatal e que expectativas desse tipo tenham tido algo a ver com a elaboração das ideologias.

Pode-se sugerir, neste sentido, que a suposta ingenuidade "superestrutural" dos críticos da Primeira República explica-se na realidade pela grande distância entre a estrutura de argumentação política do início do século e a do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Boa parte do que Alberto Torres (herdeiro, neste particular, de Augusto Comte) profetizava como uma *nova política* – objetiva, orgânica, racional – é hoje conhecida em termos mundanos como *planejamento*. Mas esta tradução, ao mesmo tempo em que dá a medida das ilusões de Alberto Torres, tem a desvantagem de omitir a importante trajetória da incorporação ao processo político de uma aspiração de racionalidade técnica, a qual, no início do século, exigia do pensador um significativo esforço de persuasão, não raro lastreado por arrojadas construções histórico-filosóficas. Boa parte do que então se visualizava como instituição de um novo modelo de organização política, de um novo Estado, com novos fundamentos e nova racionalidade, foi perdendo relevo à medida que a percepção política contemporânea foi se acostumando ao que Gino Germani denominou de *institucionalização da mudança*. No âmbito do Estado, esse processo se revela na contínua e até rotineira expansão pela criação de novos órgãos, atendendo a uma diferenciação, não importa se real ou imaginária, de funções. O Poder Coordenador imaginado por Alberto Torres, por exemplo, um órgão colegiado análogo ao Poder Moderador dos tempos do Império, mas com funções mais amplas, é hoje mera relíquia dos que curtem a história do pensamento político brasileiro. Mas, como bem observa Barbosa Lima Sobrinho, "grande parte das atribuições que Alberto Torres lhe conferia insere-se hoje na atividade de vários órgãos administrativos, como o Ministério do Trabalho, o Conselho de Águas e Energia, o Ministério da Economia, a Justiça Eleitoral, o Supremo Tribunal Federal,

os órgãos legislativos, o Ministério da Agricultura, para não citar senão os mais importantes".[36]

É precisamente ao atentarmos para o horizonte histórico já referido – ponto de inflexão no crescimento da máquina estatal e na correlativa legitimação ideológica – que se delineiam alguns problemas de inegável interesse para a história das idéias no Brasil. Por que, por exemplo, a imagem do Leviatã benevolente ficou impressa com tamanha naturalidade em nossa percepção política? Ao nível das condições "objetivas", poder-se-ia conjecturar, como foi sugerido há pouco, que a gestação da ideologia de Estado correspondeu no Brasil a um momento em que distintas classes sociais se beneficiariam com a expansão e o fortalecimento do poder central. A quase totalidade das análises existentes procura apreender a relação entre Estado e interesses privados somente na perspectiva do que alguns destes interesses, acionando a seu favor a estrutura governamental, poderiam fazer *contra* outros, segundo o modelo do jogo de soma zero. Omite-se assim a possibilidade, não menos relevante, de uma perspectiva atenta aos realinhamentos que poderiam se dar através de uma máquina governamental eventualmente possuidora de certos requisitos – de extensão, racionalidade, autoridade etc. – num jogo de soma variável. Este último modelo não desconsidera que os ganhos continuem a ser diferenciais, e conseqüentemente não se opõe a uma análise que privilegie os aspectos conflitivos da estrutura de classes. Deixando de lado por ora as diferentes concepções que é possível sustentar no tocante à aplicabilidade de um esquema classista à Primeira República e aos anos 30, o importante é que a consideração simultânea de ambas as possibilidades acima delineadas permite uma correlativa reconsideração do estatuto da ideologia, permitindo ver nela não apenas um mecanismo de ocultamento, mas também de revelação e orientação de interesses. Em que pese a tradição dogmática nesse campo, o fato é que a conscientização de interesses *coincidentes* também pode corresponder a interesses objetivos de classe. Nesta perspectiva, e a título de hipótese, não parece difícil recuperar a descrição que faz Fernando H. Cardoso do Leviatã anti-hobbesiano, expressão da "necessidade de sobrevivência de todos".

[36] Barbosa Lima Sobrinho, *Presença de Alberto Torres* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968), p. 363.

CONCLUSÃO

As considerações precedentes pretendem sugerir que a "ingenuidade" dos críticos do modelo de 1889 está tão mal demonstrada quanto, no outro extremo, sua clarividência e seu realismo. A conclusão mais simples parece ser a de que algumas das questões formuladas pela nossa história das idéias podem não ser as melhores. A verdade, para lembrar o óbvio, é que nenhuma investigação histórica pode ser melhor que a teoria implícita pela qual ela se orienta. No caso da Primeira República, muitas análises limitam-se a postular: a tal ou qual agente, definido de tal ou qual maneira, deveria corresponder tal ou qual ideologia e tal ou qual padrão de ação política. A deficiência teórica é óbvia e refere-se ao próprio estatuto do ideológico e do político. A ação coletiva de um agente social não é uma "conseqüência" de sua existência, como se ela fosse algo prévio, mas sim um *problema* de formulação ideológica e ação política. O estudo das construções ideológicas não deve ser, neste sentido, uma mera busca de indícios, uma prova a mais da existência do agente em questão, mas também, e talvez prioritariamente, o estudo de como determinados indivíduos ou grupos – no caso vertente, os intelectuais – procuram *constituir* agentes, definindo interesses e projetando-os em novos horizontes de convivência social. No que diz respeito às relações entre classes e Estado, e ao papel da produção ideológica nesse contexto, teria a meu ver escasso valor uma história que cedesse de antemão a qualquer destas duas hipóteses extremas: uma absoluta e transparente lucidez, ou um automatismo cego e rigorosamente instrumental, por parte dos intelectuais, na formulação de alternativas. Num e noutro caso aplicar-se-ia esta correta observação de W. G. dos Santos: "Toma-se por premissa exatamente o que incumbe demonstrar, isto é, que os processos sociais são de racionalidade cristalina, a qual pode ser captada imediatamente, com escassa possibilidade de engano, permitindo assim aos atores sociais descobrirem facilmente onde se encontram os seus interesses".[37]

O pressuposto do presente ensaio é, ao contrário, que a produção intelectual pode ter enorme importância mesmo quando são frágeis os seus vínculos com as "bases" socioeconômicas. Essa relativa desconexão pode estar enraizada precisamente no fato de estar essa produção referida a um momento estratégico do processo de mudança em curso na sociedade. Esta maneira de ver o problema, diga-se de passagem, parece mais

[37] W. G. dos Santos, "Paradigma e História", p. 15.

congruente com o que até o presente se tem afirmado sobre a posição dos intelectuais na estrutura "colonial-exportadora". Nem a origem socioeconômica, nem o processo educacional em si mesmo os diferenciavam ao ponto de criar vínculos claros e diversificados com diferentes classes ou camadas sociais, das quais se tornassem representantes e porta-vozes conscientes. Compartilhavam, por certo, boa parte das perspectivas da elite agrário-mercantil dominante, mas eram a rigor um ápice algo superposto à sociedade em seu conjunto. Em que pese seu elevado *status*, eram algo marginais, algo inúteis: uma variante tropical dos bobos da corte.

Por isso mesmo, uma hipótese digna de exame é a de que a formação ideológica estudada e que manifestamente se refere ao processo de *State-building* – fortalecimento do poder central, diferenciação da "função pública", extensão de uma jurisdição uniforme às atividades exercidas no território – corresponde a um momento particularmente consciente de identificação sociológica dos intelectuais com o *centro* político. Com ou sem rupturas dramáticas, novas identificações se formavam. A utilidade do esquema apresentado até aqui depende precisamente da capacidade que porventura tenha de pôr em relevo, se não de esclarecer, tais transformações.

CAPÍTULO V

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

A DIPLOMACIA BRASILEIRA mudou acentuadamente durante a Primeira República. Quando se observa a atividade internacional da nação nesses decênios, constatam-se três tendências gerais. O eixo diplomático deslocou-se de Londres para Washington; os diplomatas demarcaram com êxito as longas, controvertidas e vagas fronteiras; e o Brasil começou a representar um papel mais ativo nos assuntos do hemisfério e do mundo. O notável Ministro das Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, é o grande responsável pelo sucesso dessas mudanças e tendências e, conseqüentemente, quase toda a importância das relações exteriores da Primeira República está centralizada nos dez anos que vão de 1902 a 1912, em que ele dirigiu os destinos diplomáticos do Brasil.

Acentuaram-se as relações amistosas entre o Brasil e os Estados Unidos durante as últimas décadas do século XIX. Os norte-americanos surgiram como os melhores fregueses das três principais exportações brasileiras: café, borracha e cacau. Desde 1865, os Estados Unidos tinham importado a maior quota isolada de café do Brasil; e, depois de 1870, com a abolição dos impostos de importação sobre o café, os Estados Unidos passaram a comprar mais da metade dos grãos de café brasileiro vendidos no estrangeiro. Por volta de 1912, Nova York se transformara no maior mercado de borracha do mundo e quase 60% de borracha negociada eram brasileiros. Da mesma forma, os norte-americanos consumiam mais cacau do Brasil do que qualquer outro país. O resultado foi que, em 1912, os Estados Unidos compravam 36% das exportações do Brasil, ao passo que o segundo mercado mais importante, a Grã-Bretanha, adquiria apenas 15%.

Primeira agência do National City Bank

Os europeus monopolizaram o serviço de navegação marítima entre o Brasil e os Estados Unidos até 1906, quando o Brasil abriu uma linha direta para Nova York. Nenhum banco serviu às necessidades da pequena comunidade comercial norte-americana no Brasil, até que o National City Bank da Cidade de Nova York ali fundou duas agências em 1915. No mesmo ano, a primeira Câmara de Comércio Norte-Americana para o Brasil abriu as suas portas no Rio de Janeiro. Os investimentos norte-americanos no Brasil elevaram-se de maneira notável por ocasião da Primeira Guerra Mundial, coincidindo com um nítido declínio dos investimentos britânicos. A guerra e a conseqüente perturbação do comércio com a Europa acentuaram ainda mais a imagem da comunidade comercial norte-americana como mercado potencial e fonte de investimentos. À medida que os Estados Unidos aumentavam a sua importância comercial para o Brasil, a antiga preeminência econômica e diplomática da Grã-Bretanha, que caracterizara o período imperial, entrou a declinar.

Do ponto de vista brasileiro, as relações comerciais com os Estados Unidos foram praticamente perfeitas durante quase toda a Primeira República. As principais exportações da nação entravam no lucrativo mercado norte-americano em volumes cada vez maiores. Na primeira década do século XX, os brasileiros venderam aos Estados Unidos quatro vezes mais do que compraram. Formou-se aos poucos no Rio de Janeiro um excedente de dólares que permitiu a aquisição de ampla variedade de artigos europeus. Entretanto, a dependência cada vez maior do mercado norte-americano aproximou ainda mais o Brasil do gigante norte-americano que começava a aparecer, ao mesmo tempo que enfraquecia os velhos laços econômicos com os ingleses, situação que se refletiu nas novas políticas diplomáticas do Brasil.

Política exterior e elite econômica

A política exterior continuou a ser, durante a Primeira República, como o fora durante o Império, o domínio da elite, incontestado pela opinião pública. Não nos surpreende verificar que, até a queda da Monarquia, em 1889, a maioria dos Ministros do Exterior e um número considerável de diplomatas provinham das Províncias produtoras de açúcar do Nordeste, área que dominou a política imperial. Durante a Primeira República, quando o poder político se transferiu para os Estados cafeicultores do Centro-Sul, a maioria dos Ministros do Exterior e diplomatas passou a vir dessa área. A elite de ambas as áreas compartia de inúmeros interesses comuns, como a unidade nacional, a vantajosa demarcação das fronteiras e o equilíbrio do poder na volátil

região do Prata. Mas também acusava diferenças. Os velhos barões do açúcar olhavam com carinho para a Inglaterra. A nova elite do café vendia a maior parte do seu produto aos Estados Unidos e ambicionava agradar – ou, pelo menos, não alhear de si – o seu melhor freguês. Dessa maneira, assim como o poder político se deslocou, nos últimos decênios do século XIX, de uma elite para outra, assim se deslocou o ponto focal do interesse internacional do Brasil.

Dom Pedro II nos Estados Unidos

Certos acontecimentos políticos reforçaram as tendências prenunciadas pelos modelos econômicos emergentes. Na visita que faz aos Estados Unidos em 1876, o Imperador Pedro II descobriu o vizinho setentrional do Brasil, e vice-versa. Norte-americanos curiosos receberam com agrado o imperador-filósofo dos trópicos. Um imperador, igualmente curioso, examinou o florescente colosso norte-americano. Ambos gostaram do que viram, e a visita de Dom Pedro foi um grande sucesso. Tomando maior consciência um do outro, os dois países fizeram vistas grossas para as dificuldades passadas.

Após a Proclamação da República do Brasil, a 15 de novembro de 1889, os Estados Unidos, folgando de receber outra nação no seio da fraternidade republicana, sobretudo uma nação que tomava abertamente por modelo a Constituição de 1787, apressou-se a reconhecer o novo Governo. O Governo provisório expressou a sua satisfação aos Estados Unidos por terem sido estes a primeira potência internacional a recebê-lo na comunidade das nações. Pertencendo ambos à mesma fraternidade republicana, o Brasil e os Estados Unidos tiveram mais do que nunca uma porção de coisas em comum. Robusteceu-se a motivação de ambos para uma amizade mais estreita. O novo Ministro brasileiro em Washington, Salvador de Mendonça, durante os oito anos em que se manteve no posto, de 1890 a 1898, dedicou-se vigorosamente a estreitar as relações entre os dois países. Predisse uma nova era de cooperação, amizade e comércio.[1] Acreditando que o comércio poderia enterligar as duas nações numa comunidade diplomática harmoniosa, Salvador de Mendonça trabalhou por aproximá-las. Os seus esforços proporcionaram um sólido alicerce sobre o qual Rio Branco, mais tarde, construiu a sua política de aproximação.[2]

---

[1] Carlos Sussekind de Mendonça, *Salvador de Mendonça* (Rio de Janeiro: Empr. Gráfica da Revista dos Tribunais, 1960), p. 154.

[2] Salvador de Mendonça, *A Situação Internacional do Brasil* (Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1913), pp. 247-8.

Relações com os Estados Unidos. Apreensão do livro de Eduardo Prado

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos tornaram-se sempre mais cordiais durante os anos em que Salvador de Mendonça representou o Brasil em Washington. Os Estados Unidos manifestaram a sua solidariedade ao Brasil republicano durante a revolta naval no porto do Rio de Janeiro, em 1893. As manobras oportunas da Marinha norte-americana em favor do Governo constituído ajudaram a atalhar a tentativa dos rebeldes para derrubar o Presidente Floriano Peixoto. O Governo brasileiro expressou a sua gratidão. E tanto desejava estimular as relações amistosas entre os dois países que proibiu a publicação do livro de Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, que criticava os Estados Unidos, quando a obra apareceu pela primeira vez em 1893, confiscando-lhe a tiragem. No ano seguinte, o Governo dedicou um monumento a James Monroe, cuja doutrina encontrou eco no Rio de Janeiro. A decisão do Presidente Grover Cleveland, favorável ao Brasil, na arbitragem das Missões, em 1895, contribuiu ainda mais para fortalecer os laços de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos. As relações cada vez mais cordiais entre os dois países ajudam a explicar por que o Brasil foi a única nação latino-americana a mostrar-se simpática aos Estados Unidos durante a Guerra Hispano-Americana de 1898.

Atuação de Rio Branco e Joaquim Nabuco

O pragmático Barão do Rio Branco, que se tornou Ministro das Relações Exteriores no fim de 1902, cargo que ocupou durante o Governo de quatro presidentes, compreendeu cabalmente a relação entre o comércio e a diplomacia e também a *Realpolitik* do Hemisfério. O Chanceler classificou Washington, imediatamente, como a capital mais importante para a diplomacia brasileira.[3] Desde o princípio, trabalhou com habilidade por conseguir a compreensão e o apoio do Departamento de Estado para as suas metas. Uma medida do seu êxito foi a mútua elevação, no começo de 1905, das legações do Brasil e dos Estados Unidos à condição de embaixadas: a primeira Embaixada dos Estados Unidos na América do Sul e a primeira Embaixada do Brasil num país estrangeiro. A criação de embaixadas simbolizava uma nova fase nas relações exteriores do Brasil, a transferência do seu eixo diplomático de Londres para Washington. O novo embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Joaquim Nabuco, interpretou a elevação como o

[3] Luiz Viana Filho, *A Vida do Barão do Rio Branco* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1959), p. 355.

alvorecer de uma nova era nas relações exteriores do Brasil.[4] Rio Branco e Nabuco convidaram o Secretário de Estado Elihu Root a visitar o Brasil por ocasião da Terceira Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro. A visita de Root, a primeira viagem ao exterior de um Secretário de Estado norte-americano, selou os laços da aliança não escrita que Rio Branco soubera forjar com os Estados Unidos.

Domício da Gama. Uma atitude discordante

Uma das principais crises que se verificaram na direção da política externa durante a Primeira República talvez tenha nascido da interpretação e da execução apropriadas da política de Rio Branco para com os Estados Unidos. Os seus sucessores discutiram, durante breve mas importante período, o grau de cooperação que o Brasil deveria dar aos Estados Unidos. Domício da Gama, que Rio Branco nomeou embaixador em Washington em 1911, tornou-se cada vez mais desconfiado da "diplomacia do dólar", e existem razões para acreditar que o próprio Chanceler se desagradasse dela antes de morrer, no princípio de 1912. Profundamente perturbado pela atitude desfavorável do Governo dos Estados Unidos para com o plano de valorização que o seu Governo adotara no intuito de deter a queda dos preços do café e pelo iminente processo contra a armazenagem de café brasileiro nos Estados Unidos, o Embaixador Domício da Gama escolheu o jantar, habitualmente cordial, da Sociedade Pan-Americana na Cidade de Nova York, em maio de 1912, para criticar, em presença do Secretário de Estado, a política norte-americana. Expressou a sua consternação diante da interferência dos Estados Unidos no sentido de estorvar as políticas econômicas do Brasil, fazendo soar uma nota de nacionalismo indignado.[5] O novo Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, julgou as observações e sugestões do seu Embaixador prejudiciais às metas supremas do Brasil. Censurou-o. Aqui estava a essência dos debates sobre a interpretação das intenções de Rio Branco. Conquanto claramente amigo dos Estados

[4] Carolina Nabuco, *A Vida de Joaquim Nabuco* (tradução para o inglês) (Stanford, Calif.: Stanford Un. Press, 1950), p. 307.

[5] Carta de Domício da Gama a Lauro Müller, 18 de janeiro de 1913, Arquivo Histórico do Itamarati (citado daqui por diante como AHI), Ofícios 234/2/1. No dia 3 de março de 1912, Domício da Gama enviara longa carta ao Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, recomendando uma política externa independente, mais compatível com a soberania nacional. AHI, Ofícios 234/1/13. Dois estudiosos, subseqüentemente, teceram comentários sobre o curso de ação sugerido por Domício da Gama: Renato de Mendonça, *Fronteira em Marcha. Ensaio de Geopolítica Brasileira* (Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1956), p. 262; e José Honório Rodrigues, *Interesse Nacional e Política Externa* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966), pp. 31-32.

Unidos, entendia o Embaixador Domício da Gama que a amizade e a cooperação com os norte-americanos não deveriam estender-se além do ponto em que os interesses nacionais eram claramente beneficiados. O Ministro Müller, por outro lado, estava disposto a oferecer uma cooperação e uma amizade irrestritas, convencido de que, no fim, os benefícios para o Brasil seriam mais importantes do que quaisquer inconveniências transitórias. Triunfaram as interpretações de Müller. Domício da Gama trocou o seu posto em Washington pela Corte de St. James. Müller continuou a dirigir a política externa do Brasil até meados de 1916. Durante esse período, realizou extensa visita oficial aos Estados Unidos, pagando assim a visita anterior de Elihu Root. Tornou-se, desse modo, o primeiro Chanceler brasileiro a viajar para o exterior enquanto titular do seu cargo.

Os sucessores de Müller, os três últimos Ministros das Relações Exteriores da Primeira República, José Manuel de Azevedo Marques, José Félix Alves Pacheco e Octavio Mangabeira, consideravam as íntimas relações com os Estados Unidos fundamentais para a política externa do Brasil. Ao mesmo tempo, aumentou o comércio entre as duas nações, e os Estados Unidos substituíram a Grã-Bretanha como o mais importante investidor estrangeiro no Brasil. Em 1922, inaugurou-se uma era de cooperação militar, quando uma pequena missão naval dos Estados Unidos chegou ao Rio de Janeiro para ajudar na Modernização da Marinha. Edwin V. Morgan, notável embaixador dos Estados Unidos, muito fez para intensificar a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos. O Embaixador Morgan desembarcou no Rio de Janeiro algumas semanas antes da morte de Rio Branco e permaneceu no Brasil vinte e um anos, dando continuidade às relações entre as duas nações.

A estreita cooperação com os Estados Unidos favoreceu um velho e fundamental objetivo da diplomacia brasileira: a demarcação das fronteiras. De certo modo, a aliança não escrita que Rio Branco estabeleceu entre o Brasil e os Estados Unidos fez pender a balança do poder sul-americano em favor do Rio de Janeiro. Ensejou aos brasileiros maior amplitude de manobras diplomáticas. Como quer que fosse, Rio Branco revelou-se habilidosíssimo no emprego dos Estados Unidos em muitas de suas sagazes negociações para pôr termo às controvérsias sobre fronteiras.[6]

[6] Sobre um estudo completo das relações do Barão do Rio Branco com os Estados Unidos e a sua capacidade para utilizar o Departamento de Estado com o fito de ajudá-lo a alcançar certas metas brasileiras, veja E. Bradford Burns, *The Unwritten Alliance, Rio Branco and Brazilian-American Relations* (Nova York: Columbia University Press, 1966).

A questão dos limites do Brasil

Os problemas de limites eram antigos. Desde os remotos tempos coloniais, as vagas e extensas fronteiras preocupavam o Brasil. No Tratado de Madri de 1750, Espanha e Portugal haviam concordado com o princípio do *uti possidetis*, anulando por essa maneira o antigo Tratado de Tordesilhas e reconhecendo a profunda penetração dos luso-brasileiros no coração da América do Sul. O Tratado de Madri concedeu ao Brasil uma fronteira semelhante, nos contornos gerais, à sua fronteira moderna. Os anos que se seguiram gastaram-se na tentativa de estabelecer com precisão os lugares por onde passariam as fronteiras. Os hábeis diplomatas do Império dedicaram muito da sua energia a esses problemas de limites. Uma vigorosa continuidade política, característica notavelmente ausente nas vizinhas repúblicas hispano-americanas, facilitou-lhes o trabalho. Os tratados com o Peru em 1851, com o Uruguai em 1851 e 1852, com a Venezuela em 1859, com a Bolívia em 1867 e com o Paraguai em 1872, foram acordos preliminares na longa estrada que conduziu à solução definitiva e firmou as bases de acordos futuros. Não obstante, ao findar-se o período imperial, apenas duas das onze fronteiras tinham sido demarcadas. A Guerra da Tríplice Aliança e o tratado assinado em 1872 estabeleceram a fronteira com o Paraguai. Se bem os limites com o Uruguai tivessem sido delineados em 1852, os uruguaios insurgiram-se contra o acordo e exigiram modificações.

O grande triunfo da diplomacia da Primeira República foi a solução das espinhosas questões de limites. O Barão do Rio Branco revelou extrema habilidade no solucioná-las com êxito. Antes de ser nomeado Ministro das Relações Exteriores, já delimitara duas fronteiras complexas. Com efeito, os seus êxitos lhe granjearam fama e lhe tornaram lógica a nomeação para Ministro das Relações Exteriores. Em 1893-95, chefiou a delegação especial enviada a Washington, D. C., e incumbida de preparar e submeter à apreciação do Presidente Cleveland, o árbitro, as pretensões do Brasil ao território das Missões, disputado com a Argentina. O Presidente dos Estados Unidos decidiu a disputa em favor do Brasil, declarando pertencerem a este último 35.431 quilômetros quadrados de território e solucionando, desse modo, a tensa controvérsia com a vizinha Argentina. Em 1899, quando a França e o Brasil concordaram em submeter à arbitragem a sua disputa sobre limites em relação ao Amapá, o Governo brasileiro nomeou Rio Branco para seu representante diante do novo árbitro, o Presidente suíço. Mais uma vez prevaleceram os argumentos do Barão. A decisão relativa ao Amapá em 1900, que acrescentou aproximadamente 261.540 quilômetros quadrados de território ao Brasil, assinalou outra

vitória de Rio Branco, que triunfara tanto no Norte quanto no Sul, permitindo ao Brasil expandir-se pacificamente em ambas as direções ao solucionar velhas questões lindeiras.

O caso do Acre

Como Ministro das Relações Exteriores depois de 1902, Rio Branco continuou a delinear com notável sucesso os limites restantes ainda não definidos. Nos primeiros meses de Ministério, enfrentou uma situação explosiva no interior da Amazônia. Estourou um conflito armado em torno de um território em litígio, numa área conhecida como Acre, rica produtora de borracha. Só mesmo uma ação rápida evitaria uma guerra declarada entre o Brasil e a Bolívia, com o possível envolvimento do Peru.

Essa região inexplorada da América do Sul provocara reivindicações e contra-reivindicações em todo o correr do século XIX. Vendo-se a braços com uma guerra no Paraguai, o Brasil desejava, em 1864, apaziguar os bolivianos pouco simpáticos à causa da Tríplice Aliança e, de fato, neutralizá-los no conflito. Uma missão especial brasileira visitou a Bolívia e negociou o Tratado de La Paz de Ayacucho, um tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradição, assinado no dia 27 de março de 1867. Esse importante documento reconhecia o princípio da posse pela colonização ao tempo da Independência. Nas suas cláusulas, definia uma fronteira que, segundo revelavam os conhecimentos geográficos do tempo, parecia confirmar as pretensões da Bolívia ao Acre. Nenhuma comissão de limites, no entanto, foi capaz de chegar a um acordo sobre as medidas destinadas e pôr em prática o estipulado. Nos três decênios seguintes, a Bolívia demonstrou escasso interesse pelo distante e isolado Acre e não fez nenhum esforço para impor a sua soberania sobre a área vagamente definida até o fim do século XIX. Nessa ocasião, descobriu que o *boom* da borracha amazônica enchera o Acre de aventurosos seringueiros brasileiros, que não tinham a menor intenção de sujeitar-se ao domínio "estrangeiro" da Bolívia. Quando La Paz tentou exercer a sua autoridade teórica, os brasileiros revoltaram-se. Em 1899, chefiados por Luís Gálvez, os aventureiros da borracha do Acre proclamaram a independência daquele território e pediram a sua anexação ao Brasil. Para os que gostam de estudar acontecimentos paralelos nas histórias de vários países, a situação do Acre nessa época apresenta certa semelhança com a do Texas setenta e cinco anos antes.

Os anos que se sucederam presenciaram tumultos, intrigas e freqüentes derramamentos de sangue. No começo de 1902, o recém-chegado Governador boliviano impôs leis severas aos habitantes do Acre, incluin-

do novos impostos e ameaças aos seus direitos sobre a terra. O resultado inevitável foi uma nova revolução dos seringueiros brasileiros. Dirigidos por Plácido de Castro, voltaram a proclamar a independência do Acre. Os brasileiros, como era natural, mostraram-se simpáticos aos seus compatriotas em armas. Rio Branco assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores exatamente quando o Presidente Juan Manuel Pando, da Bolívia, iniciou o envio de tropas para o Acre a fim de reprimir os brasileiros.

Cumpria, portanto, que o Ministro Rio Branco voltasse a sua atenção inicial para o *imbroglio* do Acre, o qual, felizmente, não era assunto novo para ele. Possuía o Barão íntimo conhecimento das negociações sobre o Acre durante o Império. De mais a mais, enquanto estivera na Europa, o Ministro brasileiro nos Estados Unidos, J. F. Assis Brasil, numa série de cartas particulares, mantivera-o a par da situação cada vez pior do Acre. Por conseguinte, quando o novo Ministro das Relações Exteriores decidiu agir no Acre, tinha conhecimento não só dos fatos históricos e geográficos do conflito, mas também do pé em que se achavam as coisas. Inverteu a política do seu predecessor, Olynto de Magalhães, que acreditava nos direitos indiscutíveis da Bolívia ao Acre e, portanto, dera um mínimo de atenção à conturbada área.

Enfrentando a sua primeira prova como Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco resolveu basear a sua ação nos princípios tradicionais invocados pelo Brasil durante as disputas de fronteiras. Esses princípios, como o Barão os codificara na questão do Acre e utilizou dali por diante, eram três. Primeiro, recusou-se a reconhecer os tratados de Madri e de San Ildefonso, entre Espanha e Portugal, como algo mais que um acordo preliminar de divisas. Por sua própria natureza, vaga e mal definida, os tratados não podiam oferecer uma solução definitiva para os problemas de divisas. Em outras palavras, os dois tratados serviriam, quando muito, de orientação para as nações independentes da América do Sul, mas não eram uma decisão judicial. Como declarou o próprio Rio Branco, "Sempre sustentamos a nulidade do tratado preliminar ou provisório de limites de 1777"[7] Segundo a regra brasileira para o estabelecimento da propriedade de um território disputado, escorava-se na doutrina do *uti possidetis*, isto é, a posse verdadeira e eficaz do território. O critério para determinar a propriedade seria verificar a nacionalidade dos cidadãos que habitavam a área em litígio, conceito herdado dos portugueses. Como nação independente, o Brasil invocou pela primeira vez a regra do

[7] Do Barão do Rio Branco ao Embaixador brasileiro em Washington, em 6 de março de 1906, AHI, Teleg. 235/3/15.

uti possidetis em 1841.[8] O Visconde do Rio Branco já empregara esse princípio nas negociações de 1856. Seu filho dele se valeu, feliz e sistematicamente, na solução de todas as questões de fronteiras. Terceiro, o Brasil adotava a política de nunca realizar conferências multinacionais de limites. O Barão preferia as negociações diretas entre as duas partes litigantes. Embora tivesse granjeado a sua fama em tribunais de arbitragem, só recorria a eles em último recurso. No caso do Acre, evitou energicamente a arbitragem em favor de negociações. Orientando-se por essas três normas de proceder, o Ministro Rio Branco fechou as extensas fronteiras do Brasil.

Antes que o Brasil e a Bolívia pudessem sentar-se tranqüilamente à mesa de conferências, era mister pôr cobro às lutas esporádicas no Acre. Para complicar a situação, o Presidente Pando, da Bolívia, acompanhado pelo Ministro da Guerra Ismael Montez e tropas numerosas, partira para o Acre no dia 26 de janeiro de 1903. A sua presença ali seria uma ameaça à solução pacífica e às pretensões do Brasil. Rio Branco solicitou ao seu Presidente que enviasse tropas brasileiras para ocupar a área, a fim de defender a população brasileira. Essas tropas ocuparam a região antes da chegada dos bolivianos à distante cena do litígio. Em essência, a Bolívia provou, por essa maneira, a ineficácia da própria soberania.

Com a área relativamente em paz, o Chanceler começou a negociar. Os erros geográficos e o tom vago do Tratado de 1867, assim como o fato de ser o Acre habitado por aproximadamente sessenta mil brasileiros e quase nenhum boliviano, deram vigor e substância às pretensões do Brasil.[9] Em virtude do *boom* da borracha, que aumentou a atividade no Amazonas nas derradeiras décadas do século XIX, os seringueiros brasi-

---

[8] Dunshee de Abranches, *Rio Branco e a Política Exterior do Brasil,* Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1945, I, p. 51.

[9] A maioria dos historiadores brasileiros concorda em que o número de brasileiros no Acre nessa ocasião orçava por 60.000. Delgado de Carvalho, *História Diplomática do Brasil* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959), p. 223. Frederic William Ganzert, em princípio, disse que o número era de 15.000 apenas. "The Baron do Rio-Branco and Brazilian Foreign Relations", dissertação para o doutoramento de Filosofia, não publicada, Universidade da Califórnia, Berkeley, 1933, p. 204. Mais tarde, no entanto, declarou: "Por volta de 1900, havia mais de 60.000 brasileiros na região do Acre." "The Boundary Controversy in the Upper Amazon Between Brazil, Bolivia, and Peru, 1903-1909", *Hispanic American Historical Review,* XIV (nov. 1934), p. 434. O Ministro Thompson afirmou: "O Brasil foi imensamente ajudado na obtenção do atual *status* favorável nessa disputa por ser o Acre habitado exclusivamente por brasileiros." Carta de Thompson a Hay, em 23 de março de 1903, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, Registros Gerais do Departamento de Estado, Washington, D. C., Despachos Brasileiros, vol. 68, nº 4. De acordo com o Ministro da Guerra e da Colonização da Bolívia, José Cosío Guzman, 99% dos habitantes eram brasileiros. *El Estudo* (La Paz), 14 de março de 1903. p. 1.

leiros, seguindo a tradição dos bandeirantes de São Paulo do século XIX, tinham-se espalhado pelo interior inexplorado à procura do lucrativo leite branco da hévea. Os novos exploradores estabeleceram-se rapidamente na área do Acre e, pela sua presença, concretizaram os direitos do Brasil à propriedade da região pelo *uti possidetis*.

Ocupação definitiva do Acre

Pouco depois da ocupação brasileira do Acre, o Brasil e a Bolívia chegaram a um *modus vivendi*. Pelos termos de um acordo preliminar, assinado a 21 de março de 1903, o Brasil ocupou militar e administrativamente o território disputado. As negociações continuaram por vários meses, enquanto o Brasil enfatizava o princípio do *uti possidetis* como base de um acordo definitivo. Finalmente, no dia 17 de novembro de 1903, as duas nações assinaram o Tratado de Petrópolis, mercê do qual o Brasil recebia o Acre, aproximadamente 189.000 quilômetros quadrados, ou seja, mais que o dobro da área de Portugal, Bélgica e Países Baixos juntos. A Bolívia, em troca, recebia uma pequena faixa de território, que lhe dava acesso ao Rio Madeira e, portanto, ao Atlântico, garantia perpétua de liberdade de navegação fluvial, dez milhões de dólares e a promessa, feita pelo Brasil, de construir uma estrada de ferro à margem direita do Madeira que contornasse as corredeiras e desse à Bolívia acesso ao Madeira inferior. O tratado revelou ainda mais o modo com que o Brasil exerceu e continuaria exercendo dali por diante influência sobre o seu vizinho cercado de terra por todos os lados, proporcionando-lhe uma saída alternativa para o mar, embora fosse uma saída indireta. O corredor amazônico deu maior facilidade de manobra à Bolívia em suas relações com a Argentina e o Chile, ao mesmo tempo que a ligava ao Brasil ainda mais intimamente.

O mercado da borracha, em vertiginosa ascensão, não tardou a reembolsar o Brasil das despesas que tivera de fazer para cumprir as obrigações impostas pelo Tratado de Petrópolis. De acordo com o raciocínio de Rio Branco, o Brasil não comprou o Acre da Bolívia, mas "recuperamos, por meio de uma indenização, o nosso antigo título luso-brasileiro".[10] Seja como for, o tratado completou a demarcação da fronteira desde o Oceano Atlântico, no Sul, até o Peru, no Oeste.

[10] O Barão do Rio Branco ao Embaixador brasileiro, Washington, (?) de junho de 1909, AHI, Teleg. Exp. 235/4/1.

As fronteiras com o Peru

Reclamando o Acre para si, bem como grande parte da Bacia amazônica do Brasil, o Peru protestou violentamente contra o acordo decorrente do Tratado de Petrópolis. Depois da feliz solução do caso da fronteira do Brasil com a Bolívia, Rio Branco focalizou a sua atenção nas pretensões peruanas a fim de definir os limites do Brasil no extremo oeste. Decidido a empregar negociações em lugar da arbitragem, encetou as discussões com o Ministro peruano no Rio de Janeiro, Hernán Velarde. Mais uma vez, como no caso da Bolívia, registraram-se irritantes encontros fronteiriços e represálias, acompanhadas de acusações cáusticas. O Barão continuou a negociar com o Ministro Velarde no Rio de Janeiro, durante os desagradáveis distúrbios ao longo da fronteira distante. No dia 12 de julho de 1904, as duas nações assinaram um *modus vivendi.* O Peru, entretanto, persistiu em usar táticas protelatórias na esperança de que, de uma forma ou de outra, o tempo lhe favorecesse o caso; mas, se o tempo favoreceu alguém, esse alguém foi o Brasil. No Peru, a mudança de Chanceleres e representantes diplomáticos enviados ao Brasil enfraqueceu a apresentação dos argumentos peruanos, ao passo que os cinco anos de negociações do Brasil sob o mesmo Ministro proporcionaram uma continuidade que revigorou a posição brasileira. Finalmente, no dia 8 de setembro de 1909, Lima consentiu em assinar um tratado que definia as fronteiras. Mais uma vez se empregou o princípio do *uti possidetis* para determinar a propriedade. Constatou-se que a extensa área reclamada pelo Peru era habitada principalmente por brasileiros. Aproximadamente 163.000 quilômetros quadrados foram entregues ao Brasil, assim como o recém-adquirido Acre, reivindicado pelo Peru; o Peru recebeu menos de 26.000 quilômetros quadrados. Além disso, Rio Branco definiu a fronteira de 1.564 quilômetros com o Peru, fechando dessa maneira as extremas divisas ocidentais do Brasil.

As fronteiras com a Guiana Britânica

Enquanto as dilatadas negociações com o Peru seguiam o seu curso entre 1904 e 1909, Rio Branco atendeu a outros problemas lindeiros. As divisas entre o Brasil e a Guiana Britânica tinham sido objeto de numerosas negociações, reivindicações, contra-reivindicações, entre o Rio de Janeiro e Londres. Como as negociações diretas houvessem sido malsucedidas, o Brasil e a Grã-Bretanha concordaram, em novembro de 1901, em submeter os limites contestados à arbitragem. O Governo brasileiro encarregou o seu Ministro na Inglaterra, Joaquim Nabuco, de advogar-lhe a causa; e os dois Governos escolheram o rei da Itália como árbitro. Nabuco apresentou o primeiro memorial do Brasil ao rei italiano em agosto de 1902. Logo depois, Rio Branco

tornou-se Ministro das Relações Exteriores. O Barão, cujo êxito nas arbitragens já se convertera em lenda, cooperou plenamente com Nabuco, apoiou-o em todos os sentidos e ofereceu sugestões. Os argumentos do Brasil pareciam robustos. Por isso mesmo, foi um choque para o Governo brasileiro e uma decepção para Nabuco a decisão do Rei Vítor Emanuel III, dada em 6 de junho de 1904, desfavorável ao Brasil. Dos 22.000 quilômetros quadrados submetidos à arbitragem, ele concedeu 12.950 à Grã-Bretanha e 9.065 ao Brasil. Este se indignou com a decisão, que lhe parecia injusta, porque o árbitro lhe dera "menos direitos do que os que eram, até então, reconhecidos pela Inglaterra".[11] Não obstante, apesar de considerar desarrazoada a sentença, o Brasil respeitou o acordo e acatou a decisão, que talvez tenha levado Rio Branco a não confiar à arbitragem o litígio do Brasil com o Peru. De qualquer modo, ele nunca recorreu à arbitragem como meio para definir pendências de fronteiras durante o tempo em que esteve à testa do Ministério. Fossem quais fossem os seus méritos, a decisão de Vítor Emanuel pôs termo, de uma vez por todas, às disputas fronteiriças com a Guiana Britânica.

Últimos acordos

Os limites com a Bolívia, o Peru e a Guiana Britânica foram os que deram mais trabalho e, comparada com a deles, a demarcação das outras fronteiras restantes não apresentou dificuldades. Em 1904, o Brasil e o Equador assinaram um tratado que resolveu os seus problemas de divisas. Um tratado com a Venezuela em 1905 propiciou as bases para um acordo sobre essa fronteira setentrional. O Brasil e os Países Baixos negociaram um acordo em 1906 que determinou os limites do Surinã; em 1907, a Colômbia e o Brasil chegaram a um entendimento que, mais tarde, na Primeira República, lhes permitiria delimitar as suas estremas.

O Ministro das Relações Exteriores rematou a demarcação das fronteiras brasileiras com o magnânimo tratado de 1909, celebrado com o Uruguai. Um tratado em 1851 e outro em 1852 haviam marcado a fronteira brasileiro-uruguaia. O Uruguai reconheceu o tratado, mas lamentou que este lhe vedasse o uso do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim, que confinavam com ele. Rio Branco ouviu a queixa com simpatia e, num gesto de amizade, sugeriu a assinatura de novo tratado, que desse ao Uruguai o direito de navegação nesses dois corpos de água. O Uruguai anuiu inconti-

[11] Heitor Lyra, "A Europa e os Vizinhos Sul-Americanos", em *Brazil*, organizado por Lawrence F. Hill (Berkeley, Calif.: University of California Press, 1974), p. 334.

nenti, e o novo tratado, assinado a 30 de outubro de 1909, reajustou ligeiramente aquelas divisas.

Em quinze anos, o Barão demarcara os limites do Brasil, causa de debates e conflitos durante quatro séculos. Concluiu a obra que os estadistas do Império, entre os quais seu pai, haviam começado. O resultado mais óbvio dos seus acordos sobre limites foi a adição de mais ou menos 885.000 quilômetros quadrados de território ao Brasil. Expressando-nos de forma ainda mais vívida, diremos que ele ganhou para o Brasil uma área maior do que a França. Algo mais difícil de medir, e igualmente de maior importância, foram as causas potenciais de guerra, incompreensão e conflitos que assim eliminou.

O seu vantajoso acerto das lindas foi, sem dúvida, a sua maior contribuição para o Brasil e o principal feito diplomático da Primeira República. Um apanhado jornalístico do período resumiu a opinião pública e o julgamento a respeito da sua demarcação das fronteiras com estas palavras: "Nenhum maior serviço poderia ser prestado a uma nação."[12]

O delineamento das fronteiras encerrou com êxito séculos de expansão luso-brasileira. As energias longamente concentradas nos enredos das negociações sobre limites foram liberadas para outros projetos. Os diplomatas brasileiros podiam alongar os olhos a horizontes mais amplos. Não admira, portanto, que, começando a ver resolvidas as questões de fronteiras, o Brasil voltasse a sua atenção internacional para outros assuntos e principiasse a desempenhar agressivamente um papel mais destacado nos assuntos internacionais. A paz e a prosperidade relativas em casa incentivaram-se a expandir os seus interesses internacionais.

Parte desse interesse internacional ampliado foi a aproximação já descrita com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o Brasil fortaleceu o seu papel de liderança na América Latina. Com efeito, o aumento da liderança, juntamente com o prestígio que dele resultaria, passou a ser uma das metas principais da diplomacia de Rio Branco.

Ampliação das representações diplomáticas

A atenção de Rio Branco centralizou-se primeiro nas relações do Brasil com o resto das nações do Hemisfério. Descobriu o Barão que o Brasil não tinha representação diplomática em Quito nem em Bogotá desde 1898 e que, nos três anos anteriores, o mesmo diplomata brasileiro servira as duas capitais vizinhas. Em 1904, corrigiu o erro e Mandou ministros residentes para a

[12] Angelo do Amaral, "Política Internacional", *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 13 de janeiro de 1910, p. 2.

Colômbia e para o Equador. Em 1906, o Brasil acreditou, pela primeira vez, em um representante diplomático em Costa Rica, Cuba, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Panamá. As únicas capitais latino-americanas a que não enviou um diplomata foram Port-au-Prince, no Haiti, e São Domingos. Quando necessário, o Barão conduzia as suas relações diplomáticas com essas Repúblicas insulares em Washington. Buenos Aires, Santiago e Lima tornaram-se os postos mais importantes da América Latina, e ele destinou aos três os seus diplomatas mais hábeis e colaboradores mais íntimos. J. F. Assis Brasil, Domício da Gama e Alfredo Gomes Ferreira, por exemplo, serviram nessas capitais. Reconhecendo a importância do México na comunidade pan-americana, ali estabeleceu uma legação em 1906, separando, assim, o posto anterior de Washington—Cidade do México.

Como no passado, grande parte da preocupação do Brasil no Hemisfério centrou-se no Prata, que fora, durante muito tempo, região de intrigas, guerras e disputas. Nas décadas iniciais da Primeira República as relações com a vizinha Argentina foram especialmente más. Os dois rivais olhavam desconfiados um para o outro. Ambos procuravam trazer os Estados-tampão do Uruguai e do Paraguai para as suas respectivas esferas de influência. Entendia a Argentina que o maior tamanho e a maior população do Brasil eram compensados pela terra mais rica dos Pampas, pelo clima argentino mais salubre, por um número maior de imigrantes europeus e um índice mais rápido de desenvolvimentos econômicos da área do Prata. Em apoio dessa tese, *La Prensa* publicou a seguinte lista informativa de dados comparativos, baseados nas condições vigentes em 1906:[13]

[13] 14 de agosto de 1906, p. 4. Outra comparação estatística do período cujo propósito era exaltar a superioridade argentina na América do Sul se encontra em Ministério de Agricultura, *Le Commerce Argentin International*, nº 6, do Ministério de Agricultura (Buenos Aires: Direction Meteorologique, 1912). Gilberto Freyre refere-se ao período 1870-1910 das relações argentino-brasileiras como a era da guerra das estatísticas, porque cada nação tentava provar a superioridade sobre a outra com o emprego de estatísticas comparativas. *Ordem e Progresso* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1959), I, cxxxv.

	Argentina	*Brasil*
Área em quilômetros quadrados	2.941.825	8.334.956
População	5.570.000	14.333.915
Habitantes por quilômetro quadrado	1,89	1,71
Mestiços, negros, índios	30.000	8.031.717
Renda nacional	£ 20.000.000	£ 20.000.000
Dívida pública	£ 94.000.000	£176.000.000
Exportações	£ 80.000.000	£ 30.000.000
Importações	£ 41.000.000	£ 26.000.000
Comércio internacional p/ habitante	£18,2,4	£4,10,8
Quilômetros de estradas de ferro	21.721	16.894
Quilômetros de linhas relegráficas	48.270	24.135
Tonelagem dos navios de guerra	36.000	22.500

Embora mostrasse que o Brasil possuía uma área e uma população maiores, as estatísticas publicadas por *La Prensa* revelavam que a Argentina possuía mais estradas de ferro, mais linhas telegráficas, mais navios de guerra e mais comércio do que o seu maior vizinho. Em suma, a tabela refletia a benévola superioridade com que os argentinos olhavam para os brasileiros. Entretanto, nem mesmo essas vistosas comparações davam tranqüilidade de espírito à Argentina. Persistia uma preocupação sempre consciente de que, a despeito de todas as estatísticas, o Brasil *podia* ser superior. Em outras palavras, os argentinos não poderiam fiar-se de um mapa estatístico, por maior conforto que este lhes proporcionasse.

Rivalidades entre o Brasil e a Argentina

De sua parte, o Brasil manifestava certa intranqüilidade acerca do vizinho meridional. A Argentina era o único país capaz de oferecer uma competição séria no esforço para alcançar a cobiçada posição de primeira potência da América do Sul e surgiu, assim, como o principal rival do Brasil. Compreendia-se que o tamanho e a população não asseguravam ao Brasil a superioridade sobre o rival. Os chauvinistas brasileiros advertiam contra a "política traiçoeira e agressiva" da Argentina e, na busca de razões para suspeitar do vizinho do Sul, reportavam-se aos idos de 1825, quando uma comissão argentina, quase esquecida, procurara o auxílio de Bolívar para invadir o Brasil. Um estudo circunstanciado da história subseqüente forneceu aos chauvinistas farto material para manter vivas as suspeitas do Brasil em relação às fronteiras platinas.

Rio Branco tivera consciência dessa rivalidade desde a infância. Visitas à área do Prata e um estudo pormenorizado das relações argentino-brasileiras o haviam tornado sensível a quaisquer mudanças ou movimentos que se registrasse na Argentina. Já em 1882 se sentira genuinamente aflito porque a Argentina se apresentava militarmente mais forte que o Brasil. No seu entender, a única maneira de evitar uma "situação gravíssima" era armar o Brasil, sobretudo aumentar a Marinha, a fim de enfrentar a ameaça argentina.[14] Ele formou precocemente as suas idéias de preparação contra a Argentina e as conservou durante toda a existência.

Quando Rio Branco assumiu o Ministério, as relações com a Argentina se achavam num dos seus períodos amistosos. O Presidente Julio A. Roca (1898-1904) visitara o Brasil em 1899 e fizera praça dos seus sentimentos fraternos em relação ao Brasil, onde passou a ser considerado, dali por diante, como verdadeiro amigo. O Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles (1898-1902) retribuiu a visita entre pompas e aclamações. Foi a primeira vez em que os Presidentes dos dois países vizinhos trocaram visitas. Essas relações cordiais continuaram durante os primeiros anos do Ministério Rio Branco, embora a Argentina se mostrasse obviamente nervosa e sensível no tocante à expansão do Brasil no Acre. Pondo de lado os preconceitos, pelo menos durante os primeiros dois anos e meio do seu Ministério, Rio Branco trabalhou por uma boa compreensão entre os dois países.

A cordialidade externa entre as duas nações esfriou rapidamente depois do começo de 1905. Os argentinos deblateraram contra o programa brasileiro de expansão naval e contra a nova embaixada em Washington. Essas críticas feriram o hipersensível Rio Branco. Além disso, ele desconfiava da crescente amizade entre a Argentina e o Peru, nação com a qual o Brasil estava realizando delicadas negociações de limites, e das tentativas argentinas para afastar o Paraguai da esfera de influência do Brasil. Concluiu o Chanceler que o Presidente Manuel Quintana (1904-1906) era hostil ao Brasil e que o Brasil deveria abrir mão de quaisquer esperanças de um entendimento amistoso com o seu vizinho do Sul. A ascensão do Vice-Presidente José Figueroa Alcorta à Presidência, em março de 1906, e a nomeação de Estanislau Zeballos para chefiar o Ministério argentino de Relações Exteriores, em dezembro do mesmo ano, ambos os quais, especialmente este último, Rio Branco consi-

---

[14] Do Barão do Rio Branco a Joaquim Nabuco, em 29 de agosto de 1882. Arquivo de Joaquim Nabuco, Rio de Janeiro.

derava inimigos implacáveis do Brasil, puseram fim a toda e qualquer presunção de cordialidade entre as duas nações.

Zeballos e Rio Branco, adversários na disputa das Missões em Washington e inimigos declarados por volta de 1906, defrontaram-se na luta permanente pela supremacia sul-americana. A situação, sempre tensa, agravou-se, e enquanto os dois orgulhosos e talentosos rivais chefiaram os respectivos Ministérios de Relações Exteriores, tornou-se impossível o estabelecimento de boas relações entre os dois países, cujas imprensas absorveram a rivalidade e entraram a vilipendiar, à competência, a nação adversária.

Zeballos iniciou a nova crise nas relações entre os dois países deixando de nomear um Ministro para ocupar o posto vago na legação argentina do Rio de Janeiro. Passado quase um ano, em setembro de 1907, Rio Branco chamou de volta o Ministro brasileiro em Buenos Aires até que a Argentina nomeasse um Ministro para o Rio de Janeiro. Pouco depois, Júlio Fernandez chegou ao Brasil como novo Ministro. Nessa ocasião, todavia, as relações haviam atingido o seu nadir. A rivalidade no Prata, acentuada pela disputa argentino-uruguaia em torno da Ilha Martín García e os ventos políticos que haviam mudado no Paraguai, recomeçou. As observações confidenciais do Ministro britânico no Rio de Janeiro sobre as complexas rivalidades do Prata compendiam as tensões e sentimentos desse período:[15]

"O Sr. Rio Branco disse que o Brasil estava acostumado a essa espécie de coquetismo, tanto da parte do Uruguai quanto do Paraguai, sempre que esses Estados supunham ter motivos de queixa contra a República Argentina; e que, ao contrário, quando esses Governos julgavam ter algum motivo de queixa contra o Brasil, namoravam a Argentina.

Não duvido que ele, de um modo geral, esteja com a razão, muito embora não se lembre de nenhum exemplo da segunda hipótese no caso do Uruguai nos últimos anos, se bem seja muito possível que qualquer coisa assim já tenha ocorrido, mas, à medida que a conversação prosseguiu, gradativamente pendeu para os insultos ao Paraguai, do que deduzi que esse sapato – para dizer o menos – era o que mais apertava. Na realidade, como se sabe, a influência brasileira nos últimos anos vem declinando no Paraguai, onde costumava ser soberana, na proporção em que aumenta a da República Argentina, e os brasileiros se mostram muito irritados com isso, visto que o consideram – e com razão – indicativo da opi-

[15] De Haggard a Grey, 1º de dezembro de 1907, Public Records Office, Londres, FO-371-402.

nião que se tem no Paraguai sobre a atual e a futura importância relativa dos dois vizinhos, ao passo que o Uruguai, provavelmente, recorre com maior freqüência ao Brasil contra a Argentina do que recorre à Argentina contra o Brasil, pois sabe que nada tem que temer deste último, ao passo que não tem a mesma certeza em relação à primeira. O Brasil, por outro lado, provavelmente 'bate nas costas do Uruguai', por assim dizer, e assume um pouco a atitude de seu Protetor, mas tem de fazê-lo em silêncio ou, se me for lícito empregar o termo, 'cautelosamentê".

A dança complicada das quatro nações platinas continuou durante todo o resto da Primeira República seguindo, praticamente, o modelo descrito pelo diplomata inglês.

Com o incentivo de Rio Branco e de vários Ministros altamente qualificados da época, a Marinha brasileira, que era fraca, sobretudo se levarmos em conta a extensão do litoral que lhe cumpria defender, começou a expandir-se rapidamente. Estando Zeballos à frente das relações exteriores da Argentina, Rio Branco considerava a guerra com essa nação, mais bem preparada, uma possibilidade real, e queria que a Marinha estivesse pronta para qualquer eventualidade. Zeballos, por seu turno, compreendeu que um Brasil armado se tornaria mais forte do que a Argentina, a menos que esta adquirisse novos armamentos. Os "abutres da guerra" não tardaram a entrar em ação, e o resultado dos seus gritos e da corrida de armamentos navais foi que só se falou em guerra nessa ocasião.

O clímax surgiu em meados de 1908, com o escândalo do Telegrama Número Nove, telegrama confidencial, em código, enviado por Rio Branco à legação brasileira em Santiago. O telegrama passou por Buenos Aires, onde funcionários do Ministério das Relações Exteriores o copiaram e decifraram, tendo Zeballos anunciado publicamente o seu conteúdo. De acordo com a versão argentina, o Brasil estava conspirando com o Chile e com os Estados Unidos contra a Argentina. A revelação despertou a fúria nacionalística dos argentinos contra o Brasil e surpreendeu e encolerizou Rio Branco, que afirmou haver sido o telegrama decifrado incorretamente. A fim de provar a sua acusação, Rio Branco publicou o texto da mensagem e o código brasileiro. Um exame imparcial revelou que o conteúdo do telegrama não continha a menor alusão aos Estados Unidos e só se referia aos esforços argentinos para romper os elos de amizade entre o Brasil e o Chile. Zeballos descera à mentira para desacreditar o rival brasileiro e fora surpreendido em flagrante. Os seus inúmeros inimigos políticos na Argentina e quase toda a imprensa de Buenos Aires aproveitaram-se do *faux pas* para exigir-lhe a exoneração ou a renúncia. Pressionado,

Zeballos demitiu-se do cargo de Ministro das Relações Exteriores no dia 20 de junho de 1908.

Melhora nas relações diplomáticas com a Argentina

Sob a égide do novo Ministro argentino das Relações Exteriores, Victoriano de la Plaza, e com a renovada cooperação de Rio Branco, as relações argentino-brasileiras começaram a melhorar. O Presidente eleito Roque Saenz Peña visitou o Brasil em agosto de 1910, com a intenção precípua de estreitar os laços entre os dois países. Os argentinos também enviaram uma representação especial e dois navios de guerra ao Rio de Janeiro, em 1910, para a posse do Presidente Hermes da Fonseca. Nesse meio-tempo, o Brasil e a Argentina decidiram pacificamente a questão da propriedade de várias ilhas nos rios Uruguai e Iguaçu. Em 1910, o eminente diplomata Manuel Gorosiaga entreviu corretamente a possibilidade de relações mais harmoniosas entre os dois vizinhos.[16] Em 1912, o Ministro argentino no Rio de Janeiro confirmou o progresso da tendência para a melhoria de relações que Gorosiaga observara dois anos antes. E escreveu: "O sentimento de verdadeira harmonia e de confiança para com o nosso país torna-se mais acentuado a cada dia que passa."[17]

A crescente cooperação foi vista nos esforços conjuntos da Argentina, do Brasil e do Chile em 1914 para resolver por mediação várias disputas entre o México e os Estados Unidos. Essa cooperação deu origem a esperanças efêmeras, alimentadas por alguns líderes dos três Estados sul-americanos, de que as três nações pudessem formar uma aliança de amizade. Eles concentraram os seus esforços na preparação do chamado "Tratado do ABC". O Ministro das Relações Exteriores Müller visitou Buenos Aires em 1915, o ponto mais alto das boas relações entre o Brasil e a Argentina. Nesse mesmo ano, porém, antigas desconfianças ressurgiram na Argentina. De acordo com um editorial de *La Prensa*, não poderia haver nenhuma cooperação verdadeira entre a Argentina, o Brasil e o Chile porque o Brasil e o Chile sempre se uniriam contra a Argentina.[18]

Relações com o Chile

Com efeito, o Brasil e o Chile – sem fronteiras mútuas e tendo a Argentina de permeio – tiveram uma longa história de amizade e boa-vontade. Essas relações cordiais intensificaram-se

---

[16] "Argentina-Brazil-Chile", *El Diario* (Buenos Aires), 8 de janeiro de 1910, p. 8.

[17] Da Legação argentina no Rio de Janeiro ao Ministro das Relações Exteriores, em 26 de maio de 1912, Archivo del Ministério de Relaciones Exteriores y Cultura de la Argentina. Buenos Aires, Caja nº 1292, Carpeta nº 93b, nº 142.

[18] *La Prensa* (Buenos Aires), 29 de junho de 1915.

durante o período Rio Branco. Os chilenos consideravam o Chanceler brasileiro um "sincero e dedicado amigo".[19] Nesse período da sua história, o Chile precisava de um bom amigo no continente sul-americano. A sua posição era delicada. A trabalhosa questão das fronteiras com a Argentina fora resolvida em 1902, mas a costumeira desconfiança chilena e o medo da Argentina faziam dela um vizinho difícil. Os limites com o Peru eram um ponto doloroso, que já ocasionara derramamentos de sangue, brigas e preocupações e continuaria a ocasioná-los. A Bolívia estava importunando e ameaçando o Chile, exigindo um corredor para o mar. Em resumo, isolado ou, pior do que isso, cercado de inimigos cuja franca antipatia poderia facilmente degenerar em guerra,[20] o Chile recebia com agrado a amizade que lhe oferecia o Brasil, uma amizade tradicional que era quase uma aliança.

Por mais importantes que fossem as manobras diplomáticas do Sul da América do Sul, Rio Branco ainda achava tempo e energia para se dedicar a assuntos menos regionais. Na realidade, mantinha uma visão global que não lhe caracterizara os predecessores. Acreditou um representante diplomático na Noruega em 1908, outro no Egito em 1910 e um terceiro na Grécia em 1911. Em 1912, o Brasil mantinha representações diplomáticas em 39 países das Américas, da Europa, da Ásia e da África. Vinte e oito nações, por sua vez, faziam o mesmo, mantendo representantes diplomáticos no Rio de Janeiro. Treze delas eram latino-americanas. Dois outros países, a China e a Pérsia, enviaram missões especiais para visitar o Brasil durante o Ministério Rio Branco.

A expansão dos serviços externos brasileiros não foi o único esforço do Barão para tornar o Brasil mais conhecido no mundo. Também aumentou a participação brasileira em conferências internacionais. Em 1904, o Brasil tomou parte no Congresso Sanitário de Montevidéu; em 1906, na Conferência de Genebra sobre a Cruz Vermelha, na Conferência do Açúcar em Bruxelas, no Instituto Internacional de Agricultura em Roma e na Conferência Internacional de Radiotelegrafia em Berlim; em 1907, na Conferência de Paz da Haia; em 1910, na Quarta Conferência Pan-Americana de Buenos Aires. Conquanto não fosse rigorosamente típico, o ano de 1908 mostra a determinação de Rio Branco de ver o Brasil

[19] Do Ministro do Chile no Rio de Janeiro ao Ministro das Relações Exteriores, em Santiago, no dia 8 de dezembro de 1906, Archivo Nacional de Chile, Santiago, Legação chilena no Brasil, 1906-7.
[20] Oscar Espinosa Moraga, *El Aislamiento de Chile* (Santiago: Nascimento, 1961).

representado numa série de conclaves mundiais. Nesse ano atarefado, o Brasil enviou delegados ao Congresso Geográfico Internacional, em Genebra; ao Congresso Médico Pan-Americano, na Cidade de Guatemala; ao Congresso Internacional dos Americanistas, em Viena; ao Quarto Congresso Internacional de Pesca, em Washington; ao Congresso Internacional de Irrigação, em Albuquerque, Novo México; ao Congresso Internacional de Indústrias de Refrigeração, em Paris; ao primeiro Congresso de Unidades e Padrões Elétricos, em Londres; ao Congresso Científico Pan-Americano, em Santiago; e à Conferência Telegráfica Internacional, em Lisboa.

Não somente se mostraram ativos os brasileiros assistindo a conferências no estrangeiro, mas também receberam em casa importantes representantes de outros países. Foi assim que, em outubro de 1905, o Terceiro Congresso Científico Latino-Americano se reuniu no Rio de Janeiro. No mês seguinte de julho ali se reuniu também o Terceiro Congresso Pan-Americano. Ambos os congressos tiveram êxito, e os anfitriões, sob a direção de Rio Branco, não mediram esforços para impressionar as nações irmãs, e sua tarefa não foi difícil, graças à grande beleza natural do Rio de Janeiro e à renovação da cidade.

Visitantes ilustres

Os projetos de Rio Branco para tornar conhecido o seu país no estrangeiro estenderam-se a outros campos. A recém-apetrechada Marinha visitou um número maior de portos para mostrar a sua bandeira. O Brasil apresentou primorosa exibição na Exposição de St. Louis em 1904, e um pavilhão menor, mas também uma grande representação naval, na Exposição de Jamestown em 1908. Delegações oficiais pagaram tributo à Argentina, ao Chile, ao México e à Venezuela nas faustosas comemorações do centenário da independência desses países. Durante o seu Ministério, um número maior de distintos estrangeiros visitou o Brasil do que em qualquer época anterior. O Ministro das Relações Exteriores recebeu e hospedou todos eles. Entre outros, deu as boas-vindas a Sarah Bernhardt, William Jennings Bryan, Georges Clemenceau, Paul Doumier, Guglielmo Ferrero, Anatole France, Roque Saenz Peña, Julio Roca e Elihu Root. Das declarações que eles prestaram à imprensa e dos seus próprios escritos se colhe que esses visitantes levaram consigo uma impressão favorável do país.

Outro projeto favorito do Barão era negociar tratados gerais de arbitragem. Posto que parecesse encarar com maus olhos a arbitragem depois da decisão do Rei da Itália em 1904, o Chanceler, mais tarde, animou o

Brasil a assinar tratados dessa natureza, num esforço aparente para destacar o seu país como líder mundial nas soluções pacíficas dos problemas internacionais e para contrabalançar as queixas contra o seu programa de rearmamento. Quando assumiu o Ministério das Relações Exteriores, nenhum tratado assim fora ratificado pelo Brasil. Durante a sua administração, Rio Branco assinou 31 convenções com nações das Américas, da Ásia e da Europa. Dezenove trazem a data de 1909. Nesse período, somente os Estados Unidos e a Espanha assinaram maior número de tratados de arbitragem do que o Brasil.

Sob a direção de Rio Branco, o Brasil exerceu um papel importante de liderança na América Latina. Boa ilustração de tipo de concerto diplomático que Rio Branco mais gostava de dirigir foi o reconhecimento da nova nação do Panamá em 1904, quando o Chanceler coordenou o reconhecimento da Argentina, do Chile e do México com o do Brasil. Mas os esforços do Itamarati estenderam-se muito além disso. O Ministério ajudou a mediar algumas disputas entre o Peru e o Equador, encontrou solução para o impasse relativo às pretensões Alsop que ameaçavam as relações entre o Chile e os Estados Unidos, e instou com os Estados Unidos que mandassem um representante diplomático permanente ao Paraguai.

Rio Branco e o Pan-Americanismo

O Barão deu nova ênfase ao Pan-Americanismo. Separado do resto do Hemisfério durante quase um século em virtude das suas instituições monárquicas, o Brasil juntou-se à fraternidade das Repúblicas em 1889, no mesmo ano em que se iniciou o moderno movimento pan-americano. Como os acordos amistosos que tinham posto cobro aos problemas de fronteira haviam anulado a principal fonte de conflito entre o Brasil e seus vizinhos, a amizade interamericama pôde tornar-se realidade. Fossem quais fossem os sentimentos pessoais dos brasileiros para com as Repúblicas irmãs, todos os líderes responsáveis compreenderam a necessidade de manter relações amistosas com elas. Sobre o Pan-Americanismo, escreveu Rio Branco: "Expresso a profunda esperança que nos anima de que o espírito de cooperação e boa vontade, manifestado nas conferências americanas, produzirá os resultados práticos que todos desejamos ver realizados na América."[21] Ele definiu o Pan-Americanismo como um movimento do Hemisfério "destinado a substituir a desconfiança e os ressentimentos infundados por uma cres-

[21] Do Barão do Rio Branco a Domício da Gama, em 28 de setembro de 1911, AHI. Despachos 235/2/8.

cente amizade entre todos os povos americanos".[22] As contribuições de Rio Branco ao Pan-Americanismo foram notáveis. Primeiro, resolvendo as várias questões de fronteiras com a América espanhola, eliminou causas de atrito e abriu o caminho para um melhor entendimento entre a América portuguesa e a América espanhola, requisito indispensável ao desenvolvimento e ao êxito do Pan-Americanismo. Segundo, dirigiu no Rio de Janeiro, em 1906, uma Conferência Pan-Americana, que obteve estrondoso sucesso. Os debates haviam tornado inúteis as duas primeiras conferências. Em compensação, a terceira, breve e bem planejada consolidou o movimento pan-americano e deu-lhe permanência. Terceiro, conseguiu harmonizar a América espanhola e os Estados Unidos. Essa consecução foi particularmente notável na conferência do Rio, onde, graças sobretudo à diplomacia do Barão, os Estados Unidos foram mais bem aceitos pelo resto do Hemisfério e velhas suspeitas e ressentimentos se atenuaram. Através dessas três contribuições, Rio Branco imprimiu uma forma pragmática aos sentimentos brasileiros que favoreciam o Pan-Americanismo.

Rui Barbosa na Conferência de Haia

O Brasil marcou o seu primeiro aparecimento importante numa conferência global em 1907, na Segunda Conferência Internacional da Paz em Haia. Rui Barbosa chefiou a grande delegação brasileira e ocupou o posto de *President d'honneur* da primeira comissão, responsável pela questão da arbitragem. Foi o único latino-americano assim distinguido. Como o atestam a correspondência e os quase 175 telegramas trocados entre eles, Rio Branco e Rui Barbosa colaboraram intimamente durante a Conferência no tocante aos principais assuntos. Se bem não haja indícios de franca divergência entre os dois grandes homens, o seu acordo sobre certos assuntos parecia mais uma questão de conveniência do que de convicção. Rio Branco traçou as diretrizes gerais da política brasileira em Haia, porém muita coisa, por força, foi deixada à discrição de Rui Barbosa. Há indícios, contudo, de que este conseguiu persuadir o Ministro a mudar ou modificar algumas das suas políticas.

As manobras das potências mundiais para criar uma Corte Internacional de Justiça ofenderam as suscetibilidades e contrariaram as aspirações brasileiras. A Alemanha, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos propuseram um plano de uma corte de 17 membros. Nove nações teriam

[22] Barão do Rio Branco, *Obras ao Barão do Rio Branco* (Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1948), IX, 98.

assento permanente na Corte. As outras partilhariam dos assentos restantes numa base de rodízio durante um período de tempo especificado e segundo a categoria em que se achassem classificados.

Classificado na terceira categoria, abaixo de Estados europeus menores e menos populosos, o Brasil considerou injusto o plano. Ferido no seu sensível nacionalismo, Rio Branco achou que o plano, "humilhante", feria a dignidade do Brasil.[23] Era evidente que as novas metas diplomáticas do Brasil exigiam uma solução diferente para a estrutura da Corte. Rio Branco propôs vários planos alternativos – incluindo o de uma corte de 21 nações, em que os 15 Estados que tivessem população superior a 10 milhões de habitantes (condição que incluía seguramente o Brasil) seriam juízes permanentes, compartindo as demais nações dos assentos restantes numa base de rodízio, de acordo com as categorias que lhes fossem atribuídas – mas logo compreendeu que enquanto envidava esforços para ser admitido à Corte como membro permanente, ao lado das principais potências, o Brasil estava perdendo o apoio do resto da América Latina, assim como o de algumas pequenas nações européias. As realidades da situação deixavam claro que a maneira mais certa de assegurar ao Brasil um assento permanente no tribunal era aplicar o princípio da igualdade de todas as nações. Rui Barbosa já proclamara a sua preferência por esse princípio e, mais tarde, Rio Branco determinou que o Brasil o defendesse em Haia.[24] De fato, era mais do que aparente que só através da igualdade o Brasil poderia esperar obter para si um assento na Corte, objetivo importante da política de Rio Branco.

Nessa ocasião, o orgulho ferido, mais do que qualquer outra coisa, motivou o apoio ao princípio da igualdade por parte do Brasil. Releva não esquecer, todavia, que se deve creditar ao Barão o fato de haver saboreado, durante alguns anos, o princípio da igualdade em termos teóricos. Em 1905, escrevera: "O que a América deseja é a igualdade perante a lei internacional... e que a soberania das suas nações seja tão respeitada

[23] Do Barão do Rio Branco a Rui Barbosa, 4 e 5 de agosto de 1907, Arquivo da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Telegramas. De Dudley a Root, em 14 de dezembro de 1907; Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, Registros Gerais do Departamento de Estado, Washington, D. C., 2098/88. Rui Barbosa referiu-se ao plano da Corte como "amarga humilhação". Rui Barbosa e Rio Branco, 3 de agosto de 1907, Arquivo da Casa de Rui Barbosa, Telegramas.

[24] De Rio Branco a Rui Barbosa, 28 de agosto de 1907, Arquivo da Casa de Rui Barbosa, Telegramas. Rui Barbosa manifestou-se com veemência em favor de um plano de igualdade dos Estados e apoiou esse princípio antes de Rio Branco converter-se a ele. Rui Barbosa a Rio Branco, em 17 de agosto de 1907, Arquivo da Casa de Rui Barbosa, Telegramas.

quanto a das nações européias."[25] Mais tarde, na Terceira Conferência Pan-Americana, afirmou que as nações mais fracas e as mais fortes deveriam ser iguais diante da lei.[26] Por conseguinte, após o titubeio inicial, exigia a coerência que a delegação brasileira esposasse o princípio da igualdade. A essa altura, o Brasil tornou-se líder das nações latino-americanas, assim como de várias nações européias menores na luta pela igualdade na Corte. O papel agradava a Rio Branco e acrescentava lustre ao prestígio internacional do Brasil, que apresentou os seus argumentos às chancelarias das outras nações latino-americanas para receber-lhes o apoio. Como prosseguissem os debates sobre a composição do tribunal, os Governos latino-americanos notificaram o Itamarati do seu apoio. Em Haia os delegados latino-americanos reuniram-se em torno de Rui Barbosa. O prestígio do Brasil entre os latino-americanos emergiu da Conferência da Paz consideravelmente aumentado. No Brasil, o papel de Rui Barbosa na Conferência recebeu completa cobertura noticiosa e aclamações populares. Os despachos transmitidos pelo cabo transatlântico relatavam-lhe repetidamente os feitos e o brilho das intervenções, até que os leitores dos jornais devem ter tido a impressão de que o seu representante dominava a Conferência de Paz.

Haia abriu novas e mais amplas possibilidades de liderança para o Brasil, cautelosamente exploradas por seus diplomatas nas décadas seguintes. Se bem os diplomatas desejassem e apreciassem os novos papéis, mostraram extrema sensibilidade ao tratamento dispensado aos seus esforços pela Europa e pelos Estados Unidos, o que foi confirmado pelos acontecimentos que cercaram a criação da Liga das Nações.

O Brasil na Primeira Guerra Mundial

O Brasil foi a única nação sul-americana a entrar na Primeira Guerra Mundial. Após o afundamento do terceiro navio mercante brasileiro, em outubro de 1917, o Governo declarou guerra à Alemanha. O Brasil enviou uma unidade médica e aviadores à Europa e cooperou com os ingleses no patrulhamento do Atlântico Sul. Essa participação e a subseqüente vitória aliada envolveram o Brasil numa intensa agitação de diplomacia européia. Em reconhecimento pela participação brasileira, a Grã-Bretanha, a Itália e a Bélgica elevaram as suas legações no Rio de Janeiro à categoria de embaixadas, e o Brasil fez o mesmo em relação às suas representações nesses países. Além disso, no Tratado de Versalhes, o Brasil conseguiu os seus dois objetivos: o paga-

[25] *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 11 de dezembro de 1905, p. 2.
[26] *Obras*, IX, 86.

mento, com juros, do café recebido pela Alemanha em 1914 e a permissão para conservar os 70 navios alemães apresados em portos brasileiros.

Sentindo nova confiança em sua diplomacia fora do Hemisfério, o Brasil participou energicamente da criação da Liga das Nações. Com efeito, desempenhou um papel importante durante os anos de formação da Liga, servindo como membro eleito do Conselho durante o período que mediou entre 1920 e 1926. Nesse período, três distintos diplomatas brasileiros presidiram o Conselho: Gastão da Cunha, Domício da Gama e Afrânio de Melo Franco. O Governo não fazia segredo da sua esperança de que o Brasil – em virtude do tamanho e da população do país, de sua participação na guerra e da liderança que exercia no Hemisfério Ocidental – viesse a ser membro permanente do Conselho. Mas as potências européias lhe frustraram as esperanças. Aborrecido pelas atitudes de superioridade e desinteresse manifestadas pelos europeus, o Brasil retirou-se da Liga em 1926. Desapontado pelo tratamento dispensado pelos europeus, voltou à diplomacia do Hemisfério, em que continuou a desempenhar papel dominante.

A Primeira República presenciou uma profunda transição nas relações externas do Brasil. Os diplomatas, entre os quais avulta o Barão do Rio Branco, resolveram as velhas e difíceis pendências de fronteiras e delinearam vantajosamente quase 14.500 quilômetros de limites. Levaram assim a uma conclusão feliz e pacífica mais de quatro séculos de expansão e consolidação, incorporando à nova República uns 885.000 quilômetros quadrados de território outrora contestado. Uma era da história luso-brasileira terminou de maneira triunfal. Libertados das preocupações com as divisas nacionais, os diplomatas ergueram os olhos para horizontes mais amplos. O Brasil começou a desempenhar um papel ativo e capaz de liderança no Hemisfério Ocidental. O seu eixo diplomático deslocou-se de Londres para Washington. Ao mesmo tempo, sentindo-se mais confiante, encetou a sua participação na política mundial. Participou da Primeira Guerra Mundial para apoiar a causa dos Aliados e enviou delegações distintas tanto à Segunda Conferência Internacional da Paz em Haia quanto à Liga das Nações. Enquanto encerravam o período das negociações de fronteiras, os diplomatas, nos anos cruciais da Primeira República, inauguraram uma nova fase, que influiu no curso da diplomacia brasileira por várias gerações depois de 1930. Os seus sucessos e feitos diplomáticos representam uma das páginas mais notáveis da história da Primeira República.

CONCLUSÃO

A CRISE DOS ANOS 20 E A REVOLUÇÃO DE 1930

A CRISE POLÍTICA que surge na Primeira República, após a Primeira Guerra Mundial, se revela em dois aspectos: no descontentamento de um grupo funcional, o Exército, e na crescente insatisfação da população urbana, de algum modo associada à classe média, que o sistema não absorve. As tensões regionais da classe dominante não apresentam uma linha contínua. Aparecem com nitidez em 1922, diminuem em intensidade a partir de 1926, para voltar à tona em 1929.

Um indício claro da maior participação política da população urbana foi a eleição de 1919, realizada excepcionalmente, em virtude da morte do Presidente eleito Rodrigues Alves. Rui Barbosa, candidato derrotado em 1910 e 1914, apresentou-se à eleição para realizar um protesto, sem o apoio de qualquer máquina eleitoral. Não obstante, obteve cerca de um terço dos votos e venceu no Distrito Federal. Em novas circunstâncias, não contando com as oligarquias estaduais, Rui apresentou um programa moderadamente reformista, propondo uma legislação operária e maior autoridade para o Governo Federal.

Vamos nos deter em um dos sintomas mais nítidos da crise – o descontentamento militar – que aparece entrelaçado até a primeira revolta tenentista (julho de 1922) com o agravamento das tensões regionais. Para isto, convém retomar uma análise da ação política do Exército, desde o fim da Presidência de Floriano Peixoto.

A renúncia de Floriano em apresentar um candidato à sucessão representou o triunfo dos grandes Estados e o provisório afastamento da cúpula do Exército da vida política nacional. Os jovens militares – herdeiros

---

NOTA: Este artigo é uma versão ligeiramente modificada do texto integrante de *Pequenos Ensaios de História da República*, Cadernos CEBRAP nº 10, São Paulo, 1972.

mais conseqüentes do jacobinismo florianista – se revoltaram, por várias vezes, no Rio de Janeiro (em 1897, contra Prudente de Morais; em 1904, contra Rodrigues Alves). Mas a alta oficialidade retirou-se para a vida profissional. O Clube Militar – centro da articulação política do Exército – esteve fechado de 1896 a 1901. Embora na eleição de 1898 houvesse nominalmente um candidato militar de oposição ao paulista Campos Sales – o oficial positivista Lauro Sodré –, o Exército só reapareceu como força dotada de certa coesão na campanha presidencial de 1909.

É importante assinalar aqui a aproximação entre os militares e a elite política do Rio Grande do Sul, revelada no importante livro de Joseph Love sobre o papel daquele Estado na Primeira República.[1] À saída dos primeiros, como grupo, da área política correspondeu um retraimento do Rio Grande do Sul da esfera federal para a regional. Entre 1894 e 1910, os gaúchos estiveram ausentes da Administração federal e aí reapareceram juntamente com os militares. Mas a aproximação não significa uma identificação, como os episódios do Governo Hermes da Fonseca irão revelar.

Love aponta algumas razões que explicam a afinidade, mostrando como no Rio Grande do Sul – uma região de fronteira importante – se concentravam os maiores efetivos do Exército, variando entre um terço e um quarto dos efetivos nacionais. A III Região Militar, criada em 1919, constituiu uma ponte para a alta administração, pois vários de seus Comandantes foram para o Ministério da Guerra. A importância do setor militar parece ter incentivado os gaúchos de certo nível social a seguirem a carreira das armas, contribuindo com o maior número de Ministros da Guerra e de Presidentes do Clube Militar, na Primeira República. Por outro lado, a intermitente luta armada na região favoreceu o contato entre os oficiais e os partidos políticos. Da Revolução federalista, por exemplo, nasceram os laços de vários Oficiais com o Partido Republicano Rio-Grandense.

Certos traços ideológicos e peculiaridades políticas concorreram também para a aproximação. O Rio Grande do Sul – através de Júlio de Castilhos e depois de Borges de Medeiros, o grande Chefe do Estado na Primeira República – foi uma região de influência do positivismo, cuja importância difusa se manteve também no interior do Exército. A Constituição estadual, de inspiração comtista, reforçava o papel do

---

[1] Joseph L. Love – *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*, Stanford University Press, 1971. Boa parte desta discussão se baseia no livro citado.

Executivo, atribuindo ao Presidente a possibilidade de legislar por decreto, exceto em assuntos financeiros e autorizando sua reeleição. Este foi um dos pontos de disputa entre republicanos e libertadores, decidido em 1923, no Acordo de Pedras Altas, que estabeleceu a impossibilidade de reeleição.

Além disso, a política econômico-financeira, defendida pelo Estado por razões econômicas e ideológicas, tendeu a coincidir em muitos aspectos com a visão do grupo militar. O Rio Grande constituía o centro mais articulado de temperada oposição ao núcleo agrário-exportador, pelo qual o Exército tinha pouca simpatia e com o qual mantinha escassas vinculações. Os gaúchos defenderam uma política de preços estáveis e de conservadorismo fiscal essencialmente porque a inflação criaria problemas para o mercado do "charque". O produto era consumido principalmente pelas classes populares do Nordeste e do Distrito Federal. Qualquer redução do poder aquisitivo dessas classes resultava em restrição da demanda. Uma política financeira conservadora foi sempre bem vista pelos militares, não só dos quadros mais elevados; as rebeliões tenentistas apontaram a inflação e o desequilíbrio orçamentário como males tão graves quanto a fraude e as desigualdades regionais.

Política. O Exército e a oligarquia.

A eleição de 1910 marcou a volta do Exército ao mundo da grande política, mas como uma força sem grande autonomia, subordinada aos interesses das oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, onde a figura de Pinheiro Machado se destacava no plano nacional. O Marechal Hermes da Fonseca, sobrinho do fundador da República, Ministro da Guerra de Afonso Pena, foi indicado para a Presidência por aqueles Estados e alguns menores. Acabou por tornar-se candidato oficial, com a morte de Pena e a ascensão ao poder do Vice-Presidente Nilo Peçanha.

Seu adversário – Rui Barbosa –, lançado por São Paulo e pela Bahia, procurou atrair o voto das populações urbanas. Defendeu os princípios democráticos e o voto secreto. Referiu-se à necessidade de um certo fortalecimento do Poder Central, com a unificação da Justiça, a punição dos Estados que violassem a Constituição Federal, maior intervenção nos conflitos econômicos e fiscais dos Estados, regulamentação do direito de os Estados contraírem empréstimos externos, defesa do café pela União. Neste aspecto, seu programa era uma boa demonstração de que a São Paulo não interessava a extrema autonomia estadual, mas um país com certa integração nacional, em função do núcleo dominante. A plataforma de Hermes, pouco significativa, sustentava o equilíbrio orçamentário, a intocabilidade da Constituição, a ampla autonomia estadual e expressava,

sobretudo, os pontos de vista do Rio Grande do Sul. Convém lembrar que a autonomia era uma reivindicação essencialmente gaúcha e não militar, pois as Forças Armadas viram sempre com simpatia os projetos de maior centralização do país.

Foi Rui Barbosa quem deu à campanha de 1909-1910 o tom de reação contra a intervenção do Exército na política, com ataques contra os Oficiais e a contraposição da milícia estadual do Exército, como modelo militar. Embora a base política essencial de Rui fosse a oligarquia de São Paulo, sua campanha se apresentou ideologicamente como a luta da inteligência pelas liberdades públicas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário. A vitória de Hermes produziu grandes desilusões na restrita intelectualidade do tempo.

O fato de que um militar tenha assumido a Presidência da República não significa, mais uma vez, que o Exército atue na política como força autônoma. Na realidade, no Governo Hermes houve três centros de decisão: as oligarquias civis de Minas e especialmente a do Rio Grande do Sul, esta sob o comando de Pinheiro Machado; o próprio Presidente, inclinado a uma subordinação às oligarquias; um grupo de militares e alguns civis, dispostos a realizar alterações no controle do poder nos Estados. Que alcance tinham essas modificações é uma questão ainda pouco estudada desse período.

Intervenções nos Estados

Os Oficiais situados como um grupo de pressão em torno do Presidente foram os principais responsáveis pelo movimento "salvacionista", destinado a "salvar" a pureza das instituições republicanas, através da derrubada de Governos locais, sobretudo no Nordeste.

Alguns exemplos servirão para dar uma idéia das intervenções. Em Pernambuco – domínio do Chefe oligarca Rosa e Silva – o Ministro da Guerra, General Dantas Barreto, aceitou sua candidatura à Presidência do Estado, em nome da oposição. Esta era dirigida por Lucena, velha figura do Império que fora Ministro de Deodoro, e por um antigo e ardoroso defensor de Floriano Peixoto. Dantas Barreto renunciou ao Ministério, dirigiu pessoalmente a luta armada que se desencadeou em Pernambuco e acabou por tomar posse do Governo.

Em Alagoas, o Coronel Clodoaldo da Fonseca, envolvido mais tarde, em 1922, nas rebeliões tenentistas, substituiu o candidato da família dos Malta. No Ceará, a sucessão presidencial foi o pretexto para um confronto de grandes proporções. A oposição local – adversária da família dominante (os Acioli) – apresentou como candidato o Coronel Franco Rabelo,

ligado aos militares renovadores. Os partidários dos Acioli – Pinheiro Machado – lançaram outro militar, e ambas as partes se declararam vencedoras na eleição. Enquanto o Coronel Rabelo era apontado Governador em Fortaleza, a maioria da Assembléia Legislativa local se transferia para o interior e aí declarava deposto o Governador, entregando a chefia do Estado ao presidente da Assembléia, o médico e político do sertão Floro Bartolomeu. Este era porta-voz de um líder carismático do interior – o famoso Padre Cícero – que mobilizou tropas sertanejas contra o candidato dos "salvacionistas", avançando sobre Fortaleza. Afinal, o Governo Federal pôs fim à luta, com a nomeação do Coronel Setembrino de Carvalho para interventor do Ceará.

A maioria das "salvações" foi realizada com o objetivo de derrubar velhas oligarquias, em geral aliadas a Pinheiro Machado, através do Partido Republicano Conservador – um "partido" que expressava um acordo do chefe gaúcho com vários Estados do Nordeste. (Em Pernambuco a situação não era esta porque Pinheiro – rival de Rosa e Silva – estava também interessado em sua queda.)

A investida dos "salvacionistas" pode ser entendida, em alguns casos, dentro de um contexto geral das tentativas difusas feitas por grupos militares, no sentido de restringir o poder político da classe dominante, nas diferentes áreas regionais. Estes grupos buscavam principalmente a moralização dos costumes políticos e a redução dos aspectos mais chocantes das desigualdades sociais, sem pretender realizar reformas fundamentais no regime de propriedade. Por isso mesmo e também porque muitas vezes os militares tivessem raízes nos Estados, os "salvacionistas" acabaram por se aliar a facções de oposição sem grandes diferenças com os antigos exercentes do poder.

O fato de que tenham obtido êxito, mesmo transitório, no Nordeste se deve à fraqueza das oligarquias dominantes na região, muito mais dependentes do Poder Central do que a aparência indicaria. De fato, os militares tentaram assumir o controle do Rio Grande do Sul, com a candidatura ao Governo do Estado do novo ministro da Guerra de Hermes, o General Mena Barreto. Mas, neste caso, Pinheiro Machado dominou inteiramente a situação, forçando a demissão do ministro, que foi substituído por um homem de sua confiança. Outra demonstração da impossibilidade de quebrar as oligarquias mais articuladas foi a inútil tentativa feita por Pinheiro para impor a intervenção federal em São Paulo.

Apesar do grande interesse que a ação dos "salvacionistas" apresenta como sintoma, o Exército era um grupo mais uma vez dividido, na sua

reaparição política durante o Governo Hermes. O próprio Presidente se subordinava à ação nacional de Pinheiro Machado, e a intervenção no Ceará, por exemplo, representou uma vitória do líder gaúcho, provocando ressentimentos militares contra o Presidente.

Por outro lado, a política econômica realizada em favor dos grandes Estados nunca foi abandonada e a sucessão de 1914 se realizou tranqüilamente, com a restauração da aliança "café-com-leite", em torno de Wenceslau Braz.

A segunda eleição competitiva da República (1922) demonstrou o agravamento das tensões regionais da classe dominante e foi a única em que um confronto entre os dois grandes Estados e os Estados intermediários se colocou claramente na disputa sucessória. Aí também interveio o Exército, ao lado da oposição, incentivado por alguns lances novelescos.

O eixo São Paulo–Minas lançou como candidato, nos primeiros meses de 1921, o Presidente mineiro Artur Bernardes. Contra esta candidatura levantou-se o Rio Grande do Sul, através de Borges de Medeiros, denunciando o arranjo político como uma forma de garantir recursos para os esquemas de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas. Os gaúchos temiam também que se concretizasse uma revisão constitucional – realizada efetivamente por Bernardes em 1926 – limitando a autonomia do Estado.

A "Reação Republicana"

Uniram-se ao Rio Grande do Sul a Bahia, Pernambuco, Estado do Rio – 3°, 4°, 5° e 6° Estados em importância eleitoral – formando a "Reação Republicana" que apresentou o nome de Nilo Peçanha. Nilo estivera por alguns meses na Presidência da República, após a morte de Afonso Pena, garantindo o triunfo de Hermes da Fonseca. Sua carreira era um contraponto, na esfera civil, da ascensão de muitos militares "plebeus". De origem modesta, florianista, ameaçado de prisão por Prudente de Morais, tinha sua base política na oligarquia do Estado do Rio, onde nasceu.

A oposição tentou realizar uma campanha "à americana", como se dizia na época, percorrendo boa parte do país e procurando atrair o voto urbano. A plataforma da "Reação Republicana", inspirada diretamente pelos gaúchos, se pronunciava no plano financeiro contra a inflação, a favor da conversibilidade da moeda, dos orçamentos equilibrados, da política, em suma, inaugurada pelo paulista Campos Sales em um momento muito difícil e mais tarde abandonada.

Na campanha, surgiram ataques ao imperialismo dos grandes Estados e pediu-se proteção para os produtos brasileiros de exportação em geral e não

apenas para o café. Nilo não se opôs à valorização cafeeira em curso, de que o Estado do Rio também se beneficiava, mas atacou o tratamento especial dado ao produto. Este era um tema de especial predileção dos gaúchos.

A intervenção dos militares no problema sucessório, facilitada pelas ligações com os políticos do Rio Grande do Sul e com o próprio candidato, assumiu um caráter mediatamente relacionado com as tensões regionais. Na aparência, resumiu-se à preservação de valores do grupo, alvo de violento ataque, através das "cartas falsas", publicadas no *Correio da Manhã*, em outubro de 1921. Elas tinham por objetivo lançar o Exército na campanha política ao lado da oposição, impedindo, se necessário, a posse de Bernardes.

Triunfo de Bernardes e o Tenentismo

Em meio a uma situação difícil, Bernardes triunfou nas eleições de março de 1922, ficando apenas a confirmação do resultado na dependência do Congresso. Do ponto de vista das classes dominantes regionais, o momento da vitória de um dos candidatos marcava para os vencidos a necessidade de chegar a um acordo, a fim de se preservar o sistema. No ano de 1922, a regra quase foi quebrada. Chegou-se a pensar, diante da gravidade da situação militar, na renúncia de Bernardes e na escolha de um terceiro nome. Porém, quando o General Ximeno de Villeroy, representando um grupo de conspiradores de alta patente, procurou o apoio de Borges de Medeiros para iniciar uma luta armada, não obteve êxito. Em fins de junho de 1922, surgiram novos atritos ligados às violentas disputas pela sucessão local em Pernambuco. Como se sabe, em nome do Clube Militar, Hermes da Fonseca telegrafou ao Comandante militar de Pernambuco, apelando para que não interviesse na contenda, a mando do Governo. Hermes foi preso por algumas horas, por determinação do Presidente Epitácio Pessoa, e o Clube Militar fechado por seis meses, com base na lei recentemente aprovada, que tinha por objeto a repressão ao anarquismo.

A luta entre o Governo e as oposições tendeu entretanto a acalmar-se. À neutralização da dissidência regional e da cúpula militar seguiu-se o ciclo das rebeliões tenentistas.

O Tenentismo produziu uma inflexão na vida política brasileira e deixou uma influência persistente, após ter desaparecido de cena em 1934 como movimento organizado. Nos anos 20, tornou-se para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente. Não há razões para se pensar que a massa operaria, por exemplo – nas condições de um movimento operário em depressão –, deixasse de ser tocada por suas façanhas.

Por outro lado, para as classes dominantes regionais em oposição ao núcleo agrário-exportador, os tenentes apontavam um caminho novo que, mesmo a custo, acabou sendo trilhado: a utilização da violência, associada a um programa de limitado alcance.

Historicamente, o Tenentismo deixou marcas mais profundas no interior da esquerda brasileira do que em áreas conservadoras. O progressivo abandono da organização horizontal da classe operária pelo ataque frontal e/ou adaptação às instituições do Estado tem uma de suas raízes na influência tenentista. O PC esteve aberto a ela e procurou mesmo recolhê-la, apresentando-se como uma espécie de herdeiro mais conseqüente do movimento. Isto ocorreu, seja nos períodos em que acabou por adotar uma linha insurrecional (1935), seja nos períodos caracterizados pela linha de "desenvolvimento nacional pacífico" (1945-1947). Ao mesmo tempo, na consciência conservadora militar, o Tenentismo permaneceu como marco inicial de um ciclo purificador, que se inicia em 1922 e se completa em 1964/1968.

Tenho procurado demonstrar em outros trabalhos que a análise do Tenentismo não pode ser reduzida a explicações unilaterais, reduzindo o grupo funcional a uma classe social (tenentes e classe média), ou atribuindo ao grupo total autonomia no conjunto da sociedade. Aqui, desejo apenas salientar alguns aspectos do tema, que foram tratados mais extensamente nestes trabalhos.

Do ponto de vista de sua formação militar, a geração dos Tenentes cursou a Escola do Realengo, que tinha uma linha educacional diversa da antiga Escola da Praia Vermelha. Esta se caracterizava pela influência positivista, destinando-se a formar o soldado-cidadão; aquela tratou de profissionalizar o Exército, insistindo no ensino técnico e no seu afastamento da política.

Não há nenhum paradoxo no fato de que o maior grau de profissionalização possa ter incentivado a intervenção dos Tenentes na vida política. Mosca e mais recentemente Finer argumentaram, com boas razões, que a profissionalização tem gerado o comportamento oposto. Como diz José Nun, a tendência a considerar os fenômenos sociais em isolamento e abstração levou alguns a supor que a profissionalização por si só induz os Oficiais a abandonar a política, colocando uma barreira entre eles e a sociedade.[2] No caso que estamos discutindo, ela favoreceu a formação de

[2] Caetano Mosca – *The ruling class*, Nova York, 1939; S. E. Finner – *The man on horseback: the role of the military in politics*, Nova York, 1962, citados por José Nun, em "Os golpes militares da classe média" (*In* Cláudio Veliz – *América Latina: Estruturas em crise*, São Paulo, IBRASA, 1970).

uma certa coesão grupal, de uma consciência militar, em um meio social em que a supremacia das oligarquias civis começava a ser contestada. Contribuiu também, na linha do argumento de Finer, para uma crescente identificação das Forças Armadas como servidores profissionais da comunidade e não de transitórios Governos. A propósito, é muito expressiva a frase com que Hermes da Fonseca encerrou o apelo do Clube Militar ao Comandante militar de Pernambuco, pedindo-lhe que não interviesse na luta regional: "Não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica."

É possível estabelecer, no exame do movimento tenentista, uma linha de desenvolvimento, onde há um corte e uma inflexão. O corte se dá com a ruptura de Luís Carlos Prestes em maio de 1930, e a inflexão, após a revolução de outubro daquele ano. Antes desta data, os Tenentes estavam fora da máquina do Estado, em luta contra o poder; depois, realizaram uma experiência de Governo, ao lado de outras forças. Em embrião, apareceram, na década de 20, duas tendências no interior do Tenentismo. Prestes, Siqueira Campos, Miguel Costa associavam a derrubada das oligarquias a um programa vagamente popular-nacionalista. Juarez Távora, entre outros, adotava uma posição mais conservadora. De um modo geral, porém, essas divisões não eram suficientemente claras e só se explicitaram com o correr dos anos.

O que se poderia chamar de programa de ação dos Tenentes tem o seu foco dirigido, a um tempo, para as Forças Armadas e para a sociedade como um todo. Sob o primeiro aspecto, o Tenentismo se distingue das pressões militares anteriores por estabelecer uma linha divisória no próprio grupo militar, entre quadros médios e cúpula. Ele representa um movimento de cisão no interior do grupo, em um momento crucial em que a alta oficialidade opta pela acomodação com Bernardes e a hierarquia se encontra abalada.[3] Os Tenentes não querem apenas purificar a sociedade, mas a instituição de onde provêm. Respondendo a processo criminal, logo após o movimento de julho de 1922, Siqueira Campos reconheceu que, antes de abandonar o Forte de Copacabana, ele e seus companheiros oficiais haviam arrancado suas insígnias, declarando que não pertenciam mais ao Exército. Negou porém ter classificado o Exército de um modo injurioso. Por sua vez, em um momento menos emotivo, Juarez Távora, em seu livro *À Guisa de Depoimento*, ataca abertamente o

[3] Poucos textos isolados serão tão expressivos para revelar a quebra da hierarquia como a discussão no Clube Militar, em 24 de junho de 1922, transcrita por Nelson Werneck Sodré em *História Militar do Brasil* ed. Civilizacão Brasileira 1965

Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, acusando-o de exercer uma espécie de militarismo de encomenda "tacanho e porco", explorando caprichos e fraquezas de Bernardes.

O programa do movimento com relação à sociedade é um bom exemplo da dificuldade apontada por Morris Janowitz, de se definir em certos casos a ideologia dos militares, a não ser em termos muito gerais: nacionalismo, certa xenofobia, tendências puritanas, visão "antipolítica."[4] Dentro destas características, na ideologia e no comportamento tenentista são hoje bastante conhecidos os traços autoritários, o elitismo, a busca da reforma política mesclada de um reformismo social ingênuo e de um vago nacionalismo.

A defesa da maior centralização do Estado, da uniformização legislativa de acordo com o modelo federal, os seus ataques à "feudalização do Brasil" têm como alvo implícito, e às vezes explícito, a oligarquia paulista. O núcleo dominante – ainda que menos extremado do que o Rio Grande do Sul na defesa da autonomia regional – encarnava aos olhos dos Tenentes os principais vícios do sistema político republicano. São Paulo assentara sua supremacia, a partir de Prudente, afastando os militares do Governo, em nome da estabilidade e da "República civil". O "civilismo" paulista despertava especial ressentimento, pois só se tornara possível por contar o Estado com uma milícia estadual subordinada ao poder local e bem equipada, sob alguns aspectos em situação superior ao Exército. Por exemplo, a reorganização da Força Pública paulista se iniciou a partir de 1906, com a vinda da Missão Francesa, antes mesmo que começasse a reforma do Exército, na Presidência Afonso Pena.

Acima de tudo, este Estado controlado por uma "elite de plutocratas", vinculado diretamente aos grandes centros financeiros internacionais, era o principal responsável pela incipiente consolidação do Estado nacional.

O ataque à oligarquia paulista abria a possibilidade de um entendimento entre os Tenentes e as oligarquias estaduais. Esse entendimento dependia de um agravamento das contradições internas do sistema. Enquanto a rebelião militar começava a criar a sua legenda na longa marcha de 24.000km pelo interior do país, as classes dominantes regionais entravam em uma linha de composição entre 1926-1929.

---

[4] Morris Janowitz, *The military in the political development of new nations*, University of Chicago Press 3ª ed., 1967

Bernardes governou em meio a uma situação difícil, recorrendo a seguidas decretações do estado de sítio. Extremamente impopular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, lançou-se nestas áreas a uma dura repressão policial, para os padrões da época.

A insatisfação popular tinha raízes em uma situação financeira que a tocava diretamente. A crise internacional de 1920 refletiu-se no volume e sobretudo no preço das exportações brasileiras de café, que caíram de 13 milhões de sacas, rendendo 73 milhões de libras em 1919, para 11,5 milhões, rendendo apenas 53 milhões de libras em 1920. Pressionado pelos interesses de São Paulo-Minas, o Presidente Epitácio iniciou em 1921 a terceira operação valorizadora, utilizando-se de empréstimos externos e emissões. As emissões maciças entre 1921-1923 (o meio circulante passou de 1,8 milhão de contos em 1920 para 2,6 milhões em 1923) foram responsáveis em grande parte pela desvalorização do câmbio (entre 4 e 5 dinheiros por mil-réis em 1923) e pela inflação.[5] Segundo cálculos imprecisos, o custo de vida dobrou no mesmo período, tendo sido, aliás, a crítica à inflação um dos temas do movimento tenentista.

Bernardes desagradou a quase todos os setores – o Nordeste reclamou contra o abandono dos planos contra a seca, os gaúchos queixaram-se da inflação, a insatisfação dos assalariados foi constante. Do ponto de vista da classe dominante, seu maior atrito se deu porém não com uma área periférica, mas com o núcleo agrário-exportador. Trata-se de um episódio revelador das freqüentes incoincidências entre razões de Estado e interesses estritamente econômicos.

O Presidente começou seu Governo associado aos paulistas, isto é, à política de emissões e de realização da defesa permanente do café, aprovada no Governo anterior. As dificuldades cambiais e financeiras, agravadas pelo vencimento de obrigações da dívida externa em 1927, levaram-no a uma reorientação. Em janeiro de 1925, afastou os paulistas Sampaio Vidal e Cincinato Braga do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil, iniciando uma política deflacionária e de dissociação da defesa permanente do café. São Paulo já assumira aliás a defesa, em fins de 1924, por sua conta.

Depois de 1926, entretanto, os atritos inter-regionais diminuíram bastante. A eleição do político de São Paulo, Washington Luís, à Presidência da República se fez sem problemas, em nítido contraste com a sucessão de 1922, com o apoio de Minas e do Rio Grande do Sul. Para implementar

[5] Cf. Antônio Delfim Netto – O *Problema do Café no Brasil*, São Paulo, 1959.

seu programa de estabilidade financeira, visto com bons olhos pelos gaúchos, Washington nomeou para o Ministério da Fazenda um nome que começava a ascender na política oligárquica de seu Estado – Getúlio Vargas.

A reforma financeira, aprovada pelo Congresso logo no início do novo Governo (dezembro de 1926), estabelecia uma taxa fixa de câmbio, na base de cerca de 6 dinheiros por mil-réis, equivalendo a uma quebra oficial do padrão monetário, que desde 1846 correspondia teoricamente a 27 dinheiros por mil-réis. A estabilidade seria garantida por uma Caixa de Estabilização, que passou a trocar notas-ouro na proporção fixada, pretendendo-se como objetivo final a conversibilidade de todo o papel-moeda em circulação. A medida se destinava a evitar as contínuas oscilações cambiais e a incrementar as exportações. O padrão fixado ficava abaixo da média dos últimos anos, o que aliás agradava ao setor agrícola e aos industriais. A alta classe média – apenas consumidora dos produtos importados – lançou ataques, por seus representantes, ao chamado "câmbio vil".

Dois fenômenos políticos devem ser ainda ressaltados, nos últimos anos da década de 20. A progressiva aproximação de agrupamentos divergentes no Rio Grande do Sul e a diferenciação política em São Paulo. O último fato se liga à questão mais geral da crescente insatisfação da classe média urbana.

A Revolução de 1923, contra a reeleição de Borges de Medeiros, representara o ponto culminante das lutas internas no Rio Grande do Sul.

Quando Vargas assumiu a Presidência do Estado em janeiro de 1927, após uma tranqüila eleição, incentivou habilmente o acordo entre o PRP e o Partido Libertador, formado por antigos federalistas e antigos republicanos, chegando a um razoável compromisso.

O Partido Democrático de São Paulo

Em São Paulo, a formação do Partido Democrático (fevereiro de 1926) pôs fim ao monopólio do PRP. Reunindo nomes das antigas dissidências e algumas figuras novas, o PD de São Paulo era essencialmente uma organização representativa da classe média tradicional, vinculada a setores do café. Correspondia tanto à pressão ampla da classe por uma maior participação no sistema político como à crescente dificuldade do PRP em conter todas as tendências em seu interior.

Seus nomes mais importantes – Waldemar Ferreira, Marrey Jr., Francisco Morato, Moraes Barros, Sampaio Vidal, Paulo Duarte, Paulo Nogueira Filho – eram em sua maioria profissionais liberais, ou jovens

filhos de fazendeiros de café, provenientes de famílias brasileiras tradicionais. Os profissionais liberais não constituíam figuras obscuras, mas advogados famosos em São Paulo, vários deles professores da Faculdade de Direito, com ligações diretas ou indiretas com os interesses cafeeiros.[6]

Na realidade, o agrupamento não representava a emergência de setores dinâmicos, supostamente ligados à indústria. Voltava-se para uma classe média nacional, com um programa liberal-democrático, temperado por algumas tintas vagamente reformistas, tendo por objetivo central a reforma política: voto secreto e obrigatório, representação da minoria, independência dos poderes, entrega ao Judiciário da fiscalização eleitoral. Não tinha uma perspectiva diversa do PRP, no que diz respeito à política econômica e financeira, onde a divergência era acidental. O PD não hostilizou, neste aspecto, a política do Presidente Washington Luís, cujos resultados foram transitoriamente favoráveis para o setor cafeeiro.

Ao surgir a crise de 1929, o partido reivindicou para si o mérito de ter previsto a crise, procurando desvinculá-la, na medida do possível, do contexto internacional. Lembrou alguns discursos de um de seus representantes no Congresso - Paulo Moraes Barros, "o profeta da crise" - que apontara os riscos da defesa permanente do café. Porém, apesar de certas diferenças, o PD não tinha um programa coerente de oposição à política cafeeira, e a ênfase de sua discordância era claramente política.

Vale a pena observar a essa altura a semelhança, em alguns pontos, entre o PD e a União Cívica Radical argentina, assim como uma simetria de relações entre PRP-PD e conservadores-radicais daquele país. Em primeiro lugar, democráticos brasileiros e radicais argentinos se aproximam

[6] Dentre os 599 assinantes do manifesto de lançamento do Partido Democrático, apenas 11 se qualificam como industriais. As 10 primeiras indicações profissionais, abrangendo cerca de 89% do total, afora a vaga categoria "proprietário" e os estudantes, indicam uma esmagadora predominância de membros do setor agrário e da classe média:

Advogados	139
Do comércio	79
Comerciantes	68
Lavradores	59
Funcionários bancários	48
Proprietários	34
Engenheiros	42
Médicos	28
Estudantes	18
Professores	16

O manifesto, com as assinaturas, se encontra em Nazareth Prado - *Antônio Prado no Império e na República*, Rio de Janeiro, F. Briguiet Editora, 1929.

pelo ínfimo número de industriais em suas fileiras e pela atitude de hostilidade a eles. Ezequiel Gallo e Sílvia Sigal, em seu artigo sobre a UCR, mostram que, dentre 44 dirigentes radicais analisados em 1916, apenas um provinha da indústria.[7] Os industriais foram pintados, persistentemente no caso do PD de São Paulo, como um grupo de exploradores, vivendo à custa de um protecionismo favorecedor de uma atividade econômica artificial, nas condições brasileiras.

Por outro lado, radicais e democráticos desenvolveram a mesma atitude xenófoba com relação aos imigrantes, associando, no caso brasileiro pelo menos, com conotação negativa, imigrantes e industriais.

No que diz respeito às relações entre conservadores e radicais argentinos, Oscar Cornblit indica como os primeiros nunca chegaram a pensar na integração da massa de imigrantes, pois isso implicaria uma profunda revisão de seu conceito aristocrático da política. Não obstante, movidos por uma ideologia cosmopolita, absorveram com mais facilidade imigrantes em suas fileiras, desde que se tratasse de pessoas social e economicamente bem situadas. Souberam também utilizar-se da massa de estrangeiros para garantir resultados eleitorais, de uma forma semelhante às máquinas partidárias americanas dos anos 10.[8]

Da mesma forma, o PRP foi receptivo aos imigrantes que ascenderam social e economicamente por várias vias. Também se utilizou do voto do estrangeiro – proibido pela legislação – para fraudar eleições, como persistentemente demonstraram os democráticos.

Não pretendo assemelhar os sistemas políticos brasileiro e argentino, nem levar demasiado longe a analogia. Basta lembrar que a UCR é um partido de massas de âmbito nacional, por longos anos no Governo, ao contrário do que acontece com o PD brasileiro, uma organização regional de certa expressão, mas muito mais modesta.

Quero apenas, dentro dos limites da aproximação, extrair algumas conclusões provisórias. Nos dois países, os partidos que abrigaram largos contingentes de classe média, aliados a alguns grupos agrários tradicionais, desenvolveram um comportamento xenófobo e antiindustrialista, estreitamente vinculado às perspectivas da velha classe média. Em ambos os casos, duas organizações de raízes predominantemente agrárias, elitis-

---

[7] Ezequiel Gallo & Sílvia Sigal, "La formación de los partidos políticos contemporaneos; La U.C.R. (1890-1916)". *In Desarrollo Económico*, III, 1-2, Buenos Aires, 1963.
[8] Oscar Comblit – "Os imigrantes europeus na indústria e política argentinas" (*In* Cláudio Veliz, *op. cit.*).

tas, sem atração sobre a classe média, responsáveis por razões econômicas pela abertura de seus respectivos países ao influxo estrangeiro, adotaram uma atitude mais flexível. Cooptaram os imigrantes em ascensão para suas fileiras – sobretudo os industriais, no caso brasileiro – e utilizaram a massa de estrangeiros como clientela política, o que, apesar de tudo, deu a essa massa alguma possibilidade de barganha.

Voltando agora à situação brasileira dos fins da década de 20, convém ressaltar que o maior entendimento das facções gaúchas favorecerá a intervenção do Rio Grande do Sul como um bloco, na disputa sucessória. Pelo contrário, ainda que o PD não tivesse uma presença eleitoral importante – em parte graças à fraude – a cisão política em São Paulo introduzirá uma cunha na frente regional paulista.

Em fins da década de 20, os Tenentes marginalizados ou no exílio haviam esgotado suas possibilidades de enfrentar sozinhos o Governo. A classe média, por sua vez, carecia de autonomia para se organizar como força de contestação. Por isso, somente um desentendimento de maiores proporções entre os grupos dominantes nos Estados poderia dar novo impulso aos setores dispostos a reformular o sistema político e a introduzir algumas reformas.

O desentendimento regional se assentava na própria formação social do país, mas a expressão que ele assumiu, por ocasião das eleições de 1930, só pode ser entendida através de uma análise da disputa, com um foco mais estrito. A necessidade desta aproximação justifica mesmo que se descreva um processo político conhecido em suas linhas gerais.

A dificuldade em se encontrar em 1929 uma fórmula unânime semelhante à de 1926, quando Washington Luís se elegera Presidente da República. nasceu da própria iniciativa do Presidente. No correr de 1928, ficara claro que os grupos políticos de São Paulo não pretendiam abrir mão do controle direto do Governo Federal. O nome de Júlio Prestes, antigo líder de bancada federal e Presidente do Estado, surgia como candidato.

Esta intransigência quebrava as regras do jogo. Desde 1914, o eixo São Paulo–Minas se revezava no Governo, com a única exceção de 1918, provocada pela morte de Rodrigues Alves. A volta de Minas Gerais ao poder pareceria o caminho normal da acomodação. Não são ainda muito claras as razões da intransigência, que tradicionalmente foi explicada apenas em termos da personalidade de Washington Luís. É possível que a explicação tradicional contenha uma boa parcela de verdade. Tendo em conta a rigidez do sistema, tornando muito difícil o êxito da oposição, o Presidente tratou de garantir a continuidade de sua política de estabilidade,

através da escolha de um sucessor de confiança. Havia pelo menos um precedente histórico em seu favor: em 1902, Campos Sales assegurara o prosseguimento de uma política financeira deflacionista com a primeira eleição de Rodrigues Alves, o que significava a presença sucessiva de dois Presidentes paulistas no poder. Washington contava para isto com o apoio da classe dominante de São Paulo e acreditava poder neutralizar eventuais dissensões de maior importância, pois as relações entre o Governo Federal e o Rio Grande do Sul eram boas. Quando muito, pareceria que Minas Gerais se atiraria isolada a uma luta, não só sem grandes possibilidades de êxito, como também sem maiores repercussões.

A Aliança Liberal

De fato, foi o Presidente de Minas – Antônio Carlos – quem iniciou as articulações para uma candidatura de oposição. Para lançar o Rio Grande do Sul em uma contenda que representaria uma ruptura na acomodação com o Governo Federal e a perda das vantagens que isto significava, era necessário oferecer ao Estado a própria Presidência. Depois de muitas conversações e reticências, em junho de 1929, Minas Gerais e Rio Grande do Sul assentavam o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas. Obtiveram a adesão da Paraíba, a quem ofereceram a Vice-Presidência. As possibilidades de êxito eleitoral deste agrupamento eram reduzidas, pois o Poder Central conseguira manter à sua volta 17 Estados. Ele era porém importante porque inevitavelmente surgia como uma força contra a oligarquia paulista. A Aliança Liberal constituiu-se como uma frente regional, abrangendo a ampla maioria dos representantes políticos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, a que veio juntar-se o Partido Democrático de São Paulo. Quanto à Paraíba, as lutas oligárquicas internas levaram um setor de certo peso a apoiar o Governo. Aparentemente, nascia assim uma nova cisão regional, de maior importância do que as anteriores, mas integrada no velho estilo das disputas sucessórias da Primeira República.

Como se sabe, a Aliança tratou de não romper os limites do sistema, com o qual a maioria de seus Chefes estava comprometida. O próprio Vargas mostrou esta intenção. Em carta dirigida a Washington (julho de 1929) e João Neves da Fontoura – líder do Rio Grande do Sul na Câmara Federal – declarou que a oposição se dispunha a examinar com simpatia outros nomes de São Paulo. A tentativa de acordo Vargas-Washington, via Paim Filho, expressou, mais do que qualquer outro lance, o esforço de prévia conciliação.

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objeti-

vo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo não discordava neste ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, regulamentação do trabalho do menor e das mulheres, aplicação da lei de férias. Em uma evidente resposta ao Presidente que afirmara ser a questão social no Brasil "uma questão de polícia", a plataforma de oposição dizia não se poder negar sua existência, "como um dos problemas que teriam de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos". Sua insistência maior era a defesa das liberdades individuais, a anistia (com o que se acenava para os Tenentes) e a reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral.

Apesar de seus limites, a campanha da Aliança teve uma grande repercussão nos setores sociais que poderia sensibilizar. As caravanas liberais, formadas pelos elementos mais jovens, percorreram as principais cidades do Nordeste. Nos maiores centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro), onde a contragosto foi obrigado a comparecer, Vargas recebeu entusiásticas manifestações. No caso de São Paulo, a recepção era bastante significativa, pois o caráter antipaulista da candidatura era um tema facilmente explorável.

O resultado das eleições de 1º de março de 1930, realizadas no estilo tradicional da República Velha, parecia marcar também o fim da cisão regional. A famosa entrevista de Borges de Medeiros ao jornal *A Noite* (19 de março) exprimia – talvez com excessiva ênfase – um velho hábito. Foi a partir dela que começou a aparecer como alternativa o ponto de vista dos que queriam uma resposta pelas armas. Nesta altura, tornou-se clara uma diferenciação no interior da Aliança Liberal, mais explicável em termos de geração do que de discordância ideológica. Ao lado dos quadros tradicionais, uma camada mais jovem se formara em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, ascendendo na carreira política, à sombra dos velhos oligarcas. No Rio Grande do Sul, homens como Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, Maurício Cardoso, Paim Filho, constituíam um grupo conhecido como a "geração de 1907", ano em que terminaram sua formação escolar. Em Minas Gerais, surgiram também figuras mais novas, como Virgílio de Melo Franco, Francisco Campos, descendentes de famílias tradicionais da região.

Até os fins da década de 20, estes homens não se haviam destacado por nenhuma atitude contra o sistema, mas a experiência lhes mostrara

que sua plena ascensão política ficava na dependência da cooptação por um estreito círculo, no qual, especialmente o Rio Grande do Sul, não era força dominante. Naturalmente, a divisão de gerações era uma linha geral, com algumas exceções. Paim Filho e o próprio Vargas formaram entre os elementos mais reticentes em favor de uma revolução e o primeiro acabou se voltando contra ela.

Um setor da classe dominante dispunha-se assim a seguir o caminho que os Tenentes haviam tomado praticamente sozinhos. Embora derrotado, o movimento tenentista continuava sendo uma força de importância, por sua experiência militar e seu prestígio no interior do Exército. A aproximação entre os políticos mais jovens e os militares rebeldes tinha agora condições de realizar-se. Mesmo no curso da disputa eleitoral, alguns contatos haviam sido feitos neste sentido. Mas os Tenentes revelavam desconfianças. O balanço de suas relações com a oposição consentida era bastante negativo. Eles tinham sido utilizados para proveito próprio da oposição sem nada receber em troca. Além disso, na Aliança Liberal estavam alguns de seus maiores inimigos: Bernardes, o perseguidor da Coluna, que simbolizava todos os vícios da República; João Pessoa, promotor militar, acusador de muitos militares rebeldes; entre os jovens, vários deles, como Oswaldo Aranha, tinham-se destacado na luta contra as insurreições no Rio Grande do Sul.

Entretanto, apesar destas restrições, que aliás eram recíprocas, chegou-se a um acordo. Juarez Távora – a quem foi confiado o Comando das operações no Nordeste –, João Alberto, Ricardo Hall e outros associaram-se à conspiração. Mas, significativamente, a Chefia militar foi entregue a um homem representante de "setores mais responsáveis das Forças Armadas" e de estrita confiança dos líderes gaúchos. Tratava-se do então Tenente-Coronel Góes Monteiro, nascido em Alagoas, cuja carreira estava ligada ao Rio Grande do Sul. Desde 1906, quando cursava a Escola Militar, Góes conhecia Vargas, Neves, Paim, Maurício Cardoso, com os quais inclusive colaborara nas disputas políticas internas do Estado. Na década de 20 o Chefe escolhido para as operações militares não tinha sido um revolucionário. Pelo contrário, combatera a Coluna Prestes nos Estados do Nordeste.

A conspiração articulada entre março/outubro de 1930 teve uma série de avanços e recuos e alguns episódios dramáticos que a favoreceram, como o assassínio de João Pessoa, por razões de política local. Afinal, o movimento estourou a 3 de outubro no Rio Grande do Sul e um dia depois no Nordeste. Em São Paulo, onde o Partido Democrático estivera praticamente à margem das articulações revolucionárias, a situação não se alterou.

A análise das operações militares tem interesse na medida em que mostra a reaparição do Exército na luta política e o seu grau limitado de coesão interna. A força armada nacional sofria a concorrência das milícias estaduais que eram uma poderosa força em alguns Estados. (Em 1927, por exemplo, o Exército era constituído de um total de 38.000 homens e as milícias estaduais tinham 28.000.) Além disso, no Rio Grande do Sul existia um núcleo cujas conexões com o aparelho militar eram frouxas, os corpos provisórios da Brigada Militar, grupos militarizados pelos estancieiros, com reconhecimento oficial. Ao lado das forças estaduais eles tiveram grande importância nas operações militares do Sul.

A adesão do Exército foi quase imediata no Sul e se concretizou também em Minas Gerais e no Nordeste, apesar de algumas resistências nestas duas áreas. Apenas em São Paulo parecia delinear-se um choque decisivo de maiores proporções, entre as tropas estacionadas no Estado e as que vinham do Sul. O choque foi evitado com a intervenção da cúpula militar no Rio de Janeiro. Alguns Oficiais de alta patente haviam sido sondados em setembro, por Lindolfo Collor, como emissário dos revolucionários. A sondagem tivera pouca receptividade. Agora porém estes Oficiais se decidiam a exercer um papel moderador em meio à luta, buscando mesmo permanecer no poder. Incentivados pelo Coronel Bertholdo Klinger, os Generais Tasso Fragoso, Mena Barreto, Leite de Castro, pelo Exército, e o Almirante Isaías Noronha, pela Marinha, depuseram o Presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930, constituindo uma Junta Provisória de Governo. A tentativa de permanência no poder fracassou. Os revolucionários vindos do Sul, as manifestações no Rio de Janeiro, que o novo Chefe de Polícia Bertholdo Klinger prometia esmagar implacavelmente, garantiram a posse de Getúlio Vargas, a 3 de novembro.

A crise dos anos 20 desembocara na quebra do sistema político, quando vários pontos de atrito chegaram à fusão: as oligarquias regionais foram arrastadas à luta pelos setores mais jovens, dando uma forma transparente às disputas regionais acumuladas ao longo da República; o descontentamento militar ganhara novo alento, tanto pela associação entre oligarquia dissidente e Tenentes rebeldes, como pelo fato de que ele se espraiara mais extensamente no interior da corporação; a fermentação da classe média, as manifestações urbanas em favor de Vargas davam aos revolucionários a certeza de contar com o apoio de um setor social politicamente significativo.

A fusão destas forças teria resultado de uma lenta acumulação das contradições internas ou teria sido essencialmente induzida de fora para

dentro em conseqüência da crise mundial que se abriu no curso da campanha eleitoral, em outubro de 1927? Tradicionalmente, na imaginação política brasileira, a crise tem sido associada à explicação do episódio revolucionário. Esta associação foi posta em dúvida recentemente, argumentando-se com algumas indicações dispersas: a crise não teria tido maior importância em 1930, só repercutindo no país em 1931; embora os dirigentes da Aliança Liberal se tivessem utilizado dela para mostrar a incapacidade do Governo Federal, o rendimento eleitoral do argumento foi escasso, como, por exemplo, reconheceu em suas memórias João Neves da Fontoura.

Penso que, no caso, a versão tradicional é mais verdadeira, na medida em que combina o agravamento dos problemas internos do país, com os efeitos iniciais da grande depressão mundial.

O café e a crise mundial

Convém que nos detenhamos um pouco nesta questão. Em fins de 1924, o Governo Federal passara a defesa do café para as mãos do Instituto do Café do Estado de São Paulo e dos outros Estados produtores. Na realidade, foi São Paulo quem iniciou a chamada defesa permanente do produto, apenas esboçada pelo Governo Federal. A defesa permanente significava desde logo que o Poder Público pretendia intervir continuadamente no problema criado pela superprodução cafeeira do Brasil, em face das possibilidades do mercado mundial. Até então as intervenções tinham sido feitas para enfrentar situações de crise aguda (1906, 1917), saindo o Governo do mercado quando o equilíbrio se restabelecia. A defesa permanente funcionava como um mecanismo regulador da oferta. O Governo recebia o café para exportação nos "armazéns reguladores" e autorizava sua remessa aos portos dentro de limites prefixados. Ao proprietário da mercadoria se dava um adiantamento pelo Banco do Estado de São Paulo, correspondente aproximadamente a 35% do valor do produto. Para financiar a defesa, o Instituto do Café contratou com Lazard Brothers Co., em janeiro de 1926, um empréstimo de 10 milhões de libras, que seria pago pela criação de um tributo sobre o transporte do café. Quando à defesa permanente se associou a reforma monetária introduzida por Washington Luís (dezembro, 1926), os setores agrícolas tiveran a certeza de que a fixação do câmbio brasileiro em nível baixo garantiria também sua renda em moeda nacional.

O êxito do sistema dependia entretanto de dois pressupostos básicos: a inelasticidade da demanda; a alternância de safras maiores e menores que impedia chegasse o desequilíbrio da oferta a um nível catastrófico.

A influência da ação do Instituto se tomou sensível a partir da safra de 1927/1928. Nesses anos, a produção brasileira chegou a 26,1 milhões de sacas, para um consumo mundial total de 23,5 milhões, tendo sido quase duas vezes superior à média dos últimos três anos. Com o financiamento externo, o Instituto reteve os excessos e garantiu os preços que após uma queda transitória em meados de 1927 retomaram um nível elevado (22,1 *cents* por libra-peso). Entretanto, um dos pressupostos da defesa permanente começou a falhar, em conseqüência em parte da própria defesa. Após uma pequena safra em 1928/1929 (10,9 milhões), no segundo semestre de 1929 se anunciava novamente uma grande produção, para o ano agrícola de 1929/1930. As razões desse fato eram as condições climáticas favoráveis e provavelmente a melhoria do trato dos cafezais, possibilitado pela boa disponibilidade financeira dos fazendeiros protegidos pela valorização.

A situação se tornou mais grave quando em outubro se abriu a grande crise mundial e os preços internacionais do café começaram a cair. Surgiu então um desentendimento entre o setor cafeeiro e o Governo Federal. O setor cafeeiro solicitou de Washington Luís o enfrentamento da crise pela concessão de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. Os financiamentos seriam feitos pelo Banco do Brasil, com recurso às emissões, tendo em vista as dificuldades por que passava o Banco do Estado de São Paulo. O Presidente recusou-se, entretanto, a atender os interesses que em princípio representava, buscando uma solução mais geral. Preocupado acima de tudo na manutenção do plano de estabilidade cambial, seriamente ameaçado, tentou manter ou mesmo ampliar a receita de divisas através da baixa de preços. Seu ponto de vista era de que a baixa seria compensada pela expansão das exportações.

Na realidade, Washington Luís media mal o alcance da crise. Seu plano seria viável em condições normais, pois se baseava na possibilidade de vender aos importadores não só a produção corrente, como o café armazenado no país. Em princípio, os importadores estariam interessados na formaçao de estoques no exterior para especulação futura. Com a crise, sua expectativa havia-se modificado e o esquema fracassou. O abandono do mercado pelo Governo Federal – apesar de o Governo Estadual continuar sustentando o café na medida de suas possibilidades – agravou ainda mais a situação. A grande queda na receita de divisas produzidas pelo café (67,3 milhões de libras esterlinas em 1929; 41,2 milhões em 1930) provocou o abalo da taxa cambial, que caiu de 5 7/8 dinheiros em

1928/1929 para 4 1/2 dinheiros por mil-réis em 1930. O plano estabilizador ruíra por terra.[9]

Do ponto de vista da nossa discussão, importa essencialmente medir os efeitos políticos da crise. Quando Washington se recusou a atender as reivindicações do setor cafeeiro, uma onda de descontentamento se levantou em São Paulo. O Congresso de Lavradores (fins de dezembro de 1929/janeiro 1930) foi a expressão mais clara dos atritos, tendo sido preparado não só pelo PD, como por todas as associações rurais cujos dirigentes, em sua grande maioria, apoiavam o PRP.

Não se chegou porém a uma ruptura. Depois do Congresso de Lavradores, a mobilização dos cafeicultores diminuiu e o rendimento eleitoral da crise para o PD foi escasso. O setor cafeeiro, apesar de descontente, não tinha muitas razões em se passar para a oposição e neste ponto sua consciência política era maior do que os democráticos supunham. Embora o PD estivesse integrado na Aliança Liberal, não havia razões para acreditar que a vitória da Aliança importasse uma atenção maior aos interesses cafeeiros. Pela composição regional e por alguns pronunciamentos cautelosos era possível prever o contrário. Os opositores tinham, por exemplo, defendido em seu programa a estabilização financeira de Washington Luís, um ponto de vista que em meio à crise se tornara responsável pelo abandono do setor do café. É provável também que houvesse uma personalização da responsabilidade pelo não-atendimento das reivindicações na figura do Presidente e se esperasse alguma modificação com a ascensão ao Poder de Júlio Prestes. Afinal, não obstante todas as dificuldades, o Governo do Estado de São Paulo, presidido por este e depois pelo Vice-Presidente Heitor Penteado, fizera o possível para evitar um colapso, obtendo mesmo dois empréstimos externos, em novembro de 1929 e em 1930.

Creio, porém, que os efeitos imediatos da crise não devem ser medidos apenas pelo comportamento da classe dominante paulista. É preciso considerar suas conseqüências alentadoras sobre o núcleo de forças opostas ao Governo Federal. A divisão regional refletia na arena política a pressão contra a hegemonia da burguesia cafeeira, cuja base essencial era representada por São Paulo. Na medida em que a crise mundial se acentuava, tornava-se mais claro para a oposição que este setor ficara profundamente afetado e que o instante chegara para tentar quebrar sua predominância. Por outro lado, no choque decisivo, os atritos entre a classe e sua representação política tiveram um papel de importância. Os grupos

[9] Antonio Delfim Netto, *op. cit.*

dominantes de São Paulo não estavam dispostos a passar-se para a oposição, mas também não pretendiam jogar-se em uma luta armada, mobilizando a parcela de população sob sua influência. Além disso, um grande setor da classe média seguia o Partido Democrático que, bem ou mal, apoiava os revolucionários. A convocação dos reservistas pelo Governo Federal foi um fracasso e, quando Vargas irrompeu em São Paulo, os democráticos lhe prepararam uma entusiástica recepção.

Em certo sentido, o ponto de vista do PRP de que a Revolução de 1930 fora uma revolta contra São Paulo é verdadeiro. A classe dirigente paulista – onde o setor cafeeiro era predominante – perdia a hegemonia política no episódio daquele ano. Daí para a frente – como tendência – São Paulo ampliaria sua importância econômica, mas a representação política fugiria de suas mãos. A renúncia a este Comando que a burguesia paulista tentara estender, na segunda metade dos anos 20, passaria ainda por uma prova de força, em 1932.

Era mais ou menos claro qual o setor que saíra perdendo com a revolução, mas bem menos claro era saber quem ganhava.

Tanto do ponto de vista social como político, os vitoriosos compunham um quadro heterogêneo. Eles se haviam unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante regional, desejavam apenas um maior atendimento à sua área, maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitoriamente com os Tenentes, formando o grupo dos chamados "Tenentes civis"; o movimento tenentista – visto como uma ameaça pelas altas patentes das Forças Armadas – defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático – porta-voz da classe média tradicional – pretendia o controle do Governo do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado Liberal, que aparentemente asseguraria seu predomínio.

Quanto à classe operária, era um personagem problemático, cuja intervenção nos acontecimentos fora muito limitada. De qualquer modo, como se tem indicado, algumas manifestações em São Paulo, uma participação mais efetiva no Recife deixam entrever que setores operários viam com simpatia um movimento com vagos tons reformistas, parecendo pôr fim a um sistema repressivo. Bem ou mal, a Aliança recolhera em seu benefício o prestígio dos Tenentes, embora a ruptura de Prestes, em maio de 1930, tenha contribuído para as primeiras desilusões. O pequeno PC lançou oficialmente candidato próprio e denunciou o que chamava de

"caráter fascista da Aliança Liberal". É curioso lembrar porém que, pelo menos até antes das eleições de março de 1930, os dirigentes do Partido chegaram a receber algumas armas e estabeleceram contatos com elementos tenentistas que conspiravam em São Paulo.

A nova situação que se criara em 1930 combinava dois elementos cuja separação é historicamente impossível: a vitória de um movimento revolucionário heterogêneo e a mudança de conjuntura decorrente da grande crise mundial. Para marcar a importância da associação destes dois elementos, não seria inútil especular em torno de algumas questões, só apontadas aqui: como se teria comportado o Governo Vargas se a crise não tivesse ocorrido, supondo-se que a Revolução fosse, de qualquer modo, vitoriosa? Qual teria sido a política de Júlio Prestes, nos anos mais duros da depressão, caso tivesse assumido o poder?

Conclusão

Não por acaso, a Revolução de 1930 ficou estampada na memória social como um profundo corte no processo histórico brasileiro. Sob o duplo efeito do episódio interno e da conjuntura internacional, rompia-se por fim o quadro sociopolítico da dominação oligárquica sob a hegemonia da burguesia cafeeira.

Tudo parecia possível naqueles anos, no campo de uma terapêutica a que se lançaram políticos, intelectuais, movimentos de massa, em busca das "raízes do Brasil" e das fórmulas salvadoras de um "Brasil errado". Os sete anos posteriores a 1930 seriam assim um grande ensaio de amadurecimento da sociedade – frustrado pelo golpe de 1937 – com a presença crescente das classes populares urbanas, os esforços por constituir partidos que fossem a legítima expressão de diferentes interesses sociais, a renovação do debate cultural.

Em poucos anos, por razões distintas, para a velha burguesia cafeeira, para a nascente "intelligentsia" de classe média encastelada no aparelho do Estado, para os tenentes revolucionários convertidos em canhestros estadistas, o mundo brasileiro anterior a 1930 incorporou-se definitivamente a um longínquo passado.

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda, assistido por Pedro Moacyr Campos, para os períodos colonial e monárquico, e de Boris Fausto para o período republicano.

BERTRAND BRASIL

9 788528 605099

tempo, figuram nos volumes textos sobre a produção cultural, abrangendo o cinema, o teatro, a música popular etc.

Nos livros que encerram cada período, há na parte final uma bibliografia e uma cronologia sumária. Esta indica os acontecimentos relevantes no Brasil e no mundo que servem de marco de referência para o período considerado.

Convivem na ***História Geral da Civilização Brasileira*** algumas gerações de intelectuais, que expressam muitas vezes pontos de vista diversos, a partir de diferentes ângulos de abordagem. Os organizadores da coleção consideraram bem-vinda esta pluralidade. Isto porque buscaram não só informar o leitor da maneira mais ampla possível, como também dar-lhe instrumentos adequados para uma reflexão própria. Não foi por acaso que descartaram uma visão triunfalista da nossa História (tão distante da realidade), levada a cabo por grandes personagens capazes de mover o mundo. Não foi por acaso também que deixaram de lado uma visão histórica na qual desponta um quadro predeterminado e os processos históricos e as ações humanas acabam por ser peças de um jogo cujo resultado se sabe de antemão.

As questões se abrem a partir da linha de interseção entre condicionamentos socioeconômicos, culturais etc. e as opções possíveis dos seres humanos que fazem a História. Há mais de uma resposta para estas questões, e o leitor, bem-informado, terá certamente a sua.